Anais

PSB

Partido Socialista Brasileiro

7º Congresso

7
CONGRES
NACIONA
DO PSB
Socialismo e Liberdade.
SOBERANIA NACIONAL E DIREITOS HUMA

7
CONGRESSO
NACIONAL
DO PSB
PSB

7

PSB

Partido Socialista Brasileiro

7 CONGRESSO NACIONAL DO PSB

Brasília - 26, 27 e 28 de novembro de 1999

ANAIS
7º CONGRESSO NACIONAL DO PSB

ORGANIZAÇÃO:
Carlos Siqueira

FOTOS:
Tina Coelho

TAQUIGRAFIA:
Lívia Costa
Marcelo Costa

CAPA:
TC Gráfica e Editora Ltda

IMPRESSÃO:
TC Gráfica e Editora Ltda

ÍNDICE

Ato Político e Cultural de Abertura do 7° Congresso
Homenagens: Antonio Houaiss e aos 500 anos de resistência
do povo brasileiro 5

Plenária Dia 27 de novembro:
A Soberania Nacional e a forma de inserção do Brasil no
Processo de Globalização 69

Trabalhos dos Grupos Temáticos:
Grupo 1 - Os Desafios Políticos e Eleitorais do PSB 119

Grupo 2 - A Proposta Socialista de Desenvolvimento Nacional . 185

Grupo 3 - Políticas do PSB para os movimentos sociais,
populares e sindical 253

Grupo 4 - A Nova Ordem Internacional 313

Grupo 5 - A Crise do Modelo Neoliberal 357

Plenária para discussão das propostas de grupos e aprovação das
Resoluções Políticas e eleição do Diretório Nacional 405

Congresso Nacional de Mulheres do PSB 408

Resoluções do Congresso Nacional de Mulheres do PSB 409

Relatório do Grupo 3 411

Relatório do Grupo 2 412

Relatório do Grupo 5 417

Relatório do Grupo 4 418
Relatório do Grupo 1 422

II Encontro Nacional de Sindicalistas do PSB 425

I - Resoluções aprovadas no II Congresso Nacional de Sindicalistas do PSB - Brasília, 26 e 27 de novembro de 1999 427

Moção de Apoio 433

Resolução do Congresso da JSB 434

Relação do Número de Delegados por Estado credenciados ao 7° Congresso Nacional do PSB 492

Comissão Executiva Nacional - 1999/2001 493

Diretório Nacional do PSB - 1999/2001 494

Solenidade de Abertura

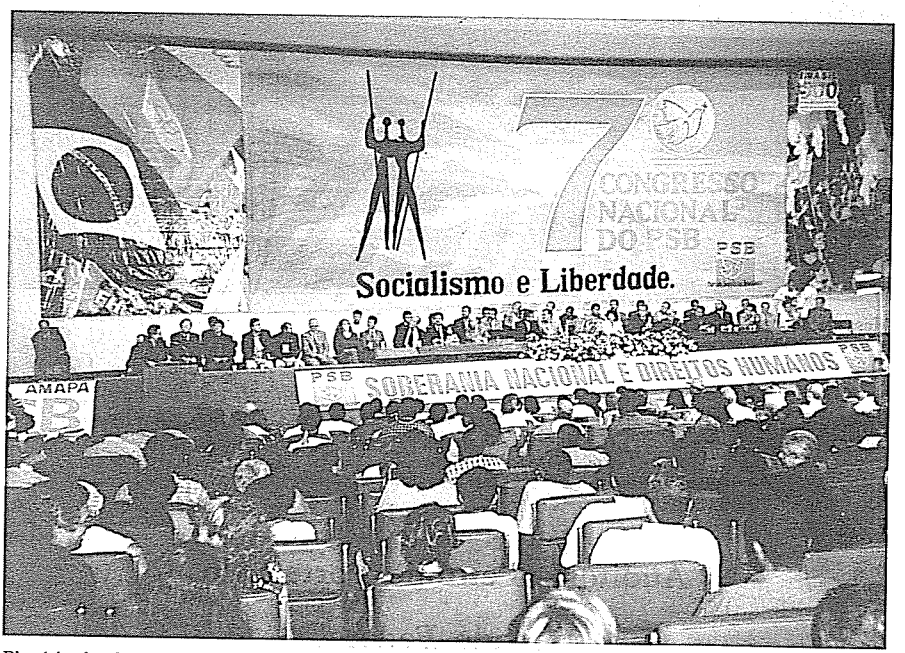
26 de novembro de 1999

Homenagem a Antonio Houaiss ao Brasil e ao seu povo pelos 500 anos de Resistência

Mesa de abertura do 7º Congresso

Auditório Petrônio Portela do Senado Federal

Carlos Siqueira, Dr. Miguel Arraes, Leonel Brizola e o Dep. Alexandre Cardoso



Plenária de abertura do 7º Congresso Nacional do PSB

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) - Convido os companheiros para tomarem assento, porque vamos dar início ao 7° Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Já se encontra à mesa o Presidente Miguel Arraes de Alencar, o nosso comandante. (Palmas.)

Convidamos para compor a mesa o nosso Vice-Presidente Roberto Amaral, a Deputada Luiza Erundina, nossa líder na Câmara, nosso Líder no Senado, Senador Antônio Carlos Valadares, o Governador João Alberto Capiberibe, o Governador Ronaldo Lessa, o Prefeito Célio de Castro, a Prefeita Vilma de Farias, a Prefeita Kátia Born.

Já se encontra presente, para nossa honra, o Presidente Nacional do PDT, o histórico líder das causas populares, Leonel Brizola, que pedimos seja saudado vibrantemente neste Congresso. (Palmas.)

Também se encontra entre nós, para nossa satisfação, o companheiro Aldo Arantes, representando a Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil, o partido histórico nas lutas políticas e sociais do nosso País. (Palmas.)

Convidamos também o representante do Governador Itamar Franco, o Deputado Israel Pinheiro, que também já se encontra à mesa, para quem pedimos uma saudação.

Convidamos os membros da nossa Comissão Executiva Nacional, o Senador Ademir Andrade, Deputado Almino Affonso, nosso Secretário-Geral, Dr. Renato Casagrande, o Senador Saturnino Braga, Gustavo Balduíno, James Lewis, Deputado Eudoro Santana, Prefeito Márcio França, Jacob Bittar, Deputado Beto Albuquerque, Felipe Carreiras e Francisco Nogueira. (Palmas.)

Gostaríamos de convidar também para a mesa todos os nossos Deputados Federais Djalma Paes, Eduardo Campos, Evandro Milhomen, Evilásio Farias, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, José Antônio, do Maranhão, Paulo Baltazar, Pedro Valadares, Ricardo Maranhão, do Rio de Janeiro, Sérgio Novaes, e Senadores Valadares e Saturnino Braga.

Registramos a presença do representante do PPS, Márcio Bittar, a quem convidamos para fazer parte da mesa.

Convido agora todos os companheiros para de pé ouvirmos e cantarmos o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros, antes de passar a palavra ao nosso Presidente Nacional, para fazer a abertura oficial do nosso 7º Congresso Nacional, convidamos todos os Presidentes Estaduais do Partido para tomarem assento à mesa e também o Senador Saturnino Braga, que ainda se encontra no plenário, .a quem fazemos questão de saudar com efusivas palmas, também como Presidente Nacional da Fundação Mangabeira. (Palmas.)

O Dr. Almino Affonso e Domingos Leonelli, por gentileza, queiram dirigir-se à Mesa, e bem assim o Deputado Eudoro Santana.

Os nossos companheiros Deputados Estaduais que ainda não fazem parte da Mesa, o companheiro Bernardo Souza, a companheira Lídice da Mata e todos os que não consigo distinguir no meio dessa calorosa multidão que aqui se encontra, queiram por gentileza juntar-se a nós..

Convidamos ainda o Presidente Estadual do PSB da Bahia, Beto Lélis, Prefeito de Irecê, para compor a mesa. (Pausa.) Também os demais Presidentes Estaduais do Partido.

Tenho a honra de passar a palavra ao Governador Miguel Arraes de Alencar, o nosso Presidente Nacional, não sem antes evocar a memória do nosso primeiro presidente após a reconstrução nacional do Partido, em 1985, o companheiro Antônio Houaiss, homenageado por este Congresso, e cuja memória devemos saudar com uma salva de palmas. (Palmas.)

Evocamos também e homenageamos a memória de todos aqueles que tombaram pela construção de uma sociedade livre e justa, e que lutaram contra a opressão em nosso País. Passamos agora a palavra ao nosso Presidente para fazer uma saudação aos congressistas. (Palmas.)

O SR. MIGUEL ARRAES (Presidente Nacional do PSB) - Quero saudar os companheiros da Mesa, representando os partidos políticos que têm conosco lutado em muitas batalhas neste País. Saudar os companheiros que se encontram à mesa mas, sobretudo saudar a militância do Partido Socialista que vem de todos os recantos do País para esta grande demonstração do fortalecimento do nosso Partido.

Terei a oportunidade de falar mais adiante. Agora, vou passar a palavra ao companheiro Leonel Brizola, Presidente do PDT. (Palmas.) Nosso amigo, companheiro de lutas de muitos e muitos anos, sempre na mesma linha,

no mesmo caminho, marchando paralelamente nas lutas em defesa deste País. Se cometemos muitos erros ou poucos, se fizemos acertos, o fato é que com Brizola e outros companheiros, alguns deles aqui presentes, procuramos nos esforçar para que a luta do povo brasileiro fosse vitoriosa.

Tivemos vitórias e derrotas e entendemos que elas é que servem de base para o futuro, a fim de examinarmos os passos que devemos dar para a frente. É com muita satisfação, muita alegria que dou a palavra ao combatente do povo brasileiro, Leonel de Moura Brizola. (Palmas.)

O SR. LEONEL BRIZOLA (Presidente do PDT) – Companheiro Miguel Arraes, dirigentes e representantes do Partido Socialista Brasileiro e dos demais partidos aliados que aqui se encontram, a minha saudação profunda, solidária a todos os militantes do Partido Socialista Brasileiro.

Companheiras e companheiros, antes de tudo, quero explicar por que esta gentileza do companheiro Miguel Arraes em me conceder logo a palavra. Não é pelas circunstâncias de que gosto de fazer discursos longos e que assim teria mais tempo. Desta vez não é. É que eu realmente estou um pouco atropelado pelo tempo, tenho de tomar um avião em função de compromissos e aqui fiquei durante todo o dia de hoje, porque queria estar presente na instalação deste Congresso. Queria ter a honra de estar aqui e verifico que acertei em cheio.

Não há dúvida de que aqui está-se apresentando um fato que vai ficar escrito na história rica, longa, profunda do Partido Socialista Brasileiro, que é este Congresso. Eu vos felicito pelo esforço realizado de trazer tantos companheiros e tantas companheiras, tantos integrantes do partido para este encontro aqui na Capital Federal.

O Congresso é alguma coisa muito importante na vida de um partido. Por isso eu vos felicito e quero expressar os meus votos para que este grande encontro venha alcançar os objetivos a que os seus organizadores procuraram chegar.

Nós pertencemos a um grupo de partidos que na vida brasileira são correntes históricas. Temos as raízes dos nossos movimentos, dos nossos partidos lá nas profundidades da nossa Nação. Fazemos parte integrante da história do nosso povo e, por isso mesmo, neste instante, temos uma grande responsabilidade sobre nossos ombros. Não devemos ter medo das palavras e, a

partir de agora, como em nenhum outro momento, nós, brasileiros, precisamos falar claro, deixar de lado as meias palavras, por mais que muitas vezes pareçam mais bem educadas do que aquelas que expressam a franqueza.

Esta Nação está sendo traída, esta Nação está sendo vendida nós precisamos denunciar aos quatro ventos pelo mundo inteiro. (Palmas.) Esta Nação está sendo governada por gente que vem traindo os mais sagrados interesses do povo brasileiro e que, se a rigor, pudéssemos respirar neste momento o ar puro da liberdade e da justiça, esta gente que está no Governo deveria estar sentada nos bancos dos réus para serem julgados como traidores da Pátria. (Palmas.)

E assim por diante, é o mesmo que muita gente que anda aí se fazendo de bonitinha, tergiversando com a palavra socialista ao afirmar: depende do socialismo! Não, não tem de depender de socialismo algum, o socialismo é um só. (Palmas.)

Que não confundam o que aconteceu lá na União Soviética, o que caiu lá foi o autoritarismo. Aqueles companheiros socialistas acabaram nessa frustração porque não conseguiram vencer o grande desafio de reinstaurar um regime de liberdade, dessa forma abalando o próprio socialismo, porque o socialismo não é outra coisa senão a própria liberdade sublimada.

Socialismo é um estágio superior da democracia. O socialismo é como uma espécie de estrada de ferro, tem de haver dois trilhos: a liberdade e o social. Num trilho só o trem não anda! (Palmas.)

Isso é que está no nosso coração e é isso que buscamos para o nosso País, que foi desencaminhado, levado para uma triste situação, colocando-nos este imenso desafio sobre os ombros, muitas vezes frágeis pela fome, pela exclusão, pela crise do nosso povo. Mas o nosso País é eterno, o povo brasileiro é indestrutível e é uma questão de tempo, ainda mais quando chega a uma situação como esta que aí está. Sentimos no fundo da nossa alma que ali, logo ali adiante, vamos viver acontecimentos importantes, transcendentais na vida brasileira, que vão mudar completamente o rumo dos acontecimentos. (Palmas.)

A vocês as minhas homenagens, ao Governador Arraes, que é uma expressão do valor, da fibra do nosso povo, um homem que atuou por este País todo mas principalmente lá no seu querido e amado Nordeste, crestado pelo sofrimento. (Palmas.)

Quero aqui render as homenagens do nosso partido, o PDT, partido trabalhista que vocês sabem vem de longe. Já atuamos juntos em muitas oportunidades. Chegamos a viver momentos em que não era possível distinguir um integrante do partido socialista do integrante do partido trabalhista. Passamos por essas noites infindáveis da ditadura, que foi feita contra nós, porque era o nosso partido e o Partido Socialista Brasileiro em 1964. É bom que os jovens saibam disto: éramos nós os porta-vozes do povo brasileiro, juntamente com outras forças populares! (Palmas.) Éramos uns abandeirados das reformas, não estas que aí estão para entregar o País, para amarrar, asfixiar, explorar o povo brasileiro, mas as reformas da libertação do nosso povo, que eram as nossas bandeiras, e que essa ditadura foi feita essencialmente contra nós.

Quando derrubaram João Goulart, queriam com ele derrubar a todos nós. Foi feita essa ditadura para se contrapor não aos nossos erros, mas aos nossos acertos, porque se o Brasil tivesse marchado naqueles caminhos não estaria aí de joelhos, hoje, perante os grupos exploradores internacionais. (Palmas.)

A vocês as minhas homenagens, a vocês, companheiros do Partido Socialista, a vocês aliados de outros partidos, mas especialmente a vocês militantes congressistas e a você, companheiro Arraes, o meu abraço e os meus votos de que vocês realizem um grande congresso, para que as lutas populares cada dia mais se fortaleçam.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Ouvimos as palavras do Governador Leonel Brizola que aqui nos honra com sua presença. Queremos também registrar com muita satisfação a presença do Deputado Vivaldo Barbosa, um ilustre dirigente do PDT. (Palmas.)

Convidamos a companheira Maria Antônia Ramos, representante do Partido Comunista Cubano, para fazer parte da mesa. É uma satisfação tê-la aqui presente.

A RESISTÊNCIA INDÍGENA

"MELHOR MORRER DO QUE VIVER ESCRAVO "

(Ajuricaba, chefe dos Manao)

BRASIL 500 anos de resistência

A lição da história dos povos indígenas brasileiros:
Lutar por sua terra,
em defesa de seu modo de vida.

ATOR J. PINGO – Quando Cabral aportou nas costas do território que viria ser o Brasil, seus habitantes viviam num tempo histórico bem diferente daquele dos conquistadores. Eram muitos povos diferentes na aparência, na língua que falavam, nas crenças, no lugar que habitavam e nas técnicas que conheciam.

Índios. Uma luta de 500 anos.

A primeira luta do povo brasileiro foi a do índio contra o conquistador europeu, que criou dele um arquétipo rude. O invasor português despreza todas as informações sobre os conhecimentos dos índios, que, sobretudo, eram grandes botânicos. As técnicas de plantio de algumas tribos, especialmente dos kayapós, ainda hoje são insuperáveis.

Para os índios, supostamente mais de 4 milhões só na região brasileira, a chegada dos europeus, investidos de poderes e justificativas para tudo dominar e submeter, teve efeito devastador. Com uma bagagem cultural que se estruturara durante séculos, os europeus encarnavam uma dinâmica capitalista que se impunha na Europa Ocidental. A montagem da exploração a serviço do desenvolvimento capitalista não estava sujeita a princípios que respeitassem culturas, vidas ou quaisquer direitos de povos e gentes. Isto significou a destruição das sociedades ameríndias: tomar as terras dos ameríndios e sua liberdade. O que não aconteceu sem resistências de toda ordem significou também tomar suas vidas, para a exploração do Pau Brasil. O escambo com os nativos fazendo troca de mercadoria sem intermediação de dinheiro serviu no princípio, mas diante do progressivo insucesso desse sistema recorreu-se à violência, à resistência e à recusa do indígena à presença européia em suas terras, e o trabalho pelo escambo serviu de pretexto para a escravidão e as guerras de extermínio.

Subordinava-se as populações nativas e dava-se também início ao lado predatório da exploração européia, inaugurando-se a destruição da mata atlântica.

Para nossos índios, a resistência já dura 500 anos, e se os escravos negros foram necessários foi em grande escala porque o escravismo indígena não deu certo. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Convidamos o companheiro Roberto Amaral para fazer o pronunciamento em nome do Partido Socialista Brasileiro, em homenagem ao companheiro Antônio Houaiss. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Vice-Presidente do PSB) – *Sr. Presidente, quero saudar todos os representantes de partidos aqui presentes e faço essa saudação na pessoa de um velho companheiro meu, Aldo Arantes, companheiro de União Nacional dos Estudantes e que aqui representa, para muita honra nossa, o Partido Comunista do Brasil.*

Quero saudar todos os companheiros da nossa Comissão Executiva e não podendo a todos me dirigir, quero saudá-los na pessoa da companheira Vice-Presidente e Líder do Partido, Luiza Erundina (palmas). Quero-me dirigir a todos os militantes e saudá-los a todos, e não podendo a todos me dirigir e a todos abraçar, quero saudar a grande militância do meu partido, saudando as companheiras que hoje realizaram o I Congresso das Socialistas Brasileiras. (Palmas.)

Meus amigos, minhas companheiras, designou-me o Presidente Miguel Arraes para saudar o socialista e intelectual do povo Antônio Houaiss. Mas eu preciso falar do meu amigo Antônio Houaiss. Eu preciso falar da morte de um amigo insubstituível. Sim, se o nosso Partido perdeu um militante, sem dúvida o mais brilhante de todos nós, eu perdi um grande e velho amigo, e já estou naquela idade em que não é mais possível fazer velhos amigos de longos anos.

Talvez seja isso, essa velha e recíproca amizade, a justificativa para que eu, sem outros títulos, seja o intérprete de nossa dor coletiva. Por isso, peço-lhes desculpas, por este texto escrito. É a segurança possível de que a emoção – e como negá-la? – não impedirá que o menos credenciado de todos nós saúde aquele dentre nós que mais credenciais tinha para ser louvado. Porque a amizade e o preito fraterno são as únicas auréolas que possuo.

Ora, se estou nesta tribuna, não pelos meus méritos, mas, por ser do morto o maior amigo, dentre os presentes, permitam-me que fale com o coração, porque a morte, repito Nabuco, nunca é a de uma só pessoa, quando se trata de alguém a quem demos em nosso coração uma parte igual à que tínhamos no dele. "Se bem

que parcial e limitada, do lado de quem fica, é ela sempre de mais de um".

Antes, requererei a ajuda de autor caríssimo, a mim e a Antônio, uma paixão comum, e assim uma vez mais pedirei as luzes do padre Vieira, o gênio maior de quantos nossa língua conheceu. Vou lê-lo:

"Quando vos perguntarem quem sois, não vades revolver o nobiliário de vossos avós, ide ver a matrícula de vossas ações. O que fazeis, isso sois, nada mais".

Perguntado Quem és?, João Batista não declinou seu nome, mas afirmou o que fazia, e, ao definir-se pelo que fazia, declarava o que era: Eu sou a voz do que clama no deserto. A lição desse diálogo é apenas uma: o homem não é a sua essência (digamos assim: sua só origem de classe), mas sua existência, isto é, sua maneira de ser, sua maneira de postar-se diante da realidade e, diante dela, definir-se.

O homem é o que ele faz de sua existência, o homem é o que ele faz da sua vida. Cada um é as suas ações. O que fazeis, isso sois...

A história que me coube tentar resumir é o curriculum das ações de uma longa vida dedicada ao país, ao seu povo, à liberdade e à igualdade. De um jovem filho de emigrantes que logo cedo descobriu que havia nascido para a pátria. E a pátria é seu povo.

A grandeza de seu papel, a sublimação de seu destino, a auréola de sua vida está na sua obra, no que fez, no que nos legou, no trabalhar sempre e sempre, em não cansar nunca de ser útil, em ser útil e lutador até o último dia e o último momento, e não descansar a cabeça senão no leito do último descanso.

Com sua cultura invulgar, sua extraodinária inteligência, sua insuperável capacidade de trabalho, Antônio Houaiss poderia ter sido, neste País, no Itamaraty ou fora dele, o que quizesse, o que requeresse à classe dominante. Poderia ter sido milhares de robertos campos, milhares de fernandos henriques cardosos. Preferiu ser o que foi: um contestador, estilete em punho espicaçando as menti-

ras da ordem ideológica que nos domina; preferiu ser o que sempre foi: um indobrável adversário do sistema, um gauche, um dirigente do movimento socialista. E ao mesmo tempo um dos brasileiros mais interessantes de sua geração, dos mais originais, dos mais notáveis.

Direi inicialmente que a lusofonia, esse sonho de uma comunidade linguística, perdeu o melhor de seus advogados. A língua perdeu um amante devotado. O socialismo perdeu um teórico de raro fôlego e um militante incansável e aguerrido. Nosso partido perdeu seu primeiro presidente na reconstrução, seu mais instigante formulador. Perdeu o País um devotado lutador da boa causa, a causa do povo oprimido, sem voz e sem ação, sem cidadania, excluído da sociedade de consumo, excluído do mercado de trabalho.

Todos perdemos.

Nós estamos aqui para saudar o homem do povo Antônio Houaiss.

Não vos vou repetir a história de Antônio Houaiss. Direi apenas que se tratava de um homem raro e culminante.

Filho de emigrantes pobres, seu pai era um pequeno comerciante libanês; menino nas areias de Copacabana, fez-se um dos mais estelares intelectuais brasileiros, linguista, filólogo, lexicógrafo, tradutor emérito, organizador de enciclopédias, dicionarista, ecdota, crítico literário, e autor de inumeráveis textos políticos, de teoria política, de doutrinação socialista.

Mas nós estamos aqui para saudar o homem do povo Antônio Houaiss.

Quero revelar, neste momento, aspecto pouco conhecido de sua formação. Quero começar por esse traço extraordinário da riqueza humana: o preceptor de Antônio Houaiss, o futuro tradutor de Ulisses e autor do Grande Dicionário da Língua Portuguesa, foi o alfaiate português, anarco-comunista, José Alves Machado, operário e intelectual orgânico muito antes da formulação de

Gramsci. O ofício do corte e da costura se cumpria paralelo ao 'curso' que ministrava a três ou quatro meninos mal entrados na adolescência. Assim, cedo, e pelas mãos de um emigrante e proletário, Antônio Houaiss, o futuro diplomata e o futuro membro da Academia Brasileira de Letras, aprenderia que para lutar contra a fome e a injustiça social era preciso, primeiro, mexer no sistema político e econômico que as alimenta e ceva. Assim, explico um processo de definição política determinada pela práxis, uma política que, totalidade, é uma permanência e se encontrará em toda sua obra, obra e vida, opção de vida determinando a obra. O humanismo socialista, em Houaiss, resulta de uma visão ética da história, de uma história viva, que não morre, de uma nova ética marxista. Uma ética que se reflete em todos os atos humanos: no rompimento com a classe dominante, mas também nas relações pessoais, nas relações individuais, nas relações de trabalho, nas relações dentro do partido, daí sua franqueza permanente, sua lealdade, a transparência de seus gestos, a clareza de suas intenções, sempre o jogo aberto, o discurso claro, a vontade expressa, jamais o subterfúgio, jamais a meia verdade, jamais a insinuação, sempre a clareza de propósitos e intenções, de propósitos e de projetos, simples, natural, sincero consigo mesmo.

É o humanismo socialista a cuja construção dedicou a práxis e a reflexão dos últimos anos.

Mas nós estamos aqui para saudar o militante socialista.

Antônio Houaiss era, fundamentalmente, um intelectual orgânico, engajado na luta pelo socialismo e pela democracia. Desde cedo, estudante secundarista no Rio de Janeiro, integrou-se na militância política e enfileirou-se no combate ao Estado Novo, o que lhe valeu as primeiras perseguições políticas. Aluno e depois professor de escola pública, mais tarde diplomata, tudo por concurso, teve sua carreira interrompida no governo Dutra pelo obscurantismo político, acusado de organizar uma célula comunista no Itamaraty. Era sua contribuição para a caça às bruxas que chegou ao Brasil impulsionada pela guerra-fria. De volta à carreira, pela mão da justiça, honrou o Brasil como um de nossos mais com-

petentes diplomatas. Brilhou como intelectual, mas brilhou principalmente por defender uma política de independência e ajudar as jovens nações asiáticas e africanas no processo de descolonização, o que lhe valeu argumento para a segunda e definitiva cassação de seus direitos políticos, com que foi homenageado pelo golpe militar de 64.

Ninguém mais do que ele mereceu aquela punição, que, antes da história, consagrava sua dedicação aos interesses de seu país e de seu povo.

Por isso mesmo, jamais reclamou do ato autoritário. Carregava-o no peito, como uma comenda.

Rejeitando o exílio voluntário, a primeira opção dos intelectuais, preferiu enfrentar todos os riscos e regressar ao Brasil e foi atuar na fronteira desprotegida do Correio da Manhã, já em oposição à ditadura. Juntou-se ao grupo de intelectuais de esquerda que se reunia em torno da Civilização Brasileira e de Enio Silveira. Organizou intelectuais e artistas e esteve à frente de todos os movimentos de resistência. Incansável, colocou-se ao lado de Barbosa Lima Sobrinho na ABI.

Difícil foi a provança, mas Houaiss jamais cedeu um milímetro de seu terreno.

De 1964 até o fim do regime militar não houve um só ato, uma só manifestação de luta, um só momento de resistência ou de organização da sociedade civil que não o encontrasse na primeira fila.

Vencida a ditadura, dedicou-se à organização política.

Em 1985, o PSB era uma mera audácia. Um gesto que irritava - e quanto irritava! Irritava os que então monopolizavam a esquerda socialista e marxista; irritava os que queriam perenizar a frente oposicionista, irritava os que queriam aderir sem remorsos à Nova República, irritava os que queriam uma esquerda 'bem-comportada', para simplesmente abrigar uma esquerda envergonhada de suas origens e fartamente envolvida na realpolitik do governo.

Sim, era aceitável uma esquerda, mesmo combativa, mas com a segurança de que, não hostilizando a Nova República, não afastasse seus líderes dos cargos que a nova política ensejava a quantos há tantos anos estavam na oposição, e sedentos de poder.

Nós entendíamos que, superada a política de frente, com a derrota da ditadura, nós entendíamos que, vencida a violência autoritária, impunha-se a organização de todas as forças políticas. Está escrito no nosso Manifesto. Nós, os socialistas, queríamos empunhar a nossa bandeira, do socialismo, do socialismo libertário, do socialismo revolucionário, da liberdade.

Quem fomos encontrar, naquele 1985, para assumir o comando de projeto tão audacioso quanto frágil, quem fomos encontrar com a coragem de assumir a presidência da Comissão Provisória do antigo e novo Partido Socialista Brasileiro? Antônio Houaiss.

Fomos chamá-lo e ele atendeu ao nosso apelo. Ora, quanto isso foi precioso para nosso projeto não preciso dizer; todos o sabemos, está na história do Partido. O grande lexicógrafo abandonou a elaboração de seu Dicionário, ainda hoje em curso, sonho de toda a vida, para engajar-se conosco, comigo e com Jamil Haddad, na quase loucura que era re-organizar um Partido Socialista, quando já estavam liça o PT e o PDT, quando os partidos comunistas se haviam re-legalizado, quando o PMDB, que ainda não era o frankenstein de agora, pretendia o monopólio da resistência democrática.

Nós éramos ninguém. Éramos apenas uma vontade. Desdenhados quixotes. Não tínhamos cargos por oferecer, não dispúnhamos de sindicatos, não tínhamos inserção no movimento social, nada oferecíamos, nada prometíamos senão sacrifícios. Nem sequer éramos uma promessa eleitoral.

Houaiss pôs de lado o campo aberto do poder oferecido pela Nova República, e veio juntar-se a nós. E quem éramos nós? Meia dúzia de visionários. Houaiss assumiu a Presidência da Comissão Organizadora e obteve o registro provisório, com o qual

disputamos as eleições de 1985. Em 1986 presidiu, presidiu organicamente mas presidiu principalmente do ponto de vista teórico e doutrinário, nosso Primeiro Congresso, quando derrotou os adesistas e os sociaisdemocratas do partido, e o PSB, sob seu comando, se fixou na esquerda socialista.

Definindo-se como partido de esquerda e socialista, e se afastando de qualquer identidade com a socialdemocracia, o PSB de Antônio Houaiss logo se perfilou na oposição à Nova República. Foi o primeiro partido a defender a Frente de esquerda e foi sua a formulação (já em 1986!) das bases da futura Frente Brasil-Popular. Pequeno, pobre, funcionando com registro provisório, bancada diminuta, teve destacada e patriótica atuação na Constituinte, que ajudou a convocar. Nela lutou pela Anistia, ampla, geral e irrestrita, penalizou a tortura, defendeu os interesses dos trabalhadores, dos pobres e dos excluídos, das mulheres, dos índios, dos negros e de todos os discriminados. Defendeu a Nação. Desempenhou papel o mais relevante na campanha de 1989 e, derrotado, no dia imediato destacava-se na oposição sem tréguas ao governo Fernando Collor, a primeira experiência neoliberal brasileira. Moveu-lhe tenaz combate. Foi um dos artífices da CPI que levaria ao impeachment do Presidente singularmente corrupto e nela atuou diretamente, com o senador José Paulo Bisol e o deputado Jamil Haddad. Seus filiados Evandro Lins e Silva e Sérgio Sérvulo funcionaram como advogados do Brasil no memorável julgamento do Senado Federal. Instalado o governo Itamar Franco, o PSB compreendeu, diferenciando-se dos vários segmentos da esquerda, que hoje, se tiverem juízo, devem estar fazendo autocrítica, o significado daquela transição, e não negou seu apoio ao novo governo, do qual participaria com as presenças de seus dois ex-presidentes, Antônio Houaiss e Jamil Haddad, notáveis ministros da Cultura e da Saúde. Dessa experiência soube se afastar quando, Ministro da Fazenda o Sr. Henrique Cardoso, a correlação de forças internas passou visivelmente a inclinar-se pelas posições neoliberais do futuro Presidente. Combateu-o nos pleitos de 1994 e 1998 e move-lhe oposição desde o primeiro dia do primeiro mandato.

Por que lhes falo do nosso Partido, se o dever é uma oração

fúnebre? Ora, o elogio maior ao amigo está dito, porque foram as virtudes deste homem e de alguns poucos que nos trouxeram até aqui.

Nabuco dizia que 'Os grandes poetas não parecem completos sem uma mulher que os acompanhe perante a história'. Eu diria o mesmo do revolucionário, do escritor, do político. Eu direi o mesmo de qualquer homem que aspire à felicidade. Este resumo de fatos, atos e ações não estaria completo se eu não falasse de Ruth, a companheira de toda vida, sua companheira-igual desde os tempos da Faculdade de Filosofia, companheira de idéias, companheira de lutas, companheira na mesma compaixão pela sorte de seu povo, solidária na esperança de um mundo de justiça. Deixou-nos antes dele — por que os mais jovens insistem em se antecipar aos mais velhos?— e sua ausência deixou Antônio envolvido pela mais espessa solidão.

Lembro Ruth para lembrar todas as nossas companheiras, mães, irmãs, esposas, companheiras guias de uma caminhada que não faríamos, ou faríamos mais dolorosamente sem o seu amparo, o seu estímulo a sua confiança. Saúdo as companheiras de jornada.

Está na hora de concluir. Falarei da morte. Houaiss morreu angustiado, morreu amargurado, sofrendo com o noticiário da imprensa, sofrendo com a destruição de seu País, de sua Nação, de seu Povo. Morreu denunciando os crimes do neoliberalismo, o crime deste governo contra o presente e o futuro de nossa gente e de nosso País. Morreu militante, nos estimulando a continuar sua luta, a luta dos socialistas, dos que têm dedicado suas vidas à luta contra as desigualdades, contra o autoritarismo e a exclusão, em defesa do socialismo, da democracia e da liberdade.

Sua morte foi lenta e dolorosa, condenando a nós todos à tortura da impotência ante a lenta extinção daquela existência preciosa. Porque morria um pouco cada dia. Morria seu corpo e, desgraçadamente, revigorava sua inteligência, sua lucidez, sua bravura. Seu último ano de vida, foi uma batalha inglória contra a tragédia biológica que jamais o amofinou. Digo-lhes que este militante

jamais se assustou com a morte, com a limitação da vida. Jamais se amargurou com a proximidade do fim. Convivi com ele ainda mais proximanente os últimos anos, mais intensamente os últimos meses, os últimos dias, quase as últimas horas. Tivemos longas conversas em sua casa e em seu recorrente leito de hospital. Quando nos despedimos dele, no Hospital Silvestre, nas horas que antecediam sua última intervenção cirúrgica, quando nos despedimos dele, Evandro Lins e Silva e eu, no seu quarto de doente solitário, não totalmente solitário porque lhe faziam companhia alguns livros e todos os jornais da cidade, passamos uma manhã inteira conversando, e a conversa, conduzida por ele, era o nosso país, era o crime que se cometia contra nosso povo, era a necessidade de continuarmos lutando. Lembro-me como agora, em cima do branco leito, esmagado como o gladiador pelo próprio destino, senhor de tudo, seu corpo depredado, seus movimentos limitados por tubos de toda sorte, o corpo macérrimo violentado pela ossatura que se insinuava, e o discurso que se avolumava que enchia o quarto com sua lucidez, a voz que crescia, as mãos que se erguiam como recurso de retórica apoiando as afirmações. Ele olhava pela janela onde se pintava a floresta da Tijuca, e via a vida que caminhava lá fora, e via e deplorava a injustiça social, os crimes do capitalismo, e de nós nos cobrava o compromisso da luta sem quartel contra a iniquidade da exploração do homem pelo homem. Nenhum lamento. Nenhuma queixa pessoal. Uma única vez me fez um desabafo, que não era um desabafo. Não lhe interessava a vida contemplativa de intelectual, queria viver enquanto pudesse saborear os prazeres da vida e lutar pelas suas idéias. Não havia compasso entre o cansaço do corpo e a fulgurância da inteligência.

Na frieza dos hospitais, na sua assepsia mais emocional do que química, no silêncio das enfermarias, na solidão inexcedível das UTIs, morreu só. Recém saído da última e infrutífera cirurgia, de quantas infrutíferas sofreu, como se uma maldição dissesse que seu corpo precisava ser massacrado para que a sociedade punisse sua alma indomada, um pouco de Prometeu e um pouco de São Sebastião, recém saído da sala de cirurgia, fomos nos despedir dele, de novo Evandro Lins e Silva e eu, e desta feita também meu filho, e não

mais o encontramos, porque só encontramos seu corpo. O coração físico funcionava, as chamadas funções biológicas funcionavam, mas seu cérebro parara, e ele nele era tudo.

Ao lado, num boxe no qual outro condenado à morte agonizava, no mesmo silêncio e na mesma solidão, uma enfermeira, uma mulher bonita, outro de seus prazeres, uma jovem enfermeira limpava aparelhos e cantarolava, como a nos dizer que a vida é tão importante que a morte diante dela perde qualquer significado trágico. O homem é o nome póstumo. Que são as dores diante da imortalidade de uma obra política que nos faz hoje render esta homenagem que se renovará na leitura de seus textos e na lembrança de seus atos?

Nossa saudade, imorredoura, é nossa promessa, imorredoura de luta. Em homenagem a brasileiro tão altivo, prometamos construir nosso Partido, lutar pelo socialismo, contra a injustiça social, contra a exploração do homem pelo homem, em defesa da igualdade, da fraternidade e da liberdade, de homens, e principalmente de todas as mulheres, de todas as mulheres e de todos os homens, de todas as etnias discriminadas, mas principalmente dos negros, de todos os que sofrem discriminação de qualquer ordem, de cor, de gênero, de origem, de opção sexual, de todos os brasileiros, mas principalmente dos pobres, dos deserdados da terra, dos excluídos, dos perseguidos, dos que não têm emprego, das crianças que não têm futuro, enfim, das vítimas do capitalismo.

Lembremos a oração fúnebre de Péricles dizendo que os homens cumprem melhor seus deveres de cidadãos quando os maiores galhardões esperam a virtude. Porque não foi outra coisa o que ele fez. Prestemos a Antônio Houaiss o preito do último lamento.

Esperamos que o ano que vem nos seja benévolo, que a sua ceifa nos esqueça. Mas, vivamos muito ou vivamos pouco, trabalharemos até o último momento, lutaremos até o último sopro. Esta é a Lição que herdamos, como compromisso, do legado de vida de Antônio Hoauiss.

Vida longa para Antônio Houaiss! (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros e companheiras, anunciamos com muita satisfação entre nós a presença do Governador Ronaldo Lessa, de Alagoas, a quem convidamos para compor a mesa. (Palmas.)

Também convidamos para compor a mesa e já se encontra entre nós, para nossa satisfação e alegria, o Prefeito de Belo Horizonte, o honrado homem público Célio de Castro. (Palmas.)

Companheiros, com atenção vamos ouvir a execução da música Aquarela do Brasil, este que é quase o hino do nosso País, de autoria de Ari Barroso, com o grupo Nosso Choro.

(Apresentação da música Aquarela do Brasil.) (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros e companheiras, gostaríamos agora, com muita satisfação, de passar a palavra, pedindo silêncio aos companheiros em respeito às pessoas que vão falar, com muita satisfação, com muito orgulho ao Deputado Aldo Arantes, representante do Partido Comunista do Brasil.

O SR. ALDO ARANTES (Representante do Partido Comunista do Brasil) - Quero fazer aqui uma saudação aos integrantes da Mesa. Não terei condições de saudar a todos, mas quero aqui saudar o Governador Miguel Arraes (palmas), os governadores Capiberibe e Ronaldo Lessa, os prefeitos em nome do Prefeito Célio de Castro, os senadores, em nome do Senador Valadares, Líder do PSB no Senado, os deputados, em nome da Líder do PSB, Deputada Luiza Erundina, os representantes dos diversos partidos e aqui Israel Pinheiro, representando o Governador de Minas Gerais. Quero saudar meus amigos dirigentes do PSB, e tenho muitos, mas destaco aqui duas figuras renomadas que são os companheiros Amaral e Almino Affonso, e quero principalmente, saudando os demais membros da Mesa, saudar as mulheres, os jovens, os trabalhadores, a todos os congressistas que representam esse combativo partido, o Partido Socialista Brasileiro, neste Congresso. (Palmas.)

Quero dizer que aqui estou representando a Direção Nacional do PCdoB. Nosso dirigente nacional, companheiro João Amazonas, gostaria de estar aqui pelo respeito, pela identidade e pela proximidade que tem o nosso partido com o PSB, mas por questões de saúde não pôde estar aqui presente. Portanto, abraço calorosamente, um abraço de um irmão de luta, a todos os congressistas do 7° Congresso do Partido Socialista Brasileiro. (Palmas.)

Companheiros, no auge da ofensiva neoliberal, no auge da ofensiva reacionária do pensamento único, diziam que o socialismo morreu, diziam que o ideal de igualdade, de justiça social era algo do passado, diziam que a bandeira da soberania nacional era algo ultrapassado. Vários deixaram a luta de lado, vários renegaram o socialismo, mas o PSB manteve com firmeza a luta em defesa do socialismo. E a vida está demonstrando que aqueles que confiaram nos trabalhadores, aqueles que confiaram na justiça social, estão todos a ver o sistema capitalista em crise, o neoliberalismo atingindo de forma violenta os direitos dos trabalhadores, e a idéia da justiça social, do socialismo, da igualdade brota com muito mais força do que antes, porque ela brota das contradições do sistema capitalista e também da capacidade autocrítica dos socialistas que estão sabendo fazer uma reflexão crítica da experiência que tivemos e estão exatamente entendendo a necessidade de construir o socialismo com a cara do nosso povo, com a realidade brasileira, com a alma do povo brasileiro e nesse sentido o PSB tem contribuído muito.

Mas, companheiros, além da luta para construir o socialismo, que é uma luta mais geral, a curto prazo temos a luta contra o neoliberalismo. Essa forma selvagem do capitalismo, essa forma de liquidação dos direitos dos trabalhadores, essa tentativa de impor o chamado caminho único, e para isso, companheiros, e em função disso o nosso País vive uma crise.

Fernando Henrique Cardoso, hoje, não governa para o povo brasileiro. Fernando Henrique Cardoso, hoje, governa para os banqueiros e para as multinacionais. É um governo de traição nacional. (Palmas.) Por isso mesmo, num tempo relativamente curto, a autoridade política do Governo foi lá embaixo e a direita começa a se organizar.

O Sr. Antônio Carlos Magalhães começa a falar em luta contra a pobreza – demagogia —, começa a criticar o FMI. Tentam fazer aquilo que as elites dominantes sempre fazem: façamos a revolução antes que o povo a faça. Mas desta vez nós, povo brasileiro, os trabalhadores, temos de nos unir para construir a alternativa do povo.

Nesse sentido eu quero dizer a vocês que existiu no passado um ditado de que a esquerda não se unia nem na prisão. Nós temos de ter a responsabilidade e a consciência de que se nós não nos unirmos a direita se unirá mais uma vez e nos derrota. (Palmas.) Temos de colocar os objetivos maiores em primeiro lugar, temos de ter presente que o futuro do Brasil está em risco, que o

futuro da democracia está em risco, que o futuro dos direitos dos trabalhadores está em risco. Por isso, considero que demos um passo extremamente importante ao constituirmos a frente de oposição democrática e popular, com o PSB, com o PT, com o PDT, com o PCdoB e com o PCB. E demos um passo, eu diria, maior ainda, quando lançamos, no dia 18 deste mês, um manifesto com 115 assinaturas, colocando de forma categórica que existe alternativa para este País, que a ofensiva do Governo de dizer que a Marcha dos 100 Mil era a marcha dos sem-rumo é mentira. Nós temos o rumo, é o rumo da defesa do Brasil, da democracia, dos direitos dos trabalhadores. Mas temos que construir um movimento nesse sentido. E esse manifesto, que contou com a assinatura de seis governadores, de vários prefeitos, contou com assinaturas, por exemplo, de homens como Barbosa Lima Sobrinho; Celso Furtado; Luís Veríssimo; Raimundo Faoro; Sócrates, o jogador; Lucélia Santos; Guarnieri; Arraes; Brizola; Lula; Amazonas; Zuleide etc.

Mas, companheiros, esse manifesto não pode ser engavetado. Sei, nós temos problemas imediatos das eleições municipais, temos a eleição para Presidente da República, mas temos de ter a grandeza de, resguardando os interesses particulares de cada partido nosso, de cada candidato, colocarmos em primeiro lugar o futuro do Brasil. Sabermos submeter o interesse eleitoral ao interesse maior, que é o da construção de uma pátria livre e da defesa do Brasil.

Por isso quero aqui deixar a mensagem do PCdoB. A nossa é a mensagem da união das forças progressistas. Se não estivéssemos unidos não teríamos colocado 100 mil pessoas. A direita tenta se organizar para tomar fôlego, para implantar o parlamentarismo, para construir sua alternativa, e nós não podemos ter a irresponsabilidade histórica de não nos unirmos neste momento.

Companheiros do PSB, vamos consolidar a união da frente de oposição democrática e popular e vamos lançá-la nas fábricas, nos locais de trabalho, nas universidades, enfim, vamos lançar um movimento em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, criando uma ampla frente cívica, mostrando ao povo brasileiro que existe alternativa para tudo isso, e a alternativa é a união do povo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros, pedimos mais uma vez, encarecidamente, aos que estão com apitos que quando houver companheiros ao microfone deixem para

apitar outra hora. A nossa festa faremos ao término do Congresso. Agradeço aos companheiros a atenção.

Registro a presença entre nós de um companheiro muito ilustre, um batalhador, um homem que começou como gráfico e que hoje é um dirigente nacional do histórico Partido Comunista Brasileiro, o companheiro Trajano Jardim, que aqui já se encontra entre nós e vem saudar também os socialistas brasileiros. (Palmas.)

A RESISTÊNCIA NEGRA

" eu sou descendente de Zumbi
...
Eu trago os duros punhos cerrados
cerrados como rochas
floridos como jardim."

Carlos de Assumpção

BRASIL 500 anos de resistência

Ao heróico povo negro que lutou em e por Palmares contra a opressão colonialista, contra a escravidão, e que ainda hoje luta contra a discriminação racial.

ATOR J. PINGO – *O século XVI foi um tempo em que os atos de dominação precisavam ser justificados ideologicamente. Não ficava bem escravizar seres humanos após o Renascimento. Então a Igreja decreta que os negros não têm alma.*

Desumanizar o negro é o primeiro processo para entendê-lo como inferior e justificar o cativeiro. A resistência dos negros manifestou-se, no entanto, sobretudo nos quilombos. Construindo uma nova sociedade onde poderiam sobreviver longe do sistema opressor, os quilombos surgem em todo o País. São centenas deles.

Os negros dos quilombos quase sempre foram perseguidos e destruídos com dois objetivos: recapturar trabalhadores para as lavouras e principalmente exterminar os perigosos focos de insurreição que ameaçavam todo o sistema escravista.

Zumbi dos Palmares, o grande líder dos quilombos, aparece hoje, mais de 300 anos após sua morte, como defensor da liberdade na luta contra a escravidão. Zumbi, aquele que podia ficar invisível, permanecerá para sempre como um herói de nossa história.

Num sistema voltado para a exportação, que dava pouca importância à produção de alimentos para o consumo interno, não raramente no Brasil colonial surtos de fome irradiavam-se por vastas camadas da população. Era a ordem que originaria o quadro atual brasileiro. Um País voltado prioritariamente para a exportação, e dessa forma subordinado às dinâmicas capitalistas externas.

Contemporaneamente, a luta dos negros se traduz na busca de igualdade de oportunidades e da completa superação de qualquer forma de preconceito racial. Impõe-se também a defesa do sistema de cotas, visando facilitar maior integração dos negros ao mercado de trabalho e em todos os demais setores da sociedade. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Agora vamos ouvir também, em homenagem à música popular brasileira, a música Brasileirinho, de Valdir Azevedo.

(Apresentação da música Brasileirinho.) (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros e companheiras, chega à mesa a notícia de que a delegação do Espírito Santo já se encontra presente e gostaríamos que fosse saudada com uma salva de palmas e bem assim seu Presidente Estadual, nosso querido companheiro Renato Casagrande. (Palmas.)

Peço ao Plenário uma saudação especial a todos aqueles nossos representantes nos diferentes níveis da Federação, portanto, os vereadores, deputados estaduais, prefeitos, vice-prefeitos que, infelizmente, não podem estar aqui conosco à Mesa, São eles que representam nosso Partido nas instâncias municipais, estaduais e federal. São eles os que dão a cara ao nosso Partido, e vão em busca do voto para serem representantes do nosso povo nos diferentes órgãos deliberativos e executivos do País. A eles a nossa saudação e as nossas boas-vindas.

Convido agora a companheira do Partido Comunista Cubano, Maria Antônia, para saudar a nossa militância e os nossos dirigentes em nome do povo cubano, que tão bem representa o Partido Comunista daquele país. (Palmas.)

A SRA. MARIA ANTÔNIA RAMOS (Representante do Partido Comunista Cubano) - Companheiro Miguel Arraes, Presidente do Partido Socialista Brasileiro, companheiros do Diretório Nacional do Partido Socialista Brasileiro, companheiros representantes das diferentes forças políticas do Brasil que nos acompanham, companheiros e companheiras, antes de começar a compartilhar com vocês algumas reflexões, vou dizer algo muito íntimo. Quando cheguei a este auditório e vi a alegria, o entusiasmo, a paixão, esse temperamento tão forte com que vocês estavam falando e cantando, chegou um momento em que pensei que não estava no Brasil. Achei que estava em Cuba. (Palmas.)

Então, compreendi algo que outros companheiros já me haviam falado. Quantas coisas nos unem, cubanos e brasileiros, porque temos similares cultura e temperamento, porque temos muito em comum por que lutar.

Mas hoje não venho falar dessas coisas. Hoje quero compartilhar com vocês algumas reflexões.

Como não falo português, falo portunhol, prefiro ler algumas notas.

"Com profunda satisfação trago a saudação do Partido Comunista Cubano ao 7° Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Não tenho dúvidas em afirmar que dada a conjuntura atual do cenário político que atravessamos, mas além das fronteiras do Brasil, esta reunião marcará um momento importante para o desenvolvimento do Partido Socialista e para todo o movimento progressista brasileiro e latino-americano.

Este Congresso tem lugar em momentos em que ressurge um forte movimento social e popular em todo o continente, após o período em que as idéias progressistas e revolucionárias pareciam abatidas pela frustração e o desamparo. Transcorreu relativamente pouco tempo para que o milagre neoliberal com seu suposto crescimento sem limites, sem recessões, sem crises, descobrisse a verdadeira natureza exploradora e excludente do modelo.

Até então a palavra globalização não se mencionava. Hoje o mundo se globaliza aceleradamente nas finanças, nos capitais, nas invenções, no comércio, na tecnologia, nas comunicações que se estendem pelo mundo sem limites de fronteira. É um processo indiscutivelmente vinculado ao desenvolvimento da sociedade humana, o avanço das forças produtivas. Sem embargo, que tipo de globalização corresponde aos países em desenvolvimento?. Quais as conseqüências da globalização neoliberal para importantes setores da nossas sociedades? É acaso o atual processo de globalização excludente e insustentável por sua própria natureza, que condena nossos povos à subjugação pelos grandes centros do poder mundial de onde se projeta uma estratégia de dominação não só natureza econômica senão ideológica e cultural? Não só a dívida externa e o intercâmbio desigual da abertura indiscriminada do comércio são os inimigos do nosso desenvolvimento. Também a invasão cultural que se projeta sobre nossos povos, um império sem limites domina quase a totalidade dos meios de comunicação e o monopólio cultural, com o qual tentam anular nossas identidades nacionais e nossas respectivas culturas.

Há uma estratégia de dominação muito clara, mas não se pode pensar em um amanhã melhor, em um mundo mais justo sem uma profunda reflexão, sem um profundo conhecimento. É necessário unir inteligências, convocar uma batalha de idéias, de idéias que preparem nossos povos para o futuro.

A inteligência e o desenvolvimento científico e técnico não podem estar a serviço de uma minoria de transnacionais, devem estar a serviço do homem. Esse é um grande desafio para nós. É um desafio para nossos povos e por isso é tão necessária a unidade, porque essa é uma batalha de sobrevivência que implica a todos. Por isso é tão importante a união das forças progressistas e o movimento popular no campo das idéias.

Companheiros, Cuba é uma pequena ilha e uma prova viva de uma das páginas mais dignas da resistência de um povo frente à prepotência do império e da política gerencial nos assuntos internos dos nossos países. Por mais de 40 anos temos enfrentado uma das mais brutais políticas de hostilidade e agressão destinadas a destruir a revolução cubana. Ações de diversas naturezas, diplomáticas, militares, econômicas, biológicas, propagandísticas, perseguiram nosso povo para que se rendesse pela fome, não como uma política encoberta mas como uma política pública, aprovada pelo congresso norte-americano que em sua mentalidade imperial impõe leis de obrigatório cumprimento para todos os países. Como a lei Hel Burton, toda vez que fazem ouvidos surdos aos reclamos da comunidade internacional por levantamento do bloqueio a Cuba, que no último período das sessões da assembléia geral das Nações Unidas foi ratificado com 154 votos de países a favor da eliminação do bloqueio cubano.

Frente a tudo isso Cuba se levanta e sua economia começa a dar sinais de recuperação em forma sustentada. Recentemente celebramos com profundo êxito a reunião da Cúpula ibero-americana, onde Havana foi anfitriã de numerosos chefes de estado de numerosos países e regiões e onde, apesar de uma campanha difamatória, orquestrada e dirigida pelo governo norte-americano e os setores mais conservadores e recalcitrantes da comunidade em Miami, a Cúpula ibero-americana e Cuba ficaram fortalecidas.

Companheiros e companheiras, teria muitas coisas a dizer e muitas mensagens a enviar, mas o tempo é breve. Penso que hoje nenhum país pode na América Latina e em qualquer outro continente resolver por si só os problemas. Há assuntos que transcendem as fronteiras nacionais. Hoje mais do que nunca há que levantar essa bandeira de que pátria é humanidade, o futuro depende de nós mesmos. Desejo-lhes um debate frutífero, inteligente e profundo.

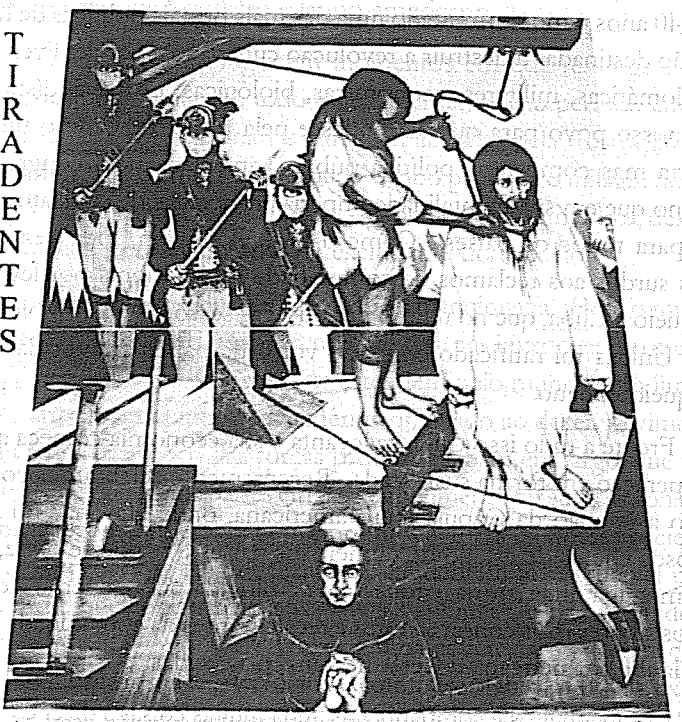
Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Da Inconfidência Mineira ao 2 de Julho.

LIBERDADE, AINDA QUE TARDIA

MAS PORQUE TÃO INSUPORTAVELMENTE TARDIA?

TIRADENTES



"A chama que ele acendeu
não pode se apagar,
mas sempre corre perigo."

OTTO LARA RESENDE

ATOR J. PINGO - *No século XVIII a incipiente indústria brasileira fornecia aos colonos tecidos e produtos de couro. Alguns ferreiros fabricavam ferramentas, moendas e armas brancas.*

D. Maria I, a louca, Rainha de Portugal, por um edital de 1785, proibiu quaisquer manufaturas no Brasil. Daquele momento em diante, tudo seria importado de Portugal, que por sua vez comprava da Inglaterra, obedecendo ao Tratado de Methuen, de 1703. Esse tratado condicionava Portugal a comprar os produtos industriais, principalmente tecidos, da Inglaterra, matando as manufaturas portuguesas. Foi um grande golpe, especialmente para os mineiros das Gerais.

Teriam que pagar pelas mercadorias muito mais do que custavam quando fabricadas no Brasil. Além disso, vinham sofrendo a elevação de impostos. A derrama era cobrada desde 1763.

Em 1789, começa a Inconfidência Mineira, uma rebelião de gente rica, que não queria pagar impostos extorsivos, gente culta que estudou na Europa e aprendeu superficialmente o pensamento liberal da época, menos um: Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, simples alferes, depois de ter sido quase tudo na vida.

Eles queriam implantar a República, mas nesta República as estruturas sociais permaneceriam intactas. A conspiração era frágil e ademais teve um traidor.

Em 1792, de todos os implicados, só Tiradentes morreu. O único que não era um grande senhor, apenas um homem idealista. As lutas indígenas, de negros, mestiços, pobres, não-escravos e mesmo membros das elites locais, foram se avolumando e dando forma ao descompasso entre os interesses coloniais e os metropolitanos.

Em 1822, com respaldo dos ingleses, as elites coloniais do Brasil romperam com as autoridades portuguesas. Contaram com D. Pedro, príncipe e herdeiro da coroa portuguesa, na criação de

um governo que desse continuidade aos empreendimentos produtivos escravistas e que garantisse a ordem social.

A Inglaterra consolida a independência. Para reconhecer o Império, obriga o Brasil a assumir a dívida de Portugal, 1,4 milhão de libras esterlinas que sobe a 2 milhões com os juros e serviços. Não há liberdade, nenhuma soberania. O próprio José Bonifácio, chamado de Patriarca da Independência, comenta: "A soberania nacional recebeu um coice na boca do estômago".

Com D. Pedro II, 1840/1889, foram esmagados um a um os movimentos de descontentamento popular mais rebeldes e ameaçadores. A exemplo da Revolução Praieira, 1848/1850, consolidando o Brasil imperial escravista, aristocrático e atrelado à Inglaterra.

Quase um ano após o grito imperial às margens do Ipiranga, não havia nem independência nem morte. Foram os negros, os índios, os mestiços, os fazendeiros, os vaqueiros, os religiosos, os soldados organizados em batalhões populares como os famosos encourados, assim chamados por seus gibões de couro, que expulsaram da Bahia as tropas portuguesas do General Madeira.

As guerrilhas do Recôncavo baiano transformaram-se em guerras de posições. O sangue do povo brasileiro na Bahia irrigou o chão da liberdade no Brasil. O sacrifício de Sóror Joana Angélica, caída sob as baionetas portuguesas, não foi em vão. A coragem da mulher-soldado, Maria Quitéria, até hoje é exemplo para a luta das mulheres baianas e brasileiras.

Tirem da independência a campanha da Bahia e ela ficará reduzida a um arranjo familiar e português, com a intervenção de Sir Charles Stuart, afirmou o historiador Braz Amaral, em 1822.

Mas foi o poeta Castro Alves quem imortalizou a verdadeira Independência do Brasil. Era no 2 de julho, a pugna imensa travara-se nos serros da Bahia. Era o porvir em frente ao passado, a liberdade em frente à escravidão! (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros e companheiras, comunico àqueles que ainda não tomaram conhecimento que hoje o Partido Socialista Brasileiro realizou importantes encontros: o Encontro de Jovens, que terá continuidade amanhã; o Encontro do Movimento Sindical; mas o encontro que é pioneiro, pelo menos no plano nacional, é o Encontro das Mulheres Socialistas. Esse foi o encontro que elegeu a companheira gaúcha Mari Machado, uma companheira da fronteira, uma companheira de Livramento, uma companheira batalhadora que muito irá nos ajudar nos trabalhos da nova Executiva Nacional, que será eleita neste Congresso. (Palmas.)

Convidamos a companheira Mari Machado, a primeira membro da nova Comissão Executiva Nacional que será eleita, para compor esta mesa. Queremos com isso também reconhecer o trabalho importante que realizou para chegar ao dia de hoje e ser eleita representante das mulheres socialistas junto à Comissão Executiva Nacional. Companheira Mari nos dê a honra de compor a mesa com todos nós. (Palmas.)

Teremos agora a satisfação de ouvir uma música também muito conhecida de todos nós, Asa Branca, com o grupo Nosso Choro.

(Apresentação da música Asa Branca.) (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Temos a satisfação de convidar o companheiro Trajano Jardim, representante do Partido Comunista Brasileiro, para sua saudação aos nossos Congressistas. (Palmas.)

O SR. TRAJANO JARDIM (Representante do Partido Comunista Brasileiro) - Companheiros que compõem a mesa, quero saudar este Congresso em nome da Direção Nacional do Partido Comunista Brasileiro, na pessoa dessa figura emblemática das lutas de resistência neste País, Miguel Arraes. (Palmas.)

Saudamos os delegados deste Congresso, falando da responsabilidade que o Partido Socialista Brasileiro tem neste 7° Congresso, no instante em que o Brasil atravessa momentos de agruras, em que devemos colocar a nossa percepção para dizer que neste momento, acima, como disse o camarada Aldo Arantes, dos interesses particulares de partidos, temos de colocar o interesse fundamental do nosso povo que hoje está sendo escravizado e levado à miséria

por este Governo que aí está, a serviço do imperialismo e das forças neoliberais. (Palmas.)

Essa responsabilidade que vocês têm não é de saber quem vai ser o candidato a Presidente da República, não é saber nas suas cidades e nos seus municípios quem vai ser o prefeito ou o candidato a vereador. Porque sabemos e está provado que se não tivermos a mobilização popular esta Casa e a Câmara dos Deputados não resolverão o problema do povo brasileiro. (Palmas.) Se não estiverem as eleições calçadas nas lutas populares nas ruas, nos protestos e nas greves esta Casa, o Congresso Nacional, será aquilo que estamos vendo neste momento, apesar dos 130 companheiros que aí estão, lutando para que se modifique alguma coisa. Mas têm aqui quase 400 que estão a serviço das classes dominantes, das empresas internacionais que hoje estão querendo inclusive, como foi agora, e a imprensa brasileira vendida não diz que Fernando Henrique foi à Itália para tratar da entrega da Amazônia. (Palmas.)

A responsabilidade deste 7º Congresso é tirar aqui uma decisão de luta nas ruas como sempre fez o Partido Socialista Brasileiro, como sempre esteve Miguel Arraes até 64 e quando esteve voltando do exílio, fazendo uma luta de enfrentamento para que pudesse ser feita a eleição direta, para que se pudesse ter a anistia.

Então os comunistas do Partido Comunista Brasileiro, junto com toda a frente dos partidos que compõem hoje a frente de oposição, quer lançar aqui a vocês um desafio para dizer que neste instante este Governo que aí está não entregará o Brasil, porque nós, brasileiros, estaremos nas ruas, comunistas do Partido Comunista Brasileiro, comunistas do Partido Comunista do Brasil, os socialistas do Partido Socialista Brasileiro, os socialistas e os trabalhadores do Partido dos Trabalhadores estarão nas ruas e os socialistas também do Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola. E todos aqueles que assinaram aquele documento do qual falou o camarada Aldo Arantes, que hoje os partidos sozinhos — e essa é a responsabilidade deste Congresso — não poderão levar essa luta de enfrentamento ao imperialismo que hoje é liderado pelos norte-americanos.

E aqui queremos fazer uma saudação à nossa camarada Maria Antônia, em nome dos comunistas brasileiros e de todos os socialistas, fazendo também uma saudação ao povo cubano e a Fidel Castro, porque nós estaremos nesta luta também, defendendo Cuba contra o bloqueio do imperialismo norte-

americano, porque em Cuba está representado o sonho que queremos para o Brasil, não fazendo daquele o espelho para o Brasil, mas construindo também aqui um socialismo brasileiro nesta pátria com a perspectiva do comunismo, com a perspectiva daquilo que irá resolver o problema dos brasileiros.

Um bom Congresso para vocês! É a saudação do Partido Comunista Brasileiro. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Canudos, a Utopia Sertaneja.

CANUDOS
A UTOPIA SERTANEJA

BRASIL 500

Nunca houve roubo. Nunca houve opressão.
Todos eram livres e iguais. Todos trabalhavam.
Para o governo, Canudos ameaçava a República.
Daí a decisão de exterminá-lo.

ATOR J. PINGO *- Os sertanejos que se uniram em Canudos tentaram construir uma sociedade socialista. Antônio Conselheiro, seu líder, talvez seja um dos personagens mais caluniados da História do Brasil. Prega a desobediência civil como reação às leis injustas. Acontece que no sertão todas as leis são injustas. A lei é a do senhor latifundiário. Mas além dos latifundiários, da Igreja, o Conselheiro tinha mais um inimigo, as autoridades do governo.*

Em Canudos surgiu um tipo de sociedade diferente daquela que existia no Brasil de então. Não havia propriedade particular de terras que pertenciam à comunidade. Nunca teve polícia ou cobrador de impostos. Ao contrário do que se passava no sertão, havia duas escolas para as crianças. As decisões eram tomadas à noite, após o trabalho, com a participação de todos. Ali tentavam superar a miséria. Era um magnífico exemplo para o povo e não poderia ser aceito pelas classes dominantes. Era a prova de que a utopia é possível. E quem o provava era um bando de fanáticos e mestiços, tendo um estranho profeta maluco a guiá-los.

Se Canudos não fosse destruída, outras surgiriam. Para o governo, Canudos ameaçava a República. Daí o pretexto para exterminá-la numa guerra de equívocos. O episódio ocorrido nos primórdios da República pôs em confronto de um lado sertanejos messiânicos, que haviam construído uma comunidade socializada, e de outro tropas federais armadas até os dentes. Os soldados foram vencidos em três batalhas. Só na quarta e fulminante incursão acabariam com o arraial de Canudos.

Duas semanas depois da morte do líder, em setembro de 1897, mantida em sigilo por seus colaboradores diretos, todos teriam esse mesmo destino pouco depois. Sem capitular, contudo, ninguém se rendeu. Deixaram a certeza de glória no memorial dos viventes do sertão, como comprova a velhinha que, ao ser interrogada sobre a morte de um deles, negou: uns arcanjos o subiram para o céu! Diz, estalando a língua: eu vi.

Depois de muita luta, Canudos foi derrotada, mas não a ânsia de liberdade. Enquanto isso, tendo à frente os barões do café, a elite econômica apropriava-se de forma escancarada dos recursos do Estado através da defesa dos preços do café, de obtenção de empréstimos externos, de política cambial, da limitação de gastos públicos em políticas sociais e da forte tributação sobre os bens de consumo. Era a consolidação do uso privado dos bens públicos por parte das elites brasileiras. Uma prática que ganhou vigor e se perpetua até os nossos dias. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Vamos ouvir agora a música Pedacinho do Céu, feita por Valdir Azevedo em homenagem à capital brasileira que hoje sedia o 7º Congresso Nacional do PSB.

(Apresentação da música Pedacinho do Céu.) (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Chega à mesa a notícia de que a delegação do Mato Grosso já se faz presente e também o seu Presidente Estadual recém-eleito, o bravo companheiro Jeferson Arruda. Saudemos a todos os companheiros do Mato Grosso. (Palmas.)

Tenho a satisfação de passar a palavra ao companheiro Governador do Estado do Amapá, João Alberto Capiberibe. (Palmas.)

O SR. JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE (Governador do Estado do Amapá) – Companheiro Miguel Arraes, Presidente Nacional do nosso Partido, por quem tenho um carinho muito especial. Foi quem na nossa volta do exílio me conduziu nos primeiros passos da política do nosso País.

Quero saudar os companheiros representantes dos partidos do nosso campo de luta e quero saudar especialmente a representante do Partido Comunista Cubano, esse país com uma superfície tão pequena e de um povo tão bravo, capaz de sustentar uma longa luta, e essa luta que é de todos nós, latino-americanos, a luta para oferecer ao seu povo as condições de vida dignas, de respeito, como saúde, educação, segurança, trabalho, aquilo que nos faz falta. Ao povo cubano o nosso carinho, nosso respeito, que é o respeito de todos nós latino-americanos.

Companheiros militantes do Partido Socialista Brasileiro, vindos das comunidades mais distantes, do Chuí ao Oiapoque, do Nordeste, lá das regiões ribeirinhas da Amazônia — ainda agora encontrei um companheiro do Acre aqui — esse é o partido e este Congresso nos une, todos os brasileiros de todos os rincões, para discutir uma proposta que nos contemple, que seja a nossa cara, que represente esse mosaico fantástico que estamos vendo aqui, étnico, de contribuição dos povos indígenas, que aqui estavam e que receberam carinhosamente os portugueses e europeus que para cá vieram. Os negros trazidos da África e os europeus que junto conosco constróem o que somos hoje: esta sociedade brasileira tão desigual.

Quero aqui aproveitar a oportunidade, pois estou chegando de 15 dias de intenso trabalho na Europa e não preciso analisar a estatística, basta ver a distância que aumenta cada vez mais entre os ricos do norte e os pobres do sul. Mas tive uma oportunidade única, caro Presidente, passei dois dias na Comissão Européia, para conhecer por dentro uma das experiências de maior sucesso neste século: quinze países europeus juntaram-se para formar a União Européia, num processo penoso de articulação política e de integração econômica e social. Essa integração resultou evidentemente, como era objetivo inicial, no distanciamento do fantasma da guerra em solo europeu. A não ser as guerras étnicas que continuam. Mas as guerras entre estados nacionais desaparecem na Europa em função do esforço desprendido pelos países europeus. E além de afastar definitivamente o fantasma da guerra, o resultado, o impacto positivo na economia e na melhoria da qualidade de vida desses povos salta aos olhos.

Esse é um projeto que precisa ser analisado por todos nós latino-americanos. E aqui foi dito que isoladamente não temos condições de vencer o atraso, os obstáculos que nos são impostos para melhorar a qualidade de vida do nosso povo. É necessário a unidade e essa unidade é, sim, do povo brasileiro, com projeto para o povo brasileiro, um projeto que nos contemple e que considere este País rico, essa fábula de riqueza que detemos e que ao longo desses 500 anos as elites que dela se apropriaram não conseguiram conduzi-la.

É hora de uma profunda reflexão e este Congresso tem de sair com essa reflexão e com um projeto claro, que possamos levar para as fábricas, para discutir com o povo na rua, para levar para o setor empresarial sim, para discutir com a sociedade brasileira.

A União Européia tem um exemplo similar na América do Sul que é esse esforço entre os nossos países do sul, o Mercosul. E temos de tomar posição. Este Congresso é uma oportunidade nossa de tomarmos posição em relação à integração não apenas dos mercados latino-americanos, mas a integração cultural, social, política. Somos mais de 200 milhões e este é um povo respeitado. É um número respeitado. A integração com os povos latino-americanos é decisiva para estabelecermos uma terceira via entre a União Européia e entre aqueles que viraram espécie de polícia do mundo, que são os Estados Unidos.

Só com a nossa integração, com a nossa unidade, poderemos estabelecer com clareza objetos de negociação e também a nossa inserção, a inserção do Brasil, a inserção dos países latino-americanos nesse cenário de globalização.

E este é um momento importante na América Latina. O momento em que Cuba realiza uma grande reunião com chefes de estado, com grande sucesso. No momento em que se realizam eleições no Uruguai, e um companheiro nosso, companheiro de esquerda, vai ao segundo turno com a possibilidade de vitória. No momento em que o Partido Socialista Chileno com certeza vencerá as eleições. O que nos aponta uma possibilidade concreta de um governo de centro-esquerda para o Brasil, que é o grande líder da América do Sul, porque o povo brasileiro está cansado dos fracassos, dos repetidos insucessos dos planos das elites. Mas exige de nós um projeto claro e amplo, tão amplo quanto a nossa sociedade.

Portanto, meus companheiros do Partido Socialista Brasileiro, deixo aqui uma mensagem de otimismo, porque vejo que não estamos mais isolados na América Latina, que essa via única já não prevalece e que precisamos construir um novo processo, talvez revendo algumas teses que nos são caras, mas estamos no limiar de um próximo milênio. Estamos às vésperas de uma grande reunião dos Estados Unidos para rever como os países ricos do norte vão enriquecer ainda mais, condenando-nos à pobreza. Que as nossas elites são não diria incompetentes, porque elas são competentes para se manter no poder internamente dentro de cada país, mas são débeis para negociar o interesse das nações latino-americanas.

E só um amplo debate nacional, com novas bases, com uma proposta coerente do ponto de vista econômico, colocando-nos nessa possibilidade de ampliar a base econômica deste País. Nós não podemos continuar sendo exportadores de matéria-prima. Precisamos montar a cadeia produtiva dos nossos produtos, gerando os empregos que o povo brasileiro precisa. Mas para isso é preciso mudar este Governo que aí está. (Palmas.)

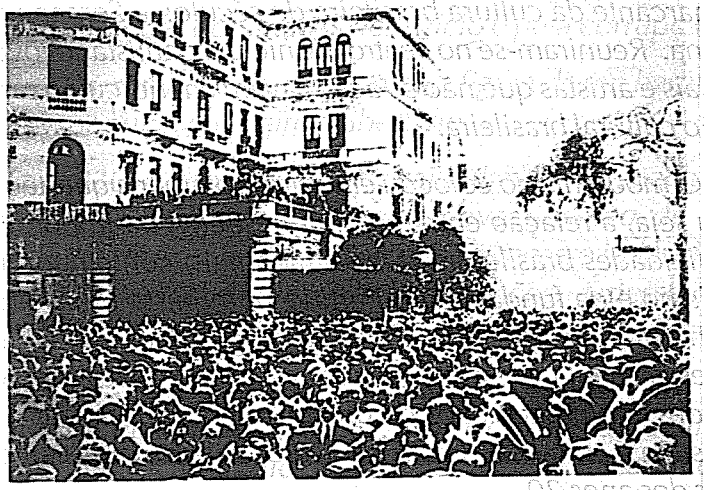
Mas não vamos substituir a nossa agenda. A agenda do momento não é a eleição. Não podemos considerar que este Governo que aí está já terminou porque ele termina em 2002. Senão vamos alimentar uma nova possibilidade de surgir um novo salvador da pátria, como já conhecemos no passado. A agenda do presente não é a discussão de 2002. A agenda do presente é a crise social, é o desemprego, é a possibilidade de ampliação da base econômica, é a crise política. É essa a agenda do presente. Não vamos transferir tudo para o futuro e esquecer esses anos que temos de sobreviver até 2002. Isso de certo será longamente debatido no nosso Congresso.

Companheiros, estou feliz de ver essa ampliação do nosso partido. Em todos os Estados estamos organizados. Daqui vamos sair com um projeto para garantir a ampliação e a consolidação decisiva do Partido Socialista Brasileiro nas eleições municipais do ano que vem nas câmaras de vereadores.

Viva o Partido Socialista Brasileiro! Viva o povo brasileiro! (Palmas prolongadas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Da Coluna Prestas à Revolução de 30.

DA COLUNA PRESTES À REVOLUÇÃO DE 30



"... no rastro da coluna
ficava a Esperança."

Jorge Amado

"A revolta é o último dos direitos a que deve recorrer um povo livre para salvaguardar os interesses coletivos; mas é tambem o mais imperioso dos deveres impostos aos verdadeiros cidadãos."

Juarez Távora

BRASIL 500 anos de resistência

ATOR J. PINGO – Em fevereiro de 1922 ocorre o evento mais marcante da cultura brasileira do século: a Semana de Arte Moderna. Reuniram-se no Teatro Municipal paulistano jovens, intelectuais e artistas que não se acanhavam em ridicularizar toda a tradição cultural brasileira.

O modernismo colocou em outro patamar a questão nacional, ou seja, a relação entre a cultura estrangeira importada e as especificidades brasileiras. Ele foi, ademais, contemporâneo do tenentismo e da fundação do Partido Comunista Brasileiro. Naquele momento, caracterizado pela longa sucessão de levantes militares, a receita que a Inglaterra dava ao então Presidente Arthur Bernardes, era nada menos do que privatizar. Privatizar o Banco do Brasil, a Central do Brasil, o Loyd Brasileiro, ou seja, todas as estatais dos anos 20.

A modernidade que Fernando Henrique Cardoso nos promete, hoje, está no passado. O Brasil de Arthur Bernardes e de Washington Luís é o mesmo do regime militar de Collor, de Fernando Henrique. O mesmo Brasil de uma elite econômico-financeira e política, desinteressada do País, do povo, do futuro e concentrada no seu imediatismo voraz e insaciável.

A crise econômica que o País vive desde 1922 aguça o quadro de miséria e sofrimento. Em 1922 ocorre o levante fracassado do Forte de Copacabana, para impedir a posse do Presidente Arthur Bernardes.

Em 1924, outra revolta, agora em São Paulo. Inicialmente conduzida por oficiais do Exército e da força pública, ela poderia escapar do controle militar e se transformar numa insurreição. Então é duramente reprimida. Esta rebelião detonou o processo que deu origem à Coluna Prestes, uma epopéia de 36 mil quilômetros.

Mas os rebeldes, na verdade, em nenhum momento se preocuparam em promover uma revolução social no Brasil. Acreditavam que não era preciso mudar a ordem estabelecida para que o

Brasil se tornasse uma grande Nação. Seu discurso pregava acima de tudo a moralização dos costumes, com o afastamento dos políticos desonestos e a sua substituição por cidadãos cultos, dignos e respeitáveis, capazes de restabelecer a ordem e de resgatar a imagem das instituições dominadas pelo vício e pela corrupção.

Prestes, seu líder, encarna então a figura de um herói nacional, denso, popular, guerreiro e libertário.

Em 1930, a República velha caiu, dando início ao período getulista. O Estado assumiu uma nova posição de agente impulsionador da economia, acelerando o processo industrial, através da política de substituição de importações. É nesse período que a economia brasileira deixa de ser exclusivamente agroexportadora.

A crise internacional de 1929 provocara graves dificuldades para a produção tradicional: café, açúcar, cacau etc. Mas gerou condições para o crescimento da indústria local e para o equilíbrio do Estado brasileiro. Ganhando um inegável espaço na sua autonomia, o País acumulou apreciáveis reservas. Só que a partir de 1945 tais reservas foram dilapidadas por uma política cuja orientação é semelhante à que vem sendo empreendida hoje, colocando já naquele momento a reconquista da soberania nacional como eixo estratégico da luta.

E assim tem sido desde o início de nossa história, das campanhas pelo petróleo e em defesa das riquezas nacionais até o grande retrocesso representado pelo golpe militar de 1964, que eliminou nosso incipiente processo democrático, que permitia pelo menos a discussão dos grandes temas nacionais, dentre os quais a reforma agrária. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Convido agora o Deputado Márcio Bittar, representante do Partido Popular Socialista, o PPS, para saudar os nossos Congressistas.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO BITTAR (Representante do Partido Popular Socialista) – Em breves palavras, mas registrando que esta é uma data importante para mim, por estar compondo uma mesa de deputados federais, de senadores, governadores, enfim, de prefeitos, de lideranças, como aquela que há pouco saiu daqui, o companheiro Brizola, como o Presidente do PSB, Miguel Arraes, e como a Prefeita do Estado em que nasci, o Estado de São Paulo, Luiza Erundina, de forma que para mim é um grande prazer estar compondo uma mesa, representando o PPS.

E mais ainda, para trazer aqui, em nome do Partido Popular Socialista, do companheiro Ciro Gomes, do companheiro Salomão Malina, e do Presidente do nosso Partido, pessoa pela qual nutro o mais profundo respeito, Senador Roberto Freire, as saudações do nosso partido a vocês do PSB, que realizam este Congresso.

Muito já foi dito, poderia apenas acrescentar que na virada do milênio novos desafios, e há 100, 200 anos, toda vez em que se reuniam nossos ancestrais sempre prognosticavam novos desafios. Mas talvez este realmente seja o momento atual. O homem quebrou quase todas as barreiras, avançou seus limites e hoje vivemos num mundo globalizado.

Mas neste mundo globalizado o setor financeiro internacional, que não tem pátria, mas que tem sede, continua dominando países como o nosso, e o grito de independência que deram nossos antepassados, achando que ao se livrar da coroa portuguesa nos dariam a liberdade, a autonomia, ainda não foi efetivado.

Neste Terceiro Milênio há um ponto crucial na geopolítica internacional e o Governador Capiberibe, do Amapá, sabe melhor do que eu o que menciono agora. As fontes de energias naturais renováveis e não-renováveis estão no centro do debate internacional. Nós, os países que estamos nos trópicos, detemos ainda recursos naturais não-renováveis e extraordinário potencial gerador de energia limpa, não-poluente e renovável.

Isso nos coloca em condições de nos inserir mais autonomamente, mas trazendo e resolvendo fossos vergonhosos como esse de os 10% mais

ricos do Brasil terem o dobro dos que recebem os 40% mais pobres deste País. Tomar consciência disso não é coisa, como disse agora há pouco, de um salvador da pátria ou de um partido político.

Por isso, quero neste momento, representando o PPS, dizer: não nos interpretem mal, porque com certeza absoluta estamos no mesmo campo; porque com certeza absoluta temos os mesmos desafios: transformar esta Pátria numa Pátria autônoma, livre, independente e que resolva os graves problemas, aprofundando a democracia e resolvendo as crises sociais que envergonham o nosso povo.

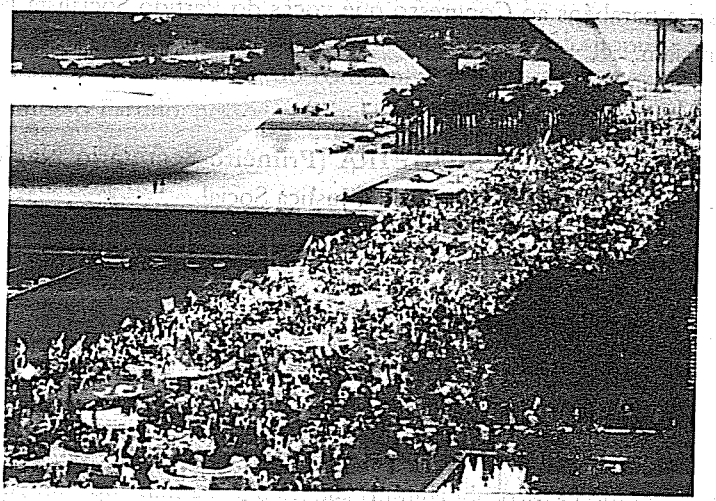
Recebam, portanto, o fraternal abraço da família do Partido Popular Socialista e parabéns ao Congresso que vocês do Partido Socialista Brasileiro agora iniciam.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) - Sem Reforma Agrária não há Justiça Social.

SEM REFORMA AGRÁRIA NÃO HÁ JUSTIÇA SOCIAL

Dos Quilombos, às Ligas Camponesas,
ao Movimento dos Sem Terra.



MARCHA DOS SEM TERRA

BRASIL 500

Em 500 anos de História, o Brasil nunca dividiu democraticamente a terra. Nenhum país continental possui uma terra tão concentrada e tão desperdiçada...

LIVRO 065

SEM REFORMA AGRÁRIA NÃO HÁ JUSTIÇA SOCIAL

ATOR J. PINGO - *Em 500 anos de história, o Brasil é um dos poucos países no mundo a guardar uma estrutura fundiária semelhante a da sua fundação. O primeiro regime de propriedade, o das Sesmarias, durou três séculos.*

Em 1822 foi revogada a legislação das sesmarias e o Brasil ficou quase 30 anos sem nenhuma lei sobre a propriedade rural.

De 1850 para cá, pouco se mexeu na estrutura da terra no País. Em toda a História do Brasil sempre houve agitação no campo, sempre houve luta pela divisão das fazendas e houve até zonas liberadas como os quilombos. Neste século o movimento tenentista nos anos 20 agitou a bandeira da reforma agrária. De lá para cá João Goulart tentou enfrentar o assunto, pressionado pelas ligas camponesas de Francisco Julião.

Goulart, deposto, e as ligas derrotadas, o problema continuou escamoteado e a reforma agrária só volta a entrar na agenda do governo por força do mais importante movimento social do Brasil na atualidade, o MST. (Palmas.) Movimento dos Sem-Terra.

Hoje, a reforma agrária deixou de consistir apenas na divisão de terra, como no passado. É necessário, além das ocupações de terra, formular uma política agrícola onde se resolvam os problemas dos trabalhadores assalariados do campo, dos parceiros, dos médios, micros e pequenos proprietários, enfim, de toda uma legião de pobres sujeitos às mais variadas formas de exploração e de dificuldades.

Com os governos militares, 1964 a 1985, nossas desigualdades sociais bateram recordes mundiais, somando-se ao cerceamento da liberdades individuais e políticas e à repressão ditatorial. Resistimos, lutamos em todos os níveis através dos movimentos políticos, através das igrejas, dos movimentos sociais, das Diretas Já e cumprimos, ao longo das duas últimas décadas, o ciclo de redemocratização política.

Só que essa democracia política vem-se transformando numa fonte de frustração das aspirações do povo e até mesmo em instabilidade. Se ela não se transformar numa verdadeira democracia social, capaz de atacar e resolver não apenas os problemas conjunturais, mas também e sobretudo os intocados problemas estruturais brasileiros, causas de nossas gritantes mazelas sociais, não aceitaremos uma caricatura de democracia. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Agora temos a satisfação de convidar para usar da palavra o Governador de Alagoas, nosso companheiro Ronaldo Lessa. (Palmas.)

O SR. RONALDO LESSA (Governador do Estado de Alagoas) – Companheiro Presidente Miguel Arraes, peço permissão aos demais membros da Mesa, do PSB, pelo menos, para, em nome de Miguel Arraes, poder fazer a saudação.

Fazemos a saudação à companheira do Partido Comunista de Cuba, queria que todas as mulheres que aqui estivessem se sentissem realmente homenageadas. (Palmas.) E os nossos colegas, companheiros de outros partidos que vêm dar o seu abraço caloroso, fraterno neste nosso encontro.

Com essa saudação, quero tentar ser breve para não cansar quem já chegou hoje, depois de muitas horas de caminhada, e precisa amanhã cedo trabalhar com a gente. Mas o que dizer desta hora de tanta alegria, de ver que aquele partido que começou no menor dos auditórios de Brasília, aqui do Congresso, hoje tem este auditório como pequeno. Os corredores tinham mais gente do que aqui no nosso querido auditório. É verdade. Esse é o PSB de 14 anos depois da sua reestruturação, que a cada eleição avançou e avança no eleitorado. Se tomarmos a proporção que crescemos não há por que ficarmos preocupados. (Palmas.)

Hoje, na verdade, é um dia de muita alegria para todos que estão neste partido desde o começo, que têm vivido cada instante, que como eu fui vereador por este partido, eleito por ele prefeito e governador por esta legenda. É a nossa casa, a nossa cara, aquilo que na verdade vivemos e exprimimos.

Então o que dizer, hoje, de importante para que pudesse ficar como reflexão, além da grande alegria, do grande entusiasmo? Não sei se vou ser compreendido, mas vou insistir em dizer da necessidade de primeiro ousarmos, ter a coragem de ousar. O que significar esse ousar? Posso dar o exemplo: jamais se imaginava que uma coligação PSB/PT/PCdoB/PPS pudesse ganhar o governo de Alagoas. Jamais! Perguntasse a vocês ou a qualquer sábio da política brasileira para saber se era possível vencer aquelas oligarquias.

Então se aquilo foi possível, tudo pode ser possível neste País. (Palmas.) Então ousar é a primeira questão.

Segundo, companheiros, nós já vimos o filme que eles tentam passar.

Há poucos minutos falava-se do período do domínio da Inglaterra aqui no País, da dominação que tinham as empresas estrangeiras, e que o Brasil sentiu a necessidade de assumir e criar suas empresas. Foi este País que investiu em toda a grande e principal infra-estrutura, foi o sangue, o suor, o capital do povo brasileiro para isso. E agora vemos como se isso não valesse nada tentar jogar fora.

Trago essa questão para que possamos, entre tantas outras, mas talvez essa seja aquela que fique mais clara, falar mais rapidamente. Primeiro que não estou trazendo aqui a fobia, a febre, o nacionalismo, como é a forma que eles querem criticar quando somos contra a privatização. Não é a esterilidade disso. É o bom senso. Há coisas que o Estado já mostrou que não tem de tomar conta. Está aí Cuba, onde está com os hotéis recebendo dinheiro da Espanha, do Canadá e fazendo sua reforma econômica. Eles entram com tanto, o governo cubano com outra parte. O controle é da economia cubana, mas o gerenciamento é da empresa estrangeira, que é o cliente dele, saber quem faz é a empresa estrangeira; e Fidel Castro está vivenciando, descobrindo a fórmula nova. E por que não vamos tentar encontrar a nossa?

Agora, setores como o energético, sobretudo a energia hidráulica que vem, imaginar-se a possibilidade da privatização desse sistema sobretudo gerador é realmente um absurdo e precisamos diferenciar o principal do secundário. Vai privatizar e abrir para a economia, para o capital a energia eólica, a energia solar? Tudo bem. Mas você não tem nem um Ministério do Meio Ambiente, onde hoje nós que temos apenas a Codevasf e a Chesf sob o controle, por exemplo, do São Francisco, sem falar em outras centrais hidrelétricas, não conseguimos fazer o controle ainda da vazão. E apenas hoje é utilizado mais para o consumo humano, porque você tem apenas alguns bolsões de irrigação. Agora, vai privatizar isso? Vamos repetir isso e dizer que isso é esquerdismo, radicalização?

É entre entender o que é isso e que certas empresas e certos órgãos não têm a menor condição de existir, a não ser para criar e construir, manter privilégios. É a gente ter a coragem de enfrentar o corporativismo que outros partidos não estão tendo a coragem de enfrentar. Este é o grande desafio nosso: compreender o momento que estamos vivendo, não aceitar as fórmulas preparadas que trazem para nós.

Quando terminei o mandato de prefeito fui para os Estados Unidos,

para receber lavagem cerebral, porque eles gostam de dar. Passamos lá um período, eu e mais dois prefeitos. Eles querendo convencer, como estão tentando convencer o Brasil a vender praticamente todo o sistema de saneamento básico. Até a Sapesf, talvez a terceira maior empresa do mundo de saneamento não consegue um centavo de empréstimo do BNDES para fazer nada. Ela tem de se virar. Para ter empréstimo do BIRD ou do BNDES ela tem de entrar na rede da privatização. É a única coisa que eles oferecem.

Pois bem, vou para lá ver o seu resultado. Meu amigo, de 85 a 87% do sistema americano não tem nada privatizado. Muito menos do sistema hidrelétrico. Quer dizer, a receita é para cá, para ver se dá certo. Se der certo, nós, cobaias, aí eles tentam aplicar lá.

É claro que já sabíamos, não precisamos ir até lá para saber, como a imprensa tem colocado. Eles fazem agenda e o debate é esse, e ficamos discutindo o secundário em vez de discutir o principal. A gente também vê o preconceito, há questões nas quais não nos abrimos para discuti-las abertamente. Há pontos que determinamos como princípio. E eles são muito mais sabidos, mudam para manter os mesmos privilégios e para continuar mandando. E nós não temos a capacidade às vezes de querer mudar, sim. E por que não? Vamos lá! Mudou? Mudou a ciência, a tecnologia. Só nós podemos saber que não nos afastamos dos nossos princípios. Sabemos da nossa utopia, onde queremos chegar. Temos clareza de para quem e qual é o comportamento não só do PSB mas desses partidos que têm um compromisso sobretudo com a humanidade.

Estou dizendo isso como reflexão para encerrar e não demorar. Se formos capazes de fazer isso seremos capazes de não entrar na agenda de 2002. Vamos ter a coragem de enfrentar 2000, nós que estamos no maior cacete. Em Alagoas estou arrastando com o PT na verdade porque o PT botou a agenda de 2000 na frente das questões. (Palmas.) E vamos ter de ter a coragem, companheiros do PCB, do PCdoB, do PT, do PSB, de assumir essa responsabilidade que não é fácil, nem nós somos anjinhos de asas nem eles. Então é preciso que tenhamos clareza de que ninguém é mais sabido do que ninguém, nem mais besta do que ninguém. E que não há uma hegemonia no processo das esquerdas. (Palmas.)

Então é preciso que coloquemos isso mas tenhamos a clareza do principal: sabemos que é preciso reunir forças, unir este País, as direções deste

Partido conseguirem ter um centro para tentar administrar isso e onde não puder administrar deixe o cacete, porque não tem jeito de o PT apoiar a Vilma em Natal em hipótese alguma. E da mesma forma que o que está ocorrendo em Maceió é uma clareza que não querem apoiar Kátia Born em hipótese alguma.

Então não tem problema, mas não pode ser o problema de Maceió, não pode ser o problema de Natal maior do que a grande missão nossa que é maior do que o PSB, do que o PT, do que a sociedade brasileira que precisa, que confia, que tem em cada um dos companheiros a referência da transformação deste País.

Nós podemos e temos o dever de apresentar esses caminhos, companheiros. Temos capacidade. É essa a mensagem que queria deixar. Confronto vai haver. Ontem, coloquei claro para o PT. O PT ameaçou me denunciar à Anistia Internacional porque a minha procuradoria defendeu um diretor de polícia da capital. Têm oito presos por um crime de tortura. Aí o presidente disse: estou envergonhado de estar neste governo. Eu digo: não fique envergonhado. Vou-lhe privar dessa vergonha. Você saia do governo. Só fica comigo quem tiver orgulho, certeza, confiança de que o governo é sério, senão saia do governo. (Palmas.) Mas não pode ser esse problema de Alagoas obstáculo para Dr. Arraes e as nossas lideranças construirem nacionalmente o que se puder junto do PT. Se lá não está havendo a compreensão, se meia dúzia não entende não podemos perder o eixo nem confundir o secundário com o principal. Nem podemos em momento algum também ficar como ficamos a vida toda à reboque de outros partidos. Não é hora mais. É hora de o PSB assumir o seu papel e construir com respeito, fraternidade, compreensão mas capitanear.

Em 2002 enfrentaremos, se formos capazes, neste instante de encaminhar no campo político, no campo administrativo e está na hora. Há questões que quero discutir com a minha bancada, com o meu partido, problemas práticos que precisamos enfrentar. Povo na rua, crianças na rua, a fome, 52 ocupações do Movimento dos Sem-Terra como enfrentamos? É preciso que o partido junto conosco nos dê soluções, possamos encontrar meios, já que as formas tradicionais, ortodoxas de um Estado falido e quebrado como o meu não estou conseguindo encontrar. Mas quais são os meios? O povo está confiando, a pesquisa determina ainda que há uma grande confiança no nosso governo. Então vamos ver que plano de emergência, qual é a forma de fazermos a grande revolução para que o povo perceba a diferença de um governo

de esquerda, de um governo centrado com os governos normais ou com os governos de direita.

É isso, meus amigos, o meu abraço, a minha grande alegria e a esperança da construção de um grande partido é hoje o que o 7° Congresso do PSB está mostrando para todos nós. Felicidades e um abraço. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros, acaba de chegar à Mesa uma mensagem vinda de Belo Horizonte, diretamente do congresso do Partido dos Trabalhadores, dirigida ao companheiro Miguel Arraes e aos delegados do 7° Congresso Nacional do PSB:

"Em nome de todos os delegados do 2° Congresso do PT que neste momento se realiza em Belo Horizonte, saudamos o Congresso do PSB, que está sendo realizado em Brasília.

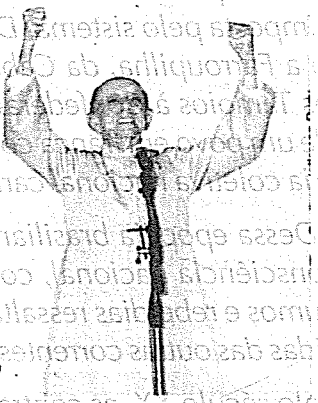
Expressamos a confiança de que este Congresso do PSB será um passo importante na afirmação do Partido como um dos componentes sólidos da oposição ao projeto neoliberal e como fator indispensável na luta pela unidade da esquerda em sua batalha histórica contra o projeto que ameaça a existência do Brasil como Nação independente.

Aceitem, portanto, a saudação fraternal de todos os congressistas do Partido dos Trabalhadores, que estão plenamente conscientes de que a tarefa de derrotar o Governo Fernando Henrique e consolidar um projeto democrático e popular pertence ao conjunto da esquerda.

Com nossos votos de sucesso pleno ao Congresso do PSB, subscrevemo-nos atenciosamente. Deputado José Dirceu, Presidente Nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente de Honra do PT". (Palmas.)

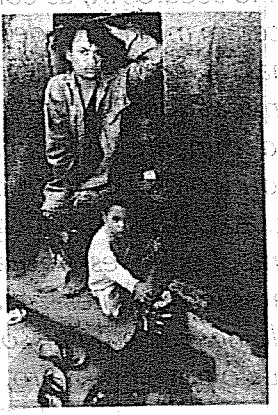
Registramos também - não vamos lê-las porque são muitas - mensagens que nos chegaram, já na vinda nossa para este plenário, do Partido Socialista Francês, do Partido Comunista Português, do Partido Socialista Português, do Partido Socialista Belga, do Partido Trabalhista Israelense, do Partido Socialista da Argentina, do Partido Socialista do Uruguai e do Partido Socialista do Chile. Recebemos a saudação e a mensagem de todos esses companheiros de diversos países do mundo que não puderam se fazer presentes.

SEM RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS NÃO HÁ JUSTIÇA SOCIAL



"O escândalo do século é a marginalização que afasta dos benefícios e serviços, da criatividade das decisões, mais de dois terços da humanidade."

Dom Helder Câmara



BRASIL 500 anos de resistência

Brasil, uma nação em construção

Os 500 anos de construção da civilização brasileira, como de resto toda a América Latina, configurou-se pela inserção do País na economica globalizante do capitalismo. De fato, desde o nascedouro, o Brasil incluiu-se no processo mercantilista de acumulação do Capital. Este processo gerou diversidades regionais marcantes durante o período colonical e até à época do império, fica difícil afirmar-se a existência de um só Brasil. Tivemos ao longo dessa história o Brasil do Açúcar, o Brasil do Gado, o Brasil do Norte estrativista, o Brasil do Ouro e outros Brasis.

Porém o que marca este processo civilizatório é a permanente luta do povo brasileiro contra as diferentes formas de dominação imposta pelo sistema. Desde Palmares a Canudos, do Contestado a Farroupilha, da Cabanagem à Balaiada, da Confederação dos Tamoios à Confederação do Equador, o ardor revolucionário de um povo em franca construção, traçam os quadros de uma memória coletiva nacional cara e necessária a nossa ação política.

Dessa epopéia brasiliana resultou a amálgama mestiça de uma consciência nacional, comum à língua e as costumes, onde falas, rumos e rebeldias ressaltam a mistura de três raças originais, acrescidas das outras correntes migratórias mais recentes.

No século XX, as contradições do Capitalismo mundial estabeleceram momentos de relativa autonomia de desenvolvimento nacional na América Latina. Trata-se dos anos 30, quando a crise econômica mundial de 1929, abalando os pilares da Capital nos países dominantes induziu à substituição de importações e ao modelo político do populismo. Evidente que este modelo em parte chegou ao colapso, ao longo das décadas que nos separam deste momento. Porém, esse hoje velho nacionalismo nos legou vitórias populares importantes. A nacionalização do petróleo, uma delas, que vale-nos rememorar, sobretudo pela vibrante participação que ensejou ao povo brasileiro, no pós-segunda guerra mundial.

Assim, é desta herança que não pode abrir mão o PSB; nem trocá-la por esquimismos dogmáticos, que não considerem a cultura e a simbologia que ela expressa nas formas de agir e pensar do povo brasileiro. Consideramos que a Nação brasileira ainda está por acontecer, esta Nação será o nosso povo em movimento, nesta Nação não caberá o capital apátrida, esta será a Nação hoje o nosso projeto nacionalista se concretizará em um modo singular e identitário de ser brasileiro. O Nacional em soma, tornado concreto em um território do socialismo e da liberdade.

Viva o PSB!

Viva o Socialismo!

Viva o povo brasileiro!

Tenho, agora, a satisfação de passar a palavra ao nosso comandante, ao nosso guerreiro, ao nosso histórico líder Miguel Arraes de Alencar. (Palmas.)

O SR. MIGUEL ARRAES (Presidente Nacional do PSB) – Quero começar por agradecer a presença dos nossos convidados. À companheira Maria Antônia, do Partido Comunista de Cuba; Aldo Arantes, companheiro representante do Governador Itamar Franco e saudar os companheiros socialistas que estão à mesa, senadores, deputados e os governadores Capiberibe e Ronaldo Lessa.

Companheiros, creio que nosso partido começou a ter um crescimento e uma estrutura e daqui por diante é necessário considerar que esse crescimento importa também no aumento das estruturas destinadas a cobrir todo o Território Nacional.

Como todos sabem, somos um partido pobre, um partido que para chegar onde está passou por enormes dificuldades, que ainda existem hoje. E deslocar gente na imensidão deste território não é simples. Vocês que vieram de todos os recantos do Brasil sabem o que custou vir de ônibus, dias e dias para chegar à Capital. E a maioria vem dessa forma, a maioria vem com recursos pequenos e escassos, o que mostra que o nosso partido está também composto de gente com vontade de trabalhar e de lutar. E quem constrói o partido não é a direção, pois nada se constrói de cima para baixo. As coisas são construídas de baixo para cima. (Palmas.)

Aquilo que não tem raízes cai, desaparece. E vejo que nosso partido começa a fincar mais profundamente as suas raízes. Vamos para o Congresso que se realiza - e aqui foi salientado pelos que antes falaram - num momento importante no mundo e no Brasil. No mundo porque a onda neoliberal começa a cair e já não conta com a cobertura e a unanimidade de pronunciamentos que teve durante bastante tempo, e que se acentuaram depois da queda do muro de Berlim.

Hoje, já não são mais os socialistas ou grupos de socialistas que falam publicamente contra os exageros do neoliberalismo. Na Inglaterra, onde existe um Primeiro Ministro trabalhista, que puxou o seu país para a direita, a dissidência do Partido Trabalhista Inglês começa a crescer com homens que têm 50 anos de parlamento na Inglaterra e que contestam, como contestou o sogro do próprio Primeiro Ministro inglês, os exageros do liberalismo na sua terra.

Neste fim de semana apareceu um artigo de Leonel Jospin, Primeiro Ministro da França, reafirmando as posições socialistas do seu governo e começando a colocar os pontos nos is da discussão de uma única via de manifestação geral da população. Nas campanhas eleitorais a massificação de alguns candidatos da direita, com muito dinheiro, perturba grandes setores da população.

Temos um exemplo: o Brasil elegeu Fernando Collor, num partido desse tamanho, com recursos para ir à televisão, para se deslocar para pintar os muros de todas as cidades do Brasil. Isso do dia para a noite, porque os nossos adversários, os nossos inimigos são competentes! Eles têm competência e tanta competência têm que, depois de refeita a democracia no Brasil, quando voltei do exílio, o povo estava na rua. Grandes massas se concentraram nas cidades brasileiras e o povo queria democracia, liberdade, a solução dos problemas sociais. E o movimento político colocou nas ruas eleição direta, constituinte, como se essas coisas isoladamente conduzissem a uma solução real e efetiva dos problemas.

Com isso, construiu-se uma estrutura política extremamente conservadora, que pouco evoluiu para o que aí está. E o que aí está não é diferente daquilo que existe em outros países, pois é uma fórmula praticamente única. Pega-se uma cara de esquerda ou de semi-esquerda, ou supostamente de esquerda e coloca-se na frente do batalhão das forças ditatoriais do passado, e são elas que governam este País. Façam um balanço de quem está neste governo, do qual Fernando Henrique é a cara principal. (Palmas.) Mas os demais pouco a pouco, devagarinho, foram se juntando e formando essa força que aí está, que entregou o nosso País, que vendeu o patrimônio nacional, que contribui para marginalizar grandes massas de todo este País de gente que gastou rios de dinheiro com os bancos e que manda miseráveis contribuições para os famintos do Nordeste ou para a solução dos problemas de toda uma população periférica, que está deixando de integrar o Brasil, que está formando dois Brasis num *apartheid* social que foi denunciado pelo Governador Cristovam Buarque, aqui de Brasília. Esse *apartheid* está crescendo e uma das coisas fundamentais no nosso País é a nossa própria integração. Como vamos nos globalizar ou nos integrar com outros se dentro do Brasil o processo de integração nacional, que recomeçou em 1930, espatifado que foi pelas elites e oligarquias da República velha, reiniciado em 1930 e desfeito pouco a pouco por um processo de desintegração do País, de redução de um Brasil a uma situação de miserabilidade e de pobreza, que não se viu no passado mais recente?

O inimigo sabe os seus objetivos e nós precisamos ter os nossos, mas precisamos também conhecer bem os do inimigo, pois quem não conhece o inimigo perde a luta. Só se ganha uma luta quando se sabe os objetivos do inimigo. (Palmas.) E esses objetivos estão claros na recente história do nosso País. Eles só nos deixam crescer na medida em que já cresceram mais, na medida em que aquele crescimento representou um novo patamar das suas economias e nos jogam para cá uma tecnologia de segunda classe. Isso está escrito nos relatórios americanos. Não estou inventando a estratégia deles porque eles escrevem essas coisas. Só que ninguém lê nem se preocupa com elas.

Pouca gente faz como aqui Ronaldo Lessa, que fala do inimigo. E esse inimigo está infiltrado em muitos lugares. E quem viveu e ouviu, como este que vos fala, o que havia de infiltração em 1964 nas forças populares de gente que parecia herói no meio da rua, que parecia líder popular e que era simplesmente gente da polícia. Se há infiltração nesse nível há em todos os níveis. O que não quer levar as pessoas a terem mania de ver infiltração em tudo que acontece. Mas que existe, existe.

Vou contar-lhes uma fala que tive com David Capistrano da Costa, do Partido Comunista Brasileiro, assassinado pela ditadura. Um homem que combateu na Espanha, que combateu os alemães e deles foi prisioneiro, tirado de lá na época em que houve troca de prisioneiros, Deputado por Pernambuco, um homem experimentado. Chamou-me em Praga, quando fui para o exílio, e lá contou-me que levou dois anos em Pernambuco, depois do golpe, escondendo-se, mas tudo que fazia acabavam sabendo e um caía aqui e outro acolá. Ele tentava novamente, até que chegou à conclusão de que quem dizia as coisas e denunciava era um cidadão que trabalhava para o partido comunista há 12 anos e que sempre foi da polícia, e outro que era motorista, que o acompanhava nos deslocamentos.

Essa é uma infiltração lá embaixo. Mas as de cima também existem, e todos sabem muito bem que é necessário cuidado nas alianças que fazemos, nas alianças que precisamos fazer no alargamento das forças, para que não aconteça o que aconteceu, para que dessas alianças tenhamos a capacidade de saber das coisas até o fim, senão eles repetirão, numa manobra como essa pequenininha, e a outra que fizeram aqui no Brasil, quando botaram Fernando Henrique na frente, Menem na Argentina e por aí afora, chega até a Nicarágua, onde gente que pegou em armas, que tinha força, e uma luta antiga acabou se perdendo no meio das alianças e dos alargamentos de forças.

Claro que temos que unir o maior número de gente de forças possíveis, que não devemos ter medo de alargar em qualquer direção, e até onde pudermos dar na medida em que o direcionamento esteja na mão das forças populares, que elas controlem o processo. (Palmas.)

Experiência internacional mostra que não é só demarcando da cabeça até onde vai nossa aliança. A aliança pode ir para o infinito com essa condição, pois um dos batalhadores mais importantes deste século foi o Presidente Ho-Chi-Min , do Vietnã. (Palmas.) E vejam o primeiro governo que ele formou: tinha dois franceses, donos de terra no Vietnã, e ele colocou como ministros dois franceses donos de terra, porque precisava naquele instante dividir os franceses, precisava abrir perspectiva para cada porção de gente que lá estava e assegurar, num determinado período de transição, a constituição e a consolidação das forças que comandava. Mas eram essas forças que ditavam as regras no meio da rua, pois não podemos esperar de ninguém que simplesmente se convença de que são bonzinhos, de que somos bonzinhos e que merecemos, como fez agora Fernando Henrique quando foi à Itália e lá propôs que se faça um controle do sistema financeiro internacional, como se não existisse um controle desse sistema que é das multinacionais e dos grandes países ricos, que não vão evidentemente abrir mão desse controle em benefício de ninguém. Nós temos que conquistar o controle do sistema financeiro em nosso País, e para isso é preciso que nos organizemos e tenhamos as condições de manter esse controle. (Palmas.)

Quando vejo crescer o nosso partido e outros partidos populares, fico confiante em que isso vai acontecer pouco a pouco, que vamos alargar nossas forças, mas temos que alargar nossas forças de forma sólida nos enraizando, formando gente, convocando a juventude e preparando quadros para o futuro.

Tenho a confiança de que esse avanço se dará, de que os nossos adversários estão se acabando diante do povo que agora compreende os desvios que foram cometidos, e que é necessário, então, que, de cabeça fria e com disposição, possamos avançar tanto quanto pudermos com as alianças que possamos fazer no campo popular e em outros campos, desde que o nosso partido esteja consciente do papel que vai desempenhar, de mobilizar o povo para manter os objetivos principais do povo brasileiro.

Agradeço a presença de todos. Vamos encerrar esta sessão e reabrir outra, para a eleição da Mesa que vai presidir o Congresso, e espero que o

Congresso nos traga uma grande contribuição, que abra mais nossas cabeças, para que possamos ter a competência e a capacidade de continuar lutando contra o inimigo que é forte, poderoso, mas que não poderá com o povo brasileiro unido e organizado.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) - Companheiros, ainda há outra sessão, como bem lembrou o Presidente. Vamos agradecer aos companheiros visitantes dos outros partidos que aqui estiveram presentes, mas ao término desta sessão agora teremos a segunda sessão do dia para eleger a Mesa do Congresso e para aprovar o Regimento Interno para os próximos dois dias. Daí porque é fundamental que os delegados permaneçam presentes porque só poderá ser aprovado o Regimento interno e eleita a Mesa evidentemente com o voto dos delegados.

(Apresentação da música Para não Dizer que não Falei das Flores, de Geraldo Vandré.) (Palmas)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) - Companheiros, convido o Presidente Arraes para continuar na Presidência da Mesa e darmos início à discussão do nosso Regimento Interno do Congresso, que se encontra dentro da pasta de cada delegado e em seguida proceder à eleição da Mesa Diretora do Congresso para os próximos dois dias.

Peço ao Presidente para submeter à deliberação do Plenário a aprovação do Regimento.

O SR. MIGUEL ARRAES (Presidente Nacional do PSB) – Em votação o projeto de Regimento Interno do 7° Congresso Nacional do PSB.

Os companheiros que queiram usar da palavra podem-se inscrever.

Não havendo inscrições, em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado. (Palmas.)

Eleição da Mesa Diretora do Congresso. Presidente, Deputado Alexandre Cardoso. Vice-Presidente, Deputado Beto Albuquerque. Secretários: Carlos Siqueira, Gustavo Balduíno, Dilton da Conti.

Os companheiros que queiram usar da palavra, peço que se inscrevam.

Não havendo inscrições, em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada. (Palmas.)

Agradeço mais uma vez a presença dos companheiros e até amanhã, se Deus quiser. (Palmas.)

Sessão Plenária Inicial

27 de de novembro de 1999

A Soberania Nacional e a forma de inserção do Brasil no Processo de Globalização

Coordenador:
Dr. Miguel Arraes

Expositor:
Dr. Célio de Castro

Relator:
Carlos Siqueira

O SR. COORDENADOR (Miguel Arraes – Presidente Nacional do PSB) - Dando início à nossa Plenária, convido o nosso companheiro Dr. Célio de Castro, Prefeito de Belo Horizonte, uma figura de muita importância no nosso partido em Minas Gerais e no Brasil. O Dr. Célio teve, pela força da sua personalidade e por sua projeção e popularidade junto à população de Belo Horizonte, uma eleição das mais expressivas nos últimos pleitos para prefeito. Já foi Deputado Federal, Líder do nosso partido na Câmara dos Deputados, tem uma longa vida política, além de ser um médico de grande reputação no seu Estado. É com muita satisfação e muita honra que concedo a palavra ao nosso companheiro.

O SR. EXPOSITOR (Prefeito Célio de Castro) - Governador Miguel Arraes, Presidente do Partido Socialista Brasileiro, demais companheiros da Mesa, delegados e delegadas do 7° Congresso do Partido Socialista Brasileiro, meus companheiros, minhas companheiras, de pronto agradeço as referências elogiosas feitas pelo Governador Miguel Arraes. Tenho em conta que elas se devem muito mais à amizade que construímos e consolidamos ao longo dos tempos do que propriamente a eventuais méritos da minha pessoa.

Pretendo abordar o tema a mim proposto dentro de aproximadamente trinta minutos e começo de pronto para dizer que a palavra globalização encerra uma multiplicidade de conceitos incompletos, precários e que coloca o debate sobre a globalização num nível que considero muito insuficiente.

É preciso que nos detenhamos sobre esse aspecto que agora menciono da globalização para que possamos - o Partido Socialista Brasileiro tem essa responsabilidade - aprofundar mais a compreensão do que seja realmente a globalização.

A mim espanta como essa palavra de repente assume um papel de relevância nos holofotes da opinião pública. Ela está pontificando a fala dos âncoras da TV, dos editorialistas dos jornais, das ondas das editoras de rádio, a conversa dos políticos, mas sem uma compreensão correta do que seja essa palavra *globalização*. Sinto inclusive que os governantes que detêm o poder neste País usam-na como espécie de cortina-de-fumaça para não assumir a responsabilidade das suas decisões, dos seus encaminhamentos em face dos grandes dilemas que o País atravessa.

É de certa forma incompreensível que dirigentes máximos da Nação

utilizem a globalização para não tomar decisões em relação a grandes linhas de decisão política que o País deve enfrentar. Se de repente, por exemplo, há um desemprego em massa no Brasil, há uma brutal penalização das nossas finanças através de uma política cambial perversa, não se faz nada, justifica-se tudo, porque afinal existe a globalização. Então é preciso aprofundar esse conceito.

Quero começar dizendo que esse conceito foi tomado principalmente pelas elites brasileiras por alguns sentidos que têm essa conotação que acabei de mencionar, mas a título de exemplo eu selecionei três sentidos, três interpretações que dão conta de como esse conceito está vago e como ele é utilizado contra os interesses reais da nacionalidade.

No primeiro deles a globalização aparece como a solução salvadora. A elite brasileira prostrada, sem ação, sem a capacidade de pensar e imaginar soluções criativas para o nosso País toma a globalização um sentido fatalista. Existe, vai ser assim mesmo e acabou. Esse discurso é desmobilizador, é catastrófico, é um discurso que põe a quem o pronuncia de joelhos perante uma fatalidade que nunca em momento algum da história do mundo se pôde aceitar como sendo o fim da história, fim das eras, fim das possibilidades. Esse discurso catastrófico, prostrado, é muito vinculado a um discurso de modernidade. A globalização traz a modernidade e por isso temos de aceitar. Temos a obrigação, o dever político de rejeitar esse tipo de conceituação proposta pelas elites brasileiras.

Outro tipo que aparece com muita freqüência é aquele que mencionei *en passant* logo no início: a questão da cortina-de-fumaça. Isenta os responsáveis por tomadas de decisão e transfere a uma pretensa globalização forças que estão fora do seu controle toda a responsabilidade pela não-tomada de decisões. É interessante verificar que quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a Índia fez um discurso sobre globalização, em que adota essa postura, ao dizer que a globalização como fenômeno inevitável tem um componente que é exatamente a impossibilidade de atuarmos contra essa globalização. Só nos resta, segundo a fala do Presidente na Índia, aceitarmos a globalização como um fato irreversível e nos adaptarmos exatamente a aquilo que julgam ser a sua demanda.

Finalmente, só a título de explicação, existe uma outra postura, que é também totalmente acrítica, como sendo o fenômeno de globalização algo que foge ao nosso entendimento porque é uma coisa tão perversa, tão ruim

que não podemos entender. Então se não podemos entender temos que aceitar.

Essas três visões que selecionei a título de exemplificar como a questão da globalização é mal-colocada permitem pelo menos visualizar alternativas diferentes. Nós temos que entender o fenômeno de globalização da nossa ótica, da ótica do Partido Socialista Brasileiro, da ótica dos setores democráticos populares para não nos prostrarmos, inertes, seja pelo discurso das elites, seja pelo medo. É isso que vou tentar fazer aqui de maneira resumida e sintética.

Na verdade, se fizermos a perguntar elementar: o que é a globalização? Podemos dizer que a globalização é a tentativa de unificação do mercado mundial sob a hegemonia do capital financeiro. Vou frisar dois aspectos, quando proponho essa definição. Primeiro é a tentativa. Não é processo acabado. É uma tentativa, é um processo que está se dando e não é a primeira vez que se dá. Eu diria mesmo que num período da história, por exemplo, de 1900 a 1914, foi muito mais forte do que agora. Então não é um fenômeno novo. Nós não estamos perante nenhuma novidade. É preciso acentuar isso muito bem. Então na verdade é uma tentativa, como várias vezes aconteceu.na história do capitalismo. É uma nova tentativa de fazer a unificação do mundo sob o predomínio, sob a hegemonia do capital financeiro.

Nesse sentido talvez, tomando emprestado do Prof. Milton Santos, da USP, o termo melhor não fosse globalização, mas globalitarismo. É um termo melhor porque dá o sentido do que se pretende através dessa unificação. Pretende-se principalmente três coisas: a primeira é a tirania absoluta do dinheiro. O dinheiro é, como dizia Marx, o solvente universal, é o predomínio fundamental do financeiro.

A segunda é a apropriação política da técnica. A tecnologia da informática, da telemática é um avanço e uma conquista da humanidade. Agora, pode-se usar essa técnica de várias formas. O que esse sistema de globalizações propõe é uma apropriação política para fazer num determinado sentido, inclusive escamoteando que a técnica pode ser utilizada de várias formas. Isso é provado ao longo da história. A tecnologia tem de ter uma utilização política e ela está apropriada pelos setores representativos de hegemonia do capital financeiro.

Finalmente, ao nível do pensamento e da formulação, se quisermos

usar uma palavra, da ideologia, é o pensamento. Então na medida em que o sistema financeiro adota essa estratégia, a tirania do dinheiro, a apropriação política da tecnologia e o pensamento único temos a tentativa, friso bem, sempre a tentativa, de fazer com que haja uma unificação mundial, utilizando esses dispositivos sobre hegemonia do dinheiro, a tirania do dinheiro.

Então temos de ter muito claro que em vez de ficarmos prostrados perante a globalização ou fazendo anátemas contra a globalização temos de entender o processo de hegemonia financeira, a apropriação política da técnica e a falsificação do pensamento único. E temos de entender que isso não é novidade, isso aconteceu várias vezes. Essa história repetiu-se várias vezes ao longo da própria trajetória do sistema capitalista. É preciso ter isso claro para que a compreensão do fenômeno globalização não seja limitado à precariedade com que o debate se dá hoje em nível nacional.

Feito isso, quero me contrapor a uma outra falácia que corre por aí: a globalização destruiu as nações. Nenhum dado existente numa análise profunda, rigorosa e séria permite afirmar que existe, hoje, um sistema mundial que destruiu as nações. Pelo contrário. Posso dizer, num estudo que tenho procedido, que sempre houve no sistema capitalista esse conflito, essa contradição, esse confronto entre nações e uma tentativa de uniformizar mundialmente o mercado através de operações transnacionais. Isso não é novidade. Insisto nesse ponto. Já ocorreu várias vezes. As nações continuam. Claro que sob uma outra forma do que elas apareceram, a partir da sua emergência no cenário mundial, mas colocar como tem sido colocado que a pretensa globalização fez desaparecer as nações não é verdade. As nações estão aí, posso citar dados que evidenciam isso com muita clareza. As chamadas empresas que fazem a globalização, mesmo as de capital financeiro, que têm hoje uma ação de ponta nesse processo, todas elas têm sede nacional. São empresas nacionais que atuam internacionalmente. O grosso da poupança que elas geram está nos países de origem. Isso pode ser verificado. Eu não quis trazer, embora os tenha, esses números para não cansá-los. A poupança gerada por essas empresas ditas transnacionais está nos países de origem.

Além disso, as empresas chamadas transnacionais têm uma característica. Elas têm a sede nacional mas têm cada vez mais uma abrangência de atuação em todo o mundo, mas continuam tendo sua sede nacional. E a hegemonia dessas empresas todas, tanto da área produtiva como do capital financeiro, tem um nome: Estados Unidos da América do Norte. O predo-

mínio está aí. Não vamos confundir globalização com predomínio das empresas americanas associadas no mundo todo.

Então é preciso que não caiamos na tentação de dizer que com o processo dito de globalização desapareceu o conceito de nação. Mesmo porque aí acontece outro fenômeno curioso, evidenciado também pelo Prof. Milton Santos. Se a globalização trouxe essa tentativa, e a tentativa se traduz em atos concretos, de unificação do mercado mundial sob a hegemonia do capital financeiro, ela trouxe também um paradoxo. Ela permitiu que os povos do mundo todo se conhecessem melhor e o conceito de nação, segundo o Prof. Nilton Santos, fortaleceu-se até na medida em que nós conseguimos incorporar a noção de território. Território onde as pessoas das nações vivem, trabalham, criam a sua cultura. Hoje, então, a noção de territoriedade reforça o conceito de nação.

Quero sustentar nesse ponto aqui agora que existe uma tentativa, sim, de uniformização do mercado mundial, mas as nações estão aí com seus territórios, com sua cultura, com seus povos, com sua maneira de produção, com sua forma de trabalho. As nações estão presentes e essa contradição não é de agora entre as nações e a tentativa de unificar o mercado, ela já vem historicamente há muito tempo.

Daremos só dois exemplos: a Espanha, quando começa a entrar no processo chamado de globalização? - exatamente quando ela se reforça como nação. Vejamos o caso do Brasil. Como dizer que no Brasil não existe uma nação hoje? Como dizer que vamos entender que um País como este onde nesta sala vejo por exemplo a manifestação mais diversa da composição deste País através do seu povo? A Nação brasileira acabou-se? Não é verdade. Essa proposição que propaga o desaparecimento das nações é exatamente uma ideologia das classes dominantes para dizer: não adianta mais lutar pelo seu país, não adianta mais defender a sua nação porque o processo de globalização... Vem aí novamente a cortina-de-fumaça. Globalização serve para tudo. É espécie de um balaio em que cabe tudo, principalmente aquilo que a classe dominante quer colocar.

Então quero sustentar novamente, contrariamente ao que se vincula pela imprensa, pelos debates precários, que não está destruído o conceito de nação e que essa contradição - as nações e a tentativa de homogeneizar mundialmente - continua e vai continuar por muito tempo. Não sabemos como

esse processo vai continuar daqui para adiante. Podemos fazer algumas, digamos assim, projeções, mas dizer que ele está acabado é desarmar a luta popular, é prostrar os segmentos mais conscientes da Nação em torno do que eu chamaria uma situação irreversível, ou para usar uma palavra mais apropriada, permitam-me usá-la, uma aporia. Aporia significa aquilo que não tem saída. Tem saída sim e vamos discutir esses aspectos daqui a pouco.

Antes vou me permitir fazer uma espécie de transposição dessas questões que abordei em nível conceitual para o cenário nacional, para a nossa realidade brasileira específica. Seria uma tentativa de transportar aquilo que está ocorrendo em nível mundial para o Brasil. O que ocorre no Brasil, hoje, nessa nova situação internacional? Ocorre que está mudando, é a minha tese, a relação das classes sociais no Brasil. Ocorre que estamos com um fenômeno novo que precisa merecer um estudo, uma reflexão mais apurada: a correlação de classes no Brasil está mudando. E mudando como? Percebam o seguinte: aprendemos, os sociólogos disseram, os economistas reafirmaram, os cientistas políticos reforçaram que o Brasil, pelo menos tomando um marco histórico de 1930 até hoje, foi governado por um tripé: o Estado brasileiro, a burguesia nacional e o capital estrangeiro. Isso nós aprendemos e chamávamos até de condomínio Brasil esse tripé representado por essas forças.

O que ocorre, hoje, no Brasil? O que mudou nesse condomínio de forças no Brasil? Para introduzir uma tentativa de resposta a essa pergunta que eu mesmo formulo, começo de um dado concreto. A Companhia Vale do Rio Doce era a empresa mais saudável de Minas Gerais, uma empresa modelo, praticando taxas de retorno do investimento de alta rentabilidade, com uma programação de atividades que iam além das meramente empresariais e tinham repercussão em pelo menos seis Estados da Federação no tipo de produzir intervenções sociais.

Privatização da Vale do Rio Doce. O leilão posto. Concorrem vários grupos. Inclusive para mim, que acompanhei aquilo de maneira detalhada, o maior grupo representativo do empresariado brasileiro então a fina flor do empresariado brasileiro, ou se quisermos usar o outro termo, da burguesia brasileira, o grupo Votorantin de Antonio Ermírio de Moraes é o principal concorrente. Sai o resultado do leilão da Vale do Rio Doce. Antonio Ermírio de Moraes perde o leilão e ganha um grupo absolutamente desconhecido até então, o Sr. Benjamin Steinbruch. Quem é Benjamin Steinbruch? Isso significa que atrás de Benjamin Steinbruch estava entrando um outro personagem na

correlação de classes brasileira, que derrotou a burguesia brasileira, o empresariado brasileiro de maneira absolutamente surpreendente. Esse novo grupo que faz entrada é a nova classe brasileira.

Essa nova classe brasileira está ligada fundamentalmente aos interesses do capital financeiro internacional. Ela é uma classe muito forte, não é numerosa ainda, mas é muito forte pelo poder do dinheiro, pela manipulação dos meios de comunicação e pela expressão de formulação de idéias que tem. Essa nova classe que representa fundamentalmente o capital financeiro, tem uma tradução: a super-estrutura que posso dizer que é representada pelo PFL e pelo PSDB. É a nova classe brasileira ligada aos economistas, que de repente se transformaram em banqueiros internacionais. Os nomes são conhecidos. Estão aí Pérsio Arida, Gustavo Franco, Edmar Bacha, Malan, todas essas pessoas tiveram uma trajetória dos bancos da universidade para as bancas do capital especulativo internacional. Eles constituem a nova classe, que tem sua tradução política nesses partidos que mencionei e vieram para tomar o poder no Brasil. Vieram para derrotar a burguesia nacional já historicamente muito fragilizada e agora prostrada. Vieram como já estão fazendo de maneira muito rápida até o desmonte do Estado brasileiro, para que a hegemonia se consagre exatamente através dessa nova classe brasileira, que aparece no cenário já a partir do regime militar, ensaia seus primeiros passos com Sarney, dá um corte com Collor e se complementa o processo com Fernando Henrique Cardoso. Aí começamos a perceber que sob o palavreado inconcluso, digamos assim, não aprofundado, da globalização está se dando um fenômeno que corrói a base da própria Nação brasileira; que essa nova classe não tem absolutamente nenhum compromisso com a Nação, por isso eles pregam que não existe mais Nação. É a nova classe brasileira que está aí presente e que temos de ter a clareza de que o inimigo principal está aí. Não é o inimigo que foi gestado apenas em articulações partidárias, é um inimigo que tem uma clara noção de objetivos e que se constitui como classe no sentido marxista da palavra.

Então, na verdade, a tradução do fenômeno mundial no Brasil coloca-se por uma nova correlação de classes que está em processo neste País. E talvez um episódio recente, ilustre e de maneira tão clara que é preciso fazer uma leitura mais aprofundada, a proposta de reforma tributária em votação nesta Casa. Acompanhei, como Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, todas as etapas da reforma tributária. E ela provoca agora uma crise de governo, exatamente na terça-feira passada, quando a Comissão Especial, dirigida

pelo Deputado Germano Rigotto, por 35 votos a 1 aprovou o relatório Mussa Demes.

Fernando Henrique Cardoso reuniu-se com todos os Ministros da área econômica e da área política, proibiu viagem de ministros e as reuniões da Comissão, hoje aqui no Congresso, à tarde, haverá reunião da Comissão com o Ministro Malan. Por quê? O relatório Mussa Demes exprime, contempla ainda uma tentativa de composição com os interesses do Brasil que não o da nova classe. Com certas facções do empresariado, com os prefeitos, com os governadores, com os que têm a ver com o Brasil que essa nova classe veio para destruir.

Então se compararmos o relatório Mussa Demes com a proposta do Governo, Everardo Maciel, veremos o seguinte: a proposta Mussa Demes, espécie de uma colcha de retalhos, tenta contemplar os interesses do Brasil, que é este Brasil que aí está com todas as suas contradições. O relatório Everardo Maciel nada mais é do que o ajuste fiscal em toda a sua dureza, é o ajuste fiscal para fazer o superávit exigido pelo Fundo Monetário Internacional.

Na verdade um exemplo corriqueiro, exemplo que está aqui nesta Casa, e que demonstra como essa luta de classes no Brasil se dá hoje e que a globalização tem relação com isso. Não podemos, definitivamente, entrar nesse jogo de globalização de cortina-de-fumaça para impedir que vejamos o que realmente está acontecendo no País.

Finalizo, dizendo três ou quatro palavras a respeito da saída para isso. Claro, quando vou falar em saída não tenho pretensão nem presunção de estar aqui fabricando diretrizes, propondo receitas, alimentando ilusões. Vou dizer que a saída está na nossa determinação política de enfrentar a situação, de ter firmeza, baseado em uma análise muito aprofundada das questões e na crença de que sozinhos não faremos nada, que precisamos nos voltar para a sociedade brasileira. A sociedade brasileira tem um acúmulo de conhecimento, de saber que quero dizer com toda franqueza que os partidos políticos de esquerda têm desprezado. Temos de nos voltar para a sociedade e lá beber naquela fonte genuína de saber, que é um saber produzido pela estratégia de sobrevivência da vida, para buscar, junto com ela, alternativas, possibilidades.

Com essa concepção geral eu vejo três linhas de trabalho que podemos levar à sociedade brasileira para produzir a possibilidade de avançarmos na saída dessa situação que acabei de desenhar. A primeira delas eu vou chamar

de poderes locais. Os municípios brasileiros hoje, na sua maioria, estão dando um exemplo claro da capacidade que têm de tratar políticas públicas, de enfrentamento da proposta neoliberal e de mobilização da sociedade através da participação popular. Tenho uma convicção muito sólida, pela experiência que vivo na Frente Nacional de Prefeitos, que através das cidades estamos construindo de início a possibilidade de novas saídas. É muito claro que hoje as cidades do mundo todo estão se unindo sob formas de redes. Sou hoje o Secretário Executivo do Mercosul. Mas são 73 as cidades do Mercosul que se reúnem. A sede da Secretaria Executiva está em Belo Horizonte por um ano. A riqueza que está produzindo esse tipo de interação pode sustentar na América Latina uma nova situação política, um novo desenho econômico para contrapor à tentativa de hegemonia norte-americana através do ALCA e do NAFTA.

O Partido Socialista Brasileiro tem de entender que o Mercosul passa pelas cidades e é um instrumento não apenas de mercado, mas um instrumento político da maior relevância. É preciso que entendamos o que está acontecendo na Argentina, com De La Rúa; o que está acontecendo no Uruguai, com a eleição; o que está acontecendo com Vasquez, com Chaves, com Cuba. Essa questão é fundamental e as cidades avançaram nesse sentido.

Por outro lado, as cidades também avançam no sentido de estabelecer relações por exemplo com a União Européia, através das Eurocites, com as cidades de língua portuguesa afro-brasileira através da UCLA. São condições novas que estão aparecendo através das cidades.

Desse pequeno relato passo à segunda possibilidade que é a de construir uma ordem mundial que não seja essa que está sob a hegemonia dos Estados Unidos da América do Norte, talvez os Estados Unidos da América Latina também. A União Européia, hoje, tem contradições muito fortes. Podemos trabalhar essas contradições. Estive recentemente em várias discussões na Europa com os líderes da União Européia e há possibilidades de entrarmos nessas contradições, como podemos também com o grupo asiático, principalmente por uma formulação nova de geopolítica, talvez uma rota de comércio internacional através do Pacífico, podemos contrastar um pouco a hegemonia do comércio via Atlântico, usando na América Latina os portos do sul do Peru e do norte do Chile.

Então existe possibilidade concreta, hoje, de trabalharmos uma nova ordem mundial, que vai resolver o problema interno do Brasil. O Brasil não

vai resolver o seu problema interno se não estiver ligado exaustivamente a um debate mundial. Não dá para resolver só internamente.

Finalmente a última questão: não dá para resolver nem o problema mundial ou a inserção do Brasil no problema mundial se não resolvermos as graves contradições que o País hoje atravessa: a política econômica, a necessidade do desenvolvimento, o combate ao desemprego, as desigualdades sociais e a luta incessante contra a deformação de idéias que a elite brasileira sempre traz, que estão todas configuradas na palavra modernidade.

Lembro-me, e vou invocar mais uma vez um testemunho que presenciei no Governo Collor, quando se falava muito na modernidade. Ouvi um discurso do Governador Miguel Arraes, em que dizia: modernidade é dar comida para o nordestino que está morrendo de fome. Modernidade é dar casa para o povo brasileiro. Modernidade é dar saúde, é dar transporte. O resto — a conclusão da fala do Governador Miguel Arraes na ocasião — é puramente mentira. (Palmas.)

Então, saídas: uma nova ordem mundial mais civilizatória, o reforço dos poderes locais e uma verdadeira revolução social, econômica e política no Brasil. Precisamos nos voltar, é a obrigação do Partido Socialista Brasileiro, para a política. A política no sentido maior desta palavra, a política que chamo intensa, de alta voltagem. Nunca o Brasil precisou tanto de política, do fazer política, a política como ação e um pensamento que buscam modificar a realidade. Por isso eu entendo, estou convencido de que o 7° Congresso do Partido Socialista Brasileiro está sendo acompanhado pela sociedade, e se o nosso congresso se cingir apenas a disputas internas, a meramente uma questão de cargos ou repartição de cargos, de querelas que não levam a nada, estaremos passando para a sociedade brasileira um triste atestado, um atestado de que o partido reuniu mil delegados no seu 7° Congresso e não conseguiu discutir política, porque as questões de disputas internas não permitiram. E seria doloroso e a sociedade brasileira não merece isso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Miguel Arraes – Presidente Nacional do PSB) – Fui informado pela comissão do credenciamento que muitos companheiros estão chegando hoje pela manhã e a comissão teme que ao meio-dia, no fechamento das inscrições dos delegados, esse tempo não seja suficiente para atender a todas as pessoas que estão chegando hoje. E solicita

que seja submetido ao congresso um adiamento para os delegados e suplentes, até às 14 horas para os titulares e 15 horas para os suplentes.

Submeto a proposta à deliberação dos companheiros. (Pausa.)

Não tendo ninguém se manifestado, em votação.

Os que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado. (Palmas.)

Para os companheiros que queiram participar do debate, as inscrições estão abertas. Queiram dirigir-se ao Secretário. As intervenções serão feitas por ordem de inscrição.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Para as inscrições eu gostaria de propor ao companheiro Gerson que coloque os crachás em ordem e na medida em que os companheiros forem falando vamos devolvendo os crachás. Há companheiros que estão chegando, muitos dos quais naturalmente conhecemos. Contudo há outros de cujo nome não nos lembramos de momento. Ficaria então melhor esse procedimento. Peço ao Gerson que receba os crachás, por ordem de entrega, passando-os imediatamente para a Mesa.

O primeiro a se inscrever foi o companheiro Tiba, de Timbaúba e pode se dirigir ao microfone. Pedimos também aos companheiros que na medida do possível façam a sua indagação com rapidez para permitir a maior participação possível dos delegados e também para que o conferencista possa responder a todas as perguntas que lhe forem formuladas.

O SR. TIBA (Timbaúba-PE) – Srs. da Mesa, Prefeito Célio de Castro, nós, de Pernambuco, mas principalmente da cidade de Timbaúba, estamos muito preocupados com essa questão da globalização e como o senhor disse, lamentavelmente, o neoliberalismo, mais precisamente o PFL e o PSDB têm procurado empurrar goela abaixo em todos os brasileiros, principalmente com o apoio da imprensa, que infelizmente quem manda nela é quem tem dinheiro.

Pergunto ao prefeito, já que ele está tendo contato com dezenas de outros prefeitos, não só do Brasil como também, como disse, de outros paí-

ses, evidentemente que a pergunta que se faz hoje, e essa é uma pergunta objetiva, embora eu entenda que já tinha sido explicada em parte, é se existe saída concreta, objetiva, direta para esse processo neoliberal mundial ou para essa globalização que está exterminando povos e matando muita gente de fome. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Miguel Arraes – Presidente Nacional do PSB) – Tenho outros afazeres relacionados com o Congresso, já tive a satisfação de ouvir a exposição do companheiro Célio de Castro, e peço licença para me retirar, pois há pessoas me esperando. Agradeceria ao companheiro Senador Valadares, que terminasse o trabalho desta sessão. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) - O companheiro Deputado Ricardo Maranhão para usar da palavra.

O SR. RICARDO MARANHÃO (Deputado Federal) – Srs. membros da Mesa, companheiros e companheiras presentes neste 7° Congresso Nacional do nosso Partido Socialista Brasileiro, gostaria, como o tema é globalização, de somente passar uma informação e abordar outro assunto que, embora não esteja explicitamente na pauta, acho fundamental seja objeto de reflexão dos companheiros e companheiras presentes neste congresso.

Vou aqui fazer uma brincadeira. Gostaria que os companheiros e companheiras aqui presentes, aqueles que já ouviram falar no muro de Berlim levantassem o braço. Vejo que todos aqui já ouviram falar no muro de Berlim. Gostaria que os companheiros que já ouviram falar no muro americano e que se sentissem capazes de me descrever com detalhes o que é o muro americano levantassem o braço. Vejo que neste congresso de militantes, de gente que transpira política pelos póros, há uma grande desinformação sobre o que é o muro americano e isso é o resultado do monopólio da informação, da mídia controlada hoje por nove famílias do nosso Brasil.

Quero dizer aos companheiros e companheiras que o muro americano existe, sim, ele tem 3.140 quilômetros de extensão, é a distância do Rio de Janeiro a Belém, separa o México dos Estados Unidos, começa em Tijuana, uma cidade mexicana e a cidade correspondente dos Estados Unidos é San Diego da Califórnia. Começa no Oceano Pacífico, atravessa sete estados mexicanos e quatro estados americanos e termina no Golfo do México, numa cidade mexicana chamada Matamoros, cuja correspondente americana no Estado do Texas é Brownsville. Esse muro existe fisicamente, tem 5 metros de

altura, são chapas de aço aparafusadas ou soldadas, e do lado americano uma parafernália de viaturas e milhares de soldados da guarda nacional, armados com rifles com balas de festim, com balas de verdade, com visão noturna e aparelhos denominados geofones espalhados no solo, para que os mexicanos mesmo pisando com cautela o som da pisada seja amplificado e a polícia americana possa prender os mexicanos que pretendem ingressar nos Estados Unidos.

Essa vigilância custa 5 bilhões de dólares por ano e estão empenhados mais de 50 mil guardas americanos para impedir que os mexicanos atravessem. Em alguns locais o muro é descontínuo porque o Rio Grande, que separa os dois países, é tão largo que aqueles que pretendam transpô-lo muito provavelmente morrerão afogados.

Não quero me estender, só dizendo que do lado mexicano existem empresas chamadas de maquiadoras, que montam televisões com cinescópios vindo de Cingapura, com chassi vindo do Japão, com componentes eletrônicos vindos do Brasil e depois dezenas de insumos de dezenas de países diferentes. Depois exportam essas televisões, essas parafernálias eletrônicas e outros produtos para dezenas de países. E os mexicanos que do lado mexicano ganham salários quinze, vinte vezes menores do que os salários vigentes nos Estados Unidos da América trabalham nessas empresas e aos sábados o muro se abre generosa e festivamente para que os trabalhadores mexicanos possam deixar nos Estados Unidos, nos supermercados limpos e luminosos, todos os salários que ganharam durante a semana no lado do México. Eles atravessam o muro e levam o dinheiro que ganharam durante a semana, devolvem o dinheiro para os supermercados americanos.

Isso é a globalização. É preciso dizer que em quinze anos de muro de Berlim morreram 400 alemães e em quatro anos de muro americano morreram mais de 3 mil mexicanos. Essa é a globalização, esse é o embuste, é a mistificação que tentam passar como solução para o nosso País.

Para finalizar, quero dizer aos companheiros e companheiras que, de acordo com o relatório oficial do Banco Central, enviado aos Deputados - recebi um exemplar - este país pagou de janeiro a julho deste ano exatos 63 bilhões de reais de juros exclusivamente das dívidas externa e interna, pagos ao longo de sete meses, o que dá exatamente 300 milhões de reais de juros por dia. É o que estamos pagando.

Para os companheiros terem uma idéia, o município de Niterói, ex-capital do Estado do Rio de Janeiro, terceiro orçamento do nosso Estado, tem um orçamento anual de 204 milhões de reais, e em um dia pagamos de juros mais do que o prefeito Jorge Roberto da Silveira tem durante o ano inteiro para atender à Saúde, à Educação, à Segurança, enfim, a todos os compromissos do município.

O Ministro Serra, numa solenidade neste auditório, onde se comemoravam dez anos sem paralisia infantil no Brasil, encheu o peito de orgulho e disse que o Brasil gastará este ano que entra, o ano 2000, para comprar 414 milhões de vacinas contra tifo, tuberculose, paralisia infantil, contra todas as doenças, 190 milhões de reais, o que é quase a metade do que se gasta por dia em pagamentos de juros da dívida.

Queria que os companheiros refletissem sobre esse número. É um número assustador. E que também fizessem uma reflexão profunda sobre a questão da dívida. Enquanto nós, no meu entendimento, não declararmos uma moratória corajosa, exigindo dos credores uma renegociação dessa dívida, não teremos dinheiro para a Saúde, para a Educação, para a Segurança, para as estradas, para as pensões e aposentadorias, para absolutamente nada. (Palmas.) Essa é uma dívida idealizada, forjada para nos sufocar, para impedir o nosso desenvolvimento e para encher de dinheiro as burras dos agiotas nacionais e internacionais.

Muito obrigado, companheiro. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PS) – Vamos passar a palavra ao próximo inscrito, mas pedimos a gentileza de uma maior brevidade para permitir participação mais ampla dos demais delegadas.

Passo a palavra ao companheiro Valtor Miranda Leitão, Delegado pelo Ceará.

O SR. VALTOR MIRANDA LEITÃO (Delegado pelo PSB/CE) – Companheiros, em primeiro lugar parabenizo o Prefeito Célio de Castro porque fez duas observações fundamentais: a necessidade premente de esse partido fazer política com p maiúsculo. Não é simplesmente chocalhando ou apitando que se faz política. Estou nesse partido desde o primeiro dia da sua refundação e as divergências internas têm que ser respeitadas. Partido não

vive sem divergência interna. (Palmas.) Partido vivo é partido que diverge. Partido que não diverge, partido que só tem convergência, é partido morto. Então, a divergência não significa, em hipótese alguma, a destruição do organismo partidário. Pelo contrário, é o alimento do organismo, do corpo partidário.

Eu gostaria de dizer isso inicialmente para entrar mais diretamente no que o Célio abordou. A fundamental posição de que as classes não acabaram, elas mudaram de lugar, de que o trabalho não acabou, ele está apequenado, está enxovalhado, mas continua como sendo o fundamento, a base de nossa compreensão do processo social e político.

Mas quero abordar uma questão que penso de importante compreensão para o desenvolvimento exatamente da espinha dorsal do que o Prefeito Célio de Castro falou a respeito da nova classe burguesa que se organiza no País. Vocês sabem que no Ceará mantemos um combate duro contra o sistema político Jereissati/Ciro Gomes. É um combate duro e permanente, porque sabemos o que se passa no nosso Estado. É exatamente a organização desse novo sistema da classe burguesa, onde o Sr. Jereissati é exatamente o sócio maior do Sr. Benjamin Steinbruch. Esse mesmo que comprou a Vale. É esse novo reposicionamento de classes que precisa ser compreendido e por isso precisamos de reformuladores teóricos, competentes, porque sem teoria política partido não vive. Partido sem teoria não vive. Prática política não pode ser feita sem teoria política, sem formuladores do nível de Célio de Castro um partido não pode se desenvolver. Não é simplesmente o ativismo que leva um partido para adiante. Um partido vive quando pode formular, conceituar, trazer a compreensão teórica que informa a prática. Esse é o fundamento da práxis política.

Por isso é absolutamente necessário que esse partido possa viver as suas divergências internas. Não concordamos com os métodos de administração que estão em curso dentro deste partido. Este partido precisa repensar seriamente a sua metodologia administrativa, o seu caminho, para que possamos realmente ter um partido forte, integrado, sério e respeitado no conjunto do espectro político da esquerda e do caleidoscópio político nacional.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PS) – Convido o Deputado Jorge Gomes, Presidente do PSB de Pernambuco, para fazer sua indagação.

O SR. JORGE GOMES (Deputado Estadual/PE) – Sr. Presidente da Mesa, Senador Valadares, demais membros, companheiros congressistas, dirijo-me ao companheiro Célio de Castro primeiro para congratular-me com a brilhante exposição que fez V.Exa. nesta manhã. Talvez o prefeito não se lembre: há cerca de 8 anos, ele Deputado Federal, eu, Deputado Estadual tal como sou hoje, tive a oportunidade de encontrá-lo aqui no Congresso numa reunião dos parlamentares da área de saúde, pois sou médico também. Hoje posso testemunhar efetivamente a mesma competência de que fez então prova, tratando de questões de saúde.

Ao me congratular com V.Exa. pela exposição, não ousaria fazer questionar, mas apenas tentar esclarecer algo que me ficou de sua brilhante exposição - talvez a incompetência seja minha – a respeito da falácia da destruição das nações. V.Exa. fez as observações, terminou inclusive fazendo referência a um novo tipo de correlação, citando economistas que saem dos bancos das universidades para as bancas do capital especulativo. Efetivamente vemos que na visão de mundo do neoliberalismo, oriundo dos Estados Unidos e da Europa, a própria indústria produtiva já não é o foco desse neoliberalismo e desse novo modelo do capitalismo.

A minha pergunta é exatamente para esclarecer e não para ousar, repito, me contrapor à brilhante exposição de V.Exa. É que, pelo menos quando o companheiro também enfatizou as saídas, muito bem postas aliás, se não teme que, estando o capital especulativo volátil a comandar o mundo hoje em dia, não teremos efetivamente — e aí eu temo — a destruição das nações. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) - Srs. Congressistas, a cada instante se inscreve um companheiro para participar do debate e seria de bom alvitre, então, que determinemos um tempo mínimo para que os inscritos pudessem fazer sua pequena síntese de exposição e sua pequena pergunta. Por isso a Mesa está tomando uma deliberação de conceder 2 minutos a cada orador, após o que convidaremos o seguinte.

Convidamos o Delegado Roberto Silva de Almeida, nosso companheiro de Alagoas.

O SR. ROBERTO SILVA DE ALMEIRA (Delegado pelo PSB/AL) – Srs. da Mesa, Prefeito Célio, companheiros do PSB, este é um momento privilegiado que temos para debater não somente as divergências internas do partido mas também as questões que interessam à construção de um socialismo moderno, como já se fala pela mídia.

Quero elogiar a brilhante exposição do Prefeito Célio sobre a questão da ordem internacional e voltando à questão do que disse antes, não devemos nos limitar a divergências internas. Tem que haver sim, como disse aquele senhor, as divergências, porque isso possibilita o crescimento dentro do partido, mas também não nos limitarmos a essas divergências e também pelas lutas pelo poder.

Este é um momento privilegiado para a definição de uma estratégia que avance em nossa luta, para que o povo explorado e oprimido chegue ao poder político, afirme a soberania nacional, radicalize a democracia e melhore suas condições materiais e culturais de vida, avançando em direção ao socialismo como um projeto internacional.

Mais do que nunca está provado que o socialismo só se constrói como um projeto internacional, mas o Território Nacional continua sendo o principal de nossa luta. Assim um governo democrático e popular não pode se prender aos limites do capitalismo, mas dialoga com o acúmulo da consciência popular e deve ser antiimperialista, antimonopolista e radicalmente democrático.

Era somente essa explanação que queria fazer. Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – O próximo é nosso companheiro Pedro Fernando.

O SR. PEDRO FERNANDO – Quero saudar a Mesa, companheiro Senador Valadares, saudar o Prefeito Célio de Castro, a quem queria chamar de professor, e também ao nosso companheiro Carlos Siqueira quero parabenizar pelas brilhantes idéias e pela maneira pela qual foram expostos os 500 Anos de Resistência do povo brasileiro, através dos textos lidos e através daquilo que foi passado durante toda a noite de ontem na abertura deste Congresso. Quero parabenizar os congressistas por estarem aqui presentes.

Prof. Célio de Castro, na sua brilhante exposição o senhor fala da tirania do dinheiro, da apropriação política da ciência e da técnica, e da calcificação

do pensamento único. Até acredito que vivemos uma ditadura. O povo brasileiro vive sob a ditadura da visão única, que é a visão que a televisão passa para nós.

A minha pergunta para o senhor nesta manhã é a seguinte: como nós vamos poder reverter ou dar um conceito para a globalização, inclusive uma das contribuições do senhor para mim nesta manhã foi a questão de que nós demonizamos a globalização por ela ser incompreensível muitas vezes para nós, e isso é errado. Jogamos na globalização todas as culpas sem saber o que significa globalização. Mas por outro lado, o povo brasileiro, e vou até arriscar a dizer, os próprios militantes políticos, não têm um canal de informação, um jornal, por exemplo, não sei se foi incompetência nossa, das esquerdas, de formar um jornal em nível nacional. Não temos. Enquanto temos uma instituição religiosa, e aqui é só uma questão de ilustração, não estou dizendo nem a favor nem contra, mas uma instituição religiosa como a Universal do Reino de Deus, que consegue levar sua mensagem para todo o Brasil por um canal de televisão, com rádio, com jornal, nós padecemos por não ter esses meios.

Presenciei, companheiros, encerrando minha palavra, um diálogo onde uma professora dizia a outra: essa globalização é forte demais, não é, professora? E a outra falava: É muito forte. Até o Fernando Henrique está falando em globalização. E a primeira falou assim: Até o Fernando Henrique. E a segunda disse: Mas a Globo é forte, não é? A gente está esperando agora a "essebetedização", a "recordização". É impressionante. (Palmas.)

Prof. Célio de Castro, como vamos fazer com que se esclareça para a população de forma clara o que é globalização sem que tenhamos instrumentos para isso? Precisamos montar um instrumento.

Concluo dizendo, depois dessa pergunta para V.Exa., para os companheiros que precisamos achar canais de comunicação. Vamos nos congressos às vezes, as pessoas falam bonito, como uma vez um camarada disse-me no final de uma palestra na universidade: Professor Saium, o senhor falou bonito demais. Não entendi nada, mas foi uma coisa linda que o senhor falou! Então eu fiquei preocupado, companheiros, precisamos falar a linguagem do povo! (Palmas.) Precisamos fazer com que o povo entenda as coisas como estão acontecendo.

Prof. Célio de Castro, quero ouvir a palavra do senhor daqui a pouco sobre isso e dizer que nós estamos, em Goiás, disponíveis para que possamos

fazer alguma coisa juntos. Não sei o que pode ser feito, um grande jornal, aquilo que nunca tivemos, não sei, professor, queria a sugestão do senhor.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Convidamos o companheiro Luiz Henrique Lima, do Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ HENRIQUE LIMA (Delegado do Rio de Janeiro) – Minha saudação aos Congressistas do PSB. A minha intervenção sobre o tema soberania é para sublinhar dois pontos que penso eu podem acrescentar à exposição do nosso companheiro Célio de Castro.

O primeiro já foi abordado pelo meu colega de bancada, Ricardo Maranhão, a questão da dívida externa. Essa é uma problemática fundamental que a Nação brasileira precisa enfrentar se quer buscar um caminho de soberania. Não vou cansar ninguém com números, mas em 97 os juros da dívida externa foram mais de 3 vezes a soma de todos os investimentos públicos federais de todas as áreas no nosso País. E é uma dívida que se olharmos a sua história é absolutamente esdrúxula e irregular. Ela vem da guerra da Independência brasileira. Para que o Brasil pudesse ter a sua independência reconhecida assumiu com a Inglaterra a dívida que Portugal tinha feito para nos combater. A dívida da família real portuguesa, cujos juros estamos pagando até hoje. Porque esse contrato nunca foi liquidado, ele foi sendo sempre rolado.

Quero acrescentar ao tema da dívida externa a dívida social, porque nós estamos pagando o que não devemos pagar na dívida externa é que a dívida social brasileira, o analfabetismo, a fome, a falta de saneamento se acumula cada vez mais. Essa é a dívida que não é paga. E tem a dívida que não é cobrada, que é a dívida ecológica, da qual o Brasil é credor. Os ecossistemas brasileiros produzem bens e serviços ecológicos de que as nações ricas se apropriam e não nos pagam nada. E o Partido Socialista Brasileiro, ao discutir o tema soberania, precisa levantar como uma das prioridades na nossa política externa o tema da dívida ecológica, que precisa ser contabilizada e cobrada. (Palmas.)

O último tema que queria assinalar para que o companheiro Célio de Castro fizesse suas considerações com relação ao tema da soberania é a defesa do idioma nacional. Nós estamos assistindo diariamente na televisão, nos meios de comunicação, ao idioma pátrio, a língua portuguesa, ser progressiva-

mente descartada com o uso intensivo de expressões na língua inglesa, em outras línguas, mas principalmente no idioma do colonizador, do imperialismo, que é o idioma inglês. E nós temos que assumir também, se queremos lutar pela soberania nacional, a defesa do nosso idioma, a defesa da nossa língua.

Obrigado, bom congresso. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – O próximo companheiro é Luiz Dário da Silva, a quem convido para ocupar o microfone.

O SR. LUIZ DÁRIO DA SILVA (Delegado do Estado de Pernambuco) – Companheiro Presidente, Senador Valadares, companheiro expositor Célio de Castro, nas pessoas dos companheiros saúdo os demais congressistas.

Companheiro Célio de Castro, ouvi com atenção a conferência de V.Exa. e observei o quanto tem refletido sobre a questão da globalização. O Prof. Pinto Ferreira observa essa questão dizendo que existem dois tipos de países: os países globalizantes e os países globalizados. Os países globalizantes, para estes, existe a globalização da riqueza. Para os países globalizados existe a globalização da miséria.

Explico, companheiros: o Brasil neste momento aprofunda-se numa terrível depressão econômica com juros altos, salários baixos e o Estado se afastando da economia. Por outro lado, o Estado brasileiro obriga-se cada vez mais a pagar uma dívida externa cada vez maior e com isso vai buscar dinheiro onde for possível, tentando até mesmo taxar a quem o direito adquirido ressalva de não ser mais taxado, como é o caso dos aposentados, no episódio da Previdência Social.

Mas, companheiro Célio de Castro, além dessa ideologia da globalização e da modernidade, a classe dominante internacional trabalha com outra ideologia, que é a do narcotráfico. E tentando com essas duas ideologias, e V.Exa. tem muita razão quando levanta sua tese da dominação, o seu domínio; o domínio econômico por um lado e o domínio das soberanias dos países emergentes por outro. Com a ideologia da globalização domina a economia; com a ideologia do narcotráfico transforma as forças militares, as Forças Armadas em forças policiais. Com isso desvia as Forças Armadas do seu real papel, de manutenção da soberania nacional para se transformar em forças policiais de combate a narcotraficantes.

Mas, para apimentar ainda o nosso debate, mais dois outros pontos fundamentais nessa discussão. Primeiro é a questão dessa ideologia de globalização e a cultura das nações. As nações têm sua cultura específica e essa cultura de uma globalização geral onde se coloca que não existe mais esquerda, não existe mais direita, apresenta-se dificultada em virtude das culturas específicas.

Algum tempo atrás, companheiro Célio de Castro, presenciei na sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região a exposição de uma socióloga do Governo Federal, onde tentava mostrar para os magistrados e para o público em geral a importância de se assumir essa globalização como uma coisa irreversível e, portanto, que precisa ser incorporada à cultura do nosso povo, à cultura dos brasileiros. Essa é uma problemática.

A outra questão, que V.Exa. já abordou, para efetivar essa dominação econômica da globalização bate-se em cima da cultura, bate-se com uma reforma tributária que vai atingir a Federação, uma vez que retira dos Estados e Municípios o seu poder de tributar.

Então são esses pontos, Excelência, que nesse atabalhoado de dois minutos tento trazer para apimentar a belíssima conferência de V.Exa. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Convidamos o companheiro do Rio de Janeiro, Paulo César Barbosa. Pedimos aos nossos delegados que façam um esforço para resumirem suas intervenções a fim de que outros tenham a mesma oportunidade.

O SR. PAULO CÉSAR BARBOSA (Delegado do Rio de Janeiro) – Brilhante Mesa, companheiros, trouxe aqui algumas anotações para não perder a memória e não trair minhas observações a respeito da resposta que acredito tenhamos para essa globalização.

"Homens devem se associar em torno de idéias e objetivos de interesse coletivo. Nunca devemos nos associar apenas a favor ou contra homens, pois os homens estão sujeitos a mudanças e acabam por decepcionar. Contudo, os ideais transcendem a existência de cada um de nós." Disse um congressista norte-americano.

Nós, socialistas, temos um ideário, uma história e exemplos que transcendem as fronteiras. Contudo, muitas vezes nos nivelamos aos demais no Brasil, nos envolvendo em discussões personalistas, sem ponderarmos em pri-

meiro lugar se essas discussões nos levam aos nossos ideais. É como uma luta entre cristãos e muçulmanos, sem bíblia e alcorão. Para mudarmos essa postura, em primeiro lugar temos de aprender melhor o que é socialismo, qual a sua história, quais as suas propostas. Temos de fazer cada membro do Partido Socialista Brasileiro acreditar e se tornar um missionário do nosso ideário.

Discursar contra Fernando Henrique, o imperialismo americano, nossas perversas elites, os latifundiários e tantas outras mazelas que nos assolam é fácil. Basta olhar em volta. Não é preciso ser socialista. O que temos é de apresentar nossas alternativas, nosso jeito socialista de ser justo e próspero.

Do lado direito temos muitos adversários políticos que têm sua ideologia muito definida, fundamentada no poder a qualquer preço. Talvez praticando a única lição que aprenderam de Karl Marx, quando disse: A consciência dos homens é determinada pelas condições materiais, e aí aproveitam as subcondições de vida das massas para comprar seus votos. Alguns simplesmente para garantir seus privilégios econômicos...

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Interrompo o nobre orador para chamar atenção da platéia, para que façam silêncio, em respeito aos nossos companheiros que estão falando. Dispõe V.Exa. de meio minuto.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PAULO CÉSAR BARBOSA (Delegado do Rio de Janeiro) – Estou encerrando já. Com ideais socialistas podemos mudar o mundo para vivermos numa sociedade melhor, ética, justa e solidária, onde todos terão oportunidades iguais na educação, saúde e renda. As diferenças aparecerão em conseqüência da determinação de cada indivíduo, mas ninguém precisará dormir doente e com fome porque é ignorante demais para conseguir um emprego que lhe garanta uma renda digna de um ser humano. Até as resoluções das Nações Unidas reconhecem que a paz social entre as nações somente poderá ser alcançada se houver igualdade de oportunidade para todos. Igualdade no acesso à saúde, educação ou à renda.

Proponho que o PSB promova seminários e debates sobre a ideologia em que acreditamos e que elejamos nossos líderes dentre aqueles que melhor representam e defendem nossos ideais socialistas. Todos os candidatos a cargos eletivos do PSB devem fazer curso sobre ideário socialista, para que possa-

mos armá-los com nossa ideologia, diferenciando-os dos demais e assim mudarmos o Brasil e o mundo.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Convidamos o companheiro Luiz Carlos Sidelson, Delegado do Estado de Goiás, que terá dois minutos para fazer sua pergunta.

O SR. LUIZ CARLOS SIDELSON (Delgado do Estado de Goiás) – Saudações socialistas aos companheiros. A pergunta para o Exmo. Sr. Prefeito Célio de Castro, pessoa da qual comungo com as expectativas e certezas, é a seguinte: semana passada aconteceu uma reunião na Itália, onde o Brasil foi representado pelo Presidente Fernando Henrique e onde se discutiu essa nova alternativa, terceira via e coisas parecidas. A minha pergunta para o prefeito é a seguinte: primeiro, que ele tecesse considerações sobre essa reunião, o que podemos esperar daquilo ali. A segunda, qual a verdadeira posição, o motivo de o Brasil ter sido convidado para essa reunião, haja vista que o grupo foi muito pequeno. Então não sei o que poderia estar por trás disso, até porque a imprensa não deu atenção devida ao fato e as pessoas a quem perguntamos ou não sabiam do que aconteceu ou não têm muita posição. E como temos observado as posições sempre bastante pertinentes do prefeito, gostaria de que ele por favor tecesse algumas considerações sobre isso.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Convidamos o companheiro Mário Gomes Maia, Delegado do Ceará. O próximo delegado é o Sr. Edmilson Batista, do Rio de Janeiro.

Agradecemos aos companheiros que estão cumprindo religiosamente o tempo.

O SR. MÁRIO GOMES MAIA (Delegado do Estado do Ceará) – Srs. membros da Mesa, companheiros e companheiras de todo o Brasil, que aqui estão participando do 7° Congresso Nacional do nosso partido; alguns que enfrentaram a chuva, o sol, o perigo dos assaltos nas estradas - só isso já demonstra uma parcela de determinação e de coragem para estarem participando deste congresso - a todos minha saudação.

Como o tempo é muito pequeno, vou apenas fazer um questionamento

para o Dr. Célio de Castro, com sua brilhante palestra. O Dr. Célio de Castro fez referência a fazer política e todo partido que não faz política efetivamente não tem o sonho de crescer e que eu saiba o nosso sonho, a nossa luta é de crescermos e sermos governo neste País.

Portanto, Dr. Célio de Castro, a minha observação é a seguinte: estamos nos aproximando de duas eleições importantes. A primeira no ano 2000, eleições municipais, vereadores e prefeitos. Em 2002 governo, eleições gerais. É a política de alianças, Dr. Célio de Castro, a política de coligações partidárias que por certo virão atormentar a cabeça de muita gente. Causa-me às vezes certa preocupação nós, que somos socialistas, que defendemos o ideário de ética, de decência, alguns companheiros espalhados por este País afora em determinadas circunstâncias de eleições fazerem opções as mais absurdas por coligações com partidos que são exatamente nossos inimigos, nossos adversários, partidos muitas vezes que pertencem a aqueles indivíduos citados pelo Dr. Célio de Castro, que representam hoje a nova classe, tão prejudicial e tão deletéria aos interesses do povo brasileiro.

A minha indagação é esta, Dr. Célio de Castro: que o senhor faça uma reflexão sobre esse problema das coligações, das alianças partidárias nas eleições municipais. O cuidado que teremos de ter, porque se torna muitas vezes incompreensível e até contraproducente algumas coligações partidárias com o simples objetivo de ganhar eleições. Isso é muito questionável e nos conduzirá inevitavelmente a uma reflexão.

Obrigado, companheiros de todo o Brasil! (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Gostaria de saudar a grande quantidade de delegados aqui presentes e lembrar-lhes a sistemática que vamos adotar para os debates na parte da tarde. Todos os delegados ou participantes deverão ser divididos em grupos, escolha voluntária de cada um. Serão cinco grupos. O primeiro vai discutir "Os desafios políticos e eleitorais do PSB". O tema inclui Políticas de Alianças e outros itens. O Grupo 2 terá por tema "A proposta socialista de desenvolvimento nacional", sendo expositor o Governador Capiberibe". O Grupo 3, "Políticas do PSB para os movimentos sociais, populares e sindical". O Grupo 4, "A nova ordem internacional". E o Grupo 5, "A crise do modelo neoliberal".

De modo que a partir das 14 horas, após o almoço portanto, cada delegado deverá dirigir-se, à sua escolha, a um desses grupos, para que lá possa

assistir à exposição e fazer suas propostas concernentes aos temas que ali serão expostos.

Terminado esse trabalho no final da tarde, vamos recolher todos os relatórios das decisões dos grupos, porque serão deliberativos. Somente as propostas que forem aprovadas dentro de cada grupo constarão do Relatório Geral que vamos apresentar amanhã na primeira plenária do dia, para ser submetido ao Congresso. Obviamente, o companheiro que teve sua proposta derrotada lá poderá fazer o seu destaque aqui no plenário, mas o procedimento sugerido, pelo menos para os próximos trabalhos, além desta sessão que ora se realiza, é o que acabo de anunciar.

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Com a palavra o companheiro Edmilson.

O SR. EDMILSON BATISTA (Delegado do Rio de Janeiro) – Bom-dia a todos os congressistas, à Mesa e a todos os que têm o espírito do socialismo. Gostaria de abrir minha voz, que desde já está esplanada diante desta plenária, com um pensamento do companheiro Herbert de Souza, quando dizia numa de suas falações que o mundo está dividido em dois blocos: ricos e pobres. Mas ele, na sua integridade, militou em todo aquele movimento que os grandes socialistas conhecem. Cheguei a levantar o seu nome para o prêmio Nobel da Paz, no município de Nova Iguaçu, quando lá morava, no Rio de Janeiro, porque ele tinha realmente um pouco do que era próprio ao companheiro Houaiss, do que tem ainda hoje o companheiro Miguel Arraes de Alencar, do que tem o Prefeito de Volta Redonda, Francisco Neto, que está sendo um dos maiores brilhos de administração de prefeituras em âmbito nacional.

Não sei se os companheiros sabem que o companheiro Neto atualmente construiu no município de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, um hospital que é modelo para o resto do planeta; construiu ali também o retiro para agregar os miseráveis, os mais pobres, e tenho muita alegria acima de tudo por sua indicação para o Partido Socialista Brasileiro, mesmo sendo pernambucano e morando no Rio de Janeiro há dez anos. Também comecei minha vida pelas ruas de Recife, engraxando sapatos, lavando carros, vendendo bombons. Lembro ainda que muitos falavam de Miguel Arraes de Alencar, sendo meu pai um pequeno camponês do município de Vitória de Santo Antão, e eu ainda muito pequeno ia com ele às reuniões escondidas. E foi ali com ele que, muito pequeno ainda, aprendi a fazer política, e vim aprender melhor ainda no Rio de

Janeiro e muito mais ainda dentro dessa grande expressão em nível nacional. E penso que o Brasil para falar do seu nome tem de escovar a boca, porque enquanto ele viver, viverá o PSB em nível nacional e o resto do mundo curvar-se-á diante de seu nome, que é Miguel Arraes de Alencar. (Palmas.)

O Diretório do Rio de Janeiro vem maciçamente votar pela sua eleição, porque enquanto Arraes viver o PSB viverá na memória do povo brasileiro.

Muito obrigado, companheiros. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Convidamos o companheiro Enivaldo de Souza Vieira, Delegado do Estado de Alagoas.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Gostaria de informar que a localização dos grupos temáticos na parte da tarde será nas comissões temáticas do Senado Federal, na ala Nilo Coelho ou na ala Alexandre Costa. Os companheiros poderão verificar a faixa que está ao lado de cada grupo com o tema correspondente ao temário do Congresso.

O SR. ENIVALDO DE SOUZA VIEIRA (Delegado do Estado de Alagoas) – Companheiros da Mesa, companheiros socialistas, parece-me que foi proposital a escolha do tema apresentado hoje de manhã, falando sobre globalização e o país em si, pois por coincidência o Estado de Alagoas, através de Ronaldo Lessa, conseguiu apresentar a parte positiva disso, quando ele foi Prefeito de Maceió, e hoje, infelizmente, quando Alagoas se uniu e pensou em fazer algo diferente eis que veio o lado negativo, quando aquele que o Brasil, infelizmente detesta, o Dr. FHC, quer esmagar o pequeno. Mas o pequeno que já mostrou que é grande, tem Ronaldo Lessa, que vai mostrar para o Brasil. E o Brasil sabe muito bem o que é a globalização; não simplesmente a globalização da desigualdade, mas a da igualdade, que consegue a salvação de um povo.

Alagoas, hoje, não está tão melhor assim porque há pouco tempo está Ronaldo no poder, mas ele já está demonstrando que pode melhorar tanto Alagoas quanto o Brasil.

Tenho dito e obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) –Convidamos o Prefeito de Araçoiaba, nosso companheiro Cuscuz. (Palmas.)

O SR. CUSCUZ (Delegado de Araçoiaba/PE) – Em primeiro lugar, agradeço ao nosso Deus por nos ter dado permissão para realizar esse evento tão importante em benefício das causas sociais que envolvem o Brasil, todos os Estados da União e também o grande e querido Estado de Pernambuco, do qual nosso município faz parte.

Ouvindo atentamente as palavras dos oradores que por aqui passaram, falaram que correram grande risco deslocando-se dos seus Estados, das suas cidades para Brasília, onde correram um grande risco de serem assaltados, mas nós somos assaltados, meus amigos, é aqui em Brasília mesmo, o problema é esse. (Palmas.) Os assaltantes que tiram pequenos valores e objetos são ponderáveis. Agora, esses que vivem sucateando a Nação, o Estado, os Municípios e tirando os direitos daqueles que realmente mereciam ter uma cobertura, esses realmente não poderemos evitar, a não ser mudando a Constituição e também aprendendo a votar, elegendo pessoas que merecem respeito, não só como o Governador Arraes, mas como todos que integram a ala socialista do Brasil.

Alguns falam que Arraes é centralizador, radical. Agora eu pergunto: por que nos 14 anos de existência do PSB, esses que se julgam competentes para assumir a legenda agora em caráter nacional, por que não se juntam antes do mandato de dois anos para levar aos delegados nacionais dos Estados, das cidades e mostrar a postura diferente do Governo, uma postura diferente do partido, mas justamente agora é que se juntam, não sei qual o interesse. Sou muito pequeno para conhecer sobre o assunto, mas digo que Pernambuco tem a honra, tem uma plenitude muito grande de ter uma pessoa com o nome de Miguel Arraes de Alencar como Presidente Nacional do partido.

Vim aqui a primeira vez, vim a segunda e venho a terceira, quantas vezes precisar, porque até aqui nunca vi nenhuma empresa do Governador Arraes trabalhando para o Governo Federal, tampouco para o Governo do Estado de Pernambuco. Nunca ouvi falar que Dr. Arraes tenha comprado usinas, cooperativas no seu nome. E é por isso que hoje ainda existe essa grande dúvida com relação ao nome do Dr. Arraes.

Defendi, defendo e sempre estarei ao seu lado, porque é justamente Arraes que vem defendendo o socialismo. Quando abri minhas palavras, di-

zendo que agradeço a Deus, é porque o maior socialista do universo é nosso Deus todo poderoso. (Palmas.)

Agradeço a todos os companheiros que vieram conosco fazer esse grande evento, aos senadores, prefeitos, vereadores, todos os delegados, aos deputados federais, aos deputados estaduais, todos merecem os elogios de todo o PSB , e saibam que Pernambuco nunca vai se curvar, nunca vai passar para tirar o direito de Dr. Arraes ser o Presidente Nacional do PSB, porque sua postura é digna.

Quanto aos problemas de assaltos, de tirar direito de impostos, a pior esculhambação, o pior assalto, podem até dizer que é mentira minha ou querer depois disso me processar. Se a CPMF é para a Saúde, é para a Saúde, mas para a Saúde do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Comunicamos aos Srs. Delegados que vamos conceder cinco minutos para que aqueles que desejam se inscrever tenham tempo suficiente para isso. Cinco minutos, após o que encerraremos as inscrições, tendo em vista as obrigações e os compromissos que este Congresso assumirá hoje à tarde.

Convidamos a companheira Neusilene Núbia Feitosa Dutra, do Maranhão, representando a mulher do Estado do Maranhão.

A SRA. NEUSILENE NÚBIA FEITOSA DUTRA (Delegada do Maranhão) – Cumprimento a Mesa, na pessoa do Prefeito Célio de Castro, a quem rendo minha imperecível admiração, sobretudo pela sua capacidade de abordar tema tão complexo, que exige tanto conhecimento, com profunda capacidade e clareza para pessoas que como eu não tem grande conhecimento sobre o assunto.

Companheiro Célio de Castro, quero-lhe dizer que depois de sua explanação pude me explicar um fenômeno que ontem vi aqui no partido, no I Congresso de Mulheres Socialistas. Ontem ocorreu, para mim, um fenômeno infeliz e que me trouxe uma inquietação e eu não sabia dizer o que era exatamente aquilo. Hoje, quando você falou, companheiro, nessa invasão de uma nova classe, desse poder fantástico que a mídia tem de colocar as coisas nas mentes das pessoas, compreendi que até mesmo dentro desse setor das mulheres que sempre lutaram contra a discriminação de gênero, a globalização conseguiu o

fenômeno que foi transformar mulheres discriminadas em mulheres discriminadoras.

Ontem infelizmente, companheiros, pudemos observar a manipulação infeliz que ocorreu no I Congresso de Mulheres. Em nome das mulheres do Maranhão, venho de público fazer um *mea culpa*, porque acho que ser socialista não é só criticar, só propor, é acima de tudo Ter a dignidade e a humildade de reconhecer as nossas debilidades.

Sou a Primeira-Secretária Estadual de Mulheres do Maranhão há menos de um mês. Não tive conhecimento em momento algum das condições estabelecidas para o I Congresso de Mulheres, não sabia que precisava ser apresentada tese, não fui comunicada do que ficou resolvido no encontro de 20 de setembro, ou seja, companheiros, parece que a globalização conseguiu trazer até dentro de nós, que durante toda a nossa vida, temos sido manipuladas não só pela mídia, mas por todo o sistema machista, que compreendo aqui que infelizmente temos perpetuado com as nossas ações.

Quero dizer para a companheira que foi eleita ontem, do fundo do meu coração, em nome das mulheres do Maranhão, que ali ela terá o apoio para fazer o seu trabalho, que ali no Maranhão ela terá uma grande aliada, porque compreendo que é esse o meu papel como mulher socialista e como Secretária Estadual das Mulheres.

Mas deixo meu apoio irrestrito e minha reflexão, porque compreendo que nós, para trabalhar politicamente, para sermos realmente socialistas, temos de ser antes de tudo dignas, sinceras para podermos ser legítimas. Ontem ouvi mulher vaiar mulher. (Palmas.) Ontem vi mulher levantar, fazer conversas paralelas no primeiro congresso que elas puderam fazer neste partido. Será que não nos demos conta, companheiros, de quanto foi importante esse momento de ontem? Será que não tínhamos consciência talvez por essa cultura de estarmos sempre lutando, lutando e lutando? Será que foi tão fácil assim estarmos ali ontem e não percebemos que todos os olhares estavam voltados para nós? Qualquer pessoa, qualquer homem que ali ontem entrou viu mulher vaiar mulher, mulher desrespeitar mulher, mulher falar só, mulher ter seu poder de expressão cerceado. Acho isso absolutamente lamentável.

Estou bastante emocionada mas não envergonhada por estar emocionada, envergonhada por perceber que mulheres como eu e como todas as que têm neste País ainda se dão ao luxo de ver outras companheiras discriminarem

não a qualquer outro setor, mas a si próprias. Considerei infeliz, ontem a eleição, considerei a escolha equivocada, mas mais uma vez posso dizer às companheiras que deixo aqui o apoio do Maranhão como apoio irrestrito. Se no prazo de dez dias a companheira não ligar para o Maranhão o Maranhão irá ligar para ela para propor e para dar sugestões, e dizer que no próximo congresso já estarei vacinada e não irei ver uma comitiva do Amapá, como vi ontem, sair indignada e humilhada, como se estivesse diante de homens machistas, e não diante de mulheres guerreiras.

Deixo o meu protesto e quero-lhe dizer, companheiro, que foi a globalização, certamente, porque não acredito que isso tenha saído do fundo do coração de mulheres.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – As inscrições já estão encerradas.

Vamos ouvir a companheira Maria Vânia Souza, do Estado de Pernambuco.

Pedimos certa celeridade no cumprimento do tempo antes determinado de dois minutos.

A SRA. MARIA VÂNIA SOUZA (Delegada do Estado de Pernambuco) – Srs. da Mesa, Srs. Congressistas, a nobre amiga relatora da nossa proposta do congresso, da Secretaria da Mulher, realmente eu, por ser a primeira vez que participo desse congresso tanto o nacional quanto o da mulher, que foi o primeiro, achei também a coisa um pouquinho desorganizada. Tínhamos uma escolha, que foi a vencedora, o meu voto foi para ela. Agora, eu acho que o mais importante para nós, mulheres, como tive oportunidade de dizer lá, aquele era um momento raríssimo para a mulher não só no PSB mas na luta feminina.

Eu, como liderança do Estado de Pernambuco, muitas vezes sou discriminada porque eu mesma tenho três jornadas de trabalho, filho, sou ourives, empalhadora e política. Para mim a política é um trabalho, não é um lazer, uma diversão.

Então ontem tive a alegria, a satisfação de poder estar no primeiro congresso de mulheres e peço que no próximo congresso possamos estar mais

preparadas, principalmente nos municípios. Precisamos levar a política não só para as mulheres, mas para os homens também, porque tenho observado que a política municipal não está existindo. O nosso partido sofreu agora uma tremenda rasteira, nossos aliados, entre aspas, já bandearam para o lado de lá. Então hoje vamos dizer que o joio saiu do trigo e vamos fazer um PSB verdadeiramente preocupado com a fome e com a miséria que vemos a cada dia nas nossas cidades. E depois que tentarmos e conseguirmos minimizar o problema dos nossos municípios que possamos vir a Brasília, que é a última instância de política nacional. Mas sem resolver, sem lutar, sem discutir a fome, a globalização, porque esta palavra globalização, acho que 99% do povo da cidade, do Estado e do Brasil não sabem o que significa.

Então, vamos fazer um PSB forte, de homens e de mulheres, vamos apoiar a Secretária que elegemos, como disse a nossa companheira do Maranhão, e vamos nos preparar para que a disputa aconteça no próximo congresso e que a que vença será também aquela responsável pela grande liderança e pela grande significação que tem a mulher na política brasileira, estadual e municipal.

Um abraço a todos e que este congresso possa fazer de nós, socialistas, pessoas conscientes e trabalhadoras, principalmente na base, que é o município. Um abraço. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) –Temos o prazer de anunciar a presença em nossa Mesa do Governador do Estado do Amapá, nosso querido companheiro João Alberto Capiberibe. (Palmas.)

Lembramos aos oradores que o tema que está sendo abordado e discutido neste momento é a Soberania Nacional e a forma de inserção do Brasil no processo de Globalização. Pedimos então aos companheiros que se atenham ao tema, fazendo perguntas relacionadas a ele. Agradeço.

O próximo orador é o nosso companheiro de Alagoas, Delegado José Cícero dos Santos, que terá dois minutos e esperamos que todos os outros possam cumprir esse horário, porque o tempo já está bem avançado.

O SR. JOSÉ CÍCERO DOS SANTOS (Delegado do Estado de Alagoas) – Boa-tarde, companheiros, quero solidarizar-me com a companheira do Maranhão em nome das mulheres do Maranhão e com as companheiras que hoje estão participando do Encontro Regional do Nordeste, da escola Quilombo dos Palmares, na Paraíba.

Mas quero aqui também trazer minha indagação sobre o movimento popular, porque como fui Secretário Regional de um movimento popular do PSB em Alagoas, hoje sou Secretário Municipal de uma cidade pequena do interior do Estado, a 55 quilômetros da capital de Maceió.

Durante o meu mandato tive a preocupação de procurar me informar sobre quem seria o secretário nacional de movimentos populares que ontem para mim foi uma decepção por não ter conseguido encontrar a pessoa ou mesmo ter uma informação, porque para mim a importância do movimento popular, hoje, no PSB significaria grande coisa para o crescimento do Partido Socialista Brasileiro. Mas infelizmente, como vejo, é impossível realizarmos um trabalho voltado para os interesses da população brasileira, principalmente para aqueles que vivem no interior do Estado, tem menores informações, e nós, como PSB, temos o compromisso e a responsabilidade de passar as informações para nossos companheiros, conscientizá-los e levar alternativas para o nosso povo.

Mas felizmente o nosso PSB ainda está na fase da burocracia que talvez não se deslanche. Para isso nós, companheiros congressistas aqui presentes, peço a vocês que nos grupos de trabalho nos Estados procurem discutir para sentarmos à mesa deste congresso e discutir uma forma de tirar companheiros que tenham compromissos com o movimento popular, não pessoas que não tenham compromisso e até mesmo o seu tempo. E nós precisamos disso.

O PSB precisa de pessoas que tenham tempo para resgatar aquilo que precisamos, que é o povo brasileiro que vive nos quatro cantos deste País sem informação básica, sem formação de pelo menos teoria prática.

Por isso aqui faço um apelo aos companheiros: precisamos nos sentar e discutir, pelo menos, um nome que venha a ser a referência nacional mas que seja do povo, da base, do Partido Socialista Brasileiro e que tenha o tempo de resgatar aquilo que precisamos.

Aqui deixo minha saudação a nossa companheira pela sua indignação, pela emoção que teve pela falta de respeito e de compromisso com as mulheres deste País.

É a minha saudação. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Companheiros, como a mesa não dispõe de campainha para avisar o térmi-

no do tempo, usaremos esse expediente para chamar a atenção dos companheiros de que seu tempo está esgotado porque ainda existem muitos oradores inscritos.

Alexandre José Miranda, nosso companheiro do Rio de Janeiro.

O SR. ALEXANDRE JOSÉ MIRANDA (Delegado do Rio de Janeiro) - Quero saudar a Mesa, os companheiros que aqui estão, as congressistas do Movimento das Mulheres, do Movimento Sindical e do Movimento da Juventude, do qual faço parte como Secretário no meu município.

Quero pegar um gancho da fala do nosso Deputado Luiz Henrique Lima, quando fala sobre a dívida social que temos com a população. Sou filiado à Associação do Movimento de Cooperativados e Mutuários do Rio de Janeiro, que é filiada à Coordenação Nacional dos Mutuários em Defesa da Moradia. Temos de colocar como uma proposta do partido tratar desse assunto da moradia, que talvez aflija até a alguns dos nossos congressistas que têm dificuldade em relação à moradia ou algum problema com a Caixa Econômica. E isso ocorre periodicamente no jornal, reportagens falando sobre esses problemas.

Quero entregar à Mesa um documento para ser entregue ao novo Presidente da Executiva Nacional do PSB para que esse assunto possa ser tratado não agora durante o congresso, porque talvez o tema fuja um pouco às nossas propostas, mas que possa ser analisado, visto que me empenhei em dar uma resposta ao pessoal do movimento. E sendo este um movimento nacional é de suma importância que o PSB se posicione em relação a isso. Nós temos que chegar e ter uma posição. Nossa proposta de moradia é essa, isso não está certo, temos de mudar.

Peço a todos os parlamentares presentes ao congresso que possam estar olhando por essa causa, por essa situação. Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Companheiro Ricardo Machado, de Goiás

O SR. RICARDO MACHADO (Delegado do Estado de Goiás) –Boa-tarde senhores, gostaria de cumprimentar o Dr. Célio de Castro e em seu nome os demais da Mesa.

Senhoras e Senhores, Dr. Célio de Castro, é bem comum ouvirmos

indagações sobre o sistema de globalização, como em rodinhas de faculdades e profissionais e demais departamentos. Algumas empresas têm ainda dúvidas sobre o sistema de globalização. Muitas pessoas dizem que o sistema de globalização é igual o lobo mau que comeu a vovozinha. Então nesse ponto de vista, como o amigo tem uma maior reflexão, eu gostaria que o senhor nos esclarecesse quais as perspectivas de futuro para essas pequenas e médias empresas na luta do sistema globalizado, porque nós temos muitos enfoques e muitos diálogos referentes ao sistema de globalização onde as pessoas colocam questões benéficas e outras maléficas.

Então gostaria que o companheiro esclarecesse esse ponto de vista para nós. Muito obrigado, sou Ricardo do Estado de Goiás. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Companheiro de Santa Catarina, José Carlos Elói Martins.

O SR. JOSÉ CARLOS ELÓI MARTINS (Presidente da Direção Provisória do PSB de Santa Catarina) – É uma satisfação, depois de 14 anos de filiação partidária, participar do primeiro congresso na minha vida socialista dos idos de 85, 86.

A contribuição que venho trazer a este congresso começa primeiro pelos gabinetes, onde deixamos duas propostas de encaminhamento de projetos, um sobre a violência e outro sobre juros, encaminhados ao Ministério Público Estadual em Santa Catarina no dia 18 deste mês contra os juros abusivos do sistema financeiro dos bancos e trazemos essa proposta ao partido para que encampe essa briga, que suga os recursos das empresas privadas e das pessoas físicas.

Comparando o Governo Fernando Henrique Cardoso, eu diria que ele está mais para o monarca português, que aceitou o tratado de 1703, pelo qual Portugal vendia vinhos à Inglaterra e comprava manufaturas. Hoje o Brasil não vende manufaturas nem consegue vender produtos agrícolas. Ou seja, estamos em pior situação que Portugal nos idos de 1703.

Endossando as palavras do companheiro Célio, essa monarquia ferdinanda criou seus suseranos alojando no poder político no Estado brasileiro uma nova classe social de banqueiros privilegiados porque comandam o Banco Central e assim por diante.

Gostaria de trazer aqui também a indagação nesse sentido de que a

postura do sistema produtivo define e está definindo o lugar das classes sociais no Brasil. As acomodações políticas à economia legitimam a ordem social, cada vez mais pobres e cada vez poucos mais ricos. As idéias que as contrastam são aquelas que trazemos aqui para a construção de uma sociedade socialista.

Pediria ao companheiro Célio que enfatizasse o eixo da reforma administrativa em curso que mais ataca os recursos municipais e estaduais e que prejudicam dessa forma a inserção do Brasil e das localidades na globalização.

Gostaria de concluir, dizendo que muito além das propostas que vamos discutir neste congresso, devemos entender, compreender e estudar as propostas, os encaminhamentos práticos pelos quais governos como o do Amapá, de Alagoas ou de municípios como Natal e Belo Horizonte, ou ainda de outros Estados, vêm colocando de forma socialista o programa do partido e que poucos de nós conhecemos.

Concluindo, solicito à presidência deste congresso que conclua os trabalhos no dia de amanhã, transformando este partido de uma forma mais descentralizada, mais respeitosa às minorias que aqui se manifestaram, porque entendo que o socialismo não caminha pela centralização, mas pela distribuição de poder e de conhecimento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Chamamos a atenção dos companheiros de que se encontram perdidos dois crachás, um de Joaquim Saraiva, do Piauí, e outro de Nilson Novaes Porto, do Mato Grosso.

A próxima oradora é Irismar, do Movimento Feminino do Rio de Janeiro.

A SRA. IRISMAR (Movimento Feminino do Rio de Janeiro) - Saudações socialistas a todos os congressistas, em primeiro lugar. Gostaria de responder ao que fora mencionado pela companheira anteriormente e comunicar a este Plenário que entramos em contato com o Estado do Maranhão com uma companheira chamada Constância, que ficou incumbida de fazer todo o trabalho de mobilização.

Era o que eu queria falar, para não parecer que foi algo autoritário.

Globalização é o domínio de países e grandes blocos da América Latina. Não é assim, nós somos socialistas.

Outro ponto é que trabalhamos muito, todas nós, e participamos, estivemos no plenário discutindo, brigando, no bom sentido, defendendo nossas teses. Democracia diz que o poder emana do povo, e se o Plenário sentiu-se devidamente contemplado nas observações feitas, lamentavelmente ganhamos porque política também é articulação, mobilização, estar em contato permanente. Todos nós fazemos isso, constantemente. Quem não faz isso? (Palmas.) Então não tem como. Democracia, o poder emana do povo e só ele decide.

Agora, juntem-se a nós aqueles que têm o discurso e a prática socialista, porque esta é a prova da participação das mulheres que estiveram no congresso. E muitas mulheres participaram.

Agora, eu gostaria de fazer uma observação por demais importante: não temos nada pessoal contra ninguém, muito pelo contrário. A verdadeira democracia, o verdadeiro socialismo é reconhecer que quando vencidos vamos continuar juntos, elevando o nome e a prática do socialismo. Na minha concepção, e acredito que na concepção da maioria isso é socialismo.

Deixo mais uma vez os meus parabéns a todo o povo socialista, não só do Brasil, mas também do mundo.

Não sou candidata a nada, muito obrigada e saudações socialistas! Viva a democracia! Democracia emana do povo e só ele sabe. Se você tem um bom trabalho de conscientização, informação e participação com certeza, dentro de um congresso, de um seminário, de um encontro, se você tem trabalho político você sai vencedor porque socialismo, democracia e política é participação no cotidiano.

Obrigada. Saudações socialistas. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Convidamos o companheiro Migueli Caputo Neto, Delegado do Paraná e o próximo é Gidelson Felício de Jesus, da Bahia.

O SR. MIGUELI CAPUTO NETO (Secretário-Geral do PSB do Paraná) - Gostaria neste congresso de dizer que para nós, da bancada paranaense, este congresso é histórico, porque nós que vínhamos aos congressos do partido e aos grandes fóruns por ele organizados, viemos desta vez

com a bancada digna do tamanho do nosso Estado. Temos aqui de 70 a 80 delegados, mulheres, representantes do Movimento Sindical, dos movimentos sociais, gestores públicos, vereadores, prefeitos. Então para nós, paranaenses, este congresso é um marco na história do Partido Socialista Brasileiro, para os militantes socialistas do Paraná.

Agora eu gostaria de fazer uma pergunta ao companheiro Célio de Castro. O companheiro fez uma falação digna do grande profissional de saúde que é, fez um diagnóstico bastante importante desse grande câncer, dessa grande doença, mais uma das doenças do capitalismo, que é a globalização.

Para não me alongar muito, gostaria de dizer que o diagnóstico está dado. Várias outras contribuições que foram feitas aqui neste plenário foram acrescentando e contribuindo para a consolidação desse diagnóstico. O que precisamos fazer agora, diagnóstico sabido, é investir no tratamento, lutar pela cura, porque os meios que temos para isso com certeza não são os meios do capitalismo.

Em cima disso, companheiro Célio, eu gostaria de fazer uma pergunta bastante concreta: como o companheiro vê nesse processo, em que temos de buscar aliados, em que temos identificado nossos inimigos, a participação do chamado terceiro setor. Ele tem uma contribuição nesse processo em nível de contraposição, parcerias podem ser feitas, o domínio que esse terceiro setor tem em determinados assuntos específicos mas de grande relevância em nível de tecnologia, de causas ambientais e sociais pode ser agregado?

Gostaria de deixar essa pergunta, e se o tempo, pela organização, não for o bastante para a resposta, depois se o prefeito tivesse um momentinho durante o Congresso eu gostaria que fizesse essa observação, porque lá no nosso Estado o partido está crescendo muito via organização de representantes do chamado terceiro setor.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Companheiro Gidelson.

Gostaria de registrar a presença do Presidente do Diretório Regional do PSB no Estado de Sergipe, Deputado Estadual Belivaldo Chagas, nosso companheiro Jorge Rabelo, do Estado de Sergipe.

O SR. GIDELSON FELÍCIO DE JESUS (Delegado da Bahia) – Em primeiro lugar, quero fazer um apelo, pegar a parte de utilidade pública. Como está um pouco esvaziado o plenário, queria saber quem tem informação de alguma delegação, alguns delegados que chegaram ontem à noite e guardaram algum material na Liderança do PSB, porque a minha mochila estava naquele local e certamente algum companheiro a levou. Eu tenho certeza de que foi um companheiro socialista que a levou por engano. Certamente pegando a bagagem de todos os companheiros que estava também lá guardada, levaram junto a mochila, que tem objetos de outra pessoa. Então apelo para os companheiros: quem tiver essa informação, por favor passe para nós na própria liderança ou lá deixe a mochila. Peço que por favor indaguem junto a outros companheiros que possam ter chegado no mesmo horário e passado por lá. Tenho certeza de que será devolvida.

Mas quero aproveitar a oportunidade e fazer alguns registros. Sou Secretário-Geral do PSB de Vitória da Conquista, na Bahia, tive a oportunidade de ser membro do Diretório Nacional, Coordenação Nacional da Juventude desse partido, e não poderemos deixar de registrar, por mais que o ponto seja conjuntura nacional, e aí queria falar sobre isso e questionar o companheiro Célio de Castro, mas não poderemos deixar de fazer um registro de total frustração da nossa militância, de nós, dirigentes desse partido, quando num ano político rico como este, de tantos problemas nacionais, de termos experiência para ser mostrada como a de Célio de Castro em Belo Horizonte, Prefeita de Alagoas, Kátia Born, Governador Capiberibe, Governador de Alagoas, e no entanto a Executiva Nacional não sei por que motivo, e não cabe aqui procurar carapuça, mas isso não poderia deixar de registrar, deixa-se perder o tempo de televisão do PSB. Nós aguardávamos e esperávamos isso e por uma irresponsabilidade o Partido Socialista Brasileiro foi frustrado, não aparecendo na tela, e quando estamos falando aqui de globalização temos de relacionar a globalização como uma ingerência econômica do imperialismo mas que tem como seu porta-voz principal a grande mídia. E infelizmente, dentro do processo burguês do qual participamos a mídia ainda é o espaço de mostrarmos as nossas diferenças, ainda é o espaço de mostrarmos as nossas experiências e denunciar para a sociedade brasileira o que vem acontecendo com este País.

Quero aqui indagar do companheiro Célio de Castro qual a perspectiva do nosso partido frente à questão da globalização, qual é o paradoxo que existe entre o PSB realmente assumir posições nacionalistas que não confunda

com nacionalismo dos militares, porque temos visto aí e outros companheiros já retrataram um verdadeiro entreguismo. Estamos sendo governados da Presidência da República a esta Casa por uma quadrilha instalada no Planalto. É preciso o PSB ter a coragem e a ousadia de denunciar e reativar mecanismo de divulgação como o Brasil Socialista, tiragem mínima. É preciso investir. Não adianta só discutir e ficar preso aqui na militância. O partido tem de ter instrumento de divulgação das suas teses. (Palmas.) Não adianta discutirmos aqui e chegarmos em nossas cidades e não termos material. E gráfica, companheiros, é o material mais barato que podemos ter. Não sei qual é a estrutura hoje da Direção Nacional do ponto de vista de programação financeira, mas é preciso enxugar alguns gastos e mandar papel, mandar coisa escrita para que possamos dizer para a sociedade o que pensamos.

Quero deixar esse registro e pedir ao companheiro Célio de Castro que faça uma avaliação em relação ao entreguismo. Uma das vergonhas deste País, por exemplo, hoje, é a entrega da Petrobras por preço de banana ao capital internacional. E nós temos de certa forma apenas comentado e dizendo isso para nós mesmos. É preciso dizer isso para o povo e mostrar numa linguagem coerente que o povo entenda quem está verdadeiramente ao lado da soberania nacional, ao lado das liberdades democráticas. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Jacy Proença.

A SRA. JACY PROENÇA – Eu gostaria inicialmente, companheiro Célio de Castro, de dizer que ao longo da nossa história temos, enquanto trabalhadores, enquanto esquerda, enquanto negros, enquanto mulheres, enquanto índios, todos esses segmentos que compõem essa classe excluída, temos construído momentos históricos extremamente importantes, momentos históricos que têm representado a construção de instrumentos e de espaços de luta e de resistência a tamanha opressão, a tamanha exclusão. E eu gostaria de dizer que também ao longo dessa nossa história de tanta luta, mobilização e resistência, momentos históricos semelhantes ao que nós construímos ontem, com o primeiro congresso das mulheres do PSB, tem tido sentido, valor, sentimentos diferenciados. Embora para algumas companheiras e companheiros que estiveram ontem naquele espaço de construção desse organismo dentro do Partido Socialista Brasileiro tenha provocado um sentimento de indignação, de tristeza, de angústia, para uma grande maioria provocou sentimentos exatamente contrários. Provocou muita emoção, muita esperança, a possibilidade de no-

vas construções e eu não acho estranho tudo isso. Acho perfeitamente natural na construção de qualquer processo, especialmente processo que se propõem a ser diferenciados e transformadores.

Para mim o sentimento que provocou foi tão positivo, tão altruísta, de tamanha esperança que, embora todas as dificuldades, fiz questão de trazer meus dois filhos para esse congresso, para que eles compartilhassem comigo do momento de maior significância para o Partido Socialista Brasileiro, para o socialismo brasileiro. Mas esse foi apenas um registro.

Passando diretamente à questão abordada pelo Dr. Célio de Castro, por muito tempo a esquerda foi criticada praticamente de não existir, que era apenas uma meia dúzia de agitadores. Aumentamos essa meia dúzia para milhões. Fomos acusados de incompetentes, incapazes de elaborar propostas, alternativas ao modelo que aí está. Passamos a elaborar essas propostas e essas alternativas. Só que ao mesmo tempo nós mesmo sentimos que construímos uma imagem mas uma linguagem não entendível pela maioria da população. Passamos a aprimorar nossa imagem e a nossa linguagem, tanto que estamos ampliando nossas bases, estamos crescendo neste País, resultado mesmo que estamos vendo das eleições.

Mas ainda assim mesmo estão julgando insuficientes os instrumentos que temos utilizado para essa grande massificação e consolidação de uma imagem e linguagem diferenciadas das que aí estão.

Recordo-me do momento da fala do Dr. Célio de Castro em que dizia: tenho algumas experiências, algum companheiro tem experiências em vários lugares deste País mas ainda é muito restrito, fica muito limitado ao espaço geográfico de cada um. Vejo que também um grande desafio nosso enquanto esquerda é unificarmos e qualificarmos mais esse sistema de comunicação nosso. Não sei se enquanto Partido Socialista Brasileiro, talvez uma alternativa fosse promover uma forma de descentralização da nossa própria maneira de gerir o partido enquanto Executiva, enquanto Diretório, mas também através da Fundação João Mangabeira, que vejo como um instrumento importantíssimo para isso, e também através da promoção de encontros regionalizados que venham exatamente atender a essas questões. Porque, querendo ou não, criam-se fatos, mas a própria mídia dificulta as vezes a nossa inserção, não abre muito espaço. Podemos através desses mecanismos ampliar e até mesmo forçar esses fatos políticos para serem inseridos na própria mídia.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) –Convidamos Marisa Nascimento, do Rio de Janeiro. Ainda temos seis delegados inscritos.

A SRA. MARISA NASCIMENTO (Delegada do Rio de Janeiro) - Marisa do Rio de Janeiro, como já foi dito, mas da Paraíba. Quando vou falar sobre globalização fico imaginando que houve uma premeditação muito grande antes de se pensar na globalização. Primeiro a exclusão e a migração do homem do campo para a cidade, depois a globalização para matar todos juntos, porque distantes fica mais difícil procurar. Então juntando as pessoas, eles imaginaram que era mais fácil extinguir a raça brasileira.

Quero dizer também que foi uma alegria muito grande ter visto as mulheres do PSB, ontem, darem um passo importantíssimo na vida da militância política dentro do PSB. Não quero ser repetitiva, mas devo dizer que ninguém pode criticar uma criança quando tenta dar o seu primeiro passo e acaba caindo, mas quando fizer uns 3 ou 4 anos que essa criança comece a dar os seus primeiros passos ela já vai estar afirmada e caminhando, sem precisar cair e ninguém para segurar seu braço para poder caminhar. (Palmas.)

Fico pensando que é um compromisso muito grande das mulheres socialistas, a partir da organização da Secretaria Nacional das Mulheres, que daqui para a frente vamos ter muitos espaços, daqui a 1, 2 anos teremos espaço para as mulheres estarem participando e estando na dianteira. Não podemos é pegar uma criança de 1 ano, colocá-la para andar, empurrar e sair de perto. Quando criamos um organismo temos de ter alguém para segurá-lo e levá-lo adiante.

Então nos consideramos crianças engatinhando e esperamos que as pessoas tenham mais compromisso com a responsabilidade socialista. Hoje estamos vindo de Estados distantes e com a nossa plenária vazia. Então temos que começar a olhar para dentro de nós para enfrentarmos o mal da globalização, os males que o País enfrenta neste momento, porque não podemos ficar criticando internamente uma organização que começa a se levantar quando nós mesmos estamos lá fora neste momento. Fico um pouco envergonhada e decepcionada de saber que o povo que veio para o nosso congresso está lá fora e a nossa plenária está vazia, com tantas coisas importantes sendo ditas neste momento para levar de volta para os nossos Estados. (Palmas.) Estou até um pouco entristecida, porque eu gostaria de estar na Paraíba e, no entanto,

estou no Rio de Janeiro. Eu queria estar lá fazendo política socialista e, no entanto, estamos aqui empurrados pelo latifúndio. Isso é muito grave.

Então chamo atenção da juventude socialista, dos organismos do PSB, o Movimento das Mulheres, os nossos parlamentares que comecem também a se olhar, porque acho que deveriam estar aqui nesta plenária, são três dias apenas. Se nós viemos de longe, por que quem está aqui não pode estar aqui neste momento? (Palmas.) Gente, eu não posso sair daqui sem falar dessa revolta pela falta de compromisso. Como é que vamos mudar este País?

E estamos abrindo espaço para a direita dizer que realmente não temos organização. Agora, que nós, as companheiras, não digamos isso. Estamos tentando nos organizar.

Fica a minha solicitação. Obrigada. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Convidamos a companheira Georgina dos Reis, do Estado de Pernambuco.

As mulheres estão pontificando neste congresso, participando ativamente. Parabéns às mulheres. (Palmas.)

A SRA. GEORGINA DOS REIS (Delegada do Estado de Pernambuco) – Para a Mesa quero dizer que nós, mulheres, ontem, já foi uma diferença porque eu participei também do 6° Congresso como mulher, mas o número era pequeno. Ontem, para nós, foi um exemplo de firmeza, onde tivemos condições de comparecer e realizar o primeiro Congresso das Mulheres Socialistas Brasileiras. Isso já foi histórico.

Está em nós esse problema que o Prefeito Célio falou. O que é globalização? Globalização, companheiras e companheiros, é a fome, é a miséria, é a violência contra homens e mulheres. E nós, mulheres, precisamos nos unir, discutir lá na base, na comunidade, no engenho, na periferia, a importância de mudarmos com essa estrutura que aí está, porque nós queremos um mundo diferente junto com os homens. Agora, não para aceitar o que certos homens querem que a mulher fique só na cozinha, lavando roupa. Nós precisamos estar na luta também, porque a fome e a miséria atinge a nós, mulheres.

Precisamos estar unidas, companheiras, para lutar pelo mundo sem fome, sem miséria, sem violência, porque é isso que está afetando todos nós. Nós, nordestinos, principalmente. A fome, a miséria que atinge nosso povo lá

de Pernambuco não é diferente da que atinge todo o Brasil. E se nós, mulheres, não aproveitarmos esse espaço para denunciar e nos juntar com todos - há homens de bem que queiram lutar em benefício de nossa sociedade -, desse jeito não vamos mudar.

Por isso, solicito da Executiva Nacional do PSB que encaminhe exemplos importantes que temos dentro do partido para as bases, para as entidades sindicais, para as federações, para todos os recantos, para que possamos discutir na base, como diz Dr. Arraes. É da base que chegamos aqui, é discutindo com as nossas mulheres, nossos jovens, para que no dia da eleição ele não venda seu voto por um colchão. Precisamos votar nas pessoas que sempre defenderam a luta dos companheiros e das companheiras.

Quero dizer para as companheiras, mesmo em número inferior ainda, que nós é que temos de lutar para conquistar nosso espaço. Não podemos querer que o homem diga: venha para cá. Nós é que temos de lutar para ocupar nosso espaço, companheiras.

Está aí o exemplo na Mesa, que só tem homem. Onde nos organizamos para colocar uma prefeita e uma deputada aí à mesa também? (Palmas.) Porque ainda temos um grupo pequeno, mas daqui a 3 anos tenho certeza de que nenhuma mesa será só de homens como aí está, porque nós, mulheres, vamos nos organizar para ocupar o espaço que precisamos ter. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Muito bem. A companheira está convidada a compor a mesa, com muito prazer, ainda que tarde.

Gostaria de registrar a presença do nosso companheiro do Estado da Bahia, Domingos Leonelli, e da companheira ex-Prefeita da cidade de Salvador, Lídice da Mata, do nosso companheiro Deputado do Ceará, Eudoro Santana, dentre outros.

Agora convidamos o próximo orador, Antônio Alves de Souza Filho, Delegado do Espírito Santo, o Toninho.

O SR. ANTÔNIO ALVES DE SOUZA FILHO (Delegado do Espírito Santo) - É com muita alegria que participo pela primeira vez do Congresso Nacional do PSB e nós do PSB capixaba viemos em caravana por quase 20 horas de viagem. Apesar do cansaço da viagem a alegria e a satisfação que temos, nem o sentimos.

Quero cumprimentar o presidente da Mesa, lembrando também do nosso Presidente Miguel Arraes, esse líder nacional socialista, o nosso líder capixaba Renato Casagrande, que queremos eleger ano que vem como prefeito da Capital, Vitória. (Palmas.)

Quero também cumprimentar o companheiro socialista Célio de Castro, exemplo de administração socialista em nosso País. O trabalho que Célio vem fazendo é uma das melhores administrações municipais em âmbito nacional, que devemos tomar como exemplo.

Registro o crescimento do PSB capixaba que nesses últimos anos é um dos partidos que mais cresceram no Estado e tem chance de eleger prefeitos desde os municípios pequenos como o meu, o de Vila Pavão, até a Capital, Vitória. O PSB tem uma grande chance de crescer o seu número de prefeitos e vereadores nos Estados.

Como está em discussão a globalização, políticas públicas e projeto auto-sustentável, quero registrar neste congresso projeto auto-sustentável do norte do Estado do Espírito Santo como o Projeto Denis, que vem desenvolvendo um trabalho de repercussão nacional e até internacional. É um projeto de pequenos agricultores, de associações que geraram cooperativas, com a criatividade dos próprios agricultores que hoje, produzindo frutas, já com projeto de exportação e também de industrialização, como é o caso da goiaba, e que vem crescendo a cada dia.

Lembrando o que dizia o nosso líder maior, Miguel Arraes, buscar na base, ouvir a base e botar na prática isso que o nosso povo tem de bom, que é essa criatividade. E dizia o nosso líder de Belo Horizonte, Prefeito Célio de Castro, que infelizmente a própria esquerda às vezes deixou a desejar em valorizar ainda mais essas bases, esse povão brasileiro que tem muita criatividade. Só a partir daí é que vamos poder, através dessa criatividade, gerar emprego, que é o grande desafio para o Terceiro Milênio. Para os pré-candidatos que aí estão para disputar as eleições do ano que vem é um desafio esse projeto de geração de emprego e renda. E vemos que o brasileiro é, como nenhum outro, um povo criativo.

Nessa nossa viagem, olhando pela beira da estrada o povo desempregado, que busca vender seu produto, industrializar seu produto caseiro e ir para a praça, para a beira da BR vender o seu produto é um povo mesmo sofrido, sem mais força, mas com sua criatividade busca a sobrevivência.

Então o desafio para o Terceiro Milênio é gerarmos emprego. O Partido Socialista Brasileiro é um partido que busca nas bases, e a nossa esperança, a partir da eleição do ano que vem, é ampliar ainda mais o nosso povo no poder, porque tudo passa pela política. Queira ou não, as decisões da nossa vida passam pela política.

Deixo aqui o meu agradecimento e registro minha presença e minha alegria de poder participar junto com vocês desse 7° encontro nacional.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Nesséfora Isabel de Oliveira, do Mato Grosso do Sul. A próxima oradora é Neide Pereira, do Acre e a última é Marisa Maia, também do Acre.

As mulheres estão derrubando os homens aqui na proporção de dois para um.

A SRA. NEIDE PEREIRA (Delegada do Acre) – Boa-tarde a todos e felicitações à Mesa. Sou Neide, candidata a vereadora pelo PSB de Rio Branco, Acre. Chegamos aqui com bastante sacrifício e aqui estamos com o propósito de aproveitar este encontro que para mim está sendo o primeiro. Só que ficamos muito tristes em ver a plenária vazia, que seria bem melhor se tivessem mais responsabilidade, mais afinco com este congresso que é um marco muito importante, inclusive para nós do Acre, que gastamos em média 70 horas para chegar aqui e neste instante nos decepcionamos um pouco por falta do povo presente. Em nome das mulheres do Acre - porque muitos acham que o Acre até nem existe, por ser tão distante - aqui estamos, felizes, participando, para de uma forma ou de outra, tirarmos experiências de que precisamos para ingressar mais forte no PSB, com o propósito de criar uma secretaria da mulher, para que nosso partido realmente venha a crescer e ter nome também em Rio Branco, onde não temos nenhum político mas pretendemos fazer, se Deus quiser, pelo menos duas mulheres.

Agradeço a participação de todos. Obrigada. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Agora teremos o prazer de ouvir a nossa companheira, a única candidata a Deputada Estadual do Mato Grosso do Sul, que teve coragem cívica de se apresentar como candidata nas últimas eleições pelo nosso partido, Nesséfora, conhecida por Dora.

A SRA. NESSÉFORA ISABEL DE OLIVEIRA (Delegada do Mato Grosso do Sul) – Aos companheiros e companheiras o meu bom-dia. Fui a única candidata do Estado do Mato Grosso do Sul, a única mulher a representar o nosso Estado. Tive a coragem de subir ao palanque, levar aos bairros, aos municípios o nome do nosso partido PSB, que é um partido que futuramente será o maior partido do nosso Brasil! (Palmas) Porque é um partido lícito, transparente e tem na sua Presidência o companheiro competente e de muita garra, o companheiro Arraes. Nosso partido futuramente será o maior partido do Brasil.

Eu, Profa. Dora, fiz um bom trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul, levando o nome do nosso partido. Sou especialista em educação, professora, trabalho com as mulheres, crianças e nossos jovens. O nosso partido está crescendo no nosso Estado demais e eu adoro o meu partido!

Também tenho a dizer que as mulheres estão também avançando e futuramente elas serão as mulheres de garra com o compromisso com o nosso partido. Todas as pessoas que fazem parte desse partido deverão ter responsabilidade, compromisso para que o nosso partido seja um dos melhores do nosso Brasil.

O meu muito obrigado e deixo um abraço para vocês.

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Marisa Maia, do Acre.

A SRA. MARISA MAIA (Delegada do Acre) – Em primeiro lugar, quero registrar a presença da bancada do Acre, num total de 32 pessoas neste congresso. Portanto o Acre saúda a Mesa, todos os congressistas socialistas presentes neste 7º Congresso Nacional do PSB.

Não dá para falar de soberania, socialismo, liberdade antes mesmo de falar dos problemas existentes em nosso Estado. Portanto quero ressalvar dois pontos: um bom e um ruim. Quando se fala de uma coisa boa e uma ruim, vamos primeiro pela ruim.

O ruim é que o Acre ultimamente vem sendo berço de escândalos, de políticos corruptos, de práticas de políticas atrasadas. No entanto, com o governo sério que nós ajudamos a eleger, está denunciando, inclusive muitos deles estão hoje atrás das grades. Isso é a parte ruim.

Mas nós, socialistas, não devemos ter medo de denunciar, porque essas práticas estavam engavetadas, aconteceram há muitos anos. Todo mundo sabia mas tinha medo de denunciar. Graças a uma colega do PT, sem medo de denunciar, fez a denúncia e aí envolveram-se senadores, governos e estão cassando esses corruptos.

A parte boa é que dentro de todos esses escândalos esses partidos tradicionais não têm mais vez no Estado do Acre. A vez agora é dos partidos de esquerda. (Palmas.) E o PSB promete grandes novidades para essas eleições.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Para encerrar os nossos debates, concedemos a palavra ao companheiro Amaro Ferraz, do Estado de Pernambuco.

O SR. AMARO FERRAZ (Delegado de Pernambuco) – Sr. Presidente da Mesa, Sr. Prefeito Célio de Castro, quero registrar a nossa admiração pela pessoa do prefeito, inclusive levando ao senhor a admiração também do prefeito da nossa cidade, a Escada, José Alves, que está presente, e toda a nossa equipe. O Prefeito da Escada, José Alves, ontem, estava falando muito bem do senhor, que tinha lido matéria no jornal. E eu já o admirava também de outras matérias que li.

Não tive a sorte de ouvi-lo falar durante o seu pronunciamento. Cheguei praticamente no final. Talvez o que eu diga aqui o senhor já tenha falado. Mas não quero fazer uma explanação sobre esse tema. Gostaria apenas que o senhor analisasse em outros debates com militantes do PSB ou de outros partidos, mesmo sendo da direita, que eles escutem da importância da cultura. Parece até um assunto simples, mas um assunto que é fonte para todos os países de Primeiro Mundo. A cultura é o principal meio de dominação de um povo e todos sabem disso.

Quem já ouviu falar no Império Romano? Quando o Império Romano invadia um povo a primeira coisa que fazia era obrigar aquele povo a falar o Latim. Todos os escritos eram em Latim, para que o povo começasse a aprender e a partir daí ficar subordinado primeiro pela língua.

E o Brasil aqui já falaram pessoas assim: temos de fazer um movimen-

to para defender o idioma brasileiro? Tem. Aqui já foi falado isso. Parece até coisa de Terceiro Mundo mas não é.

A França, por exemplo, li uma matéria mês passado, em que um senhor chamado Deschamps vem mobilizando há muito tempo e já conseguiu avanços. A França está contra a língua inglesa, de tal forma que a palavra fax, que nós pronunciamos tão bem, os franceses não chamam fax, mas *telecopie*. Olhe bem, nós aceitamos fax. E por que não criamos uma palavra para fax? Pode ser telecopiadora. Tele como distância, copiadora aquilo que copia. Por que não chamamos assim? E abraçamos tão facilmente uma palavra que vem de fora. Isso é uma dominação. A França está exigindo que todos os computadores norte-americanos que vão para lá devem ser traduzidos. Quando a gente liga está lá: Windows. Windows não, eles têm uma palavra própria lá. E por que não temos aqui? Dominação.

Os judeus passaram quantos anos sendo apenas uma nação? Depois eles tiveram território, não é verdade? A Palestina. Só teve uma coisa que uniu os judeus. Sabem o que foi? Quem pode dizer? Foi a cultura, a religião. E por que aqui nós abrimos com tanta facilidade?

Então eu gostaria de deixar esse registro para que o PSB começasse a discutir isso. É importante que se comece a ver, porque se nós começarmos sempre a imitar os outros vamos ficar de determinada forma que não sabemos o que verdadeiramente somos. Fazer feito aquela história de uma pessoa que colocou na cabeça que só queria aprender inglês na Inglaterra. Vendeu tudo que tinha e foi para lá. Chegou lá, não conseguiu durante 10 anos aprender o inglês, esqueceu o português e voltou mudo.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Quero saudar a todas as delegações mas quero fazer um registro da delegação do meu Estado de Sergipe, parte da qual aqui se encontra, sob a coordenação do nosso Deputado Estadual Belivaldo Chagas e do Vereador irrequieto de Aracaju, Elber Batalha, o famoso baixinho.

Meus amigos e minhas amigas, para suas considerações finais, teremos o prazer de ouvir a palavra do nosso Prefeito de Belo Horizonte, que abordou o tema A Soberania Nacional e a forma de inserção do Brasil no processo de

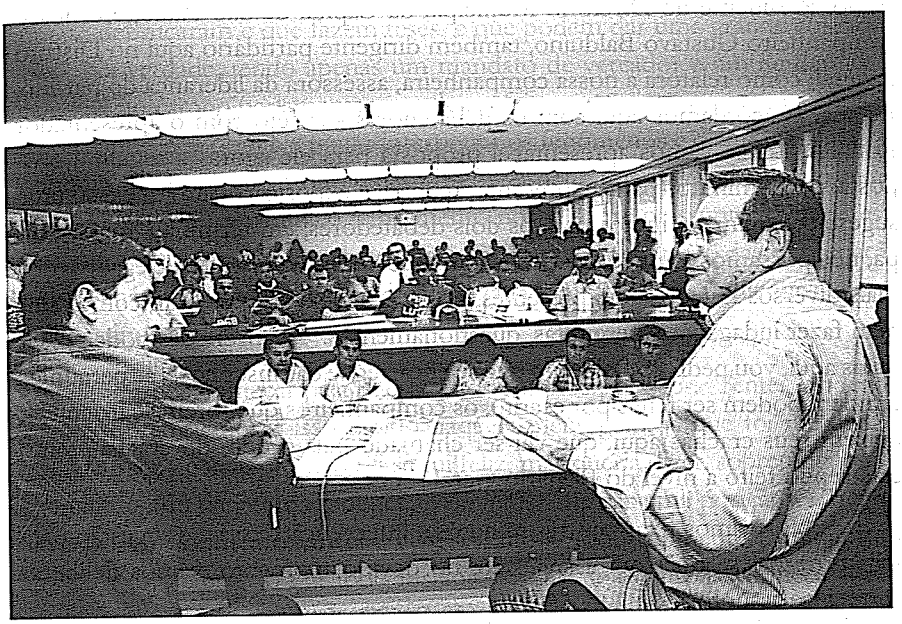
Globalização, que chamou atenção de todos os nossos companheiros que participam deste Congresso, o Dr. Célio de Castro, a quem concedo a palavra.

O SR. EXPOSITOR (Célio de Castro – Prefeito de Belo Horizonte) – (...)

(Lamentavelmente, por uma falha técnica do serviço de som do Senado Federal, não foram gravados os comentários do Prefeito Célio de Castro às indagações que lhe foram feitas após sua exposição e o encerramento desta reunião.)

Grupo 1

Os Desafios políticos e eleitorais do PSB



Coordenador:

Deputado Eduardo Campos

Expositor:

Governador Ronaldo Lessa

Debatedores:

Drs. Pedro Dallari e Gustavo Balduíno

Relatora:

Regina Lílian

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Campos) – O nosso painel Os Desafios Políticos e Eleitorais do PSB, Planejamento das Eleições Municipais, Política de Aliança, Constituição de uma Plataforma Partidária Comum para as Eleições Municipais do Ano 2000. Como expositor, vamos ter o nosso companheiro Ronaldo Lessa, Governador de Alagoas, que aqui está; como debatedores o nosso companheiro Pedro Dallari, deputado de São Paulo, Presidente do Diretório Municipal da Capital de São Paulo, e o nosso companheiro Gustavo Balduíno, também dirigente partidário aqui no Distrito Federal; como relatora a nossa companheira, assessora da liderança do partido, Regina. E acordamos aqui com os debatedores - exceto com o apresentador Ronaldo Lessa, vamos apresentar a proposta para ele agora a seguinte proposta: trinta minutos para a apresentação, para a exposição, claro que é só uma sugestão e quinze minutos para os dois debatedores, em terminando essa etapa, nós possamos abrir as inscrições para que os companheiros delegados, dos mais diversos Estados aqui presentes, possam não só se expressar, como também fazer indagações, perguntas, questionamentos. As inscrições poderão ser feitas aqui, vou pedir ao Balduíno que se encarregue das inscrições, as perguntas também podem ser feitas por escrito, os companheiros que forem se inscrever, deixem seus crachás aqui, que vai ser chamado pela ordem do crachá, como está sendo feito a nível do Plenário Geral.

Nós vamos fixar em três minutos a intervenção, essa é a sugestão para ser aprovada, se tiver outra sugestão, no devido momento, vamos deliberar sobre esse assunto.

Portanto, com muita satisfação, passo a palavra para o nosso companheiro Ronaldo Lessa, Governador de Alagoas.

O SR. EXPOSITOR (Governador Ronaldo Lessa) – Meus cumprimentos à mesa, aos companheiros congressistas do nosso 7º Congresso, meus agradecimentos pela presença aqui neste debate e também por incluir o nosso nome para apresentar algumas idéias sobre esse tema aqui proposto. Em primeiro lugar, quero dizer que não me considero nenhum estudioso, cientista político, tenho certeza que em nosso partido têm muitos companheiros que se debruçaram e que fazem teses, e que podem dar uma grande colaboração. Na verdade, tendo apenas um mandato de vereador e um de deputado estadual no campo parlamentar, um de prefeito e, agora, esse que iniciamos de governador, nos obriga a tentar interpretar os fenômenos e delinear formas de conduta. Portanto, não ousei, nem preparei nenhuma palestra sobre o tema, apenas buscarei transmitir o pensamento nosso sobre o assunto. A mesa está rica, mais esses dois companheiros que vão fazer os debates, o da coordenação e do plenário para enriquecer e dar uma colaboração à nossa militância e nossos destinos a partir de agora.

Vamos começar pela questão dos desafios políticos. Tentei, evidentemente, ontem, colocar isso rápido naquela mensagem, já que foi me dada a palavra naquele instante, não sei se fui feliz, mas queria dizer, sobretudo, que o grande desafio da gente é político, é de tentar marcar uma posição. Estamos vivendo um momento em que é necessário – todo momento é mutante, a dialética está em todo em todo instante, essa luta a gente já conhece – tem momento em que a coisa é mais sensível, nós estamos vivenciando isso. Não somos só nós do PSB, se você reparar o retrato da preparação do congresso do PT, você verifica isso. O PT está questionando até mesmo as suas formas internas de democracia ou de representatividade. O PPS faz uma revisão enorme – não estou dizendo se está certo, se está fazendo errado –, mas é um momento no qual retoma uma roupagem diferente daquela pelo menos que o Roberto Freire anunciou quando compôs, quando iniciou a construção desse partido. E o PSB também não podia ficar fora desse processo, para o PSB, que talvez de todos os partidos é o que vem tendo uma posição, na minha avaliação, mais contínua, mais homogênea, o PSB não teve saltos grandes, nunca teve bancadas gigantescas, nem grandiosas, mas nunca caiu muito; o PSB avança de uma forma regular e sempre crescente, vejam os resultados eleitorais, enfrenta esses desafios políticos num momento, quer dizer, não é uma crise que possa ser dito que está em um campo A, B ou C.

Agora, ele reveste de uma força maior, porque as componentes exter-

nas é de um avanço das forças progressistas, ao contrário de uma década atrás, na qual houve um recuo grande, sobre tudo depois da queda do muro de Berlim, hoje retoma-se no mundo esse movimento. E, aqui no Brasil, pelo que a gente pode perceber, parece que exauriu a proposta social democrática de uma sociedade mais igualitária com maiores benefícios aos trabalhadores, quer dizer, que não era uma proposta esquerdizante, mas a social democracia iniciou e foi a proposta do PSDB de ser o ponto intermediário que esses partidos conseguiram na Alemanha, na Europa Ocidental, sobretudo. Parece-me que esses dois mandatos do Fernando Henrique passa para a população o início de um processo da exaustão desse período e há a possibilidade efetiva dos segmentos mais a esquerda vir conquistar espaços maiores na política brasileira.

Esse é o quadro que eu imagino dos desafios políticos. Agora, esses desafios estão associados a questões que nós precisamos encarar. Primeiro, isso se vê em alguns mandatos que a gente teve, algumas prefeituras, alguns governos, a ansiedade – aí não digo nem do cabeça só, não significa dizer que está composto no partido que faz a hegemonia do processo, mas no conjunto das forças que até apoiam ele –, da transformação. A gente vende, coloca para a população a constituição de uma sociedade justa, igualitária, defende a reforma agrária, esses pontos e tal, quando a gente chega lá, há, no primeiro instante um processo, como se fosse de depressão, porque se não houve revolução, você não pode imediatamente implantar o que você desejava, e começa, inclusive, dentro das próprias forças nossas que chegam no poder como se estivéssemos incapacitados de gestar esse processo de transformação. E aí, via de regra, há confronto entre os setores que estão no governo e os que evidentemente apoiaram, achando talvez que a sua metodologia fosse mais rápida e que o erro é de condução. Quando não coloca uma análise mais profunda da atual realidade de que a gente vive, da legislação que está colocada, do avanço que isso corresponde em cada esfera de poder, e, às vezes, o oportunismo também. Como se tem eleição de dois em dois anos, e como a nossa base muitas vezes está no campo da disputa sindical ou popular, às vezes, o pessoal coloca o secundário como principal, ele faz a crítica para falar para as suas bases ao invés de um discurso muito maior que é a transformação da sociedade, tem sido. Tem o aspecto oportunista, mas tem, muitas vezes, o aspecto de não compreender o processo que a gente está vivendo e acha que a incapacidade é da direção, ao invés de compreender o emaranhado que a gente está envolvido, e que é preciso, aos poucos, ir distorcendo e construindo uma nova forma cultura, ética, política e jurídica, sobretudo.

Então, esses pontos são, na verdade, desafios que às vezes a gente está no campo muitas vezes preconcebidos. Tal assunto coloca-se como se fosse uma máxima, nem se discute, ao invés de você abrir a discussão, enfrentar as divergência e tentar viver com elas para construir alternativas objetivas que a população precisa. Isso é no campo da privatização, no campo de todos os pontos que a gente defende que é necessário que a gente revista-o de posição solidificadas e concretas e alternativas eficazes para se constituir como uma força alternativa nesse processo, e aí você está credenciado realmente para dar o segundo passo.

Essa questão nós temos que evidentemente conviver com ela. Estou colocando isso, e o faço de forma fraternal. Por exemplo, ontem comuniquei o fato de um incidente com o Partido dos Trabalhadores, e às vezes a crítica que os companheiros fazem, não fiz nenhuma resposta pela imprensa, não houve um conflito maior, porque na minha compreensão eles passaram até agora – estou dizendo isso como exemplo, estou generalizando, reproduz em outros lugares e também com outros partidos, é possível que o PSB reproduza em algum canto – mas o que ocorre a vida toda foi o ponto do confronto do debate e eles ali têm a sua base, onde eles têm seus votos, eleitores etc., e não conseguira, por exemplo constituir como força, eles não se sentem dentro do Governo. Houve uma denúncia, é mais fácil fazer eco da denúncia, ao invés de vir apurar e defender do que defender o Governo. É mais fácil responder primeiro ao suposto eleitorado dele, porque da gente ser eleito, esse pessoal tinha, nós defendíamos aquelas posições que estava a favor desses setores, do que esclarecer, do que colocar adiante. Na verdade, há uma falta da compreensão do papel que você tem quando assume determinadas posições, sobretudo do executivo. Estou colocando isso: sobretudo no executivo, porque chegou a ter companheiros nossos que defendiam que a gente não devia ir para o executivo. Estou colocando essa discussão porque há corrente da esquerda que defenda que a esquerda fique apenas no legislativo. Ora, eu admitiria isso se nós estivéssemos no parlamentarismo, porque aí você dividiria a responsabilidade com o parlamento, aí era co-responsável. Mas hoje, onde essa responsabilidade é relativa, existe de fato, mas há o escamoteamento, o legislativo se esconde muitas vezes, porque ele está massificado.

Então, essa posição não é correta, é uma posição que não nos credencia a dar passos maiores e assumir posições, ter coragem de enfrentar os desafios de buscar caminhos, de olhar os erros cometidos na visão internacional do

socialismo real. Quais são os aspectos que é possível ser implementado agora e quais os que não são. Se a gente não for capaz de colocar isso, vai ser difícil governar com idéias socialista dentro de uma realidade capitalista. Citei ontem esse exemplo, se Fidel Castro está tendo a coragem de chamar o capital internacional, se está definindo as regras para ele entrar, se está trabalhando com ele, por que agente não vai ter coragem de fazer isso? Pergunte se ele perde a soberania, duvido. Será que a gente não pode fazer isso? Quando entrei no Governo, a palavra de ordem do Governo Federal era que só nos ajudaria se vendêssemos companhia de energia elétrica, companhia de água etc. Hoje, a equipe de Malan não discute isso comigo, mas sabe por quê? Porque fomos discutir, você vai me convencer ou será convencido. Ele não quer mais discutir, porque ele não está mais convencido e sabe que não consegue resolver. Ele está respondendo uma cartilha que vem de fora par dentro. Ele não tem argumento para nos convencer. Então, você ganha, você consegue avançar. Agora, se partirmos sempre das questões preconcebidas e não enfrentarmos o problema, até mesmo para saber que nós estamos errando, nós também temos vícios, que nós não somos os donos da verdade, aí fica difícil. Se queremos ter a sociedade como referência e a responsabilidade de tentar encaminhar soluções, vamos ter que ser humildes e enfrentar. Ter humildade é ter coragem de dizer que sou capaz de aprender na luta, por que não? Porque o discurso da democracia só existe quando você é minoria, quando você passa a ser poder ele fica difícil de se fazer, aí eu posso impor o que quizer.

Essa que é a grande questão que nós dos desafios políticos temos que enfrentar, e aí o momento é riquíssimo para darmos o passo de qualidade que os outros partidos não estão conseguindo fazer. Eles estão, via de regra, fazendo a composição mais interessante para a sua sobrevivência, sobretudo interna.

A segunda questão é eleitoral. Ela não está muito desassociada. Eu a coloco em segundo plano, e o faço porque você tem na questão eleitoral no expectar buscar o que for principal e deixar o secundário. O que quero dizer com isso: seria impossível imaginar que Alagoas ganhasse o Governo se nós estivéssemos achando sempre que o processo era ortodoxo dentro de uma determinada linha, que vimos no passado; segundo, também acharia que só ganharia as eleições se eu fizesse o processo de coptação, eu fui prefeito da Capital, presidente da Associação dos Municípios Alagoanos e, depois, coordenação da Frente Nacional de Prefeitos. No entanto, enfrentei a candidatura com apoio de apenas seis prefeitos, com noventa e seis contra mim. Não fiz o

processo de cooptação. Na verdade, se você perguntar se os noventa e seis trabalharam contra mim, é mentira. Tem muita gente aqui de Alagoas que sabe que um bocado cruzou os braços. Mas eles não vinham assumir a minha proposta e nem eu fiz um processo de cooptação, porque, primeiro, não fiz porque era gratuito, não era confiável: segundo, ele não vinha com medo por causa do governador que o prefeito lá estava sempre sob o tacão do governador, e terceiro, porque senão você desmoraliza o processo também. Você ganhar e não arrastar, doutor, é desmoralizar. Para nós, é preciso que você ganhe e arraste ou então você não vai fazer a transformação social. Vamos ser mais um como eles foram que vai e volta sem nenhuma modificação estrutural real, que é o nosso papel. Nós somos diferentes dos outros, temos que chegar e marcar uma diferença, sobretudo, qualitativa para ter significado o processo de nossa condução, senão não tinha avanço, e não chegávamos no governo se não tivéssemos feito isso na prefeitura. Não era necessariamente ter que ganhar a qualquer custo o processo eleitoral.

Agora, você faz, coloca em prática se não ganhar, não vai para a utopia, não. É verdade, é preciso conquistar os espaços e é por isso que aí eu digo que não podemos ficar só no campo do parlamento. Nos enfraquecemos, sobretudo, porque fazemos esse discurso, mas na verdade somos os que menos preparamos nossos vereadores. Fazemos um discurso da necessidade da maior importância do parlamento do que o executivo, e , na prática, o vereador, que é a base é quem o partido menos prepara na teoria. Não consegue fazer isso. Se não formos capazes de fazer e rever isso, investir na formação, é difícil que cresçamos no processo de transformação que precisamos.

Então, os dois são importantes, é fundamental o processo municipal, é porque ele consolida, e a tendência está sendo da municipalização. Os governadores não têm outro caminho, vão caminhar para municipalizar a educação fundamental, a saúde; alguns já têm lei e a tendência é essa. Mais que nunca a cidade vai passar a ser cada vez mais importante para o processo de referência. Temos que tentar colocar em prática o nosso discurso, pois dizíamos e, na verdade, fazíamos composição para governador e deixávamos, lá embaixo, sem fazer o preparo ideal nosso.

Esse desafio vamos ter que ter, e aí espero que se diga assim: agora você é governador – aquilo foi naquele momento, que era estratégia para ganhar o governo, agora sou governador –,quantos prefeitos eu trouxe para o PSB, perguntem para o pessoal. Três, Namaiá Mataia, Caíbas e Igreja Nova,

dos cento e dois. Você é um louco, está jogando contra o partido? Não. Porque se eu faço a feira para trazer esse pessoal, vou avacalhar o partido. Eu não avanço, para avançar é preciso ir devagar em certos momentos. (Palmas.)

É preciso ir devagar em certos momentos. Então, o trabalho continua sendo nas forças institucionais, isso não significa dizer que não vou lá e não sou recebido pelo prefeito e não cumpro o meu papel, cumpro. Mas ele sabe a diferença que temos e a responsabilidade que tínhamos, sobretudo com o grupo nosso que foi derrotado para a assembléia, que foi vitorioso para a campanha majoritária executiva. É essa a nova diferença que estamos construindo, é novo, eles não tinham isso, porque acabou a eleição, o deputado eleito daquela região mandava e o resto era resto, passava para a lata de lixo e o governador começava a se relacionar com aquela liderança. Nós invertemos esse processo. E aí , companheiro, por quê? Porque não podemos nos dar ao luxo de retroceder; esse processo vai ter que ser dessa forma. Significa que dizer que não vamos lutar para fazer prefeito? Não, vamos. Mas vamos tentar errar o menos possível, é melhor fazer vinte ao invés de oitenta, mas fazer para consolidar e continuarmos avançando que recuarmos. Se você faz oitenta que te desmoraliza, você volta, não consegue ir mais adiante. É preciso que essa seja uma consolidação, sobretudo, no nordeste, onde o processo é muito atrasado, que se imaginava, quando fui candidato, que o partido socialista só podia no sul e sudeste, mas jamais seria para o norte e nordeste, porque o nosso povo não estava preparado para isso. Quando se ouvia falar em socialismo era como o diabo via a cruz. E fomos aos poucos, é claro que houve uma grande liderança do Arraes, que abriu portas para isso, foi fundamental e as coisas foram se modificando. Eu tomo esse exemplo e essa compreensão para que possamos avançar e invadir a consistência.

Outra questão, que acho que já passa para no campo da política das alianças. É também não nos amarrarmos, conseguirmos diferenciar as duas coisas. Quero deixar bem à vontade, estou vivendo onze meses, e só aprovei até agora o empréstimo do Fundef, porque senão os salários deles não saiam, senão não aprovava nem voto para Nossa Senhora das Cruzes, ele não aprovava, zero em Alagoas – estão aqui presentes vários colegas de Alagoas –, então não é brincadeira o que essa direita, esse conservadorismo é. Apesar de todas as brigas que temos na esquerda, a convivência com ela é melhor do que com essa quadrilha, porque lá é quadrilha mesmo, não é fácil. (Palmas.)

É preciso mesmo que separemos o principal do secundário. Isso não significa dizer que estou fazendo apologia do PSB se submeter a vida toda, sendo sempre o coadjuvante, está sempre dentro do reboque de partido de esquerda, não estou dizendo isso, estou dizendo que devemos ter a marca, a linha e a compreensão do nosso plano de discussão. A questão da esquerda é um referencial nosso e não podemos perdê-lo. Trabalhar por essa aliança nacional é o maior compromisso nosso. E aí foi a minha proposta ontem de tirar uma comissão, estava lá o PCdoB – o PT não tinha chegado, mas o Lula já tinha se reunido em um almoço com o Arraes na semana passada –, para que os partidos de esquerda busquem a unificação, onde for possível, no Brasil. É claro que não se vai dar nunca em Natal, não tem jeito de unir ali o PSB com o PT – quem é do Rio Grande do Norte? –, não vai dar. Em outros lugares não tem, mas isso não tem importância. Como também está ameaçado em não dar em meu Governo, mas não se pode colocar Alagoas à frente da questão nacional. Por mais importante que seja Ronaldo Lessa para o PSB, não é maior que o Brasil, nem pode ser maior que o PSB.

Então, temos que ter essa clareza para poder não se desviar das questões principais e não atropelar a questão secundária com a principal.

Vamos fazer até onde pudermos. É fundamental o respeito, e aí temos que ter um comportamento diferenciado, que não está havendo, não podemos responder-lhes da mesma forma que fazem conosco. Eu não respondi ninguém com "boquinha" em outras coisas, não me nivelei, porque aí estou me misturando. Temos que responder de outra forma. A antiética é um comportamento desagradável, desrespeitoso e menos fraterno, temos que responder da forma pela qual nos orientamos até agora, se quisermos ir para frente, e não se nivelar. É isso que vai fazer a nossa diferença e que vai trazer esses companheiros para o campo que deve ser, pois você não pode generalizar o comportamento de um ou outro partido de esquerda num canto, como o todo, você vai estragar – o PT é todo igual? O PCdo B é todo igual? Não –, então, não podemos generalizar, nem podemos responder nesse patamar.

Daí a visão nossa com relação a essa questão das alianças. Não foi possível – tem algum lugar que a gente já está com dificuldade –, no caso de Maceió – vocês transfiram para os seus estados, para eu não falar muita bobagem, se eu falar do seu estado, não conheço, digo bobagem, mas trazendo para cá, vocês façam a comparação –, como na eleição passada, em 1996, a direita riu quando viu o PT e PSB lançarem dois candidatos, disse: *Pronto, fritou-se,*

vamos nos unir à direita, esses idiotas se dividiram e a gente ganha. Só que o povo foi mais sabido que o PSB , que o PT, porque o povo votou nas duas e a Kátia e a Luiza foram para o segundo turno. A direita não teve nem vez disso. Vejam, nós subestimamos muito, estamos acostumados a falar em nome do povo e, às vezes, ele nos dá certas lições fantásticas, a tal ponto que agora a direita não lançou um nome, lá está: Régis do PPS; dois ou três do PT; Kátia pelo PSB; PCdoB não coloca muito, porque não tem muita força, ou seja, todos os nomes postos até agora só no campo da esquerda.

Na verdade, há momentos que eles têm dificuldade de colocar um nome hoje. Houve avanço, houve. Isso mostra o nível de conscientização. Eles acham que disputar capital é difícil.

Qual a nossa preocupação? É fazermos a análise correta, porque também não pensem que estão mortos, quem achar que esses caras são incompetentes, doutor, é bobagem, não são mesmo; se fossem incompetentes, não continuavam se travestindo, modificando para, exatamente, continuar governando e manobrando. É preciso que possamos avaliar em cada patamar desse para não perder espaço. Estou colocando, mas isso não significa que os outros partidos não tenham o direito de lançar, coloco numa preocupação para ver se não estamos fazendo uma avaliação superestimada e a ponto de, não perdeu em 1996, perder agora, depende. Porque se o nosso nível não for um nível, no mínimo, de civilidade, de política, se não formos capazes de discutir política, se formos abaixar o nível por alto, desmoralização, doutor, a população não admite isso mais e você pode ter um revés muito forte. Isso serve para muitos lugares, não é muito diferente, tenho percorrido alguns estados, tenho visto alguns exemplos e não é diferente, estou falando mais da minha casa, para dizer que não falei mal das dos outros, está falando da dele, aí fica mais fácil.

Quero, portanto, concluir, pois o meu tempo já está acabando e, inclusive, é fundamental que os companheiros possam enriquecer tudo isso, discordar, enfim, e o debate é fundamental.

Vou terminar, falando um pouco da construção de uma plataforma partidária comum para as eleições de 2002, de 2000. Olha, esse é um desafio, primeiro, porque, na verdade, quando você vai discutir 2000, o grande problema é você só colocar 2000, porque você sempre coloca 2002 no meio. Esse é que é o grande problema. Para a construção dessa plataforma – nós não podemos, por um decreto proibir a discussão de 2000, as coisas não aconte-

cem assim, temos que ter clareza que isso não será definido por nossa vontade –, quando foi posto isso em um documento, é porque o PSB está com tanta clareza e quer reafirmar essa posição, mesmo que isso vá constituir num confronto com o pessoal na divergência, e está correto. O que a gente puder abster de 2002 é o ideal. Porque se formos capazes de construir essa plataforma correta ou, pelo menos, o menos imperfeita possível para 2000, você pode ficar tranqüilo que já estará começando a construir 2002, ao contrário, quando você tenta puxar é que você complica, mas se formos capazes, essa plataforma de 2000 com mais acerto, evidentemente, que vamos avançar qualitativamente no que pode ser representado para todos os partidos a questão de 2002.

Como seria essa plataforma? Evidentemente que vai variar de alguns lugares para outros, alguns lugares serão mais importantes que outros, esse universo enorme do Brasil, as diferenças regionais que temos, pode distinguir, e eu queria trabalhar isso como se fosse uma coisa específica do PSB. Ela pudesse ser uma coisa que fosse discutida com o conjunto dos partidos que devem compor esse leque de alianças. Daí a minha sugestão principal desse processo: o PSB já administrou dezenas e dezenas de prefeituras, teve a oportunidade de administrar grandes, a Erundina está hoje dentro do partido, e administrou São Paulo, alguns, como eu e Capi, foram prefeitos de capital e tem hoje três prefeitos de capitais. Temos dezenas de companheiros que foram e são prefeitos do interior, portanto, temos centenas, não se chega a milhares de vereadores no partido. Para nós, não é uma coisa do outro mundo tratar disso. Nós não somos aqueles que, há dez anos, começavam a dizer como é chegar no executivo. Nós podemos hoje tratar disso com outro certo grau de conhecimento.

Por fim, se somos capazes de ter isso, se temos a referência do principal, se temos em vista o essencial, se nós acumulamos experiência, se temos clareza, inclusive, que as propostas postas aí tentam se mascarar, se revestir, vender para a sociedade alguns valores como verdadeiro – como coloquei ontem de privatização e uma série de outras coisas que podemos desmistificar, quer seja vendo um passado recente nosso, que vendo o que ocorreu, onde se vendeu tudo e não se diminuiu as despesas, as nossas dívidas, ao contrário, aumentou, apesar de perdermos o patrimônio. Temos um manancial de coisas capazes de poder e preparar propostas concretas, desde que – e aí eu encerro, repetindo aquilo que falei ontem – sejamos capazes de ousar, nós tenhamos como meio o seguinte: os modelos propostos colocados e que nos é imposto,

não nos atende, nem esse neoliberalismo, nem um sectarismo colocado como se fosse um dogma, vamos encontrar o caminho que interessa a este país, e vai começar pelo município. Aqui, vamos ver essa questão e a repercussão que ela vai ter mais adiante, se formos capazes – é uma questão de estado de espírito, isso não é fórmula pronta, não é uma varinha de condão que resolve um passe de mágica – de encarar esse espírito, se for isso que dominar o partido, se o partido tiver a clareza que cresce, que tem esse universo pela frente, que tem hoje recursos humanos capazes de construir isso, se for capaz de usar a João Mangabeira e os nossos fóruns para se debruçar em cima disso, construir essas alternativas, com todas as divergências que todo mundo tem, enfrentemos esse problema que nós daremos a maior contribuição que o País pode ter de um partido político, que é ter esse comportamento.

Era essa a contribuição que gostaria de dar aos companheiros na tarde de hoje. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Campos) – Gostaria de parabenizar o Governador, não só por sua intervenção, mas pela precisão dos trinta minutos que usou. Vou passar a palavra ao nosso companheiro Pedro Dallari, porque ele vai voltar a São Paulo, pois foi pai pela terceira vez e está convocado a volta a São Paulo. (Palmas.)

O SR. DEBATEDOR (Pedro Dallari) – Prezadas companheiras, prezados companheiros, prezados e queridos amigos da mesa, é um enorme prazer estar participando deste Congresso, eu não posso deixar de registrar o meu entusiasmo que, do sexto ou quinto congresso há dois anos, aquele grande congresso que fizemos aqui também, para este congresso, o salto de qualidade é extraordinário. Não tenho dúvida que o partido vai se consolidando com todos os problemas, com todas as dificuldades, e eu vou falar um pouco, inclusive, na perspectiva da minha cidade, do meu Estado, nós vamos, sem dúvida nenhuma, ser um grande fato político na eleições do ano que vem. Por isso, parece-me extremamente oportuno que os organizadores do Congresso tenham previsto uma mesa exatamente para discutir os desafios políticos e eleitorais do PSB.

E aqui eu começo pela segunda parte: Construção de uma Plataforma Partidária Comum para as Eleições Municipais no Ano 2000. Começo porque não tenho muito a acrescentar ao que o nosso Governador Ronaldo Lessa falou, acho que o registro dele da vivência dele como governador de Alagoas

e a luta heróica que esse companheiro vem travando naquele Estado mais do que uma fala pretensamente científica ou acadêmica, é o caminho que nos guia. É na experiência concreta de Ronaldo, de João Capiberibe, dos companheiros prefeitos e das companheiras prefeitas do Partido, ex-prefeitos, ex-prefeitas, que nós temos que ir nos alimentando.

É claro que existem ou devem existir alguns eixos fundamentais numa plataforma partidária, e eu menciono dois que constam de um texto que foi produzido pelo Diretório Municipal da Capital de São Paulo, através da sua Comissão Executiva, como contribuição para este Congresso, tenho exemplares para distribuir, mas confesso que não imaginava encontrar tantas pessoas, dou o ônus para os organizadores trabalharem um pouco e verificar quem tem interesse, deixarei o texto aqui. Nós estamos em fase de reconstrução do nosso Partido na cidade de São Paulo, mas claramente identificamos duas questões fundamentais, que deve ser o norte, eu diria quase que filosófico da ação do PSB no ano que vem.

A primeira delas é a questão da igualdade social, ou seja, todos os indicadores de concentração de renda no Brasil vem piorando e não é possível que um partido socialista deixe de afirmar primeiro o seu caráter socialista, se tem partidos que tem dúvidas em relação a isso, nós não temos; depois, afirmar a necessidade de que todas as políticas públicas tenham em consideração a questão da igualdade social, da igualdade de direitos, da igualdade de oportunidades, da distribuição da renda, da distribuição dos serviços públicos, que o que na prática os nossos governantes vêm fazendo. Ou seja, essa é a luz que nos guia, não se trata de discutir questões como privatização ou estatização, centralização ou descentralização, de um ponto de vista meramente conceitual. Trata-se de verificar quais as políticas que são mais adequadas para, em um curto espaço de tempo nós procurarmos reverter esse quadro absolutamente hediondo, tenebroso de desigualdade social que existe no nosso País. E aí são as desigualdades regionais, desigualdades entre classes, são as desigualdades étnicas, em que a população brasileira que não é branca, a desigualdade entre homens e mulheres, enfim, há um componente que nos inspira.

O segundo eixo que temos trazido para discussão é o resgate do papel e da importância do Estado para dirigir esse processo. Não se trata de discutir privatização ou estatização, não é isso. Mas de ter claro que o Estado, como expressão do interesse público, o Estado democrático, o Estado transparente, o Estado plural é que assegura, efetivamente, políticas de eqüidade, de justiça,

não é possível e até aqueles mais ardorosos defensores do neoliberalismo já vão descobrindo, mundo afora, que sem o Estado o que resta é a barbárie, não é qualquer Estado, porque nós tivemos no Brasil da Ditadura Militar um Estado extremamente presente, extremamente forte e patrocinador de profundas desigualdades, estamos falando de um Estado democrático, de um Estado que é expressão do interesse público e da vontade social.

Nesse sentido, a partir desses dois eixos, nós entendemos que devem ser avançadas a plataforma eleitoral do ano 2000, acreditamos que a Direção Nacional possa oferecer documentos que dêem os subsídios básicos, mas no próprio processo de construção da plataforma eleitoral, é vital que seja concebido em cada localidade, em cada município. Nas plataformas eleitorais e nas plataformas de governo, mas que o conteúdo em si, o que garante o caráter democrático é o processo de participação da sociedade. Portanto, por mais que possa haver a unificação de políticas e de propostas, isso não pode ser feito em prejuízo do que é o processo democrático de construção de propostas em cada localidade.

O segundo aspecto, ainda em relação à questão da plataforma partidária, é que o nosso Governador tocou, com muita felicidade, é o processo de formação política. Muitas vezes o processo de construção de plataforma partidária se desenrola nas localidades de forma que se reserve a tarefa para dois ou três mais ilustrados do partido que vão redigir um documento, esse documento ficará arquivado, se a campanha tiver um pouco mais de recursos, ele será impresso, e depois não tem a menor importância, não tem a menor validade. É muito importante que o trabalho e a plataforma partidária sejam não só concebidos em um processo democrático e participativo, mas que também leve em consideração a necessidade que ele inspire a participação dos candidatos a vereador. O partido deve, através da Fundação João Mangabeira, estimular de maneira extremamente intensa a preparação dos candidatos do partido a vereador e a prefeito. Isso é algo que deve ser feito, as direções regionais devem avocar para si essa tarefa, inclusive, de fazer com que a plataforma seja um fator de melhoria da qualidade política dos nossos candidatos.

O que eu procurei nessa primeira metade da minha intervenção, parece-me que é o óbvio, o óbvio é simples e o óbvio é aquilo que dá certo. E, portanto, quero me deter agora um pouco mais, usando até o pouco tempo que o Ronaldo Lessa deixou de crédito, para falar um pouco de política de aliança.

E aqui quero fazer com muita lealdade uma certa polêmica com o meu companheiro de mesa e amigo Gustavo Balduíno, e quis falar antes até para que pudesse colocar as minhas objeções ao artigo dele que tem dentro das teses, até para que ele, depois, possa falar, porque já temos travado esse discurso. Há dois textos, no caderno de teses, que está na pasta, que tratam das políticas de aliança, um do companheiro do Espírito Santo, Renato Casa Grande, pelo que vi na página 9, e outro desse grande companheiro de partido Gustavo Balduíno, que está na página 12. Aqui, parece-me que devem ser feridas as questões fundamentais, e quero – ao contrário de Ronaldo e sem a vivência dele – me deter em questões mais práticas, até porque, prezado Presidente, prezados companheiros de mesa, isso não é um debate qualquer, é um debate que se realiza numa instância de decisão, ou seja, é um debate que se presta a determinar rumos para o partido que terão que ser votados na plenária do nosso Congresso Nacional. Parece que o eixo fundamental, obviamente além da defesa das plataformas e dos programas políticos do partido, é o fortalecimento e afirmação do Partido Socialista Brasileiro para a sua viabilização diante do fantasma da cláusula de barreira. Há enormes dúvidas jurídicas em relação à questão da cláusula de barreira, mas o fato concreto é que ela está aí e tem sido usada como arma para nos constranger. Volta e meia, no meu Estado, se especula com relação à eventual inviabilidade do Partido Socialista Brasileiro, porque nós não temos os 5% da cláusula de barreira que estaria prevista para 2006 e agora se quer antecipar para 2002, ninguém sabe qual será o efeito disso, se o partido deixa de existir, se o partido não elege parlamentares, se os parlamentares eleitos pelo partido não podem assumir, ou se podem assumir, mas têm que mudar de legenda. Há um caos, mas o fato concreto é que é um sentimento nos meios políticos, de que venham as ser adotadas, como vem sendo adotadas, medidas restritivas em relação aos pequenos partidos. E, portanto, temos que encarar esse desafio.

Eu vejo com muito otimismo isso aí. O partido teve em 1994 2,6% nas eleições para a Câmara dos Deputados. Em 1998, nós pulamos para 3, 7%, é uma bela taxa de crescimento, quase 50% de crescimento. Nós estaríamos, portanto, com 1,3% de se chegar ao 5% e eu vejo que o Partido vem tendo um crescimento bastante grande. No meu Estado de São Paulo houve a adesão de um grande número de vereadores, vamos , provavelmente, triplicar o número de vereadores, passar de cerca de 100 – 120, que elegemos na última eleição, para mais de 300 vereadores, sem dúvida nenhuma, no Estado de São Paulo e isso deve estar acontecendo em outros Estados, muito mais até que em São

Paulo, graças à tradição de luta dos socialistas e ao tempo de afirmação do partido, isso é decisivo, isso é importantíssimo, temos que ter essa meta.

No caso do Estado de São Paulo, onde nós reconhecemos que temos sido um pouco devedores em relação ao partido, nós estamos firmemente empenhados em dar uma contribuição com isso. A estratégia eleitoral que passa pela candidatura de Luiza Erundina no ano 2000 a prefeita e por candidaturas majoritárias em 2002, apoiaram candidato do partido do campo do partido à Presidência da República, candidatos ao governo, ao Senado, nós estamos trabalhando com a idéia de que consigamos sair dos quinhentos mil votos que tivemos para deputado federal no ano passado, apesar de uma coligação absolutamente desastrosa que foi feita em São Paulo, com o PDT, que depois acabou tendo o seu candidato apoiando Paulo Maluf, para um milhão e meio de votos. Achamos que é possível agregar um milhão de votos, que representaria 1% dos votos, ou seja, nós estamos querendo dar uma contribuição para o partido com São Paulo tendo uma performance melhor do que tem tido e o partido vem crescendo, fez um grande congresso estadual, está unificado no sentido de procurar, realmente, dar conseqüência a essa decisão.

Aí é vital essa unidade do partido, é vital que o partido tenha, apesar das divergências, e as divergências são normais, o processo de crescimento do partido vai levando muitas vezes isso acontecer. Temos que encarar isso com naturalidade.

Hoje, uma companheira parando-me nos corredores, meio com dedo em riste para mim, sabendo da minha relação com Luiza Erundina, de quem sou advogado há vinte anos e amigo pessoal, perguntava: Arraes ou Erundina? Eu falei: não pode ter os dois? Porque é evidente, é claro que eu ter como dirigente no partido da minha cidade Ronaldo Lessa fazendo campanha lá, Arraes fazendo campanha lá. É a única maneira que temos de encarar uma cidade que tem dez milhões de habitantes, das quais a imensa maioria vem de outros estados, e essa unidade que não representa a anestesia da política. O debate político tem que ter, mas que represente a expressão de um partido vocacionado para o crescimento e para a vitória.

Nesta discussão sobre o crescimento do partido e sobre a política de alianças, parece-me que temos três problemas, e aqui quero pedir a atenção do companheiro Balduíno até para polarizar em relacionar com duas propostas

que está no texto dele, às páginas 12 e 13, até para que depois possamos travar um debate com a participação de todos, que seja ilustrativo.

A primeira delas é a questão da fusão – temos que abolir essa palavra do nosso vocabulário de maneira clara. (Palmas.)

E não quero polemizar em relação a quem defendeu, quem não defendeu, não é esse o objetivo, é que estamos num momento de afirmação do partido, qualquer sinalização nossa que possa dar a entender que nós não estamos nos sentindo seguros do desempenho que possamos ter e da nossa viabilidade, será altamente percebida pela sociedade, ou seja, nós temos que ter firmeza nas convicções que o PSB tem história, é viável, vai suplantar as barreiras que estão sendo colocadas à frente e é uma alternativa para valer na sociedade brasileira, com o respeito de todos os demais, nós estamos construindo esse trabalho. A questão da fusão tem um fator desmotivador dentro do partido, e não tenho dúvida que muitas vezes os nossos adversários é que tenderão, inclusive, a especular a fusão com o PSB, porque sabem que o PSB vem crescendo, ao contrário do PDT, por exemplo, que é uma legenda que vem perdendo votos a cada eleição nas últimas três eleições, e do PT que se estabilizou num patamar de 12% aproximadamente, não tem tido mais um crescimento significativo; nós estamos tendo um crescimento significativo, portanto, nós é que somos prejudicados com essa tese, e insisto, não se trata de polemizar, mas trata-se de assegurar, realmente, a convicção de que o partido tem plena viabilidade. E essa, para ser honesto, Gustavo não trata do assunto e não defende isso aqui.

A segunda, ele trata, que é a proposta que está na página 12, e vários companheiros têm dito, de proibição de coligações em eleições proporcionais. Eu quero, muito fraternalmente me opor ao companheiro Gustavo Balduíno. Acho que isso pode ser algo adequado para determinadas conjunturas, realmente há momentos em que, eventualmente, uma coligação pode representar transferência de votos para outro partido em prejuízo do PSB, e, até para ser honesto com o Gustavo e para dizer que ele tem razão em algumas circunstâncias, isso se aplicou a São Paulo no ano passado. No Estado de São Paulo, no ano passado, o PSB teve quinhentos mil votos para deputado federal, o PDT teve quatrocentos e cinqüenta, nós tivemos mais que o PDT.; o PDT elegeu quatro deputados federais e nós elegemos dois. Então, foi um caso típico de que a coligação nos prejudicou. Nós, sem coligação, teríamos eleito, pelo menos, mais um.

Vejam, o que me parece complicado, Gustavo, é generalizar isso. É fazer disso uma política, temos lugares, por exemplo, que vamos disputar eleição com candidato a prefeito, nós não podemos usurpar do candidato a prefeito de montar uma coligação com vários partidos que vão dar sustentação a sua candidatura. Temos lugares onde, eventualmente, a coligação pode viabilizar a eleição de um candidato a vereador, que será um instrumento fundamental na batalha eleitoral de 2002 no crescimento do partido, das teses do partido. Portanto, nós temos que levar em consideração a realidade local. Acho que a proposta e compromisso federativo do PSB e o compromisso com a autonomia municipal para a administração pública, tem que se aplicar ao partido, as direções municipais têm que ter autonomia sobre esse aspecto, a não que haja claramente uma infringência às regras básicas do partido, e o partido tem que estabelecer regras eleitorais gerais, não me parece que deva se tomar uma atitude tão drástica e roubar das direções municipais um instrumento de negociação política muito importante, e que aqui já disputou eleições municipais ou acompanhou sabe como essa é uma discussão relevante nos municípios, onde muitas vezes as candidaturas para prefeito se articulam em duas ou três articulações e nem sempre o partido tem o número de quadros adequado para preencher uma chapa completa.

Gostaria, portanto, de debater isso.

A terceira e última questão, par ir finalizando, além da questão de fusão, que acho que devemos abolir do nosso vocabulário, nessa questão de proibição de coligação, que acho que não devemos adotar como regra, esta questão, e aí eu falo mais das capitais, da proposta do Balduíno, que no caso das capitais e das cidades mais importantes, a política de aliança seja decidida juntamente com a direção nacional do partido. Está na página 12, para ler o que Balduíno fala, eu já troquei até correspondência com ele, temos travado uma discussão sobre isso, e eu, como Presidente do Diretório Municipal de São Paulo, sou diretamente interessado nessa questão. Diz Balduíno:

" Dentro desse planejamento, as capitais e as principais cidades têm uma importância maior no contexto político, e justamente por isso as eleições desses municípios devem ser encaminhadas em comum acordo com a direção nacional."

Isso dá a entender, do jeito que está posto, que há a possibilidade de um veto, isso tem dois problemas: primeiro, isso desautoriza a direção municipal do local a fazer as suas articulações políticas, porque é evidente. A direção

Municipal ou os candidatos vão a campo fazer as negociações ou articulações políticas. O problema de se fazer as deliberações sobre eleições municipais passarem pela direção nacional, é que qualquer negociação que for conduzida por um dirigente municipal é precoce e prematura, ela enfraquece, justamente, os interlocutores que o partido tem em cada localidade. Isso não significa que o partido não tenha que tomar diretrizes. O próprio Balduíno coloca, por exemplo, um rol de partidos que podem estar na coligação de uma maneira geral. Eu acho que este Congresso tem que tomar essa deliberação mesmo. E admitindo que as exceções, não que elas estejam proibidas, elas terão que ser submetidas a um fórum adequado, isto é razoável, ou seja, que a Direção Nacional e o Congresso Nacional estipule limites, o rol de partidos – Balduíno, na página 13 faz um extenso rol – e isto as direções municipais estão autorizadas a efetiva-las e fora disso têm que negociar com a direção estadual, estou de pleno acordo, mas submeter qualquer decisão a uma posterior concordância da direção nacional, significa esterilizar o processo de negociação política que o partido fala. Para ser franco, falo da minha cidade, no caso de São Paulo, há uma discussão efetiva em relação à candidatura de Luiza Erundina, porque é uma candidatura que, embora não esteja posta para valer, tem quase 20% em todas as pesquisas. Você sabe o que significa isso para o partido, no plano nacional, o fato de ter a companheira bem votada na cidade de São Paulo.

Então, é muito importante que nós não sejamos desautorizados no processo de negociação. Claro, na medida em que se fira algumas da regras a que isso tem que ser submetido, mas a hipótese de nós termos que conduzir a decisão para que ela tenha que ser revertida em junho, para nós é muito ruim. Eu falo com toda franqueza, porque isto foi o que ocorreu no ano passado. No ano passado ocorreu isso, nós tínhamos ensejado a possibilidade da candidatura própria, ali, por razões absolutamente locais, não nacionais, a coligação que se viabilizava era com o PPS, a Direção Nacional, entendendo que aquilo poderia representar uma distorção em relação à estratégia de vinculação com a candidatura Lula, não autorizou aquela coligação, e o fato é fomos compelidos a fazer uma associação com o PDT, cujo candidato, posteriormente, apoiou Paulo Maluf, e o PPS, por ironia da história, fez uma coligação – sabem com quem? – com o PT, e fez parte da coligação do PT.

Vejam, certamente a Direção Nacional tinha seus motivos, suas razões e uma lógica política, mas o fato é que ela desconsiderou a realidade local, e, ao fazer isso, ela trouxe um prejuízo para o partido que foi ruim, porque poderia

ter feito com que o partido tivesse um desempenho eleitoral melhor se não tivéssemos feito aquela coligação. Portanto, também com relação a esse aspecto, parece-me que deve haver algum tipo de reflexão mais cuidadosa, porque esse tipo de restrição à autonomia das direções municipais, ela pode representar a esterilização da capacidade da direção municipal conduzir o processo de negociação política, justamente naquelas localidades onde o resultado eleitoral, pelo volume de eleitores que reúne, é mais expressivo. Na cidade de São Paulo são seis milhões de eleitores. O impacto que isso tem é extremamente positivo.

Peço desculpas por ter avançado um pouco no tempo, peço desculpas também por ter que me retirar, tenho que voltar para São Paulo ainda hoje às 18 horas, mas ficarei aqui o máximo que puder para ouvir os comentários dos companheiros, agradecendo, mais uma vez, a oportunidade de participar dessa mesa de saudar com muito entusiasmo o nosso 7° Congresso que, realmente, só é pior que o 8°, que será maior que este.

Muito obrigado companheiros. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Campos) – Nós gostaríamos de agradecer a participação de Pedro e, ao mesmo tempo, colocar uma questão para a deliberação do plenário. Nós sentimos que ocorreu ao debate mais participantes do que se esperava e o espaço ficou pequeno. Estou vendo muitas pessoas se abanando devido ao calor. Pedimos para que os companheiros preparassem aquele auditório grande que está fechado, para que nós continuássemos o debate lá, pois daqui a uma hora ninguém mais vai agüentar. (Palmas.)

Passo a palavra neste momento ao segundo debatedor, nosso companheiro Gustavo Balduíno.

O SR. DEBATEDOR (Gustavo Balduíno) – Muito boa-tarde companheiras e companheiros, Governador Ronaldo Lessa, Pedro, o nosso Presidente, Eduardo, tivemos a preocupação de neste tema, seja por curiosidade, seja pela preocupação que temos com o projeto nacional do partido, de apresentar uma proposição de tese a este Congresso, que consta do caderno de teses, como já foi citado pelo nosso companheiro Pedro Dallari.

Inicialmente, quero dizer da honra de participar deste debate, a partir da exposição do Governador Ronaldo Lessa, tendo também como companheiro de mesa o ex-Deputado Pedro Dallari, Presidente da Municipal de São Paulo, o que nos dá uma responsabilidade muito grande.

Objetivamente, em aproveitamento do tempo, começo a exposição afirmando que vamos usar como roteiro tanto o que foi dito pelo Governador Ronaldo Lessa, quanto a tese que tivemos a oportunidade de referir. Talvez a polêmica levantada pelo companheiro Pedro precisa ser melhor explicitada, até porque as palavras, por mais precisas que sejam, sempre deixam dúvidas. Mas talvez na sua origem esteja justamente uma divergência que gostaria de iniciar não com o Pedro ainda, mas com o nosso Governador.

O que está em jogo no próximo ano é a afirmação do Partido Socialista Brasileiro enquanto partido que se coloca na disputa real pelo poder no Brasil. É a afirmação de um projeto de poder. Nesse sentido, a divergência se coloca e quero pensar primeiro 2002 e 2000 como uma etapa, e não viver 2000 e ver como chegar a 2002. Essa talvez seja uma diferença em relação ao que o Governador abordou.

Entendendo dessa maneira, talvez fique mais fácil explicitar as questões abordadas pelo companheiro Pedro, que vou citar a seguir. Nós sistematizamos em dez pontos essa exposição. O primeiro deles é afirmar que os desafios políticos eleitorais são típicos de qualquer partido que queira de fato ter um projeto de poder real. Qualquer partido que não é um partido para aglomerar um conjunto de pessoas e brincar de política, e se acomodar ali, e se resolver por si só enquanto indivíduo.

Eu entendo o PSB e quero construir o PSB como alternativa real de poder no Brasil. Sendo assim, prefiro ver 2002 primeiro. Dessa mesma forma temos a clareza de que as questões do desafio político antecede o desafio eleitoral. Uma vez resolvido o desafio político, o desafio eleitoral se resolve na construção do partido. A vitória eleitoral tem conseqüência para a construção do socialismo. A vitória eleitoral coloca-se a serviço do conjunto do partido e conseqüentemente do conjunto da sociedade.

De outra forma, se não tivermos a clareza do nosso projeto político, a vitória eleitoral só serve àqueles que ganham objetivamente, nominalmente. E o PSB ainda não tem um projeto político nacional claro. Essa nossa argumentação tem uma pretensão e uma fragilidade com a mesma origem. Qual é a pretensão? Falar do PSB enquanto projeto nacional para além de Maceió e para além de São Paulo. Qual a fragilidade? Não tem a experiência que ambos tem, em especial o governador, de uma disputa municipal. Eu mesmo que escrevi essa tese.

Entendemos que do ponto de vista político o PSB tem três desafios: o primeiro é tornar-se um partido socialista, que ainda não está vencido. Para isso afirmamos ser fundamental o espaço democrático dentro do partido para afinarmos, definirmos qual o nosso projeto de socialismo. Essa é uma etapa que precisamos viver urgente e continuamente, porque ela jamais vai-se completar.

O segundo desafio político, no nosso entendimento, é tornar o PSB um partido brasileiro. Passar para a opinião pública, porque a condição necessária para ter um projeto estratégico, que o PSB não é um partido pernambucano, paulista, alagoano, gaúcho, candango, é um partido brasileiro. Esse é um desafio político central para nós e este congresso vai ajudar e muito nesse processo.

O terceiro desafio, ao nosso ver, é fazer do PSB um partido democrático. Esse é ainda um desafio político, garantindo a todo momento, em todos os instantes, o espaço para o debate político, contínuo, não só na véspera do congresso, não só no congresso. Permanentemente debatendo política no partido, implementado, vencido e trabalhando os três desafios políticos que, repito, torná-lo brasileiro, garantir que seja democrático e garantir que seja socialista, podíamos partir para os desafios eleitorais. Aí ao nosso ver talvez resida a divergência central do governador e que talvez explique um pouco melhor aquilo que o Pedro coloca como divergência, que eu não chegaria a tanto. Numa melhor explicitação talvez concluamos que é divergência de fato, que é pensar em 2002.

Ao pensar em 2002 como oportunidade de construir um projeto estratégico socialista do nosso partido para o Brasil vamos ver as eleições municipais como etapa necessária e fundamental, mas não que não se encerre em si própria. Pensar as eleições de 2000 simplesmente como as eleições de 2000 vamos estar cometendo um equívoco de construção partidária.

Qual é o desafio eleitoral do PSB ao nosso ver? Disputar as eleições de 2002 com um candidato presidencial claramente identificado com o PSB, seja próprio ou não, no sentido de dizer que não será uma adesão a um projeto, a um candidato. Será a proposição de um programa de um candidato ao conjunto das forças de centro-esquerda que precisamos construir e alinhar para vencer esse projeto.

Paralela e conjuntamente ampliar o nosso leque de governadores, garantir a ampliação da bancada federal, para que se possa fazer de forma mais

efetiva a luta institucional nesta Casa do Congresso Nacional e afirmar um projeto nacional também nessa etapa. Para isso as eleições de 2000 se coloca. Esse é o nosso desafio eleitoral, principal, e a eleição de 2000 se coloca como um estágio desse desafio.

Dentro desse desafio eleitoral de 2002 é que vemos a eleição do próximo ano. Aí acreditamos que uma eleição para ter o êxito que queremos, dentro de um contexto político, exige do partido um planejamento. Um planejamento enquanto partido, quero reafirmar, democrático, socialista e sobretudo brasileiro neste momento, pensando o Brasil inteiro. Por isso as questões de orientação da direção nacional são fundamentais, devem ser vistas nesse contexto, não de engessamento de uma direção municipal, mas na garantia de uma postura partidária nacional, para que em Porto Alegre, em Manaus, o partido seja visto com a mesma cara, respeitando algumas questões que possam ser, desde que secundárias, específicas daquela localidade.

Nesse sentido do planejamento entendemos como tática eleitoral e como resultado eleitoral mais apropriado nas eleições de 2000 um conjunto de ganhos políticos, vamos dizer assim. Eleger prefeitos é muito importante, e vamos batalhar para isso e tenho certeza de que vamos conseguir. Eleger uma bancada de vereadores, igualmente importante. Mas tão importante quanto eleger prefeitos e vereadores é afirmar a identidade do partido no Brasil inteiro. Tão importante quanto isso é formar novos quadros na disputa eleitoral por este Brasil inteiro. É nesse contexto que se colocam algumas sugestões que fazemos.

Quando sugerimos disputar as eleições municipais com candidato a prefeito indicado pelo PSB em todos os lugares, naturalmente onde for possível, mas exercitar, tencionar esse máximo possível é para a perspectiva de afirmar o partido. E aí o Pedro foi muito claro em dizer que eu sou daqueles que não quero nem coligação, quanto mais fusão. Fusão não está no meu vocabulário.

Agora, para poder não ter fusão, nenhuma preocupação com isso, tem de ter afirmação do partido, superar cláusula de barreira. Estou com o Pedro. Nós vamos chegar aos 5% fácil, fácil, desde que afirmemos o partido. E para isso é preciso ter a cara do PSB na rua, o candidato a prefeito de Porto Alegre a São Paulo, fundamentalmente , Recife, Manaus, de todos os lugares. Por isso defendo que tenhamos cara própria na mídia, nas eleições, com programa próprio que vou falar mais a seguir.

E é nesse contexto que entra a chapa própria de vereadores. De afirmar a posição do partido mas também de formar quadros. Se eleger, ótimo. Vamos trabalhar para isso. Agora, se não eleger, disputar com seriedade socialista política, com programa, sem fisiologismo, qualquer quadro que participar da eleição no dia seguinte será um quadro socialista que vai estar apto mais adiante a fazer nosso partido crescer. Temos de nos tornar um partido de massa, sair de um partido de quadro.

Outro aspecto que gostaríamos de deixar como sugestão: para criar a imagem do partido, consolidar a identidade do partido, e é essa a nossa principal diretriz nas eleições municipais do ano que vem, como base necessária para estar numa posição melhor qualificada na disputa presidencial, é apresentar a cara do partido. O programa eleitoral do partido deve privilegiar a criatividade que cada um de nós tem mas tem de abrir com o PSB, com o número 40 e pedir voto na legenda no Brasil inteiro. Isso é que precisamos fazer. Não sei se vamos ganhar as eleições assim, mas tenho certeza de que ao final vamos ter a nossa imagem, o nosso número, a nossa sigla divulgada e difundida no Brasil inteiro. Por isso precisamos ter unidade nacional no comportamento eleitoral do ano que vem. E essa não é simplesmente uma tática eleitoral, mas uma tática que vem em conseqüência de um desafio político a ser superado de afirmar o partido. Essa é nossa posição.

Da mesma foram, queremos que os melhores quadros do partido, e aí colocamos como número indicativo que não é uma camisa-de-força, é indicativo que deu menos de 20% de indicação no voto para eleição majoritária, analisado caso a caso, por isso as eleições nas capitais, nas principais cidades precisa ser analisado pelo conjunto do partido, devem disputar a chapa de vereador para ser puxador de voto e fazer uma grande rede de vereadores para que nas eleições seguintes possamos eleger deputados, governadores e consubstanciar uma grande votação para Presidente da República. Porque muitas vezes nosso companheiro, porque é uma liderança local legítima, qualificada, prefere disputar eleição para prefeito sem chance nenhuma a disputar eleição para vereador, eleger-se e mais dois ou três, e afirmar o partido e construir uma base real ali.

Se o objetivo for só eleger, só mostrar uma pessoa, a primeira opção é correta. Agora, se for definir a marca do partido, a cara do partido, vamos colocar esse companheiro para disputar eleição para vereador e eleger dois, três, quatro, cinco vereadores, e no dia seguinte vamos estar com vereadores socialistas numa chapa própria, com esse próximo congresso, afirmando a

posição do partido que, de fato, está no jogo real do poder, que é a disputa da Presidência da República.

E como se faz isso? Com programa. Quem falar pelo PSB em Porto Alegre ou em Manaus, se alguém estiver viajando, um piloto de avião, uma comissária de bordo, ligar a televisão no momento do programa eleitoral tem de ver: ah, esse aí é o PSB, essa proposta é do PSB, esse número 40 é do PSB. Por isso o partido tem de ter um programa mínimo para apresentar, que deve ser complementado com a realidade objetiva de cada município.

Tivemos a pretensão de propor que o eixo desse programa mínimo seja a questão da geração de emprego e renda. Para cada um que ligar a televisão ver: o PSB está brigando por emprego e renda nas eleições municipais de 2000. Em Maceió vai agregar outros fatores, em Porto Alegre um terceiro, em São Paulo um quarto, mas um eixo central tem de ter, para ter a cara do partido. É nesse sentido que procuramos Ter a preocupação.

Agora, companheiras e companheiros, não tenho a ilusão de que o partido possa se consolidar como alternativa real de poder, concreta, sem estar efetivamente enraizado, pegando a expressão do Dr. Arraes ontem, de forma que nos dia seguinte às eleições, por maior que seja o vento, possa vergar mas não vai cair a nossa árvore, em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Essa deve ser a nossa prioridade política. Por isso é fundamental disputar a prefeitura de São Paulo e se Deus quiser com a companheira Erundina sendo eleita, disputar a prefeitura de Belo Horizonte, com o companheiro Célio de Castro e com o candidato que o PSB entender melhor, companheiro Alexandre Cardoso, no Rio de Janeiro, afirmando a nossa cara, o nosso programa, porque um partido que não está consolidado nesses três Estados não está disputando o jogo político real do Brasil.

Agora, se quisermos estar entrando no jogo amanhã é ilusão, mais do que isso, é oportunismo daqueles que propõe e, mais do que isso, é uma deslealdade com o conjunto do partido. Mas se quisermos construir de fato não para amanhã, mas para depois de amanhã, para algum dia, temos de começar a disputar as eleições, correndo o risco de perder votos, mas tendo a certeza de que estamos afirmando posições, formando quadro e garantindo uma identidade partidária.

Para acelerar e garantir a questão do debate, propomos um leque de aliança sim. Se o candidato a prefeito for nosso, definido por um projeto

político que este congresso vai definir hoje e amanhã, não me preocupa o leque de alianças, porque é o PSB que vai estar aparecendo na televisão, é a proposta do PSB. Agora, um leque de alianças é importante para eleger? Sim. Tem um papel eleitoral? Sim. Mas no processo de formação de uma imagem de partido ele tem uma outra tarefa que para mim parece mais importante, de demarcar o campo político, o partido quer se enquadrar perante a sociedade brasileira. Por isso tem o campo de aliança? Aceita o PT. Mas eu não posso aceitar o PFL, porque posso até ganhar a eleição, mas no dia seguinte quem sou eu? A eleição se encerrou em si própria. Por isso o campo de alianças tem outra tarefa, que se não entendermos das eleições do ano que vem não vamos conseguir construir um partido.

Por outro lado, se o candidato a prefeito não é nosso, e por isso a proposta de ter candidatos no maior número de municípios temos de privilegiar a imagem do partido. Não vou apoiar alguém do PFL a poder eleger um vereador. A imagem do partido é mais importante do que qualquer vereador. Essa é a questão central.

Se o candidato for do partido, o programa for hegemonizado pelo partido, não me preocupa a coligação com o PPS do Ciro Gomes, desde que possamos controlar *pari passu* cada um desses pontos. A gente quem? Esta Mesa aqui? Não. Este partido, neste congresso, definindo uma política, que vai ser representada por uma direção que vai ser eleita amanhã.

Por isso eu digo e reafirmo: não para tolher dirigente municipal. E essas orientações têm que vir *a priori* e não *a posteriori*, como o Pedro se referiu ano passado. Não para tolher o dirigente municipal, mas para garantir que a política definida neste congresso vai ser implementada de cabo a rabo, do começo ao fim do processo eleitoral 2000, como instrumento de construir o partido de 2002. Definido hoje, definido amanhã e levado adiante pelo próximo diretório. Não por uma comissão executiva só, mas pelo diretório que será eleito, porque quem dirige o partido deve ser um diretório nacional. A executiva tem de executar o que foi decidido por este congresso, pela direção. Com certeza, cumprindo esse papel, a direção vai estar se colocando lado a lado com o presidente da municipal do Rio de Janeiro, ou de Recife, ou de Porto Alegre, para garantir que o respeito às decisões do partido sejam efetivamente cumpridos. Não para tolher. E aí é onde você garante a democracia, garante a autonomia da direção municipal dos companheiros que estão na realidade na luta do dia-a-dia em São Paulo, para pegar o exemplo do

companheiro Pedro. É a democracia do debate que aqui hoje se dá, é a definição de um programa mínimo, é uma tática comumente discutida. Definido isso, é só uma questão de acompanhamento.

O desvio dessa rota é que exigirá uma ação dirigente. O cumprimento, a perseguição dessa rota vai ter uma ação de acompanhamento. É nesse sentido que se tem de ver. E aí a questão de definir prioritariamente.

PEDRO DALLARI – Eu estou de inteiro acordo com essa sua posição, Gustavo, é que não está escrito isso no seu texto.

O SR. DEBATEDOR (Gustavo Balduíno) - Mas também não está escrito o contrário. Aí você fez a sua leitura.

(Não identificado) – Porque a sua posição é corretíssima, estou de acordo com isso.

O SR. DEBATEDOR (Gustavo Balduíno) – Muito bem. Indo adiante, queremos sugerir também, para contribuição no debate, o perfil dos nossos candidatos. Se nós tivemos a perspectiva de ter candidatos majoritários na maioria das capitais, dos municípios, e chapa própria de vereador, com certeza pelo nosso partido, por maior que seja, por mais que esteja crescendo, haverá largo espaço para vários companheiros nossos. Vamos usar esse espaço para colocar os companheiros comprometidos com os movimentos populares, as companheiras mulheres que se estão organizando agora, os companheiros que estão com a questão de gênero e de raça, personalidades que não estão ainda filiadas ao partido mas que estão com a questão dos direitos humanos, por exemplo. Esse é o perfil dos candidatos do PSDB para poder colaborar na formação da imagem do PSB.

Finalmente, companheiros, para dar tempo para os debates, temos de usar as próximas eleições para fazer do PSB um partido de massas. Isso implica que temos de ter capacidade de atrair novos companheiros e de ser atraentes. Ser atraente é ter uma identidade ética, democrática, um programa. Atrair cada um de nós, sobretudo quem está nesse congresso, e aqui temos delegados e significa dizer lideranças e dirigentes partidários, de cada um de nós a predisposição de crescer o partido.

Eu usei uma expressão: superarmos a síndrome de querer ser cabeça de formiga e aceitar a possibilidade de ser rabo de avião. Todo mundo quer que o partido cresça, desde que seja no quintal do outro. Vamos filiar alguém?

Ah, mas na sua cidade pode, porque aqui eu sou a liderança, aqui eu sou a principal pessoa. Quando você começa a trazer gente: Ah, não, porque aí é meu espaço que vai estar sendo ocupado, seja para ser candidato a vereador, a prefeito, a governador, a Presidente da República. Aí não dá.

Agora, do ponto de vista operacional, para nós transformarmos num partido de massa, é preciso uma grande campanha de filiação com qualidade, referenciada num programa e num princípio socialista, não no inchamento do partido, mas na massificação do PSB como partido e como proposta à sociedade.

Há uma questão operacional que me parece fundamental, que é a questão da contribuição anual. Sou daqueles defensores que acham a contribuição um papel democrático. Sempre militei e meio independente de outras circunstâncias contribuo com meu partido em Brasília, mensalmente.

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Campos) – Vou pedir um pouco de silêncio no plenário.

O SR. DEBATEDOR (Gustavo Balduíno) – E essa contribuição anual quando proposta no nosso estatuto é aprovada tenha em si uma nobreza própria, qual seja a de comprometer cada um dos nossos companheiros filiados com o financiamento das tarefas partidárias, para o partido não ter dono, ser constituído e patrocinado pelos seus filiados de forma democrática e individual.

Lamentavelmente esse objetivo não foi alcançado. Sabemos e não há por que tampar o sol com a peneira, faz parte das nossas debilidades, que a contribuição anual é muitas vezes patrocinada por aquelas lideranças mais abastadas, mais abonadas. Tirando o seu caráter democrático de um lado e resolvendo simplesmente a questão de financiamento do partido, que é fundamental para ter independência, mas não pode ser em detrimento da democracia interna. Não tenho a proposta até porque o objetivo não é mudar o estatuto neste congresso, mas acho que essa questão tem de ser resolvida.

Da mesma forma quero tocar num outro aspecto um pouco lateral ao tema, mas sempre e portando os processos de debate interno, sobretudo congressuais, e o ano que vem vai ser um processo congressual contínuo. Não podemos mais permitir que aqueles mais abastados e abonados financie a filiação de companheiros de um lado, muito menos podemos aceitar que aqueles que

detêm mandato usem seus gabinetes para contratar cabos eleitorais para fazer a luta interna no partido. Temos de superar também essa questão.

Para concluir, de fato, companheiros, o programa nacional mínimo vai ajudar a afirmar a identidade do partido e temos um instrumento muito importante, que é a Fundação João Mangabeira. Foi já produzido esse material que se encontra na pasta de cada um de nós, que procurou acumular, ainda que de forma débil, mas a iniciativa é que é valorosa, as contribuições de diversos municípios, das diversas prefeituras, dos diversos companheiros que já foram prefeitos. Tendo isso como norte, ou seja, a construção de um programa mínimo, cujo processo eu me irmano como Pedro Dallari, que é o de construção, debatendo nas comunidades, com o conjunto dos filiados do partido, com os companheiros que estão ali na base, assegurará um programa mínimo, democrático, que unifica, porque o processo de debate é o que vai assegurar a construção da militância.

Desculpem-me os companheiros da mesa e em especial ao Plenário por me ter alongado, mas como o Pedro levantou algumas polêmicas quero dizer que ainda não são polêmicas, que a minha perspectiva ao colocar no texto foi essa. Se não fui feliz de forma a redigi-las, podemos corrigir na proposição, para que este Congresso aprove alguma coisa que oriente o partido, os dirigentes municipais e sobretudo os nacionais no próximo ano, tendo como objetivo não ganhar simplesmente as eleições de 2000, mas construir um partido que em 2002 esteja na disputa presidencial com cara própria e com a afirmação de um programa socialista.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Campos) – Vou chamar o primeiro companheiro a fazer intervenção. Estou recebendo a proposta de chamar de três em três. Vou ler na ordem o nome dos três companheiros que vão usar dos três minutos: Genivan Silva Neri, Delegado da Bahia, em seguida Moisés Aguiar, do Mato Grosso, depois Joaquim Saraiva, do Piauí.

Durante a intervenção desses três companheiros a Mesa vai estar recebendo as próximas inscrições. Ao término da terceira intervenção, ficam suspensas as inscrições. Nessa oportunidade eu gostaria de chamar o companheiro Gustavo Balduíno para me substituir pelo período de 20 minutos, enquanto darei uma entrevista aqui fora do auditório.

(Assume a Coordenação o Sr. Gustavo Balduíno)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Por favor, três minutos.

O SR. GENIVAN SILVA NERI (Delegado da Bahia, Vitória da Conquista) – Quero saudar a Mesa, na pessoa do Governador Ronaldo Lessa, para mim um dos modelos de militantes do PSB, uma vez que de vários congressos dos quais estamos sempre presentes, hoje na condição de governador.

Também gostaria de nessa minha fala concordar com boa parte das posições colocadas lá naquele auditório anterior pelo Pedro Dallari, principalmente no que diz respeito à questão da cláusula de barreira e do episódio em que o PDT chegou dizendo que estaria discutindo a fusão. Realmente fusão é palavra que deve ser banida do nosso vocabulário.

Na época, lembro-me, a Folha de S.Paulo, tinha colocado uma nota apontando a posição, o tamanho de cada partido no Congresso Nacional e o PSB com 3.7 para atingir a cláusula de barreira precisa apenas 1.3. O PDT, que já teve 10% da representação do Congresso Nacional, caiu na eleição de 98 para 4.9, ou seja, está em queda. Enquanto o PSB tem um movimento ascendente, o PDT decresce.

E aquele movimento foi nocivo ao PSB, muitas pessoas que estavam pensando em entrar no partido deixaram de entrar, e isso em diversas regiões, e além de ser nocivo pelo fato em si a direção nacional do partido não demonstrou naquele momento competência para responder em cima da hora. Não houve resposta, demorou, a comunicação do partido que de outros congressos em que aqui chegamos e colocamos que não funciona bem, continua da mesma maneira, é preciso que se diga isso. Também estou dizendo como crítica, não devemos ficar apenas na apologia, que é o que acontece em muitos congressos do PSB, estou querendo ser duro nessa questão. Demorou em dar a resposta, quando deu chegou a resposta interna, externamente isso não foi ventilado e o estrago aconteceu. Tenho minhas dúvidas, vamos trabalhar para isso, sobre se conseguimos ainda atingir esses 5% numa eleição próxima. Estou sendo duro e colocando dúvidas. Por quê? Por causa de erros na condução desse processo.

Então, precisamos de um partido ágil, sobretudo na questão da comunicação, porque o partido demorou, tivemos que dar entrevistas em nossas regiões relativizando a questão. Na minha cidade o jornal veio perguntar e dissemos que não acreditávamos que isso iria acontecer e se fosse não seria

nesse momento. Então deixou todo mundo meio que de calça curta em suas localidades. Então estou dizendo como crítica à direção nacional essa questão da comunicação. Foi frágil na hora de responder essa questão e isso atrapalhou muito o PSB. É preciso que sejamos mais aguerridos no momento de colocar essas coisas.

Gostaria de agradecer a atenção de todos e desejar um bom retorno ao final do congresso. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) - Obrigado, companheiro Genivan.

Queria chamar o companheiro Joaquim José Saraiva da Penha. Três minutos e avisarei quando faltarem 30 segundos.

Peço ao companheiro Moisés que se posicione aqui na frente para garantirmos celeridade no deslocamento.

Por favor, Joaquim.

O SR. JOAQUIM JOSÉ SARAIVA DA PENHA (Delegado do Piauí) – Companheiros, eu o observei, Gustavo, e o parabenizo pela sua posição quando diz que o partido onde tem condições de lançar candidatura própria devemos fazê-lo. E também gostei quando você disse que se estivermos num avião ou onde estivermos, se estiver passando o programa do PSB falarmos do nosso partido.

Pergunto ao companheiro qual o motivo que o partido este ano não teve aquela propaganda eleitoral? Queria saber porque já que temos essa proposta de divulgar sigla é necessário que aqueles 30 segundos que temos de propaganda mais o tempo que seja realmente ocupado pelo partido e neste ano de 99 isso não aconteceu.

Também gostaria que você fosse mais claro quando fala da questão das coligações. Por exemplo, nosso partido elimina coligação com o PFL, com o PPB e gostaria de saber que PMDB e PSDB em alguns Estados serão casos a serem analisados. Também gostaria que o companheiro deixasse claro isso para nós.

Também em relação à questão quando o companheiro disse que em nosso partido temos de lançar candidaturas próprias. Somos lá do interior do Piauí, onde estamos 90% não tem programa de televisão nem de rádio, não

tem essa cobertura. Então, como muitos outros aqui que são do Nordeste, que têm essas mesmas dificuldades, gostaríamos de saber como vamos fazer por exemplo, uma cidade tem o programa de televisão e não tem candidato próprio. Se na cidade vizinha podemos ocupar aquele espaço para divulgar o nosso programa. É isso que queria saber do companheiro. (Palmas,)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Obrigado, companheiro Joaquim, pegue o seu crachá.

Companheiro Moisés, por favor.

O SR. MOISÉS AGUIAR (Delegado do Mato Grosso) – Boatarde a todos, gostaria de saudar a Mesa na pessoa do Governador Ronaldo Lessa e dizer que coloquei aqui quatro pontos quando começamos o debate e alguns foram já bastante tratados.

Acho super importante termos uma política de alianças bem definidas e que não saiam da linha da política de alianças nacionais do PSB. Isso dificulta a atuação do partido nos Estados, a atuação do partido nos municípios, quando não dificulta além disso também descaracteriza o nosso programa e a nossa atuação. E isso é muito difícil depois para convivermos.

Até gostaria de sugerir como proposição que o partido tivesse uma maior rigidez na aprovação de políticas de alianças. Que seja determinado a alguns partidos que tenhamos ampla liberdade para coligar e aliar e alguns partidos que em hipótese alguma poderíamos aliar ao PSB.

A outra proposição e a outra necessidade que vejo dentro da nossa sigla é justamente um curso de formação política para os nossos candidatos a vereança e também a prefeitos. Temos percebido que existem muitos candidatos, mas pouco preparados para empunhar a bandeira do PSB com toda aquela garra necessária para irmos para o embate. Temos companheiros que não sabem quais são as propostas básicas defendidas pelo PSB em nível algum. E é muito difícil colocarmos para a população essa identidade do PSB se não temos candidatos comprometidos e cientes de quais bandeiras estamos empunhando.

Também aqui um subitem dessa proposta que seria realizar, após a eleição, um curso de formação política e de atuação parlamentar de todos os nossos vereadores, e que esse curso fosse com uma periodicidade anual, para

que todos os nossos vereadores no Brasil inteiro tivessem uma unidade de ação.

Concluindo, gostaria de expor mais duas proposições. Uma delas é justamente essa que o Balduíno colocou agora, justamente de uma tese para empunharmos uma bandeira, para termos uma identidade nacional. A outra que o Partido Socialista Brasileiro desenvolvesse uma campanha de filiação dos jovens a partir de 16 anos, para colocarmos para a sociedade que o PSB também é um partido dos jovens. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Obrigado, companheiro Moisés, seu crachá, por favor.

Vou agora passar à Mesa para que possa responder as questões feitas.

Começaria pelo companheiro Pedro, por favor.

O SR. DEBATEDOR (Pedro Dallari) – Companheiro, se estivéssemos de comum acordo, acho que o interessante seria deixar fluir as intervenções e talvez ao final fazermos algumas considerações. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Se a Plenária concordar, para nós não tem problema. Como as questões são muito semelhantes dá para ir mais adiante.

Foi colocada uma questão à Mesa por uma companheira que para poder garantir socialismo no debate que fosse estendida a cinco minutos a intervenção de cada delegado. Submeto a esta Plenária. Nós estamos começando com três. (Pausa.)

(Não identificado) – Mostra quantas inscrições.

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Há aqui mais de 30 inscrições, visualmente contadas.

(Intervenções ininteligíveis.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Três minutos. Ok. Obrigado.

Por favor, o próximo inscrito é o companheiro Enivaldo Vieira. Encerraram-se as inscrições. Peço que se posicione próxima ao microfone a companheira Maria Vânia de Souza, como também o companheiro Roberto Silva de Almeida.

O SR. ENIVALDO VIEIRA (Delegado de Pão de Açúcar – Alagoas) - Várias observações feitas tanto por Ronaldo Lessa, nosso Governador, quanto por Balduíno. Infelizmente houve um equívoco de observações entre os dois quando um defendia um maior trabalho de 2000 e o outro apenas 2002. Um acha que é importante fazermos o Brasil a partir da base; outro acha que a base deve ter só uma escada. Infelizmente o segundo está errado.

Vimos a eleição para Presidente de 89, tivemos a chance de chegar ao segundo turno, porque o Brasil estava naquela época mobilizado totalmente contra o que acontecia aqui, porque tínhamos um Sarney que estava totalmente desprestigiado. Fomos pensar de cima para baixo duas vezes, sequer conseguimos o segundo turno. Ora, se pensarmos assim vamos ter sempre só competir, competir e competir e entregar o (ininteligível.)

Outra coisa muito importante, na verdade, como disse o companheiro Ronaldo, uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. (Risos.) Vejam vocês que por exemplo em Pão de Açúcar o PT pensa em coligar-se com o PFL, que dominou Pão de Açúcar em mais de 50 anos de ditadura. É brincadeira! Vamos ficar com PFL e PT? Não pode! Tem que ser outra coligação. Ou o senhor acha que não?

Então, uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa. (Palmas.) Infelizmente o PSDB ; é de Fernando Henrique, mas lá o próprio prefeito diz que ele também é contra Fernando Henrique e por conveniências está nesse partido. Vamos nos unir aos coronéis do passado, com o PT? O que diz o senhor?

Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Obrigado, companheiro.

Companheira Maria Vânia, Delegada de Pernambuco.

A SRA. MARIA VÂNIA (Delegada de Pernambuco) – Boa-tarde senhores da Mesa e Srs. Congressistas. É com muito prazer que volto a esta tribuna pela segunda vez hoje, porque o que disse de manhã foi justamente pensando não ter oportunidade agora de tarde e quis abrir um pouquinho de manhã essa discussão do problema partidário nos municípios.

Venho sugerir à Mesa seminários periódicos, já que o nosso debate é justamente para essa causa. Então por que não fazermos os seminários perió-

dicos, com capacitação das lideranças e dos nossos vereadores? É muito importante para que tenhamos aquela enorme bancada em 2000.

Em relação às alianças, acredito que devamos fazê-las com aqueles partidos que compartilhem das mesmas idéias, que estejam junto conosco nos municípios nos momentos em que precisamos nas votações dos nossos projetos, porque os vereadores lançam as propostas e os partidos as apóiam. Com esses partidos, então, que compartilham das nossas idéias, devemos, sim, fazer as alianças, porque com as alianças é que podemos garantir uma boa bancada.

Aconteceu o caso do PDT em São Paulo, mas são coisas que qualquer um de nós pode passar, é um vacilo que damos, mas não significa que daqui para a frente todas as nossas alianças serão acidentais, preocupantes, como foi aquela.

Gostaria que o nosso Eduardo Campos estivesse aqui, porque estou representando o pessoal que vem de Pernambuco. Viajamos 36 horas em ônibus, todos cansados, mas aqui viemos para prestigiar o nosso Arraes, que é corpo e alma do PSB. (Palmas.) Quando vemos agora, amanhã talvez bater chapa com nossa companheira Erundina, eu me preocupo não porque Arraes possa ganhar, ou ela ganhar. Não podemos divergir de forma a ter uma destruição do nosso partido, porque essas duas lideranças no Brasil são enormes e são nossas do PSB.

Então para nós, do PSB, é uma honra termos Luiza Erundina, uma mulher batalhadora, que vem lutando pela mulher brasileira, e termos Arraes, que há 40 anos constrói essa luta em prol do povo carente e sofrido, não só do sertão do agreste de Pernambuco, mas do Brasil. (Palmas.)

Outra preocupação minha em relação a Pernambuco é que Dr. Arraes perdeu a eleição para Jarbas Vasconcelos, mas sabemos das retaliações que ele sofria neste Congresso Nacional, porque nós temos um ex-governador do Estado que hoje é Vice-Presidente da República, temos e tivemos várias vezes Inocêncio Oliveira como representante nesta Câmara Federal e que nada fez para ajudar Dr. Arraes a melhorar o Estado de Pernambuco. Então fica difícil fazermos um governo com duas pessoas tão fortes atrapalhando.

Eu gostaria de pedir o apoio de todo o PSB para que a bancada feminina nas eleições de 2000 possa ser a maior possível, para que possamos unir forças elegendo Erundina em São Paulo, porque as mulheres tendo Erundina

Como disse no início, então, é pouco tempo, no entanto proponho a este Congresso que inclua a bandeira da participação da elaboração do orçamento público, tanto em relação à receita como a despesa. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Companheiro Gidelson, por favor. O próximo será o companheiro Luiz Carlos Sinelson, de Goiás.

O SR. GIDELSON FELÍCIO DE JESUS (Delegação da Bahia) - Companheiros, essa questão dos desafios para as eleições de 2000 não podemos apenas falar das eleições de 2000 sem falar de organização partidária, sem falar de estruturação do PSB. Não dá para apenas, e aí infelizmente, companheiro Balduíno, dentro dos cinco temas que estamos discutindo hoje não temos organização partidária, temos temas genéricos onde necessariamente não se abre a discussão da própria estrutura interna do PSB. E aí é preciso fazer uma ponte entre a discussão das eleições e do comando do partido.

Quero aqui tratar com muita tranqüilidade porque sou da época que conheci Ronaldo Lessa companheiro de luta, vereador de Maceió e que passou a ser prefeito e hoje é o grande Governador que o PSB tem. Mas tenho que entender que o companheiro Ronaldo Lessa não deve ser encarado para os companheiros como mito, como algo intocável. Estou citando o exemplo do Ronaldo como de qualquer outra liderança, como o Prefeito Célio de Castro, como o Governador Arraes, como a companheira Erundina.

É preciso quebrar internamente esse mito porque todos nós aqui somos companheiros e é preciso ter esse tratamento de companheiro para que exerçamos essa prática interna. Aí é preciso criticar, porque às vezes vamos a um congresso nacional, achando que aqui é apenas para jogar seda, apenas para elogiar a direção nacional. E também não estamos aqui só para fazer crítica. Reconhecemos os erros das municipais, das regionais, mas é preciso ter aqui o contraponto, no sentido de fazer autocrítica e de buscarmos encaminhamentos mais corretos para este partido, do contrário estaremos aqui nos próximos anos num verdadeiro marasmo.

Então essa questão da direção nacional, da condução, é preciso que na perspectiva das eleições municipais, se é consenso dentro de cada Estado e de cada município, esse Congresso não pode deixar de sair com a posição unificada em defesa da reeleição da companheira Kátia Born, em Maceió, da reeleição do companheiro Célio de Castro, em Belo Horizonte, da companheira Wilma

Faria, em Natal, da companheira Luiza Erundina, em São Paulo. Estou citando alguns companheiros que este Congresso tem de aprovar por unanimidade, do contrário, se é para fazer jogo, se não temos confiança em qualquer que seja esse quadro, se buscamos ampliar esse partido e temos qualquer vacilo, qualquer dúvida quanto à importância desses companheiros na nossa estrutura é fundamental que antes que os companheiros se filiem não permitem a filiação.

Então, se tivermos qualquer dúvida quanto a isso é preciso que essa dúvida seja dirimida neste Congresso. É preciso aprovar por unanimidade e respeitar as instâncias municipais e regionais. Não dá para entender que venha lá na frente qualquer surpresa de qualquer tipo de manobra com qualquer um desses companheiros. É preciso colocar o PT no lugar que merece, porque nós somos aliados, temos respeitados demais. Agora, onde o PT pode, passa o trator em cima de nós.

É preciso, portanto, deixar essas posições com muita firmeza e buscar sim, onde puder fazer coligação, mas onde tivermos condição lançar candidatura própria.

Só para encerrar, chamo atenção da nova direção nacional para que pense que já temos um pouco a padronização mas é fundamental que tenhamos uma padronização mínima do visual do partido. Foi dita aqui a questão da televisão, mas a marca do partido inclusive uma assessoria para que esses companheiros possam ter uma marca unificada no País e na eleição para Presidente tenhamos isso conhecido.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Por favor, o próximo companheiro é Luiz Carlos Sinelson, de Goiás. E por favor se posicione o companheiro Luiz Garcia da Silva, Delegado de Goiás.

O SR. LUIZ CARLOS SINELSON (Delegado de Goiás) – Saudações socialistas coletivas e individualmente. Somos de Águas Lindas, de Goiás, e a nossa localidade tem algumas peculiaridades que eu gostaria de colocar para a Mesa e, se possível, o governador e demais debatedores pudessem nos dar alguns conselhos a respeito disso.

Águas Lindas foi emancipada há 4 anos, então não existe nenhuma força política consolidada. Atualmente o nosso quadro é de 16 partidos políticos numa cidade onde com todo esforço estima-se que se consiga 25 mil

não existe, PMN tem um vereador mas é malandro, e outros partidos também não existem. Então quero deixar a seguinte proposta para Mesa: as coligações com outros partidos deve ser aprovada pela Executiva Municipal de cada Estado e com a confirmação da Executiva da Nacional, para que evite que nos pequenos municípios se percam vários companheiros. E já que o PSB quer ter candidato ao Executivo em todo o Brasil, que mudemos aqui neste Congresso pelo menos para o Executivo a maneira de se candidatar ao Executivo no caso de prefeito.

Que cada filiado do PSB, em cada município, possa-se lançar como candidato a prefeito, a menos que tenha dois ou três candidatos do PSB, aí o diretório municipal entraria para discutir a questão de qual seria o melhor candidato para o PSB. De maneira que ficaria livre para o filiado postular uma candidatura.

Então essa é a proposta que eu deixo. O Governador disse que só colocamos a proposta se ganharmos bem, então peço que olhe bem.

Mas quero deixar uma pergunta para o Governador Ronaldo Lessa. Ele mostrou o exemplo de Cuba, onde o capitalismo está entrando na questão hoteleira, sendo gerenciado pelo Fidel. Então quero que o governador coloque para todos os presentes qual é o socialismo do PSB para o Brasil.

É essa a minha pergunta. No mais, muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Companheiro Leonardo, por favor. A seguir será o companheiro José Messias de Andrade Júnior.

O SR. LEONARDO TRINDADE (Delegado do Amapá) – Em nome do Governador Ronaldo Lessa quero saudar a Mesa, em nome dos companheiros congressistas do Amapá quero saudar a todos os presentes.

Quero resumir. Quando se discute essa questão dos problemas internos do PSB a primeira coisa que me vem à cabeça é a democratização do partido. Temos de repensar o partido de forma grande, de Brasil. O PSB está do Oiapoque ao Chuí e ele tem de pensar dessa forma, tem de ser grande. Não podemos pensar no partido localizado em uma só região do Brasil. O PSB tem de ser nacional em toda a sua estrutura, principalmente na Executiva Nacional do partido. Temos que democratizar o PSB para podermos atingir o nosso objetivo.

O companheiro Balduíno falou a respeito do perfil de um candidato do partido para as eleições presidenciais. Isso é válido, mas o que temos de pensar é em um programa socialista, um programa que realmente tenha a cara do PSB. Aí sim, poderemos escolher o perfil de um candidato que se encaixe com esse programa, porque até hoje a Executiva Nacional não apresentou para nós nenhuma proposta de um programa que seja realmente socialista, para que possamos brigar por isso, porque toda vez vamos atrás do PT, vamos à reboque do PT, porque não temos um programa definido. E este Congresso tem a responsabilidade de definir esse programa, porque é o maior Congresso da história do PSB. (Palmas.) E o partido tem que sair daqui como partido grande, que pense grande.

Quero também pedir que a Nacional pense mais um pouco nos companheiros que estão nos Estados, nas prefeituras, os vereadores, porque tenho certeza de que a Nacional não sabe o que acontece na maioria dos municípios e dos Estados, não apóia os programas dos Estados. Esse é um exemplo que acontece em todo o Brasil. A Nacional não dá orientação para nossos vereadores, para nossos deputados estaduais, para nossos governadores e prefeitos. Então temos que pensar grande e pensar como Brasil, não pensar apenas como partido que vai à reboque dos outros.

O PSB tem que lançar candidato a Presidente sim e temos que lançar candidato em todos os Estados e em todos os municípios. Saudações socialistas a todos. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Companheiro José Messias, por favor, e a seguir o Companheiro J.J. Ribeiro.

O SR. JOSÉ MESSIAS JÚNIOR (Presidente do PSB de Teresina, Piauí) – Primeiro, gostaria de parabenizar a composição da mesa, realmente de excelente qualidade, com o Governador Ronaldo Lessa, Gustavo Balduíno, Pedro Dallari e o Deputado Eduardo Campos que teve que se ausentar.

Na realidade eu gostaria de fazer uma intervenção em cima da falação do companheiro Balduíno, porque preocupa-me muito essa idéia de candidatura própria em todos os níveis já a partir das eleições do ano 2000, ou seja, que peguemos isso como regra geral. Tenho essa preocupação. Acho que devemos estudar caso a caso, cada localidade.

E aí vou dar o exemplo do meu município, Teresina. Lá temos 33

candidatos a candidatos a vereadores, mas juntos, infelizmente, não vamos ter condições de fazer a legenda. E temos 2 ou 3 que têm condições, numa aliança proporcional, de disputar e ganhar e, pela primeira vez, em Teresina, capital do Estado do Piauí, termos um vereador. E aí como fica a situação? É uma preocupação que tenho.

É óbvio, e aí quero concordar com o Governador Ronaldo Lessa, que o partido não pode crescer a qualquer custo, é claro que não. Mas faz-se necessário, sim, participarmos do parlamento, do Executivo e não perder essas chances. E a política de aliança é, sim, necessária.

Quero concluir, reforçando o que foi discutido no seminário de políticas públicas municipais, onde o Pedro Dallari colocou, com muita precisão, que temos de ter critérios para ser candidato do PSB. E o critério mais importante é a empatia com o partido, é estar orgânico no partido, participar das suas atividades, de seminários e reuniões. E aí vêm os outros dois critérios que são a densidade eleitoral e o mínimo de estrutura.

É isso aí e o PSB rumo às eleições do ano 2000. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Obrigado, companheiro, seu crachá, por favor.

O próximo é o companheiro J.J Ribeiro e já se posiciona o companheiro Alexandre Miranda, do Rio de Janeiro. Três minutos, companheiro.

O SR. J. J. RIBEIRO – Apenas três minutos. Os desafios político-eleitorais do PSB: planejamento das eleições municipais, política de aliança. Quando vi esse tema eu disse: é lá que vou me inscrever. Já fui tão contemplado pelos companheiros que falaram anteriormente que vou falar apenas quinze minutos.

Fiquei feliz da vida quando ouvi o companheiro Ronaldo Lessa falando e também o companheiro Gustavo Balduíno e vi que não sou eu apenas o preocupado com o crescimento do partido. Para identificar mais, lembro-me quando o companheiro Jamil Haddad era Ministro nessa época fizemos mais ou menos em torno de 120 prefeitos. E questionei no gabinete da nossa liderança: que bom, fizemos 120 prefeitos. Crescemos! Agora, será que daqui a 6 meses nós continuaremos a ter 120 prefeitos ou o nosso partido foi apenas usado como trampolim para pessoas que não têm nenhuma identificação com o nosso partido? (Palmas.) E nós permitimos.

Então crescer nos interessa e devemos crescer, mas devemos obedecer determinados critérios de crescimento para que não sejamos sempre trampolim. Tenhamos 120, 500 prefeitos, mas que tenham identificação e compromisso com o Partido Socialista Brasileiro, para que possamos crescer com qualidade e com companheiros defendendo as propostas socialistas do nosso partido. E não permitirmos jamais que continuemos sendo apenas trampolim.

Companheiros, essa preocupação é latente em todos nós e fiquei feliz quando vi companheiros da figura de Ronaldo Lessa, um líder nacional inquestionável, e tantos e tantos que vieram aqui com essa preocupação. O que devemos ter para que possamos falar a mesma linguagem em nível nacional é um programa unificado para a saúde, para transporte, para habitação, para economia, porque infelizmente não temos. Devemos nos manter com essa preocupação e exigir da direção nacional um programa para que tenhamos a linguagem única e continuemos com a preocupação de termos um crescimento sim, mas que trampolim não.

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Obrigado, companheiro J.J. O próximo é o companheiro Alexandre. Peço que se posicione o companheiro Antônio de Paula Marques da Silva.

O SR. ALEXANDRE MIRANDA (Delegado do Rio de Janeiro) – Saúdo a Mesa e aos congressistas aqui presentes. Destaco um ponto para que seja acrescentado nesse programa mínimo apresentado pelo nosso companheiro Gustavo, que são: o programa para se tratar do caso da moradia e do sistema financeiro de habitação, que deixa muitos com sérios problemas e que tem sido há alguns anos responsável por várias matérias nos jornais a esse respeito.

O segundo é um outro ponto que temos de defender e que tem de estar nesse programa por ser outra questão nacional, que é o ensino público gratuito e de qualidade. Não podemos deixar que Fernando Henrique Cardoso e sua turma privatizem o ensino, como está querendo fazer com as universidades, sempre reduzindo cada vez mais os recursos a elas destinados. Peço então que seja anotado como ponto de estudo e avaliação a inclusão destes dois pontos: moradia e o ensino público gratuito e de qualidade.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Obrigado, companheiro.

Companheiro Antônio Marques e peço que se posicione a companheira Lélis da Silva Mota.

O SR. ANTÔNIO DE PAULA MARQUES DA SILVA – Boa-tarde. Quero parabenizar em primeiro lugar a riqueza e a pluralidade deste Congresso. Vimos aqui acontecer o Congresso da Juventude, o Congresso das Mulheres, o Congresso do Movimento Sindical. Essa é uma conotação de que o partido cresce, se organiza e se torna orgânico.

Mas quero me ater à questão das coligações. De certa forma acho um maniqueísmo quando se fecha a questão em torno de alguns partidos que têm o rótulo de esquerda mas seu conteúdo é de direita. Não podemos pensar que nacionalmente o PSDB, o PMDB e o próprio PPS se diferenciam ou que são iguais em todas essas instâncias. Não podemos pensar assim. Pensar assim é ter uma questão fechada. Devemos ter coligações nos municípios com setores, porque PPS, PMDB não se diferenciam nacionalmente de PFL ou de PPB. Devemos, sim, ter coligações mas com setores.

Outro fator que me deixou feliz foi a preocupação desse partido com a construção de bases. Não podemos imaginar um partido orgânico sem um processo de informação contínua e permanente. Se não agirmos urgente nesse processo de qualificar, de identificar seus líderes, para que possamos introduzi-los nas campanhas, os elegermos e depois tê-los como filiados a esse partido como uma identidade partidária, o importante não é elegermos, mas manter a eleição e a coerência do partido.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Obrigado, companheiro. Seu crachá.

Companheira Lélis da Silva Mota, por favor. Peço que se posicione o companheiro Weiner Viana Machado.

A SRA. LÉLIS DA SILVA MOTA – Cumprimento a todos e a minha falação é no sentido de reforçar a clareza realmente de um projeto para o nosso partido. Costumamos usar muitos chavões, o tempo todo falamos na oposição: neoliberalismo e socialismo mas no âmbito popular essa questão não é clara. Então, deveria ser realmente um trabalho do nosso partido a explicitação de qual é o socialismo que o PSB de fato deseja implantar no Brasil.

Nessa questão da definição de uma proposta quero falar da educação mas não dessa forma genérica, porque qualquer partido fala de educação, mas qual é a face, a fisionomia real da educação socialista. Então eu gostaria que fosse incluído nessas definições muita clareza sobre como uma socialista pensa um projeto de educação para o Brasil.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Obrigada, companheira.

Companheiro Weiner, por favor. Depois a companheira Mona se posicione, por favor.

O SR. WEINER VIANA MACHADO (Vereador de Santana do Livramento, RS) – Companheiro, saúdo a Mesa e os demais congressistas. Sou vereador em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, fronteira com Rivera, no Uruguai, onde se realizam amanhã as eleições do Uruguai, para a qual contribuímos muito na campanha do companheiro Tabaré Vasquez. E esperamos evidentemente sua vitória amanhã.

Mas quero aqui afirmar algumas questões importantes e que as duas manifestações, tanto do Lessa quanto do Balduíno, foram importantes. Quero dizer da importância que tem um programa do partido, um programa que nos unifique do Oiapoque ao Chuí. Isso é que é importante, afirmar o nosso programa. Um programa que ratifique a participação popular através dos conselhos municipais. Os conselhos municipais devem chamar a população para que venha participar efetivamente e decidir os rumos das ações dos municípios e esse deve ser uma das plataformas que temos de afirmar como participação efetiva da população, buscando de fato a sua inserção naquilo que lhe diz respeito.

Uma questão que quero ressaltar é que o perfil dos canditados é importante. É o candidato que tem de ter um compromisso com a ética, com a moralidade, um compromisso de estar presente no movimento sindical, no movimento popular, nos movimentos de base da nossa população. Isso é importante afirmar como perfil dos candidatos socialistas no ano que vem.

Evidentemente também lançar candidaturas próprias onde tivermos condições e, isso sim, construir desde ontem, companheiros, a nominata dos nossos candidatos a vereadores, porque não temos o dinheiro para combater

as candidaturas que aí estão e que vão se postar ano que vem, já se preparando para 2002. Então é importante afirmar isso, companheiros.

E não nos esquecer de que alguns aliados dessa eleição do ano que vem serão adversários em 2002. Por isso é importante definir, sim, qual é o nosso campo de aliança. O nosso campo de aliança está definido, companheiros, são companheiros comprometidos com a luta social, com a luta e o combate a esse programa que está aí implementado e danificando a população brasileira.

O importante é afirmar que o PSB tem uma proposta, sim, que visa e que resgata a dignidade do povo brasileiro. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Muito obrigado, companheiro.

Companheira Mona, com a palavra. Companheiro Ronaldo Damassi por favor se posicione.

A SRA. MONA – Boa-tarde a todos os companheiros deste Congresso, aos companheiros da Mesa, estou muito feliz com esta Mesa e fiquei muito tranqüila com a fala dos dois companheiros, tanto do companheiro Pedro Dallari quanto do Balduíno também, porque na fala do Balduíno ficou clara e evidente a sua preocupação, o seu compromisso com a autonomia dos municípios e o tratamento igual para os municípios e as grandes capitais. Mas infelizmente no seu texto isso não está claro. Portanto, eu lhe peço, a partir da sua fala e do seu compromisso, que reveja isso no texto, para que não tenhamos que enfrentar problemas futuros. O meu destaque é somente esse.

Quero também dizer a uma companheira que está muito angustiada, que já antecipou aqui o seu sentimento em relação à disputa, considerando que disputa é destruição, isso não existe em partido de esquerda, em movimento. Portanto, considero que uma disputa é salutar, é disputa de idéias, de projetos, não é para imobilizar o partido, mas fazer com que o nosso partido seja forte e que de fato possamos ocupar na sociedade brasileira aquilo que ela espera de nós.

Vamos para a luta, vamos para o embate, mas nada de destruir os companheiros que se construíram na história brasileira deste País. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Muito obrigada, companheira Mona.

Companheiro Ronaldo Damassi e o próximo é o Edmilson Batista, a quem peço que se posicione, por favor.

O SR. RONALDO DAMASSI (Vice-Prefeito de Mazagão, Estado do Amapá) - Aproveito o momento para congratular-me com a Mesa e com todos os congressistas presentes, do Oiapoque ao Chuí. Neste momento ratifico todos os posicionamentos, os parâmetros encontrados neste Congresso desde ontem até o presente momento, estendendo-se até amanhã, mas gostaria também de dizer e ratificar que a formação política é muito importante e que a valorosa Fundação João Mangabeira, que apresentou um trabalho muito bonito, que seja exatamente usada como instrumento de divulgação de tudo que ocorrer em nível das decisões tomadas pelo PSB.

Que o PSB também apresente um programa nacional consistente, para Estados e municípios, objetivo e prático também. Além disso, temos de dar o primeiro passo. Se não dermos o primeiro passo não vamos chegar a lugar algum, mas é para isso que estamos aqui discutindo em todos os níveis, respeitando toda a cidadania, defesa dos interesses do povo.

É um momento inédito, é uma situação arrojada e corajosa de todos que estamos aqui e principalmente os amapaenses, que tivemos o arrojo, a coragem e o ineditismo de vir defender uma tese por um Brasil melhor, por um Amapá melhor.

Muito obrigado a todos.

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Obrigado, companheiro Ronaldo.

Companheiro Edmilson Batista, por favor. O próximo será o companheiro Francisco Pereira.

O SR. EDMILSON TAVARES – Senhores, o meu nome ali está Edmilson T. Batista, mas o meu nome é Edmilson Tavares, não se esqueçam disso. Os quatro cantos do Brasil lembrarão desse nome no futuro, não tenham dúvida disso.

Gostaria de dirigir minha palavra ao companheiro Ronaldo Lessa, uma criatura a qual o Rio de Janeiro abraça lá do outro lado, pela postura de homem público que és, por tudo que estás sendo no momento dentro de um partido que hoje marca a história de um povo sofrido, que está à mercê da

marginalidade e da miséria e muito mais ainda como já dizia o poeta: há mais brilho nas letras de um analfabeto do que as estrelas em sua constelação.

Quero salientar a todos os congressistas nesta tarde e aos nobres e ilustres companheiros que sairão candidatos a vereadores que levem a bandeira do PSB nos quatro cantos deste País, para que o partido saia fortalecido nessas prévias eleições, para reforçarmos uma candidatura de fato e de direito ao Palácio do Planalto, para acabar com essas tetas, essa vergonha que este País vive. Vamos perguntar para ele onde foi o dinheiro das privatizações deste País e que até agora nada foi feito no campo social. Vamos lutar, companheiros, para sentar essa gente, confio em Deus, no banco dos réus, para responderem por que tanta indignidade e insatisfação com o povo.

Já dizia o companheiro Fidel Castro, numa palestra na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o que finalizarei minha falação. Ele disse: o meu país tem 80% de pessoas pobres — o Brasil tem muito mais ainda, porque 5% detêm a economia do Brasil — mas nenhuma dessas pessoas deve um centavo ao FMI, ao Banco Mundial. E é isso que eu gostaria de deixar no término dessa falação neste Congresso.

Ronaldo Lessa, Edmilson Tavares estará sempre disposto, meu irmãozão, a te ajudar, porque sei que o seu é um Estado mísero e pobre, mas com a compostura de um homem pública está mostrando tudo aquilo que um dia nós sonhamos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Muito obrigado.

Companheiro Francisco, peço sua compreensão no seguinte sentido. Como havia sido avisado desde o início da nossa plenária, o companheiro Pedro Dallari vai precisar descolar-se para viajar neste momento. Peço que tenhamos a compreensão nesse sentido e façamos uma interrupção para os inscritos, para que possamos ouvir as palavras finais do companheiro Pedro Dallari, depois podemos continuar eu e o companheiro Ronaldo Lessa, com os outros companheiros que aqui estão e falaremos após isso.

Por favor o companheiro Pedro Dallari.

O SR. DEBATEDOR (Pedro Dallari) – Serei extremamente breve, companheiras e companheiros. Fiquei realmente muito entusiasmado, co-

mentava com o Governador Lessa, com a riqueza deste debate. É impressionante, as pessoas vêm de muito longe e expressam um acúmulo de discussão muito interessante, ou seja, tem história, tem debate, tem vivência, que é uma coisa muito gratificante.

Houve apenas uma intervenção que fez referência expressa a algo que havia dito em outro seminário há algumas semanas em Brasília, e que julgo por bem esclarecer. Havia dito que estaria me opondo a que Luiza Erundina percorresse o Brasil, visitando os outros Estados e Municípios. Explico: sou Presidente do Diretório Municipal da Capital de São Paulo. Luiza Erundina é candidata a prefeita na cidade de São Paulo. Então é evidente que expresso o desejo dos socialistas da cidade de São Paulo de ter o máximo possível a nossa candidata na nossa cidade. Mas isso é natural, está certo? (Palmas.) Jamais acharia que vamos construir o partido numa cidade se não o construirmos nacionalmente. E se há algo que motiva os socialistas em São Paulo, hoje, com a candidatura de Luiza Erundina a prefeita é a percepção que temos de que isso pode ser importante para ajudar o partido a se consolidar nacionalmente. Esse é o nosso propósito.

Então peço desculpas mais uma vez por sair cedo, mas quero deixar realmente um abraço carinhoso e a minha satisfação por estar neste momento, agradecer aos meus companheiros de Mesa também a compreensão e declarar muito claramente para vocês:

Viva o PSB, companheiros! (palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Obrigado, companheiro Pedro.

Por favor o companheiro Francisco, dando continuidade ao nosso debate. O próximo por favor é o companheiro Vanderlei Hagi, Delegado do Rio Grande do Sul desculpe-me se não fiz a pronúncia correta.

O SR. FRANCISCO PEREIRA – Na pessoa íntegra, idônia e desse homem aguerrido, Governador de Alagoas Ronaldo Lessa, saúdo a todos que fazem parte da Mesa. Tinha até deixado uma anotação ao Dr. Pedro Dallari que cuidasse da vida senão iria perder sua condução para São Paulo e sua esposa é muito brava e teria que chegar cedo.

Só nesse contexto, para enriquecer o programa do PSB, gostaria que a Mesa apreciasse...

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Só um minutinho, companheiro Francisco.

Companheiros e companheiras, estamos nos encaminhando para a conclusão da nossa plenária. Pediria um pouco mais de paciência, sei que é cansativo um dia inteiro debatendo, mas é fundamental para nosso partido. Temos aqui mais três inscritos e quero fazer esse apelo no sentido da atenção ao orador que esteve aguardando até este momento para ter sua oportunidade e teve a educação de aguardar a todos nós que falamos antes.

Peço aos companheiros um pouco de paciência e atenção ao orador.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Delegado de Paraíba)– Muito obrigado. Na pessoa de Gilvan Freire, ex-Deputado Federal e futuro novamente Deputado Federal, a quem represento e toda a nossa querida Paraíba saudamos os demais congressistas de todo este querido Brasil. (Palmas.)

Nas eleições da Executiva Nacional, que ocorrerá amanhã, seja quem for o escolhido a fazer parte do PSB, a tocar os destinos do nosso tão querido partido, seja Luiza Erundina ou Miguel Arraes de Alencar, apenas desejo vida longa e qualquer que seja o vencido ou vencedor, não haverá nenhum dos dois, que se unam as forças e as experiências que têm para tocar o barco nessa caminhada difícil que é o fortalecimento e as reivindicações que devemos fazer em nosso País.

Só para deixar um registro à Mesa e para encerrar, temos em nossa cidade um governo do PSDB/PFL. Criamos o PSB local, temos clara essa oportunidade de fazer três novos vereadores. Aí pergunto: devemos romper com a situação e apoiar a oposição lá existente ou marcharmos juntos e logo depois traçar um trabalho dentro das diretrizes de base do PSB?

Para finalizar e endossar as reivindicações no contexto nacional dos meus amigos amapaenses, deixo esta pequena frase para todos: Um partido forte e soberano faz-se com todos de massa como eu e você. Nas próximas eleições, venha a Brasília ver, o Presidente da República será do PSB!"

Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Muito obrigado, companheiro. O companheiro Vanderlei é o próximo inscrito.

Peço ao companheiro José Ferreira da Silva que por favor se posicione.

O SR. VANDERLEI HAGI (Presidente da Câmara da cidade de Paraobé, Rio Grande do Sul) – A minha saudação inicial à Mesa e a todos os companheiros congressistas do PSB de todo o País.

Sou Vereador, Presidente da Câmara da cidade de Paraobé, no Rio Grande do Sul e como tal venho aqui trazer a minha preocupação com relação ao que aqui foi dito, ou seja, a questão do centralismo das decisões em relação às coligações, ao campo de coligações possíveis ao nosso partido.

Ali no caderno de teses, por exemplo, trago isso só como um exemplo, é claro que isso não se enquadra nos demais municípios, em alguns talvez, em outros não, mas ali foi colocado como possível a coligação com o PMDB. Lá no nosso município isso é totalmente inviável, em função da prática política desse partido. E acredito que em outros tantos municípios deste País.

No nosso município também seria muito mais fácil e mais útil para a causa socialista buscarmos o apoio do PTB, que é da direita em nível nacional. Só que nós precisamos também ter consciência de que na grande maioria dos municípios do interior os agentes políticos partidários não têm exata consciência, a compreensão de que posição têm, se são da esquerda ou da direita. Isso não é com relação ao nosso partido. Estou falando daqueles que aderem a outros partidos. Então, há que se ter cuidado nesse sentido de proibir nosso partido de buscar essas alianças, esses apoios.

Porque vejam os senhores, companheiros socialistas, sabemos que precisamos crescer. Temos a necessidade de crescer, o PSB precisa crescer, pois queremos ser e ter uma opção de poder para 2002. Agora, antes disso vem 2000 e só seremos essa alternativa de poder se tivermos na maioria ou quem sabe na totalidade dos municípios deste País pelo menos um vereador. Nós temos de ter essa consciência, porque o vereador é, isso sim, o primeiro degrau da escala política do nosso País. Então não podemos ter medo de crescer, nós temos que crescer. (Palmas.)

Claro, nunca vamos negar nossa condição socialista. Agora, é preciso que tenhamos em mente a necessidade de parar de olhar para o nosso umbigo, imaginar se ele deve andar para a frente ou para trás, ou ficar estacionado. Temos de olhar para cima e para a frente, levando assim a nossa causa, o nosso partido rumo à vitória em 2002.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Muito obrigado, companheiro.

Companheiro José Ferreira e se posicione por favor a companheira Ivone Moreira.

O SR. JOSÉ FERREIRA (Delegado de Cuiabá) – Boa-tarde a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do Governador Ronaldo Lessa. Quero neste momento dizer da satisfação de estar participando pela primeira vez de um congresso do PSB.

Saí candidato a vereador nas últimas eleições, numa aliança de uma frente política, graças à qual o PSB de Cuiabá elegeu dois vereadores e, a partir daí, passou a dar visibilidade ao partido. Quero dizer que são importantes as alianças, mas deixo à Mesa uma sugestão, como delegado e como 2º Vice-Presidente do PSB de Cuiabá. Que as alianças políticas façam-se às claras, que se façam com a participação dos membros da Executiva e do Diretório, para que os compromissos, objeto dessas alianças, possam ser cobrados *a posteriori.*

Muito obrigado e até outra oportunidade. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – Obrigado, companheiro José.

Companheira Ivone, por favor e a seguir o companheiro Ricardo Machado, o último inscrito.

A SRA. IVONE MACHADO (Delegada de São Paulo) – Companheiros, quero cumprimentar o teor das teses apresentadas, contidas nesse documento de tantos anos de luta dentro e fora do Partido Socialista. Esse é o primeiro documento que dá para se desdobrar em verdadeiras obras sobre o socialismo. Mas ainda há muito a fazer.

Quero propor com objetividade, porque muitos anos de militância fora do partido, praticando o socialismo, nos impede de sermos lacônicos e em três minutos dizer o que pensamos. Então quero fazer aos companheiros, principalmente aos companheiros socialistas de base, aos companheiros sindicalistas, aos companheiros que estão lá na periferia, na favela, nos cortiços, nas filas de ônibus, principalmente na minha cidade de São Paulo, onde há uma dificuldade tremenda fazer socialismo, e dirijo-me aos intelectuais do partido.

Socialismo se faz na base e na cúpula, mas é preciso saber como fazer

socialismo, companheiros. A minha pequena contribuição para este 7º Congresso é resumida em alguns pontos, que aí estão à disposição, mas os conservadores, o capitalismo internacional com a direita infiltrada no partido está usando e nós, socialistas, estamos tendo dificuldade e muitos não sabem olhar onde o socialismo deve estar. É aqui que os socialistas devem estar e operar, partir para a ação.

Portanto, a minha pequena contribuição por São Paulo é que a Direção Nacional, acima de tudo, seja socialista e pense que estes são alguns dos instrumentos para se fazer socialismo. Primeiro, rádios comunitárias. Temos de desenvolver as rádios comunitárias e tê-las para fazer o socialismo, senão vai ser muito difícil, porque a mídia faz a cabeça da população, inclusive usando a religião para fazer uma verdadeira lavagem cerebral e dar ilusão para a população do Brasil. (Palmas.)

Segundo, peço aos companheiros da Mesa que anotem isso como proposta: criação de cursos de capacitação política nos 27 Estados do Brasil.

Terceiro, que este Congresso decida pela inclusão do Partido Socialista Brasileiro na Internacional Socialista e mantenha constantemente comunicação com os companheiros dos partidos socialistas.

Quarto, um repúdio ao boicote econômico que fazem aos companheiros cubanos, porque é muito difícil, minha gente, ver a situação daqueles companheiros. (Palmas.) Passamos lá um bom tempo. Lá os valores são outros, nenhum companheiro entra no Partido Socialista e trai. Aqui nós temos companheiros em vários Estados traidores do Partido Socialista. (Palmas.)

E aqui quero perguntar aos companheiros, a título de reflexão: somos socialistas? Somos, porque estamos aqui. Mas a reflexão que deixo e a prática socialista me faz perguntar o seguinte: qual socialismo? O socialismo pequeno burguês? O socialismo de gabinete com ar refrigerado? Ou o socialismo dos trabalhadores deste País? O trabalhador que ganha um salário mínimo não tem tratamento de gente, minha gente!

E nós estivemos fazendo um trabalho em alguns Estados do Nordeste e nas frentes de trabalho um homem ganhar 40 reais por mês! Onde está a Nacional do Partido Socialista que não interfere nisso? (Palmas.)

Meus elogios à Direção Nacional, junto com as críticas. Perdoem-me, companheiros, mas ser socialista é atuar diuturnamente. Não se faz e não se

pratica socialismo somente em época de eleições, em época de congressos. Fazemos diuturnamente.

E às companheiras mulheres, nós educamos os homens e os geramos. Portanto, viva o socialismo neste País e não o socialismo burguês! (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Gustavo Balduíno) – O companheiro Ricardo Machado encontra-se presente? (Pausa.)

Companheiros, algumas questões para encaminhar para nossa conclusão. Primeiro, quem tiver alguma contribuição por escrito a este Plenário por favor apresente à Mesa, à companheira Regina, porque facilita a sistematização das idéias. Sobretudo aqueles que apresentaram do microfone. Nem sempre é possível captar todas as idéias, escrevendo a partir da oratória.

Quero consultar se o companheiro Ricardo Machado, da delegação de Goiás, está presente. (Pausa.)

O crachá do companheiro Ricardo Machado está aqui, procure comigo, pois só vou entregar para ele.

Companheiros, tive a grata tarefa de no meio da nossa plenária ser um debatedor e também acabar assumindo a presidência que imaginava temporária e foi permanente até este momento. Nesse sentido peço desculpas aos companheiros que foram oradores por eventualmente ter sido um pouco ríspido no sentido de controlar o tempo, mas foi com o objetivo de garantir a fala de todos.

Então, como Presidente, encerro essa minha participação temporária e quero fazer minha intervenção final e passar ao Governador Ronaldo Lessa como expositor, para que concluio e passe suas idéias finais.

Alguns pontos foram abordados e agora me posiciono muito mais como um dos debatedores convidados para esta Mesa.

A questão da fusão parece-me consensual, pelo menos na Mesa. Ninguém aceita e ninguém sequer trabalha com essa perspectiva. Agora, ela foi colocada e remeteu a outras questões levantadas, que é a questão de comunicação, que é central na construção de qualquer projeto político, qualquer ação política, tanto para dentro do partido, que é um instrumento fundamental da democracia interna, quanto para fora do partido, que é um instrumento fundamental de afirmação da posição do partido na sociedade.

Fomos questionados por que não tivemos o programa eleitoral este ano, e todos os partidos tiveram. É preciso dizer que o programa não foi solicitado por quem tem obrigação no prazo devido. No ano que vem já está solicitado, vamos ter. Essa é uma questão objetiva, respondendo à questão posta.

Agora, quero dar uma informação que pode parecer novidade, mas demonstra exatamente a dificuldade que temos de comunicação interna no partido. Informo aos companheiros que temos um programa de governo nacional. Se lamentavelmente não se tornou de conhecimento do conjunto dos companheiros delegados, que dirá dos companheiros filiados, é um problema de comunicação interna que temos. E esse programa foi utilizado na mesa de negociação para formar a frente popular na última eleição com Lula. O PSB sentou-se com PT, com PCdoB e disse: nosso programa é esse. Nós temos um programa objetivamente. O problema é que não conseguimos divulgar, é um livro dessa grossura! Fala em educação, saúde, segurança, construído durante meses e meses e enviado a toda a direção estadual, com prazo de três meses para que enviassem contribuições. Três direções estaduais enviaram contribuição. Não podíamos deixar de produzir um programa porque não vieram as contribuições. Temos um programa sim, o que precisamos é garantir que ele seja de fato muito mais debatido e muito mais divulgado, para que ninguém pense que o PSB não tem programa. Essa é uma questão que tem de ser posta. Então o problema de comunicação é mais complicado. Tem total concordância com o orçamento participativo e outros pontos que podem ser incluídos num programa como esse.

Finalmente eu queria apontar a contradição que percebi no debate, que é a sua riqueza. A partir de posições do companheiro Pedro e de posições do nosso documento, parece paradoxal, uma redundância, a questão do controle das direções hierarquicamente superiores sobre a base ou as instâncias de base do partido. Ouvimos naquele microfone companheiros reclamarem da ação da Direção Nacional. A Direção Nacional não age como direção. No mesmo microfone ouvimos companheiros dizerem que a Direção Nacional tem de dar liberdade para as instâncias de base. É esse trabalho que temos de ter no exercício da democracia.

Quando a Direção Nacional deve agir como direção "centralizando", entre aspas, e quando devemos ouvir as instâncias de base. Quando digo nós no momento me colocando fora da direção porque até ontem era direção, até

a eleição da Mesa. É uma contradição que não tem resposta, não tem manual para isso. Só a garantia do debate democrático, contínuo, permanente da construção do socialismo que não se pode dar só nas eleições, concordo com a companheira aqui, muito menos em congresso, é que vamos mediar essa contradição que se coloca.

Quero deixar muito claro, expressando o companheiro Pedro Dallari colocou a manifestação e me passou uma proposta de redação com a qual tenho concordância, sobre qual deve ser o papel da Direção Nacional nas eleições municipais. Aí tenho a impressão de que resolvemos essa polêmica com a redação que ele colocou e simplificaria da seguinte forma: o partido tem de ter a cabeça sim e o corpo é muito importante. Agora, imaginem a dificuldade dessa cabeça se cada perna vai para um lugar?

Por outro lado eu colocaria da seguinte forma: autonomia tem de ser total, mas jamais se pode confundir com soberania. E qual é a diferença? É hoje neste Congresso, um ano antes das eleições, termos diretrizes. Dentro dessas diretrizes toda seção municipal, estadual, terá autonomia. Para fora das diretrizes será considerado soberania. E aí a Direção Nacional, em nome da unidade partidária, em nome da imagem de partido nacional, não pode permitir, seja qual for a direção. Por isso o partido tem de ter posições claras, para que desde já nossos companheiros lá na base, o filiado do Amapá ou do Rio Grande do Sul, tenha condição de se orientar politicamente e a partir daí o papel da direção nacional é acompanhar o cumprimento disso, porque se isso não ocorrer não vai ser uma posição contra a Direção Nacional, vai ser uma traição a qualquer companheiro onde se coloque no Brasil, porque estará diferente da posição deliberada no Congresso democraticamente convocado e pelo menos nesta plenário suponho que ninguém vai reclamar a oportunidade de participação.

Concluo minha participação nesta plenária com essas palavras e passo a palavra ao nosso governador para como expositor possa fazer suas considerações a respeito das intervenções e aquelas proposições que achar conveniente.

Reitero àqueles companheiros que têm sugestão objetiva, por favor, escrevam porque facilita a sistematização e passem à nossa companheira Regina, ali na ponta da mesa.

Governador, por favor. (Palmas.)

O SR. EXPOSITOR (Governador Ronaldo Lessa) – A intervenção do companheiro Pedro Dallari não registrei nada que pudesse fazer qualquer tipo de contestação, ao contrário. Acho que ele trouxe dois pontos que não tive a oportunidade de tratar com a clareza com que ele tratou e que quero comungar com seu pensamento.

Primeiro a questão do papel do Estado. Não podemos em hipótese alguma perder essa referência. Se isso, como ele disse, é privatização, eliminação de órgãos, a modernização, tudo isso é possível discutir, mas não podemos perder o eixo do papel do Estado, sobretudo num País onde as condições dos excluídos e a quantidade de pobreza é a do Brasil. Essa história do Estado mínimo é daqueles que defendem na verdade o livre mercado, como se o mercado pudesse resolver todas as contradições éticas, culturais etc. Isso só interessa aos ricos e aos poderosos. Então ele abordou bem e quero me associar a essa posição.

A questão das coligações também. Acho que não há uma regra geral. Gostaria que pudéssemos trabalhar na visão e aí começa a minha divergência com o companheiro Gustavo, com relação a isso. O Gustavo traz a tese, e não deve ser pedido de referência, de que não sejamos, na medida em que crescemos, o instrumento de não nos preocupar em olhar para dentro, exigir crescimento interno, para evitar as coligações nas quais façamos transferência, como o Pedro até mostrou o exemplo que ocorreu no PDT na eleição passada. Mas não podemos tomar como regra isso porque tenho receio de que caiamos no erro de achar que nós somos um partido e que nós vamos fazer essa mudança no País, que é necessária.

Temos de compreender que o PSB cresce, o PSB pode hegemoneizar, é possível que até tenhamos o Presidente da República muito mais cedo do que imaginamos, agora não podemos ficar na ilusão de que vamos fazer esse processo sozinho. E se começarmos a construir esse comportamento, é a única divergência que tenho, podemos começar a confundir esses outros partidos aliados com os partidos do campo, que no nosso entendimento são os nossos adversários principais. É essa avaliação. Eu não queria que isso fosse regra geral. Pode ser até orientação, concordo, mas não tome como regra geral. É esse o meu ponto de vista quanto a esse aspecto.

Quero agradecer ao Genivan, ao Moisés, o Enivaldo e o Roberto de Alagoas, que fizeram referência, ao Pedro Batista, ao Messias, ao Weiner, que

pediu para eu falar da questão da comunicação que ele não falou, mas ele trouxe um caso que foi aquela denúncia de duas folhas de um dia de domingo do Estadão, dizendo do escândalo de nepotismo em Alagoas, que eu tinha 32 parentes lá dentro, entre os quais 8 muito próximos. Ele dizendo que demorou 15 ou 20 dias para o partido responder. Bom, podemos ter essa agilidade, mas nós também de Alagoas demoramos a fazer isso. Eu não queria, portanto, tratar da responsabilidade do partido. É claro que Alagoas daquele tamanho para ocupar num dia de domingo duas folhas, e as folhas 2 e 3 do Estado de S.Paulo tem alguma coisa por trás. E tinha. Evidentemente tínhamos acabado de anunciar a loteria estadual, que vai de encontro a todo o submundo do jogo do bicho e o Estado tinha colocado os empreiteiros dentro de uma linha para acabar com o superfaturamento. (Palmas.) Aquelas folhas coram compradas, o Estado de S. Paulo se vendeu para poder fazer aquela lista de denúncia. E lamentavelmente quem entregou os 32 nomes, e eu digo como tirou, foi no computador na Secretaria de Administração e pediu: quero os cargos comissionados do PSB. A Secretaria de Administração deu ao Presidente do Sindicato da Polícia Civil, que é um membro do PT. E naqueles nomes têm 32 Lessa. E aí ele diz que os 32 são meus parentes. Só que têm 11 de sobrenome Fernandes.

Quer dizer, não vou entrar nessa discussão, demoramos a dar explicação, foi feito, a explicação foi dada. Agora, é lamentável que eles tenham utilizado um elemento de coligação e que estivemos submetido àquilo.

Pois bem, precisamos melhorar a nossa comunicação? Precisamos. Mas eu não responsabilizo, acho que foi em tempo hábil que a bancada se reuniu, examinou e tirou a nota de solidariedade a nós. Portanto eu me sinto satisfeito.

Mas o Weiner pediu para registrar, já que ele não registrou lá, a necessidade de o partido ser mais ágil na sua comunicação.

Outro pedido foi do companheiro que aí trato do assunto junto com outro, que é o Júlio, que pediu para que não só nos preocupássemos em trabalhar os nossos futuros vereadores, mas que pudéssemos, depois desse companheiro eleito, ter um tratamento cotidiano, quer dizer, o partido ter um compromisso, e a Direção Nacional no máximo vai fazer esses seminários nacionais, têm que ser as regionais, de trabalhar esses companheiros para não se sentirem completamente soltos. Ele pediu para incluirmos essa proposta.

Quero pedir e fazer coro com a proposta feita pela Ivone. Seria inte-

ressante que este Congresso, pode ser apresentada amanhã, sair daqui uma moção com relação ao boicote a Cuba. É fundamental que apresentemos amanhã na Assembléia Geral, como decisão desta assembléia, para que não cometamos o deslize de esquecer assunto dessa natureza. (Palmas.)

Um companheiro de Goiás me fez a seguinte pergunta: como o seu município é novo, como trabalhar essas forças políticas? Ora, acho que você vai ter de ir muito no *feeling* das pessoas. E vou dizer por quê. Aí soma-se também a questão de podermos fazer coligação. Nem sempre a montagem do partido é aquela que você quer. Estou dizendo porque temos 102 municípios, estamos praticamente nos 100 municípios do Estado de Alagoas e vou confessar uma coisa a vocês: há município em que os melhores quadros ainda não estão no nosso partido, eles estão em outros partidos. Aí eu vou brigar contra aqueles caras? Não. Eu tenho de trabalhar para hoje fazer aliança e se eu puder quero aqueles caras no meu partido amanhã. Trabalhar para trazê-los. (Palmas.) É essa uma das coisas que tem acontecido também. A prática nos faz ver alguns casos dessa natureza. Então criamos as linhas gerais mas não podemos perder o todo numa questão dessa.

Então no seu caso, você tem a linha do partido. Procure os partidos do nosso eixo, o eixo de que falei, esse é mais confiável. A direita, companheiro, é muito complicada. Por mais dificuldade que tenhamos entre tapas e beijos com a esquerda, é muito melhor do que trabalharmos com aquele pessoal altamente viciado. Agora, o fato que você disse que uma pessoa, ele citou o exemplo do PSD, pessoa que entrou nesse partido nem sabe por quê, cuja história poderia estar num partido diferenciado, eu não teria por que não fazê-la. O PSD não constitui numa referência nacional capaz de imacular a preocupação que o companheiro Gustavo expôs. É preciso não descaracterizarmos o partido nesse processo. Aí eu acho que não descaracteriza. Não é o PSD a referência maligna porque no interior do Estado de Alagoas ou de Goiás fez uma coligação com o PSD. Não podemos ir para esse extremismo, porque aí não estamos avançando. E é preciso que vocês tenham autonomia para decidir isso.

A penúltima questão é a nossa divergência do 2000 e 2002. Veja só, eu acho secundário. Só vou tratar dela para não dizer que não falei sobre o assunto. A minha preocupação, sei que todo mundo que está fazendo agora a municipal está olhando para 2002. Hoje Alagoas fez uma reunião, perdi inclusive a da manhã, porque chegamos à conclusão de que os outros partidos e o cacete

que está havendo em Alagoas, primeiro que era eleição municipal e depois brilhantemente o nosso líder Petrúcio Bandeira foi fazer uma análise, já no final, mostrou claramente que não estávamos entendendo se a questão era eleitoral da prefeitura por que certos comportamentos? E o Petrúcio com sua calma e tranqüilidade fez a versão de 2002. Quando ele colocou 2002 ficou claro o comportamento do pessoal nesse instante. Com exceção de um companheiro, todos os outros, e o companheiro discordou do que fazer mas não da sua análise.

Então o que ocorre? Não podemos perder de vista 2002. Nisso eu concordo absolutamente com ele. Até porque esse é um processo, e a nossa questão é de médio prazo, nós temos um futuro para construir. O meu medo, porque aí peço para olhar para 2000, aí eu digo que o 2002 é a conseqüência sem perder a visão, é o seguinte: já erramos quando fazíamos o discurso dessa forma, por exemplo: vieram as diretas, resolveu-se o problema do Brasil; houve anistia, resolveu-se o problema do Brasil. Como se viéssemos do máximo e estavam resolvidos os problemas de baixo. Como se disséssemos o seguinte: chegou o socialismo, ganhou-se a eleição, resolveram-se todos os problemas. Não é verdade. Não se constrói isto se não se cuidar do hoje.

Outra questão está na base que falei, a questão do município. Se ganharmos o governo federal fica muito mais fácil implementar nossas políticas. Ganhamos o governo de Alagoas e está sendo muito mais fácil implementar nos municípios nossas políticas por causa da visão do governador. O processo não é de cima para baixo, o processo é de baixo para cima. Se não cuidarmos de 2000 com todo carinho, com todo cuidado, compreendendo que esta eleição fará as outras eleições, estaremos com o discurso correto e, na prática, invertendo. A eleição maior é mais importante e estratégica para o país? Sim. Você está correto. Só, como temos pressa, temos que ir devagar aqui. É fundamental garantirmos aqui. Diria que nossas posições não se contradizem, somam. Sei que ele não quer dizer isso. Como 2002 é importante, então preste atenção para 2000. Não é isso. Sei que você não quer dizer isso. Eu estou querendo fazer o contrário. Se formos capazes de tratar 2000 com a responsabilidade de que, tratando do município você vai chegar lá na ponta, nós vamos errar menos. Agora, não podemos ser ingênuos de não perceber que é fundamental a eleição de presidente, de governadores que vem aí. As divergências coloco apenas nesse campo, talvez, de semântica, de ordem de colocação ou até de necessidade de reforçar para não perdermos o efeito.

Por fim, o companheiro Nilson foi mais ousado e pediu-me para dizer qual era o socialismo do PSB para o Brasil, já que dei o exemplo de Cuba. Não tenho a fórmula pronta. Ontem, usei a palavra ousar. Disse ter certeza que tínhamos, aqui, quadros da melhor qualidade, que tínhamos que ter confiança em nós, tínhamos que ter humildade, que não vamos fazer sozinhos, precisamos dos outros companheiro. Agora, para isso é preciso que saiamos do discurso e vamos para a prática. Como posso dizer isso? O que Fidel está fazendo em Cuba? Pelo menos, na última discussão que tive com eles, Fidel recebe o dinheiro, principalmente do Canadá, Espanha, da rede Meliá, essas grandes redes hoteleiras, aceita que venham, se implantem em Cuba, até 49% do capital, 51% é cubano. O controle é cubano. O gerenciamento é estrangeiro. Cada rede dessa tem o controle, embora ela tenha um contrato com Cuba para preparar o pessoal especializado. Então, o que Cuba fêz? Ela não socializou totalmente os meios de produção. É um pacto de economia mista. O capitalismo chama isso de economia mista. Ele está, com isso, atraindo o interesse do capital internacional, mas, sem perder o controle da sua soberania e dirigindo para onde ele quer. Da última vez que estive lá, só da rede Meliá, havia sete hotéis.

Como traduziremos isso para cá. Estou fazendo a reforma do Estado em Alagoas. O que tratamos? Por exemplo, Lifal – Laboratório de Indústria Farmacêutica do Estado de Alagoas, talvez o quarto ou o quinto do Brasil, como operar ele? O que faremos dele? Tem um déficit não tem o dinheiro. Existe o enorme mercado farmacêutico, portanto, atraente para o capital privado. Qual a nossa idéia? Neste caso, que o capital privado tem o interesse, sobretudo, porque tem o mercado, segundo porque o laboratório pode concorrer em pé de igualdade, pois é o quarto ou o quinto do país. Nesse caso, qual a minha proposta? Que abramos o capital do Lifal para o capital privado e transforme este laboratório em uma empresa de economia mista para poder gerenciar. Outra hipótese diferenciada: a empresa gráfica do Estado de Alagoas, que faz o Diário Oficial, que tem uma dívida enorme, inclusive com os trabalhadores, tem trezentos trabalhadores, quando oitenta resolvem o problema. Qual a nossa proposta? Vender, corremos o risco porque os dois grandes grupos gráficos alagoanos estão nas mãos do Collor e dos Farias. Eles compram e vendem lá para Caruaru, para o Rio Grande do Norte e ficam no controle do monopólio e perdemos o controle. Qual é minha proposta? Proponho entregar aos trabalhadores. Eles fazem uma cooperativa, são preparados para serem os donos da empresa. Essa foi a proposta que colocamos

para os trabalhadores. E mais. Como a empresa tem uma dívida grande, não seria comercial ou razoável entregar com a dívida. Então faremos o que o governo brasileiro faz. Como ele faz quando quer privatizar? Ele saneia primeiro para depois privatizar. Foi o que ele fez com esses grandes grupos. Na verdade, em alguns casos, até perdeu dinheiro. Como é o caso da Rede Ferroviária Federal. Então, a dívida seria absolvida, seria feito o levantamento do crédito dos trabalhadores para que pudéssemos fazer o encontro de contas e entregar. Ainda mais, ofereci a eles um contrato de dois anos, para que eles tivessem garantia do mercado, do contrato do Diário Oficial do Estado de Alagoas. Isso é fácil fazer? Não. Num primeiro momento, fui aplaudido, como aqui. O sindicato assumiu o comando com eles. Um mês e meio depois, eles não aceitaram a proposta. Eles estão querendo meio a meio. Estão com medo. Não gerenciaram. Têm medo de concorrer no mercado. Eles inverteram. Disse a eles que estavam confiando por eu ser o governador, e se eu saísse, amanhã? Por que esse meio a meio, não é melhor vocês serem os donos? Fiz outra proposta. O estado entra com um terço, eles abrem, por exemplo, trinta por cento para o capital privado, o resto deles. Para ver se, com um dos parceiros, eles teriam controle. Eles estão analisando a segunda proposta.

Não tenho fórmula pronta. Se soubermos aonde queremos chegar, se tivermos a preocupação social de fazer trabalho, de gerar renda, de produzir, de trazer os que estão excluídos para dentro da produção, de ter clareza da reforma agrária que é preciso ser feita, enfrentar, você vai resolvendo. O que estou dizendo é que estamos capazes de ter a coragem de ousar e buscar um caminho para o Brasil. É isso que digo. Não tenho elas prontas. Esse debate está sendo feito. É importante que o partido, como um todo, nos ajude a fazer isto. Temos é a ousadia de fazer. O que queremos dizer é que não vamos ficar a reboque. Qualquer fórmula que nos apresentem, vamos analisar e vamos ter a oportunidade de apresentar alternativas. Temos buscado de vários campos. O Ceará tem avançado em muitas coisas. E estamos trazendo as experiências de vários lugares, onde possam trazer contribuição.

Então, companheiro Nilson, para encerrar, não tenho a fórmula do Socialismo. Sei que somos capazes de construir essa fórmula. Cuba está num processo mutante. Não pense que é estável e que, amanhã, Fidel não terá outro caminho. Vamos, então, beber um pouco dessa experiência. Vamos beber a experiência que fracassou, da social democracia, que avançou até determinado ponto. Os erros que o socialismo real cometeu para que não cometamos. Os

quistos que criamos que estão errados. Os privilégios que defendemos. Se tivermos coragem de nos abrirmos e dizermos nós vamos construir o novo, somos capazes, resolvemos e faremos.

Eram essas as palavras que tinha a dizer. Agradeço a todos.

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Campos) – Companheiros, quero agradecer ao governador por suas palavras e dizer aos companheiros que tenham a convicção de que foi uma tarde produtiva, em que o debate transcorreu. Amanhã, às nove da manhã, neste mesmo local, daremos início à nossa plenária final que deliberará sobre os temas levantados deste grupo e dos outros. Espero que amanhã tenhamos a condição política de fazermos o debate no mesmo nível que fizemos hoje.

Boa noite e até amanhã.

Grupo 2

A Proposta Socialista de Desenvolvimento Nacional: A Alternativa do Desenvolvimento Sustentável para o Brasil

Coordenador:
Dr. Carlos Siqueira

Expositor:
Gov. João Alberto Capiberibe

Debatedor:
Sen. Ademir Andrade

Relatora:
Magda Oyo

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) – Chamo a atenção dos companheiros para que tomem assento à Mesa, pedindo, desde já, desculpas pelo atraso, mas estávamos todos participando de algumas atividades relacionadas ao Congresso.

Sem maiores delongas, vamos passar a palavra ao Governador João Alberto Capiberibe, que irá fazer a exposição sobre o tema "A proposta Socialista de Desenvolvimento Nacional", tendo como subtema "A alternativa do desenvolvimento sustentável para o Brasil".

Será debatedor desse tema o Senador Ademir Andrade, que já se encontra conosco. Em seguida à exposição e às considerações do debatedor, abriremos os debates com o plenário.

Com a palavra, o Governador João Alberto Capiberibe.

O SR. EXPOSITOR (Governador João Alberto Capiberibe) - Boa tarde a todos. Antes de mais nada, é uma satisfação podermos discutir, dentro do Partido, alternativas para o desenvolvimento econômico social e político para o nosso País. Acumulamos, ao longo da história deste imenso e maravilhoso País, uma seqüência de experiências negativas, todas elas conduzidas pelas elites políticas ou pelos substitutos dos nossos colonizadores.

Vou procurar sintetizar ao máximo o conjunto de idéias que considero fundamental para o debate, mas tenho algumas informações que considero importantes.

Desculpe-me, Senador Ademir, mas eu estava tão preocupado com o atraso que, em respeito a todos os companheiros, terminei deixando de cumprimentá-lo. O Senador Ademir Andrade é nosso companheiro do Estado do Pará, um dos grandes Estados Amazônicos, com imensa biodiversidade a ser protegida e desenvolvida. O companheiro Carlos Siqueira é o nosso coordenador de mesa.

Companheiros do nosso Partido, a informação que queria prestar, sobre a qual tive conhecimento há pouco tempo, é que a elite brasileira, principalmente a cafeicultora, a cacaueira, lá da Bahia, enfim, os que predominaram ao longo do Período Colonial e da República - pode até ser uma informação engraçada, mas é verdadeira - até antes da Segunda Guerra Mundial, mandava lavar suas roupas em Paris e em Lisboa.

Acho que isso é fundamental para mostrar que nos constituímos como nação a partir da segunda metade deste século. Ora, se é assim, significa que o Período Colonial se estende por mais tempo do que a história tenta nos contar. A elite brasileira foi sucedânea da elite colonial. E é tão forte o processo de dominação colonial no mundo que chegou até a minha geração, e eu próprio sou testemunha de um processo de descolonização recente, que aconteceu em Moçambique, Angola, Guiné Bissau, São Tomé, Príncipe e, agora mesmo, com o último conflito que presenciamos na Ásia, relativo ao Timor Leste. Quer dizer, é um processo de descolonização lento, que chega ao final do Século XX.

Temos uma proposta, que é uma tese que inscrevemos para este VII Congresso, que é a proposta socialista para o Brasil sustentável. Abrimos essa proposta com um pensamento de Celso Furtado, um dos maiores economistas deste País, que continua lúcido e brilhante, participando ativamente das discussões sobre o processo brasileiro. Ele diz o seguinte:

> *"Nosso País se singulariza por dispor de considerável potencial de solos aráveis não aproveitados, fontes de energia e mão-de-obra subutilizadas, elementos que dificilmente se encontram reunidos em outras partes do Planeta, recursos naturais e recursos humanos. Por outro lado, abriga dezenas de milhões de pessoas subnutridas e mesmo famintas. A solução para este problema é de natureza política, antes de ser econômica".*

Gostaria que entendêssemos o que é política. Para mim, política é a arte do querer, do desejo e da relação dos desejos das pessoas. Isso é política. Quem tiver outra definição depois me diga, porque é o querer.

Ele diz que a solução para este problema é de natureza política antes de ser econômica, como bem expôs o economista hindu Amartya Sen, o mais recente Prêmio Nobel da Economia.

Nós, do Partido Socialista Brasileiro, temos uma formação baseada em princípios marxistas, não leninistas, porque a nossa discordância foi não aceitar o leninismo, não aceitar o partido único para a construção do socialismo. Então temos uma formação política alicerçada na polarização de sistemas: de um lado, o capitalismo, de outro, o socialismo. Este século foi marcado por essa polarização, que nos obrigou a todos a tomar posição. O conflito entre os dois modelos deveu-se ao capital e ao trabalho, mas tanto o socialismo quanto o capitalismo esqueceram-se de considerar um fator decisivo, que é a finitude dos recursos da natureza, porque os dois pressionaram esses recursos no sentido de melhorar a qualidade de vida de suas populações, tendo como base, um, a reprodução do capital, sua intensa utilização e a concentração da renda, e outro, dentro do sentido da produção e de uma distribuição mais equânime do resultado da pressão sobre recursos e do resultado do trabalho. O que os diferencia é que um reproduz o capital, outro produz e distribui melhor entre as forças de trabalho, mas os dois esqueceram-se, e a sociedade não tinha, até vinte anos atrás, uma noção exata de que a natureza poderia apresentar sintomas de exaustão. Temos um resultado às vezes catastrófico, tanto do mundo capitalista, quanto do mundo socialista. Os dois cometeram destruições ambientais irreversíveis, com muitos prejuízos.

O nosso País reúne e concentra todos os recursos possíveis, com uma riqueza fantástica de recursos de subsolo e de solo, uma vez que quase todo o nosso solo é agricultável e o nosso subsolo é mineralizado. Temos a maior concentração de água doce do Planeta, temos uma diversidade vegetal e animal única, então vamos comparar o Brasil com a Suíça. A minha preocupação é entendermos os mecanismos de desenvolvimento que foram aplicados em um e em outro país, resultando em melhor ou pior qualidade de vida.

A Suíça, primeiro, não tem costa atlântica, não tem solo, possui uma biodiversidade extremamente limitada. A extrema pobreza ambiental da Suíça fez com que ela se transformasse em um dos países mais ricos do Planeta, porque ela especializou a sua produção.

O Brasil é um dos países mais ricos em recursos ambientais, no entanto está situado entre os mais pobres do Planeta, porque a nossa economia... Às vezes, observo alguns discursos que atribuem aos países do norte, aos países ricos a responsabilidade pelas nossas mazelas e sofrimentos, inocentando-nos como se não tivéssemos nenhuma responsabilidade nesse processo. Às vezes, os discursos inocentam não o povo brasileiro, mas a própria elite que nos conduziu a essa acumulação histórica de pobreza que conhecemos, que concentra milhões de brasileiros sem acesso à educação, à saúde, ao trabalho, convivendo em condições sub-humanas até o final deste século.

Ao longo de toda a nossa história, a classe dominante do nosso País aceitou ser fornecedora de matéria-prima sem valor agregado. Um país da dimensão do Brasil, com amplas possibilidades de montar e criar as suas cadeias produtivas, agregando valor a esses produtos, sobretudo empregando a mão-de-obra que possuímos, não prosperou. A elite se conforma em fornecer matéria-prima, chegando a situações inusitadas que cada vez mais tenho dificuldades de entender. Como um país da nossa dimensão, com essa diversidade étnica e cultural se submeteu a uma dominação tão forte, especializando-se, ao longo de sua história, em atender as demandas econômicas de outros países? Especilizamo-nos em satisfazer demandas externas. Nunca, em nenhum momento da história do nosso país - e o processo de abertura para o mundo globalizado está provando isso -, a elite nacional considerou a necessidade de satisfazer as nossas necessidades internas, ou seja, produzir alimentos para nós mesmos.

Vou citar um exemplo das nossas descobertas. Quero propor um processo que estamos construindo, não um modelo em que possamos dizer: "Faremos dessa ou daquela forma", mas um modelo que estamos construindo a partir de descobertas sobre a engrenagem do modelo de dominação do sistema econômico dos mercados. Em 1985, eu me interessei em conhecer como se dava a exportação da castanha do Brasil, que antigamente se chamava castanha-do-Pará. A castanha perdeu o nome de lá, porque desmataram todas as castanheiras. Isso é uma provocação ao Senador Ademir Andrade, porque daqui a pouco ele vai falar. Interessei-me em saber como se dava a apropriação financeira dessa riqueza, como era distribuída na cadeia da produção, desde a coleta até a prateleira do supermercado. Sabem o que descobri? Aquele que coleta castanha, o operário que vai lá, arriscando a vida para colhê-la, sabem de quanto ele se apropria do produto final na prateleira do supermerca-

do? Vamos imaginar que custe R$10 um quilo de castanha. Sabem de quanto ele se apropriava? De R$0,50, 5% do valor final do produto. Sabem com quantos produtos acontece isso no País? Quase todos. Os que produzem a riqueza não têm a menor chance de se apropriar de valores que lhes permitam a sobrevivência.

Quando falo sobre a cultura político-administrativa que estamos construindo - e não seria nem o Partido Socialista, mas a Esquerda, porque estamos governando um Partido Socialista com o Partido dos Trabalhadores, o Partido Verde, o Partido Comunista do Brasil, o PPS essa nossa coligação, estamos governando e construindo um processo juntos -, essa cultura de construção de um novo processo é da Esquerda.

Quando assumimos o Governo, em 1995, eu já possuía um conhecimento profundo e talvez esse exemplo possa explicar melhor o que queremos construir na nação brasileira - e não me digam que isso serve para o Amapá, porque vou ficar zangado, porque é a mesma coisa que ter um produto de laboratório, descobrir o remédio para o câncer e dizer que ele só cura quem descobriu. Estamos falando de um modelo de construção dentro de um espaço político definido, com estruturas político-administrativas constituídas, então é uma experiência sobre a qual, depois, no transcorrer da discussão e do debate, podemos lançar uma lupa para traduzi-la em políticas públicas para todo o País.

Retomando a questão sobre a castanha, quando vi que nos apropriávamos de 5% do valor final, tomamos uma decisão que me parece muito lógica. Ora, trabalhar, produzir um alimento de altíssimo valor protéico para ter um retorno de 5%? É melhor fazer o quê? Comer, não é? Então eu disse: "Não, vamos comer toda essa castanha e pagar os 5%. Vamos resolver primeiro o nosso problema. Estou falando isso, porque a decisão que tomamos foi pegar essa castanha e introduzi-la na merenda escolar. Vamos dar para as nossas crianças. Foi uma trabalheira infernal, porque é um produto primário, in natura, e as nossas merendeiras protestaram, porque dava um trabalho muito grande tirar a casca e transformá-lo. Estou falando de um produto, mas temos dezenas de casos parecidos.

Estudamos a cadeia produtiva e mandamos fazer todas as análises possíveis desse produto para sabermos quantos produtos de consumo poderíamos extrair, passando a modificar essa relação, financiar a cadeia produtiva e

organizar a produção. Então o mesmo coletador de castanha que recebia 5% do valor de consumo final do produto, hoje, para concluir, apropria-se de algo em torno de 60% a 70% do preço do produto.

Quando falamos em globalização, estamos percebendo o seu efeito perverso, porque não há quem negocie a nossa inserção nesse processo. Por isso vamos ter que discutir a formação de blocos econômicos no final - espero que a sugestão venha de uma pergunta de nossos companheiros -, porque é a única forma. Seriam blocos de vizinhança evidentemente. Se nos associarmos com o Norte e esquecermos a nossa vizinhança não adianta, porque primeiro temos que olhar para o nosso espaço. Certamente não há como resistir ao processo de globalização; não há fórmula que evite entrarmos nesse processo, porque ele é irreversível, mas o processo de globalização pode nos permitir, na medida em que se diz o que se quer e como fazê-lo, uma inserção favorável.

O Brasil é líder de um continente com mais de 300 milhões de seres humanos, na linguagem da globalização, de consumidores. Situar-se nesse processo com o conjunto da população é a arte que devemos desenvolver.

Então fomos procurar nossa maneira de nos situar, o que resulta interessante, porque se, por um lado, o mundo se organiza em bloco asiático, europeu, americano, latino-americano, por outro, os estados nacionais consolidaram-se há bem pouco tempo. Essas fronteiras que se consolidaram há pouco tempo tendem ao desaparecimento no processo de globalização, quer dizer, a soberania dos Estados sofre uma ameaça do capital financeiro, muito presente. As fronteiras nacionais são ficção. Quem decidiu as fronteiras africanas e latino-americanas? Não me consta que tenham sido os caiapós, os palicu, os galibi, os quetchuas ou os maias; não, foram os espanhóis e os portugueses em cima do mapa. Passaram um risco no mapa; esse era de Portugal, aquele, da Espanha. Com a África aconteceu a mesma coisa.

Temos um exemplo do processo de integração, que é o Mercosul, que aparece nos jornais todos os dias, no entanto falta uma discussão mais ampla. Mesmo os nossos Partidos de Esquerda esquecem-se de debater isso. O processo de formação de blocos econômicos é mais do que um processo de integração de mercados. No caso específico da Europa, é um processo de integração política, há um governo europeu, o parlamento, o judiciário, está consolidado, há uma instituição. Eles fizeram isso em função da guerra, para afastar o seu fantasma. Engraçado, os europeus acham que somos pouco

civilizados, mas eles gostam de uma guerra, matam-se com extrema facilidade. Não falta uma guerra lá, a última no Kosovo, com campo de concentração, torturas, desrespeito aos direitos humanos, um povo guerreiro. Os Estados Nacionais, com muita dificuldade, tentam formar, na América do Sul, a mesma coisa.

O que podemos perceber no processo histórico, principalmente do ponto de vista econômico, é a definição e a especialização das atividades nossas. Ao longo da história, isso aconteceu com todos os recursos. Falei da castanha, mas vou citar outro recurso, para que saibamos com clareza como se distribui e especilizam-se os afazeres e a produção.

O Brasil foi e continua sendo um dos maiores produtores de café, no entanto toda a tecnologia do café é dos italianos, continuamos produzindo matéria-prima na era da Internet, do "high tech". Outro exemplo é o cacau, era, porque agora a "vassoura-de-bruxa" acabou com o cacau da Bahia. Onde encontramos o melhor chocolate? Na Suíça. Eles se especializaram.

Foi exatamente por compreender essas razões que nós estamos propondo ao Partido, baseados na experiência de um Estado com uma superfície e estruturas políticas definidas, alguns pontos que nos parecem fundamentais: primeiro, considerar a situação geográfica do País, quais são as vantagens que podemos tirar dessa situação geográfica, do meio natural, compará-las com os demais países, sejam próximos ou afastados, analisar e comparar a nossa formação étnico-cultural, como se formou o nosso País do ponto de vista do seu mosaico étnico. Reflito sempre que um país com um único componente étnico já é rico culturalmente, imaginem o nosso, que é tão diversificado, com a contribuição dos povos ameríndios que aqui estavam quando os europeus chegaram, com a contribuição dos povos africanos que para cá foram trazidos pelo escravismo, com a contribuição européia, enfim, somos um país multiétnico, multicultural, com amplas possibilidades, mas temos que refletir o que isso nos dá em termos de vantagens em relação aos demais países.

Uma outra definição que é básica no modelo de desenvolvimento que queremos e que estamos traduzindo concretamente em projetos é que a economia não é um fim em si mesma, ela é um subsistema de um sistema maior. Não é o que estamos acostumados a ouvir de Pedro Malan e Armínio Fraga, que se concentra na oscilação das bolsas de valores. Nessa economia virtual, toda a preocupação dos nossos governos volta-se para o econômico, então a

nossa definição é que o econômico não é mais ou menos importante do que o social e o meio ambiente. Esse é o ponto de partida para a construção de um ideário completamente diferente de tudo aquilo que temos como proposta para o País. Temos que considerá-lo e dar-lhe o mesmo peso, imbricando essa agenda do social, do econômico e do meio ambiente; definir, a partir dos recursos ambientais, o planejamento para o desenvolvimento; mudar essa relação entre o homem e a natureza. Aí está o grande complicador, porque todos nós crescemos com a ideologia da dominação, que estamos aqui para dominar a natureza e não para nos relacionarmos de forma harmônica como fazem, por exemplo, as sociedades mais avançadas, que são as ameríndias.

Normalmente, quando falamos dos povos indígenas, usamos uma carga de preconceito que não nos permite fazer uma análise mais profunda de suas relações. Se tivéssemos a capacidade de conviver com as diferenças culturais e econômicas com essa sociedade, certamente nem teríamos essa dificuldade interna que acontece hoje em nosso próprio Partido. Vejam a relação política entre os povos ameríndios. A construção do processo democrático deles é absolutamente diferente da nossa. Eles têm uma convivência democrática consensual, não há um poder dominante, não há controle de informação por grupos diferenciados; a informação é socializada, as decisões são consensuais. Nós deslizamos, patinamos para construir um processo democrático de maioria quando eles conseguem uma convivência consensual dentro de sua relação política. Estamos tentando, dentro do nosso Partido, costurar um processo democrático baseado na maioria sobre a minoria. São essas sociedades que precisamos olhar com uma lupa, com muita transparência, em vez de olhá-las com preconceito. Esse é um aprendizado.

É evidente que somos resultado de uma sociedade dominante, vinda dos nossos colonizadores, que, quando aqui chegaram, foram extremamente bem recebidos e ficaram encantados com o que viram. Porém, eles tinham a ideologia da dominação. E o europeu do Século XVI imaginava que o mundo começava e terminava na Europa. Jamais Pedro Álvares Cabral ou qualquer outro europeu que chegou por aqui imaginou que encontraria seres humanos. Eles tiveram a maior dificuldade para estabelecer se os ameríndios tinham ou não alma, pois isso não estava programado.

Uma sociedade como a nossa tem que ter uma definição clara para uma construção diferente: contemplar o conjunto da sociedade brasileira. Quando me olho no espelho, não me sinto índio, negro, muito menos europeu.

Sou brasileiro. Essa nova etnia, segundo Darcy Ribeiro, que somos nós precisa construir de fato uma identidade nacional; precisa deixar de lavar as cuecas em Lisboa ou em Paris e considerar que o país a ser construído, para sermos considerados cidadãos de primeira classe, deve sê-lo por nós, sem esse grau de servidão absurdo que caracteriza até hoje o processo brasileiro.

Entretanto todos esses fundamentos precisam ser traduzidos em políticas públicas. Como isso se dá na educação? Como esses conceitos se aplicam na saúde, na segurança do cidadão?

Ouvi um discurso de um companheiro que foi uma punhalada. Foi um discurso na plenária de hoje de manhã, quando ele falava do esforço e do sacrifício da militância do PSB, que se deslocou para Brasília dos lugares mais distantes do nosso País, falava das dificuldades financeiras e falou que enfrentaram assaltos nas estradas. Isso é algo que nos choca, mas é uma realidade. A sociedade que se planeja para atender um universo reduzido dos seus cidadãos termina levando a esse processo de violência, exclusão, brutalidade e angústia. Como é que alguém sai da sua casa com a preocupação de não ser assaltado? Isso é muito comum, o assalto na estrada.

Como vamos desenvolver uma economia capaz de gerar produção, empregos, estabelecer uma relação de troca necessária por aquilo que não produzimos? Vou citar mais um exemplo que considero emblemático dos momentos que estamos vivendo no nosso País, do processo de globalização. A nossa construção econômica tem que considerar, primeiro, a necessidade de atender a população brasileira; temos que produzir, primeiro, aquilo de que precisamos, depois os excedentes, mas há justificativa do mercado de consumo que produz o supérfluo, gerando necessidades que não são imediatas. É possível, no Brasil, produzir o que precisamos? Essa é uma decisão política. Vamos dizer que precisamos primeiro resolver o nosso problema, vamos produzir comida, habitação. Isso é vontade, é querer, não tem mistério. Qual é o mistério? Por que o Sr. Presidente Fernando Henrique não diz que vai produzir comida? Ele pode sim. Temos base tecnológica para isso, temos conhecimento, solo agricultável, recursos humanos, água. Por que não faz? É preciso que nós, militantes de um partido que se propõe à transformação da sociedade, tenhamos essa disposição política de mobilizar o cidadão sobre essa perspectiva, mostrando que é possível sim.

Vejam o que aconteceu com esse processo, que coisa mais maluca! O

que se importou no País não foram bens de produção, máquinas e equipamentos. Não, foram carros prontos, cada um mais sofisticado do que o outro; equipamentos para atender o padrão de vida de um grupo reduzido da sociedade brasileira e postergou-se o atendimento das nossas necessidades. Investir em habitação significa colocar o povo para trabalhar; investir em saúde e em educação, e não vão me dizer que não há recurso. Essa é uma outra estória mal contada. Vejam a carga tributária! Qual é a carga tributária do povo brasileiro e a de um francês? Qual é a capacidade de arrecadar do Estado brasileiro? Vejam o que acontece quando se fala da contribuição do cidadão neste País! E aqui estão prefeitos, pessoas que sabem perfeitamente bem disso. Quando se fala na contribuição do cidadão e na inversão dos recursos de contribuição do cidadão, há uma caixa-preta que às vezes nem nós mesmos, a não ser com grande habilidade, conseguimos desvendar. Por que? Na hora de arrecadar, há um setor privilegiado, que não paga imposto. Ouvi o Secretário da Receita Federal dizer que para cada real arrecadado é sonegado um real. Por que sonegam? É difícil arrecadar? Não, é por vontade política. Então isenta-se uma casta de privilegiados quando da arrecadação. E o que acontece na hora da aplicação do dinheiro? Todos sabem.

Passei 15 dias na Europa, lendo os jornais europeus, inteirando-me. Quando peguei o avião, Senador Ademir Andrade, a moça veio trazer uma revista para eu escolher e lá estava a Veja. Quem estava na capa? Um Senador da República, suspeito. Quando se entra lá, é CPI do narcotráfico, é algo degradante. Que sociedade é essa que estamos construindo? É a sociedade sem ética, a sociedade da desonestidade? Ainda dizem que essa é a "sociedade ocidental e cristã".

Queria falar um pouco sobre o conceito que gostaríamos de ver aplicado em todo o Brasil, que é o da descentralização, que precisa realmente ser praticado, porque o Brasil Colonial é o Brasil vertical e a herança que recebemos do colonialismo está intacta, quase inteira, do centralismo. Ultimamente, de 1985 para cá, alguma coisa mudou com algumas políticas interessantes, como, por exemplo, do Sistema Único de Saúde, que, lamentavelmente, pela falta de controle social, termina sendo aplicado com uma morosidade muito grande. Quem determina a aplicação do recurso do contribuinte, de cada cidadão? São políticas públicas voltadas para o atendimento coletivo ou para atender setores privados da economia? Quando falamos na desprivatização do Estado, significa a descentralização do dinheiro do contribuinte. Não estamos

fazendo favor em estabelecer uma política nacional, estadual, municipal da descentralização, mobilizando a sociedade civil.

Vou citar um exemplo aqui que serve para todo o País, que inclusive o Ministério da Saúde está analisando, que é a descentralização dos recursos por unidade de atendimento. Se é uma unidade de bairro ou um centro de saúde, por que o dinheiro não pode ir diretamente para lá, evitando a cadeia de intermediação do Federal para o Estadual, do Estadual para o Municipal? Não chega. A mesma coisa ocorre na educação. O Governo Federal manda, uma vez por ano, um pequeno recurso para a educação. Vocês já viram a propaganda na televisão? É fantástico, é verdade. Aquilo que a professorinha fala é verdadeiro. Aquele dinheiro tem uma importância decisiva naquela escola, mas é mandado uma vez por ano, porque a sociedade é tutelada, então é julgada incapaz. Descentralizar o dinheiro é uma política pública clara. Está lá, no Diário Oficial, com todas as leis, com tudo. O dinheiro vai para a escola. Não dá para fazer isso com todas as nossas escolas em vez de se mandar um dinheirinho uma vez por ano? Não dá para pagar tudo, as necessidades daquela escola. Racionaliza-se cada vez que se corta um intermediário. Não é assim no comércio? Cada vez que se corta um intermediário, diminui-se o preço do produto. No serviço público, cada vez que se elimina um intermediário, valoriza-se aquele dinheiro no sentido do atendimento social.

Essas são políticas que podem ser aplicadas no País todo. No Rio Grande do Sul, certamente, há todo um processo que está sendo discutido, porque temos governos que são transformadores.

O Estado brasileiro, além de colonial, é burocrático, ineficiente, gastador, inepto, então temos que sair desse Estado burocrático para o Estado gerencial, prestador de serviços, o que contraria interesses corporativos, inclusive muita coisa que pregamos tradicionalmente, a Esquerda, no sentido de fortalecer os espaços corporativos dentro do setor público principalmente. O Estado tem que ser prestador de serviços para o conjunto da sociedade e não amarrado burocraticamente e comprometido com setores minoritários, que gravitam e controlam o orçamento público. Na verdade, o que é governar? É gerir os conflitos e os interesses de toda a sociedade, mas é, sobretudo, gerir o dinheiro. Isso é governar.

Na campanha eleitoral de 1998, eu dizia: "O que é uma disputa eleitoral?" O Gilson Menezes está aqui e sabe muito bem, porque já foi prefeito

duas vezes. Por que se disputa uma prefeitura? Isso é didático para os companheiros que serão prefeitos no ano que vem, porque deve haver clareza. Qual é o objetivo da disputa? É o orçamento público, é um bolo de dinheiro que pode ser aplicado de uma ou de outra forma, dependendo dos conceitos com os quais será gerido. Para nós, da Esquerda, a nossa gestão é no sentido de contemplar os atendimentos coletivos; para a Direita, é para atender uma clientela claramente definida, que faz o jogo na sociedade, desde o empresário, passando pelo Deputado, até o líder da associação do bairro e o morador. Há uma integração perfeita no clientelismo.

Já passei da hora, estou exagerando, mas queria mostrar todos os conceitos com os quais estamos trabalhando, de preservação do meio ambiente, planejando o uso desse recurso em função do bem-estar social, porque o Brasil representa a maior concentração de biodiversidade do Planeta.

Gostaria de citar mais exemplos do Amapá, mas isso vai cansar vocês, que podem dizer que só servem para um Estado pequeno. Há coisas que me parecem importantes.

Qual é a plataforma do Partido Socialista Brasileiro? Tenho pensado uma forma de apresentar um programa que não seria o de desenvolvimento sustentável, mas um programa de investimentos na pessoa humana. Esse é o nosso discurso político. Temos um patrimônio, que é a nossa experiência no Amapá, um modelo que estamos construindo, que continua em construção permanente. Então vou entrar nos números.

Naquela sociedade claramente definida que estamos gerindo, o Partido Socialista Brasileiro, com companheiros do nosso campo de luta, do PT, do PCdoB, acumulamos uma cultura diferenciada das elites locais. No campo social, indicadores sociais: reduzimos a mortalidade infantil, nesses últimos quatro anos. Se isso agrada aos companheiros, agrada-me profundamente, porque esse é um indicador fantástico. Reduzimos de 38 por 1.000 crianças de zero a um ano nascidas vivas para 23.36 por 1.000. Somos o segundo Estado, depois do Rio Grande do Sul. Houve uma redução em função dos conceitos políticos que implantamos. É um ganho, sim; diria que é um mérito do nosso governo, mas principalmente da nossa sociedade, porque foi um processo de envolvimento do conjunto da sociedade, das organizações da sociedade civil que passaram a agir em parceria. Este é um pressuposto do programa: a parceria ampla, a confiança na sociedade, partilhando responsabilidade na gestão de todos os processos humanos da sociedade.

Reduzimos o analfabetismo e colocamos as nossas crianças na escola. 97% das nossas crianças estão dentro da escola. "Ah, têm um espaço que não é muito adequado." É verdade. Tivemos que transformar espaços comunitários, como igrejas, aquelas grandes danceterias, que compramos e dividimos. Não podemos esperar. Ampliamos o sistema de saúde, duplicamos tudo; triplicamos a penitenciária, lamentavelmente, mas tivemos que fazer.

Qual foi o resultado econômico disso? É isso que o Pedro Malan precisa entender, que não tem que se preocupar única e exclusivamente com a economia dos outros, porque não é com a nossa que ele se preocupa. O Brasil cresce, em média, 2%, 2,2% nesses últimos cinco anos. Neste ano de 1999, talvez a economia cresça 1%. O Ademir está falando em um decréscimo de 1%. O nosso crescimento, nos últimos cinco anos, é de 7% ao ano no Amapá. Vocês poderiam dizer que esses dados são fajutos. Não é preciso de dados para ver. Uma economia que cresce a 7% você vê na rua, no montinho de areia e no tijolo que estão na frente da casa do cidadão, no número de transporte, que aumenta, na oferta de geração de energia, que cresce. Não é preciso estatística. Eu tenho as estatísticas, porque agora o IBGE fechou e elas estão lá. Quem vai contestar um governo de esquerda que investe em recursos humanos e que consegue resultados econômicos? Nós temos essa experiência, que é do Partido Socialista e temos a obrigação de socializar com o Brasil todo. É uma construção verdadeira, envolvente de todos nós e está à nossa disposição.

Agora vamos ao debate. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) – Após a exposição do nosso Governador, passamos a palavra ao nosso Senador Ademir Andrade, que também é da Região Norte, para, em quinze minutos, fazer as suas considerações.

O SR. DEBATEDOR (Senador Ademir Andrade) – Quero cumprimentar todos os companheiros socialistas, o Governador Capiberibe, o Secretário Carlos Siqueira.

Acho que o título do tema é fundamental e nos diz respeito: "A alternativa do desenvolvimento sustentável para o Brasil". Ele nos diz respeito por duas razões: primeiro, porque a preocupação com o meio ambiente é fundamental e atrativa; segundo, porque torna isso uma forma muito mais simpática de chegarmos ao povo, de fazermos uma política mais ampla junto à população, ao povo, que o PSB chama de excluído.

Vejam bem, desenvolvimento sustentável é algo que vem sendo falado, pensado, discutido. A Eco 92, que se concluiu com a Agenda 21, foi um dos poucos congressos mundiais que refletiu, repercutiu e trouxe fatores positivos, tanto é que hoje todos falam em desenvolvimento sustentável. Na verdade, o que é desenvolvimento sustentável? São duas coisas que nos dizem respeito e nos tornam evidentemente muito simpáticos perante a população quando aderimos com sinceridade a esse tipo de luta, porque desenvolvimento sustentável significa satisfazer as necessidades das atuais gerações sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Esta é a definição resumida, simples do que significa desenvolvimento sustentável.

No Brasil, não temos nem uma coisa nem outra, porque o desenvolvimento que temos não permite a participação de todos, muito menos qualquer preocupação com as gerações futuras. Nosso desenvolvimento é feito, comandado por uma minoria, por uma elite política e econômica que define as regras do jogo; o povo é mera massa de manobra.

Vou tentar ser bastante objetivo e fazer um diagnóstico de cinco minutos, refletindo sobre o caminho que temos que encontrar para executar esse desenvolvimento sustentável que deve ser a palavra de ordem de todo socialista. O Capi deu uma série de exemplos e eu poderia citar alguns mais graves ainda, sem tratar da questão dessa movimentação do capital internacional, dessa especulação financeira que se faz ao redor do mundo, do ganho absurdo que efetuam sobre os países menos desenvolvidos os chamados países desenvolvidos, e entrar nas questões práticas, porque até nas questões que dizem respeito à vida do povo ele não participa em nada. Estamos ainda, na verdade, dando os primeiros passos no processo de aprendizado. Como o Capi é do Amapá e eu, apesar de baiano, sou Senador pelo Pará, damos exemplos que mostram essa realidade. Vou citar dois ou três exemplos bem rápidos: o Governo Federal decide construir uma hidrelétrica no Pará, a maior hidrelétrica do Brasil, inteiramente nacional; investe US$6 milhões. Pergunta-se: por que o Governo fez essa hidrelétrica? Tinha algo a ver com o povo? Havia alguma necessidade do povo da região? Não, nenhuma. O objetivo de fazer a hidrelétrica foi fornecer energia para duas indústrias de eletrointensivos, ou seja, indústrias de alumínio que fabricam alumínio bruto e que consomem 40% da energia produzida pela Hidrelétrica de Tucuruí, até hoje têm subsídios que levam prejuízo ao Governo de US$200 milhões/ano e atender o Projeto Carajás, que é inteiramente voltado para a exportação de matéria-prima, ou seja, expor-

tação de minério. Foi com esse objetivo que o Governo fez a Hidrelétrica de Tucuruí. Nenhum outro Estado da Região Norte é atendido pela energia dessa hidrelétrica. As cidades do meu Estado, agora, depois de três anos da inauguração da usina, começam a ser atendidas. Então esse é um exemplo de como as coisas funcionam. Elas funcionam porque as elites querem, da forma como desejam, e o Governo, que é manipulado por elas e detém todo o poder político, é que estabelece a forma como as coisas são feitas; a população não participa de nada, ela não decide, não influencia, não se impõe. Por que? Porque há uma deficiência muito grande de nossa parte no processo de organização. E assim são todas as questões.

Quando o Capi falou da questão da exportação de recursos naturais, é só pegar o levantamento da nossa balança comercial: 55% do valor da exportação do Brasil é de produtos semi-elaborados ou de recursos naturais; apenas 45% são industrializados. Nos outros países do mundo, é exatamente o inverso: 90% a 95% de produtos industrializados e quase nada de produtos *in natura.*

O Capi falou da castanha, que o cidadão que produz recebe 5%. No caso da madeira, é pior ainda e quem disse isso não fui eu, mas o Presidente do Ibama num debate aqui, no Senado da República, quando demonstrou que o dono da madeira que é extraída no nosso Estado, o dono da terra que vende a tora da madeira recebe um, sendo que o valor final, quando é transformada em móveis na Europa, é 176, ou seja, o dono da madeira recebe um, cento e setenta e seis avos do produto que vai ser industrializado na Europa.

Quando o Capi fala sobre essas coisas, quando olhamos o Brasil e vemos a situação que enfrentamos, ou seja, um país imenso, quinta nação do mundo em extensão territorial, um país de densidade demográfica baixíssima, pois somos 156 milhões de brasileiros para um território dessa extensão, um país que apesar de ser o oitavo Produto Interno Bruto do Planeta possui essa imensa desigualdade social e ainda tem desemprego. Como se pode admitir desemprego num país como o Brasil? Na área da agricultura, não estamos utilizando 10% da nossa capacidade. 80 milhões de toneladas de grãos significam 10% da nossa capacidade.

O Produto Interno do Brasil chega, hoje, a US$800 bilhões. A Inglaterra é quarenta vezes menor do que nós, tem duas vezes e meia menos população do que nós e o seu Produto Interno Bruto é de US$1,5 trilhão; o Japão, que é uma "porcariazinha" deste tamanho tem US$4,5 trilhões de Produto

Interno Bruto; os Estados Unidos são duas vezes maiores do que nós, com uma população de menos de duas vezes e chega a ter doze vezes o Produto Interno Bruto brasileiro. Então, se esses países têm essa capacidade produtiva com o tamanho e a população que possuem, como se justifica que não cresçamos e não consigamos dar emprego a todo o povo brasileiro? É tudo uma questão de política, de dominação.

Entendo que a questão do desenvolvimento sustentável, para não entrarmos em muitos detalhes, resume-se à sua própria definição. Desenvolvimento sustentável significa desenvolvimento que atenda às necessidades das atuais gerações. Quando falo em atendimento das necessidades das atuais gerações, estou falando em toda a população. Ora, se vamos construir uma hidrelétrica em Tucuruí, a primeira coisa que se tem que pensar é nas pessoas que estão no seu entorno. Como é que a energia vai para Santarém, para Itaituba, para Alenquer, para o Amapá, para o Amazonas, para Roraima? Como é que eu posso pensar em construir uma hidrelétrica e atender exclusivamente o interesse de duas empresas poluentes que vão beneficiar o alumínio no nosso País?

O SR. EXPOSITOR (Governador João Alberto Capiberibe) – Exportar energia em barra.

O SR. DEBATEDOR (Senador Ademir Andrade) – Exportar energia, porque o alumínio é energia condensada.

Então desenvolvimento sustentável é isso; não existe. Segundo, temos que pensar em gerações futuras. Ora, se não existe nem para a geração atual, imaginem qual é a preocupação que se tem para com a geração futura! Nenhuma. O que existe é lucro fácil, imediato, interesse instantâneo de ganhar dinheiro, e o Governo está aberto a tudo isso, porque é, de certa forma, dominado por essa elite que cria esse modelo em que estamos vivendo.

Então, companheiros, sintetizando o que deve ser o programa do Partido Socialista Brasileiro para fazer com que a sociedade assimile e construa uma alternativa de desenvolvimento sustentável, que é a palavra de ordem no mundo, que atrai todas as pessoas e que é possível até para aqueles que têm ranço contra o socialismo e o comunismo, porque o medo e a incompreensão a respeito dessa questão ainda é muito grande, essa é uma forma simpática de crescermos. Ninguém pode dizer que é contra um desenvolvimento que atenda a necessidade de todos, que satisfaça a todos, que dê o conforto, a saúde, a

habitação, o trabalho, o salário, o transporte, a segurança. É isso o que queremos, então é simpático dizer isso. É simpático desenvolver sem destruir, pensando nas gerações futuras, porém, para concretizar isso é preciso fazer política, é o que falta ao povo brasileiro. Isso não falta ao nosso Partido, mas ao povo brasileiro, que é a compreensão do nosso processo político. As elites dominantes têm o domínio do poder de comunicação. O povo brasileiro está num processo de crescimento, de aprendizado político; precisa, primeiro, aprender a escolher os governos e não é fácil um povo que não tem acesso à educação, à informação real saber escolher um governo. Ocorre ocasionalmente o povo saber escolher um governo como... Você não concorda com essa afirmativa, mas é a minha maneira de entender. Quem enfrenta eleições e sabe da influência do poder econômico e da influência do poder de comunicação sobre as pessoas evidentemente compreende a dificuldade do povo em buscar um rumo mais correto, a opção mais correta. Um dos artifícios das próprias elites foram os institutos de pesquisa, totalmente manipulados, vendidos às pessoas que pagavam pelos seus resultados. Um exemplo claro foi o da Marta Suplicy, em São Paulo, que perdeu a eleição por causa da pesquisa. No nosso Estado, um candidato adversário comprou o Brasmarket e o outro, o Ibope e cada um tinha um meio de divulgação para dar o seu resultado; nós não tínhamos nem Ibope, nem Brasmarket, nem meios de comunicação para dar o nosso. Isso influencia a cabeça das pessoas e faz com que elas decidam pelo que acham mais correto. Basta olhar os deputados que são eleitos, deputados estaduais e federais. Nós, que lutamos pelos interesses do povo, representamos uma minoria que está crescendo. A cada eleição que passa crescemos mais. Nós nunca perdemos, nunca nos reduzimos, porque a cada momento aumenta o nível de consciência política da população brasileira. Tenho compreensão clara disso. É só lembrar, em 1982, quando os Partidos de Esquerda se organizaram pela primeira vez, para ver que naquela época o PT fez cinco deputados federais; em 1985, o PSB fez uma. Então vamos ver o resultado de hoje, o que está acontecendo. Hoje somos 120 parlamentares no meio de 500; somos sete governadores no meio de 27, incluindo o Itamar, de Oposição, digamos assim. Então a cada eleição estamos crescendo, mas é um crescimento lento, para o qual temos que contribuir na sua aceleração. Esse é o nosso papel, porque governar para o povo, para fortalecer a população, as suas organizações já é um princípio básico nosso. É o que o Capi faz no Amapá, que eu conheço. E vejam bem, apesar da experiência, da dedicação, do empenho, da honestidade e da seriedade com que ele conduz o governo, ele quase perde a

eleição; ganhou com dificuldade. Vocês imaginem o que é o poder da mídia e das elites, porque o Capiberibe governa para o povo pobre, para o povo oprimido (Palmas), restituindo o direito desse povo, lutando pelos seus direitos, pela garantia da sua liberdade, da sua participação no processo administrativo, tudo isso, mas ele teve dificuldade para ganhar a eleição. Imaginem, então, como é onde não se tem poder nenhum, onde não se tem cargo, participação.

Fazer as coisas que ele colocou aqui já são propostas naturais, pensadas e analisadas por qualquer um, porque o nosso princípio é o de confiar na capacidade do povo, acreditar e se associar a essa capacidade popular. Creio que esse é o princípio de qualquer governo socialista. Deve-se fortalecer a organização do povo, acreditar nela, mesmo quando ela, em determinados momentos, possa se voltar contra você, mesmo que, no exercício de um governo, como é o caso do companheiro de Belém, os funcionários públicos se reúnam para questionar, para exigirem aumento. O governante de Esquerda tem que ter, minimamente, a capacidade de compreender o anseio e o desejo daquelas pessoas, tem que ter abertura para o diálogo, tem que enfrentar o diálogo sem medo, sem considerar que quem luta pelo seu interesse é seu inimigo, porque está lutando contra um governo que é seu. Essas são as nossas questões fundamentais.

Precisamos ganhar governos, abrir espaços, contribuindo sempre para o crescimento da consciência política da nossa sociedade. Só vamos mudar as regras do jogo quando tivermos mecanismos de participação mais eficientes, quando conseguirmos estimular o povo a participar mais desse processo, a brigar mais por ele.

Creio que, de maneira simples e resumida, para não tomar mais tempo no debate, era isso basicamente que eu tinha a acrescentar à manifestação do companheiro Capiberibe. (Palmas)

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) – Agradecendo a colaboração dos dois brilhantes expositores, vamos dar início às inscrições para os debates. Vou pedir à Magda para pegar o crachá. Os companheiros se inscrevem ali e, na ordem, vamos chamando-os para debaterem.

Companheiro Denis Gombergue. Antes de mais nada, deveríamos estabelecer um tempo para cada companheiro fazer a sua colaboração ou indagação, a fim de que pudéssemos, sem esvaziamento do plenário, propiciar a participação de todos. Sugiro que esse tempo seja de no máximo três minutos

para cada companheiro. Quando faltar um minuto eu avisarei, para que ele passe a fazer a conclusão da sua intervenção.

SR. EXPOSITOR (Governador João Alberto Capiberibe) – Pediria um esclarecimento ao Presidente. Ao final dessas inscrições na mesa haverá outra rodada ou será apenas uma vez para todos os inscritos? É bom vermos o número total. Quem sabe possa ser mais elástico o tempo.

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) – Pelo número que já vejo contado ali, se os companheiros seguirem essa sugestão da Mesa, é possível que possa haver uma segunda rodada, se não teremos que encerrar ao final desse primeiro ciclo de debates.

O SR. DENIS GOMBERGUE – Boa tarde, companheiros do Partido Socialista Brasileiro. Meu nome é Denis Gombergue, sou membro do Diretório Regional do Rio de Janeiro.

Gostaria, primeiro, de parabenizar o nosso Governador e o nosso Senador, que foram brilhantes na abordagem do tema e queria lembrar a pergunta que o nosso Senador fez: "Como executar o desenvolvimento sustentável?" Ele fez uma comparação, inclusive, entre o nosso PIB e o de outros países.

Identifiquei, no nosso caderno de teses, na página 25, uma proposta que foi elaborada pelo ex-Deputado Luiz Henrique Lima, do Rio de Janeiro, que é algo muito interessante. Gostaria de defender essa proposta.

A questão do desenvolvimento sustentável pode ser vista de diversas formas. Foi muito interessante a forma como o companheiro colocou, sucinta, fácil de ser digerida. Temos, no Brasil, algo que ninguém tem: 20% da biodiversidade mundial. Os países ricos se utilizam da nossa biodiversidade para toda essa manufatura e para a manutenção de suas riquezas e de seus PIBs. Em compensação, hoje em dia, já são contabilizáveis todos esses nossos recursos naturais que são usados, mas, na verdade, nós os doamos. É uma coisa até feia o que o nosso Governo Federal faz.

Alguns estudos realizados concluíram que o nosso patrimônio ecológico...

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) – Companheiro, permita-me pedir-lhe que fale ao microfone, porque todos os debates estão sendo

gravados e vamos fazer uma publicação com a intervenção de todos os companheiros.

O SR. DENIS GOMBERGUE – O nosso patrimônio ecológico circulante supera em muitas vezes o nosso PIB e isso está sendo vilipendiado. Se contabilizarmos e cobrarmos essa dívida ecológica, ela é muito maior do que a nossa dívida externa. Nos países mais desenvolvidos isso já é feito normalmente; no Brasil não se tem nem uma fórmula homogênea de contabilização

Sou ambientalista no Rio de Janeiro, tenho pós-graduação em ecologia e gestão ambiental e não temos uma fórmula homogênea de contabilização disso, mas temos como contabilizar. Isso é muito fácil. Se levantarmos essa dívida e começarmos a cobrá-la, poderemos realizar a inversão do que chamamos em ecologia de "ordem das bicadas", correspondente a quem manda no mundo.

Este documento, chamado "O desenvolvimento sustentável sob uma perspectiva socialista democrática", apresenta uma proposta que quero sustentar e garantir neste grupo de trabalho. O PSB deve exigir a contabilização da dívida ecológica da qual o Brasil é credor e deve ser identificado como autor desta proposta já a partir dos discursos que forem para a mídia a partir das próximas eleições. O mundo caminha para esse lado e o Brasil só é credor nessa área. Pode ser o início da inversão da ordem mundial e o PSB poderá ser o detentor dessa proposta de mudança. Obrigado. (Palmas)

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) – Companheiro Manoel Paulino é o próximo e Leocádia.

O SR. MANOEL PAULINO – Meu nome é Manoel Paulino, sou de Minas Gerais, também sou biólogo naturalista e gostaria de fazer algumas sugestões em relação a um trabalho que já vem sendo muito bem feito. Analisei o trabalho do Capi e do Leonelli, mas achei os trabalhos muito gerais para a nossa população de base, para os nossos companheiros. Gostaria que o Capi, nesse trabalho, colocasse a linguagem que usou aqui: simples, adequada, sutil e extremamente esclarecedora.

Para comprovar aquilo que ele disse em relação à população brasileira de um modo geral buscar conhecimentos, ele gosta de buscar o conhecimento no estrangeiro quando de suas viagens, mas o conhecimento, principalmente em relação à ecologia, está aqui, nas nossas raízes.

Há cerca de dez anos mais ou menos, foi lançada uma nova ciência, que se chama Etnobotânica, cuja bibliografia tem cerca de 17 trabalhos, todos eles de autores americanos. Esse trabalho foi feito com os índios da Região Amazônica, principalmente os caiapós. Eles se estabelecem lá, dialogam com os índios e determinam práticas que estão sendo exigidas. Este é um trabalho que traduzi para uma colega de Recife que está querendo fazer pós-graduação em etnobotânica, usando um trabalho estrangeiro. A Faculdade de Cuiabá exigiu-lhe que apresentasse um trabalho baseado nessa tese. Considero isso extremamente absurdo.

Então gostaria de apelar ao Governador, pela sua influência política no Estado, e até ao Senador Ademir Andrade que procurem inverter esse tipo de situação. Precisamos que haja incentivo à pesquisa para que os pesquisadores estudem o que nos interessa. Isso vai ao encontro do que ele falou, no sentido de que nós realmente nos abrimos para o exterior, mas nos esquecemos daquilo que temos aqui, que nos é mais caro e tem interesse máximo para os pesquisadores, principalmente americanos. O objetivo deles é produzir remédios para nos venderem a preços altíssimos. Já fazem isso há bastante tempo, mas seria o caso de os nossos políticos tentarem.

Quando ouço falarem aqui das elites, penso: "Caramba, não temos uma elite também?" Os nossos políticos, Senadores, Governadores, prefeitos, não constituem parte dessa elite política e não poderiam interferir de alguma forma nesse processo?

Por outro lado, já que o Partido tem as secretarias e como agora foi criada a Secretaria do Meio Ambiente nos diretórios, que se coloque como prioritária nas Secretarias do Meio Ambiente a formação de um grupo de alto nível em termos intelectuais: biólogos, engenheiros sanitaristas, químicos, físicos, geólogos e alguém qualificado na questão de pedagogia, para transformar esse trabalho numa linguagem adequada para as nossas massas, para os nossos militantes, quando então formaremos os nossos vereadores, dando palestras e qualificando-os para que possamos realmente fazer parte desse trabalho que venha a render alguma coisa para o povo brasileiro. Então que o Partido tome para si essa bandeira, que execute essa tarefa com capacidade e possa, dentro de pouco tempo, contar em todos os quadros de norte a sul do País, com pessoas qualificadas, principalmente os nossos representantes legislativos e executivos que falem essa linguagem, que é interessantíssima e, parece-nos, será a grande linguagem do Terceiro Milênio, sobre o trabalho dentro do desenvolvi-

mento sustentável nas diversas versões que existem por aí. Era o que gostaria de falar. (Palmas)

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) - Companheira Leocádia Alves Silva, Delegada de Pernambuco.

A SRª LEOCÁDIA ALVES SILVA - Sou Leocádia, mas sou mais conhecida como Leda Alves.

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) - Desculpe-me, porque não sabia que você era a Leocádia. Conheço-a há trinta anos, mas não sabia disso.

A SRª LEOCÁDIA ALVES SILVA - Um é nome de guerra; outro é nome de paz.

Dirijo-me diretamente ao Governador Capiberibe, nome de um rio nosso, muito bonito e querido, mas lá também o poeta chama Capiberibe ou Capibaribe. Dirijo-me a você, socialista e Governador de um Estado que pertence a uma região culturalmente riquíssima deste País. Você se referiu às riquezas que o Brasil tem como nação, como país, mas ressalvo as riquezas que o País tem nas suas manifestações culturais.

Trabalho há mais da metade da minha vida convivendo com os artistas populares, gerindo órgãos de cultura do Governo Miguel Arraes - trabalhei com ele em dois governos - e em outros que ele me indicava. Peço-lhe que me dê uma informação: de um lado há uma riqueza imensa que sua região, principalmente, tem. Tenho até muita vontade de conhecer o Pará, porque conheço Amazonas e São Luís, mas olho para lá com uma esperança ainda de ver a ressurreição da cultura brasileira, porque também pertenço ao Nordeste.

Você sabe tão bem quanto qualquer um de nós o que está acontecendo com o processo de globalização sobre a cultura brasileira, que vem desde o nosso Português, do nosso vernáculo, passando pela nossa música, literatura, danças, ritmos e manifestações. Você sabe que dentro desse processo de globalização o artista, nossos poetas, dançarinos, músicos, compositores, pintores, enfim, toda essa gama tão rica de fazedores de cultura faz parte da camada dos excluídos. No "apartheid" brasileiro, que Cristovam tão bem define, os artistas populares têm um lugar de terceiro rechaço. Então o que você tem feito, que experiência você tem tido na sua região no sentido de apoiar, reforçar e incentivar as manifestações culturais brasileiras nas linguagens

negra, indígena e branca para que não desapareçam, uma vez que elas são e definem a identidade de um povo. Estamos vendo que os meios de comunicação de massa, pior do que o tanque e a arma, estão dizimando a nossa cultura. Quero saber se isso consta dos seus planos, dos seus projetos de desenvolvimento sustentável.

Em nenhum relatório de Partido Político encontro algo direto sobre cultura. Sempre se fala em cultura, algo indireto, por cima, mas ninguém se volta concretamente até para relato de experiência. Então pergunto-lhe como você pensa nisso e que proposta você tem tentado executar ou apresentar ao Partido também.

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) - Companheiros, estou inscrito agora, alguém controle o meu tempo por favor.

Antes de mais nada, gostaria de dar o meu testemunho. Tivemos a oportunidade, todos nós, da Executiva Nacional, de visitar o Amapá e realmente pudemos conhecer uma experiência de governo que considero altamente bem sucedida, que se consolidará no segundo mandato de Capiberibe, mas já dá para termos uma visibilidade daquilo que poderá ser num futuro breve uma bandeira que possa ser agregada a algumas outras importantes que possa o nosso Partido levantar para apresentar à sociedade brasileira como solução para os seus mais graves problemas.

Gostaria também de assinalar que quando se fala em desenvolvimento sustentável e globalização, não podemos deixar de falar na questão da soberania. O Governador Capiberibe levantou essa questão, citando o final das fronteiras nacionais, porém elas não deixam de existir, não a fronteira geográfica, o risco do mapa, mas a fronteira cultural sobretudo e a econômica também. Parece-me que na sua exposição, uma das questões mais importantes que foram levantadas é a da identidade cultural. Se estamos nessa situação, não é apenas uma questão econômica ou política, mas também de identidade cultural. Um povo que não tem cultura e não a preserva rigorosamente não pode ser chamado de povo, porque um povo se caracteriza pela sua cultura, pela sua língua, pelos seus costumes, tudo aquilo que nos diferencia. Sabemos que existe fronteira porque, se formos a Livramento e atravessarmos para o Uruguai ou para a Argentina, percebemos que estamos em outro país, uma vez que há outra língua, outros costumes, pessoas com outras caras, fisicamente diferentes. Então as fronteiras, nesse sentido, continuam a existir. É nesse ponto que po-

demos fazer um grande trabalho, na área cultural e isso também está sendo feito no Amapá, porque tivemos oportunidade de testemunhar, assim como também foi feito em Pernambuco, nos diferentes governos do Dr. Arraes. Outros companheiros também estão fazendo isso, como o Célio, em Belo Horizonte, e todos os nossos governos.

Quando se fala em desenvolvimento nacional, enfatizo também a questão do eixo estratégico do nosso desenvolvimento. Estamos claramente vendo que este governo que aí está tem um eixo estratégico. O eixo estratégico do Governo Fernando Henrique Cardoso é aquele que atende aos interesses dos países centrais. Eles decidiram que terão o controle não apenas do Brasil, mas de diversos países do mundo quanto à energia, telecomunicações, recursos minerais, gás, petróleo e outros e deverão impor a esses países uma forma de governo e uma economia que estão voltados para a exportação, não para o mercado interno. Temos que exportar aquilo de que eles necessitam, pelo preço de mercado que eles nos impõem, sem produzirmos para o nosso consumo, ignorando o mercado interno, que, no Brasil, com a população que tem, poderia ser muito desenvolvido, como muito bem defende Celso Furtado. Isso não quer dizer, por outro lado, que devamos nos fechar para o mundo. O Brasil, pela importância que tem a sua economia, tem que estar integrado, mas de forma soberana e autônoma, a partir de um projeto nacional, que tenha como meta, sobretudo, atender a sua população, o desenvolvimento deste País, investindo em ciência e tecnologia. Como disse o Governador Capiberibe, exportamos produtos primários e ficamos à mercê da tecnologia que poderíamos estar desenvolvendo nas coisas mais simples. Isso também é uma imposição de governos sucessivos.

Para concluir, o Governador também se referiu a isso, mas gostaria de enfatizar o investimento no ser humano, no fator humano. Um país com as desigualdades sociais que tem o Brasil não pode se dar ao luxo de ter as desigualdades salariais que observamos. É absolutamente impraticável ter essas desigualdades salariais com relação ao valor do salário mínimo e à renda nacional. Isso implica distribuição de renda e de bens, de patrimônio. Os recursos estão concentrados. Qualquer partido político deve entender a necessidade de resolver não apenas as questões conjunturais que nos estão sendo impostas por este governo, mas sobretudo as questões estruturais que existem desde que o Brasil é Brasil e continuam intocadas. A única possibilidade de discutir e enfrentar essas questões foi interrompida em 1964, quando se começava a discu-

tir, encaminhar e possibilitar a organização dos movimentos sociais e populares para enfrentar essas questões. Esse desenvolvimento interrompido, como diz Celso Furtado, haverá de ser retomado um dia, no sentido de que possamos assumir como Partido uma força nacional que veja o Estado e a Nação, querendo representar não apenas uma classe, mas os interesses mais legítimos dessa grande nação, mesmo confrontando-se muitas vezes com interesses corporativos que muitos dos nossos governos têm que enfrentar em detrimento de interesses da população. Muito obrigado. (Palmas.)

Companheiro José Reinaldo.

O SR. REINALDO FALCÃO (Alagoas) - Sou Reinaldo Falcão, de Alagoas.

Gostaria de ressaltar um ponto que considero da maior importância. No momento da elaboração do programa de Ronaldo para o governo de Alagoas, visitamos o governo de Capiberibe, no Amapá, e entendemos que o Partido Socilaista Brasileiro, ao colocar esse tema "Proposta socialista de desenvolvimento nacional", mais do que nunca necessita conhecer o que se faz nos governos socialistas. É algo fundamental que os nossos militantes, os nossos candidatos a governos municipais, vereadores, necessitam conhecer mais profundamente. O Partido, a nossa Executiva Nacional, devem permitir, através da produção de documentos, debates e seminários, que esses companheiros conheçam aquilo que se faz nos governos socialistas, governos que já estão com mandatos pela segunda ou terceira vez. São governos que representam a alternativa de mudança para este País tanto em nível nacional, quanto regional.

Como esse tema está sendo colocado, não poderia deixar de dar o meu testemunho em relação ao que se faz no Amapá. Fiquei muito satisfeito pela oportunidade de conhecê-lo, então acho que o nosso Partido está perdendo muito tempo em não mostrar aquilo que é feito pelos nossos companheiros. É necessário permitirmos essas oportunidades, porque hoje, para o debate nacional, não temos muitas propostas a serem colocadas pelos Partidos de Esquerda que definam claramente aquilo que se deve fazer como alternativa para o modelo que aí está, mas dentro do nosso Partido temos isso realizado, temos o povo com esse produto em mãos, isoladamente, em alguns pontos do País. Então é necessário que se faça um estudo disso, que se produza uma forma de levar esse conhecimento à população do País, mas primeiro a nós, militantes, para que possamos acreditar ainda mais naquilo que fazemos e que é possível fazer.

Temos, hoje, um modelo de desenvolvimento regionalizado em que a Sudene está falida, assim como a Sudam. O Governo não se preocupa com isso, alimenta esse processo a cada dia e ficamos olhando, olhando, sem nos manifestarmos contra. Se temos no Nordeste grande número de companheiros com mandato, no Executivo e no Legislativo, na Região Norte e na Sul, é necessário somarmos esses esforços. Não podemos ficar, a cada dois anos em que se reúne o Congresso Nacional, aplaudindo alguns companheiros que desenvolvem os trabalhos "a", "b", "c" ou "d", mas temos que estar juntos e construir realmente esse modelo em nível nacional, dando conhecimento daquilo que se faz.

Então faço essa proposta, no sentido de que urgentemente, a partir deste grupo que assume a direção nacional hoje, se coloque em pauta esse tipo de atividade como a única forma de dar conhecimento e de conhecer o que se faz para que possamos, em nível nacional, apresentar concretamente uma alternativa de governo que mude a "cara" do nosso País, a situação de miséria em que vive o nosso povo. (Palmas)

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) - Companheiro João Milhomem.

O SR. JOÃO MILHOMEM (Amapá) - Companheiros e companheiras, boa tarde. Somos do Amapá e estamos vivendo a experiência do desenvolvimento sustentável naquele Estado, que não é algo novo, mas muito antigo, dos incas, astecas e maias, que, na sua forma de produção e distribuição de riqueza, já o adotavam há muitos anos. Eles tinham respeito em relação aos recursos naturais e desenvolveram, inclusive, tecnologias próprias para tratá-los. A praxe desses índios está sendo colocada em prática não só pelo Governo do Amapá, mas pelos próprios ribeirinhos, caboclos, índios da Amazônia em geral, povos da floresta. Essa prática deve ser adotada como programa do PSB para todo o Brasil, porque é uma experiência que deu certo, o Governador já foi eleito pela segunda vez, o que mostra que essa proposta foi sustentada pela população amapaense. Antes do Governo Capi, tivemos 40 anos de ditadura no Estado do Amapá. No resto do Brasil, vivemos a ditadura por 25 anos, mas no Amapá éramos território e para lá sempre se mandavam generais indicados pelo Presidente da República como governadores. Então, no Amapá, vivemos a ditadura militar por muito mais tempo do que no resto do Brasil. Ali as elites conservadoras, os grandes empresários até hoje geram dificuldades ao desenvolvimento do programa de desenvolvimento sustentável, porque

deslocou-se grande parte da aplicação do dinheiro público para os castanheiros, para aqueles que eram marginalizados durante todo esse processo histórico que o Brasil está completando nos seus 500 anos. Os castanheiros, os índios, as parteiras, os moveleiros, toda aquela população de pequenos e médios empresários que sempre foi marginalizada, desprezada, foi atendida pelo PSB, que soube deslocar o dinheiro dessa elite conservadora para essa população. Isso demonstra a democratização do acesso ao recurso e a distribuição da riqueza.

Também temos que resolver a questão da democratização do Estado, que não passa somente pela municipalização, mas pelo acesso da sociedade civil à discussão e decisão sobre a aplicação dos recursos orçamentários.

Essa experiência é um resgate para a população do Amapá de algo que o PT adotou como bandeira de luta. O PSB também precisa de uma bandeira de luta e o desenvolvimento sustentável pode ser essa bandeira para o Partido, porque hoje, com esse processo de crise de toda a dimensão, precisamos desse modelo como proposta para alavancar o nosso Partido.

Queremos dizer ao companheiro do Rio de Janeiro que fizemos mestrado em Economia Ecológica em Costa Rica, onde já se vendem serviços ambientais com a cobrança de mais ou menos US$20 por tonelada de armazenamento de CO2 e na Amazônia temos uma quantidade muito grande de florestas em que esse serviço pode ser vendido não só para os países que são beneficiários dele, mas para o Brasil. Está na nossa proposta, de forma explícita, que o Fundo de Participação do Estado possa ser aumentado de acordo com a preservação do patrimônio natural. Hoje, 97% dos nossos ecossistemas estão conservados, então há necessidade de que o PSB, nas suas propostas de governo, considere essa questão do Fundo de Participação do Estado e que os nossos Senadores possam colocá-la também como proposta para que um Estado como o Amapá, que preserva a natureza, possa receber, além dos recursos normais, de acordo com a sua conservação da natureza. Seria a contabilidade verde que alguns países já estão discutindo há muito tempo, a qual está implícita na nossa proposta de desenvolvimento sustentável, podendo ser também uma bandeira de luta do PSB.

Fomos o primeiro Estado a criar uma lei sobre biodiversidade, justamente por causa da biopirataria que existe na Amazônia. Temos uma lei aprovada pela Deputada Janete, que está também no nosso programa, para fazer frente a essa questão da saída de produtos genéticos da Região Amazônica.

Estamos promovendo um processo de integração com a Guiana Francesa, porque o seu departamento vive algo semelhante ao que acontece em nosso Estado. É um departamento discriminado pelo Governo francês. Há um processo iniciado pelo Governador Capi, de relação entre a Guiana Francesa e o Amapá, inclusive com aproximação da União Européia que a representa. Isso poderá ser uma porta aberta para o mercado europeu.

Estamos abertos a qualquer Estado para darmos a nossa contribuição e mostrar a experiência do Estado do Amapá, a fim de que os companheiros possam visitá-lo e conhecer de perto a forma como o PSB do Amapá desenvolveu a proposta socialista na prática. É o que chamamos de "Proposta socialista para o desenvolvimento sustentável", tese que está sendo defendida agora e indicada como tese do programa de governo do PSB. (Palmas)

Passo a palavra à companheira Vanja Campos.

A SRª VANJA CAMPOS (Pernambuco) - Governador Capiberibe, sou Vanja, de Pernambuco, sou uma militante do Partido Socialista. Governador, sinto-me como se estivesse numa sala de aula, uma aluna meio nervosa e incompetente também, aprendendo com os companheiros, com sua palestra e com a do Senador Ademir Andrade. Acho que temos uma preocupação em comum, que são duas questões básicas que se ligam: a globalização e o desenvolvimento sustentável, além da preocupação latente entre todos, que é saber qual é o desenvolvimento que se sustenta e quem vamos sustentar.

Nesse sentido, anotei uma questão que o senhor colocou. Gosto de escrever, sabe Governador? Como sou metida a escrever, a minha curiosidade, por conta disso fica muito aguçada e obrigo-me a ler. O conhecimento que tenho da Suíça vem apenas de algumas leituras, por isso queria que o senhor me ajudasse caso eu tenha anotado algumas incorreções aqui.

Quando o senhor fala do modelo implantado na Suíça, na minha cabeça aquele país parece ser menor do que a Região Metropolitana de São Paulo. É um país muito pequeno, basicamente constituído de pequenas propriedades, quase todas não chegando a ultrapassar nem três hectares, de uma economia familiar bastante forte. Tive muita dificuldade em imaginar como esse modelo pode ser adaptado em vários níveis.

O senhor falou na questão da cadeia produtiva. Quando ela me vem à cabeça, em primeiro lugar, penso na questão da terra. Posso estar equivoca-

da, mas senti falta de uma colocação sobre a questão da terra e, em segundo lugar, da questão sobre as formas de trabalho implantadas diante da pequena ou da grande extensão.

O Brasil é constituído por grandes propriedades produtivas e improdutivas, propriedades produtivas com trabalho ainda escravo. Enfim, percebemos que essa questão da terra sempre fez parte da luta do povo brasileiro, mas tem diferentes compreensões. Por exemplo: o trabalhador da Zona da Mata de Pernambuco convive com grandes áreas de plantação de cana. Há algum tempo, imaginava que o trabalhador da cana quisesse terra ou que não quisesse nem plantar cana, que discordasse do seu plantio. Pensei também que fosse essa a grande questão, mas há outra que talvez se sobreponha a essa, que é a forma de trabalho. O trabalhador da cana quer continuar plantando cana, mas de uma forma diferente, uma cana moderna como se planta na Venezuela, em Cuba, enfim. Ele quer - os companheiros da agricultura ajudem-me nessa classificação - uma relação de trabalho menos selvagem, ou não-selvagem; ele quer um transporte seguro. Há os que precisam urgentemente de terra e ao redor dela surgem as grandes e profundas lutas do povo brasileiro.

Como podemos imaginar o Brasil, com a terra que tem, a divisão que existe, a forma de trabalho que possui ainda hoje, espantosamente em grandes áreas, como imaginar um país que ainda não tem uma política básica para a agricultura... O trabalhador da cana quer que o País negocie um melhor preço para o seu produto no exterior. Não sei, com tantas impossibilidades, com tanta coisa sendo colocada como obstáculos por este Governo, por onde começaremos a tentar nos aproximar um pouco da Suíça.

Parece-me que o senhor foi lá; falou alguma coisa ontem, no seu discurso. Fiquei impressionada com a sua ida a alguns países europeus e queria extrapolar um pouco as minhas leituras, chegando mais perto dessa comparação, neste momento. Obrigada. (Palmas)

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) - Companheiro De Césaro, do Rio Grande do Sul.

O SR. DE CÉSARO (Rio Grande do Sul) - Cumprimento, primeiramente, o Governador Capiberibe. Hoje, finalmente, tive o privilégio de assistir a sua exposição. Havia perdido a oportunidade em outras ocasiões, mas volto contente agora para o Estado. O senhor é uma referência para o pessoal do nosso Estado (Palmas). O Rio Grande do Sul começou a debater

mais intensamente o desenvolvimento sustentado a partir da experiência do Amapá.

Creio, Siqueira, que no Grupo 2, "A proposta socialista de desenvolvimento nacional", deveria ter havido mais trabalhos; estamos só com um, o que é uma pena. Fizemos um trabalho no Rio Grande do Sul, que foi aprovado, mas não está aqui porque não tinha cinco laudas, exigidas pela Nacional no regulamento. Então vamos reproduzi-lo depois.

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) - Pedi para fazermos a redução, a fim de possibilitar...

O SR. DE CÉSARO (Rio Grande do Sul) - Eu sei, foi uma questão de formalidade, então vamos trabalhar isso de outra forma.

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) - O rigor da formalidade veio de lá, companheiro, não foi nosso.

O SR. DE CÉSARO (Rio Grande do Sul) - Não é culpa da Nacional; nós não enviamos, porque não tinha cinco laudas. Então vamos circular essas informações pela Internet, enfim, vamos continuar o congresso que é o que temos que fazer.

Estamos percebendo que há uma transformação no mundo e o PSB tem que entendê-la, senão ele vai ficar deslocado do rumo dos acontecimentos e caminhará para trás. Temos que conhecer o que é sociedade pós-industrial, como essa sociedade está determinando novas relações de produção em todos os campos. Entre tantas características dessa nova sociedade, a pós-modernidade como chamam alguns, está a questão do conhecimento. Para nós, uma política clara de acúmulo de conhecimentos em todas as áreas, em todas as regiões, é vital e deve ser determinada pelo Partido. Do contrário, o resto perde conseqüência. (Palmas)

Cito como exemplo a própria Região Amazônica, o patrimônio genético mais rico do mundo, mas não temos uma política de acúmulo de conhecimentos, de pesquisa científica naquela área. Já há 17 medicamentos que os americanos nos vendem retirados da Amazônia. Eles fazem aquilo que não fazemos; a culpa não é deles, é nossa.

O SR. EXPOSITOR (Governador João Alberto Capiberibe) - Permita-me interrompê-lo, companheiro. Nós desenvolvemos em torno de 70 fitofármacos a partir de pesquisa.

O SR. DE CÉSARO (Rio Grande do Sul) - Olhe aí, que seja nessa direção, Governador, mas no resto da Amazônia, onde nós não estamos como governo ainda, não fazemos.

O SR. EXPOSITOR (Governador João Alberto Capiberibe) - São informações que preciso dar, porque são importantes.

O SR. DE CÉSARO (Rio Grande do Sul) - Segunda questão, houve uma época em que a esquerda lutava pelos projetos nacionais como forma de viabilizar o País. Isso, para nós, morreu. Hoje, graças à disponibilidade do conhecimento, à facilidade maior que temos de acessar o conhecimento, existe uma possibilidade grande de realização dos projetos regionais. Cito como exemplo a Região do Veneto, na Itália, de onde sou, inclusive, originário. Em 20 anos, companheiros, os venetos, com três milhões de habitantes apenas, realizaram o seu projeto regional e hoje exportam para o mundo mais do que o Brasil inteiro. Trataram de selecionar áreas, acumularam conhecimento, buscaram técnicos, engenheiros, etc., são os campeões mundiais da indústria ótica, produzem armações e tudo o mais. Eles não possuem recursos naturais praticamente, mas exportam mais para o mundo do que o Brasil inteiro.

Isso nos remete à avaliação dessa questão dos projetos regionais de forma descentralizada. Aliás, aprovamos, no Congresso de Alagoas, uma tese sobre a descentralização. O Rio Grande do Sul a apresentou baseado num estudo feito sobre a obra de Tavares Bastos, um positivista alagoano do século passado, que fez uma belíssima obra chamada "Província", cuja atualidade é fantástica. O Partido já a aprovou, mas infelizmente, no PSB, os nossos parlamentares não se pautam pelas idéias aprovadas nos Congressos. É um problema que temos que resolver. Não sei por que vereadores, deputados, etc. não procuram defender, nas devidas instâncias, aquilo que o próprio Partido aprova nos seus Congressos. Temos que promover essa unificação para darmos coerência e unidade ao Partido. (Palmas)

A questão dos projetos regionais é uma possibilidade, portanto, que temos que considerar. O exemplo do Amapá é, por si só, suficiente para que trabalhemos, em cada região, as suas vocações em função de suas culturas e dos seus recursos. Temos uma política diferente, porque não possuímos os recursos do Amapá, assim como aquele Estado não produz relógios, mas traz da Suíça. Enfim, vamos tratar descentralizadamente a questão dos projetos regionais. Projeto nacional é impossível. Duvido que alguém tenha uma sabe-

doria tão divina, tão potente para conseguir fazer um projeto nacional, a não ser que parta disto: cada um faz a sua parte.

Terceiro, temos que articular uma forma, antes de chegarmos ao poder político no Brasil, de destruir essa máfia que age nacionalmente. Sabe-se hoje que existe uma máfia articulada de norte a sul do Brasil. São quadrilhas que governam os Estados em Partidos diferentes, mas sistematicamente assaltam o orçamento público com golpes de bilhões e bilhões que seriam suficientes para erradicar toda a pobreza do nosso Brasil. Façam apenas a conta do processo de privatização e todos ficarão abismados. O Ademir, inclusive, já fez essa conta. Por si sós, os dados falam. Não adianta chegarmos ao governo sem termos nos preparado previamente, como esse pessoal que está nos Ministérios, nos BNDES da vida, articulado com essa máfia dentro do Judiciário, com os organismos internacionais e assim por diante. Governar o Brasil não vai ser fácil.

Por último, deixo uma questão que é fundamental: nenhum povo, nenhum país, cidade ou vila se desenvolve se não acordar no sentido da determinação. Somos muito "gigolôs de vaca", estamos dormindo e esperando que os outros façam por nós aquilo que temos que fazer. Há uma parábola no Rio Grande do Sul que depois vamos imprimir e distribuir: a determinação é o capital principal de uma sociedade na direção da sua qualidade de vida, da sua dignidade, da sua justiça social. Fora da determinação nada acontece. Os chineses, no nosso outro Congresso, relataram-nos a sua experiência em que também havia este problema: capitais, tecnologias aos montes jogados nas regiões, mas não acontecia nada. Depois descobriram que era necessária uma revolução cultural, comportamental, na cabeça dos indivíduos, para que cada um sentisse o desejo de mudar de vida, o desejo de construir uma vida diferente. Sem isso, não adianta capital, política, cursos, "o diabo", nada acontece. Primeiramente é preciso essa política de acordar todos os indivíduos para que se determine o que se quer construir. Isso anda junto com qualquer projeto. O ponto de vista econômico apenas não é suficiente para atingirmos os nossos objetivos. Obrigado. (Palmas)

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) - Companheiro Ricardo Hatushi, do Distrito Federal.

O SR. RICARDO HATUSHI (Distrito Federal) - Acabei de escrever um pequeno artigo no qual busco demonstrar que o Estado do Amapá

é novo na política brasileira, na medida em que temos diversas experiências localizadas, setoriais, regionais, mas é a única experiência numa unidade da federação brasileira. Isso é muito interessante, porque uma unidade federativa contempla, do ponto de vista político-administrativo, tudo que existe nas demais unidades federativas. Nesse sentido, é realmente novo.

A questão que quero apresentar é de ordem teórica e conceitual, voltada para a nossa economia interna. Do ponto de vista da teoria marxista, Governador, em quê o desenvolvimento sustentável nos permite um avanço, especialmente a nós, que temos uma origem, uma história de Partido Socialista que propõe um socialismo democrático? Essa é a primeira questão que quero colocar, porque me parece que, em grande medida, perdemos o senso dialético dentro do Partido. Queria até discordar do Senador Ademir Andrade, que disse que a aceitação desse discurso era uma coisa fácil dentro do Partido. Não me parece que tem sido. O que tem ocorrido dentro do Partido é a repetição de discursos que são, muitas vezes, dualistas, sem serem nem um pouco dialéticos.

Outro avanço que me parece que o desenvolvimento sustentável contempla é o fato de ter tomado o arcabouço teórico e tê-lo aplicado num contexto cultural diversificado como é o nosso. Somos uma cultura com os três principais troncos da cultura nativa: indígena, negro, branco, árabe, nipônicos, novos processos de migração européia, quer dizer, somos profundamente diversificados e não poderíamos, de forma nenhuma, por mais que gostemos da teoria marxista, aplicá-la sem uma abordagem cultural.

Preocupa-me esse discurso de certa forma hegemônico no Partido, porque parece que nos remete a um Partido de palavras de ordem. Nesses aspectos gostaria que o Governador fizesse algumas considerações, quanto às dificuldades do discurso do desenvolvimento sustentável definitivamente permear este Partido, até porque me parece - e isso é absolutamente intuitivo, não tenho uma avaliação concreta, científica disso - que essa pode vir a ser uma bandeira de convergência das Esquerdas no Brasil.

Tenho ouvido do Governador, vez por outra, que o desenvolvimento sustentável pode se prestar a uma reprodução do capitalismo. Gostaria que o senhor colocasse essa questão presente e que ratificasse a importância de termos um discurso renovado. Não é o novo que vai se erigir sobre o nada, mas o novo que vai se erigir sobre as nossas experiências políticas, culturais, econômicas e sociais. Não é o novo "modernoso", não estou falando desse aspecto.

Para finalizar, já que se falou na questão da terra, queria enfatizar a importância de fazermos essa revisão teórica, conceitual e filosófica dentro do Partido. Remeto-me à questão da reforma agrária no Brasil, onde temos a liderança do MST de um lado, de outro o Estado, ambos propugnando por uma reforma agrária assentada sobre a pequena propriedade familiar. Do meu ponto de vista, a reforma agrária assentada nessas bases nega as condições culturais e ambientais deste País de forma claríssima. O negro, quando rompe com a casa grande, não vai formar pequenas propriedades familiares, mas quilombos, com uso comunitário, cooperativo, sustentável da terra. Nenhuma das comunidades indígenas do Brasil aceitou se deixar absorver pelo modelo da pequena propriedade. Ou elas se acabaram ou tentaram, de uma ou de outra forma, manter esses modelos de uso social da terra ampliado. Pode parecer uma heresia, mas pelo menos a reforma agrária, paga pelo Estado com recursos do País, pode sinalizar mais a concentração de terras com uso social ampliado, do que uma divisão de terras a qualquer preço. E há mais um agravante: quando se repartem terras, repartem-se microbacias; quando se repartem microbacias, degrada-se o recurso estratégico mais precioso que temos, que é a água.

Então, Governador, são essas as considerações. Concluindo, gostaria de ratificar que estou muito preocupado com a possibilidade de sairmos do Congresso como um Partido de palavras de ordem e não como um Partido com possibilidade de intervenção e de construção do socialismo na prática, no campo popular, junto com as comunidades de base, porque no fundo, no fundo, o desenvolvimento sustentável começa no desenvolvimento do homem, no desenvolvimento comunitário. (Palmas)

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) - Antônio Campelo, do Amapá.

O SR. ANTÔNIO CAMPELO (Amapá) - Meu nome é Antônio Campelo, sou do Amapá. Queria saudar a Mesa em primeiro lugar, parabenizar os brilhantes expositores e os companheiros presentes, em especial todo o pessoal que veio do Amapá, em torno de 180 pessoas, que viajaram de barco e de ônibus durante quatro dias para participar deste encontro.

Este é um momento histórico para o Partido Socialista Brasileiro, quando se discute uma proposta socialista de governo, que se contraponha a esse modelo neoliberal atualmente implantado, que vem sendo comandado por

Fernando Henrique, um modelo que não consegue atender os verdadeiros interesses da sociedade. Continuamos com um crescente desemprego, com uma grande exclusão social e isso é uma crise do modelo neoliberal, não somente do Brasil. Como o Senador Ademir Andrade falou, temos que mostrar para a população que temos um modelo de desenvolvimento viável. Temos que sair daqui com uma proposta séria, para ser apresentada à população brasileira, não somente com palavras de ordem, como o colega Ricardo falou anteriormente. Temos que sair com uma proposta socialista amparada nas bases do desenvolvimento sustentável, não apenas nas bases teóricas de um desenvolvimento sustentável construído na Europa, sob as ordens das grandes instituições financeiras internacionais. Temos que construir uma proposta nossa, socialista, para apresentar ao País.

Nós, do Amapá, apresentamos uma tese "Proposta socialista para um Brasil sustentável". Como vocês podem ver na página 25, mais de 100 pessoas assinaram essa tese, que foi discutida em nossas bases e não foi construída somente por uma ou duas pessoas. Ela foi amplamente discutida e aprovada.

Não queremos um determinado crescimento econômico, mas um crescimento apoiado na eqüidade social, com menos exclusão social e preservação do meio ambiente. Apoiados nesse tripé, temos que construir uma proposta socialista viável para se contrapor a esse modelo neoliberal, espoliativo e excludente da maioria da sociedade.

Uma das coisas que foram faladas aqui pelo nosso Governador Capiberibe foi a respeito dos grandes avanços econômicos e sociais experimentados no Amapá, mas a maior contribuição que vejo no Governo Capiberibe foi a mudança de mentalidade, porque havia uma certa sociedade entre o governo e as elites conservadoras do Amapá em que elas manejavam todo o capital existente no Estado. Essa mentalidade foi alterada. Hoje temos uma sociedade entre todos os movimentos populares e o governo, onde há não só o orçamento participativo, mas um planejamento do orçamento e a também chamada execução participativa. Esse foi um dos maiores avanços conseguidos pelo Governo Capiberibe. É isso que queremos para o Brasil.

Foi dito que ao abrirmos nossas revistas vemos notícias sobre CPI do Narcotráfico investigando corrupções em vários setores da nossa sociedade, então queremos transplantar para o Brasil um modelo onde não haja mais corrupção, onde não haja exclusão da sociedade, mas um firme propósito de

se romper com esse modelo neoliberal que traz uma grande exclusão da maioria da sociedade. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) - Companheiro José Davi, de São Paulo.

O SR. JOSÉ DAVI (São Paulo) - Boa tarde. Estava conversando com o Campelo, que é do Amapá, e comentando que quando estou neste Congresso, encontrando alguns companheiros do Amapá, falo para eles do orgulho que passei a ter de estar no Partido Socialista ao conhecer a obra de Capiberibe. (Palmas) Já estamos há muito tempo no Partido e para nós é uma satisfação muito grande. Como tentamos ser inteiros, falo isso primeiro de coração. Agora vamos para a cabeça.

Acredito que a questão do desenvolvimento sustentável é muito polêmica, porque os setores que levantam a questão... Tivemos recentemente na Fundação João Mangabeira, em São Paulo, uma discussão muito profunda, porque estão se avizinhando as eleições municipais e eu, particularmente, defendia que não há proposta melhor para um vereador ou candidato a prefeito de um partido socialista do que falar ao povo como é importante enxergarmos a sociedade sustentável. Primeiramente, a sociedade sustentável propõe o crescimento econômico com tecnologias brandas, sem poupar mão-de-obra, ou seja, o crescimento de uma economia gerando emprego, riqueza, elementos que não detonam o meio ambiente. Então qualquer candidato a prefeito ou a governador pode explicar isso claramente para a sua população.

Segundo, o desenvolvimento sustentável, que é uma questão polêmica, propõe a proteção dos recursos naturais. Ora, quem vive em São Paulo ou em qualquer cidade sabe como é importante a proteção do meio ambiente, da natureza. Então, por um lado, crescimento da economia, por outro, proteção do meio ambiente. Isso gera uma riqueza imensa que nos remete ao terceiro ponto do desenvolvimento sustentável, ou seja, propiciar qualidade de vida a todos os membros da sociedade.

Ora, qual é o candidato a prefeito ou a governador que, com essa bandeira, não consegue sensibilizar a sua população? Entretanto há uma questão muito polêmica entre sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável. Acredito que o nosso Governador vai ter a oportunidade de responder ao companheiro que esteve antes aqui.

Gostaria de dizer que essa é a forma de chegarmos à população sem estilo de clichê, sem os velhos clichês que sempre usamos, porque é uma linguagem moderna, atual, que sensibiliza a população. É a questão do desenvolvimento da sociedade sustentável.

Eu queria propor, do ponto-de-vista de vontades, ao Partido que dentro da sua executiva, que assim como construiu a Secretaria dos Jovens a Secretaria das Mulheres, a Secretaria Sindical, se criasse aqui a Secretaria do Meio Ambiente. Se já existe, ótimo. E que, melhor ainda, funcione.

Nesse sentido gostaria de alavancar uma certa questão que é importante e aqui foi levantada, que passemos, por meio dessa Secretaria, instrumentos aos nossos candidatos, aos nossos diretórios, no sentido de compreender uma mudança profunda que tem no pensamento humano, moderno e atual. Não podemos continuar pensando de um jeito cartesiano, como pensamos esse tempo todo, não só dentro do Partido como dentro do campo científico. Hoje em dia, o pensamento sistêmico, o pensamento holístico é o pensamento que nos possibilita entender a nossa complexidade. Ou nos atualizamos na forma de pensar e propomos isso aos nossos militantes e às nossas bases ou ficamos defasados no conjunto dos partidos.

Gostaria de concluir as minhas palavras dizendo que esta questão do desenvolvimento sustentável e da sociedade sustentável a ser debatida é muito importante, porque para os socialistas, hoje em dia, não é somente a tarefa de cuidar dos homens. Hoje temos, por causa do capitalismo selvagem, que cuidar da vida do planeta e não só dos homens. A vida está ameaçada no nosso planeta, e esta é uma tarefa que, também, cabe a nós socialistas, de tomarmos essa responsabilidade sobre nós.

Muito obrigado.

O Sr. CORDENADOR (Carlos Siqueira) – Vou anunciar o próximo, mas gostaria de encarecer aos companheiros que observassem mais o tempo, pois ainda temos doze pessoas inscritas e o tempo está correndo. Precisamos, ainda, ter as considerações dos nossos expositores e acho que as contribuições estão sendo extremamente ricas. Porém, para que possibilite a todos contribuir, vamos ser um pouco mais rigorosos quanto ao tempo. Companheiro Jean Cláudio Fonseca.

O SR. JEAN CLÁUDIO FONSECA (Amapá) – Boa-tarde com-

panheiros. Gostaria de cumprimentar a todos. Meu nome é Jean, sou professor universitário no Amapá. Viemos para este debate na certeza de que essa discussão do desenvolvimento nacional e esta proposta da sustentabilidade vindo como uma via não alternativa, porque para nós no Amapá a sustentabilidade não é alternativa; é oficial. Demoramos um certo tempo a romper com essa questão alternativa. Todo o mundo enxergando a sustentabilidade, enxergando o meio ambiente como propostas não alternativas. Creio que temos que ser mais contundentes. Que futuro queremos para os nossos filhos? Que futuro queremos para os nossos netos? Estamos discutindo, hoje, o uso dos recursos, não os recursos somente naturais, mas os recursos sociais. Quando se confunde sustentabilidade com meio ambiente perdemos a noção da dimensão da proposta. Não se confundem as questões do desenvolvimento sustentável com a sociedade sustentável. Uma não exclui a outra. Só temos uma sociedade sustentável a partir do momento que gerarmos um desenvolvimento, essa palavra que muitas vezes foi usada de forma errada e vem sendo tratada de forma pejorativa. De certa forma, o campo mais da esquerda vê com certa restrição o desenvolvimento, porque acha que tem a ver com progresso, tem a ver com esse jargão que o capitalismo usou muito bem. No entanto, devemos mudar o conceito de desenvolvimento. Desenvolvimento significa, antes de mais nada, melhoria de qualidade de vida, e o desenvolvimento sustentável no Amapá está se traduzindo, primeiramente, pelo aspecto da sociedade.

Por muito e muito tempo foram colocadas em dicotomia as questões da natureza com as questões da sociedade. Ora, todos sabemos que a natureza tem a sua forma própria, a sua metodologia própria, tem a sua resposta própria às questões. Ontem, um colega, neste mesmo plenário, veio a confundir essa proposta do desenvolvimento sustentável, dizendo que a lei da natureza, a lei da gravidade não se altera há milhares de anos. Ora, são coisas diferentes. Como se tratou a questão da sociedade, como se tratou a questão da natureza? Esta relação sociedade/natureza tem que ser revista. Temos que colocar de forma bem contundente.

Gostaria de fazer uma reflexão que, neste processo de globalização, e não dá para fugir disso, existem duas ordens: a ordem global, que é esta que nos ataca a todo o momento com informações, informação direto, televisão, Internet, informática e assim por diante, e a ordem local, que prioriza, não a informação, mas, sim, a comunicação, ou seja, a via dialética, do diálogo e da comunicação entre as pessoa. Essa ordem global tenta, de uma certa forma,

desterritorializar o conhecimento. Ora, não se sabe mais onde é a sede, de onde vem a especulação financeira. Uma hora o capital está aqui, outra hora o capital está ali. E nós nos perdemos nessa ordem global e ficamos chovendo no molhado; girando em torno de uma coisa que não acharemos uma resposta para essa ordem global, se não aquela de partir de uma ordem global. O local é que vai dar a resposta para o global. Se não começarmos, e isso é o que estamos fazendo no Amapá, a construir localmente, e partindo do particular para o geral, ao invés de descobrir primeiro a fórmula para resolver o mundo, resolver o nosso próprio locus, o nosso próprio habitat.

Então, está posto. O colega de um outro estado levantou muito bem: os estados têm que construir as suas propostas. Não temos a receita do bolo.

O Sr. COORDENADOR (Carlos Siqueira) – Companheiro, terá que concluir em três minutos, porque, senão, iremos impossibilitar mais de dez companheiros que ainda estão inscritos.

O SR. JEAN CLÁUDIO FONSECA (Amapá) – Gostaria de concluir dizendo que essa proposta tem que ser construída de uma forma que respeitemos as diferenças. Nós do Amapá não viemos com receita de bolo, viemos com uma proposta que estamos experimentando, cheia de erros, com alguns atropelos, mas com muitos acertos, a maioria acertos.

Gostaríamos que os colegas dos outros estados pensem no seu local, pensem nos seus estados uma proposta viável de desenvolvimento. O Brasil foi o detentor da tecnologia do cabo de fibra ótica. Se podemos dar essa resposta mundialmente, porque não podemos dar localmente.

Queria agradecer e se tiver uma próxima rodada gostaria de me inscrever de novo. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) – Sílvio Guimarães. Quero informar, também, que as inscrições estão encerradas, e que, agora, seremos mais rigorosos quanto ao tempo, lamentando isso, porque sabemos que vários companheiros têm contribuições maravilhosas, porém o tempo não permite o alongamento da discussão.

O SR. SILVIO GUIMARÃES (Rio de Janeiro) – Companheiros e companheiras, Silvio Guimarães do Rio de Janeiro. Não há dúvida quanto à importância do desenvolvimento sustentável, não há dúvida quanto à nossa posição contra esse governo neoliberal. A preocupação que trago é a de como

vamos levar esse discurso às nossas bases? É muito fácil ouvir os discursos criticando a globalização, criticando o governo. Precisamos alterar a forma de levar esse discurso para as nossas bases, mostrando primeiro que a globalização, do jeito que está sendo utilizada por este governo neoliberal, serviu ao capitalismo internacional, mas é nocivo para o nosso país. A globalização utilizada com interesse nacional é de suma importância, também, para o nosso país, que é o país detentor da maior reserva de matérias-primas no mundo, que pode servir de moeda, de negociação para todos os nossos encontros, para todos os nossos trabalhos.

Então, é importante que possamos levar o mea-culpa de que está sendo perpetuado esse neoliberalismo, porque não soubemos mostrar para as nossas bases os erros do governo nos quatro primeiros anos. Não mostramos para as nossas bases, em situação aceitável, em situação de reverter essa posição de que dar vinte milhões de cestas básicas para matar a fome, a fome criada pelo próprio governo, não é forma de governar. Precisamos, sim, levar essas propostas de crescimento, de desenvolvimento, mas a proposta mostrando onde estamos errando nos omitindo e o que podemos fazer dentro de uma proposta socialista de crescimento efetivo. Então, é um pedido a todos que possam fazer cultura, possam nivelar conhecimento, demonstrar, apresentar, sempre que possível, as vantagens da globalização, as vantagens de um processo de governo social e não nocivo como está sendo apresentado, e está sendo conduzido atualmente pelo Governo Federal.

Era só isso que eu queria colocar.

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) – Márcia Almeida, do Amapá.

A SRA. MÁRCIA ANDREA (Amapá) – Sou Márcia Andréa, sou do Amapá, e antes de encaminhar as duas perguntas para a Mesa, queria colaborar com a dúvida da Companheira Vanja, pois achei super legal a colocação que ela fez, porque ela não entendeu e se colocou de uma maneira muito legal. Colocou o exemplo que o Governador deu da Suíça e pediu uma resposta. Então, gostaria de colaborar com a sua dúvida, porque ela se colocou da seguinte forma: ela tem dificuldade de entender como esse programa vai acontecer nas regiões maiores, já que o exemplo que o Governador deu foi da Suíça, que é um lugar pequeno, pelo menos foi o que entendi da sua dúvida.

Com a dúvida da Vanja percebi uma coisa neste encontro, neste even-

to, até nos corredores, conversando com companheiros de outros estados. É preciso que fique claro neste evento que o Amapá não está vindo aqui propor o programa de desenvolvimento sustentável do Amapá para o Brasil, estamos aqui propondo o conceito de desenvolvimento sustentável com uma proposta decente e viável de desenvolvimento para este país. Como comprovamos que é decente e viável? Com a nossa experiência. O PDSA, as nossas práticas é um exemplo e não uma proposta. O PDSA é um exemplo. Como vocês vão promover a eqüidade social? Como vocês vão preservá-la? Como vocês vão desenvolver os seus estados e gerar emprego e gerar equilíbrio. Isso o Amapá não vai poder responder e nem o governador, nem que ele fique aqui uma semana, um mês, porque não conhecemos a realidade de vocês. O Brasil é um país composto de várias raças. Então, não podemos chegar aqui e ditar um programa. Esse programa é nosso. É a nossa realidade. É só um exemplo de que o desenvolvimento sustentável é viável para o país, agora, como vocês vão trabalhar esse conceito é uma coisa que só vocês podem saber, porque vocês é que conhecem o seu povo. Conheço o meu povo, que é o povo do Amapá. Queria contribuir com você Vanja. (Palmas.)

Queria encaminhar as minhas duas perguntas. O companheiro Senador colocou muito bem uma coisa que todos já perceberam: o desenvolvimento sustentável, de repente, virou moda. O programa de desenvolvimento sustentável do Amapá é baseado nas formulações da Eco 92, e foi de 1992 para cá que começamos a falar na mídia - sou jornalista. Então, só em 1995 o Capiberibe assumiu o Governo do Amapá e criou um programa que é único neste país, o desenvolvimento sustentável no Amapá é programa de governo. Então, esse conceito, de uns tempos para cá, virou moda, todo o mundo fala de sustentabilidade. Então, o que estou percebendo neste discurso? É que tem dois encaminhamentos de discurso, um discurso de desenvolvimento sustentável está na visão capitalista e o outro na socialista. Há pessoas que estão encaminhando o discurso da sustentabilidade por qual ramo? Do capitalismo. Que é o quê? É exclusão. É distribuir renda? É, mas para meia dúzia. É distribuir educação? É. Se queremos estudar bem, temos que ir aonde? Ao Rio, São Paulo, Brasília. Então, eles estão trabalhando o conceito de desenvolvimento sustentável? Estão, porque está na moda, não vão perder esta carona, mas estão dando a perspectiva deles. E tem a perspectiva socialista, que é a que o Amapá está trabalhando, que é o que estamos colocando aqui. É o quê? É promover a eqüidade social, quer resgatar a auto-estima do nosso povo.

Hoje, vimos a encontros como este e temos orgulho em dizer que somos do Amapá. Mas lá tem muito índio? Tem muito, e a tendência é ter mais, sabe por quê? Porque é o único estado do Brasil que tem todas as suas terras indígenas demarcadas. É o único estado brasileiro que tem uma lei de biodiversidade, que preserva, que regula o acesso. E isso é real.

Vou com os meus dois encaminhamentos para o Governador Capiberibe e para o Senador ali presente. Tenho duas preocupações. A primeira é a de comodismo desse conceito. Governador, vocês já perceberam como virou moda, todo o mundo está falando e tem dois encaminhamentos de discurso, um na visão capitalista e outro na socialista. Queria saber se já perceberam isso?

A minha segunda preocupação, que não tem me deixado dormir é a seguinte: se por algum motivo, interno, não conseguirmos fechar aqui, não em nome do Amapá, mas em nome do conceito de desenvolvimento sustentável, um consenso, vocês não têm medo que a direita pegue esta proposta? Porque ela, em termos de articulação não têm escrúpulos, quando sentem que a proposta é boa se apropriam e fazem parcerias até com o demônio, se for preciso. Eles são bons nisso. Nós temos escrúpulos; somos idealistas. Estamos aqui para reconstruir este país, eles não. Vocês não têm medo que, de repente, eles peguem esta proposta e nós fiquemos chupando o dedo. Eu tenho, não porque sou do Amapá, mas porque sou brasileira.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) – Companheiro Paulo Aquino Pires.

O SR. PAULO AQUINO PIRES (Bahia) – Companheiros, meu nome é Paulo Aquino, sou da Bahia, vendo a discussão sobre o desenvolvimento nacional, creio que devemos estar nos atendo, o Partido Socialista, à questão da produção do conhecimento também. Temos visto o modelo neoliberal. Por meio de suas organizações tem imposto às universidades da América Latina uma reformulação, e as universidades públicas têm sofrido um profundo ataque do Governo Federal, e não podemos pensar no desenvolvimento nacional sem pensar, primeiro, em defender a universidade pública, gratuita e de qualidade, não dá para pensarmos em desenvolvimento nacional, aceitando o projeto de autonomia universitária do governo, um projeto que sucateia a universidade pública e coloca essa universidade totalmente depen-

dente dos setores da economia privada, que sabemos que não tem nenhum interesse no desenvolvimento nacional, muito menos o sustentável. Então, o que pensar agora? Como fazer para defender essa universidade? Creio que o modelo de universidade que temos não nos serve, não é aquele que queremos, que exclui negros e pobres, também não é o modelo de universidade que queremos, queremos uma universidade pública, gratuita, mas que sirva a maioria da população brasileira, onde passa pela democratização do acesso à maioria da população. Uma universidade em que só a classe média e alta está dentro dela também, não é o modelo de universidade que nos interessa, porque é uma universidade que só reproduz classes sociais no Brasil.

A pergunta que queria fazer ao Governador é qual a relação que esse modelo de desenvolvimento sustentável tem tido com a universidade pública no Amapá?

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) – Companheiro Fernando Madueño, Pirenópolis, Goiás.

O SR. FERNANDO MADUEÑO (Goiás) – Boa tarde a todos. Gostaria de informar a V. Sas. que tive a oportunidade de participar, como debatedor, do Seminário de Políticas Públicas Municipais, que aconteceu de 15 a 17 de outubro aqui em Brasília. Fui convidado, justamente, para falar sobre desenvolvimento sustentável.

Sou engenheiro civil, sou Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Pirenópolis e faço parte da equipe que está desenvolvendo a elaboração do plano diretor de lá, e dentro deste compromisso de falar sobre desenvolvimento sustentável que, por sinal, está neste livro que vocês receberam na pasta, tive a preocupação de relacionar alguns instrumentos que podem auxiliar na pergunta que o companheiro fez: de como viabilizar o compromisso de levar ao povo brasileiro essa preocupação com o humano, com o ecossocial.

Assuntos como o plano diretor, e não esperar como a constituinte brasileira prevê, que só a partir de vinte mil habitantes que o município passe a se preocupar em ter a obrigatoriedade de fazer o seu plano diretor. Creio que o Partido poderia, por exemplo, desenvolver modelos de plano diretor que pudessem ser aplicados em municípios de dois, cinco, dez, doze mil habitantes para que possa contemplar os seus compromissos à preservação da natureza o mais rápido possível para que a coisa não fique cara e seja viável ainda hoje.

Um outro aspecto é o ecoturismo, onde o elemento da terra é valorizado ao invés de ser substituído por esses modelos econômicos globalizantes, por gente de fora, onde o proprietário, a pessoa de poder aquisitivo compra a terra, expulsa o cidadão dali, recebe um dinheirinho, compra um carro, não sabe dirigir, capota, pega fogo e vai embora sem o poder aquisitivo, pelo contrário, o ecoturismo possibilita a participação da comunidade local na divisão do bolo, além de permitir a preservação da natureza.

Outro elemento que não ouvi ninguém falar, apesar de estar no meio de especialistas, é a implantação das Agendas 21 nos municípios, que é um instrumento que explica como levar esse conceito de desenvolvimento sustentável e de valorização do ser humano por uma prática que já foi desenvolvida, está sendo desenvolvida em algumas cidades, em alguns estados.

Por último, além desses itens, gostaria de falar sobre o ICMS ecológico, que é um instrumento onde o ICMS do estado é repassado para os municípios com uma ponderação onde as cidades que tiverem grandes represas, por exemplo, ou parques estaduais e municipais, portanto, não podem praticar a agricultura ou o gado naquela região. São penalizados, portanto, em relação ao ICMS. Seriam compensados pela ausência desses grandes espelhos d'água, o que valoriza a natureza e tudo o mais.

Então, se os senhores tiverem o interesse de aprofundar no assunto, este assunto está mais detalhadamente explicado na página 241 deste livro que todos recebemos.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) – Companheira Jacy Proença do Mato Grosso.

A SRA. JACY PROENÇA (Mato Grosso) – Professora Jacy Proença, Cuiabá, Mato Grosso. O companheiro militante, governador, nos colocou a participação como fator determinante e essencial neste processo de construção do novo desenvolvimento. É a participação, enquanto passo inicial, que torna o povo em sujeitos ativos, sujeitos políticos ativos transformadores. Hoje temos um grande desafio e ao mesmo tempo uma grande dificuldade, que é exatamente colocar ao povo que a alternativa está exatamente nessa participação, estimular esse povo a participar. Em contato com o próprio povo, às vezes, até como manifestação vinda do próprio povo que nos ouve, eles se

manifestam da seguinte forma, já presenciei isso: poxa, mas seu moço fala bonito - é assim que se fala na minha terra - a moça fala bonito, mas não entendi; a questão da linguagem. É inadmissível para o nosso país tamanhas dificuldades, tamanhas crises que estamos enfrentando, agora, dentro deste país, o Estado do Mato Grosso, cuja capital Cuiabá, centro geodésico da América Latina. Temos três ecossistemas: Pantanal, Floresta Amazônica e Cerrado. Então, mil potencialidades, e dificuldades também mil, várias. O Governo do Estado também colocou como objetivo maior do seu governo desenvolvimento sustentável, só que vejo entre um e outro, até num sentido comparativo, um elemento diferenciador, quando ouço companheiros como o próprio Ademir, como o próprio Calos Siqueira que já estiveram lá acompanhando essa experiência e voltam, e nos colocam de forma extremamente positiva e altruísta com sentimento de que é a alternativa, de que é possível fazer algo diferente, não tive ainda essa possibilidade, essa oportunidade de estar indo até lá, mas sinto até pela posição do companheiro Governador, que ele manifesta um pensamento, uma decisão, uma ação, uma filosofia, acima de tudo, uma postura que expressa numa política pública extremamente sincera e verdadeira. Vejo que não é colocado de forma artificial. Ela não está sendo colocada, toda essa filosofia, toda essa proposta, esse projeto, apenas para atender um modismo de época, mas mesmo assim tenho algumas dúvidas com relação a algumas questões que coloquei inicialmente, até como auxílio mesmo, no sentido de orientação a nós companheiros em vários outros estados: que instrumentos foram utilizados no Amapá que vieram neste sentido, exatamente, de estimular essa participação, de envolver essa população neste projeto, neste ideal, neste grande sonho? Qual foi o tratamento ou que tratamento está sendo dado em relação às desigualdades sociais? Porque isso é extremamente importante. Elas estão, a cada dia que passa, sendo acentuadas, as desigualdades sociais, pelo modelo que vivemos no país, e dentro desse projeto, que tratamento tem sido dado a isso?

E há uma outra questão também: que tratamento foi dado nesse processo de enfrentamento a esse neoliberalismo, à globalização, e, mais propriamente dito, à questão da privatização - tem alguma posição? Perguntei isso a um companheiro num debate, no Seminário da Fundação João Mangabeira. Qual a posição, se não do PSB, mas do Governo do Amapá com relação a uma questão que também está sendo colocada, que é o ICMS ecológico? Obrigada. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) – Companheira Inês Jurubeba Campos, de Pernambuco.

A SRA. INÊS JURUBEBA CAMPOS (Pernambuco) – O que eu ia debater já foi comentado. Apenas quero dizer, como a companheira jornalista do Amapá falou, a direita é cruel quando faz uma campanha e modifica tudo, pega os nossos temas e os codifica de uma maneira diferente. Vi isso na minha cidade, como militante, vi o Dr. Arraes colocar luz, que foi um grande trabalho dele, nos rincões mais distantes, e vi pessoas de mais de 60 anos, que nem sonhavam ter luz na porta de casa, chegar a ter um poste de luz na porta de casa, aí chega um governador do PFL e diz: ele colocou o poste, mas não lhe deu a luz dentro de casa, e quem vai dar sou eu e levar o voto. Outros assim - já estava colocada a luz dentro de casa: ele colocou o poste de luz, mas lhe cobra a mensalidade. Que governo é esse? Você é pobre e não pode pagar. Ele vai pagar a luz daquele mês até a eleição e ganha o voto. Essa é a prática do PFL.

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) – Paulo Sérgio Sales, do DF.

O SR. PAULO SÉRGIO DE SALES (Distrito Federal) – Uma boa tarde a todos. Queria dar os parabéns à Mesa pela excelente qualidade dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos aqui nesta tarde. Já se falou aqui muito sobre desenvolvimento sustentável e, não há dúvida, esse é um tema que está na ordem do dia, e ele é muito mais complexo do que parece ser à primeira vista. Não podemos tentar simplificar tudo e achar que uma nova palavra de ordem, uma nova expressão de desenvolvimento sustentável poderia sintetizar tudo aquilo que ansiamos para o desenvolvimento deste país. Já se buscou aqui relacionar a questão do desenvolvimento sustentável com a questão da educação, das mudanças de hábitos da nossa sociedade, a preservação da cultura, da diversidade cultural que existe no país com a melhoria da qualidade de vida. Já se falou também em parcerias na inclusão de diferentes setores da sociedade. Enfim, de vários desafios que se colocam quando se tenta implantar o que seria desenvolvimento sustentável.

Também já se levantou aqui, brevemente, e era isso o que eu queria pedir aqui, tanto ao Governador Capiberibe quanto ao Senador Ademir, questões relativas ao sistema de impostos e taxação. O sistema tributário vigente no país ataca de modo impiedoso, tanto o trabalhador quanto o sistema produti-

vo. Mas é evidente que, se buscamos um futuro mais harmonioso do ponto de vista ambiental, devemos deslocar essa taxação para atividades que são poluidoras ou que estejam explorando recursos naturais escassos. Em suma, deveríamos taxar aquilo que consideramos que são atividades não sustentáveis.

Então, gostaria de deixar aqui a pergunta para o Governador. Como isso tem sido feito no Amapá? E ao Senador. Quais as chances que temos de fazer disso mudanças na legislação nacional? Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) – Tarcísio Perufo, companheiro do Rio Grande do Sul.

O SR. TARCÍSIO PERUFO (Rio Grande do Sul) – Boa tarde a todos os companheiros e companheiras, meu nome é Perufo, sou do Estado do Rio Grande do Sul. Em primeiro lugar, gostaria de saudar aqui todas as mulheres por esse belíssimo congresso que foi realizado e que, com certeza, a Secretaria da Mulher ficou bem representada e, com certeza, ficaria bem representada com qualquer uma das mulheres que lá estavam presentes.

Aproveitando um tópico do movimento das mulheres que diz assim: um partido socialista é um partido aberto e a sua vontade é a vontade do seu militante. Vejam aqui o tópico do pessoal do Amapá, que diz assim: economia sustentável, mudar o rumo do desenvolvimento econômico é, antes de tudo, uma decisão política. Ponho-me, então, à vontade para poder pedir que seja colocado no desenvolvimento que aqui se encontra, uma criação de um comitê interestadual para acompanhamento das medidas administrativas políticas e sociais dos governos socialistas. Vejam bem, são diferentes os níveis de desenvolvimento sociais, econômicos e culturais. Então, temos que ter um apoio de intercâmbio e de informações para superar as dificuldades que têm dessas comunicações.

Peço também que seja colocada ou seja discutida uma forma do Partido Socialista enfrentar o gigantismo neoliberal do complexo agro-industrial e financeiro por meio da educação ambiental em escolas primárias e secundárias, pois, vocês todos sabem, que a mídia internacional pressiona a comunidade, pressiona o indivíduo ao consumismo.

Feito isso vou deixar por último o tema mais polêmico que vou colocar hoje aqui, pois todos falam em qualidade de vida, em desenvolvimento no Partido Socialista, mas não vi nenhum dos companheiros aqui falar em

moralização e sabemos aqui que se não houver moralização do dinheiro público nunca vamos ter o desenvolvimento deste país. Isso me preocupa.

Gostaria, então, que fosse estabelecido por meio da legislação federal ou lei ordinária ou emenda constitucional um teto para o número de cargos de confiança ou funções e gratificações de nível municipal, visando coibir o abuso das distorções presentes em grande número de municípios do Brasil. A medida possui um caráter moralizador e afina com o sentimento comum do povo brasileiro, que o teto proposto dê uma proporcionalidade igual a 2% dos cargos de carreira existentes nos respectivos municípios. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Carlos Siqueira) – Companheiros estou com alguns chamados aqui, há só dois inscritos a mais, depois, em seguida, vamos às considerações dos expositores. Mas gostaria de pedir permissão aos companheiros, em face de compromissos quanto à organização do congresso, os núcleos de debates estão sendo concluídos e estamos sendo chamados para algumas tarefas, de pedir permissão para me ausentar e deixar a coordenação dos trabalhos sob a presidência do Senador Ademir Andrade.

Antes, porém, gostaria de lembrar aos companheiros que os grupos têm caráter deliberativo no sentido da elaboração do relatório. Cada grupo vai fazer um relatório - vamos fazê-lo ainda hoje à noite para apresentá-lo amanhã em plenário - e, se houver propostas divergentes, a relatora, companheira Magda, vai registrá-las, submetendo-as o Presidente a votação. Não creio contudo este seja o caso deste grupo. Mas poderia haver nas discussões alguma proposta diferente. Se assim for, então constará.

A proposta que não for aprovada, porém, pode ser objeto de destaque no plenário, amanhã, durante os debates que deverão ocorrer a partir das 9 horas, no Plenário Petrônio Portela.

Quero agradecer aos companheiros e pedir sua compreensão ao me ausentar, desejando-lhes que o rico debate que aqui se travou nesta tarde chegue a bom termo, da mesma maneira enriquecedora como até agora se deu. Muito obrigado.

O SR. DEBATEDOR (Senador Ademir Andrade) – Companheiro Alaor Pinheiro Guerra.

O SR. ALAOR PINHEIRO GUERRA (Espírito Santo) – Boa

tarde a todos, sou Alaor de Linhares, Espírito Santo. Venho de uma região que era grande produtora de cacau e como outras tantas culturas tipo a borracha, no Acre, a cana, no Nordeste, e outras mais, foi renegada, ou melhor, foi esquecida. Só que o cacau tem uma peculiaridade, assim como a borracha, que depende da preservação da mata. Na minha cidade hoje os produtores de cacau por diversas contingências não têm condições de se sustentarem, não têm condições de se manterem. A opção que está sendo praticada é, simplesmente, a da derrubada da mata. Isso infelizmente não vemos, apesar de Linhares ter um Deputado Federal eleito, infelizmente não é do PSB, espero que na próxima eleição possamos, pelo menos, almejar esse fato, mas o Deputado não tem compromisso com as causas ambientais.

De uma maneira geral, como vejo que isso é um fato que ocorre em todo o país, existem várias situações, melhor dizendo, existem localidades em que o desmatamento, a poluição tem causado uma série de danos ao meio ambiente, e gostaria de solicitar à executiva, não sei se determinasse ou que estudasse uma maneira de que os Deputados ou Senadores se empenhassem no sentido de criar leis, independente do referido Deputado ou Senador, ser deste ou daquele Estado, mas o intuito é preservar o meio ambiente, porque o pequeno produtor, lá na minha região não tem opção, não tem apoio do Governo Federal, foi totalmente esquecido por todos, é muito bonito ficarmos aqui discutindo sobre desenvolvimento sustentável, mas o ser humano lá precisa sobreviver. Não estou aqui fazendo disso um palanque, não sou um cacauicultor, só que é uma realidade da minha cidade.

Tenho certeza, recentemente, vi uma reportagem no Acre, que os produtores de borracha estão optando, simplesmente, por derrubar árvores para vender, eles vendem e arrecadam 300 reais, foi o valor que a reportagem passou, com aqueles 300 reais eles se sustentam 20 dias, um mês. O Companheiro Chico Mendes morreu por causa disso. Então, passou a moda e ninguém mais se preocupou com isso. Esses fatos não são simplesmente locais. Ocorrem no país inteiro. Creio que, do momento em que nos propomos aqui a desenvolver com responsabilidade no ambiente, a executiva teria que, pelo menos, encaminhar uma diretriz no sentido de que os nossos parlamentares, independentes de neste ou naquele estado, constatem este fato: de que em qualquer rincão do país que se torne área de preservação, mesmo que de preservação permanente, se dê a possibilidade ao pequeno agricultor de desenvolver algum tipo de cultura, que não a anterior, para que se sustente. É somente isso. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. DEBATEDOR (Senador Ademir Andrade) – O último companheiro inscrito é Aurélio Molina, delegado de Pernambuco.

O SR. AURÉLIO MOLINA (Pernambuco) – Boa noite. Gostaria de pedir desculpas e perdões pelas minhas colocações, mas não posso deixar de registrar os meus protestos. Sei que é muito fácil criticarmos, mas acho que estar aqui hoje foi um investimento para todos nós, de tempo, de dinheiro, de vida e de ideologia, e muito grande. É triste e preocupado que faço uma ressalva em relação à superficialidade, apesar de serem temas muito importantes; a superficialidade com que foi colocado no início da apresentação o que seja desenvolvimento sustentável, mas principalmente, não foi à altura de um congresso nacional de um partido ideológico dialético e, portanto, com objetivos, estratégias e propostas. Apesar do belo trabalho realizado pelo Governador Capiberibe, que muito orgulha a todos nós do PSB, a todos os militantes, o Amapá é apenas uma parte do Brasil, mas uma parte muito importante, e deve ser louvado como uma parte muito importante do Brasil, mas o Brasil é muito mais complexo, é muito mais complicado, além disso está inserido num mundo infelizmente também com as mesmas características: complexo, diverso e complicado.

Portanto, a política de desenvolvimento sustentável não pode ser reduzida à apenas um programa regional por melhor que ele seja, por mais valoroso que seja, nem ser confundido com um programa ecologicamente correto. Vamos aproveitar, infelizmente o tempo é pequeno, mas a minha proposta seria, criticar só não vale, vamos aproveitar o tempo que resta nesta discussão para tirarmos as estratégias de desenvolvimento sustentável para a complexidade da realidade do Brasil, as estratégias do PSB, a definição do PSB, o que representa o desenvolvimento sustentável e quais são as estratégias para conseguí-lo.

Terminando, e Lênin dizia muito bem isto: é preciso sonhar, mas com a condição de acreditarmos no nosso sonho; de ser militante com o coração, não só com a cabeça, porque traidores têm muitos; de examinar com atenção a vida real e confrontar nossa observação com nosso sonho de realizar escrupulosamente a nossa fantasia.

Termino dizendo: sonhos, acreditem neles. Vamos utilizar este tempo que resta para definir a nossa proposta. É pouco tempo, mas devíamos ter começado, como a companheira colocou. Acho que deveria ter sido a primeira

colocação do dia e, infelizmente, só aconteceu às 10 horas. Temos que definir a nossa estratégia para o que deva ser a bandeira do PSB no rumo dessa sociedade justa, fraterna e feliz, que é o que todos nós do PSB queremos.

Terminaria, Governador, com um apelo, não ao governador Capiberibe, porque não tenho condições de fazer este apelo a ele, mas ao militante João Alberto Capiberibe: não permita companheiro que os bravos, valorosos e combativos companheiros do Amapá iniciem o caminho do culto à personalidade. É um erro e é um desserviço na luta pelo socialismo.

Volto a pedir desculpas e perdão pelas minhas colocações, mas creio que se faziam necessárias. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. DEBATEDOR (Senador Ademir Andrade) – Antes de passar a palavra ao Governador Capiberibe, queria me somar às colocações do companheiro Molina, dizendo o seguinte: este congresso, realmente, e a forma de discussão desta matéria, não nos permite chegar a alguma coisa como desejável.

Agora, quero dizer a você companheiro que quem organizou isso aqui foi o cidadão Carlos Siqueira, que é uma pessoa ligada ao Governador Miguel Arraes. A Executiva Nacional do Partido não discutiu quais seriam os temas, não discutiu quem seriam os palestrantes e, lamentavelmente, escolheram duas pessoas que não foram capazes, evidentemente, de fazer a exposição que deveria ser feita. Estou respondendo à colocação do companheiro. Na avaliação dele, fomos superficiais com relação à matéria, agora, quero dizer que fomos convidados por gentileza, porque aqui no partido é assim: um cidadão que é secretário decide quem convidar para fazer a palestra, quem deve ser o palestrante, quem deve ser o debatedor. Não há um discussão da Executiva para elaborar propostas de encaminhamento. Enquanto estamos aqui discutindo, as coisas sérias e graves - inclusive a própria discussão da direção e do projeto do Partido - estão aí se dando nos bastidores, sob o comando dos líderes dos vários estados da nossa região.

Então, quero concordar com você. Creio que a discussão é realmente rápida, superficial, não dá para aprofundar e tirar algo de concreto daqui, concordo plenamente contigo, mas, infelizmente, a forma de organizar não foi uma forma coletiva, foi uma forma, lamentavelmente, individual.

Passo a palavra ao Governador Capiberibe para as suas considerações finais.

O SR. EXPOSITOR (Governador João Alberto Capiberibe) – Considero que a discussão foi rica, que houve uma participação de todos os companheiros e que respeitamos a opinião das pessoas. O companheiro não era obrigado a ficar aqui tolerando a nossa incompetência.

Vou citar alguns exemplos de políticas públicas que são fundamentais para o desenvolvimento. Como tem muitas questões colocadas me aterei a elas. Acho que a primeira coisa que temos que separar é a questão ambiental; isto é, a proteção dos recursos do meio natural, do desenvolvimento. São duas questões diferentes, que uma não anula a outra. A preservação do meio ambiente é necessária, é uma atribuição setorizada. Em qualquer governo existe uma Secretaria do Meio Ambiente, mas ela não formula a política do desenvolvimento. A Secretaria de Meio Ambiente formula as políticas de gestão de proteção e monitoramento de qualquer tipo de agressão, seja ela sonora, seja ela dos recursos naturais, então, ela se ocupa da proteção do meio natural.

Temos uma polícia ambiental que é encarregada, inclusive nos centros urbanos, de controlar as agressões ambientais. O desenvolvimento sustentável é um conjunto de políticas públicas formuladas para atender os interesses da sociedade.

A questão da terra está intimamente ligada ao modelo agrícola, porque não basta fazermos a reforma agrária, é preciso uma política agrária. Não basta entregar a terra, é preciso um política ampla, agrária. No caso específico nosso, talvez seja repetitivo, mas o modelo nosso é o modelo colonial, é o modelo reproduzido historicamente pelos nossos colonizadores, que é o da implantação da monocultura. E a monocultura, em terras tropicais, em solos tropicais, tem um comportamento que não é o mesmo em áreas temperadas, e, também, temos um grave problema no nosso país, que a monocultura implantada sempre foi para atender as demandas de terras, no caso de Pernambuco. Acho que é necessária uma modificação do modelo de ocupação agrária, de um modelo de ocupação no campo e de diversificação de culturas, porque, principalmente na zona da mata, predomina a monocultura da cana e, depois do período colonial porque tinha que atender ao fornecimento de açúcar para os colonizadores europeus. Então, é necessário, e principalmente no caso do Nordeste, onde a produtividade da cana é a metade de São Paulo, houve uma defasagem tecnológica e, talvez, acho que é uma questão a considerar a estudar, que coubesse uma modificação, uma mudança da utilização do solo, com culturas diversificadas, com uma produção bem mais diversificada que pudesse

contemplar pequenos agricultores para produzir alimentos e atender, imediatamente, a necessidade da população.

A SRA. MÁRCIA ANDREA (Amapá) – Eu estava querendo fazer uma comparação com a questão da Suíça, Governador.

O SR. EXPOSITOR (Governador João Alberto Capiberibe) – Vou chegar à questão da Suíça. A Suíça é uma região com um meio natural extremamente pobre, não tem costa atlântica, não tem costa oceânica, não tem solo, não tem mineral no subsolo, não tem biodiversidade. É de uma pobreza extrema, poderia falar também do Japão, que é um país extremamente pobre, do ponto de vista do seu meio natural, mas eles desenvolveram um projeto próprio, e esse projeto consistiu na alta especialização da sua atividade produtiva, não cabe no nosso caso e nem teríamos a necessidade, porque somos um país extremamente rico de recursos naturais. Então, o que teríamos que fazer é nos especializar no uso desses recursos, é termos um projeto próprio. Qual o problema hoje da globalização e por que o Brasil se insere mal no processo de globalização? Porque ele aderiu a um projeto, todos conhecem, chamado consenso de Washington, que é uma reunião dos países desenvolvidos, e que estabeleceu a globalização dos mercados dos países pobres, porque o que está acontecendo é que abrimos os nossos mercados para receber produtos de todos esses países, a partir de 1991 com o Collor, até 1991 tínhamos dificuldades em adquirir produtos importados, o Collor abre sem que o setor produtivo nacional estivesse preparado, porque a burguesia nacional, todos sabem aqui, repeti isso há pouco, ela se desenvolveu em torno do dinheiro do contribuinte e continua até hoje. Quando falamos em moralização, só tem uma maneira de fazê-la, é ampliar a base organizada da sociedade, e se tem um aspecto que pagamos ainda e vamos pagar por muito tempo, uma das ações mais nefastas da ditadura, além dos crimes praticados contra a pessoa humana, é que a ditadura militar no Brasil desmantelou a base de organização da sociedade, não foi só os sindicatos e os partidos políticos, qualquer tipo de associação foi duramente reprimida no país e ficamos sem essa peia de organização da sociedade civil necessária para o desenvolvimento. Esse é um problema sério, que temos que enfrentar e propor, nós enquanto Partido, por isso que acho que essa discussão é muito rica, quando se sugere uma mudança de paradigma, quando você propõe, evidentemente, dentro de um partido político, que é o caso, uma mudança de eixo, que o que estamos colocando é uma necessidade de combinar a agenda, temos uma agenda social complicadíssima,

com desempregados, com milhões de crianças fora da escola, com desassistidos do ponto de vista de qualquer tipo de segurança social. Temos uma agenda ambiental complexa, como foi colocado, com crimes ambientais praticados cotidianamente, com destruição desnecessária do patrimônio da natureza, temos uma agenda econômica dependente. Então, isso tudo gera o complicador de recombinar esses fatores para poder trabalhar em função da necessidade coletiva. Queria colocar uma questão : quando falo na reformulação de alguns conceitos que nos são caros, é preciso pensar que estamos hoje no limiar de um novo milênio, e que esse período da história é um período conturbado. Nós que crescemos na nossa militância desde a luta estudantil, acreditando no socialismo real, acreditando nos modelos da União Soviética, nos modelos conhecidos do socialismo real, e quando desmorona o muro de Berlim, também desmorona uma utopia que acalentamos ao longo de muitas décadas, de muitos anos e ao longo da nossa militância. Quando penso numa reformulação, sugiro com clareza que o nosso Partido passe a pensar na socialização do patrimônio da natureza, passe a pensar no controle deste patrimônio da natureza que é o solo - aí vem a questão da reforma agrária, quando você tem o solo como patrimônio da sociedade, evidentemente, que vamos legislar sobre este patrimônio e colocar este patrimônio, que é o uso do solo, o uso social do solo sob controle da sociedade. Quando falo do subsolo, que é outra riqueza importante da sociedade brasileira, que é um patrimônio do meio natural e que tem que ser colocado a serviço de todos, então, tem que ser socializado também, porque, senão, não vamos nos entender, vamos falar de reforma agrária, mas não vamos ter definições de princípios, definições básicas.

Na hora em que definirmos, enquanto Partido, que o patrimônio natural deve ser socializado e esse objetivo nosso, as políticas de uso, certamente, serão definidas, então, entra também a água, e vocês de Pernambuco, estão vivendo uma tragédia, que é a falta de água por mal uso dessa água. Houve mau uso em São Paulo.

(Não identificada) (Pernambuco) – Não, falta de política na construção de nossos açudes.

O SR. EXPOSITOR (Governador João Alberto Capiberibe) – Mas somos os grandes desperdiçadores de água, tratamos os recursos naturais e até os recursos materiais com profunda negligência. Pode ser por falta de políticas ou políticas mal elaboradas ou mal formuladas, mas, concretamente, a água desapareceu. Há escassez de água e pode acontecer no Brasil todo. Isso

é o mais dramático. Só agora, coisa de três ou quatro semanas atrás, é que temos a lei de águas, uma coisa absolutamente recente. Imaginem um bem vital que a sociedade não se apropria do seu uso, quantas e quantas vezes o uso privado contaminou lençóis freáticos, contaminou cabeceiras de rios, mananciais. Essa visão da propriedade privada vai sofrer modificações quando definirmos que a socialização do patrimônio ambiental é uma decisão política do nosso Partido e vamos lutar para que isso aconteça.

Há uma questão que o meu companheiro Senador Ademir Andrade colocou, dizendo que há um consenso em relação ao conceito do desenvolvimento sustentável. Se for um exercício acadêmico e teórico sobre esses conceitos, evidentemente, que são conceitos altruístas, humanistas, mas, na hora em que você transforma isso em políticas públicas, você estabelece limites, na hora que impõe limites contraria, evidentemente, interesses. Tenho muito concretamente alguns exemplos a dar para os companheiros. Temos uma multinacional, que é a terceira maior produtora de pasta de papel e celulose do mundo, que interveio indevidamente num investimento de 180 milhões de dólares, e tivemos que paralisar a sua ação, expulsaram pequenos camponeses, pequenos agricultores de suas terras, e forçamos com que devolvessem a esses camponeses as suas terras indenizando-os, porque há uma decisão política clara de uso correto do recurso da natureza, que não pode haver essa exclusão. Há, por exemplo, o projeto das madeireiras da Malásia, de se instalarem no Amapá com cento e tantos milhões de dólares de investimento. Fomos claros em dizer não, não aceitamos, porque não queremos a pressão e o uso irracional de nossos recursos naturais, porque estamos desenvolvendo um programa de modernização do setor moveleiro e um programa de gestão das nossas florestas, para uso racional dessas florestas, e posso dizer a vocês que temos hoje a contabilização do uso da floresta, e é isso o que quero passar ao Companheiro Ademir, que mora num estado cheio de conflitos, mas também cheio de projetos interessantes no campo do uso dos recursos naturais. Tenho certeza, meu caro Ademir, que isso vai prevalecer sobre a irracionalidade, sobre a predação dos recursos da natureza, porque é uma questão que tem impacto direto na vida do cidadão.

Vocês imaginem, por exemplo, o que aconteceu, fomos fornecedores durante 40 anos de manganês, foram centenas de milhões de toneladas de manganês que foram retiradas e foram comercializadas em forma de matéria-prima, e esse manganês foi estocado de forma estratégica no fundo do mar do

Japão ou nos Estados Unidos, no deserto, e fizeram reservas estratégicas fabulosas e esgotaram as nossas reservas. Hoje não temos mais manganês, não temos mais empregos, restou só a destruição ambiental e a pobreza social que ficaram naquela região. Então, a maneira de utilizarmos os recursos da natureza é que nos força a tomar posições políticas e implantar um novo modelo de apropriação coletiva desses recursos.

Portanto, a minha proposta ao Partido é a de que socializemos os recursos da natureza, porque não tem nada mais concreto, mais claro e mais benéfico para a sociedade do que gerir as suas riquezas, os seus bens naturais.

Cobraram-me também uma posição quanto à questão do desenvolvimento sustentável enquanto um modismo. Veja uma explicação rápida. O conceito de desenvolvimento sustentável se transforma numa convenção firmada por 170 países a partir da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. São 170 países que foram signatários desse compromisso para estabelecer, e que estabeleceu formulações diferentes no uso dos recursos e, também, nas políticas sociais. A Agenda 21 é formada de 40 capítulos, que foram formulados naquele encontro. E o que fizemos na verdade no Amapá foi fazer a nossa própria Agenda 21. O programa do Amapá não é nada mais e nada menos do que a Agenda 21, traduzida em projetos concretos para a população, não há nada, nenhuma novidade no que estamos fazendo, a única novidade é a decisão política que tomamos, de implantar e traduzir isso em projetos concretos e práticos para a população. Acho que o Partido precisa, simplesmente, compreender que não é nada, que não tem novidade nesse assunto, apenas que é, inclusive, uma preocupação dos países do Norte, dos países ricos, que hoje sabem que as pressões, que o meio ambiente começa a dar sinais de esgotamento e que precisa haver uma modificação na forma de uso.

Quanto à dificuldade para se firmar dentro do Partido o discurso do desenvolvimento sustentável, direi que é um discurso extremamente propositivo, e aqui tivemos a oportunidade de fazer surgir propostas em vários momentos. Alguém falou em ICMS ecológico; outro falou em uso de recursos, enfim, o desenvolvimento sustentável é propositivo, você tem o diagnóstico da sociedade brasileira, nós temos esse diagnóstico. Creio que a esquerda brasileira é muito competente na elaboração dos diagnósticos e, às vezes, falha na proposição, na aplicação, no medicamento para curar esse doente. E no tocante a levar à prática esse modelo, parece-me que não há nenhuma dificuldade, por-

que temos políticas públicas formuladas em nível municipal, estadual ou federal, ou mesmo não tendo, então, o Partido pode se mobilizar no sentido de avaliar, analisar ou exigir que se estabeleçam tais políticas. Esse é um papel nosso, da nossa militância.

Eu diria, por exemplo, se fizer uma pergunta a essa platéia: quem bebeu um suco de laranja hoje? Uma meia dúzia de pessoas. Agora, quem bebeu uma Coca-Cola ou um refrigerante? Vamos analisar isso, porque acho que o conceito do desenvolvimento sustentável está presente neste momento. O Brasil é o maior produtor de suco de laranja do mundo, no entanto somos tomadores de Coca-Cola. Bastava uma medida política, e a isso é que esses conceitos novos se aplicam de forma muito concreta, todo o nosso suco de laranja é exportado. Por que o nosso suco de laranja aqui é tão caro? É do preço ou mais caro do que uma Coca-Cola. O conceito básico é, primeiro, atender às nossas necessidades, assim como determinamos que a castanha fosse toda para a nossa sala de aula para satisfazer as nossas necessidades, não custa nada estabelecermos uma alíquota de imposto mais baixa para o suco e transferir essa perda de arrecadação para a Coca-Cola. Não é verdade, essa não é uma proposta correta que o nosso Partido pode assumir, uma proposta que vai melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira?

(Não identificada) – Governador, não entendo muito bem da parte de economia, mas vou fazer uma pergunta ao Sr. Governador, na hora em que um estado decide a subir a sua alíquota, a empresa sai de um estado e vai para o outro, porque não existe aquela lei que preserve exatamente a extinção da empresa.

O SR. EXPOSITOR (Governador João Alberto Capiberibe) – Estamos exatamente aqui para isso. Perguntaram-me o seguinte, porque quem perguntou não vai ficar sem resposta. Qual o tratamento que estamos dando às desigualdades sociais? Vejam, temos projetos para todos os setores. Temos políticas para todos os setores sociais. Quando falo de investimentos humanos, significa que para poder você investir tem que ter política, senão vai jogar o dinheiro fora. Você tem que ter os mecanismos políticos claros para poder aplicar os recursos financeiros.

Mas poderia resumir, porque, senão, ficaria enfadonho e detalhista, e acho que esse encontro não cabe detalhes de projetos específicos. Temos centenas de projetos, alguns projetos nossos já premiados pela Fundação Getúlio

Vargas, Fundação Ford, outros projetos em via de estudo pelo Governo Federal para que se transformem em políticas públicas nacionais. Veja, o nacional, o que é a nação? Não é o resultado; não é a somatória dos nossos esforços todos. É isso que á a Nação. E as coisas acontecem lá no município, não acontecem nesse plano espacial do país, acontece no plano espacial da comunidade local, da rua, do bairro, e ali que se desenvolve, que se experimenta as políticas públicas. Então, para sintetizar como tratamos as desigualdades sociais, quando falo do crescimento econômico, que o nosso estado cresceu 7% ao ano nos últimos 4, 5 cinco anos, mas ao mesmo tempo esse crescimento econômico tem uma repercussão nos indicadores sociais, uma repercussão positiva, porque houve uma queda de mortalidade infantil. A concentração de renda, fatalmente, leva, se eu tivesse esse crescimento de 7% e essa renda tivesse sido apropriada pelos setores privilegiados da sociedade, é evidente que não teríamos uma redução na mortalidade infantil, que não teríamos colocado as crianças na escola, que não teríamos ampliado a oferta de serviço de saúde. Então, os investimentos foram feitos em recursos humanos com efeito na economia, portanto, naquele equilíbrio que explicitei sobre as agendas sociais, econômicas e ambientais.

A SRA. MÁRCIA ANDREA (Amapá) – Sr. Governador, com licença, sobre o patrimônio artístico e cultural do Estado que levantei, dá para conversar um pouquinho?

O SR. EXPOSITOR (Governador João Alberto Capiberibe) – Veja. Disse antes que todos os setores da sociedade estão incluídos em políticas, e essas políticas incluem as políticas sociais, econômicas e culturais. Para nós a busca permanente da identidade cultural é exatamente o que nos permite a recuperação da auto-estima; acreditar na nossa capacidade. Não há processo que se construa e se coloque de pé sem esse forte componente cultural - nossas populações, o mosaico étnico da nossa formação, os índios (eu mesmo sou uma mistura que ilustra o que estou dizendo). Definimos políticas dos povos indígenas para, inicialmente, fazer com que a sociedade em volta se desse conta da sua presença e pudesse respeitar e conviver com essa diferença. Dentro de todas as aldeias temos educação bilíngüe; todas as crianças começam - são cinco etnias, cinco idiomas diferentes. Costumo dizer que os índios são bem mais inteligentes do que nós, porque, de cara, já falam dois idiomas, têm dois códigos diferentes no seu cérebro, então, são duplamente bem informados. E nós estabelecemos dois anos básicos em língua materna para poder introduzir

a língua portuguesa que é uma língua estranha. Depois, há todo um projeto de promoção de suas atividades artísticas e culturais, a música, a dança, o artesanato, eles desenvolvem hoje, temos um centro de artesanato e um projeto muito interessante em que eles têm artesanato para todo o mundo, vendem para o país todo. Eles têm um controle da produção da comercialização. Em relação aos afro-descendentes, estabelecemos políticas no sentido de valorizar e dar transparência à existência desses povos e a suas origens, valorizando todos os espaços culturais. Criamos o Centro de Cultura Negra do Amapá, com museu e espaço para atividades, inclusive atividades econômicas, e também recuperamos os espaços históricos do estado, e a música. O Amapá, como o resto do Brasil, é um estado muito musical, extremamente musical. Agora, se vocês quiserem, realmente, uma amostra dessa cultura tem uma moça aí que é um espetáculo com o seu tamborzinho. Não quero esquecer nada, mas tenho a impressão que cobri tudo.

Falta a questão da privatização. Veja, quanto a privatização, creio que há atividades em que o setor privado é muito eficiente, e há outros em que não consegue dar a resposta. Hoje já pudemos avaliar o que significou, por exemplo, a privatização em vários países. Todo o mundo acompanha um pouco esse problema da vaca-louca na Inglaterra; os ingleses foram os primeiros na reformulação das suas políticas econômicas e eles, então, chegaram ao absurdo de privatizar até a vigilância sanitária. Daí ocorreu a vaca-louca, porque a vaca-louca é exatamente a ineficiência da vigilância que permitiu o uso de proteína animal na ração de outros, enfim, faltou a vigilância e eles terminaram com esse problema tremendo que até hoje está lá. Depois, o modelo de privatização imposto ao nosso país é um modelo contraditório. Sabemos, por exemplo, que a Telecom é uma estatal espanhola e francesa. A EDF, Empresa de Eletricidade da França, é igualmente estatal. Então, a fórmula que eles sugerem para o nosso país não somos obrigados a aceitar. Por exemplo, até hoje tenho dificuldade com a Eletrobrás, porque não aceitei privatizar a companhia de eletricidade do Amapá. Não aceitei privatizá-la, porque não convém ao povo do Amapá a sua privatização. Se desse lucro e resultado para o povo do Amapá a privatizaria sem nenhuma dificuldade, mas quando sentamos para fazer a contabilidade, sabemos que vai dar prejuízo e prejuízo não quero para o meu povo, então, está fora de questão. (Palmas.)

A mesma coisa é a área de saneamento. Temos esses ativos, todos os que foram construídos com o esforço da sociedade, com a contribuição da

população. O que estamos fazendo então? Estou associando capitais privados com capitais públicos. Porque vou vender, e depois aplicar em quê? Na campanha eleitoral do ano passado, Graças a Deus, não precisamos; terminamos reeleitos sem torrar os ativos do estado. Então, acho que não há necessidade da privatização. Quer dizer, setores podem funcionar, mas há outros em que o setor privado não tem a menor condição. Por exemplo, na área de saneamento, na área de energia, como já vimos; mesmo na área telefônica, as dificuldades que temos tido. Na área de saúde, o sistema americano é três vezes mais caro que o europeu, que é público. Quer dizer, se podemos estudar esses modelos para aplicação em nossas comunidades, acho que esse conhecimento é vital e nos mostra que muitas vezes não podemos aceitar. Por exemplo, tenho alguns casos: nossa relação com o Banco Mundial e com o Fundo Monetário.

Essa relação precisa ser revista, porque eles falharam, eles fracassaram. Quero dizer o seguinte: eles estão infinitamente mais ricos, porque estamos infinitamente mais pobres; alargou-se o fosso entre os países do Norte e os países do Sul. Então, a pobreza cresceu na América Latina toda, e porque vou escutar um especialista do Banco Mundial ou um especialista do Fundo Monetário Internacional, se a receita deles só provoca mais pobreza? Mas tenho que saber dizer porque provoca pobreza. Acho que é isso que é fundamental.

Agora estive em Londres discutindo com a Shell, com a British Petroleum, que compraram concessões de exploração petrolífera na costa brasileira, inclusive, trabalhos já realizados pela Petrobrás. Fomos lá, fomos saber como é. Fui tomar informação. Mas eles não obrigaram o governo a fazer isso. O governo fez por decisão política dele. O Fernando Henrique não estava obrigado a abrir prospecção para a iniciativa privada. Foi uma lei passada no Congresso, não é meu caro Senador? Não é assim? Não fomos obrigados. Foi a sociedade brasileira que aceitou na hora que votou nos parlamentares e os parlamentares aprovaram a lei.

O Banco Mundial fez um empréstimo para o MEC, prestem atenção, porque, realmente, é ridículo nos submetermos ao desejo dessas pessoas, quando temos os nossos próprios desejos, e aqui foi formulada essa questão. Não sei quem foi que disse que é importante que realizemos os nossos próprios desejos. O Banco Mundial emprestou esse dinheiro para o MEC, que criou um projeto chamado Fundescola, não sei se alguém conhece. Daí, eles desenharam esse projeto para mobiliar as escolas públicas do país todo. E sabem como é? Você assina um contrato com o MEC e se obriga a comprar o

modelo imposto pelo Banco Mundial. Lá no Amapá temos madeiras de excelente qualidade, temos mão-de-obra de excelente qualidade que sabe fazer a carteira, sabe fazer o mobiliário escolar. Sabem como é que vinha o contrato? Tinha que comprar uma carteira fabricada em ferro, em aço com fórmica, e olhem só como é a globalização, como é uma coisa concreta, como eles determinam as políticas.

Não era só de ferro e de fórmica; já vinha dito todo o modelinho que permitia que uma cadeirinha se encaixasse na outra para poder entrar dentro de um avião, dentro de um navio e ser transportada no Globo para cima e para baixo. Então, disse não, não vou aceitar, não aceito. Fui até ridicularizado - o Governador do Amapá... porque há um preconceito em relação aos estados do Nordeste, da Amazônia, um preconceito brutal. E até teve nota na imprensa dizendo que o Governador não gosta de dinheiro, como se eu fosse uma maluco, um débil mental, que estivesse tocando fogo no dinheiro. Disse que não era isso, vamos discutir. Onde está a racionalidade desse processo? e vim para cá para debater e para discutir. Conclusão: o Banco Mundial recuou, aceitou fazermos os nossos próprios móveis. Sabem quantos empregos isso vai gerar? Cento e cinqüenta empregos para aqueles cidadãozinhos que estão lá, querendo um empreguinho. (Palmas.) O Ademir Andrade, meu companheiro, futuro Governador do Pará, tem também uns problemas sérios no sul do seu Estado...

E, por último, o problema do cacau - onde está o companheiro do Espírito Santo? Temos esse problema na Amazônia, sim, porque a cultura da borracha foi desativada, assim como a do cacau, a cultura da seringa na Amazônia foi incentivada, foi financiada para atender, como tudo neste país, as necessidades estratégicas. Vou falar somente do período de guerra a partir de 1940. Quando começou a guerra, a Malásia deixou de fornecer borracha para a indústria americana, os americanos imediatamente criaram um grande programa de retorno da coleta da borracha na Amazônia; pegaram os nordestinos, tanto é que são quase todos descendentes - sou descendente de paraibano com pernambucano. Tem muitas pessoas na Amazônia que são descendentes dos famosos soldados da borracha. O Governo Brasileiro, de uma forma absurda, e impatriótica, pegou as populações do Nordeste e transferiu para a Amazônia. Quem conhece a história dessa transumância sabe que foi igual ao tráfico de escravos da África para o nosso país, e para cumprir esse programa de financiamento com os americanos, mandávamos borracha e eles manda-

vam bugigangas para as florestas do Pará, do Acre e do Amazonas. Essa relação desigual, injusta é que precisamos conhecer profundamente para podermos combatê-la. Não quero estar num partido de slogans; não se enganem, que não tem culto à personalidade, meu companheiro. Tem culto a um programa, e esse programa, no dia que eu sair de lá, vai continuar, porque estamos tendo o cuidado de preparar a nossa militância para que entenda esse programa e cada um tome o lugar do outro na hora em que este for desaparecendo. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. DEBATEDOR (Senador Ademir Andrade) – Gostaria de fazer duas breves considerações sobre as inúmeras coisas que aqui foram tratadas, acho que estão, de certa forma relacionadas. Uma é a questão da reforma agrária, levantada pela companheira, também, de Pernambuco, colocando como pretendemos nesse tipo de desenvolvimento fazer algo semelhante ao que ocorre na Suíça. E aí entra outra questão que é se a bandeira ...

O SR. EXPOSITOR (Governador João Alberto Capiberibe) – Gostaria de esclarecer, ou estou falando grego. Não falei em reforma agrária na Suíça.

O SR. DEBATEDOR (Senador Ademir Andrade) – Não estou falando isso, não estou dizendo que você falou isso. Ela perguntou como é que pode. Ela fez a comparação e entendeu como se daria o desenvolvimento sustentável à semelhança da ...

A SRA. MÁRCIA ANDREA (Amapá) – Não falei com essa realidade, mas já se entendeu.

O SR. DEBATEDOR (Senador Ademir Andrade) – Mas quero fazer a seguinte consideração, e aí entra a preocupação do companheiro, quando ele fala que essa bandeira do desenvolvimento sustentável pode fugir à questão do socialismo real. Avalio o seguinte: na questão da reforma agrária o próprio MST, hoje, faz a reforma agrária da propriedade individual. Isso não é o que está na cabeça da direção do MST. Na cabeça deles seria a propriedade coletiva, minimamente a propriedade cooperativizada, mas por que eles lideram o movimento, e o movimento se concretiza na propriedade individual, que é um grave erro; o governo está cometendo um verdadeiro crime com esse tipo de coisa, principalmente na Amazônia, onde ele entrega uma área de floresta a 200 famílias e cada uma destrói a metade, criando uma verdadeira peneira na floresta, destruindo todo o ecossistema, toda a fauna da área. É um

verdadeiro crime, mas por que o MST assimila isso, porque ele sabe que é a melhor forma de conduzir o movimento, de trazer as pessoas para o movimento.

No nosso caso do desenvolvimento sustentável e a questão do socialismo real, veja bem, o PSB, temos que reconhecer, estou no PSB há 12 anos, nosso partido foi formado de cima para baixo, nosso Partido não é um Partido formado de baixo para cima, nosso Partido é formado de intelectuais que levam as idéias para a base, que se adaptam com elas e que crescem com elas. Então, é muito mais fácil, tenho exemplo de pessoas que não entendiam absolutamente nada de política, nem sonhavam com política na vida e que passaram a militar e se integraram no Partido numa disputa eleitoral, numa Câmara de Vereadores, numa vice-prefeitura e hoje são verdadeiros socialistas; pessoas que estudaram, aprenderam e levam adiante este conhecimento. Então, a questão, quando coloquei aquilo, é preciso que fique bem claro, não temos que ter esse medo porque estamos tratando de uma palavra de ordem que traz o coletivo para o processo de participação. Não estamos fugindo do socialismo que queremos em absoluto. Creio que é uma forma de conquistar, uma forma de aproximar, e nesse processo de aprendizado é que as pessoas crescem e se consolidam nessa posição, até porque, para finalizar, uma companheira colocou a questão dos dois discursos, da questão do desenvolvimento sustentável, a questão do capitalista e do socialista, se não tem medo de que a direita mais articulada se aproprie dessa bandeira. Ora, é impossível isso, a direita pode até se apropriar da bandeira da ecologia, da bandeira da defesa do meio ambiente, dessa ela pode se apropriar, e se apropria mesmo, embora, na prática, faça tudo ao inverso, ela não pode se apropriar de desenvolvimento sustentável no seu conceito básico, que é, no fundo, o socialismo, que é o conceito de desenvolvimento para todos, desenvolvimento com participação de todos. Se jogarmos as coisas de maneira clara não tem como ela se apropriar dessa questão.

De forma que eram, rapidamente, essas as considerações que gostaria de fazer.

(Não identificada) – Poderia fazer uma pergunta, pois não a fiz antes? É uma curiosidade. Estive agora lá em Carajás e fiquei impressionada com a grandiosidade do projeto, foi um passeio de barco. Queria saber a posição do Sr. na questão da privatização daquele projeto. Não entendi bem como um projeto daquele nível ...

(Não identificado) – A senhora me permite um aparte para o encaminhamento dos trabalhos, depois que o companheiro se dignar a responder a pergunta, vamos ver o que fazemos, porque tem que sair a tese, a discussão, no meu modo de ver, tem que discutir o que é para o PSB o desenvolvimento sustentável e estratégias para isso. Já estou preocupadíssimo com a hora, acho que só temos duas propostas para seguir - ou vamos tirar uma comissão de pessoas que já trabalharam alguma proposta, o pessoal do Rio Grande do Sul, e fazer uma proposta partidária, madura, ou adiar novamente a discussão, colocar uma sinalização e adiar.

(Não identificado) – Acho que o encaminhamento não é esse. Creio que é o relato dela, resumindo tudo isso e apresentar amanhã em assembléia e ser debatido lá.

(Não identificado) – Sei que o Governador tem uma tese, agora, acho que caberia à plenária tirar uma resolução, digamos assim, uma coisa mais resumida, inclusive tenho uma proposta, uma minuta que se ...

O SR. DEBATEDOR (Senador Ademir Andrade) – Este é um momento, de certa forma, difícil e complicado, vou até deixar de responder a questão da companheira, para não tomar o tempo da discussão. Aquilo foi um verdadeiro crime, mas podemos avaliar isso em outra oportunidade. Agora, a questão de chegarmos à conclusão de um trabalho aqui, temos na verdade, três caminhos, um seria submeter a tese em si à votação, outro seria a proposta do companheiro, que, vamos dizer, se criaria uma comissão para trabalhar isso, e essa comissão teria delegação para fechar isso - basicamente são duas propostas. Você teria uma terceira proposta?

(Não identificado) – Teria uma proposta que seria uma resolução da plenária. Tenho uma quarta proposta que seria, de uma certa forma, alguma coisa mais profunda da discussão que ficou um pouco prejudicada, faríamos um indicativo da importância de se aprofundar o tema num outro evento, em um congresso, em jornais...

(Não identificado) – Protesto! Protesto! Isto é um congresso...

(Não identificada) – Amanhã terá plenária para discussão das propostas dos grupos. O que ficou encaminhado...

(Não identificado) – Vamos para a votação companheiro.

O SR. DEBATEDOR (Senador Ademir Andrade) – Antes de colocarmos em votação, tenho que ouvir as propostas. Essa é uma obrigação da Mesa. O companheiro tem uma proposta que eu gostaria de escutar.

(Não identificado) – Acho que seria a seguinte: que o PSB incorpore ao seu discurso, à sua prática e a sua linguagem, os preceitos do desenvolvimento sustentável, enquanto proposta de socialismo democrático a ser implementada progressiva e objetivamente, remetendo a cada núcleo de base, diretório zonal, municipal, estadual e distrital, o debate, segundo o tema, segundo orientações técnicas e políticas a serem formuladas pelo diretório nacional.

(Não identificado) – Tenho uma questão de ordem Senador.

O SR. DEBATEDOR (Senador Ademir Andrade) – Antes que você faça sua questão de ordem, a impressão que eu tive é que a proposta do companheiro atende a todos. Essa foi a impressão que deu. Se você quer insistir na proposta...

(Não identificado) – O que temos é o seguinte: um Regimento Interno, que foi aprovado na plenária do Congresso Nacional, e estamos atropelando por completo esse Regimento. O art.9° diz o seguinte: que ao final dos debates dos grupos temáticos, o relator do grupo deverá apresentar o conteúdo do seu trabalho, na deliberação dos delegados, então os delegados têm que votar aqui a tese que foi apresentada. E fala mais. A própria relatora tem que registrar essas divergências que estão ocorrendo e que não lograram consenso. Então, o nosso regimento não pode ser atropelado neste momento Senador. Temos que cumprir o art. 9°. (Palmas.)

O SR. DEBATEDOR (Senador Ademir Andrade) – O companheiro não pode se precipitar, porque sente que tem uma maioria em plenário no sentido de aprovar, de qualquer maneira, uma tese. Acho que a gente tem que ter bom senso. Uma questão dessa importância deve ter o espaço de análise, e não, simplesmente, se aprovar uma tese, assim, de repente, sem uma discussão, que esse debate, evidentemente, nos permite. A impressão que eu tive é que o governador...

(Não identificado) – Eu queria que esse Regimento fosse cumprido Senador. Essa é apenas uma questão de ordem.

(Não identificado) – Acredito que a inscrição da tese já se encerrou no momento em que foi apresentada e julgada. (Palmas.) Como o tema está

caracterizado de grande importância, creio que, democraticamente, pode-se tomar a seguinte decisão: peço à Relatora que ouça, porque é uma proposta. Se o momento de inscrição das teses já foi encerrado, na medida em que a tese foi aprovada e submetida a discussão, hoje no Congresso, então essa deverá ser a tese objeto de votação aqui, pelos que estão presentes. Como está sendo julgada de grande importância a continuidade da discussão desse processo, propõe-se que a Executiva abra a discussão de solicitar aos estados que coloquem considerações, que apresentem contribuições, para que seja ampliado esse tema como tema do Partido Socialista Brasileiro.

(Não identificada) – Aqui no programa diz: amanhã, plenária para discussão das propostas de grupos e aprovação das resoluções políticas e eleição do diretório nacional. Então, na minha experiência nesse tipo de trabalho que venho vivendo no partido, nesse dia de hoje, a relatora, talvez com a ajuda de duas ou três pessoas daqui, faria um relato de todas as discussões havidas aqui, e enxutas, do ponto de vista da redação, talvez com a ajuda de dois ou três companheiros, e amanhã você leria em nome do grupo no plenário. O Carlos chamou a atenção sobre isso. Caso haja na leitura do plenário qualquer discordância, podemos dar um aparte, que será incluído na redação final. Foi isso.

(Não identificado) – Esses companheiros do plenário não participaram do debate de agora, então tem que sair a aprovação daqui.

O SR. DEBATEDOR (Senador Ademir Andrade) – Um momento, por favor. Há uma série de propostas feitas aqui em plenário por várias pessoas que se manifestaram, vários companheiros fizeram uma série de colocações, a relatora anotou essas proposições. Há alguma outra tese além da do Governador do Amapá?

(Não identificada) – Existe aqui a proposta de uma pessoa do Rio de Janeiro, com uma outra tese escrita, mas não vai em desacordo com a dele, porque ele está propondo alguma coisa de multa, de fiscalização, é uma outra coisa que eu também acho interessante de ser apresentada.

O SR. DEBATEDOR (Senador Ademir Andrade) – Então, votamos a tese com as propostas que foram feitas em plenário.

(Não identificado) – Leia pelo menos a tese, e a gente aprova, porque a tese não foi discutida.

O SR. DEBATEDOR (Senador Ademir Andrade) – Bem, o companheiro Ricardo retirou a proposta dele. Só temos duas propostas. A aprovação da tese apresentada pelo Amapá, com as contribuições que foram dadas pelo plenário, e a proposta do companheiro de Pernambuco.

Creio que todos receberam cópia da tese, todos os pedidos de contribuição que foram aqui apresentados, então não tenho outra alternativa senão colocar em votação a proposta de aprovação da tese. Os delegados que entenderem que a proposta do companheiro de formar uma comissão é a mais viável, por favor levantem o crachá.

Bom, foi aprovada a tese. Agora gostaria de, antes de encerrar a sessão, ter uma contribuição, com propostas para ajudar a Relatora na elaboração.

Está encerrada a sessão. Agradecemos a presença de todos.

Grupo 3

Políticas do PSB para os movimentos sociais, populares e sindical

Coordenador:
Dep. José Antonio Almeida

Expositor:
Dr. Jaime Cardoso

Debatedor:
Deputado César Callegari

Relatora:
Maria de Lisieux Amado

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Vou coordenar este painel sobre políticas do PSB para os movimentos sociais, populares e sindical.

Pergunto se está presente a nossa Relatora Lisieux Amado. Não está presente.

Vamos começar, vou anotando alguma coisa e, depois, as passo, porque estes relatórios terão que passar alguma coisa para o plenário posteriormente.

Vamos ter a participação do Deputado César Callegari – PSB/SP e do Dr. Jaime Cardoso que é do PSB do Rio de Janeiro. Estava colocado aqui o Deputado César Callegari como expositor e o Jaime Cardoso como debatedor, mas houve uma inversão, porque, na realidade, o que ficou constatado aqui é que a função de cada um, de certa forma, não é bem de expor e debater, mas de provocar o debate do plenário sobre o tema.

Vou iniciar, passando a palavra para o Jaime Cardoso.

O SR. EXPOSITOR (Jaime Cardoso) – Bem companheiros, a discussão da política do partido para o movimento social, movimento sindical, juventude, de mulheres, naturalmente deve ser compreendido como uma discussão das grandes diretrizes, é óbvio que cada movimento tem seu congresso, cada setor social que se organizar dentro do partido vai ter que discutir as diretrizes particulares com o seu movimento, vai ter que discutir as questões do cotidiano desse movimento, das conjunturas que esses movimentos estão vivendo. O partido político quando faz um congresso, evidentemente, se quiser o mínimo de concepção democrática e de independência para esses movimentos, não pode pretender dirigir o dia-a-dia desses movimentos, aquelas diretrizes mais particulares que dizem respeito a ele. O que temos que discutir, isso sim, são as questões que articulam esses movimentos com a estratégia partidária, e isso nos retoma uma discussão clássica sobre as relações de partido e movimento, quer dizer, a primeira questão que temos que discutir é a da estratégia do partido político e dos partidos políticos socialistas, comunistas de esquerda, de chegar ao poder. O que temos que discutir é o que espera o partido, quer dizer, já diz o nosso tema: "As relações do partido com movimentos sociais, com o sindicato", quer dizer, o que o partido político espera desses movimentos ou da sua presença nesses movimentos ou da presença desses movimentos na sociedade em termos do seu programa político, do seu programa transfor-

mador da sociedade, e isso quer dizer as suas relações, as suas relações com esse movimento. Nós recuperamos, portanto, uma primeira questão clássica, se esses movimentos são ou não correias de transmissão dos partidos políticos, isso já é uma discussão antiga, que acho que retorna hoje, na nossa sociedade, que consigamos identificar a presença do partido nesses movimentos como orientador, o de ter nesses movimentos as suas roldanas de transmissão do seu programa, que grau terá o movimento sindical, o movimento da juventude ou o movimento das mulheres, que grau terão esses movimentos em relação às orientações do partido político.

Por outro lado, isso é uma das questões clássicas da discussão da relação de partido com o movimento. A outra questão clássica é a limitação do movimento sindical, as limitações naturais da natureza do movimento social que são de defesa de setores sociais, de defesa de classes sociais, de interesses particulares imediatos, e, portanto, que não apontam para a reforma radical ou a mudança radical ou para a revolução, se quiserem da sociedade. Acho que essas duas questões são as questões que historicamente pautam a discussão das relação dos partidos com os movimentos sociais. Lenin, inclusive, já dizia que o movimento operário – e aí a gente pode falar do movimento sindical - o movimento da classe trabalhadora deixado espontaneamente para as suas organizações de classe, nunca apontaria para a superação da sociedade capitalista, seria necessário a organização política - e ele falava de intelectuais, ou seja, daqueles que trariam a doutrina socialista, para que na unidade desse movimento operário com a doutrina socialista, organizada por esses intelectuais fosse dado um caráter transformador revolucionário para o movimento operário. Essa é a primeira discussão que nós teríamos que observar sobre a questão das relações de partido político com o movimento social. Nós temos que entender uma outra questão, quer dizer, dessa limitação do movimento sindical, do movimento social, porque evidente que quando o sindicato se organiza ele procura defender os interesses específicos daquela categoria, quando as mulheres se organizam, apesar de ser maioria quantitativa na sociedade, nós discutimos, inclusive se fala, se inclui as mulheres na minoria, porque quando a gente fala nisso, fala antropologicamente, fala a minoria em relação ao poder, todos os setores, mesmo o majoritário – a gente poderia tratar de minorias, porque são minorias em relação a participação do poder. Então, quando as mulheres se organizam, quando os negros se organizam, quando os "sem terras" se organizam, quando o movimento do operário se organizam nos seus sindicatos, evidentemente, cada setor está olhando para os seus interesses imediatos. O

movimento sindical, por exemplo, tem que discutir a questão salarial, tem que discutir a questão do desemprego, tem que discutir a questão da segurança no trabalho. O movimento das mulheres tem que discutir a discriminação, tem que discutir a violência no lar, tem que discutir as questões da participação da mulher nas esferas do poder, no emprego, no salário, na velha questão de trabalho igual, salário igual, então, assim, sucessivamente, nós podemos ver que a pauta do movimento social é a pauta do interesse imediato daquelas organizações que se propõem a defender os setores sociais. A pauta do partido político é a pauta da estado Maior, digamos assim, que tem que pensar um projeto de sociedade que vá além dos interesses imediatos de cada setor social, e por isso há, evidentemente, pela natureza dessas duas proposições de organização da sociedade uma contradição que eu ilustraria com um caso que aconteceu no Rio de Janeiro, por exemplo. O Sindicato dos Médicos, defendendo os interesses dos médicos, do setor de saúde, porque havia muitos médicos concentrados na zona sul do Rio de Janeiro, quando havia necessidade de transferência de médicos para a baixada fluminense, o sindicato defendeu os interesses daqueles médicos que era o de permanecer naquele seu local de trabalho quando tinha uma orientação de governo, de fazer um remanejamento do pessoal de saúde para atender as camadas mais carentes. Evidente que aquele sindicato, quando serve de interlocução dos interesses da sua categoria, está pensando naqueles interesses imediatos como nós estávamos falando. Já o partido político tem que transcender a esse imediatismo dessas reivindicações e ver os interesses do conjunto da sociedade, que mesmo se não tomássemos esse caso particular da saúde, como eu estava citando, em tese a gente deve concordar que pode haver contradição dos interesses do conjunto da sociedade, que o partido político deve estar projetando, para os interesses de uma determinada categoria, evidente que uma categoria pode ter reivindicações que entram em choque com outras categorias e alguém tem que pensar, esse complexo conflito de interesses, e traduzir isso num projeto político, num programa político que atenda aos interesses do conjunto da sociedade.

Essas limitações dos movimentos sociais – eu quero que se entenda, quer dizer, historicamente o movimento social ele não se propõe a ser um intérprete do conjunto, portanto, da sociedade, ele se propõe a ser intérprete de um setor específico daquela sociedade e de defender os interesses imediatos que sejam prejudicados por ela. O partido político tem que representar setores sociais muito mais amplos, classes sociais muito mais amplas, e, portanto, apontar para o projeto de sociedade de média e de longo prazos que não é uma tarefa

específica, por exemplo de um sindicato ou de um movimento de mulheres ou de um movimento que defenda alguma minoria ou dos índios, etc., que não tenha essa missão específica de propor uma transformação social.

Então, o partido quando assume essa proposta, ele tem que discutir qual é a sua estratégia – aí tem uma outra questão da relação dos partidos políticos com os movimentos sociais que eu gostaria de colocar, porque dependendo da estratégia do partido político, a expectativa dele em relação às organizações dos movimento social vai ser uma, dependendo da sua estratégia pode ser uma, por exemplo, tradicionalmente também os movimentos comunistas socialistas se dividem em dois grandes grupos estratégicos: o que propõe a derrocada do sistema capitalista e a substituição por um outro num prazo mais ou menos curto de transição, e um outro que propõe a reforma progressiva, a evolução desse sistema, dentro dessas duas visões agrupam-se conceitos estratégicos que vão "lincar" esse partido, que é um Estado Maior que pensa um processo revolucionário ou um processo transformador da sociedade até a organização de base da sociedade civil. Então, nós agrupamos no geral no movimento socialista o grupo estratégico que pensa a derrocada do regime capitalista. Você tem a chamada guerra de movimento, tem a concepção de vanguarda e a concepção de revolução, em um outro grupo que pensa a fase evolutiva do capitalismo com a sua transformação você tem a guerra de posições, o conceito de hegemonia, de reforma. Gramsi pensava que a luta pela transformação da sociedade seria uma guerra de posições e eu já explico melhor como os movimentos sociais se encaixam nisso.

Nessa concepção mais evolutiva, do processo de transformação da sociedade, cada local, cada situação, cada representação social é um espaço de luta pelo poder. A Câmara de vereadores, o sindicato, a associação de moradores, cada local desse a gente poderia compreender como uma casamata, linguagem militar, em que a gente teria que disputar o poder dessa casamata particular, ou seja, nós vivendo uma situação de cerco estratégico, nós usávamos na época de processo armado muito essa concepção, a gente querendo derrubar o regime capitalista - nós começamos em minoria, e essa minoria se diz em relação ao poder, a gente vive uma situação de cerco estratégico, mas eventualmente, taticamente a gente pode impor um cerco ao inimigo. Então, para usar essa linguagem militar a gente poderia no processo eleitoral e no processo social estar movendo essa luta contra os adversários, contra os que representam as forças conservadoras. Então, na associação de moradores, ali,

mesmo dentro de um conjunto de cerco estratégico nós poderíamos disputar uma hegemonia naquela situação, naquela posição, por isso temos guerra de posições. Naquela Câmara de vereadores, naquele município, quando a gente disputa uma prefeitura, naquele sindicato, em cada momento desse, quando a mulher se organiza, reivindica os seus direitos, então ali, nós estamos travando contra o sistema capitalista, nós estaríamos travando essa guerra de posições para transformação da sociedade.

A concepção de confronto, de derrocada do sistema, ela parte de um outro princípio, parte do princípio de guerra de movimento. Ela acha que a disputa das posições dentro do sistema pode levar ao impasse da própria luta, porque compreende as limitações dessas situações particulares, onde mesmo nelas o movimento socialista pudesse ter a hegemonia. Então, essa proposta de confronto, essa outra visão estratégica, parte do princípio que há uma luta sem quartel contra o sistema, e que, portanto, a gente não pode ficar e nem precisa ficar perdendo tempo em disputas, em posições isoladas dentro de uma sociedade capitalista, isso foi uma das idéias que muito informaram, os que participamos da resistência contra a ditadura; a bem da verdade a gente deve dizer que não era uma luta só pela liberdade, quer dizer, a grande parte das organizações que faziam a luta contra a ditadura militar tinham a proposta de, no bojo dessa luta contra a ditadura e da conquista da liberdade, fazer uma revolução socialista e construir uma nova sociedade. Nós achávamos que naquela época o capitalismo e a ditadura estavam fundidos numa mesma situação e que não poderiam mais se separar, e que a morte de um seria, necessariamente, a morte de outro; a história naturalmente provou que essa visão estava equivocada, mas a nossa visão de luta era essa, quer dizer não era uma luta , era guerra de movimentos, concepção de negar todo processo eleitoral, de toda disputa, de situações de posições e de partir para a luta aberta, de confronto contra o sistema.

Nesse contexto de discussão estratégica é importante que a gente recupere para um partido socialista, porque muitas vezes acho que nós nos perdemos, isso é uma outra contradição da esquerda, muitas vezes, muita gente vê o objetivo final, a gente vive nesse dilema, vê o objetivo final abaixa a cabeça, não vê os meandros da conjuntura, dá com a cabeça na parede, como a gente já deu muitas vezes e não consegue avançar. Uma outra concepção que vê tanto o jogo político da conjuntura, os meandros políticos da conjuntura que perde de vista o objetivo final. Acho fundamental que o partido quando disputa suas

relações com o movimento social, com o movimento sindical, resgate essa característica que tem que ser do partido político, que é o Estado Maior que pensa um projeto de sociedade acima, inclusive, de grupos, de interesses particulares e setores sociais e, eventualmente, até em contradição com eles. Então, essa natureza revolucionária de um partido político, principalmente de um partido político como o partido socialista é que deve ser resgatada para que a gente não perca de vista o nosso objetivo final e não se transforme num partido igual aos outros, que são soluções jurídicas para candidaturas, soluções jurídicas para mandatos, soluções jurídicas para projetos pessoais, que ao dizer que o partido tem que ser o projeto de uma nova sociedade, o projeto, no caso dos socialistas, o projeto dos oprimidos, dos excluídos, dos trabalhadores, dos explorados, que querem a sua redenção. Essa perspectiva é que tem que informar toda discussão nossa da relação com o movimento social.

Então, a primeira questão que eu gostaria de deixar clara, são as diferenças – para discutirmos essas relações temos que dizer o que é uma, o que é outra, o que é o partido político e o que são as organizações do movimento social, a função dos sindicatos, a função do movimento de mulheres e dos outros movimentos. Dentro dessa concepção estratégica, gostaria de me referir a duas questões, porque há uma diferença, evidentemente, de uma estratégia de guerra de posições ou de uma estratégia de guerra de movimento dos países desenvolvidos e nos países subdesenvolvidos, como é o nosso caso, e eu faço questão de reforçar a expressão "subdesenvolvimento" e hoje em dia é politicamente correto "falar países em vias de desenvolvimento", mas isso é uma outra discussão. O subdesenvolvimento é um conceito, é um conceito de um sistema fechado em si mesmo que eu ainda acredito, que eu acho que o partido deveria recuperar essa discussão que só pode ser rompido pela via revolucionária, e a via revolucionária eu não digo aqui a via da violência necessariamente, revolução é a mudança radical das estruturas de um tempo relativamente curto, não quer dizer necessariamente uma forma específica dessa mudança. A revolução é, necessariamente, uma mudança na forma das pessoas relacionarem-se para produzir, por isso que nós sempre chamamos, os socialistas chamavam o golpe militar de 64 de golpe, e não de revolução, porque as relações de produção do país permaneceram exatamente as mesmas, as classes dominantes permaneceram, não houve mudança na estrutura de classe, então quando a gente pensa em revolução , pensa nisso, porque o partido socialista se quer defender os explorados, se quer mudar as condições de vida dos explorados, dos excluídos tem que mudar a relação de produção, e para mudar a

relação de produção isso é o conceito de revolução, não necessariamente violência. Então essa discussão nos remete a uma questão do Estado, porque revolução lida não só com movimento social, mas com a questão do Estado. O Estado, nos países desenvolvidos, ele tem três características: ele é forte como mediador; ele é um Estado complexo, porque tem as organizações da sociedade civil de forma complexamente organizada, enraizadas, tradicionalmente enraizadas e organizada, e ele exerce a sua hegemonia pelo consenso. É fundamental que a gente compreenda; quando a gente analisa o chamado "Primeiro Mundo" , quando nós analisamos os países subdesenvolvidos, em particular o Brasil, o que você vê é o seguinte: que o Estado é forte para reprimir, e fraco para mediar os conflitos. A Organização da Sociedade Civil ela é débil, ela é etérea, fraca, subordinada, muitas vezes ao próprio Estado, como o próprio movimento sindical, que cresceu, já a partir de 31, subordinado ao Ministério do Trabalho, da Indústria e Comércio, e no chamado Terceiro Mundo, nos países subdesenvolvidos, o Estado exerce a sua hegemonia, as elites exercem a hegemonia através da força. Então, essa discussão, essa caracterização do Estado, do papel do movimento da sociedade civil organizada e da concepção estratégica de mudança que um partido socialista tem, nos traz uma outra reflexão sobre as questões dos movimentos sociais , quando o Estado é subdesenvolvido a organização social, o movimento sindical, o movimento popular quando se põe em marcha necessariamente ou quase que inevitavelmente se confronta logo com as portas do poder, e muitas vezes isso nos dá a ilusão de que esse movimento, ele é revolucionário por natureza, quando o movimento social organizado, os sindicatos etc., ele é reformista por natureza, porque ele defende, a sua missão é essa, e quando ele não cumpre essa missão de defender bem os interesses imediatos do setor que ele pretende representar, ele está, evidentemente, perdendo força, perdendo representatividade, e vai ficar absolutamente isolado do contexto da sociedade, então ele para exercer bem a sua função, tem que ser necessariamente reformista, ele tem isso em sua natureza, mas como o Estado subdesenvolvido ele tem essa característica de que ele não é um bom mediador ele exerce a sua hegemonia através da força, e os próprios movimentos sociais são fracos, não são tradicionais, não são enraizados; o sistema capitalista ele não é organizado nesse país de forma tão complexa, e portanto os conflitos sociais quando emergem ficam sempre batendo à porta do poder, e as classes dominantes têm que necessariamente ficar usando do recurso da força amiúde, o que é diferente nos países desenvolvidos.

Na época do exílio eu vivi alguns anos na Suécia e lá o sindicalismo é fortíssimo, os partidos políticos suecos têm décadas e décadas de tradição, você identifica as famílias como a gente identifica aqui, protestante, crente, lá você identifica por partido político, você diz aquela família social democrata , você sabe mais ou menos como ela pensa, como ela vive , como ela educa os seus filhos. Então esse Estado é um Estado muito complexo e os conflitos sociais quando emergem dificilmente batem às portas do poder porque ele é organizado num sistema de "casamatas", muito mais complicado , muito mais forte que o Estado dos países subdesenvolvidos. Isso nos traz uma outra dificuldade adicional da relação do partido que quer fortalecer, que quer fazer a guerra de posições, quer transformar revolucionariamente a sociedade e lida com movimentos sociais que tem que defender os interesses imediato das classes a que representam, se o sistema de casamatas se fortalecem o sistema capitalista não vive, e é um equívoco pensar que a forma natural da existência do capitalismo seja a repressão, seja a exclusão, seja a proibição da organização – Hengel numa introdução famosa, ele dizia o seguinte: que o sistema eleitoral , a participação eleitoral, a liberdade de expressão, era as formas da própria natureza do sistema capitalista, não o contrário, e foi esse um dos equívocos que o movimento da luta armada teve no Brasil, achar que aquela forma era a única expressão possível do capitalismo no Brasil.

Então, como é da natureza do próprio sistema ter que provocar essa diversidade, ter que conviver com ela, ele vai construindo como por exemplo nos países desenvolvidos da Europa essa representação, essa força da sociedade civil, ela também não aponta, espontaneamente, para a transformação da sociedade, se é que nós estamos partindo do pressuposto, senão nós teríamos que ter uma outra discussão, e o que todos nós queremos é substituir a sociedade capitalista pela sociedade socialista , se é esse o nosso propósito, quer dizer o fortalecimento, por si só das organizações da sociedade civil não aponta, necessariamente, para essa transformação, o que retorna àquilo que nós falávamos sobre a sua natureza , isso realça a importância da relação do partido político com os movimentos sociais, porque é ele que tem que nessa legação conseguir compreender essa estratégia de fazer a articulação dos diversos interesses imediatos, os interesses a longo prazo dessas classes, e muitas vezes compreender interesses a longo prazo que não são identificados na conjuntura do dia-a-dia dos setores sociais que se organizam. Essa é a missão de um partido político socialista; essa integração, que muitas vezes no nosso país foi identificado como intromissão indevida , essa tese socialista, dos partidos dos movi-

mentos sociais, os movimentos queriam ser independentes, diziam que não tinham que ter participação político partidária, que é a tradição americana, que mais uma ideologia se importa para esse país, quer dizer, a tradição européia é a dos partidos políticos organizados disputando as centrais sindicais, e aí tem a chapa dos comunistas, tem a chapa dos sociais democratas, essa é a tradição européia do movimento sindical, onde os partidos se assumem claramente, disputam o movimento popular, integram o movimento popular , se enraízam no movimento popular, o que não tem, necessariamente, nada a ver com a questão de correia de transmissão , que é diferente, por exemplo, da vertente do sindicalismo americano, que é um sindicalismo que procura banir a questão partidária, a questão ideológica, a questão das discussões políticas da politização da discussão do seu meio. E essa ideologia americana do movimento social foi muitas vezes importada, infiltrada dentro do nosso meio do movimento socialista achando que isso era, realmente, o máximo da modernidade, era banir a presença dos partidos políticos, dos sindicatos, banido do movimento de mulheres, do movimento ecológico inclusive, que é um movimento mais moderno, então, companheiros, eu não quero me alongar mais, inclusive porque a gente estava até dizendo aqui que essas coisas não existe fórmulas, você vê que essas discussões eu já dizia aqui, essas discussões sobre esses movimentos como correia de transmissão dos partidos ou não. A discussão sobre a sua independência e os limites dos seus projetos, isso é uma discussão de décadas do movimento socialista, nós não temos fórmulas para resolver isso – eu até brinco dizendo que a única fórmula de revolução que eu conheço eu aprendi que era quatro partes de clorato de potássio , uma de açúcar, uma de alumínio em pó, joga um pouco de ácido sulfúrico que explode. O resto não tem fórmula, o resto é realmente o debate com movimento social, é a organização da sociedade , porque nós – para não ficar dúvidas sobre o que eu tenho falado – é claro que dentro do partido socialista, disputando o processo eleitoral, não estamos aqui discutindo outra coisa senão a estratégia de posições, nós estamos dentro desse processo, o partido se propõe transformar a sociedade disputando em cada quartel, em cada casamata sua hegemonia, levando a sua proposta. O que nós precisamos entender, dentro do sindicato, dentro das associações de moradores, dentro do movimento de mulheres é que essa disputa tem que ser uma disputa articulada com projeto de mudança da sociedade, porque senão não tem sentido, senão é uma disputa pela sobrevivência da estrutura. Eu lembro que na época já do declínio, da resistência armada contra a ditadura, os companheiros, nós tínhamos aquele princípio: dinheiro, nós vamos tirar dos

bancos, as armas dos quartéis, nós vamos para o confronto, mas no final, o dinheiro que era para fazer a revolução já era para a própria estrutura sobreviver, o partido não tem um objetivo em si mesmo, eu me preocupo muitas vezes quando a gente discute isso - sobrevivência do PSB. Eu já militei na Ação Popular, na VPR, quando voltei do exílio, no PMDB, o PSB é um espaço privilegiado de luta para transformar a sociedade, e tem que ser entendido assim, como meio de um projeto de transformação da sociedade, e não como objetivo de sobrevivermos dentro de uma estrutura, porque essa estrutura tem que sobreviver, porque nós temos nela o nosso espaço social, porque nós temos nela o nosso mandato.

Então essa missão do partido é que tem que levá-lo, quando se articular com movimento social procurar ver e extrair desse movimento social, mais do que o movimento social ser a correia do partido, acho que esses movimentos deviam ver a debilidade dos partidos políticos do nosso país e começar investir nos partidos políticos, não devia haver um sindicato, um movimento de mulher, um movimento de moradores, um movimento ecológico que não tivesse procurando a sua conexão com partido político e cobrando do partido político essa energia transformadora, cobrando do partido político, dando a seiva para que esse partido político pudesse, realmente, se transformar num instrumento de transformação da sociedade, mas como provocação eu vou passar a palavra. Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Agradecemos ao companheiro Jaime Cardoso e passamos a palavra ao Deputado César Callegari.

O SR. DEBATEDOR (Deputado César Callegari) – Boa tarde a todos e a todas. Quero em primeiro lugar cumprimentar o Presidente desse painel, O Deputado José Antônio Almeida, que orgulha a todos nós do PSB pelo desempenho e pelo trabalho que faz aqui na Câmara Federal.

Quero cumprimentar, também, o Jaime Cardoso pela brilhante exposição que fez, até sugiro Jaime que degravemos a sua fala, porque eu vi que você fez uma locução em cima de anotações, mas acho que tem muita densidade o que você acaba de apresentar.

Na condição confortável de debatedor quero aproveitar essa oportunidade para pensar esses mesmos problemas , talvez de um outro ângulo, mas concordando, basicamente, com as formulações e posições que o Jaime aca-

bou de apresentar. Eu noto, e tenho impressão que todos nós que somos militantes da causa social, que fazemos parte de movimentos sindicais, somos profissionais liberais, somos profissionais que atuamos numa fábrica, num comércio, que participamos de uma associação de bairros, enfim estamos aí na luta e mesmo na atividade puramente partidária, todos nós acho que podemos ser testemunhas oculares, testemunhas pessoais a respeito do enorme cerco que essas organizações representativas dos interesses da sociedade vem tendo nos últimos anos. Se nós pensarmos bem o que aconteceu, por exemplo, com o movimento sindical a partir do final dos anos setenta, que o movimento sindical exerceu no país, no meu modo de entender, um extraordinário papel civilizador, civilizador principalmente no que se refere à criação de uma cultura democrática, porque foi o primeiros dos movimentos da sociedade brasileira que começou a sair daquela escuridão terrível, da noite, da ditadura militar, e que nós em São Paulo, em Diadema, até o Gilson Menezes foi um dos protagonistas dessas lutas, quando o movimento sindical iniciou as suas etapas extremamente corajosas de enfrentar uma situação dramática, onde fazer greve, isso há poucos anos atrás era uma questão de crime contra a segurança nacional, homens e mulheres eram presos por fazer greve, isso há pouco tempo atrás, a mesma coisa nós podemos dizer: quantas associações de bairros, quantas reuniões fizemos naquela oportunidade, movimento estudantil e tudo mais, que apenas a reunião dessas pessoas para tratarem de questões absolutamente pontuais em relação a sua sobrevivência, em relação a moradia, em relação a reivindicações sobre serviços públicos essenciais, não era taxados, na primeira oportunidade, como práticas subversivas de pessoas ligadas ao "ouro de Moscou" ou coisa assim, que tinham como único propósito enganar a população para tentar implantar aqui uma ideologia avessa aos ideais da liberdade, do capitalismo e tudo mais, enfim, nós estamos vivendo uma situação inacreditável, porque, num pequeno espaço de tempo, num período ridículo até, em termos da história de um país e de uma sociedade, nós vivenciamos o florescimento, por conta da democracia de movimentos sociais importantes e particularmente nisso a construção de todo um aparato sindical importante no país, volto a dizer, que exerceu um papel civilizador extraordinário para o nosso país, o sindicato entrou, foi vitorioso, de uma maneira muito importante, em termos de conquistas que foram colocadas e escritas nas Constituições, nas leis e tudo mais, todos nós participamos disso, havia uma conexão muito grande, entre o florescimento do movimento sindical e do movimento popular, nas suas múltiplas expressões, com o movimento de florescimento, inclusive, dos partidos

democráticos que passaram a eleger, em primeiro lugar o PMDB, naquela oportunidade, quando havia apenas o bipartidarismo, mas depois os outros partidos foram se organizando e com o florescimento dessas organizações partidária correspondeu também o florescimento das organizações de representação social e sindical, enfim da sociedade brasileira. Nós estamos falando do final dos anos setenta, começo dos anos oitenta, e nós estamos aí, nesse lapso mínimo, da história de um país, vendo hoje a deterioração acentuada das organizações de representação da sociedade em todos os campos, quer dizer os movimentos de bairro hoje são movimentos que já tiveram alguma importância e refluíram, isso nós constatamos em praticamente todas as cidades, movimentos de mulheres, a mesma coisa, você passou a ter uma dificuldade de participação, a expectativa pela qual esses movimentos surgiram acabou arrefecendo, movimento estudantil, por exemplo, teve um momento muito importante no final dos anos setenta e que hoje o conjunto de problemas que ele carrega e que ainda não conseguiu resolver, embora se trate de um movimento muito importante, organizações importantes e que poderiam ser representativas de uma inquietação da maior parcela da sociedade brasileira que são os jovens, na realidade o movimento estudantil conta com vários problemas.

Bem não adianta nós falarmos aqui, poderíamos fazer várias descrições com as quais as pessoas podem concordar menos, mas, enfim, a análise que eu gostaria aqui de apresentar, como foco, a leitura que eu tenho é que há um enfraquecimento das organizações, da sociedade brasileira, inclusive dos seus instrumentos efetivos de luta nesse período. Não aconteceu tudo isso à toa, esse processo de enfraquecimento das organizações representativas do povo brasileiro correspondeu exatamente ao momento de ultrafortaiecimento, de um campo ideológico instrumentalizado no mundo inteiro, que nós aprendemos a falar e a dizer com neoliberalismo, ultraliberalismo e tudo mais, quer dizer, a visão que eu tenho é que a vitória, mesmo que seja conjuntural nos últimos tempo, do chamada modelo único, da única forma de pensar, daquilo que é tido e havido nas culturas dominantes como o sucesso em contraposição a uma idéia de fracasso , exatamente isso veio num domínio, onde o próprio país, o próprio Brasil, ainda mais nos últimos anos, acabou se perdendo e abrindo mão de uma maneira deliberada dos principais instrumentos de defesa daquilo que nós podemos chamar de soberania, de vontade nacional, de interesse nacional e dos interesses do povo brasileiro, isso enquanto Estado, enquanto país, por conta, de tudo que aconteceu em termos de política econômica, social, particularmente agravadas e colocadas em prática a partir de Collor e

depois com Fernando Henrique Cardoso, que veio exatamente na mesma esteira. Essa idéia dominante do ultraliberalismo, do liberalismo – nós já sabemos, mas não custa repetir – o que é quando se fala de liberalismo ou de ultraliberalismo, é sempre a liberdade para os poderosos, é isso que se fala, é liberdade para aqueles que detém todos os instrumentos de força ,é a liberdade para aqueles que produzem mais riquezas e querem enfiar as riquezas produzidas em outros países em país como o Brasil, é a liberdade para aqueles que produzem e que fazem a indústria cultural, que fazem os livros, que fazem os filmes, que fazem o jornalismo, para que nós possamos aceitar cada vez mais, quer dizer, liberdade para eles e o combate a qualquer instrumento que possa significar o anteparo a um país, a uma sociedade como a brasileira, na esteira desse tipo de ideologia, do pensamento único e tudo mais, a ideologia ultraliberal, da ultraliberdade para quem já tem poder e da liberdade nenhuma e da opressão para quem poder nenhum tem, o que nós tivemos em países como o Brasil, mas não só como o Brasil é um deliberado enfraquecimento das organizações.

O que nós estamos vendo hoje, por exemplo, o movimento sindical, guardadas as suas especificidade, e tem especificidade dependendo da categoria, dependendo da importância estratégica ou não, da atividade que esses trabalhadores estejam exercendo, mas o movimento sindical acabou se enfraquecendo no Brasil, e acabou se enfraquecendo em primeiro lugar por conta de um problema estrutural, desse tipo de via que foi aberta no Brasil, que nós acabamos sendo submetidos paulatinamente a um tipo de modelo que leva ao desemprego de grandes categorias de trabalhadores, de amplas categorias, e não é um desemprego momentâneo, é um desemprego que se mostra praticamente definitivo, porque hoje em dia, no processo que nós estamos verificando, e os sindicalistas sabem disso melhor do que ninguém, quando um trabalhador perde o emprego ele não está perdendo o emprego para arrumar outro daqui a três meses, provavelmente ele está perdendo para sempre o seu posto de trabalho que lhe deu a própria identidade, um torneiro mecânico que hoje perde o seu emprego numa indústria das nossas grandes cidades, ele perde o emprego porque acabou o torno mecânico, e pior, acabou a própria indústria que ele trabalhava durante tantos anos, a indústria fechou e não reabrirá enquanto nós não tivermos a capacidade de inverter o modelo que está aí, o modelo perverso, antipatriótico, antinacional, onde o que mais se incentiva é que o empresariado brasileiro, por exemplo, o capital nacional, a grande vocação dele na atualidade o que é? É se entregar a um preço negociável mínimo,

a um processo de venda aos capitais internacionais, o que quer o empresariado hoje? Vender a sua empresa, se eu puder vender e me livrar, ótimo, se tiver um bom comprador norte-americano, belga, francês que venha comprar a minha empresa, não importa que os trabalhadores, que eu mesmo eventualmente como empresário tenha passado a minha vida toda construindo aí um parque industrial, não importa a vida é assim e é preferível deixar a coisa rolar.

Então, nós estamos vivendo isso e isso coloca diretamente um problema que até agora o movimento sindical brasileiro não conseguiu resolver, como dar conta, usando as categorias clássicas até do marxismo de um movimento sindical que tem hoje um exército de reserva, em todos os campos, extraordinariamente alto e que não pode ser reabsorvido, o problema é esse, o desemprego, e pior, muito mais grave que o desemprego, que nós não estamos nem produzindo, os desempregados organizados, a ideologia dominante hoje no nosso país, aliás é uma ideologia internacional , é que um trabalhador, um homem, uma mulher que cai hoje desempregado , ele é tido e posto como culpado do seu próprio desemprego, ele é tido e é posto como um exemplo de fracasso pessoal, e que não se dá sequer as condições no campo que nós estamos hoje vivendo, de se perceber como parte de um drama coletivo, e não num drama pessoal, mas a verdade é essa , a maior parte das nossas pequenas e grandes cidades o trabalhador que queda nesse momento desempregado, está acontecendo em grandes proporções, tem hoje na sua cabeça, na relação que tem com seu filho, com a sua família, com seus companheiros, como se ele fosse portador do fracasso pessoal, o fracasso é dele, e essa é uma ideologia extremamente individualista que é dominante hoje e com a qual nós temos que lidar.

Portanto, para falar apenas nesse campo, e não ficar me alongando muito, no campo sindical eu vejo que talvez o mais importante antídoto contra essa ideologia posta em prática do ultraliberalismo, ultraindividualismo, exacerbado egoísmo, o anti-humanitarismo, que é contra tudo que nós, particularmente o socialista, aprendemos e sabemos e até louvamos como categorias fundamentais que é o humanismo e a democracia, qual é o antídoto para tudo isso? O antídoto é uma palavra singela, que talvez seja solidariedade e todas as formas que a solidariedade possa ser colocada. É importante que se diga, Jaime, você colocou uma coisa muito importante, que nós temos que exortar que todo movimento sindical, todo movimento popular tem uma ligação política, mas eu vejo hoje, talvez seja uma visão um pouco destorcida, eu não sei,

mas que muito do que nós temos hoje, as organizações de mulheres, as organizações de negros, organizações de minorias, organizações partidárias, na realidade o que você vê hoje é que essas organizações hoje parece que lutam para procurar sobreviver, empobrecidas, enfraquecidas, com todo um conjunto de ideário dizendo: olha, não entre naquele partido porque ele já é do PC do B, do PT, do PSB, vamos nos afastar, parece que conseguiram inocular um vírus destrutivo na nossa cabeça e que para muitos de nós , eu reconheço que isso acontece, nós acabamos confundindo uma situação conjuntural, de natureza política, com uma situação estrutural que nós deveríamos ter ,com um apreço maior, para liquidar esse assunto o que eu quero dizer é o seguinte: a defesa das organizações de representação social e política no país é nesse momento uma tarefa de caráter revolucionário, é uma tarefa maior dos socialista, independente do tipo de relação política e do tipo de conjuntura de dominação e de controle político que essas organizações tenham.

O que eu quero dizer aqui, concretamente, que não importa que uma determinada organização sindical seja hoje controlada por militantes do PT, isso não pode ser motivo para que nós a critiquemos , que nos afastemos dela. Nós não podemos permitir que uma organização que seja controlada pelo PDT ou por qualquer outro organismo, mesmo da direita seja motivo para que nos afastemos e nos coloquemos no mesmo discurso, o discurso dos poderosos que as querem destruir e dizer que não presta o sindicato , o sindicato não vale mais nada, nos afastemos do sindicato, e eu pergunto na hora que nos afastamos do sindicato por mais imperfeito que a sua direção nesse momento possa ser, o que é que nós temos em contrapartida? Qual é a nossa alternativa? A única alternativa é nos entregarmos, cabeça baixa, aquilo que querem que nós sejamos, que nós incorporemos a idéia de sermos fracassados, tá certo, nós somos um fracasso, nós somos perdedores. Se nós deixarmos que grude essa idéia na gente aí a derrota virá concretamente. A mesma coisa com os movimentos sociais. Eu vejo que é tarefa fundamental dos socialistas, portadores como somos de uma idéia de transformação radical, estrutural da sociedade brasileira, baseada na justiça, na democracia, no desenvolvimento, na produção de riquezas e distribuição de riquezas para todos, significa nesse momento um reconhecimento efetivo das dificuldades que nós estamos passando, e as organizações sociais padecem hoje, e a partir de uma idéia de solidariedade intransigente nós podemos começar e colaborar para a reconstrução dessas organizações. Acho que essa é uma tarefa fundamental. Não é possível , por exemplo, no ano que vem, onde nós teremos eleições em todos os municípios bra-

sileiros , que nós venhamos, como socialistas, pensar no processo eleitoral, que é muito importante, aliás é essencial, na eleição de vereadores e prefeitos sem, como socialistas, executarmos a tarefa de trazer e de tentar fazer a ligação entre aquilo que existe de movimento social com a nossa proposta de uma candidatura a vereadores do nosso partido ou a candidatura a prefeito, esse momento de ligação é uma tarefa do socialista que, talvez, mais que outros partidos, nós tenhamos condição de fazer, uma posição generosa, uma posição que não nos assombra , o fato de sermos diferentes de outros e os outros serem diferentes da gente, não importa isso, mas o fundamental, nesse caso, é fazer com que o movimento político signifique para nós uma tarefa imediata de ajuda à reconstrução das organizações populares no Brasil quaisquer que sejam elas; nos aproximarmos, estarmos lá, dedicarmos uma parte da nossa jornada diária e semanal de trabalho à militância nas organizações sociais, por todos os problemas que elas possam ter , isso me parece absolutamente central como tarefa do nosso partido nesses anos que temos aí pela frente, em que as grandes mudanças podem acontecer no nosso país.

Fico por aqui, acho que já me alonguei demais, apenas quis trazer um outro ângulo para que agora, sob o comando do presidente, talvez nós possamos debater mais amplamente essas idéias com todos os companheiros. Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Agradeço ao Deputado César Callegari, inclusive as referência elogiosas à presidência, e mas abro os debates, os companheiros que estão nas bancadas e que dispõem de microfones podem utilizá-los, se alguém quiser se manifestar sem estar nessas bancadas podem chegar à Mesa que disponibilizo o microfone que está perto do Jaime. Eu pediria ao companheiro que pedisse a palavra se identificasse, porque está sendo gravado.

O SR. RONALDO SEJARO (Distrito Federal) – Eu queria fazer uma observação que acho que de tudo aquilo que a gente discute aqui nós temos que sair dessa plenária com uma idéia, com uma proposta que vá, realmente, nos levar a entrarmos, como partido político e organizadamente, nesses movimentos sociais, populares e no movimento sindical, de uma forma muito mais efetiva do que se faz hoje.

Tenho uma primeira preocupação que é a de ver que o nosso partido ainda é estanque como toda a esquerda é estanque, o nosso partido eu noto que

é diferente, O PSB do Distrito Federal é diferente do PSB do Maranhão. Acho que temos que buscar, de alguma forma, através da implementação dessas políticas uma certa unidade nacional para que tenhamos a competência de enfrentar essa "direitona" que está aí, que embora corrupta, embora um até roube do outro se for possível, mas eles são extremamente inteligentes na hora de defenderem aí a sua participação. Acho que temos que partir para propostas desse tipo.

Acho que temos sido muito hábeis como esquerda em fazer alguns diagnósticos, fazer alguma coisa e muito inábeis em apresentar propostas que efetivamente surtam algum efeito. Cito como exemplo disso a nossa incapacidade nas vezes em que fomos governo, de conseguir, realmente, mudar as situações e, às vezes, com uma marca que demonstraria a capacidade da esquerda de fazer isso, acho que está mais do que na hora de, à nível nacional, o Partido Socialista Brasileiro ter uma preocupação muito grande com isso, quero, então, até desafiar os companheiros que aqui estão, para que a gente pense propostas desse tipo e pense, principalmente, em alguma coisa que a gente possa aplicar como política em qualquer lugar do Brasil e que seja a cara do nosso partido, que mostre a cara da esquerda, mas mais do que isso a cara do Partido Socialista Brasileiro. A nossa esquerda tem se dividido muito, não tem participado na solução dos problemas como devia, nós somos acusados pela imprensa e pela população de não sermos efetivos na cura dos problemas, apenas em apontar os erros e os desvios que acontecem.

Então, acho que o momento desse Sétimo Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro é o momento adequado para que a gente parta para as políticas desse tipo. Acho que nós devemos, por exemplo, participar do momento sindical, mas perdermos o medo de nos confrontarmos com o sindicalismo, não temos que ser um partido sindicalista brasileiro, somos um partido socialista brasileiro, e nesse momento os sindicatos têm obrigação de estar defendendo aí o exército de pessoas que não têm aumento de salário, estão com os salários defasados e tal, mas um partido político como nosso tem a obrigação de defender os excluídos também e de buscar que essas pessoas de alguma forma sejam assistidas, passem a ser socialmente incluídas. Acho que essa é uma grande política que o nosso partido tem que ter. Acho também que essas propostas têm que ser efetivas mesmo que nós não sejamos governo, mesmo que nós sejamos apenas uma oposição, mas sejamos uma voz que seja reconhecida por quem a ouve como uma parte séria da política, como uma

parte onde não é só a ética na opinião, mas, também, a ética na inclusão, a ética na proposta, a ética na seriedade com que se trata isso, e aí o nosso partido não tem que ser mais estanque, e aí sim as eleições municipais, como as que vem no ano que vem passam a ter uma importância muito grande, e nós temos aí que ter uma participação mais efetiva nisso.

Quero aproveitar a oportunidade para me congratular com a Mesa pela exposição que foi feita, pelo desafio ao debate do companheiro Callegari, e também em nome de toda executiva do Distrito Federal dar os parabéns ao nosso Congresso e as boas-vindas aos companheiros de outros estados que estão aqui, principalmente os meus conterrâneos de Viamão no Rio Grande do Sul. Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Passo a palavra ao companheiro do Mato Grosso.

O SR. EDVANDE (Mato Grosso) – Boa tarde companheiros, delegados aqui presentes, sou da executiva municipal de Cuiabá, Mato Grosso, fiz algumas escritas, que estamos chamando de tese, mas que, na verdade, são algumas idéias, para que nesse congresso possamos discutir a situação do negro, principalmente a sua atuação no Partido Socialista Brasileiro. Está na página 32, que é o desafio da comunidade negra frente a nova ordem mundial.

Acredito, em termos de movimento popular e de organização, que o movimento negro detém uma larga experiência nesse processo, desde a organização dos quilombos, nós tivemos na década de trinta experiência da frente negra brasileira, do teatro experimental dos negros, se observarmos a luta do movimento popular hoje, principalmente de bairro, temos a grande maioria dos companheiros, presidentes de bairro, negros, principalmente no movimento dos sem-terra, as pessoas que estão lutando por um pedaço de terra, são negras, e, na maioria, estão desempregadas, sofrem, na verdade, essa pressão do espaço no mercado de trabalho; na sua maioria é da comunidade negra.

Vemos que na disputa eleitoral, na política de resultado, na hora de definir os candidatos, na verdade, os candidatos negros que assumem, como negros, muitas vezes, por uma situação econômica, não é privilegiado numa situação de disputa dentro do partido, e, muitas vezes, prevalece aquele que tem amigos com maior força econômica dentro do partido, e isso determina o direcionamento de uma campanha, falando assim mais politicamente, de uma política de resultado.

Estive aqui numa das discussões da Fundação João Mangabeira e percebi que o movimento sindical estava se organizando, o movimento de mulheres estava se organizando, e nós temos aí essa larga experiência, que, na verdade, se o Partido Socialista Brasileiro prima por uma justiça social mais igualitária e socialista, esse exemplo temos de sobra. Acredito que se parte pela organização do movimento negro dentro do partido, enquanto resultado. Vejo que até hoje não estamos trabalhando nesse sentido. Acredito que tenho a proposta, que nesse Congresso possamos sair daqui com a proposta de criar uma secretaria do movimento negro, onde possam estar trabalhando a nível regionalizado, para que possam implementar e lutar na sua base, a nível municipal ou a nível estadual, para que efetivamente nós possamos priorizar algumas políticas afirmativas onde possa contemplar mais diretamente a população negra, principalmente os negros que militam dentro do Partido Socialista Brasileiro, sem falar, por exemplo, de todas as políticas. Percebemos, falando da questão política de saúde, ela é bastante ampla. Temos a questão da política da saúde da população negra, especificamente falando da questão da anemia, que para muitos médicos, e até para alguns negros, que acham que ela não mata, mas traz conseqüências seríssimas, por exemplo, quando as pessoas sofrem uma parada cardíaca, não falam que a pessoa é diabética, que foi pressão arterial, foi uma série de coisas, mas não falam que foi em conseqüência da anemia, que vem matando a população negra durante esses quinhentos anos, e nunca houve um diagnóstico específico, para que essa população viesse a ser tratado desde o seu nascimento, como o teste do pezinho, para detectar se nessa criança existe esse tipo de problema, esse é um dos exemplos que eu tenho para deixar: da necessidade de estarmos criando essa secretaria do movimento negro para, junto à executiva nacional, priorizar algumas ações, algumas propostas que possam atingir, mais diretamente, a comunidade negra, nesse bojo de todas as propostas que são importante para o Partido Socialista Brasileiro. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Vamos estabelecer um tempo de três minutos para cada um falar, porque ainda temos vários inscritos.

O SR. JOÃO VERIDIANO (Maceió) – Sou do movimento popular de Maceió, Alagoas. Temos uma proposta para que seja colocada e apreciada, da seguinte forma: nós sabemos que o ano que vem tem eleições e além das eleições que o movimento popular, a nível nacional, nunca apresentou

propostas realmente claras, então com essa participação que nós temos que ter, atualmente, no atual governo, em que teríamos que ter tido essa posição há muitos anos nós vimos com a proposta da seguinte forma: que se trabalhe mais dentro dos movimentos populares formação política, cultura, na própria base, e até que os candidatos, que são pretensos candidatos a vereadores, prefeitos, que cheguem dentro do partido e dentro das comunidades das bases, dos movimentos populares, e venham apresentar o seu projeto, para que nós, primeiro, que somos lideranças de movimentos populares venhamos a analisá-los, e as suas idéias, dentro do próprio partido e da nossa própria liderança, porque nós temos que acreditar primeiro, e ver se, realmente, essas lideranças atendem ao nosso partido socialista, porque nós estamos cansados de lideranças terem vereadores, prefeitos, governadores, pessoas que entram no partido tiram benfeitorias próprias até e não atendem a real necessidade socialista. Nós temos vários exemplos. Então, por isso, eu até digo, e quero deixar aqui, uma observação de que os três minutos, realmente, são muito poucos para as coisas erradas que há. A gente precisa fazer um estudo mais aprofundado, e isso tem que ser levado em consideração, porque nós temos como exemplo uma secretaria de movimentos populares, que abrange todos os tipos de movimentos populares, que não foi desenvolvida dentro de dois anos, e nós sabemos que foi, –por uma companheira nossa de Natal, desculpe – mas que não realizou trabalho nenhum, isso tem que ser desenvolvido, não pode morrer, nós temos que desenvolver. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Passo a palavra a companheira de Amapá.

A SRA. ELI (Amapá) – Sou do PSB de Amapá e participo, também, de um movimento de mulheres do PSB do meu estado.

Gostaria de parabenizar as exposições feitas pelos nossos deputados e a gente reconhece e sabe das limitações que os movimentos sociais, os movimentos populares têm, porque no geral, os movimentos eles surgem pelas necessidades imediatas que o povo, a população brasileira sofre, mas é interessante não perder de vista que o partido tem um princípio, tem uma bandeira de luta que é a construção de uma sociedade socialista e libertadora, para que a gente possa construir essa sociedade, requer ter uma estratégia de desenvolvimento sem exclusão, e para que isso venha a acontecer é necessário que nós possamos discutir com toda a sociedade brasileira, com a sociedade civil, através das suas diversas representações.

Então, é necessário que a gente tenha essa habilidade de entender o processo que leva as pessoas a se organizarem e lutarem e reivindicar os seus direitos, sem perder de vista o projeto mais amplo de sociedade que se quer construir. Vejo que apesar da fragilidade do momento conjuntural que cresce os movimentos, que nasce, e que depois se fragilizam, mas é necessário que o nosso partido fortaleça com uma formação política de construção de uma sociedade justa e igualitária, para que a gente possa estar dando esse suporte aos movimentos de base onde envolve a comunidade, para que ela não perca de vista esse projeto mais amplo de sociedade que se quer construir, a gente quer a água, quer a luz, quer a urbanização do nosso bairro, mas a gente precisa também ter habilidade para discutir hoje, inclusive com os poderes que constitui e que o povo elege para administrar o recurso público, é necessário que os movimentos não percam isso de vista, participem do controle social do seu estado, do seu município, porque a mudança estrutural que se quer , ela se dá a partir desse envolvimento da sociedade na discussão de construção de políticas públicas inclusivas para todos os brasileiros. Acho que é um ponto bastante positivo. Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Agradeço, porque falou inclusive dentro do tempo. Passo a palavra ao próximo companheiro.

(Não identificado) (Alagoas) – Observando as palavras do nosso Deputado, quando ele coloca a questão do desafio, e para mim a importância do desafio do Partido Socialista dentro dos movimentos sociais, e aqui eu coloco também um desafio que o próprio movimento social, o movimento popular, o sindicato, que esteja envolvido com o Partido Socialista Brasileiro, PSB, que também tenham esse desafio para o crescimento da organização social em relação ao PSB.

O que acontece é o seguinte: em Alagoas tivemos algumas representações muito interessantes pela primeira vez na história de Alagoas, onde nós criamos a secretaria de movimentos populares estadual e municipal, que deu uma resposta dentro do nosso período e do período de outros companheiros.

O que ocorre é o seguinte: como secretário de movimento regional, tinha a preocupação de ter a informação básica justamente em relação a todos os diretórios estaduais do PSB a nível nacional, passei a entrar em contato, ligando, mas felizmente não conseguia obter nenhuma informação pelos pró-

prios diretórios, e outra coisa que nós temos é a secretaria nacional, mas que também só passei a ter as informações a partir do momento em que essa companheira do Rio Grande do Norte, que era secretária, e que foi indicada pelo diretório. Tenho aqui um desafio para os companheiros que fazem parte do movimento popular dentro do PSB. O Congresso Nacional, ele é a instância maior para que possamos eleger e indicar aqueles que sejam necessário para dar continuidade ao trabalho e buscar desenvolver um trabalho dentro do partido. Acho que o Congresso seria importante para nós, para que pudéssemos, a partir desse congresso, escolher um nome que viesse respaldar os interesses do movimento popular a nível nacional. É esse o desafio que coloco aqui para todos os companheiros, que é uma discussão política do movimento popular, para que nós possamos sentar, a partir desse momento, e fazer uma discussão política para cada estado, de forma que nós podemos discutir, levantar esse nome e levar para o plenário, levar para a Mesa, que possa ser aprovado nesse congresso nacional. É esse o desafio que eu coloco em relação ao movimento popular. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Agradeço. Passo a palavra ao próximo companheiro.

O SR. CHICÃO (Movimento Católico contra a Fome e o Desemprego, Goiás) – Achei muito interessante o nosso partido, discutir essa temática de movimento sociais. Percebemos e temos essa preocupação do enfraquecimento de toda as entidades que mexem com o povo, sindicatos, movimentos de igreja, movimentos estudantis, etc., mas muitas vezes, nós políticos, pecamos também por omissão, quando não recebemos ou quando não estamos de lado, encabeçando essas fileiras, ou dando algum respaldo, para que elas também se fortifiquem.

Gostaria de pedir aos dois debatedores, depois, no final, para que dê algumas saídas, de como a gente deve atuar nessas frentes sem ter o medo ou o compromisso de também se enfraquecer ou se envolver de forma errada nesses movimentos, que até então estão tão desacreditados, fato esse que a gente conhece e concorda com os debatedores, que a direita conseguiu enfraquecer todos os movimentos sociais, por quê? Se eles estão fracos, estão mais fáceis de serem dominados.

Gostaria de sugerir alguma coisa mais palpável, para que possamos levar para esses movimentos e encabeçar essas fileiras de forma mais séria e dirigida. Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Agradeço. Passo a palavra ao companheiro Adagoberto.

O SR. ADAGOBERTO (Rio Grande do Sul) – Sou Secretário Estadual de Relações do Trabalho da Secretaria Sindical.

O companheiro César Callegari expôs sobre as alterações que existem no campo de trabalho e na extinção de postos de trabalho que são promovidos além da política excludente, essa que é aplicada no nosso país, por interesses políticos, tem sempre que ficar claro, poderia ser diferente se o governo e o sistema de governo fosse outro, poderia ser diferente, mas também movido por uma revolução tecnológica que nós não vamos conseguir evitar, porque essa revolução tecnológica está trazendo máquinas, e essas máquinas estão substituindo os homens. O que nós temos que lutar como socialistas, nós não podemos perder de vista, nesse caso, a questão de que o antigo conceito seria que a gente poderia dividir uma bola, de um lado nós teríamos uma bola numa ponta muito pequena, quem é dono do meio de produção, e na outra ponta quem não é dono do meio de produção. Às vezes a gente percebe, dentro dos próprios companheiro militantes, que eles têm certa dificuldade para compreender essa questão, que hoje é diferente o sistema de trabalho, a sociedade se transforma, não é mais aquela sociedade industrial como a gente conseguia defender no social.

Mas nós trouxemos, e eu distribuí aqui, uma tese que veio do Rio Grande do Sul, que foi apoiada, está entrando em discussão na nossa secretaria sindical a nível nacional, da qual a partir de hoje eu sou o coordenador da região sul – obrigado àqueles companheiros que estiveram lá – e que ela traz propostas de discussão dentro desse contexto geral, até transformando a nossa secretaria sindical, de uma forma mais abrangente, uma secretaria sindical e de relações de trabalho, que vem de encontro justamente aquilo que o companheiro de Viamão falava, que foi o primeiro que se manifestou aqui, exatamente essas questões agora o PSB tem proposta sim, estas propostas estão sendo discutidas dentro da secretaria sindical e o motivo dela estar sendo distribuída aqui é porque a secretaria sindical autorizou não para defender como tese nacional, mas como tese aprovada no estado Rio Grande do Sul, mas a secretaria nacional nos qualificou para que essa discussão fosse estendida para além das nossas fronteiras da secretaria sindical.

Então, gostaria que todos lessem com atenção, como são sete laudas,

não dá tempo de ler aqui, não temos tempo para debater, mas levem para as suas casas e que façam contatos com a gente, lá em Porto Alegre, lá na sede do diretório. O importante, nós agora temos propostas e já abrimos uma série de discussão a respeito. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Chamo o próximo companheiro.

O SR. (?) ARAÚJO (Rio de Janeiro) – Sou de Duque de Caxias – RJ. Estou feliz em estar participando do Congresso do PSB, verifico que a democracia, realmente, está se restabelecendo com muita qualidade no nosso partido, um partido de esquerda, digamos que hoje não tem mais o PT, não tem o PC do B, agora temos o PSB também que está desse lado de apoio ao povo, trabalhando contra esse poder que está aí, contra o governo que está levando o nosso país a esse caos que todo mundo observa. De forma que, isso trás felicidade para todos nós em estarmos participando desse movimento em Brasília. Uma coisa que observamos com isso é que a população de nosso país tem o prazer de participar desses movimentos e colocar suas posições.

Uma das questões que gostaria que esse congresso avaliasse é a possibilidade, já bastante comentada aqui, de se apoiar com muita eficácia os movimentos populares, sindicais, as entidades não governamentais. Isso traz muita importância para nosso povo, nossas entidades e que, ao escolher seus membros, isso passo como proposta, nas próximas eleições, que valorizem esse lado comunitário, que valorizem esse lado das entidades populares, assim como sindicais para que coloquem nas câmaras de vereadores, como políticos para defenderem os direitos do povo, aquelas pessoas que militam e que façam disso uma escola, que isso nasça dentro do PSB como se fosse uma escola para a carreira política, os movimentos sociais que são realmente as escolas para colocar o povo em condições de serem bons políticos para o futuro. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Agradeço.

O SR. VALDEMAR MOURA LIMA (Rio Grande do Sul) – Meu nome Valdemar Moura Lima, da Executiva Municipal de Porto Alegre, Secretário-Geral da zonal 114, Coordenador do Movimento Quilombista do PSB, no Rio Grande do Sul.

Quero alertar os companheiros que no Rio Grande do Sul, no congresso municipal e no congresso estadual, já conseguimos passar a tese de que se deva criar dentro do nosso partido o movimento quilombista, sim.

Antes disso, quero parabenizar a mesa pela forma competente como está conduzindo este processo. Quero, também, congratular-me com os congressistas na medida em que, no primeiro congresso, quando estivemos aqui, o número era bem reduzido. Na oportunidade, quando pensávamos falar em movimento com essa abrangência, o partido não estava realmente preparado para entender a importância da democracia e de se expandir dentro de um problema social desta ordem.

Então, estamos muito felizes, no sétimo congresso, por termos oportunidade de sentir o partido oxigenado democraticamente e entendendo que, fundamentalmente, para que haja socialismo é preciso que haja povo. Não podemos mais ter partido cartorial. Fica muito bom para aqueles que estão nos representando mas que, na realidade, estão numa situação muito cômoda para conduzir o processo de maneira cartorial. O partido cresceu, está nas bases e, cada vez mais, o partido vai propor as bases, vai colocar situações em que temos que definir o que somos e para que viemos. O Partido Socialista Brasileiro, na minha avaliação, é o único do campo da esquerda que pode oportunizar a revolução, programada por Gramsci, da guerra de posições. Por quê? Porque é a tentativa de, primeiro, nos entendermos como socialistas para, a partir daí, termos condições de lutar pelo socialismo. O que vemos é que o discurso do socialismo é o discurso fácil. Porque fala em harmonia, amor, liberdade, justiça. Ocorre que, igualdade, liberdade, justiça, não são conceitos simbólicos. Eles precisam ser praticados. Lamentavelmente, alguns companheiros esquecem disso e discursam com muita veemência quando se trata de fazer esse tipo de proposição. Na realidade, precisamos, é isso que queremos propor, que os amigos que leram nossa tese do movimento quilombista, honra-me muito, porque esse é um movimento histórico, não foi criado ontem, não foi criado com objetivo eleitoreiro. É um movimento, todos os companheiros intelectuais que estão na mesa sabem, que está negado à nossa população. Não se fala dos quilombos. Os quilombos foram o único espaço conseqüente, de revolta, neste pais. Só que estes quilombos eram dirigidos por uma etnia que, até hoje, é considerada incompetente, incapaz. Não se pode pensar que essa etnia tenha condições de produzir o que produziu. Isto é, quilombos aonde se colocavam, constantemente, diuturnamente, contra vio-

lência e agressões e tinham uma proposição, sem sombra de dúvida, de resgate da cidadania. Nossa proposição é que os companheiros que não têm a tese, não vou poder externar, pois, lamentavelmente, só tenho três minutos para defender uma tese. Tudo bem, os companheiros terão a tese e gostaríamos que entendessem isso, que haja um partido socialista comprometido com esse país cinza, não podemos falar em negros e nem em brancos, é um país cinza, de oprimidos, temos que ter dentro de nosso partido um quilombo que se comprometa realmente com os oprimidos, um quilombo que fale nossa voz, que saiba que aqueles que estão fora do processo querem vez e voz para, com isso, ter condições de lutar por aquilo que é nosso. Nós construímos este país, que de direito é nosso, do povo oprimido. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Com a palavra o Sr. Cristiano Simon, de Londrina/PR.

O SR. CRISTIANO SIMON (Paraná) – Boa tarde para todos. Gostaria de colocar algumas coisas que, talvez, não agradem muito o raciocínio coletivo dos nossos companheiros. Gostaria de dizer que também fui sindicalista. Atualmente, não estou atuando. Por quatro anos fui da direção do movimento sindical dos professores e passei por toda essa angústia que, a cada dia, vejo novamente em meus colegas de movimentos popular e sindical e colocados juntos. Gostaria de, aqui, trazer, tentar unir rapidamente, fazendo uso do tempo, é a ligação da fala do companheiro Célio de Castro, da manhã, de dizer da questão de o quanto, especialmente no movimento sindical e nos movimentos populares que incorporam esse discurso, que muitas vezes fazemos esse pecado, sou professor, de levar a esses locais termos, raciocínios e questões que são de um debate científico e o movimento sindical, popular, incorpora. Aquilo que é chamado globalização, neoliberalismo e muitos outros termos e questões colocando neles a culpa sobre o insucesso do fazer, diante da força que tem hoje a burguesia e o capitalismo como um todo. Gostaria de tentar ligar duas coisas. A manutenção da estrutura que tão bem o colega cujo nome não me lembro, falou no início, que num dado momento, os movimentos populares e sindicais perdem o seu sentido mas as pessoas que o dirigem, que participam, querem a permanência pela permanência de sua estrutura, de seu status, da sua própria condição, quando, aí ele passa a uma outra e eu gostaria que alguém me colocasse, depois, uma situação contrária a isso, estou tentando enxergar inclusive na prática que fiz até pouco tempo, junto com vocês, mas que hoje sou muito crítico, que é de estar prostrado de outra

forma. De achar que alguém trará, através de cursos, através de uma fiscalização do partido, como se o partido tivesse o papel de avaliar se tal movimento está certo ou errado, isso se acirra na hora das eleições, trás um grande problema para nossos colegas que dirigem o partido porque gera tensões.

Gostaria de fazer uma grande pergunta para nós todos. Essa forma de esperar de alguém, quero curso, quero que o partido dê espaço etc. Tenho, inclusive, nome de batismo negro, da religião dos negros, a solidariedade é a maior do mundo, contudo, querendo ou não, os movimentos populares da década de setenta foram revolucionários porque estiveram de costas para o estado e se colocaram. Não foi um alemão que disse isso. Eu, através da identidade, através da vontade de fazer junto. Isso é o que está faltando para a gente tentar ser criativo e, talvez, trocar idéia. Encontros para isso. Não para que o partido venha julgar as práticas, tutelar esses movimentos. No fundo, quando reivindicamos isto, queremos, muitas vezes, dar a eles um caráter mais importante do que estamos conseguindo lá fora. Não será na manutenção da estrutura, como disse o colega, não será por falar em lugar privilegiado que ele será mais importante. Ele só será importante quando estiver nas ruas. Estou tentando pensar isso junto com vocês. É só um provocação. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Com a palavra a Sra. Georgina, de Pernambuco,

A SRA. GEORGINA DOS REIS (Pernambuco) – Sou Assessora de Educação, ex-trabalhadora rural, coordenadora estadual de mulheres trabalhadoras rurais. O debatedor Jaime Cardoso, fez-me lembrar sobre as primeiras grandes manifestações dos trabalhadores do ABC, de São Paulo, para fazerem greve. Lembro, aqui, para todos os companheiros socialistas, que, por exemplo, em Pernambuco, tivemos um dos maiores movimentos no período da ditadura, para fazermos greve. Os canavieiros de Pernambuco, naquela época, 1979, uma organização dos trabalhadores fazia greve de cem por cento, aonde poderia, dos 250 mil camponeses, canavieiros, lutando por melhores salários, faziam greve em municípios com três ou quatro mil trabalhadores rurais naquelas usinas. Até 1989, 1990, a situação era mais ou menos. Os trabalhadores tinham emprego. Hoje, a estrutura que está aí, a política do governo que está aí, é realmente estrondosa, principalmente para o movimento sindical. Penso que tínhamos força porque os trabalhadores eram empregados. Hoje, a política que aí está é para acabar com a voz do movimento sindical. Do norte ao sul, era visível, colocávamos de dez a quinze mil trabalha-

dores na rua com muita facilidade. Hoje, encontramos dificuldade. Por quê? Por exemplo, temos um município onde, de 1979 a 1986, havia de quatro a cinco mil trabalhadores contratados. Hoje, nessas usinas, há trezentos, quatrocentos contratados. O que os usineiros fizeram? Roubaram, transferiram para outros estados, outras cidades, inclusive para o exterior, o patrimônio dos trabalhadores. Hoje, não temos nem cem mil trabalhadores rurais.

Quero dizer para os companheiros socialistas, o partido tem que arregaçar as mangas, dando apoio aos companheiros em seus municípios e estados e lutar por uma reforma agrária para matar a fome de nosso povo. Lá, em uma área, os trabalhadores acamparam e tomaram uma usina dos usineiros. Os trabalhadores estão administrando a usina chamada Catende. Hoje, há vários hectares de terra em que, no lugar de plantar cana, plantam-se outras culturas para matar a fome dos trabalhadores. É isso que o partido precisa colocar nos nossos anais e em nossas teses. Sem a reforma agrária não há saúde, não há educação, não há moradia. Muito obrigada.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Agora, encerrarei as inscrições. Muita gente se inscreveu. Não há tempo hábil para mais. Chamarei os nomes. O companheiro fala e, depois de terminada sua comunicação, vem buscar o crachá, para ganharmos tempo.

O primeiro inscrito com o crachá é Ivo Fortes dos Santos, ao qual passo a palavra.

O SR. IVO FORTES DOS SANTOS (Rio Grande do Sul) – Companheiros, quero demonstrar o meu prazer e a minha satisfação, pela delegação do Rio Grande do Sul, que vem a esse congresso, cumprimentar a mesa pelas brilhantes palestras. Realmente, três minutos de tempo para se expressar com profundidade o que o tema merece são insignificantes.

Sou praticamente o fundador do movimento comunitário do Rio Grande do Sul e lá se vão quase quarenta anos que milito nesta área. Percebo e acompanho a ascensão de todo o movimento de meu estado e de todo movimento nacional. Aqui, nesse encontro, temos muitos companheiros, lideranças que atuam nos seus estados e sabemos também fazendo um esforço pessoal muito grande porque as entidades, hoje, estão todas fragilizadas, como foi colocado pelos palestrantes, esse é um desafio que está colocado para nós, sem dúvida nenhuma. Temos uma capacidade fantástica para produzir material. Estamos com as pastas cheias e está chegando material. Já dissemos tudo.

Já escrevemos tudo que se precisa escrever e dizer sobre táticas, sobre avanços de movimentos populares e sindicais. Penso que não há dúvida para ninguém. O que é preciso é prática. A prática, vou diretamente. Vejo, companheiros, como é doloroso e desagradável, em cima de toda essa problemática, hoje, em que a sociedade inicia um processo de resistência em estar nas ruas. Por exemplo, a marcha dos cem mil. A Conan, que foi uma entidade de feliz lembrança e, hoje, de um desastroso momento que vive. Inativa, não existindo mais no cenário nacional. É preciso que o PSB, sua militância, reavalie o seu estágio, sua situação para fazer com que ou ela ou uma outra sigla ocupe esse espaço. Não dá para admitir, não dá para aceitar que nós militantes do movimento ao longo dos anos estamos a assistir esta insolvência brutal e esta ausência também brutal da Conan. A Cobran, foi uma proposta muito discutida, muito complicada, também sabe ao que vem a Cobran, também é um esboço de entidade que é preciso o partido olhar melhor.

Ouvi, no plenário, hoje, queixas fortes com relação à não existência de mecanismos para movimento popular na direção de nosso partido. Proponho concretamente, como aconteceu com o movimento sindical, que saia, hoje, desse congresso, a comissão coordenadora com o nome que se queira dar, para, a partir desse congresso, o movimento comunitário tenha sua expressão verdadeira dentro desse partido. Que pare de brincar com movimento comunitário popular, diante do desafio fantástico que está colocado para nós e para o PSB. Que se façam reuniões regionalizadas, o que é um mote importantíssimo que não vem acontecendo. Só para lembrar, o partidão, quando lá militei honrosamente, por muito tempo, custou muitíssimo a entender o esforço e o trabalho da militância comunitária. Não quero que o PSB leve muitos anos a entender a importância e a necessidade de jogar força no movimento mais significativo e mais importante, o movimento que é capaz de transformar a sociedade que queremos. Apelo ao partido que, a partir de hoje, tenha-se essa coordenação e que se montem, imediatamente, as comissões regionais e que se parta, no ano 2000, com fortes ações e atividade para recobrar e resgatar toda a história e todo o movimento comunitário nacional. É isso. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Com a palavra o Sr. Gilberto Antero Souza, delegado do Distrito Federal.

O SR. GILBERTO ANTERO S. SOUZA (Distrito Federal) – Uma boa tarde a todos. Sou da delegação daqui do Distrito Federal. Sou professor da rede pública de ensino de Brasília.

Uma questão que levantamos aqui, que levantamos em nossa categoria, que foi sempre uma categoria muito combativa, lutadora, é que observamos que, de fato, os movimentos sindicais, hoje, no Brasil, estão como que desacreditados em função de uma política que o Presidente Fernando Henrique Cardoso vem implantando desde que assumiu nosso pais. Há uma filosofia própria dele, em conjunto com o FMI, de que nós brasileiros temos que ter em mente uma coisa fundamental, segundo sua visão caótica: temos que brigar para manter, por mais mísero que seja, o nosso emprego e não brigar por melhores condições de trabalho e salário. É essa a proposta desencadeada por ele e aí está sucateando nosso país e o colocando numa situação difícil, preocupante porque o índice alarmante de desemprego em todos os estados da federação é complicado. Ficamos estarrecidos em ver que as famílias, hoje, não têm mais segurança nas suas próprias residências. Aí, coloca-se a culpa dessas dificuldades na população, nos movimentos, na educação. Nós, educadores, é que não preparamos nossos alunos para enfrentarem essas dificuldades de mercado de trabalho, quando sabemos que isso é uma proposta deles de desarticular a sociedade. Uma população, tenho certeza, de norte a sul, que é inteligente, capacitada e que, com toda certeza, se fossemos um país que levasse a sério a educação, teríamos tudo. Inclusive, a reforma agrária, como disse bem a companheira de Pernambuco, que sabemos com toda convicção, a partir de uma reforma agrária correta, justa, poderemos mudar o sistema brasileiro. O homem do campo poderá trabalhar naquilo que ele mais gosta de fazer.

Quero colocar uma questão que precisamos estar discutindo. No ano que vem, teremos eleições nos municípios e nos estados. O PSB precisa, urgentemente, discutir junto aos partidos da frente, os partidos de esquerda, programas próprios do PSB. Digo isso porque tivemos aqui o Governo Cristovam com toda a frente de esquerda mas, na verdade, quem ditava as normas aqui era o Partido dos Trabalhadores. O PSB sempre ficou a reboque do governo Cristovam Buarque. Então, que partido socialista somos nós? Vamos discutir políticas públicas. Vamos participar de um governo, como fizemos aqui. Não temos uma proposta clara, definida do que queremos para nosso povo.

Para finalizar, gostaria que o PSB, a partir do ano que vem, nas eleições municipais, já tivesse bem definidos seus programas claros, o que ele quer para agricultura, para a educação, para a economia do nosso pais. Ou, então, ele vai ficar a reboque de partidos que se dizem de esquerda e são, na verdade, partidos

capitalistas. O nosso governo, aqui, infelizmente, tratou de trabalhar essa forma. O movimento sindical também tem uma grande parcela de responsabilidade. Precisamos mudar as nossas formas de agir sindicalmente estaremos fadados ao fracasso. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Com a palavra a companheira Francileide Fontineli Passos, Delegada do Mato Grosso.

A SRA. FRANCILEIDE FONTINELI PASSOS (Mato Grosso) – Boa tarde a todos os componentes da mesa e a todos. Sou Francileide Fontineli, de Rondonópolis, Mato Grosso. Sou Vice-presidente da executiva estadual de Mato Grosso.

Quando vamos tratar das políticas do PSB para os movimentos sociais, populares e sindicais, nosso estado está deixando um pouco a desejar. Estamos percebendo que existe um distanciamento entre o partido e os movimentos sociais. Está sendo muito citado com relação ao PT que temos um sindicato dos profissionais da educação, o maior do estado do Mato Grosso, que é tido como um sindicado do PT. No entanto, nós do PSB participamos. Uma minoria. Percebemos que, às vezes, nos aproximamos mais no período eleitoral. Isso não pode acontecer. Quando o Deputado César colocou que precisamos discutir estratégias, o que fazer para estarmos mais próximos aos movimentos sindicais, o que queremos, percebo isso pela fala de alguns colegas que me antecederam, o que realmente precisamos, não ficarmos só na teoria. Aqui, tirarmos propostas, ações e levarmos para nossos municípios e para a base. É o que precisamos. Não precisamos de mais discussões. Vamos traçar e desenvolver. É isso que precisamos. Precisamos, também, ser mais ousados. Falta essa ousadia. Enquanto militante de um sindicato, vice-presidente de um partido, precisamos ser mais ousados. Acabamos nos acomodando porque somos minoria. Essa minoria precisa brigar para conseguir esse espaço. Isso é que estamos querendo levar, hoje, daqui. Já ouvi algumas experiências dos colegas. Vamos levar isso para Mato Grosso. Temos um grupo que realmente quer trabalhar. Precisamos é ampliar e ousar mais. Um abraço a todos.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Com a palavra o Sr. Nestor Soares.

O SR. NESTOR SOARES (Rio Grande do Sul) – Fica difícil, em

três minutos, fazer uma análise do que foi colocado por dois painelistas. Tenho algumas posições que se tivesse falado no começo, teriam reforçado o embate.

Fui, também, um sindicalista bancário. Hoje não sou mais bancário. Por ser um sindicalista de um banco privado, continuei não sendo mais sindicalista pagando pelo emprego. Por ser privado. É muito fácil ser sindicalista quando se está na frente de uma estatal, por exemplo. Na estatal, a pessoa vai para a rua e faz a greve. É uma barbada. Terminada a greve, ele ganhando ou não, está com seu emprego garantido. A situação, hoje, tem-se que discutir a questão privada. Como organizar a sociedade na área privada para enriquecer o movimento e ele crescer. É muito difícil. Na época, de 1979 a 1983, era difícil fazer greve. Éramos cassados, presos e torturados. Depois, em 1980, abriu-se um espaço maior. Conseguimos algumas conquistas. No decorrer desse período, o movimento sindical passou a ir para a parte do legislativo. Ele começou a optar por cargos legislativos e ele foi enfraquecendo o movimento sindical. As massas foram ficando e os sindicatos pelegos foram assumindo aqueles movimentos e não tiveram mais conquistas. Essa é uma reflexão que é importante analisar. A greve geral que houve agora, é um reflexo e mostra importantemente a questão. De que maneira foi construída, num país de 160 milhões de habitantes, quantas pessoas foram às ruas fazer uma greve geral? Penso que há de se estudar de que maneira o privado pode ir com uma segurança melhor. A questão do sindicato e os aparelhos. O aparelhamento do sindicato. A abertura do sindicato para outras categorias. A questão da proposta quando o PSB é governo e a resposta de seus funcionários. Isso também é importante. Saber de que maneira vai se comportar quando o funcionalismo fizer sua greve. Quando os professores se organizarem. Quando a brigada se organizar. Qual é a resposta? Ou aí não se pode mais fazer greve porque o governo é do PSB. Essas questões têm que estar bem amadurecidas para quando se chegar lá no poder, saber dar essas respostas.

A questão de propostas de partido tem que ser muito séria. Porque depois da eleição, depois da chegada no poder, o povo não quer saber de choro. De choro o povo está cheio. O povo quer mudar. O povo acena para uma proposta diferente. Quem não tiver bala na agulha e propostas diferentes, vai bailar de verdade. Se não se construir uma proposta que convença essa camada desprotegida da população, na virada do milênio que não tem saúde, não tem nada versus nada, um povo massacrado que não acredita em nada mais. Se não houver proposta, não terão nada. Penso que tem que haver

muito cuidado quando se discute ou quando mandamos ir ao movimento e fazer algo. Um companheiro aqui colocou uma proposta fundamental. É fácil, se fazer um movimento popular, hoje, organizado, do que ir para dentro do sindicato e colocar em risco, muitas vezes, seus colegas.

Para concluir, os candidatos devem estar muito antenados nas questões das leis orgânicas dos seus municípios para embasarem seus projetos políticos e não saírem dizendo bobagem por aí. E, depois, dizer que não podem mudar por haver, na lei, tem artigo que não é de sua autoria, sim do Poder Executivo. Tem que haver muito cuidado nessas questões.

Gostaria de falar mais. Sou de Viamão. Estamos entrando com uma moção, pedimos o apoio, estamos entrando com uma medida popular na Câmara dos Vereadores de Viamão, no Rio Grande do Sul, um cantinho do extremo sul, dizendo que quando o PSB chegar na prefeitura tem que governar com o limite de 2% e não fazer inchaço como fazem em vários lugares no pais. Essa é uma proposta diferente. Essa é a proposta que tem que começar e dizer se não tem dinheiro para a saúde, vamos corta 50% e vamos construir um hospital lá. É assim que tem que ser. Tem que haver coragem para fazer isso.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Com a palavra a companheira Madalena Santana Gomes, do Espírito Santos.

A SRA. MADALENA SANTANA GOMES (Espírito Santo) – Sou da direção regional do Estado do Espírito Santos. Gostaria de não repetir aqui as propostas de muitos companheiros, pois muitas delas eram minhas, também. É interessante que a Secretaria de Mobilização Popular que é uma secretaria de fundamental importância em nível nacional, como também temos um trabalho ao nível de municípios e estados, no Espírito Santos, na Secretaria de Mobilização Popular. Seria interessante que ela promovesse uma reunião com os secretários dos estados e dos municípios regionais para que, juntos tracem uma estratégia de trabalho a partir das experiências vividas nesses estados e municípios. Observamos que, no Estado do Espírito Santos, no município da Serra, no qual resido, o movimento popular conquistou ao longo dos anos um grande respeito das autoridades ao nível municipal. O movimento popular que faz a discussão do orçamento participativo da cidade e a câmara de vereadores sentam com a assembléia municipal de orçamento e aprovam as propostas tiradas do bairro no final de a cada ano. É necessário que a secretaria de movimentação nacional crie, construa uma forma de incentivar a parti-

cipação popular a partir das bases. Tudo que nasce na base cresce. Tudo que nasce de cima para baixo morre com muita facilidade. Não quero tecer nenhuma crítica à Secretaria de Mobilização Popular que está terminando seu mandato. Que a próxima que, amanhã, se inicie, busque uma forma de organizar uma reunião, no ano que vem, e discuta a questão do movimento popular de cada estado, de cada município, tire essas experiências como base. As grandes lideranças políticas, hoje, com certeza, nasceram de lá do bairro lutando pela melhoria no transporte, na saúde e na educação. Só assim a Secretaria de Mobilização Popular terá condições de fazer um trabalho digno e com respeito em nível nacional.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Com a palavra o Sr. Juarez Gonçalves Vieira, Delegado, também, do Espírito Santo.

O SR. JUAREZ GONÇALVES VIEIRA (Espírito Santo) – Sou da regional do PSB, do Espírito Santo. Todos nós temos ouvido falar que a saída para as questões nacionais, principalmente, a profunda recessão que vivemos, dos movimentos dos excluídos, é exatamente a organização social. Movimentos populares, sindicatos, associações. Ouvi o Deputado versar muito bem sobre a questão do sindicalismo. Sou sindicalista, sempre fui. Estamos num congresso nacional de um partido político e o congresso nacional tem que tirar algumas diretrizes, é importante que tenhamos diretrizes, não é especificar para cada categoria, para cada movimento popular, para cada sindicato, qual sua ação. Mas, tirar diretrizes de ação para fazermos até próximo congresso.

Concordo com a Madalena a respeito da Secretaria de Mobilização Popular. Tal secretaria precisa mostrar para o que veio ou se virá ou quem virá. Tem que mostrar serviço. É um tema muito importante que vai permear ainda esses anos.

Gostaria que o Callegari, não sei como ele possa nos mostrar ou nos indicar, se a saída que todo mundo diz é através da conscientização e dos movimentos populares organizados, tenho a preocupação de não podermos sindicalizar os movimentos populares, os movimentos sindicais. O movimento social é uma grande experiência mas não podemos sindicalizá-lo, até porque é diferente dos movimentos sindicais. Como, com a experiência do movimento sindical, possamos tirar, neste congresso, diretrizes para que possamos definir, durante esse curso, esses anos até o próximo congresso, como poderemos ter uma linha de ação.

Penso que o congresso não é só para se apresentarem teses, como disse o colega, já está tudo escrito. O congresso tem que definir linhas mestras e essa é uma linha importante: como o movimento sindical, que é mais organizado, pode ajudar para resolvermos o problema dos excluídos?

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Com a palavra o Sr. Cícero Vital da Silva, Delegado de Alagoas.

O SR. CÍCERO VITAL DA SILVA (Alagoas) – Sou do Diretório Executivo Municipal de Alagoas, Diretor do Sindicato dos Rodoviários de Alagoas.

Quero parabenizar a mesa e ao Deputado César Callegari quando falou, com muita colocação, do movimento sindical na década de 70 e, hoje, seu enfraquecimento. Na realidade, Sr. Deputado, o que temos hoje, no movimento sindical, é o enfraquecimento geral de toda uma conjuntura, devido as leis do Brasil, inclusive, depois do governo Fernando Henrique Cardoso, em criar bancos de horas, suspensão dos contratos de trabalho, trabalho temporário e colocou aos sindicatos a missão de assinar ou não determinadas convenções. O poder econômico, muito mais forte, se apoderando do capital estrangeiro, coloca na mesa a forma como quer fazer.

Então, os sindicatos foram caindo. Não foi a questão do peleguismo, como falado pelo companheiro. As leis no Brasil, hoje, tiram os direitos dos trabalhadores. Tudo que foi colocado na ditadura, no Governo Getúlio Vargas, hoje, o trabalhador brasileiro não tem mais leis para assegurar. Os sindicatos viviam figurando em cima das leis e eram realmente dedicados aos trabalhadores. O Presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu mobilizar, através das centrais de comunicação como Rede Globo, SBT e da maioria dos deputados que não tem compromisso com a classe trabalhadora e esmagar o poder trabalhista no Brasil. Hoje, o Presidente Fernando Henrique Cardoso coloca o fim da unicidade sindical. Muita gente diz que vai ser bom o fim da unicidade sindical. Acredito que não será porque cada categoria terá de trinta a quarenta sindicatos e haverá briga entre os próprios sindicatos. Aí, a classe trabalhadora vai ficar muito mais enfraquecida. É isso que o FMI quer. O fim da unicidade sindical no Brasil.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Com a palavra o Sr. Francisco de Assis de Souza, Delegado do Piauí.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS R. DE SOUZA (Piauí) – Uma boa tarde a todos, delegados e a mesa. Sou Secretário de Organização da direção regional do PSB. Vendo as colocações feitas pelo nobre Deputado a respeito do enfraquecimento dos movimentos sindicais, populares e sociais, quando se fala em enfraquecimento, faço uma interrogação: será que a política desses movimentos é que não estava preparada para as mudanças que poderiam acontecer ou será que estava sendo mal direcionada em termos do enfraquecimento desses movimentos.

Outra questão que gostaria de colocar, penso que esta plenária que aqui ocorre é uma das partes mais importantes em termos de organização do Partido Socialista Brasileiro, levando em consideração que se inicia pela parte do movimento social, sindical e popular porque é a base de toda uma estrutura partidária. O partido que quer ser organizado tem que partir dessas bases porque a base é que faz com que o partido cresça. Faz com que o partido coloque suas propostas para o povo e para a sociedade brasileira do que quer, do que está proposto para dar para este povo como política socialista de melhoria para esse país. Com isso em vista, nada melhor do que esse livreto, penso que todos os companheiros receberam, falando sobre o núcleo de base. Esta é a principal via deste Partido Socialista Brasileiro, como a organização social, política e sindical para o partido se fortalecer em âmbito nacional. Se levarmos isso em colocação e como trabalho e como proposta para a sociedade, em todos os meios, como falei, movimentos social, sindical e popular. No seu local de trabalho, no seu local de estudo, na sua casa, no seu bairro, se levarmos a proposta desse partido e a proposta de núcleos de base que temos aqui como criação e fortalecimento desse partido e como mudança dessa sociedade, teremos certeza de uma coisa, esse partido, no próximo congresso, será outro. A partir das eleições para prefeito no ano 2000, esse partido será outro. Esse partido não terá apenas algumas prefeituras, sim várias, centenas de prefeituras e vereadores. Com isso, teremos a clareza do seu crescimento.

Nós, do Piauí, temos dificuldades mas criamos lá uma entidade, o MAIS, Movimento de Apoio à Inclusão Social, que está iniciando e que era para ter sido trazida como proposta, neste congresso. Traremos no próximo. Ou, futuramente, fazer um convite a alguns estados para ter o conhecimento dessa entidade. É uma entidade que faz um trabalho de base. Sabemos que, hoje, a inclusão social é o principal problema do país, quando se toca nas questões de emprego, educação, saúde e moradia. Este movimento trabalha

dentro dessas bases, no Piauí. Depois teremos a oportunidade de convidar alguns companheiros de outros estados para discutirmos essa entidade que, futuramente, será uma das mais bem organizadas do estado do Piauí. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Com a palavra o Sr. Manuel Messias Pereira Alves, de São Paulo.

O SR. MANUEL MESSIAS PEREIRA ALVES (São Paulo) – Sou da Instância São José, em Peruíbe. Conheço o PSB fazem apenas dois meses. Trabalho no bairro. Sou presidente do bairro há um mês. O espaço que me foi dado lá pelo PSB é muito grande. O importante que temos que saber é que eu pensava não ser ninguém, mas nós somos alguma coisa. Estamos em Brasília, falando com deputados, esse espaço está sendo dado pelo PSB e temos que garantir esse direito que temos. Toda semana faço parte na câmara de vereadores para saber o que estão decidindo. Estou conversando com o prefeito para saber se as coisas condizem. É muito importante saber o que fazemos para que possamos lutar. Da minha parte, ponho-me à disposição do PSB para trabalhar. Penso que deveríamos trabalhar mais e falar menos. É muito importante que trabalhemos mais. Todos precisam de nós. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Com a palavra o Sr. Jorge Santos de Jesus, Delegado da Bahia.

O SR. JORGE SANTOS DE JESUS (Bahia) – Boa tarde, companheiros. É com imenso prazer que saúdo o condutor dessa ordem plenária e os companheiros aqui presentes.

Inicialmente, gostaria de fazer aqui o registro de algumas instâncias onde trabalhamos, até chegar ao que teremos a dizer. Primeiro, somos membros da executiva municipal em Salvador, titular da Secretaria de Meio Ambiente. Somos membros da executiva nacional do movimento Brasil Resistência Indígena Negra e Popular, Brasil Outros Quinhentos, com sede e secretaria operativa em Salvador, na Bahia. Somos membros da Conen - Coordenação Nacional de Entidades Negras, representando o fórum Conen/BA, através do Pérola Negra Afrocentro em Salvador. Somos membros do CONEF – Conselho Nacional de Entidades Filiadas à CONAM – Confederação Nacional de Associação de Moradores, na condição de suplente daquele CONEF, representando a Fabs – Federação das Associações de Moradores de Salvador. Somos membros do Conselho Municipal de Saúde de Salvador.

Coloquei essa relação para dizer que vejo trabalho no movimento popular. Não vejo essa dispersão toda que se colocou aqui. Vejo a necessidade de reorganização de participação, do extermínio do "pseudismo" comunitário porque temos que ter a coragem de largar de lado o falso pudor e dizer que o que a gente precisa discutir hoje, ao nível do PSB, ou qualquer instância que estamos é a chapa como um todo e não apenas alguns setores. Penso que as pessoas entendem muito bem o que falamos. Quero fazer minhas as palavras dos companheiros que defendem, na secretaria do partido, no conjunto do partido, para todos os setores nacionais, a questão do movimento ou da secretaria racial, étnica, quilombista ou algo que o valha.

Vi, aqui, duas colocações em relação à Conam. Discordo que a Conam é uma entidade falecida. Ela é uma entidade viva e o que nós do PSB conseguimos conviver com ela foi na condição de que, e isso é uma realidade em todo o Brasil, o movimento popular e sindical pertence ao PT e ao PC do B. Eu, por exemplo, não penso assim até porque resisto em movimentos em que eles estão inseridos, participando, às vezes, sozinho, como representante do PSB. O que precisamos ter é compromisso nas nossas bases. Sairmos mais dos gabinetes. As lideranças comunitárias, tanto nas câmaras municipais, estaduais e federais vivem participando de tudo quanto é congresso e os resultados desses congressos não levam, não discutem, não distribuem nas suas comunidades. Pecamos quando não discutimos o cerne da questão, que é a parte interna do nosso partido, e ficamos nos crucificando por conta de representações que elegem por tudo quanto é lugar e, na verdade não trazem esses trabalhos nem para sua comunidade, nem para o partido. Digo isso com toda propriedade porque estou participando da executiva nacional do movimento Outros Quinhentos representando o PSB, dentro de uma discussão que fizemos em Salvador, na Bahia, e mandamos informação para a nacional e nos disseram, já que a sede operativa é bom que vocês mesmos segurem até que venha um congresso para ver como vamos proceder com isso. É uma questão de compromisso. O que precisamos ter é compromisso com o que assumimos.

Outro coisa que gostaria de colocar é que devemos extirpar de dentro da gente o falso pudor. Precisamos discutir política mesmo. Ouvi dizer que no PSB não se discute política. Vejo, aqui, que estamos discutindo política. O que há de teses e o que há de vontades o que há posturas de pessoas que estão aqui e têm compromisso, é ótimo.

Para concluir, no último congresso da Conam, fomos os preconizadores

de seis reuniões do PSB, onde discutíamos com os companheiros Helena Feitosa, Fernando, do Acre, Joãozinho e Nilson que o PSB deveria participar da Conam, independente de qualquer outra questão. Mais é uma articulação do PT e do PCdoB, dizem. Será até o dia em que não tivermos coragem de barrar isso e discutir. A primeira coisa que fizemos foi discutir com o Carlos Martins que, ganhando a presidência ou não, queria concorrer para ser diretor administrativo, mas foi uma forma de mudança. Quiçá se fizermos isso no PSB. Isso que é avanço. Ao invés de ficarmos criticando.

Gostaria de encerrar com a sugestão de que além das propostas colocadas, não quero fazer nenhuma, mas que tenhamos compromisso e que nos organizemos a ponto de intercambiar ações e relatórios para que o Brasil inteiro conheça o PSB em todos os lugares e caminhos por onde esteja e que vá caminhar. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Com a palavra o Sr. Joilson Cardoso, Delegado do Rio de Janeiro.

O SR.JOILSON CARDOSO (Rio de Janeiro) – Companheiros, a temática que o PSB apresenta: Políticas do PSB para os movimentos sociais, populares e sindical, é uma temática que nos atinge diretamente porque ficamos dois dias, ontem e hoje, discutindo o movimento sindical, quais seriam as propostas desse movimento dentro do PSB. Hoje, após longos debates, conseguimos fechar uma proposição que devemos espalhar pelo Brasil e encaminhar para todos os diretórios com indicativos, inclusive, de seminários e um ativo sindical no primeiro trimestre do ano que vem.

Faço minha intervenção dizendo que a realidade brasileira que não é só a nossa realidade, é exatamente fruto de toda uma história, todo um procedimento e uma vitória do capitalismo internacional e coloca os movimentos sociais numa posição defensiva. Não é atoa que Fernando Henrique Cardoso, ao assumir o governo, fez uma intervenção num sindicato brasileiro, no Sindipetro, jamais vista nem na ditadura militar. É essa a cartilha do projeto neoliberal. Nós, dos movimentos sociais, temos que ter clara essa questão. O projeto que está aí não é qualquer coisa. Ele não considera, não respeita, não quer a organização dos trabalhadores. Porque a saída dos trabalhadores dentro desse projeto é combatê-lo. Aí, os movimentos sociais assumem um papel fundamental. Um papel que, para a política do Partido Socialista, deveria ser de considerar a produção desses movimentos, movimentos históricos, movi-

mentos que já sofreram derrotas de morte. O processo instalado no Brasil da campanha das Diretas Já, e foi um pronunciamento ouvido na abertura desse congresso, foi uma derrota para os movimentos sociais. O projeto Constituinte de 1988 também foi uma grande derrota dos movimentos sociais desse país. Quem não lembra do Centrão, do rolo compressor em cima da esquerda e dos movimentos sociais. Acreditou-se bastante nessas mobilizações e nós saímos derrotados. Na primeira eleição presidencial veio o Collor.

Coloco esses conteúdos históricos porque, para pensarmos os movimentos temos que considerar e a política do Partido Socialista que tem sido indicada pelo próprio movimento é de primeiro respeitar e saber que a massa não é ingênua e nem burra. A massa possui sabedoria e pode teorizar para o PSB. Então, temos que indicar como política um sentido de mão inversa. Que os movimentos sociais, o movimento sindical, reunam-se e discutam suas questões e lá nossas questões não são consensuais, haja vista a discussão que houve, hoje, para fecharmos em cima da questão da CUT e de reprovarmos a atuação dos sindicalistas na forca sindical e outras coisas estranhas que estão surgindo Brasil afora. Como, também, a tese apresentada pelo companheiro do sul, lá mesmo, sem ser votada, indicada para o seminário, já houve divergência. Mas, estamos saindo desse congresso unificados com a coordenação nacional e com a proposição que anunciaremos para o partido.

No meu entender, a política do PSB deve ser a política de respeitar a independência dos movimentos, de tentar estratificar desses movimentos a sua política partidária para que esse partido seja realmente um partido que busca uma saída socialista, contra o projeto neoliberal, de transformação dessa sociedade. Somente com os movimentos e com as massas é que o PSB pode indicar uma saída para a crise que está hoje colocada para os povos neste planeta. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Com a palavra a Sra. Gilza Moreira Dias, Distrito Federal.

O SR. GILZA MOREIRA DIAS (Distrito Federal) – Boa tarde, companheiros. Além de sindicalista, sou do Conselho de Assistência Social de Brasília e, também, sou Conselheira Tutelar da Região Administrativa de Taguatinga – DF.

Concordo com o colega do Rio Grande do Sul quando fez o protesto falando a respeito do apoio ao movimento comunitário. Sou presidente da

associação de moradores do setor onde moro, Setor QNJ, de Taguatinga. Tem treze mil e quinhentos habitantes. Estamos em processo de eleição. Quero deixar um protesto aqui. Infelizmente, não tenho tido o apoio de nosso partido nesse pleito. Não estou tendo até agora.

Com relação ao que o companheiro professor, de Brasília, falou a respeito do movimento sindical, que, no governo passado, do PT, da Frente Popular, do Sr. Cristovam Buarque, infelizmente, nossos sindicalistas que estavam à frente do movimento passaram para o governo e nós, do movimento sindical, tivemos uma baixa muito grande. As pessoas que participavam, iam para as greves, para as ruas, nossos filiados, desacreditaram do movimento sindical por causa disso.

Quero falar também dos movimentos sociais que não foram até agora abordados, tais como, com o problema do desemprego, o agravamento da desagregação da família, o agravamento do problema das drogas, o problema da segurança, da violência familiar, do menor de rua. Isso não foi falado aqui. São problemas sociais gravíssimos que enfrentamos em qualquer comunidade no Brasil. É preocupante vermos políticos sem compromisso, como temos um senador aqui de Brasília, o Senador Arruda, que é do PSDB, que apresentou uma lei diminuindo a idade penal para 16 anos. É uma lei oportunista. Não pensada. Daqui a uns dias faremos de nossos presídios depósitos de adolescentes. Não resolverá. Eles sairão de lá piores do que aqueles presos adultos. Será uma escola para eles. O que será, amanhã, de nossa nação. Temos, aqui, um local onde os adolescentes de risco ficam internado, que se chama CAJE. O Governador do Distrito Federal quer transferir o CAJE, construindo um pavilhão dentro da Papuda, que é presídio do Distrito Federal, e transferir essas crianças agora, já a partir de janeiro. Gostaria até que saísse desse congresso uma moção de repúdio com respeito a esse assunto.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – A última inscrita é a companheira Simone Santos. Depois que havia encerrado as inscrições, dois companheiros pediram-me inscrição. Proponho ao plenário, que ouçamos esses companheiros, um deles disse-me ser um belo registro, por um minuto e meio, até porque houve uma companheira que se inscreveu e saiu, para podermos fechar no proposto originalmente.

A SRA. SIMONE SANTOS (São Paulo) – Boa tarde, companheiros. Sou professora no Município de Diadema, membro do diretório e atual Coordenadora Geral do Mova.

Percebo que, geralmente, o ser humano tende a apontar, em suas análises, mais os pontos negativos, que são necessários para o aprimoramento das ações. Mas, penso que também é necessário mostrarmos, socializarmos as atividades que vêm dando resultados positivos onde nossas administrações ou nossos membros estão inseridos.

Em função do tempo ser curto, gostaria de fazer um breve relato do Mova – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos de Diadema, que vem mostrando excelentes resultados em nosso município. Trabalhamos com entidades de base, as comunidade, o sindicato, as empresas, no sentido de parceria para que o movimento de alfabetização possa subsistir. É um movimento que trabalha com a parcela mais excluída da sociedade que são os adultos não escolarizados. Acho complicado pensarmos organizar outros movimentos quando uma grande parcela de nosso país é analfabeta. Gostaria de colocar claro que temos toda disponibilidade de apresentar o projeto e socializa-lo com os demais municípios que tenham o interesse em conhecê-lo para que seja um pontapé inicial nas outras cidades. Esse movimento já existe em cinco cidades do nosso grande ABC e é administrado por diferentes partidos, com diferentes ideologias e sob uma coordenação regional do sindicato dos metalúrgicos do ABC. É importante ressaltarmos que, apesar das administrações serem de partidos diferentes, o ideal da alfabetização e da organização popular é mantido. É um fórum suprapartidário. Acredito que ações desse tipo é que fazem com que os outros movimentos possam se organizar, pois é dele que têm saído nossos sindicalistas, o envolvimento da sociedade civil, sendo que, em Diadema, em torno de quarenta entidades estão organizadas no movimento, em torno de 1.600 pessoas e, no grande ABC, em torno de 8.500 alunos e mais educadores, entidades, empresas. Gostaria de ressaltar isso, é importante socializarmos as atividades que vêm dando certo, nossas administrações para que possamos aprimorar nossos trabalhos.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Com a palavra, por um minuto e meio, o Sr. Adilson Soares Hela, Delegado do Paraná.

O SR. ADILSON SOARES HELA (Paraná) – Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, quero dizer que sou do Paraná, Paranaguá. Sou sindicalista, estivador e estou como vereador por dois mandatos.

A discussão, hoje, e na área sindical, da qual faço parte, e vemos a

necessidade profunda, no congresso, da área sindical portuária. O que notamos é que se fala dos demais sindicatos, o que respeitamos, mas gostaríamos de deixar registrada, hoje, nossa posição, de nossa área sindical, na área portuária. Penso que todos nós sabemos o que a nossa área sindical e de todas as categorias estão enfrentando. Fomos os mais penalizados porque recebemos uma lei de goela abaixo que tivemos que aceitar por esse governo. Para quem não sabe, essa Lei nº 8.630 é que veio tirar nossos direitos adquiridos ao longo de quase cem anos de existência. Ficamos até emocionados quando falamos nesse assunto porque Paranaguá, nosso município, tem quase duzentos mil habitantes, lá vivem 90% da área sindical. Essa lei veio para desestabilizar, com essa história de modernização, a qual fomos engolindo.

Infelizmente, estamos pagando um preço que o governo nos coloca. Peço, junto aos dirigentes desse congresso, aos deputados do nosso partido, que façam um movimento forte. Lá existe uma entidade que está massacrando o trabalhador. Hoje, lá, há pessoas que estão passando necessidades. Pessoas que adquiriram, ao longo do tempo, sua casa, sua propriedade e hoje não conseguem ganhar o dinheiro para pagar pelo menos IPTU. Muita gente está vendendo sua residência que, ao longo do tempo, adquiriu com trabalho e luta, por preço baixo por não poder sustentar. Isso é lamentável. Pedimos aos deputados e senadores que tomem uma frente desse nosso partido e possam extinguir essa entidade, a nossa barreira. Que façam um trabalho firme em nome de toda nossa categoria, lá em nosso município de Paranaguá.

Também gostaria de deixar registrado que ingressei nesse partido há um ano. Nesses congressos, sabemos que é um partido organizado. A cada dia aprendemos a gostar mais do partido que é uma escola. É o segundo congresso a que participo e vejo que o partido é realmente organizado. Estão de parabéns os companheiros que tomam a frente do partido. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Com a palavra o Sr. Francis Jairos, Presidente da zonal do PSB de Sobradinho, Distrito Federal.

O SR. FRANCIS JAIROS (Distrito Federal) – Sou Presidente da zonal do PSB de Sobradinho, Distrito Federal. Também sou um dos coordenadores do núcleo de base da educação do PSB, do Distrito Federal. Também sou um dos diretores do Centro de Alfabetização para Jovens e Adultos, no

método Paulo Freire de Sobradinho. Também faço parte de uma coordenação de formação política para o movimento popular.

Penso que o momento não é de estamos fazendo crítica ao movimento sindical ou o movimento sindical fazer crítica ao movimento popular. Estamos num momento crítico. Sou ex-dirigente sindical do sindicato dos comerciários, um dos maiores sindicatos do Distrito Federal e hoje faço um trabalho de militância no movimento popular, que é o trabalho de alfabetização de jovens e adultos. Além de trabalharmos com crianças e, também, no movimento cultural. Penso que o momento é de nos unirmos e trazermos propostas para o partido para que ele possa ter propostas de governo e, quando estiver no governo, tenha propostas para a sociedade. Porque não vamos discutir com os dirigentes e sim com a base, com pessoas da comunidade e trazermos aquelas propostas nascidas na base, lá onde a comunidade tem o seu trabalho e suas dificuldades. Também fui um dos coordenadores do orçamento participativo, no governo Frente Popular, onde nós, da comunidade, éramos quem discutia e passava para o governo nossas reivindicações e nossas propostas. É importante que saiamos daqui com uma condição de termos uma formação política para essas entidades que trabalham para os militantes do PSB. Temos no Distrito Federal, criada pelo próprio movimento, mas que o partido possa, através da Fundação João Mangabeira, dar esse suporte e formação para que possamos tirar as más lideranças desses movimentos e assumirmos de verdade os movimentos autênticos do autênticos militantes.

Outra proposta é que saiamos daqui fechando o apoio à secretaria do movimento popular. Está na hora de discutirmos o partido assumir importância que tem o movimento popular dentro de nossa sociedade, nos municípios e onde tem pessoas hoje carentes. É importante que o partido assuma esse compromisso de dar apoio aos movimentos populares. Não só ao movimento sindical que hoje está organizado, mas ao movimento popular que, hoje é um dos movimentos que prestam e dão suporte à sociedade muito mais do que qualquer governo que tenhamos por aí. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Encerradas as discussões, passaremos a palavra ao expositor Jaime Cardoso e ao debatedor César Callegari. Depois, tentarei resumir as propostas que surgiram para que possamos colocá-las em votação.

(gravação com problema)

O SR. EXPOSITOR (Jaime Cardoso) – Enquanto combinávamos quem faria a exposição e quem seria o debatedor, tocamos em dois aspectos que se complementam e ainda merecerão muita discussão.

Um é a questão da teoria. Da relação do partido. Do significado dos governos sociais. Das características desses movimentos neste partido, num país como o nosso. O outro é o diagnóstico feito de forma brilhante pelo companheiro César Callegari do que está realmente acontecendo no nosso país. Do enfraquecimento geral do movimento popular.

Quero dizer, inclusive, que um dos grandes erros dos socialistas foi confundir socialismo com presença do estado. Na verdade, o socialismo é a projeção do poder para a base. Este é o verdadeiro significado da crise do socialismo no leste europeu. O estado deve estar presente, remover a iniciativa privada porque ela passa a ser o obstáculo à participação popular e à presença, o controle do povo. Então, essa questão da presença do público, do espaço público, da redução do espaço privado é um meio para aumentar a participação do povo, é um meio de projetar o poder para o povo. Costumo dizer que se houver duas sociedades, numa caricatura, uma sociedade onde todas as decisões, onde a forma jurídica da propriedade seja privada, mas se se pudesse assegurar que todo o processo de decisão seria tomado pela base, o controle social fosse efetivamente feito e uma outra onde a forma jurídica da propriedade fosse estatal mas todo o processo de decisão fosse do gerente e dos diretores, o que mais se aproximaria do ideal socialista? É claro que é aquela sociedade em que o poder passa pela base, pela decisão da base. Hoje, os estudos revelam, todos os grandes proprietários na União Soviética, são os ex-gerentes do Partido Comunista, que concentrava o poder de decisão em suas mãos. Aí, só faltava remover o obstáculo jurídico para que se transformasse clássico aquilo que já era realidade, já tinham o poder de decisão nas próprias mãos. Essa lição da história, nós socialistas temos que ter muito presente para valorizar a questão do movimento popular, do movimento social, o fortalecimento das instâncias de base e de projetar o máximo possível o poder, a forma de controle, hoje, por exemplo, o companheiro do Rio Grande do Sul, um dos pioneiros no orçamento participativo, todas as formas possíveis de que o povo possa controlar e participar das decisões.

Na questão da teoria, queria dizer que porque o movimento popular é a base eles estão com a mão na massa. O movimento social, os sindicatos, o movimento das mulheres, são os que estão com a mão na massa, são os que

estão realmente sofrendo as dificuldades desse processo de derrota que, ideologicamente, o movimento socialista está sofrendo pela ofensiva do neoliberalismo. Esse processo, temos que compreender, de hegemonia mundial, ideológico, político, militar, econômico, temos, quando lidamos com nossa realidade, que compreender que estamos metidos numa situação infinitamente desigual. Em condições que, nem, talvez, o processo ditadura militar, quando o estado ou as elites tentavam usar a força para controlar o movimento popular, nós tínhamos a razão, nós nos apresentávamos com a razão da história. Hoje, eles, com métodos muito mais subliminares de hegemonia, de processos de utilização de mídia, de dominação ideológica, conseguem fazer o enfraquecimento sem precisar botar as tropas nas ruas. Creio que estamos diante de termos que voltar um pouco à teoria. Voltar a uma velha frase que o movimento revolucionário sempre teve. Sem teoria revolucionária não existe prática revolucionária. Se estamos vendo esse enfraquecimento todo. Essa dificuldade de mobilização, de organização, de achar um rumo, uma perspectiva transformadora para nossas organizações, temos que repensar o papel de cada um de nós, o papel dessas organizações, não temos que temer isso. Basta de verdades inúteis, para citar o poeta (inaudível), temos que ver realmente as condições que temos que criar novas teorias para que saiamos desse vôo sego. Não adianta ficarmos reivindicando aos partidos, organizando diretórios para ganhar uma eleição municipal, para eleger um vereador. O que me mobilizou e mobiliza (inaudível) socialistas, aos que aderem ao ideário socialista é exatamente a possibilidade de construir uma sociedade alternativa. E essa utopia que penso temos que recuperar para o movimento social, para o partido político. Deixar daquela história de o socialismo ser quase um determinismo histórico, mas ser uma escolha. A primeira forma de sociedade que pode surgir, vir ao mundo por escolha livre dos homens. Se deixarmos ao determinismo, ao expontaneísmo do desenvolvimento social, a história tem provado, muito ao contrário de chegarmos ao socialismo, chegaríamos à barbárie. Os homens precisam livremente escolher uma outra forma de organização social. É uma escolha consciente, não é nada determinado por estarmos condenados a felicidade, condenados ao socialismo. O homem só está condenado à sua própria liberdade e à liberdade de escolha. Se não escolhermos nos organizar na base. Se não escolhermos fortalecer os partidos, as organizações de base, estaremos escolhendo a barbárie. É isso que está diante de nós. A escolha de cada um. Talvez, mais ainda, estamos vivendo na questão do neoliberalismo, do individualismo exacerbado, muitas vezes acreditando que podemos sobreviver à

barbárie por escolhas individuais, individualmente nos protegendo do caos social que aí está. Essa opção não existe. Não existe a opção de cada um salvar-se individualmente. É fundamental que os militantes do Partido Socialista tenham compreensão de que, principalmente no Brasil, hoje, estamos diante dessa escolha, da escolha da sociedade que queremos, da vida que queremos. Isso temos que passar para nossas bases, para nossa presença em nossos bairros, para nossas fábricas, o chamado da militância para salvar o país, salvar essa coletividade que está se formando no Brasil, depois de ter existido o estado. Essa é nossa situação. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Com a palavra o Companheiro César Callegari.

(problemas com a gravação)

O SR. DEBATEDOR (Deputado César Callegari) Vejo que, pelo adiantado da hora, muitas coisas que poderíamos tocar em discussão teremos que fazê-lo, talvez, no plenário geral do congresso.

Entretanto, Presidente e companheiros, é notável que, numa reunião como essa, colhamos depoimentos com a intensidade em que foram oferecidos para nós todos que participamos. Vendo o Partido Socialista Brasileiro na pessoa de seus militantes, jovens, mulheres, sindicalistas, ativistas de praticamente todas as regiões do Brasil, primeiro, com preocupações, mas, com ação. O que acho ser extremamente positivo e altamente animador.

Como dei, propositalmente, um pouco de ênfase a uma idéia ou uma análise a respeito do enfraquecimento dos movimentos populares, movimento sindical, também faço questão de dizer que acredito que essa é uma situação conjuntural. É o momento que vivemos. Isso não vai ficar assim, se pudermos verificar o que ocorre em outras partes do mundo e até em outros países próximos ao nosso, verificamos que, não por acaso, essa política hegemônica, que o Jaime dizia aqui, tem sido bem sucedida até agora, ela tem fragilidades muito grandes e nós temos que ter a capacidade de fazer a cobrança política que venha de fato derrubar esse quadro de iniqüidades, de injustiça que está aí.

Portanto, o enfraquecimento relativo de alguns movimentos sindicais em todos os sentidos, isso não é algo que possamos dizer como a fonte de desânimo. Como se nós devêssemos abandonar o barco por a coisa estar fraca. Muito pelo contrário, é apenas um diagnóstico que mostra para todos

nós do PSB, a enorme prioridade que a dedicação aos movimentos sociais deve ter dentro de todas as instâncias partidárias. Não apenas da estrutura partidária nacional, mas das estruturas partidárias estaduais, municipais. Isso deve ser de fato uma prioridade nas políticas colocadas em prática do nosso partido. Isso num ponto. Também do ponto de vista das administrações. Um partido político que, por óbvio, disputa o poder político e que, eventualmente, consegue nessa disputar obter vitórias, pretendendo que sejam cada vez maiores as vitórias também no plano parlamentar ou também no plano administrativo, em prefeituras. E as prefeituras municipais, os governos estaduais, enfim, que as estruturas inclusive parlamentares do nosso partido têm que ter um compromisso colocado em prática de dar essa estrutura de apoio concreto a esses movimentos populares. Isso talvez deva ser uma das características fundamentais da prática do nosso partido.

Digo que, ao final, fiquei muito impressionado com as manifestações, aprendi muito com as coisas que ouvi aqui e tenho a impressão que o congresso do nosso partido está muito engrandecido pela manifestação e a presença de cada um dos companheiros e das companheiras. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Tentando organizar, temos aqui algumas moções, algumas conclusões a que chegaram os expositores e algumas sugestões que foram retiradas do debate de todo o plenário. Lerei as moções e colocarei em votação fazendo (inaudível)

A primeira é a moção de repúdio à lei que propõe a redução da idade penal para 16 anos, do Senador Roberto Arruda. Só para ficar mais bem detalhado, isso é uma proposta de emenda constitucional. A Constituição Federal, salvo engano, no artigo 238, que a maioridade penal é de 18 anos. Para se alterar isso tem que ser uma proposta de emenda constitucional. Existe não só esta. Na Câmara Federal, por exemplo, correm oito propostas nesse sentido. Então, essa é a primeira moção, de repúdio a essa proposta.

Colocaríamos essas moções em discussão ou em votação? Votação? Todas colocadas em votação? Vamos lá. É a questão do tempo. Se reabrirmos a discussão, complicará.

Quero colocar que a primeira, todos entenderam, colocaremos como proposta de emenda constitucional que pretende a redução.

A conclusão política socialista para os movimentos sociais, populares e sindical contemplem no seu relatório alguma forma indicativa (inaudível) do PSB, em nível nacional, tenha política efetiva no combate às drogas, chaga terrível e destruidora de valores fundamentais de nossa juventude. Segundo o relatório, o primeiro fórum nacional antidrogas foi realizado...proposta apresentada por (inaudível).

Moção no sentido de que conste nos (inaudível) sociais a questão de gênero, de habitação para que o movimento de mulheres tenha (inaudível). Proposta que vem das mulheres socialistas de Porto Alegre.

Congresso sindical para que se inclua no movimento popular os conselhos de saúde, de suma importância para a população e que fiscalizem todas as verbas dirigidas à saúde de estados e municípios.

A realização de um encontro nacional do PSB e comunidades locais definidos através discussão e aprovação deste plenário.

Há, também, uma moção, do companheiro Soares, de Viamão e de outro expositor. Gostaria de fazer uma consideração de ordem técnica desta moção. Ele propõe que seja estabelecido, através de legislação federal, lei ordinário ou emenda constitucional, um teto para o número de cargos em comissão ou funções gratificadas no nível municipal, visando coibir abusos e extorsões presentes dentro dos municípios. Não sei, tenho minhas dúvidas, pois falo como integrante da comissão de constituição e justiça da câmara, que é onde primeiro passam essas emendas constitucionais, se isso é viável do ponto de vista constitucional porque o município é uma entidade federativa e, como tal, não se pode aprovar uma emenda constitucional que viole a federação ou que seja tendente a (inaudível) a federação. Penso que seria uma lei orgânica do município. Penso ser essa uma questão que diz respeito à administração do estado e o nosso painel é políticas do PSB para os movimentos sociais, populares e sindical, isso deveria ser apresentado no plenário e o companheiro defenderia no plenário.

Mais uma moção. O Partido Socialista Brasileiro se solidariza e exige a reintegração dos 5.692 trabalhadores da FNS, pelo Supremo Tribunal Federal, no combate às epidemias e a possibilidade da política da saúde preventiva.

Se todos estiverem de acordo, vamos aprovar as moções levantando o crachá.

Fiz um breve relatório das discussões que foram feitas aqui tanto dos expositores como dos debatedores e vou colocar esse relatório também em votação e passaremos para o Plenário.

Foi reconhecido aqui que os movimentos sociais, populares e o movimento sindical têm uma limitação relacionada com os interesses imediatos que defendem. A observação foi feita pelo Jaime. E que os partidos políticos têm uma atuação além desses interesses imediatos, porque defendem um projeto maior, sempre como meio para o processo de transformação da sociedade. O que não quer dizer que não possa haver uma conexão entre os partidos políticos e os movimentos populares sindicais e sociais.

Foi reconhecido também que houve um enfraquecimento do movimento popular e do movimento sindical, como conseqüência da ofensiva do neoliberalismo, e que a atuação do Partido Socialista Brasileiro nesses movimentos não pode perder de vista essas circunstâncias, deve buscar sempre preservar uma identidade do partido em contraposição a outros partidos do mesmo campo que atual nesses movimentos.

Reconheceu o Plenário a necessidade de dinamizar a Secretaria de Movimentos Populares do PSB, seja subdividindo-a em secretarias outras, ligadas a determinados movimentos, como por exemplo a Secretaria do Movimento Negro, seja realizando encontros regionais com Secretaria de Movimentos Populares dos PSBs estaduais, seja estimulando a formação de movimentos como o Movimento Quilombista, dentre outros, ou estimulando a criação de entidades ou programas, como o Movimento pela Inclusão Social, de que falou nosso companheiro do Piauí, ou o programa contra o analfabetismo, de que falou nossa companheira de São Paulo.

Reconheceu também que a atuação do PSB deve ser prioritária em relação à reforma agrária, necessária para que haja uma maior dignidade de vida da pessoa, seja estimulando educação, saúde. (Palmas.)

Era esse relatório que queria propor para encaminharmos.

(Não identificado) – (Intervenção fora do microfone.) – Companheiro, queria pedir para que seja incluído no relatório a posição do companheiro Soares de Paranaguá, pedindo que todos os Deputados e Senadores do nosso partido entrassem com projeto de lei extinguindo o órgão da Lei nº 8.630, que é o órgão repressor dentro da zona portuária, dentro de todos os

portos do País. Portanto a extinção do órgão gestor da mão-de-obra que hoje oprime todos os trabalhadores dos portos brasileiros.

Só no sentido de que fosse incluído também, porque o companheiro falou. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – É, vou encaminhar essa proposta ao Plenário, porque todos os Deputados, aqui estamos trabalhando em tese.

Com a palavra o Nestor.

O SR. NESTOR SOARES (Rio Grande do Sul) – Gostaria de aclarar um pouquinho essa questão aqui, porque de repente saio daqui prejudicado.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Não é prejudicado.

O SR. NESTOR SOARES (Rio Grande do Sul) – Vá lá, a questão da proposta. Eu quero clarear a questão. Essa foi uma proposta que tiramos dentro do município. Fizemos um pedido de informações pela Lei Orgânica Municipal. Porque na verdade levamos isso para o congresso estadual do PSB no Estado do Rio Grande do Sul e lá constou como tese e foi aprovada.

Não veio, devido as laudas, tinham de ter 4, 5 laudas e não veio para o Congresso Nacional, não foi publicado no caderno. Sendo assim, na chegada aqui tentamos modificar alguma coisa, poderia ser uma moção. Nós tivemos de fazer isso hoje, a toque de caixa. O nosso pedido é que cada companheiro que se propõe concorrer neste Brasil inteiro por esse partido ao qual pertence, que é o PSB, faça um pedido através da câmara de vereadores, em nível de prefeitura, e qual é o número, o gasto que tem a Executiva em número DCC. Queremos fazer com que todos os companheiros levem como bandeira de luta, porque diz aqui que é a bandeira de luta. Estamos aqui discutindo políticas do PSB e essa pode ser uma política do PSB.

Então eu gostaria que ela fosse incluída lá no plenário como proposta.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Pois é, foi o que sugeri, veja bem Nestor. Sugeri que fosse apresentado diretamente em plenário, porque esse tema diz respeito à organização do Estado, do município, que é uma entidade estatal. Esse tema que estamos tratando,

políticas do PSB para os movimentos sociais, populares e sindical. Não estamos tratando aqui da administração pública municipal, estadual ou federal. Não é esse tema. Pode ter outro painel nesse sentido.

Então certamente isso pode ser colocado em plenário. Digo que aqui não é pertinente com a nossa temática.

Diga, Jorge.

O SR. JORGE – (Intervenção fora do microfone.) – Estou entendendo que essa proposição poderia ser jogada para o Grupo 1, "Os desafios políticos e eleitorais do PSB".

Outra coisa é que alguém sugeriu que os conselhos de saúde, todos, desde o nacional até estadual, municipal, distrital e local fosse vinculado aos movimentos populares e sindicais, quero propor também que o nosso partido, em nível nacional e até em nível de bases distritais, promova discussão sobre a antiga Lei 169, que era a PEC 169, que preconizava os recursos para a manutenção do SUS e promova agora a discussão para a nova PEC, que deixou de ser a 169 e passou a ser 821/A, que propõe mais recursos e não sabemos qual a segurança, para não tropeçarmos numa nova CPMF ou algo que o valha.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Companheiro Valdemar.

O SR. VALDEMAR MOURA LIMA (Rio Grande do Sul) – Eu mais ou menos previa que teríamos algum probleminha no final, porque quando a Mesa deliberou para a defesa de tese três minutos e para colocações três minutos, criou-se um impasse, porque nós, do Rio Grande do Sul, estamos nos sentindo extremamente prejudicados. Nós apresentamos uma tese e quando digo isso é no sentido nem de um problema do Rio Grande do Sul em si, é o problema da proposta que estamos colocando.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Como nordestino eu não vou discriminar o Rio Grande do Sul, entendeu? O nordestino é que se sente discriminado.

O SR. VALDEMAR MOURA LIMA (Rio Grande do Sul) – Não, vamos pensar o seguinte: o socialismo não está vinculado ao Rio Grande do Sul. O que quero dizer é o seguinte: nós apresentamos uma tese de que deveria ser criado no nosso partido um organismo, e o colega da Bahia inclusive deu ênfase e ampliou a proposição, porque na nossa proposta estamos colocando...

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Está aqui, aprovada a proposta.

O SR. VALDEMAR MOURA LIMA (Rio Grande do Sul) – Não, companheiro, desculpe mas não está. Nós estamos propondo o seguinte: que seja criado o Movimento Quilombista dentro do partido. Não estamos propondo movimento negro nem movimento de etnias. E por que dizemos isso?

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Mas eu coloquei aqui no relatório.

O SR. VALDEMAR MOURA LIMA (Rio Grande do Sul) – Mas está Movimento Quilombista?

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Está quilombista.

O SR. VALDEMAR MOURA LIMA (Rio Grande do Sul) – Bom, se está, está contemplado.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Vou repetir: "Que a Secretaria de Movimentos Populares seja subdividida em Secretarias outras como Secretaria do Movimento Negro, seja realizando encontros regionais, seja estimulando a formação de movimentos como o Movimento Quilombista...

O SR. VALDEMAR MOURA LIMA (Rio Grande do Sul) – Mas aí é que está, não é estimulação. O Movimento Quilombista quer se colocar dentro do partido como um organismo, como disse o companheiro da Bahia, nas estruturas formais do partido. É isso.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Sim, mas quem vai sugerir isso...

(Não identificado) – Gostaria de esclarecer. Eu acho que para constituir um movimento estatutariamente teria que haver uma modificação do Estatuto. Acho que o que podemos, antes de uma mudança estatutária, porque o Estatuto prevê os movimentos que têm representação na Executiva. Quer dizer, o Movimento Quilombista para se constituir em algo estatutária teria de haver uma reforma estatutária.

Então, parece-me que o encaminhamento da Mesa, no que concerne ao nosso Congresso no momento, é adequado.

O SR. VALDEMAR MOURA LIMA (Rio Grande do Sul) – Então, em nome do Movimento Quilombista queremos pedir escusa à Mesa e dizer da nossa incompetência de entender esses meandros burocráticos. Agora, é fundamental que o Movimento Quilombista, e com esse nome quilombista, se registre dentro da estrutura do partido e talvez não hoje, quem sabe num outro processo.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Pois é, não pode ser hoje. A Secretaria de Movimentos Populares é que poderia sugerir isso.

O SR. JORGE – Eu gostaria de esclarecer, rapidamente. Na medida em que está sendo aprovada a criação da Secretaria do Movimento Negro do partido...

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Não está sendo aprovado. Vou tentar explicar. Nós estamos encaminhando uma proposta no sentido de que a Secretaria de Movimentos Populares seja dinamizada, seja se subdividindo em secretarias, outras secretarias que são movimentos, por exemplo, o Movimento de Mulheres, é uma secretaria. Já ganhou autonomia, hoje. Pode no futuro ganhar autonomia a Secretaria de Movimento Negro, é uma proposta que surgiu hoje aqui. Nós estamos colocando como proposta para ser discutida.

Segundo, estimulando a criação de movimentos como o Movimento Quilombista, dentre outros. Assim colocamos.

Tem uma colocação situada do plenário que é a questão contra o fim da unicidade sindical. Anotei, na hora de lei acabei não falando.

(Não identificado) – Presidência, uma questão de esclarecimento, por gentileza. Vão ser duas propostas, então? Porque na medida em que como o Presidente está colocando entendemos que está havendo uma proposição de que seja criada uma Secretaria de Movimento Negro eu gostaria de também saber se vai ser criada uma proposta de Movimento Quilombista, por que as duas? Ou uma ou outra.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – O que nós vamos fazer aqui é o relatório do que foi dito, do que foi discutido. Estou propondo aqui um relatório, fiz um resumo do que foi discutido. Esse resumo vou apresentar ao Plenário. Quem vai decidir não seremos nós.

(Não identificado) – Então proponho ao Presidente que quando falar na proposição da criação de uma Secretaria do Movimento Negro proponha também a mesma Secretaria para o Movimento Quilombista.

(Não identificado) – Questão de ordem. Nós não podemos propor que se criem secretarias agora sem alterar o Estatuto. O que podemos fazer é transformar, a partir de uma secretaria que já exista, várias coordenações. Isso é questão de ordem.

(Não identificado) – Minha necessidade de esclarecimento permanece. Quero sair deste plenário com a consciência de que foi aprovada aqui a vontade de se criar no organismo, na bíblia do nosso partido, a Secretaria do Movimento Negro ou das denominações que o valha, seja étnica, quilombista etc. A que for aprovada, poderá ser incorporada a ela, por exemplo, uma comissão ou coordenação ou coisa que o valha de movimento quilombista.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Mas quem vai dizer isso não seremos nós.

(Não identificado) – Mas é óbvio que queremos criar é a Secretaria do Movimento Negro, dar autonomia a esse setor dentro do partido.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Pois bem, mas quem vai decidir isso não seremos nós, é o Plenário. Nós vamos votar lá.

(Não identificado) – Mas está saindo daqui aprovado já, tem que aprovar lá também.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – O que estou fazendo aqui é uma proposta de relatório, ou seja, dizendo quais as propostas que foram sugeridas aqui.

(Não identificado) – Mas essa proposta tem de ser aprovada aqui para ir para lá, porque se não é aprovada aqui não vai para lá.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Sim, vai aprovar como relatório. A não ser que o Plenário assim decida.

(Não identificado) – Com certeza, já decidiu, inclusive.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Não decidiu, vai decidir moção. Calma. Nós não decidimos até agora a votação desse relatório, apenas li o relatório para colocar em votação.

(Não identificado) – Antes do relatório o companheiro leu ...

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Eu li o relatório que fiz.

(Não identificado) – Não, antes o companheiro leu moções e propostas.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Moções que foram aprovadas. Está aqui, tem o autor da moção.

(Não identificado) – Leu propostas também.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Sim, moções que foram propostas.

(Não identificado) – Um minutinho. Posso fazer um encaminhamento? Acho que estamos andando em círculo.

(Não identificado) – Se não leu a gente já faz a proposta, não tem problema nenhum.

(Não identificado) – Só uma tentativa porque acho que estamos andando em círculo. O companheiro foi muito feliz. A criação da secretaria é uma proposta de mudança estatutária que não está em pauta no Congresso. A gente pode até recomendar que para a próxima revisão do Estatuto seja incluída essa discussão, mas ela necessariamente vai voltar. O que acho que podemos fazer agora é recomendar — o companheiro foi muito claro — que dentro do movimento popular se crie uma coordenação que possa estimular ou preparar a criação da secretaria.

(Não identificado) – O Regimento do Congresso diz diferente. O do partido diz que para criar qualquer secretaria ou algo que o valha só em Congresso nacional.

(Não identificado) - Pois é, mas o Congresso tem de ser convocado para mudar o Estatuto, para esse fim. Não é qualquer congresso que pode mudar. As propostas de mudanças inclusive têm de ser publicadas anteriormente.

(Não identificado) – Eu tenho a sugestão que aprovemos como indicativo do jeito que está e na verdade vai ser aprovado na Plenária do Congresso, seria um indicativo, e amanhã, 8 horas, nessa questão do Movimento Quilombista e da Secretaria do Movimento Negro nos reuníssemos 8 horas da

manhã para dar forma adequada de ser apresentado na proposta final na plenária. Mas que seja aprovado do jeito que está como indicativo dessa discussão aqui.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Diga lá, nosso companheiro.

(Não identificado) – Mesa, é o seguinte: eu, por exemplo, apresentei uma proposta da criação de Secretaria do Movimento Racial. Mas eu também serei contemplado na Secretaria do Movimento Negro.

Quero deixar claro que tenho um pouquinho de noção do Estatuto partidário e quero deixar claro da seguinte forma: nós aqui fazemos a proposta porque isso que fiz não foi uma moção, foi uma proposta. Tanto é que perguntei ao companheiro se eu teria que fazer escrita. O outro companheiro me respondeu que já estava tudo em ordem. Muito bem. Eu queria proposta que fosse aprovada aqui para submeter ao Plenário amanhã, porque sabemos, evidentemente, que a Plenária é quem decide se aprova ou não. Mas nós queremos a confirmação da aprovação aqui para amanhã ser colocado lá. Mesmo que venha a ser derrotada, não importa. O que importa é que ela vá ser defendida.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Vai ser aprovado como relatório, um indicativo deste plenário.

(Não identificado) – Exatamente.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Agora, isso não elimina que as pessoas façam moções que apresentem para que sejam votadas amanhã.

(Não identificado) – Pois é, mas o que nós estamos fazendo não é moção, é proposta concreta para a criação. Para terminar, a criação dessa secretaria racial ou do movimento negro, porque foi criada por exemplo a Secretaria das Mulheres. E por que não essa outra secretaria?

(Não identificado) – E está aqui inclusive, companheiro coordenador da Mesa, o art. 27 todo ele e o seu § 3° estabelece que pode sim. Agora, essa proposta, essa recomendação ou esse indicativo deve ir para a mão do Diretório formado e ele pode homologar, porque queremos criar nas três instâncias. Então o art. § 3° privilegia essa criação.

(Não identificado) – Eu quero encerrar com o seguinte: o Congres-

so é o fórum maior, é o fórum decisório. Nele pode tudo, desde que a Plenária aprove. É só isso. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Tem que estar na pauta.

(Não identificado) – Só para esclarecer, eu quero lembrar aos companheiros congressistas o seguinte: no Rio Grande do Sul, em nível municipal e em nível estadual, foi aprovada a seguinte proposição: que seja criada na Executiva Municipal, Estadual e na Executiva Nacional — por isso da nossa presença — vinculada à Secretaria de Mobilização do Movimento Popular, uma comissão permanente e vinculada à Secretaria de Mobilização do Movimento Popular, uma comissão permanente do Movimento Quilombista do PSB, a qual dará conta das demandas políticas globais com ênfase nas políticas anti-racistas e antidiscriminatórias. Isso aqui já foi aprovado lá. É isso que quero que amanhã se coloque.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Vai ser colocado no relatório. Eu fiz um resumo que estava em andamento.

Quero saber se há mais alguma dúvida.

(Não identificado) – Sr. Presidente, no art. 27, § 3°, diz: "Os diretórios poderão criar outras secretarias para atender necessidades específicas, desde que não violem o presente Estatuto".

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Pois é, mas quem pode fazer isso é o Diretório. Nós temos que propor a ele e o Diretório vai ser eleito ainda.

Acho que está esclarecido, fizemos o relatório.

(Não identificado) – Fica uma proposta, então, não é?

(Não identificada) – Eu queria só esclarecer um ponto sobre a lei da criação dos conselhos de saúde.

(Não identificado) – Mas isso não precisa, companheiro. O Estatuto é claro, não precisa ser convocado para isso.

(Não identificada) – Eu quero só esclarecer para o colega uma dúvida que ficou, ele expôs e eu gostaria de esclarecer.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Eu acho que vou encerrar a sessão, não podemos mais, estamos voltando à discussão.

(Não identificada) – É só um esclarecimento para ele porque ele ficou na dúvida.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Esclarece diretamente para ele.

(Não identificada) – É só um esclarecimento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Quer dizer que estou permitindo porque não é mulher. Diga.

(Não identificada) – É só um esclarecimento para o colega da Bahia que falou sobre os conselhos de saúde. O que acontece é o seguinte: os conselhos de saúde já existem em todos os municípios, nos Estados, e aqueles que não existem que constituem. A lei que ele falou que foi aprovada agora, a 82, alínea A, foi aprovada a PEC 169 pela Câmara Federal, está em tramitação no Senado. Ainda não tenho conhecimento se já foi aprovada, que é apenas um repasse. Estávamos brigando dentro do SUS pela aprovação de 30% da Seguridade Social e 10% da União e eles não aprovaram, aprovaram apenas 5%.

Só para dar um esclarecimento porque ele ficou na dúvida. Obrigada.

(Não identificado) – Não estou na dúvida não. Estou dizendo que o partido precisa discutir em todos os níveis e assumir isso como bandeira, porque não nem do PT nem do PCdoB.

O SR. COORDENADOR (Deputado José Antonio Almeida) – Está encerrada a sessão.

Grupo 4

A Nova Ordem Internacional

Coordenador:
Sen. Antônio Carlos Valadares

Expositor:
Dr. Roberto Amaral

Debatedor:
Dr. Almino Affonso

Relator:
Miguel Gerônimo

(Lamentavelmente, por uma falha técnica do serviço de som do Senado, não foi gravado o início da Reunião.)

O SR. EXPOSITOR (Roberto Amaral) – ... na existência dessa nova ordem, mas as características do que se está chamando de nova ordem mundial. A própria expressão tem envolta em si a tentativa de conestar uma situação de fato e, se fosse assim revelada, seria por nós rejeitada.

Estou tentando dizer que o conceito de nova ordem internacional, como o conceito de globalização e modernidade, é um conceito ideológico, ou seja, não tem compromisso com a representação da realidade. A ideologia é uma tentativa de explicação de um juízo.

O que, a rigor, se chama de nova ordem internacional é essa configuração da geopolítica que se sucede à chamada desarticulação do Leste Europeu, à desestruturação, à decomposição da União Soviética e à queda do Muro de Berlim, que não é um fato econômico, mas político, portanto de conseqüências ideológicas.

No primeiro plano, vamos examinar em que essas modificações implicaram na ordem internacional. Antes vou fazer um pequeno histórico, muito rápido, para entendermos as seqüências de domínio e de controle da ordem internacional. Não vou partir de longe. Eu poderia lembrar a ordem internacional romana, poderia lembrar a ordem internacional bárbara ou, mais recentemente, a ordem internacional que foi gerida por Espanha e Portugal, ou a penúltima delas, gerida pela Inglaterra, que consolidou no mundo o colonialismo, principalmente na África e na Ásia.

Vou-me referir inicialmente aos sistemas de poder vigentes neste século. No período que vai do final do século à Primeira Guerra Mundial, há um sistema que vou chamar, por razões puramente didáticas, de fundado no pluralismo, era a pluralidade de poder. Havia um poder europeu, mais nomeadamente inglês, francês e alemão, havia um poder americano, nos Estados Unidos, no Leste Europeu, o poder da Rússia... Então o primeiro quartel do século é um sistema que estou chamando de pluripoder, porque o poder internacional era partilhado. Havia países, como a Inglaterra, na Europa, como o Japão, na Ásia, com poder, mas não havia uma hegemonia. Existiam os seguintes focos de poder na Europa: Alemanha, Inglaterra e França; um grande centro de poder na Ásia, que era o Japão e um grande centro de poder na América, que eram os Estados Unidos.

A Segunda Guerra Mundial é o reflexo disso e são esses os países que dela vão participar. Esse processo, resultante da Primeira Guerra Mundial, com a interveniência de um fato novo, que é, a partir de 17, com a revolução comunista, o aparecimento de um outro poder, que passa a ser a União Soviética, chegamos à Segunda Guerra Mundial, cujo resultado é uma nova composição dessa geopolítica. Passa a surgir um grande bloco, composto pela União Soviética e pelo Leste Europeu, e um grande bloco americano, que liderava o chamado bloco ocidental, encabeçado pelos Estados Unidos.

Essa transformação, decorrente da Segunda Guerra Mundial, tem um complemento, que é o desenvolvimento da tecnologia da guerra. Estou-me referindo claramente à expansão do conhecimento atômico, ou seja, passamos à emergência da China a partir de 1949. Então temos a emergência de dois grandes blocos de poder, ambos atômicos: o bloco oriental, liderado pela União Soviética, e o bloco ocidental.

A este período todos os analistas chamam de bipolaridade. Essa bipolaridade foi a mais absoluta que a humanidade conheceu. Ela era bipolar do ponto de vista ideológico, contrapondo comunismo e capitalismo; era bipolar do ponto de vista econômico, porque havia duas sedes de mercado; era bipolar do ponto de vista de estratégia de guerra, porque havia o Pacto de Varsóvia e a Otan, e era bipolar nos termos do poderio atômico. Dois países detinham o poder de se autodestruírem inumeráveis vezes. A conseqüência dessa bipolaridade foi a impossibilidade da guerra, na medida em que sua existência significava que os Estados Unidos poderiam, em cinco minutos, destruir a União Soviética e vice-versa. Essa tragédia, esse medo recíproco foi o que salvou a humanidade nos períodos mais críticos, o que, como conseqüência, se instaura nas relações dos Estados e que a crônica internacional passa a chamar de Guerra Fria.

A Guerra Fria é conseqüência dessa bipolaridade. Por que guerra fria? Porque a chamada "guerra quente" era impossível. Então instaura-se a guerra fria, a guerra política, ideológica, que acontece até a decomposição da União Soviética.

Qual é o quadro que se sucede à decomposição da União Soviética? É o que chamo de processo da unipotência. Até ali havia o pluripoder, o polipoder, mas passa a haver o unipoder. Ao mesmo tempo que é uma unipotência, passa a ser também - e isso não é jogo de palavras - a onipotência. Ou seja, o mundo

bipolarizado, com aquelas características que, há segundos tentei descrever, é substituído por um mundo unipolar, da nova ordem internacional.

Retomando o início da minha exposição, o que se chama de nova ordem internacional é um eufemismo para não dizer a ordem norte-americana. Desapareceu a nova ordem internacional, porque temos uma ordem uninacional, uma vez que é de uma só nação, de um só exército, de uma só potência, de uma ordem econômica, um só mercado.

Esse é o quadro de fundo em função do qual todas a nossas considerações vão, daqui em diante, se desdobrar, porque é impossível compreender o desenvolvimento do socialismo no mundo ou no Brasil, a questão da América Latina e as nossas perspectivas de poder fora desse contexto, que tem, evidentemente, repercussões concretas na América Latina.

Esse sistema de poder unipolar estabelece também áreas de controle. Se há um grande controle norte-americano, há subáreas e isso explicará aos senhores o porquê de Kosovo. Há uma área que foi entregue à influência e ao controle alemão, a área do antigo Leste Europeu, usada como tampão da antiga União Soviética, que tem conflitos históricos e anteriores à revolução comunista ou soviética; há uma área respeitada, de influência, que é a área da China, há outra que deixou de ter importância no mundo, que se esqueceu de sua existência, porque não tem mais valor nem estratégico, nem econômico, que é a África, e a Ásia fica aos cuidados ora do Japão, hora aos cuidados da China; o leste alemão é cuidado pela Alemanha. Sobram os Estados Unidos, que regem toda essa orquestra e deitam de forma mais precisa a sua influência sobre a América Latina. Nunca foi tão exata a afirmação histórica de sermos o "quintal", uma vez que o somos duplamente.

Com o fim da Guerra Fria e o estabelecimento dessa estratégia, deixamos de ser importantes do ponto de vista da estratégia militar. A nossa importância é como reserva de mercado, de espaço. Se eu pudesse dizer, é como reserva estratégica. Isso faz com que este Continente, que vem do Caribe até o Sul, tenha a sua política muito condicionada a essa ordem internacional e aos interesses dos Estados Unidos sobre a nossa área.

Esse aspecto poderia, dentre outros, esclarecer mais adiante se houver interesse de aprofundarmos a questão da América Latina. Direi, apenas para ilustrar, que uma das características da nova ordem, é a relativização da soberania dos países periféricos e a existência de países de primeira, segunda, terceira

e quarta categoria, até chegar a outra forma de Estado, que chamo de Estado balcânico ou de libanização dos Estados. É aquele Estado que, aparentemente, tem o reconhecimento internacional, mas que, de fato, não tem independência, não tem sequer domínio sobre o seu território. É o caso, só para exemplificar, dos países do Báltico, dos países do Golfo Pérsico e, evidentemente, do Líbano.

A América do Sul, principalmente o seu norte, onde está, não sei se para a nossa sorte ou azar, a Amazônia, é uma área que se transforma perigosamente em área de reserva estratégica para o primeiro mundo. Daí vocês compreenderão que ao invés das preocupações norte-americanas hoje se voltarem para o Cone Sul, onde estão os países mais ricos da região, estão se voltando para o norte, para o que ocorre na Venezuela, na Colômbia e para a Amazônia.

Quais serão os desdobramentos dessa estratégia, só o futuro, ou antes do futuro, só Deus poderá dizer, mas é evidente que isso muda essencialmente o papel desses Estados e cobra do Brasil, que tem uma área sob observação internacional e não sabemos se dela ele poderá cuidar ou não.

A guerra do narcotráfico é apenas um instrumento nessa estratégia, como é apenas um instrumento nessa estratégia de balcanização do norte da América do Sul a tentativa de comprometer o Brasil no enfrentamento à guerrilha colombiana. De fato, o que se coloca para os nossos países, no caso concreto do Brasil, um país que não produz um grama de cocaína, é que estejamos envolvidos no combate ao tráfico internacional, que é uma questão puramente norte-americana. Há tráfico no Brasil, porque há trânsito da coca no Brasil; há trânsito da coca no Brasil porque ela tem que vir do Peru ou da Bolívia para os Estados Unidos, que não cuidam de suas fronteiras e transferem o ônus para nós. Os Estados Unidos são responsáveis por 95% do consumo das drogas produzidas na América Latina, que transitam pelo Brasil. Então isso é usado como um pretexto para o crescente comprometimento do Brasil em ações militares, porque somos, nesta área, ainda, o único país que não tem em seu território tropas norte-americanas. Elas estão no Estado Associado de Porto Rico, no Panamá, na Colômbia, no Peru e na Bolívia. Ainda não estão também na Venezuela.

Esse é o quadro do ponto de vista estratégico. Vou, agora, tratar dessa mesma questão do ponto de vista ideológico e suponho identificar o mais grave dos problemas que se abatem contra as forças progressistas do mundo, particularmente sobre as correntes socialistas, que ouso identificar no que é

simbolizado pela chamada queda do Muro de Berlim. Ouso identificar aí, mais do que o fato evidente, óbvio, a nossa derrota ideológica. A grande derrota que sofremos não foi a desestruturação ou o fim da União Soviética, não foi só o fracasso do Leste Europeu, mas principalmente a derrota ideológica, a derrota das nossas teses. Nós, que tínhamos por hábito, por tradição o combate ao capitalismo, passamos a fazer, primeiro, a denúncia dos erros do socialismo e, a seguir, a sua defesa. Saímos do centro do ringue para ficarmos no "corner" permanentemente.

Uma das conseqüências disso é o que estou chamando de o seqüestro da história. Uma das grandes preocupações do imperialismo é retirar de nós, dos países chamados periféricos, que já foram chamados de países subdesenvolvidos, do terceiro mundo, ou em desenvolvimento porque não participamos da acumulação capitalista internacional, a possibilidade de construção da sua história. Essa havia sido a grande conquista desses países neste século, principalmente nos anos 50, na América Latina, com a Cepal, quando países como o Brasil construíram a concepção do projeto de desenvolvimento nacional, a crença de que era possível também os nossos países se desenvolverem, terem projetos próprios de desenvolvimento.

O outro lado dessa nova ordem é a destruição do conceito de nação, do conceito de civilização e, implícito nele, do conceito de história, retirando de nós qualquer possibilidade de destino. Não temos mais destino próprio. Esse destino é traçado em instâncias que sequer têm compatibilidade com a soberania. Ele é traçado pelo FMI, pela Otan, pelo BIRD e, finalmente, pelo grande deus da nova sociedade, que é o mercado.

Queria só fazer um parêntese para chamar a atenção ao fato de que o mercado também tem um conteúdo ideológico. Em vez de ter a sociedade formada por cidadãos, ela se transforma em mercado e, em vez de cidadãos, passamos a ter consumidores, passamos a valer não por sermos portadores de direito à cidadania, mas na medida em que somos ou não consumidores, e o instrumento da sociedade, da civilização, da cidadania deixa de ser os direitos e garantias individuais e passa a ser a mercadoria carregada, incorpada de ideologia. A coca cola não é pura e simplesmente um refrigerante, tanto quanto o Mac Donald's não é apenas um hambúrguer. Não sei rigorosamente quem é o ovo, quem é a galinha, mas daí resulta o monopólio da informação, o discurso único, o fim da história, o fim da modernidade, o fim do socialismo.

Tentando ressaltar mais ainda a importância disso ou o mal que isso causa aos nossos países, vou citar dois fatos históricos que nos dizem respeito muito de perto. Uma outra coisa que está envolta nessa formulação ideológica que nos leva à impotência, chamada de modernidade, sob a moldura de um conceito de modernidade, é um certo cientificismo que passa a ser auto-explicativo de tudo. A vontade desaparece e o que determina as ações? Somos condenados a ser assim ou "assado", independentemente da nossa vontade, porque a nossa vontade perdeu a sua força transformadora. Vou dar dois exemplos ao contrário disso: nos anos 40 e nos anos 50, foi explicado a este País que, primeiro, não precisávamos ter petróleo porque o petróleo árabe e venezuelano era farto e barato, então não havia por que gastarmos dinheiro em produzir e pesquisar petróleo aqui; era muito mais barato comprar petróleo junto aos países árabes e à Venezuela e isso era verdade. Dizia-se também que o Brasil não tinha tecnologia ou "know how" para pesquisar petróleo no País, e era verdade. Não tínhamos o "know how" da pesquisa seja da prospecção em terra, seja em águas, muito menos em águas profundas.

Um famoso geólogo americano, contratado pelo Brasil para fazer pesquisa, Mr. Link, demonstrou que o Brasil não tinha petróleo em terra firme e que o poço de Lobato era um acaso. Depois se viu que era verdade, o Brasil não tinha petróleo no seu território.

Dizia-se, finalmente, que o Brasil não tinha dinheiro, acumulação capitalista, para custear o esforço de pesquisar, encontrar, produzir, refinar e distribuir petróleo. Essa era a missão das chamadas "sete irmãs": Esso, Shell, Atlantic, etc. Pois bem, contra todas as evidências, contra toda a lógica, contra todas as lições da economia e da biologia, o Brasil, por um movimento de massa, popular, puramente emocional, sem nenhuma base científica, decidiu ter petróleo. E este País terminou descobrindo petróleo em águas profundas, montou, construiu e elaborou a melhor tecnologia do mundo em prospecção de águas profundas, montou as maiores refinarias do mundo e um sistema de distribuição, salvando-se quando a crise do Golfo, não prevista pelos gênios, impôs a alta dos preços do petróleo.

Vou citar o segundo e último exemplo: a construção dessa loucura, dessa maquete na qual estamos neste momento, sofrendo tanto calor. Todos os tratados econômicos mostravam a inconveniência de Brasília, a impossibilidade de Brasília, a inexistência de recursos econômicos para construir esta cidade, no entanto um Estado pobre, subdesenvolvido, em crise, construiu esta

cidade, mais do que isso se apropriou do que não nos pertencia, que era o oeste brasileiro, integrou suas populações ao conjunto da população brasileira, criou centros de desenvolvimento econômico e hoje o antigo cerrado é o maior produtor de grãos deste País. Essa foi uma obra de candangos, de nordestinos, principalmente, de mineiros, de goianos, de povo, que construiu esta e inumeráveis outras cidades em torno de Brasília.

O meu objetivo quando cito esses dois pontos como destaque, referência, reflexão é convidá-los a fazer o raciocínio contrário, o raciocínio da modernidade. Se estivesse vigente entre nós, nos anos 40 e 50, o conceito, a ideologia da modernidade e da globalização, até hoje não teríamos a Petrobrás nem teríamos tido a audácia de fazer Brasília.

Quero registrar, para minha honra, o que jamais pensei que mereceria : que terei em minha exposição Almino Affonso como debatedor. (Palmas)

O SR. DEBATEDOR (Almino Affonso) – Só uma palavra para cobrir a ironia: na parte da organização, poderíamos ter recebido um roteiro sobre como seria cada coisa. Eu, por exemplo, me perdi à procura do grupo. Acertei, porque vi uma luminosidade tão intensa por perto.

O SR. EXPOSITOR (Roberto Amaral) – Estamos recebendo como novidade o novo conceito de história, de fim de história, de globalização e modernização, etc. Queria ler um texto para os senhores:

> "A burguesia, através de sua exploração do mercado mundial, deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para grande desgosto dos reacionários, rebaixou a base nacional da indústria até o rés do chão. As indústrias nacionais antigas foram destruídas ou seguem sendo destruídas dia após dia. Elas são desalojadas por novas indústrias cuja introdução torna-se questão de vida e morte para todas as nações civilizadas, por indústrias que não mais trabalham com matéria-prima nacional, mas matéria-prima extraída de zonas remotas, cujos produtos são consumidos não só no próprio país, mas em todos os cantos do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pela produção do país, encontramos novas necessidades exigindo, para satisfazê-las, produtos de terras e climas distantes. No lugar da antiga reclusão e auto-suficiência, local e nacional, temos conexões em todas as direções, uma interdependência universal das nações. E tanto em produção material, como também em produção

> intelectual, as criações intelectuais de nações individuais tornam-se propriedade comum. A parcialidade e a mentalidade tacanha nacional tornam-se sempre mais impossíveis e das numerosas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura universal. A burguesia, pelo aperfeiçoamento rápido de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação imensamente facilitados, arrasta todas as nações até a mais bárbara para a civilização. Os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual derruba até mesmo a Muralha da China, com que força o ódio intenso e obstinado dos bárbaros contra os estrangeiros a capitular, compele todas as nações, sob pena de extinção, a adotar o modo de produção burguês, compele a introduzirem o que chama de civilização no seu meio, ou seja, a se tornarem burguesas. Resumindo, cria o mundo à sua imagem".

Tenho a impressão de que se eu quisesse me debruçar sobre o mundo que está à minha frente, não o descreveria com tanta precisão. É claro que esse texto não se refere ao mundo que aí está; esse texto é um trecho do manifesto comunista de Marx e Engels, escrito em 1848.

Terminemos. Uma das conseqüências da política de mercado é a universalização do mercado, que se faz de dois modos: um, através de um processo que é velho como a sede de Praga, que é a especialização das regiões e dos países, ou seja, uma reprodução do colonialismo. Por exemplo: como vocês sabem, o Brasil, no século passado, vivia às turras com a Inglaterra, que é uma das responsáveis pelo atraso industrial brasileiro. Na época, ela era os Estados Unidos de hoje e mandava, com as suas chamadas belonaves. Então os países foram definidos: países industrializados, consumidores de matéria-prima, e países atrasados, coloniais e produtores de matérias-primas que vão ser transformados nos países europeus, como Inglaterra e França, principalmente Inglaterra, em insumos, que se transformam em produtos manufaturados, que retornam para o país produtor de matéria-prima como produtos acabados. Esse processo, que vem do Século XVIII e do Século XIX, retorna. Então teremos a grande produção nos países centrais e vamos fazer tanto a produção como a prestação daqueles serviços ou que interessam a essas economias ou que, por serem acumuladoras de grande quantidade de mão-de-obra, deixam de ser atrativos economicamente, então passamos a ser, nós, que antes éramos fornecedores de matéria-prima barata, fornecedores de mão-de-obra barata, com a exploração da mão-de-obra em nossos países.

Peguem os senhores qualquer produto industrializado ou semi-industrializado circulando por aí, principalmente os têxteis, que têm uma carga de mão-de-obra alta, e verão que eles são montados nos Estados Unidos ou no Japão com mão-de-obra executada na Índia, na China, em Bangladesh e no Brasil.

Uma outra forma de exploração é a constituição dos mercados. Primeiro tivemos o Mercado Comum Europeu, que resulta em fortalecimento da moeda e do produto europeu, depois o Nafta, há alguns projetos na Ásia e estamos tentando, a duras penas, construir o Mercosul, mas o grande projeto da globalização é a construção, nesses moldes, do mercado único. Como será a construção desse mercado único? Já há um projeto concreto para o qual o Brasil está marchando, com o qual o Governo Federal tem compromissos e que nos levará a nos filiarmos à Alca até o ano 2005. Se isso ocorrer, este País vai perder, de saída, a sua economia, vai ter o seu território incorporado ao território americano, sua economia vai ser substituída por aquela. Quem perde território e economia, perde também a sua cultura e a sua possibilidade de fazer história própria.

Temos que enfrentar esse desafio. Uma das poucas possibilidades de enfrentamento é a tentativa de alargar o Mercosul e transformá-lo de simples acordo aduaneiro, de um simples acordo de mercado num acordo mais profundo, que possa envolver as relações culturais e as relações políticas de nossos países.

Já estou entrando no segundo item. Estou saltando para o terceiro item, que é a política internacional do PSB, sobre a qual falo em dois segundos: ela não existe como conseqüência, talvez, de um fato mais grave, que é a inexistência de política internacional neste País, resultado de uma traição histórica deste Governo, porque um país que não tem política internacional está traindo a sua história, está renunciando à possibilidade de construir para si um espaço. Não temos uma política internacional e até hoje não entendo por que os Estados Unidos - deve ser muito dinheiro - têm embaixada no Brasil. Se eu fosse Presidente americano, a primeira coisa que faria, num corte de despesas, seria cortar a embaixada no Brasil. Qualquer embaixador brasileiro funciona melhor que qualquer embaixador americano, porque temos uma classe dominante, uma classe tecnoburocrata, que fala português com desdém, que se expressa melhor na língua mãe, sem nenhum compromisso com a construção deste País, com o destino deste povo, com o nosso destino de civilização e de

nação. Não temos uma política internacional, a não ser a adoção dos interesses americanos, não temos nenhuma política para a América Latina, não temos sequer uma política para os países de Língua Portuguesa. Este País, com 160 milhões de habitantes, o mais importante de um conjunto de mais de 200 milhões consumidores de produtos de Língua Portuguesa, este País que, mais do que qualquer outro, tem grandes condições de ser o usuário da língua, não tem uma política da língua; sequer aderimos ao projeto da lusofonia, sequer estamos preocupados com a importância de conservar Timor não apenas como Estado independente, mas falando português, com a importância da permanência da Língua Portuguesa na Ásia, em Goa e em Macau, nem em ter uma política para a África. Estamos renunciando ao desempenho de um papel que é da nossa obrigação histórica, sem o qual jamais seremos uma grande nação, uma potência.

O companheiro Capiberibe, ontem à noite, chamava a atenção para o esforço de países incomparáveis vezes mais ricos do que o nosso, os países europeus, que estão vendo o processo da globalização com os olhos que a nossa submissão ideológica, ou a submissão ideológica e interesseira das nossas classes dominantes não permitem. Há acordos comerciais no âmbito do Mercado Comum Europeu, a constituição da Comunidade Econômica Européia, a tentativa de construção de uma moeda única, ou seja, a transformação daqueles países, diferentes entre si e dentro de si, países que têm uma larga história de guerras e de competições, países que têm uma larga história de conflitos de toda natureza, inclusive étnico-religiosa dentro de si, países que constituem o mosaico lingüístico que compreende mais de 20 línguas, numa comunidade, e nós, da América Latina, falando apenas duas línguas que se compreendem, sendo pouco mais de dez países, não temos uma política de integração, muito menos entre os países de tradição lusofônica. Na medida em que não temos nenhuma política de integração, seja latino-americana ou lusofônica, não temos condições de sermos algo além do que somos exclusivamente. Poderíamos nos transformar numa grande federação latino-americana, poderíamos nos constituir numa grande federação lusofônica, com um pé na Europa, na América Latina, na Ásia e na África, no entanto as nossas classes dirigentes, que não têm a cabeça aqui, porque têm seus bolsos em Miami, não têm compreensão da possibilidade de um projeto histórico de nação.

É evidente que sobre um assunto como este poderíamos ficar aqui falando, mas estou me policiando, porque um raciocínio leva a outro e não posso ficar falando o tempo todo.

Na origem disso tudo - é a última questão que trago -, há um elemento que é fundamental para nós se quisermos retomar a possibilidade de construção de uma nação, uma vez que somos ainda um projeto. Se quisermos ter um espaço internacional, se quisermos cumprir com o destino histórico, se quisermos cumprir com o destino de potência a que temos direito, um País que, com esta extensão geográfica e com esta unidade lingüística e cultural tinha a obrigação de cumprir, se quisermos fazer isso, retomar o conceito de revolução brasileira e realizá-la, teríamos que estudar o papel da classe dominante brasileira. Não há burguesia nacional, isso é uma farsa. O mínimo de burguesia nacional está tão voltada ao interesse nacional quanto a burguesia internacional, uma vez que têm mais pontos em comum do que divergências e seus interesses econômicos e financeiros não estão aqui, não dependem do nosso povo, do nosso mercado consumidor nem da nossa crise. Este País está em crise, sua juventude está desempregada, sua juventude não tem perspectiva de emprego nem de futuro, mas os bancos brasileiros alcançam, desde 1964, taxas imorais de acumulação de lucro. Ano passado, um deles, o Banco Itaú chegou a ter 1.000,2% de rentabilidade, o que é um escândalo, um escárnio; o que mostra que podemos ter, neste País, um capitalismo financeiro, uma burguesia que pode se lixar, desistindo de seu povo, porque o povo pode passar fome, ficar desempregado, mas ela continua acumulando.

Essa sempre foi a sua história. Na Colônia, ela jamais esteve comprometida com o projeto nacional. Desde 1831, quando ela dá um golpe de estado, seus interesses estavam na Inglaterra. A burguesia brasileira nasce como burguesia comercial e mais se beneficiava quanto menos este País se industrializasse, porque ela dependia de vender algodão para a Europa e importar aquele algodão transformado em fazenda. Foi esta burguesia que, na modernização do Estado, construiu um Estado excludente, centralizador, açambarcador da economia, sem nenhum comprometimento com a sociedade. É a pura e simples acumulação, sem perguntar a quem essa acumulação beneficiava.

Aparentemente, já saí do tema, mas essa é uma questão crucial. Para nós, essas questões estão imbricadas, porque, como dizia Alain Touraine, que é até bom de citar, porque é amigo do príncipe: "Eu compreendo tudo da globalização; nós, franceses, até somos a favor, o que não entendo é um intelectual brasileiro defendendo a globalização". É porque ele não sabia que a história deste País é composta da traição dos seus intelectuais aos destinos deste povo, desta nação, desta civilização. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. DEBATEDOR (Almino Affonso) – Meu caro companheiro e, nesta altura, para alegria minha, meu amigo Roberto Amaral, nosso Relator, Miguel Jerônimo, meus companheiros e minhas companheiras, aquilo que eu disse no começo a título de brincadeira é verdade: andei me perdendo para achar onde eu teria que participar da reunião com o nosso Roberto Amaral, agravado pelo fato de que a nossa reunião deveria ter começado às duas da tarde, segundo o nosso regulamento, mas às 14h, precisamente, terminava a exposição do nosso Prefeito de Belo Horizonte, uma belíssima exposição que muitos assistiram. Pouco a pouco, o plenário foi-se esvaziando e tenho a honra de tê-la assistido até o final. Essas duas coisas, além da tradição brasileira, que, desgraçadamente, o Partido Socialista não faz exceção, de não começar na hora, vão nos dando a liberdade de achar que chegaremos na hora apesar do bom atraso com que se chega. Portanto, perdoem-me, não há nenhuma desatenção aos nossos presentes, menos ainda ao nosso ilustre Relator.

Saí perdendo, porque obviamente não o ouvi. Não o tendo ouvido, não tive a chance de receber uma aula sobre um tema tão relevante, de ouvi-lo com o prazer com que sempre o ouço, porque é um dos maiores quadros políticos do nosso Partido. Roberto Amaral é uma figura que engrandeceria qualquer quadro político, não apenas entre nós. Não conheço os grandes Partidos da Europa ou dos Estados Unidos, mas conheço os da América Latina, onde há Partidos, sem nenhuma dúvida, com uma forma de ser, uma tradição, uma grandeza intelectual - perdoem-me o nosso eventual desprimor ao brasileirismo - muito superiores ao nosso. Pois bem, não tenho dúvida de que num Partido Socialista seja do Chile, da Argentina, do Uruguai ou dos grandes estudiosos e militantes do PRI, no México, o Roberto Amaral seria uma figura de primeiríssima grandeza, portanto não estou sendo gentil com ele ao dizer-lhe que ganharia ao ouvi-lo.

Perco ainda por uma outra razão: eu tinha entendido que a fala do Roberto seria a respeito de um tema mais amplo, que provavelmente essa questão estava também incluída, mas basicamente ela envolvia uma sistemática maior, que ia da análise da evolução do socialismo, desde as primeiras formulações do socialismo real até o socialismo com que hoje estamos a sonhar e que, na curva do horizonte, voltará a ser uma presença na nossa história.

Eu tinha, de certa maneira, me preparado, li muitas coisas para dizer algumas adjacências à fala do Roberto, mas não é o que me cabe fazer. Não tendo ouvido o Roberto desde o início, como deveria, pergunto a vocês o que

falarei. Vou pedir licença ao Roberto, supondo que direi coisas provavelmente não ditas por ele, porque não estão diretamente ligadas à problemática que ele enfrentou na sua exposição, mas que me parecem que de alguma maneira se correlacionam. Como vou tomar pouco tempo de vocês, espero que apesar de dizer coisas que não agradem, talvez vocês tolerem que eu as diga.

O que eu gostaria de dizer sobre uma problemática que, imagino, tenha ganhado de certa maneira as linhas gerais de alguns textos que li, do Professor Roberto Amaral, recentemente? Diria o seguinte: na problemática que hoje estamos tendo, desse sistema internacional que até não sei quanto tempo atrás era bipolar, com duas grandes potências, de um lado os Estados Unidos, de outro, a União Soviética e suas forças correlatas, até a situação de hoje, quando vemos essa polaridade reduzida a um pólo único, que é inegavelmente ocupado pelos Estados Unidos e por aqueles que, de forma direta ou indireta, o complementam, nesse quadro que predominantemente se explicita na sua força econômica e na sua expressão militar, há uma outra componente que eu cada vez mais me preocupo em analisar, ler, observar, porque imagino que dela resultarão coisas muitíssimo mais graves do que as que já estamos vivendo hoje em termos de polaridade norte-americana e de "quintal" a que vamos nos reduzindo os demais países, inclusive os grandes, e nós cada vez mais fortemente, que é a brutal revolução tecnológica em marcha, a qual obviamente arranca do setor onde a hegemonia econômica já se faz clara e, portanto, tem condições de investir numa área de pesquisa, numa área de ciência pura até chegar à tecnologia prática que nós nem de leve conseguimos fazer. Se isso ficasse no âmbito da análise do avanço das ciências, das conquistas da tecnologia, etc., qualquer um de nós só teria que aplaudir e ponto final. Ocorre que essa tecnologia que vai avançando cada vez mais nos mostra que a sua conseqüência imediata é a gradual diminuição da necessidade da mão-de-obra. O "bicho homem" vai cedendo lugar ao "bicho máquina", que cada vez mais vai fazendo o que o "bicho homem" fazia. Isso é visível em coisas elementares entre nós, no Brasil, como na tecelagem, no setor bancário, mas é em todos os níveis que para lá marcharemos com, sobretudo, algo que hoje já é crescente nos Estados Unidos e no Japão, que é a robotização da economia.

No instante em que vocês imaginarem que o homem, o ser humano deixa de ser realmente uma necessidade dominante para a produção e vai ganhando espaço o robô e as variantes da tecnologia, vocês podem imaginar o tipo de preocupação que quero acrescentar a essa visão de uma ordem

econômica concentrada numa polaridade unificada, no caso, com os Estados Unidos. Então os demais não somos mais compradores; passaremos a ser realmente as colônias do Terceiro Milênio. Voltaremos à colônia do Século XVI e seremos, com algum refinamento - não apenas nós, mas alguns países iguais a nós -, a colônia do Terceiro Milênio.

Isso me parece ser de uma visibilidade enorme e me preocupa angustiadamente porque se reflete, também de maneira mais imediata, no grave problema que já estamos tendo, que é o desemprego. Onde se empregará o homem num contexto de desenvolvimento cada vez mais acentuado, sob o comando de uma ou de duas potências unificadas em uma só? Nos países onde, hoje, existe um avanço social grande, por exemplo os da Europa ou nos Estados Unidos, ainda aí o problema do decréscimo da necessidade de mão-de-obra já é sensível. Não faz muito - não sei se a minha memória para números é boa, acho que não -, falava-se em mais de 20 milhões de desempregados na Europa. A falta não é de empregos no nosso sentido brasileiro, mas de pessoas empregadas que se desempregaram, porque a mão-de-obra passou a ser desnecessária com as máquinas que as substituem.

Se nos países como o nosso, do terceiro mundo, onde isso já tem um agravante maior, que é aquela massa enorme de cidadãos que não entraram sequer no mercado de trabalho - não me refiro àqueles que estavam e saíram pela crise econômica, senão àqueles que não lograram entrar, o que é uma brutalidade realmente sensível não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina -, esse desenvolvimento econômico, que se reflete, insisto, numa parte propriamente econômica e no poderio militar, que, por sua vez, respalda o primeiro e vai, gradualmente, assumindo aquilo que deve ser propulsionado ou não na área econômica, portanto com seus reflexos sociais ou não, é algo que se constitui em desafio para nós num país ainda tão à míngua de resposta para as demandas sociais em termos de emprego angustiante.

Confesso que quando penso isso, Roberto, é algo que me angustia, porque não vejo como, a curto prazo, teremos resposta. Hoje mesmo ouvia o depoimento do nosso Prefeito Célio de Castro, que fez uma brilhante exposição e mostrava vários aspectos que seriam respostas a essa problemática na área das cidades que se agrupam, etc. Em termos imediatos, para sanear coisas mais angustiantes, não tenho dúvida de que pode haver uma resposta, mas se imagino que isso seja uma constante em marcha, pergunto-me qual seria a resposta e honestamente só tenho angústia diante dela.

Vou fazer uma outra intervenção numa área que seguramente é um pouco abusiva da minha parte, mas só para, talvez, colorir um outro aspecto dessa problemática, que é a revolução tecnológica na área da engenharia genética. Já agora é possível técnica e cientificamente, mas só não é executável ainda por razões de ordem ética que ainda não foram superadas, programar o ser humano. Aliás a última edição da Revista Veja tem um capítulo a esse respeito. Em detrimento de uma exposição mais científica, tem o suficiente para aqueles que ainda vão ler essa matéria identificarem o quanto isso é real em termos de potencialidade, que é a programação do ser humano, ou seja, a capacidade que a ciência, a tecnologia e a engenharia genética lograrão dentro de algum tempo de que possamos programar o tipo de ser humano que nascerá, se ele será louro ou moreno, se será inteligente para determinado tipo de aptidão, por exemplo, a música ou a matemática, se ele será um tipo alto ou menor, etc. Essas variantes serão rigorosamente viáveis em termos científicos, de engenharia genética, já agora demonstráveis e, neste século em que estamos entrando, seguramente possível.

Quando vocês pensam que não é isso, mas a irmã gêmea da temática da ovelha, que em determinado instante foi clonada, e imaginam que, nos Estados Unidos, há um famoso cientista cujo nome não me recordo agora que se dispõe a realizar exatamente a clonagem humana, vocês vêem a quantidade de problemas que temos por aí.

Onde isso se reflete mais uma vez na temática que é o centro da conversa entre nós? É que, mais uma vez, quem fará isso, quem será capaz de programar o ser humano num nível mais alto, com uma capacidade de primeira, os homens bem-dotados, quem fará isso realmente serão os países altamente capacitados do ponto de vista econômico, financeiro e científico, tecnológico; não seremos nós, desde logo, mas aqueles que estão na vanguarda da vanguarda, que podem se dar à condição de fazer esse tipo de planejamento fantásticos que a mim me fascinam em termos de hipótese e que me angustiam profundamente como ser humano, porque não sei, no instante em que isso ocorrer, como nós ficaremos diante das grandes potências que terão na sua elite a primeira das primeiras e a imensidade do terceiro mundo reduzida à coisa comum e corrente, à velha história do passado.

Não sei se todos, mas com certeza muitos de vocês leram um livro admirável, um romance antigo, "O Admirável Mundo Novo", do Aldous Huxley, em que ele fez algo que naquela época era considerado uma loucura,

uma blasfêmia ou uma atitude puramente reacionária, uma agressão ao planejamento soviético, mas que hoje me parece fascinante diante dessa realidade que estou tentando resumir. Nesse romance, ele previa a definição, através de provetas - olhem que não era tão avançado quanto hoje se imagina -, em que as crianças nasciam com níveis de inteligência diferenciada: os alfas, os betas e os gamas. Os alfas eram figuras de estadistas, homens altamente dotados, do grande pensamento, nascidos para gerir, comandar países, nações; os betas eram amigos burocratas, que tinham condições de inteligência, de capacidade criativa, etc. e os últimos, que não queriam absolutamente saber nada disso, porque era odioso, cansativo, aborrecido, gostavam do trabalho braçal e sempre que havia qualquer tentativa experimental para que eles pudessem fazer algo além no plano da inteligência, a eles repugnava, porque tudo aquilo lhes era odioso. Ou seja, era uma espécie de planejamento de classes sociais através da genética. Isso foi pensado há 50 anos mais ou menos, Roberto, por Huxley.

Parece que a ciência está dizendo que é real, viável. Se isso se dá - e acho que se dará no nível das grandes potências, não das pequenas -, onde estaremos nós?

Para não ficar essa série de indagações angustiadas, termino dizendo que a minha esperança é que o número ao longo da história jogou sempre um papel. Há um instante em que o número se converte em quantidades que transformam as coisas, mas o número pelo número importa fundamentalmente. Espartaco teria vencido se fosse mais numeroso; ele teve a revolta, mas não tinha o número diante das tropas de Roma. Diria que amanhã, quando imaginarmos esse processo que estou esboçando converter-se num grande mundo polarizado entre aqueles que lograram pela revolução científica e tecnológica, essa grande evolução da humanidade, e a imensidão dos que estão à margem, reduzidos na colônia do terceiro milênio, e se pensarmos, ao lado disso, numa revolução também tecnológica já agora ao nosso alcance, os computadores, a Internet, que nos permitem saber, ver e acompanhar o que acontece no mundo instantaneamente, diria que o grande sonho dos revolucionários Marx e Engels, que num certo instante disseram: "Proletários de todo o mundo, uni-vos", mas não tinham como fazê-los unirem-se tão rapidamente pelos compartimentos estanques de cada país, de cada povo, de cada cultura, hoje ou amanhã, logo mais, quando a Internet deixar de ser um privilégio de uma minoria e se converter em algo ao alcance de todo e qualquer cidadão, seremos, como o Roberto fala em um de seus brilhantes trabalhos, a grande

aldeia universal onde todos estaremos simultaneamente sabendo de tudo e vivenciando-o. Ora, será impossível deter isso, porque gradualmente todos teremos acesso de alguma forma, nem que seja no bar, olhando e tomando uma cerveja, acabaremos vendo. Quando isso ocorrer, será que não haverá um Estado novo, um instante novo da união de todos os proletários? Quem são os proletários? São os deserdados, aqueles que perderam, que foram postergados pelo pais. Esse é o sentido clássico de proletários. No instante em que isso ocorrer, a grande revolução socialista, que sonhamos e continuamos a defender como uma utopia, como algo realizável no amanhã, que muitos imbecis dizem que é inacabada e impossibilitada pelo que acham que é a grande conquista da globalização, essa que é uma contradição em marcha nos levará a uma outra resposta de outra índole, então a globalização deixará de ter sido, nas suas conseqüências imediatas danosas, a abertura para algo que permitirá o "mundo novo" no seu mais amplo sentido.

Quis dizer isso só para não ficar calado, com a dor de consciência por não ter ouvido o Roberto. (Palmas)

O SR. EXPOSITOR (Roberto Amaral) – Não tenho nenhum questionamento do Almino, mas um gesto de cortesia, de fidalguia. Ele está confundindo a nossa relação de amizade com a necessidade da análise crítica, isso tudo porque temos uma velha amizade, mas ele não se lembra. Vou revelar-lhe um fato.

Em 1961 - eu já fui jovem -, eu era Vice-Presidente da UNE e estávamos num esforço muito grande de resistência ao golpe militar. A Diretoria da UNE funcionava no Rio de Janeiro, que era o foco do golpe militar. Lembro que o Governador do Estado era Carlos Lacerda. No segundo dia da resistência, ainda não tinha começado a rede da legalidade, a UNE foi invadida e a Diretoria se espalhou pelo País. Dois companheiros, Aldo e Marco Aurélio, foram para o Rio Grande do Sul, outros companheiros foram para o Nordeste e eu, outro companheiro e o Vinícius Caldeira Brant, então Presidente da UE de Minas, seu amigo, ficamos encarregados de Minas Gerais, Brasília e Goiás. Nessa condição, mais ou menos clandestinos, uma das noites dormimos na rodoviária em construção e viemos conversar com o Almino, que era, então, líder do PTB e essa foi a melhor das nossas noites de clandestinos, porque, com sua autorização, nos escondemos na Câmara, quando a fecharam, e dormimos. Foi a melhor noite em 15 dias; dormimos no chão da liderança do PTB.

O SR. DEBATEDOR (Almino Affonso) – Ele quer dizer que lhe dei uma clandestinidade pobre.

O SR. EXPOSITOR (Roberto Amaral) – Quero dizer que desde então acompanho a biografia e a atuação do Almino Affonso, fiquei muito feliz em tê-lo como debatedor, e ter presidindo esta Mesa uma amizade recente, que quero cultivar muito, tendo-o como um de meus amigos mais próximos; uma pessoa que aprendi a admirar com a convivência. Há pessoas de que, com a convivência, nos afastamos; outras que, ao contrário, com a convivência, aprendemos a admirar, que é o Senador Antonio Carlos Valadares.

Não tenho nenhuma questão. Perguntaria aos companheiros se têm alguma, porque tenho um compromisso às cinco horas.

(Não identificada) – O senhor poderia fazer um comentário sobre o que ele falou, da Internet, porque eu sei que o senhor tem uma posição contrária e eu adoraria se o senhor falasse.

O SR. DEBATEDOR (Almino Affonso) – Você quer que ele fale contra mim, é?

O SR. EXPOSITOR (Roberto Amaral) – Para que não se diga que sou totalmente contrário à posição do meu amigo Almino Affonso, diria que fico com o final da frase dele: "um dia, quando a Internet for democratizada...", se possível for essa democratização, quem sabe ela seja o instrumento de informação. É uma provocação dela, mas trata-se de uma exposição que não posso fazer por menos de cinco minutos.

Tenho afirmado que o moderno sistema de comunicação do mundo é um sistema de exclusão da informação e de impedimento da circulação da informação. Ele seleciona a informação a ser oferecida e aquele que pode ter acesso a ela.

Vou colocar as questões numa certa graduação, mas falarei primeiro da Internet, porque foi referida. Somos 160 milhões de brasileiros, temos 1.200 mil ligações de Internet, segundo dados últimos dos Correios, que controlam isso. Neste número estão todas as ligações, ou seja, as de Brasília, as do sistema financeiro, as do sistema burocrático, as do Congresso, etc., o que não significa 1.200 mil famílias, nem 1.200 mil pessoas. Quem tem acesso, no Brasil, à Internet? Primeiro, quem possuir um computador, mas não qualquer um. Ele tem que ter além de 450Mh para ter possibilidade de memória, um programa.

Não basta, porém, que se tenha um bom computador. Esse computador exige uma linha telefônica, de preferência uma boa linha telefônica fixa, que é um caso raríssimo neste País. Necessita-se também de um programa da Internet, um Netscape, ou um programa que não é dado de graça, precisa ter acesso a um servidor, a quem ele paga uma conta, além de pagar a conta telefônica toda vez que entra em contato. Precisa-se também de um mínimo de conhecimentos de computação e de inglês, sem o que não se navegará. Se tiver tudo isso, ele terá acesso. Portanto, no quadro brasileiro de hoje, é a minoria da minoria da minoria.

Vamos dizer que essa barreira da minoria da minoria da minoria seja vencida. Ela vai ter acesso a quê? Vai ter acesso à informação em português e 93% da informação que circula na Internet é na língua inglesa, 4% na língua francesa e o resto em todas as línguas do mundo. Quer dizer, para que ele não seja um analfabeto, tem que saber inglês, que é um percentual ainda menor desse número mínimo. Digamos que ele venceu toda essa "gincana", falando e lendo bem inglês, rapidamente, com recursos para tudo isso. Então vem uma questão central na informação, que são as suas nascentes. A questão fundamental não é se tenho ou não acesso à informação, mas a que informação tenho acesso. Vou ter acesso à informação disponível dos bancos de dados da classe dominante. Não tenho como construir ainda uma alternativa a esse processo de informação. Portanto, desse ponto de vista, a Internet, em vez de ser um instrumento de expansão da informação, é um instrumento de concentração, porque a informação privilegiada, "quente", importante, decisiva não é acessível ao conjunto da população, mas tão só àqueles que podem fazer esse longo percurso.

Essa questão adquire maior gravidade em países como o nosso, em que a maioria da população não sabe ler e grande percentual da população que sabe ler não tem o hábito da leitura. Com a transformação ocorrida no sistema - isso não tem nada a ver com o nosso tema; foi a pergunta dela - brasileiro de televisão, que é também excludente - notem que há uma lógica em tudo isso, porque para onde nos voltamos encontramos o processo de exclusão. O que é hoje a televisão brasileira? Havia uma televisão com noticiário de canal aberto. Toda a população, teoricamente, tinha acesso à informação, bastava ter o aparelho e ligá-lo. Nós criamos a TV a cabo, destinada a um público que já não é mais essa totalidade; é um público restrito, porque é preciso ter, além do aparelho, um conversor e é preciso estar associado a um grupo, Net, Abril ou

qualquer uma delas, que tenha o controle dos canais aos quais eu posso ter acesso. Nesses canais, por exemplo, a Globo News, tenho uma informação melhor do que aquela que é dada ao grande público. Se tenho acesso à língua espanhola, tenho ainda a possibilidade de ter informação um pouco melhor, porque posso assistir a CNN; se eu tiver conhecimento de inglês, aí sim, posso falar com as fontes da informação, com a pátria mãe, porque, sabendo inglês, posso assistir ou a CNN ou a BBC. Ou seja, a informação decisiva, vinculada ao poder será acessada via televisão a cabo, via CNN em inglês ou via Internet. É evidente que esse também é um processo de dominação cultural, lingüística, somos obrigados até a alterar a nossa língua a sinais inaceitáveis das transmissões da língua portuguesa e a língua com que se trabalha na Internet é a inglesa, quer dizer, não dá para esgotar aqui, no encerramento de um debate como este, as implicações disso, decorrentes da ausência de uma política de defesa cultural. Apenas há necessidade de desmistificarmos. Não estou afirmando que esse desenvolvimento tecnológico seja uma tragédia; estou dizendo que no momento a tecnologia não é nada em si, não serve à democratização da informação.

O SR. DEBATEDOR (Almino Affonso) – Devo recordar ao Roberto que comecei fazendo uma análise muito pouco otimista. Toda a minha análise quanto ao avanço tecnológico, inclusive quanto à revolução da engenharia genética não me leva de nenhuma forma a qualquer expectativa fácil, pelo contrário. Dei uma ênfase muito grande, até onde pude, aos aspectos do que é a dominação a partir da conquista científica e tecnológica, em que as minorias continuarão sendo as dominadoras em todos os níveis. Começou por aí a minha intervenção, exatamente para dizer da minha profunda angústia e que resposta teremos quando chegarmos a essa dimensão.

O SR. EXPOSITOR (Roberto Amaral) – A minha exposição não é, em medida nenhuma, uma contraposição à sua. Foi apenas uma explicitação da minha visão da Internet, provocada por aquela garota tão bonita.

O SR. DEBATEDOR (Almino Affonso) – Ainda não reparei, assim tão de longe, se a garota é bonita, mas se ele diz imagino que deva ser.

Veja, Roberto, de toda maneira, o que você disse rebate o que eu falei, portanto não custa dizer meia-dúzia de palavras. Então a minha primeira posição, obviamente, é de angústia diante de uma revolução científica e tecnológica que está longe de abrir espaço para as grandes maiorias transformarem essas

conquistas em meios de poder social. Isso eu disse com a clareza que pude pelo menos.

Sou um animal, por natureza, otimista, por isso sou um animal político. Não consigo ver um animal político que não seja um otimista, sem o que teríamos que ir para casa neste instante e simplesmente desistir, porque o que é o Partido Socialista? É nada em termos de potencialidade para transformar este País a curto prazo, e não vejo esse curto prazo com maldade não.

Outro aspecto: referi-me muito ao século que se inicia e um século é um século. O que houve de mudanças deste meio século para cá em termos de conquistas na área científica e tecnológica é um escândalo. O que será ao longo do próximo século é imprevisível, mas por que não imaginá-lo também tendo condições de criar novas potencialidades? Se fico na análise da atualidade, não preciso consultar a Internet.

Os computadores, por exemplo, dos bancos praticamente tornaram a inviabilidade da greve dos bancários em algo real; algo que, nos anos 60, era um poder absoluto. Quando os funcionários de bancos iam à greve nos anos 60, o País parava, porque parava a economia, as finanças. Hoje, não, porque a influência e a possibilidade direta dos mecanismos tecnológicos são de tal ordem que a ausência maior ou menor não impede, não leva a drama nenhum.

Vou abordar o lado otimista, dando um pequeno exemplo: temos uma lei, hoje, neste País, que regulamenta a Constituição e permite o plebiscito e o referendo, lei pela qual lutei enormemente. Tenho orgulho de dizer que fui praticamente o sujeito que conseguiu que ela fosse aprovada na Câmara dos Deputados e, depois, no Senado Federal, após o que, o Presidente, numa de suas raras vezes, teve o bom senso de transformá-la em lei. Muito bem, ainda não é viável, porque falta ser regulamentada. Aproveito até a oportunidade para pedir ao nosso Senador que capitaneie a regulamentação disso no Senado, porque até hoje essa conquista extraordinária democrática não é aplicável no Brasil, uma vez que falta a regulamentação do Regimento Interno do Congresso Nacional. Supondo que amanhã poderemos ter o referendo e o plebiscito aplicáveis democraticamente no País, dentro de "x" anos - e todo o drama previsto na Internet acho que não é aplicável - poderá haver a possibilidade de que os cidadãos sejam convocados para decidir em plebiscito, votando na fábrica, na escola, na esquina da rua, nos mais diferentes lugares, o que hoje é extremamente difícil. No dia em que isso ocorrer, vai haver um avanço democrático no País, queira-se ou não.

Ora, pergunto-me se coisas semelhantes não poderão acontecer no plano das grandes comunicações, no mundo. Depois, os grandes não podem deter tudo; se pudessem, não teria havido revoluções no mundo, porque sempre houve uma desproporção em termos de armamentos. A tecnologia bélica sempre foi infinitamente superior nas mãos dos dominadores do que em relação aos dominados do nosso tempo. A Guerra do Vietnã é um bom exemplo: toda aquela potência gigantesca dos Estados Unidos sobre o Vietnã, desarmado, com fios de nailon, tentando deter os helicópteros que sobrevoavam e ganharam a guerra. Ou seja, não se pode dizer, diante do século, que isso não terá saída.

A intervenção do Roberto foi brilhante, porque ele não consegue dizer nada banal que não seja brilhantemente, nada que contrarie que não seja admiravelmente discutível. Ele é assim por natureza, pela cultura e pela capacidade que tem, mas divirjo da forma em que terminou sendo pessimista.

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Pena que, por motivos superiores à minha vontade, eu não pudesse estar presente no início destas duas palestras, do Dr. Roberto Amaral e do Dr. Almino Affonso, para coordená-las, porque tenho certeza, ofereceram ensinamentos os mais profundos aos participantes deste seminário.

Na verdade, a ordem internacional está dividida, a meu ver, entre dois grupos: um, altamente poderoso, detentor do poder econômico, dos países credores; e um outro, dos países subdesenvolvidos, que sofrem as agruras de serem pobres, porque são os países devedores. É como se estivéssemos num edifício onde, de um lado, uma minoria sobe no elevador e chega rápido lá em cima, e, de outro, uma grande maioria só tem uma alternativa: subir pela escada. Alguns chegam ao segundo andar com muito esforço, outros chegam ao terceiro ou quarto andar, mas dificilmente atingem o último andar, porque há uma situação inteiramente desfavorável, uma vez que as condições que lhes são oferecidas são totalmente inferiores, porque há uma parte dessa população que sobe pela escada sofrendo o problema do desemprego, da fome, das condições sociais adversas e, por causa desse desequilíbrio, jamais poderá acompanhar aqueles que sobem pelo elevador, que são os privilegiados, aqueles que têm a dominação, o poderio econômico.

Antigamente, o colonialismo era determinado, sustentado pelo poderio bélico das nações conquistadoras. Hoje esse colonialismo é determinado,

sobretudo, pelo poderio econômico das nações que o detêm. Ora, se temos uma ordem mundial assim, tão desequilibrada, o que queremos para essa ordem internacional é que surja um novo esquema, porque o que aí está é totalmente favorável àqueles que detêm o poder de mando, que é fundamentado na sustentação econômica.

Temos o exemplo do FMI e do Banco Mundial estarem a submeter mais de 100 países a uma política predatória, de venda do patrimônio, de desvalorização da moeda, de abertura dos mercados, de congelamento de salários. O que acontece aqui no Brasil pensam que é só aqui? Está acontecendo em mais de 100 países do mundo, porque eles são praticamente escravos do seu endividamento. E aqueles países que não adotam essa política de ajuste, determinada pelo FMI e pelo Banco Mundial, entram na lista negra e não recebem nem os financiamentos, como o Brasil recebeu, somente para tapar buracos, porque não vão resolver de forma alguma a situação do nosso País.

De sorte que precisamos de uma nova ordem internacional, porque esta é totalmente injusta, determinada única e exclusivamente pelo capital financeiro. Os países, hoje, praticamente perderam a sua individualidade, perderam a sua nacionalidade, perderam a sua soberania. Pensam que se elegermos um Presidente da República ele vai representar os nossos anseios dentro desta ordem internacional? De maneira nenhuma. Ele vai representar os interesses das corporações internacionais que efetivamente dominam os países periféricos do terceiro mundo.

Não tive a felicidade de assistir por completo as duas exposições, mas tenho certeza absoluta de que elas configuram a realidade que estamos vivendo. Para que tenhamos uma ordem internacional justa é preciso que os países se unam, principalmente os subdesenvolvidos. Quero ver, no dia em que esses países resolverem bater na mesa e disserem: "Não temos dinheiro, não vamos mais sugar o sangue do nosso povo, não vamos mais promover o desemprego, quebrar as nossas empresas, destruir o nosso patrimônio, construído com sangue, suor e lágrimas, para pagar dívida de vocês". Nesse dia, aí sim, teremos uma nova ordem internacional, do contrário esta vai se agravar cada vez mais e haverá uma minoria cada vez menor, se puder usar essa expressão, subindo pelo elevador e uma outra, que não vai conseguir nem subir o primeiro degrau do prédio a que me referi.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, o nosso companheiro José Carlos, do Estado da Bahia.

O SR. JOSÉ CARLOS (Bahia) – Em primeiro lugar, boa tarde companheiros do Partido Socialista, somos do Diretório Estadual do Partido na Bahia, participamos já há algum tempo do Partido, inicialmente na Juventude e hoje colaborando como professor da área de História.

Sem dúvida alguma, um dos pontos que nos chamaram a atenção foi, primeiro, a questão da lusofonia, pensar a nova internacional e a participação do Brasil numa relação solidária com os países de língua portuguesa.

Há alguns dias, um dos articulistas da Revista Veja fez algumas declarações que consideramos muito importantes. Semana passada, nos debates sobre a Semana da Consciência Negra, refletiu-se muito em torno a repensar as relações entre Brasil e África. Ora, a África teve cerca de 75 milhões de pessoas arrancadas de seu território e distribuídas entre o Brasil, o Haiti, o sul dos Estados Unidos, outros países de língua espanhola e países submetidos ao processo de exploração colonial. Portanto o Brasil tem um componente significativo de descendência de africanos e achamos interessante que, com todo o respeito, com toda a nossa luta, o sonho de que o Timor Leste ficasse independente fosse valorizado, sendo repensada a sua forma soberana de organização. Mas achamos que o nosso congresso também tenha que apontar para que o Estado brasileiro, no processo da nova ordem internacional, afine muito mais as suas relações com quem efetivamente o formou. As nações africanas, particularmente Angola, têm contribuição nisso, então essa é a primeira questão que coloco.

Outra questão que acabou sendo colocada também por Almino Affonso diz respeito ao papel das corporações no novo mundo. Saímos de uma relação bipolar para uma tripolar, o que chamamos trilateral do capitalismo e hoje voltamos a uma posição que do ponto de vista de nação, dos Estados Unidos, é unipolar, mas do ponto de vista das corporações, das empresas, do capital, acho que valeria a pena levantarmos um debate sobre isso. Hoje temos, mais ou menos, 10 ou 15 empresas que controlam 70% do capital no mundo. São empresas dos Estados Unidos, são empresas da França, são empresas do Japão, essas empresas hoje não têm mais aquela coisa de país. É uma outra realidade dessa nova ordem.

Falando, por exemplo, de globalização. Parece que no discurso majoritário, tanto no partido como em outras correntes também de esquerda, a globalização hoje é inevitável. A discussão que coloco é a seguinte: como deve

ser na verdade a posição, por exemplo, de um governo de esquerda ou centro-esquerda, no caso em que assumir o País, para conduzí-lo neste processo de globalização mas não da forma de cabeça baixa, submissa, como está se dando hoje. Então, parece-me que o processo de exploração da mais valia – alguém colocou isso – o componente tecnológico suplantou o componente de trabalho na questão da exploração da mais valia. A questão é a seguinte: como hoje as nações com partidos de esquerda no comando poderiam rever o processo da própria ação tecnológica, que hoje se dá pelo setor privado para um setor, digamos assim, explorado pela maioria da população. Notamos que nas Universidades, o financiamento das pesquisas no mundo inteiro – nos Estados Unidos, no Brasil, em todo lugar – está geralmente vinculado ao interesse de quem financia, de quem tem o capital. Então, eu particularmente vejo que é necessário repensar, em nível de mundo, essa questão. Acho que valeria a pena alguma fala nesse sentido.

E, por fim, os conflitos internacionais. Estamos notando que a África está um pouco escondida no noticiário acerca de como hoje estão acontecendo os conflitos naquele continente. Por exemplo, os conflitos chamados intertribais, étnicos ou de fundo religioso. Parece que há um escamoteio aí: tentando se esconder a questão colonial de antes e a de hoje também. O nível de exploração por parte dos Estados Unidos e de outros países centrais do capitalismo, sobre as nações de Ásia e de África. Nesse sentido, acredito também que a nova ordem mundial, pensada pelo PSB, deve comportar também um repensar de como o Brasil deve tratar as relações com aquela parte do mundo.

Basicamente essa contribuição, para a gente poder debater.

O SR. EXPOSITOR (Roberto Amaral) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Estou sendo convocado para uma reunião da Executiva. Não posso ficar aqui por muito mais tempo. Algumas questões independem de comentários meus e do Almino. A do companheiro fez um acréscimo à nossa exposição. Agora, se há questionamentos que tornem necessária a nossa presença, gostaria que fossem feitos inicialmente em bloco, de modo que possamos responder, e eu ficaria liberado para esta reunião da Comissão Executiva – lamentavelmente essas coisas ocorrem.

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – O que eu pude presumir da afirmação do professor Roberto Amaral, é que

existe, realmente, um preparo e uma preocupação dos delegados. Evidenciou-se isto na reunião de hoje pela manhã, presidida por mim. Pude então verificar que os delegados vieram para discutir os problemas nacionais, internacionais, e nós conseguimos aprender muito com eles. Prova evidente é a participação do professor José Carlos, da Bahia, que se pronunciou e trouxe aqui informações altamente preciosas, Entretanto, pela quantidade e qualidade dos pronunciamentos, nós temos certeza de que faremos vários e vários livros sobre os pronunciamentos feitos em cada uma dessas reuniões. O que ele quis sugerir é que, ao invés de pronunciamentos paralelos, se fizessem perguntas desde logo, um vez que ele vai ter que se retirar para uma reunião; que se fizesse perguntas mais objetivas, mais concisas, não é isso?

O SR. EXPOSITOR (Roberto Amaral) – Eu queria primeiro explicar que estou com essa dificuldade, estou sendo chamado para essa reunião.

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Eu também sou da Executiva, mas vou ficar aqui.

O SR. EXPOSITOR (Roberto Amaral) – Eu quero assistir a todas as intervenções e poder respondê-las, quero ver como resolver este problema da melhor forma.

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Então vamos ser o mais concisos possível, está bom? É o que sugiro aos nobres participantes, aos nossos companheiros.

André, do Rio de Janeiro.

O SR. ANDRÉ (Rio de Janeiro) – Vou tentar ser conciso e vou fazer somente uma proposta. Gostaria de propor o aprofundamento deste tema, que acho muito importante : a política internacional do Partido. Acho que o PSB não pode mais estar sem uma política internacional clara e bem objetiva. Queria propor que este grupo levasse amanhã para a Plenária Nacional, que a nova Direção realize no próximo ano um seminário para discutir somente a política internacional do Partido – sendo bem prático nesta proposta.

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Pois não, o Relator vai anotar a sugestão no nosso companheiro André. Janete Capiberibe do Amapá.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Amapá) – Boa tarde aos componentes desta mesa, que discutem um assunto de relevante importância, Roberto

Amaral, Dr. Almino Affonso, que detém um profundo conhecimento sobre o assunto, o ilustre Senador - Nós gostaríamos de acrescentar ao que foi exposto, com o conhecimento profundo que os senhores têm, a necessidade que sente o nosso Partido de uma definição para subsidiar a militância no País inteiro sobre essa questão da nova ordem internacional.

Eu vim para esse grupo, Roberto, exatamente porque admiro o seu conhecimento, o do Dr. Almino, que é debatedor, do Senador do Partido Socialista. Gostaria de, rapidamente - serei bem breve - dizer que, diante desse quadro caótico que vive o nosso País como relação a essa interação com o mundo, há esforços, há questões, que devem ser consideradas pelo nosso partido, e consideradas no sentido de agir; para que aconteçam mudanças dentro do que nós estamos vendo acontecer: o Mercosul, por exemplo, dentro dos blocos econômicos dos quais o Brasil faz parte, e a falta de abertura para os países vizinhos.

Na região de onde eu venho, que é a Amazônia, isso traz grandes dificuldades de ordem econômica, moral e social para a população do nosso Estado, e o nosso partido há de posiciona-se a respeito. Na fronteira com a Colômbia, por exemplo, e outros países próximos, que são do Caribe, mais ao norte do Amapá, está muito presente a questão do narcotráfico – narcotráfico e guerrilha, com relação à qual o Governo Brasileiro não tem um posicionamento decisivo. Ao contrário, esconde-se atrás de uma cortina, fazendo de conta que não está enxergando; que tem que colocar lá o exército para tomar conta das fronteiras. A questão não é essa, num bloco econômico como o Mercosul , abrindo para países que o Brasil considera que não estão estáveis nesse momento e onde possa se desenvolver um relacionamento tranqüilo e aberto, com certeza preveniríamos esses dois males terríveis que estão afligindo a nação brasileira, um deles o narcotráfico, o outro a guerrilha.

Gostaria de colocar para o Roberto também a necessidade - o companheiro da Bahia aqui colocou – de que nessa nova ordem internacional o Partido considere toda essa cultura multiétnica que nós somos no Brasil . Na nossa fronteira do Amapá, por exemplo, decidimos que o bilingüismo seja português e francês. O Estado do Amapá é hoje o estado onde mais se fala francês no Brasil . Isso se explica, é a única fronteira com a França – são 650 km , a única do Brasil com a França, com o Departamento da Guiana. Após o Governo Socialista do PSB - de 1995 até agora – em cinco anos se avançou no sentido de fazer com que o Governo Brasileiro, o Presidente Fernando

Henrique, colocasse uma cláusula sexta no Acordo Quadro Brasil/França, onde consta como destacada a cooperação que deve existir entre Amapá e Guiana, duas regiões transfonteiriças.

Se a gente for mais longe, vamos ver que aí estão dois mercados vizinhos, dos quais o Amapá está tirando proveito, a partir desse esforço político feito entre o Governador do Amapá, do PSB, e o Governador da Guiana, que é o Presidente do Conselho Regional, que é do Partido Socialista da Guiana também. Os dois se juntaram, e , num esforço conjunto conseguiram colocar o Presidente Fernando Henrique na fronteira do Oiapoque no Brasil, junto com o Presidente Jacques Chirac da França para discutir a necessidade dessa ligação, da cooperação, da inter-relação entre o Mercosul e a União Européia para o Brasil, para o Amapá. A partir do esforço regional, a gente influencia aí, e o restante também, não só a lusofonia nesse aspecto, mas também as línguas de origem hispânica, porque temos uma fronteira imensa com os países da América Latina espanhola, e não sabemos, não consideramos o espanhol como uma segunda língua no nosso País.

Acabamos agora de fazer parte da Segunda Missão Oficial do Amapá – estou colocando isso para os companheiros, porque acredito que a gente pode dar uma contribuição sim para o nosso partido a partir da prática de cinco anos que vem acontecendo. Em 1996, houve a primeira missão do Governo do Estado do Amapá à União Européia e agora, exatamente ontem, a segunda missão acabou de voltar. Chegou direto no Congresso do Partido, onde se discute esse tema. Vim propositadamente para o seu grupo de discussão Roberto, porque o que vimos lá é que nós temos uma lição imensa para aprender sobre o mercado, os blocos econômicos, os acordos internacionais que você colocou – deve ter colocado, tenho certeza absoluta – com muita propriedade, muito bem, de forma atualizada. A gente vê que é possível manter a nossa soberania nacional, regional, de uma região como a da Amazônia, do Nordeste, e conversar de cabeça erguida com a União Européia, com os ministérios de cada um desses países, com o empresariado; e não com o pequeno - com o grande empresariado, com quem o Brasil licitou exploração e prospecção de petróleo. A missão do Governador foi sentar-se à mesa com a grande empresa que ganhou a prospecção na costa do Amapá, que é uma vasta imensidão de mar, onde a British Petroleum e a Shell, que estão entre as maiores poluidoras do planeta, já iniciaram atividades de prospecção.

Então, uma lição que a gente quer trazer para o nosso partido tam-

bém é como aqui no Brasil, com um mandato dado pela população do nosso País, a gente pode sentar à mesa com a Shell, British Petroleum, e conversar a respeito de sua exploração, tendo em vista que já ganharam a licitação. Como vão contribuir, dentro da discussão que está acontecendo sobre a compensação pela emissão de carbono na atmosfera, porque a atmosfera é de todos. Está neste momento sendo discutida, no marco de convenção internacional de biodiversidade, a necessidade de não destruir mais a camada de ozônio, uma vez que esta destruição está dificultando a nossa vida aqui na Terra. Então, como vão essas grandes empresas contribuir para o bem de nossa comunidade local, dentro do nosso País, para compensar essa forma gananciosa que utilizaram de exploração das riquezas no nosso País.

Trago uma pequena experiência local, mas acredito que possa enriquecer, dentro do programa do nosso partido, o nosso posicionamento como brasileiros, tratando de uma questão tão séria para a nossa população. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Companheiros, não há dúvida de que a Primeira Dama do Amapá, Drª. Janete Capiberibe fez uma explanação da maior importância e sensibilizou a todos nós. Entretanto, gostaríamos de fazer uma proposta ao Plenário, temos seis oradores inscritos. Mais alguém deseja se inscrever? Não havendo mais ninguém que queira se inscrever, estão encerradas as inscrições, e vamos estabelecer um tempo que será obedecido rigorosamente por todos os participantes. Proponho que seja um tempo de quatro minutos para cada inscrito. Decorridos os quatro minutos, eu aconselho a encerrar.

O primeiro orador, Airton – Rio Grande do Sul, o senhor tem direito a quatro minutos, mas pode falar menos se quiser.

O SR. AIRTON (Rio Grande do Sul) – Eu estava exatamente pedindo um pouco mais de temp. Quero cumprimentar os expositores pela belíssima exposição , cumprimentar os companheiros aqui presentes, dizer que o tema é fascinante, porém, bastante complexo, mas o venho acompanhando e procurarei falar rápido.

Fala-se bastante da dívida, ouvi hoje pela manhã o Plenário falar de R$ 300 milhões por dia e assim sucessivamente. Eu ouvi, certa vez, na impressa, um expositor dizendo para não se pagar essa dívida. Aí o entrevistador disse: como é que ficariam os nossos credores. A resposta que foi dada foi a seguinte:

na verdade, a população desses países já estão conscientizadas de que nós estamos sendo explorados e já pagamos o suficiente, ou muito mais do que devíamos. Então, para um ponto de reflexão.

Por outro lado, fala-se muito da dívida imoral, da imoralidade da dívida. Eu acho que seria importante também irmos aos tribunais para sabermos da legalidade dessa dívida; que se falou hoje de manhã também, a dívida que Portugal devia para a Inglaterra.

Quando houve a queda do muro de Berlim, uma série de outros pontos, a própria mídia tentou ridicularizar o socialismo, uma série de outras questões, e o próprio socialista meio que se acanhou, em relação àquilo. Mas se nós pararmos para avaliarmos, entre outros é claro, o número de postos de trabalho que a tecnologia tira do mercado e o número de postos criados pela economia, vamos sentir que isso se torna meio que negativo. Na verdade, aí está a força do socialismo em termos da necessidade de que essas teses de estado mínimo, privatizações, abertura, sejam desmistificadas.

Para concluir, eu tinha mais coisa. Fiz um resumo extremamente rápido. Gostaria de dizer que vimos um companheiro nosso, o deputado de São Paulo, Evilásio Farias, apresentar uma proposta, aqui no Congresso, de emenda constitucional no sentido de definir as responsabilidades do Exército em questões de fronteiras. Temos uma moção do Rio Grande do Sul pedindo apoio a esta proposta. E estamos pedindo a este Plenário que avalie a moção. Ela não é minha, é de um companheiro do Rio Grande do Sul, e gostaríamos que pudesse ser aprovada.

O SR. EXPOSITOR (Roberto Amaral) – Sr. Presidente, está presente aqui o Presidente do Congresso, quase com algemas na mão.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EXECUÇÃO – Sr. Presidente, na verdade, nós temos um prazo regimental para tomarmos algumas decisões, no qual preciso de uma consultoria nessas questões. Estou tentando viabilizar um acordo nesse sentido. E a Executiva, quer dizer, a Comissão que dirige os trabalhos está solicitando que os Drs. Roberto Amaral e Almino Affonso sejam dispensados, logicamente, dentro da condição de não prejudicar ou não inviabilizar os trabalhos, quer dizer, prejudicar vai prejudicar, se não inviabilizar os trabalhos da mesa a liberação do Dr. Roberto Amaral, gostaria que a mesa...

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – O Dr. Almino Affonso poderia ficar?

O SR. DEBATEDOR (Almino Affonso) – Mas eu tenho o mesmo compromisso que o Roberto.

O SR. EXPOSITOR (Roberto Amaral) – É por isso que eu tinha feito aquela proposta de primeiro serem apresentados os questionamentos, para o que seria importante as presenças minha e do Almino para responder. As três primeiras intervenções, afora terem sido brilhantes, não implicam necessariamente em questionamentos. O companheiro José Carlos lembrou a questão da África, nós estamos todos de pleno acordo. Eu destaquei a questão da lusofonia, mas me referi à África. Mais uma crítica; aquela crítica que eu vinha fazendo da política externa brasileira. Que país pode ter, melhor que o Brasil, uma política de aproximação com a África? É Portugal, ex-colonizador; é Espanha, colonizadora; é França; é Inglaterra, é Alemanha; é Bélgica? No entanto, nós não temos. Por tragédia, já tivemos uma boa política ao tempo do Geisel, que foi importantíssimo o reconhecimento de Angola. A companheira Janete – queria ter a vaidade de dizer, que melhorou a mi.nha intervenção, lembrando, acentuando essa falência de uma política externa brasileira. A questão de que este País é tão importante, que deveríamos ter, além do Mercosul, uma política de mercado correspondente ao Mercosul para o norte do continente. Temos ali toda essa área de influência caribenha; temos a área de influência das antigas Guianas, da Venezuela, da Colômbia, que se pode constituir em um novo mercado. E a partir de Amapá e Roraima, principalmente desses dois Estados, deveríamos ter uma política diferenciada.

Eu pediria aos companheiros – foi um prazer muito grande participar da Mesa, mas lamentavelmente eu insistira com à Direção do Congresso que não me colocassem em painel, pois temos outras funções como executivos do partido. Tenho que me retirar e não vão ouvir o restante dos companheiros inscritos.

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – A Terezinha.

A SRA. TEREZINHA (São Paulo) – O senhor disse que esse (intervenção fora do microfone), porque eram poucos, a cúpula do PSB encontra-se aqui em Brasília. A configuração da ordem internacional está aqui demonstrado que requer uma reação. Os países não conseguirão esses movimen-

tos sem a quebra do elevador, como o senhor disse; sem uma reação. Eu proporia à cúpula e a todos aqueles engajados hoje como representantes do povo que definissem uma situação para a gente começar essa reação.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EXECUÇÃO – Eu continuo não querendo ser impertinente, mas temo que é importante neste momento, em virtude dos prazos regimentais, que , se não for impossível...

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Todos os oradores terão oportunidade de falar. O nosso relator vai anotar todas as proposições, todos os encaminhamentos. Existe inclusive uma moção que foi apresentada por nosso companheiro Airton do Rio Grande do Sul, que tem que ser aprovada por este Plenário. Não gostaria que ninguém se retirasse; peço que aqui permaneçam, atentos a essas propostas até o fim. E eu, como presidente, ficarei até o término da reunião, agradecendo aos ilustres e nobres companheiros debatedores que, infelizmente, por causa de compromissos políticos inadiáveis, tiveram que ausentar-se uma vez que a eleição de nosso Diretório se dará amanhã e eles têm composições, interações, a fazer junto às lideranças do Partido. Por isso é importante a participação deles na Executiva, mas eu ficarei aqui até o fim da reunião.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EXECUÇÃO – Sr. Presidente, uma questão de ordem à mesa - só para mostrar ao Sr. que o prazo de apresentação de chapa é até as 18 horas. Por isso minha impertinência e meu agradecimento a V. Exª. pela compreensão.

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Já são 17h30m. Agradeço aos nossos debatedores. (Palmas.)

Hoje pela manhã, houve uma reclamação, aliás justa, de que a mulher não participou da mesa. Então, eu convidaria uma das mulheres que se dispusesse a integrá-la. Aliás, convidaremos duas, ficando a mesa dois a dois: a Drª. Janete Capiberibe e a Srª. Terezinha, de São Paulo. (Palmas.)

Ouviremos agora o Paulo Barbosa, do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO BARBOSA (Rio de Janeiro) – Data venia, Sr. Senador, infelizmente, usou-se mais tempo justificando a falta de tempo, do que eu teria gasto para fazer o meu pronunciamento.

Teria um comentário e uma moção, nessa altura vou apresentar apenas

a moção. É uma moção de apoio ao povo de Timor Leste, na qual proponho que:

"O Partido Socialista Brasileiro, reunido em Congresso Nacional, vem de público mostrar a sua solidariedade ao valoroso povo do Timor Leste, por sua heróica luta pela independência, liberdade para preservar sua identidade cultural e religiosa, resistindo a todas as formas de violência.

Sua resistência é um exemplo para toda a humanidade, para demonstrar que quando um povo tem determinação e coragem, não se curva diante da opressão, por mais covarde que seja , como foi o caso do Timor Leste. Aprender sobre o ocorrido lá, nos inspira para a nossa própria luta aqui, neste processo de colonização cultural e econômica que todo o planeta está enfrentando nos dias de hoje.

Queremos dizer ao povo do Timor Leste que o seu sacrifício não foi em vão, e que nós do Partido Socialista Brasileiro exigimos que o Governo Brasileiro faça o Brasil cumprir o seu papel de líder natural da comunidade de língua portuguesa e pleiteante a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, levando assistência humanitária, econômica e cultural para o povo lestetimorense, não apenas nesse primeiro momento de reconstrução, mas que se desenvolvam esses estreitos laços entre nossos povos numa estratégia de longo prazo, unidos pela língua portuguesa e pela fé cristã que nos torna irmãos de fato.

Brasília, 27 de novembro de 1999." (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Nós já temos, além da proposta, uma moção. Vamos colocar as duas em votação antes de ouvir os demais oradores: a moção de apoio ao povo do Timor Leste de Paulo Barbosa – PSB/RJ e a moção referente ao projeto de emenda constitucional do deputado Evilásio Farias do Estado de São Paulo, entregue pelo Sr. Airton. Esta moção é de aplauso e apoio ao companheiro deputado, representante ativo da bancada de São Paulo, pelo projeto de emenda constitucional aos arts. 142 e 144 que acaba de apresentar, cujo teor redefine o papel das Forças Armadas quanto a nossa segurança e integridade territorial.

Em primeiro lugar, a moção de apoio ao povo de Timor Leste. Os companheiros que aprovam esta moção, permaneçam como estão. Aprovada por unanimidade. (Palmas.)

Os companheiros e companheiras que aprovam a moção da autoria do deputado Evilásio Farias, conduzida pelo companheiro Airton do Rio Grande do Sul sobre as Forças Armadas na guarda das nossas fronteiras, permaneçam como se encontrar.

Aprovada por unanimidade. (Palmas.)

Agora vamos ouvir Einstein.

O SR. EINSTEIN (Minas Gerais) – Sou da Executiva Estadual de Minas, da Secretaria de Movimento Popular. São duas questões na realidade que a gente gostaria de formular à Mesa.

A primeira, quais são as iniciativas que a gente tem atualmente no intercâmbio cultural entre os partidos de esquerda no mundo; como poderíamos melhorar esse intercâmbio e no que isso poderia auxiliar no fortalecimento do nosso partido, dentro dessa perspectiva de uma criação de uma nova ordem ou da nova ordem que está se formando.

A segunda, seria qual a proximidade ideológica real que há entre o PSB hoje e os partidos da social democracia e socialismo europeus, e como nós poderemos evidenciar e aproveitar os pontos de convergência ideológica com esses partidos europeus para contrapor uma política internacional às intervenções político-ideológicas americanas no que tange no esforço de nos manter uma eterna colônia.

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Temos uma proposta ainda a ser aprovada, é a realização de um seminário a ser promovido no ano 2000 pelo PSB sobre Política Internacional .Então, esta Comissão terá que se pronunciar através do voto. Temos que deliberar neste momento a respeito de sua possibilidade, mas antes, gostaria de colocar de forma rápida a discussão dessa proposta, uma vez que se trata da realização de um seminário só para tratar do assunto. Gostaria de saber de sua viabilidade e colocar em discussão. De forma rápida.

A SRA. TEREZINHA (São Paulo) – Daqui a um ano é muito tempo, acho que não devemos esperar tanto. (Palmas.)

O SR. AIRTON (Rio Grande do Sul) – Sou candidato a vereador em Porto Alegre e nós temos, no nosso partido, muitos candidatos a vereador, para o ano que vem. É uma tarefa extremamente complicada e nós precisamos da vitória. Então, acredito que se colocarmos a proposta num prazo muito

curto, isto pode causar dificuldade para o próprio evento. Se o partido tiver um evento para outro tema, o da política internacional poderia ser incluído na mesma ocasião. Caso contrário, aguardar um pouco mais, porque o tema é extremamente importante, e naturalmente seria necessária a presença do maior número de pessoas possível.

A SRA. TEREZINHA (São Paulo) – Mas um ano é muito tempo.

O SR. ARISTEU – Foi colocado aqui pelo debatedor Amaral que a falta de uma política internacional para o Brasil refletiria também no PSB. Quer dizer, o PSB também não tem alternativa de política internacional. Acho isso um verdadeiro engessamento nas nossas condições, nas nossas idéias. A colocação do colega de Minas Gerais é de que esse intercâmbio de conhecimento com os partidos socialistas europeus poderia nos trazer alguma luz. Temos que começar urgentemente a pensar nessa alternativas de política internacional para o PSB. Acho que quanto mais cedo melhor. Penso como a companheira de São Paulo.

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Companheiro do Piauí Aristeu, acho que você tem toda razão, nós, de vez em quando, estamos a ver na televisão e nos jornais que o PDT, o PT participaram de reuniões do socialismo internacional na Europa e não se fala no partido que deveria , justamente, estar lá representando o socialismo autenticamente brasileiro, criado especialmente pelo Brasil, socialismo com liberdade e democracia. Lá, nós não temos a representatividade que deveríamos ter, daí que acho a proposta de realização de um seminário da maior importância e utilidade, uma vez que não há engajamento, não há entrelaçamento ente os partidos socialistas que vigoram, que têm vigência na Europa e no Brasil. Acho que nenhum partido tem maior representatividade para se sentar à mesa das discussões sociais do mundo civilizado do que o Partido Socialista Brasileiro. Contudo, não vamos nem a reboque – porque se fôssemos, lá em Sergipe, quando a pessoa está comendo, a gente fica olhando assim e não come nada, fica só "chimando", olhando e não come nada –, só "chimando" , então é o caso do nosso Partido Socialista Brasileiro, nem isso a gente faz, porque eles é que vão e a gente não fica nem à mesa "chimando". Acho que é da maior utilidade, falta apenas saber se é melhor a sua realização pronta e eficaz dentro do mais breve espaço de tempo ou dentro de um ano em um outro congresso. Logicamente se formos esperar por um outro congresso, estamos em novembro, as eleições municipais já foram realizadas, quer dizer, a participação do Partido Socialista Brasileiro, por exemplo, numa reunião de outros partidos internacionais, isso reper-

cute não há dúvida. Acho da maior utilidade que seja o mais rápido possível. Suponhamos, antes das eleições municipais do próximo ano, definimos uma data aqui, aberta a sugestões. Lógico que vocês vão ficar em campanha, candidato a vereador a reeleição, acho que no mês de julho está muito próximo das eleições, não há possibilidade; março ou abril....

(Não identificado) – Permita-me uma observação, Senador? A proposta do companheiro André não diz que seria daqui a um ano, e, sim, no ano 2000, ou seja, daqui a um mês e pouco.

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Então vamos deixar a Comissão Executiva marcar a data mais conveniente, mais adequada para nós não engessarmos a futura direção do nosso Partido. Os senhores delegados e participantes desta Comissão que aprovam a proposta de realização de um seminário internacional do PSB no próximo ano, permaneçam como se encontram. Aprovada por unanimidade a proposta. A data será definida posteriormente. (Aplausos)

O companheiro formulou duas perguntas aos Srs. Roberto Amaral e Almino Affonso. Nós deveremos encaminhá-las a S. Exªs. para que sejam respondidas por escrito ao nobre companheiro. Gostaria que você colocasse seu endereço.

Agora é o Amauri Rome, Rio Grande do Sul.

O SR. AMAURI ROME (Rio Grande do Sul) O assunto meu é sobre a política internacional do PSB. O Sr. Roberto Amaral falou que não tinha muito o que falar, porque o PSB não tem nada mesmo. Isso me preocupa muito, o Senador Valadares falou que o Brizola é convidado, que o PT é convidado, saem nas capas de jornais, participam dos congresso dos partidos socialistas do mundo todo, e nós, que somos o Partido Socialista, estamos fora. Nós ali na fronteira do Rio Grande do Sul, tem eleições hoje no Uruguai e tem Tabaré, que é da esquerda, e a gente não sabe quem é ele, porque a gente não tem esse relacionamento. Os vereadores do Partido Socialista nos municípios fronteiriços estão trabalhando para ele, estão abrindo comitês, botaram caras em exposição, botaram seus militantes a trabalho, então, eu sugeriria que, além de se realizar esse seminário, ficasse uma prática da direção nacional, que sairia no jornal, um encarte dentro dos jornais, informando quem de cada país é, o partido próximo ao nosso. De quem a gente poderia falar no Uruguai; de quem a gente poderia falar na Argentina; de quem a gente poderia falar nas

Guianas; em Portugal; na Espanha; e nos municípios desses países. E nós também poderíamos colocar na internet matérias, por exemplo, do Dr. Amaral , matérias importantes que possam interessar para um palestrante. Isso é importante para o nosso partido. Só que nós não temos mais nada disso, somos o Partido Socialista - nem é mais Brasileiro - do Brasil, só. Porque é só nosso, ninguém sabe lá fora que a gente existe. É importante para nós, porque isso leva o nome do partido e leva uma credibilidade. (Aplausos)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Antes de encerrar esta reunião, gostaria de saber se alguém deseja fazer alguma colocação.

(Não identificado) – Só para lembrar que o Partido tem a sua Executiva Nacional com a Secretaria de Relações Internacionais. O ideal é fazer com que essa Secretaria funcione. O André lembrou-me uma questão...

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Desculpe-me, quem é o representante hoje? - mas vai ser eleita agora uma nova Diretoria. Então, sugiro aos companheiros que fiquem atentos com essa mudança para que, daqui para amanhã, já procuremos aquele que for eleito, no sentido de colocar em prática essa idéia que acho da maior importância.

(Não identificado) – Eu queria colocar que, de posse dos anais do congresso, que naturalmente o Diretor da Área Internacional terá acesso a todas essa informações e já fique com essa nossa preocupação que foi levantada aqui – o PSB tem preocupação com essa colocação do professor Roberto Amaral. Nós precisamos urgentemente de uma política para não ficarmos nessa de dizer que o PSB não tem política internacional. Acho que é fundamental a preocupação e que seja levada a esse novo membro do diretório que vai ficar encarregado de assuntos internacionais.

A SRA. TEREZINHA (São Paulo) – Sr. Presidente, queria fazer aqui um apelo a todos os companheiros, e não queria que o nosso pequeno diretório fosse modelo para ninguém, mas queria trazer aqui ao conhecimento de todos que nós em Peruíbe, nosso núcleo é pequeno, nós nos esforçamos, toda semana duas vezes nos reunimos às quintas-feiras e aos sábados, á tarde. A gente faz um esforço de estudo de política, de história, porque nós sem cultura não chegaremos a nada. É necessário que a gente se informe, não só para nós, mas para a gente saber levar aos outros as nossas idéias. É a única maneira de, eu acho, tirar este País deste buraco em que se encontra é a cultura e a informação, portanto, não se omitam nesse aspecto.

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Ao encerrar esta reunião, gostaria de parabenizar a todos os integrantes e dizer que este 7º Congresso do PSB está se revestindo da maior importância pela qualidade dos debates que são travados, pela participação efetiva de todos os membros, enfim, num período difícil, por que o Brasil está passando. Notadamente, porque hoje nós temos um governo eleito pelo povo, sem dúvida alguma; podemos dizer que há um ano ele foi eleito pela população, e, em tão reduzido tempo, nunca vimos um governo perder de forma tão rápida a sua popularidade. O descrédito assumido pelo Governo é de tal vulto que nós hoje, se estivéssemos num regime parlamentarista, logicamente Fernando Henrique já teria saído do Governo. O povo do Brasil precisa entender que temos um regime presidencialista, ora, quando nós escolhemos um Presidente da República, ele é eleito para um mandato de quatro anos.

Então, é bom pensar bem antes de votar num Presidente da República, porque, pouco tempo depois, como aconteceu com Fernando Henrique Cardoso, todas aquelas promessas que foram feitas viraram fumaça: primeiro, quatro anos atrás, seu programa Brasil em Ação, e agora o Avança Brasil, quando ele propõe no PPA gastos de mais de um trilhão e meio de reais. Ora, o Presidente da República dizia que a nossa moeda era "imexível", que a nossa moeda não estava supervalorizada, que o dólar jamais alcançaria o real. O que nós vimos é o seguinte: atendendo a uma determinação do exterior - não foi uma determinação do povo, uma vez que o povo votou pensando que tudo ia continuar como dantes (logicamente eu não votei e todos os que estão aqui acredito não tenham votado) - quando chegou janeiro, a primeira coisa que Fernando Henrique fez foi desvalorizar a nossa moeda. Ora, a desvalorização da moeda em países emergentes é um projeto internacional, não venha se dizer que houve uma especulação, que houve uma invasão do capital externo de repente para que o Brasil não perdesse mais dólares, teria que desvalorizar nossa moeda. Não, isso aí foi uma determinação mesmo cumprida à risca pelo Presidente da República, que não só desvalorizando a nossa moeda, como nomeou um Presidente do Banco Central ativamente ligado ao sistema internacional.

Vereador Helber Batalha, Aracaju.

O SR. HELBER BATALHA (Sergipe) – Ouvi falar sobre o plebiscito (intervenção fora do microfone) tenho a impressão de que existe um trabalho de V. Exª. a respeito do comportamento...

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Na verdade, existe um projeto de nossa autoria de decreto legislativo. Hoje o plebiscito não precisa mais, pela própria Constituição, de ser aprovado , basta que o Poder Legislativo decrete sua realização. Antes era preciso que a população aprovasse se deveria haver plebiscito ou não. A decretação do plebiscito é feita agora pelo próprio Congresso.

Então, existia uma proposição de nossa autoria, e nós achamos que o Governo poderia se aproveitar disso para implementar o parlamentarismo, por questão de oportunismo político, ora, nós quisemos o parlamentarismo há poucos anos e parlamentarismo foi derrubado, porque o Sr. Fernando Henrique Cardoso, e companhia limitada, lutaram para a sua derrubada. Agora, como há uma perspectiva de que a oposição possa alcançar o Governo, eles já estão desejando que o parlamentarismo seja implantado no Brasil. Por qual motivo? Porque eles podem perder na realidade as eleições, mas como as estruturas partidárias do Governo são muito fortes, PMDB, PSDB, PFL, eles elegerão um grande número de deputados, e estes vão escolher o nome do primeiro-ministro. Quem será o primeiro-ministro? Da oposição ou do Governo? Do Governo. Isso aí é um golpe, o qual descobri, por isso retirei minha proposta. Ele poderia se aproveitar, dizendo que foi elaborada por um senador da oposição, por um parlamentarista. Não sou um Raul Pilla, de saudosa memória, que lutou até o últimos dias de sua vida para a implantação do parlamentarismo no Brasil.

Nós não podemos nos utilizar do idealismo de um homem como Raul Pilla para que os atuais mandatários, os atuais detentores do poder continuem a mandar no nosso Brasil. É um ato de burrice da oposição nesse instante implementar o parlamentarismo. O parlamentarismo deve ser algo que venha de baixo para cima, do povo querendo, mas, logicamente, elegendo parlamentares comprometidos com a transformação do Brasil, porque se você mudar o regime hoje com os atuais deputados, vocês fiquem sabendo que continua "tudo como antes no quartel de Abrantes". Eu tiro pelo Senado Federal. Agora, na semana passada, estávamos discutindo havia quinze dias a questão do fator previdenciário. Vocês se recordam que é uma fórmula tão complicada, tão difícil, que nem o próprio ministro conseguiu explicar na televisão, nem nos meios de comunicação; colocaram que o fator previdenciário é inversamente proporcional , vamos dizer, à expectativa de vida do cidadão. Ora, no Brasil, passou a valer mais quem vive mais; quem vive menos e que

pagou a sua contribuição, que trabalhou por mais de trinta e cinco anos, ele não tem valor nenhum para esse Governo. O fator previdenciário evidencia isso, à medida em que a pessoa vai se aproximando da idade de se aposentar, eles inventaram uma fórmula – esse fator previdenciário – ele vale menos para o país e, conseqüentemente, ele vale menos.

Uma pessoa, por exemplo, que contribuiu sobre mil e duzentos reais, aproximadamente, ao final de trinta e cinco anos de contribuição, ao invés de receber um mil e duzentos reais, que foi sobre aquele valor que ele contribuiu, ele vai receber proventos de novecentos reais; quer dizer, ele perde mais de trezentos reais nos seus proventos. Pois bem, na hora da votação, nós apelamos para os senadores, mostramo-lhes que aquilo era totalmente injusto, era uma fórmula tão estrambótica que achei mais complicada do que aquela que está na base da bomba atômica, a de Einstein $E = MC^2$, que quer dizer, energia é igual a massa multiplicada pelo quadrado da velocidade. Qualquer estudante de 2º grau sabe isso, mas a fórmula inventada pelo ministro da previdência, nem ele mesmo sabe traduzir. E dos senadores da República, da base de sustentação do Governo, do PMDB, do PSDB, do PP e do PFL, por incrível que pareça, nenhum teve a coragem de pegar o microfone e dizer que nós estávamos errados. Simplesmente, ficaram calados. Na hora de votar, apertaram o botão contra. Toda a oposição falou. Nós temos quatorze votos de oposição lá no Senado Federal, nós tivemos ainda vinte e dois, alguns se rebelaram e votaram, certamente estão sofrendo represálias do Governo, esses que votaram contra.

Depois, vem a reforma da previdência que está sendo discutida ainda na Câmara dos Deputados, aquela dos aposentados, vai ser encaminhada para o Senado Federal, eles vão fazer a mesma coisa, vão ficar calados, ninguém quer mostrar a cara na TV Senado que vota contra os aposentados, mas na hora de apertar o botão, apertam contra os aposentados.

Então, é isso aí, mudar o regime agora, de presidencialismo para parlamentarismo, é entregar o ouro para o bandido. Na realidade, por mais que a gente tenha condições de eleger um presidente da República, isso é viável, mas difícil é a gente ter maioria na Câmara e no Senado. Eu gostaria de agradecer.

(Não identificada) – Eu queria saber o seguinte: o senhor falou na TV Senado, gostaria de saber qual a proposta que o companheiro tem , veja bem, na hora que passa o programa do TV Senado, seria o momento do PSB lançar um documento público nacionalmente às bases, numa linguagem coloquial – quem vota, quem repete o erro do voto, não é aquele que tem consciên-

cia, é aquele que não entende o que está sendo falado, são palavras bonitas que não fazem parte do seu dia-a-dia. Então, eu proponho que nós façamos – não sei se está certo o que estou falando – um documento a todas as regiões, sobretudo às do interior, um manifestou com linguagem coloquial dando nome aos bois.

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Mostrar companheira – Vejam quais foram os senadores e deputados que votaram contra os aposentados. Isso é da maior importância.

(Não identificada) – (intervenção fora do microfone) ...eles vão para os nossos bairros, associações, nossas favelas colocam cerveja, churrasco, o "diabo a quatro", trocam tijolo , cimento.... boca de urna, está entendendo? E o povo, naquele momento, que está dependendo de trinta , quarenta reais, ele vende o seu voto. Então, o que nós lá de cima das favelas fazemos, se um cara chegar oferecendo dinheiro, querendo te comprar, aceite o dinheiro, mas nas urnas, se ele está com dinheiro par dar, para nos comprar, depois ele vai nos vender. Amigo, pegue o dinheiro dele sim, vamos usar a grana dele sim...

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Mesmo porque o dinheiro nem é dele, é roubado.

(Não identificada) – O dinheiro é nosso. Eu cheguei ainda há pouco, estava em outros lugares. O companheiro estava falando de uma decisão de Sergipe, falou de Cuba, que é do tamanho de Sergipe, geograficamente falando, eu estava lendo a respeito. Como é que pode um país do tamanho de Sergipe, que é um dos menores estados do nosso País, ter uma evolução tão grande, e isso é uma grande contradição, e a gente aqui com um país, com essa dimensão toda, mas a gente sabe o porquê disso, porque a canalhice é muita. Tem que ver aquele cara que vendeu, que não votou naquela proposta popular, mas isso tem que ser uma coisa mensal, mandada para as bases. Não é para os comitês centrais não, é para as bases mesmo para que a gente receba esses documentos, faça um enxugamento e traduza para a linguagem coloquial e colocar isso na ruas. O que acontece?

A nossa grande preocupação é que a gente chegue ao ano 2025, 60% da população – já está provado isso por um grande geriatra estrangeiro e um brasileiro também – estará com mais de sessenta anos, ganhando uma miséria dessa. Qual será a lei que eles aprovaram, digo os deputados estaduais e fede-

rais, será que eles serão vítimas disso que eles estão aprovando? É essa a grande pergunta que tem que ser colocada dentro do documento.

(Aplausos)

O SR. COORDENADOR (Senador Antônio Carlos Valadares) – Eles têm que ser vítimas é na urna, pois eles não precisam disso.

Finalmente, gostaria de agradecer, agradecer também à nossa companheira do Rio de Janeiro, que falou a linguagem do povo, mas é essa a linguagem que o povo entende. Agradeço a sua sugestão e vamos procurar, através do nosso partido, que tem publicações que são encaminhadas aos nossos companheiros, filiados em todo o Brasil, e mostrar como esses deputados e senadores agiram no momento de votações como essas que prejudicam a população. Porque vocês pegam isso e mostram para a população nos seus bairros.

Gostaria de agradecer ao companheiro Miguel Jerônimo, nosso relator, que vai preparar um relato sobre tudo aquilo que foi discutido, inclusive as perguntas, as respostas do debatedores e também as representantes das mulheres; Drª. Janete Capiberibe, esposa do Governador do Amapá, que participou ativamente do debates, mostrou encaminhamentos importantes a respeito de situações nacionais e internacionais e a representante do Estado de São Paulo, aqui na mesa, Srª. Terezinha. Um abraço para todos e um bom congresso. (Palmas.)

Grupo 5

A Crise do Neoliberalismo

Coordenadora:
Pref. Kátia Born

Expositor:
Sen. Saturnino Braga

Debatedor:
Dep. Bernardo de Souza

Relatora:
Cleusa Vieira

(Lamentavelmente, por uma falha técnica do serviço de som do Senado, não foi gravado o início da Reunião.)

A SRA. COORDENADORA (Prefeita Kátia Born) – Só colocarmos o tempo, não sei se 20 minutos.

O SR. EXPOSITOR (Senador Saturnino Braga) – Trinta no máximo. O chamado modelo neoliberal, que no fundo é um modelo de abertura das economias para a livre circulação de capitais e mercadorias, derrubada de todas as proteções alfandegárias para que o livre comércio se exerça, este modelo que ganhou fóruns quase que de unanimidade entre os países do mundo, com poucas exceções de países que continuaram com o mínimo de proteção, produziu resultados, começou a sua implantação com Margaret Thatcher, na Inglaterra, depois com Nixon, nos Estados Unidos, com Reagan, principalmente nos Estados Unidos, e isso foi ganhando o mundo inteiro, produziu os efeitos deletérios que se conhecem, especialmente sobre os países menos ricos como o Brasil em termos de liquidação das suas indústrias, das suas empresas industriais e comerciais, produzindo o desemprego em massa e tudo o mais e produzindo o desemprego também nos países mais ricos, centrais de economia mais desenvolvida, com exceção dos Estados Unidos, que é o mais rico de todos, e nesse processo de abertura de todas as economias para a livre troca é claro que sempre leva vantagem o mais rico, o que tem maior produtividade na sua indústria, nos seus serviços e na média é claro que a indústria americana perde para a japonesa aqui, para a alemã acolá, mas na média os Estados Unidos são o país de maior produtividade, de maior riqueza e acaba levando a vantagem. Então o país que mais progrediu em termos de crescimento econômico e de manutenção de uma taxa de emprego relativamente alta foram os Estados Unidos.

Mas isso começou a sentir os seus efeitos em todo o mundo e as sociedades, as populações respectivas começaram a manifestar suas reações de desagrado. E isso começou a se estampar nos resultados eleitorais. Quando o partido conservador britânico perdeu a eleição para o Tony Blair é claro que ele não significou grande mudança em relação ao que era praticado lá. Porém, a reação do eleitorado foi claramente contrária ao neoliberalismo no seu paroxismo, que era o praticado pela Margaret Thatcher.

E assim foi, depois a eleição da França, depois a da Alemanha, as populações demonstrando o seu desgosto, a sua insatisfação com o regime

neoliberal. Isso acabou chegando à América do Sul. A vitória do De La Rúa, na Argentina, é uma reação da população à política do Menem, que foi claramente subserviente ao neoliberalismo, embora o De La Rúa saibamos que não vai ter muita condição de introduzir mudanças profundas, porque a economia argentina está hoje toda dolarizada e isso engessou de tal forma sua condução que é difícil alterar as regras.

O Uruguai está numa disputa que amanhã vai se resolver, o Chile também, com um candidato socialista muito forte, e na Venezuela produziu-se um terremoto político. Os dois partidos tradicionais foram fragorosamente derrotados, elegeu-se um presidente militar, que havia tentado ser golpista anos antes e que conseguiu apoio popular com uma mudança radical da constituição. Quer dizer, um terremoto político não sabemos ainda que efeitos terá num futuro próximo e a médio prazo na Venezuela. Mas o fato é que há uma reação popular generalizada no mundo inteiro de insatisfação com o neoliberalismo.

Além disso, vamos ter na semana que vem um episódio marcante, importante na evolução da tese neoliberal no mundo, que vai ser essa reunião de Seattle, a reunião da Organização Mundial do Comércio, planejada para ser o grande evento diplomático do fim do século. Um grande evento de um avanço definitivo do neoliberalismo. Aí seria o enraizamento definitivo do neoliberalismo no mundo com a derrubada de todas as barreiras ainda existentes, os resquícios de barreiras, de tipos de protecionismo ainda existentes, com uma tentativa de implantação do acordo multilateral de investimentos, que seria a consagração do poder dos investidores até acima do poder dos governos locais. E esse evento que foi planejado com tanto cuidado e com tanta ênfase pelos governos neoliberais, principalmente pelo governo americano, tem uma probabilidade muito grande de naufragar. E naufragar por quê? Porque o último avanço do neoliberalismo em termos comerciais, em termos de investimento financeiro ainda seria o acordo multilateral, mas em termos de comércio mundial o último avanço era vencer o protecionismo agrícola dos países da Europa, principalmente da França, da Itália, também da Alemanha e do Japão. São países que protegem fortemente suas atividades agrícolas e que sabem perfeitamente que se abrirem suas portas às importações agrícolas de países que conseguem produzir muito mais barato do que eles, como é o caso do Brasil, dos Estados Unidos, do Canadá, da Argentina, da Austrália. São países capazes de produzir alimentos muito mais baratos do que aquela agricultura

francesa, alemã e japonesa, que é muito avançada, porém não tem a capacidade produtiva, é um tipo de agricultura muito familiar, de propriedade muito pequena, e não tem condição de competir com a agricultura da grande empresa agrícola que tem uma produtividade muito maior, como é o caso inclusive da própria agricultura brasileira, que hoje já caminhou bastante por essa etapa.

Então, o que estão fazendo os europeus? Estão resistindo e dizendo: de jeito nenhum. Nós não vamos abrir nossa agricultura, isso é patrimônio nacional. Quase que dizendo assim: vocês, os otários, que abriram as barreiras para suas indústrias e seus serviços, fizeram isso agora não vão querer que nós sejamos os otários de fazer isso na nossa agricultura porque ela vai ser destruída e esses desempregados agrícolas vão desestruturar todo o tecido social de nossos países, vai ser uma tensão social enorme, incontrolável. São países democráticos e essa gente vai tomar o poder, porque nós não vamos ter condição de impor uma situação de desemprego para eles. Então inventaram a expressão chamada multifuncionalidade e a França é o país que está liderando essa reação. Mas o Japão muito interessado atrás. Inventaram a expressão multifuncionalidade, que é o seguinte: a agricultura tem muito mais do que a função apenas de produzir alimentos, mas tem a função de produzir estabilidade social, de gerar empregos, de descentralizar a economia e a população. A agricultura é multifuncional e não pode, por conseguinte, ser submetida a regras de abertura, regras neoliberais. Se desaparecer a agricultura essas funções todas vão desaparecer e nossas sociedades vão perder a sua estabilidade, e nós não queremos isso. E estão reagindo. Pressões daqui, pressões dali e tudo indica que não vão ceder nesse ponto. E ao não cederem nesse ponto vão suscitar a reação dos otários, que abriram suas economias na ilusão de que ia ser um mar de prosperidade, na medida em que os investimentos do mundo se guiariam por oportunidades de rendimento nas suas aplicações e que ficaram sem ver realizado esse falso sonho, vendido às respectivas nações, e que agora vão cair em si e dizer: mas como? Então vocês que lutaram tanto para que nós abríssemos as nossas barreiras? Quer dizer, isso vai gerar uma tensão muito grande e uma desmoralização da tese neoliberal. Vão se recuperar os conceitos de multifuncionalidade para as outras atividades também. Por que só a agricultura? A indústria também, além de produzir bens industriais, produz emprego, oportunidade de distribuição de renda, estabilidade social. A mesma coisa, todas as atividades econômicas no fundo são multifuncionais, porque têm também outras funções. E isso vai dar problema.

E mais, vão comparecer a Seattle as organizações não-governamentais, que são barulhentas, e principalmente as francesas, que vão para lá em massa. Estão nos dizendo que 100 mil pessoas vão desembarcar lá em Seattle para protestar e exigir uma revisão do neoliberalismo, exigir que se revejam esses conceitos e que cada país volte a ter o mínimo de condição de soberania para planejar sua economia, e que isso deu o resultado errado, quer dizer, nós vamos ter um confronto importante nessa conferência que estava programada para ser o coroamento de todo o avanço do neoliberalismo no maior evento diplomático do fim do século.

Então a reação do eleitorado já mostra uma insatisfação, uma inquietação. Esse episódio de Seattle vai ser outro marco importante. E por trás disso tudo está a grande preocupação que todos têm, mas poucos confessam, de um estouro gigantesco dessa bolha financeira de trilhões de dólares que ficam girando em alta velocidade pelo mundo afora. Isso é incontrolável e isso pode dar um estouro de maneira imprevisível, causando uma calamidade pelo menos cem vezes maior do que foi a calamidade da crise de 29, do estouro da bolsa nos Estados Unidos.

Esse é um quadro de crise no neoliberalismo no âmbito internacional. No âmbito nacional, o Brasil, depois que nossos governos foram otários, como os outros estão dizendo agora, em abrir todas as barreiras e deixar destruir grande parte da nossa indústria, ou destruir, fechar mesmo, ou ser comprada por empresas multinacionais que têm a sua estratégia de produção muitas vezes incompatível com o interesse nacional. Depois da destruição da indústria, do desemprego lascado, do arrocho de salários, da venda de patrimônio nacional a preço vil, depois do resultado de concentração de riqueza, de desigualdade, de favorecimento aos bancos, ao sistema financeiro, depois de tudo isso, a inflação começa a saltar dos limites que eles tinham projetado. Claramente eles tinham projetado uma inflação de 8% para este ano, assinaram compromisso com o FMI, o Sr. Arminio Fraga disse aqui no Senado, nesta mesa, por coincidência, que antes se procurava controlar a inflação pelos métodos clássicos monetaristas, mas que doravante, desde o momento em que ele assumiu o Banco Central — e isso foi em abril, por aí — que eles iam agora controlar a inflação por outro processo, que era muito teórico mas muito eficiente, o *inflation targetting*, algo muito sofisticado mas que garantia que, usando alavancas e mecanismos de todo jeito, eles conteriam a inflação dentro dos limites programados. Programaram para este ano 8% e ela já saltou para 17% ou 18%, quer dizer, pulou fora da cerca há muito tempo.

E o governo, perplexo, reduziu os juros, de repente parou de reduzir os juros e agora vai começar a elevá-los novamente, quer dizer, produzir recessão. Eles só sabem combater a inflação derrubando a economia, porque se derruba a economia derruba a demanda da economia e desaquece a inflação.

Além de puxar a economia para baixo, eles estão procurando agora um esforço de venda maior, instalando espécie de um escritório oficial para orientar investidores estrangeiros, esperando um choque. Essas expressões são formidáveis, eles estão na expectativa de um choque externo positivo, dizendo: porque até agora o Brasil só recebeu choques externos negativos, que foi a crise da Ásia, da Rússia, agora o aumento do petróleo. Mas agora há uma expectativa de um choque externo positivo, ninguém sabe direito o que é, mas eles falam nisso e ao mesmo tempo, então, aproveitariam esse choque externo positivo para vender mais rapidamente e mais eficientemente o que restou de patrimônio nacional, instalando um escritório oficial para esse fim.

Perguntamos até onde vai isso, até que ponto vai esse desprezo, enfim, pelo patrimônio nacional e pelo papel que essas empresas representam na economia nacional e esse descaramento mesmo em vender isso a preço vil.

Conseqüência dessa perplexidade do governo é que eles começam a apertar tudo, desconto sobre aposentados, arrocho salarial do servidor, todo tipo de aperto e o aperto sobre os Estados, sobre os governos estaduais, ferindo profundamente qualquer idéia de pacto federativo. Quer dizer, o Governo Federal está estrangulando as administrações estaduais. Todos os Estados tinham dívidas mobiliárias, dívidas de títulos que lançavam no mercado. Por quê? Porque quando começou essa política neoliberal, no início dos anos 80, cada Estado tinha um certo endividamento normal. Todo Estado, todo município tem um certo nível de endividamento que é normal. Mas quando o Governo puxou as alavancas e botou os juros lá a 40% ao ano esse endividamento, esses títulos quando venciam os governos estaduais não podiam pagar, pagavam 10% do principal e rolavam 90%, ou pagavam 20% e rolavam 80%, como sempre foi feito historicamente, dentro daquele princípio de que dívida não se paga, mas se rola — princípio leia-se Delfim Netto, foi o grande formulador deste princípio: dívida não se paga, rola-se — e os Estados todos vinham rolando há muito tempo as suas dívidas nesse processo. Pagavam 20%, 15%, 10% e rolavam o resto.

Acontece que ao rolar esse resto eles tinham que rolar pela taxa de juro.

Enquanto a taxa de juro era normal a rolagem era normal. Quando a taxa de juro foi para 40%, em cada rolada dessas a dívida crescia 40%. E 40% sobre 40%, sobre 40% as dívidas viraram bolas de neve gigantescas. As dívidas dos Estados quadruplicaram em 4 anos. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a dívida do Estado do Rio de Janeiro. É claro que um ou outro Governador pode ter feito alguma estrepolia, mas a maioria esmagadora teve a sua dívida multiplicada por 3, 4, 5, em razão dessa política de elevação da taxa de juro e na rolagem isso crescia em uma espiral. Cada rodada da espiral ia mais longe.

Resultado: quando no ano passado o Governo Federal viu que aquilo ia dar um estouro, os Estados iam todos entrar em inadimplência, em moratória. Então o que fez o Governo Federal? Propôs um programa de renegociação das dívidas dos Estados, todos eles com prazo de 30 anos e com juros baixinhos, fora do mercado. Não seriam mais os juros de mercado, a chamada taxa Selic, que era 40%, mas seriam juros de 6% a 7% ao ano em um prazo de 30 anos. Todos os governadores, quase todos estavam em fim de mandato, poucos foram reeleitos, mas acharam que aquilo era muito vantajoso para o Estado. E de fato à primeira vista quem estava rolando aquela dívida já no sufoco de repente tem uma oferta de renegociar. O Governo Federal assumiria, porque toda essa dívida era em papéis, em títulos do Estado, que eram comprados pelos bancos, eram títulos que estavam na mão do mercado, não eram dívidas de governo para governo. O Governo Federal ofereceu o seguinte: eu assumo essa dívida toda, esses títulos dos seus Estados viram títulos federais e vocês, Estados, passam a me pagar tudo isso em 30 anos com juro de 6%. Os governadores botaram a mão para os céus: poxa, resolvemos a nossa situação.

Acontece que à primeira vista isso era muito bom, mas quando eles começaram a pagar, quando assinaram os contratos, os novos governadores assumiram e começaram a pagar, viram que não era tão bom assim, na verdade era péssimo. Por quê? Porque o tamanho da dívida, o estoque da dívida, o principal da dívida tinha virado um monstro e esse monstro não adiantava ser dividido em 30 anos e pago com juros baixos porque produzia encargos. E mais, a exigência do Governo Federal era a seguinte: bom, tudo bem, fazemos isso: 30 anos, juros baixinhos. Agora, vocês não vão poder rolar mais nada, têm que pagar tudo. Tudo que assinarmos aqui vocês vão ter que pagar. Quem não pagar será considerado inadimplente, perde o repasse do Fundo de Participação, perde isso e aquilo, não pode mais tomar empréstimo em banco algum, está fotografado. Aí os Estados concordaram, os governadores em fim de mandato.

Os novos governadores começaram a pagar e viram que o comprometimento das suas receitas era muito elevado. O Governo Federal fixou: esse comprometimento vai ser entre 13% e 15% das receitas líquidas. Bom, 13% das receitas líquidas já é muita coisa, porque um Estado, um município em geral, quer dizer, depois que ele paga o pessoal, o custeio, o que sobra para investimento em geral são 10% ou pouco mais, 12%, 13%. Nenhum Estado consegue investir 15% da sua receita líquida. Se ele está por 30 anos comprometido a pagar 13% da sua receita líquida para o Governo Federal, significa que ele vai ficar 30 anos sem investir nada, completamente congelado. Isso quando o comprometimento for esse.

Mas há Estados cujo comprometimento vai muito acima disso. É o caso do Estado de Alagoas, que está pagando mais de 20% da sua receita líquida para cumprir o compromisso da dívida. E se não cumprir está ferrado, porque o que vem de retaliação do Governo Federal e do sistema financeiro nacional e internacional é barra pesada. Minas Gerais fez isso porque é Minas Gerais. Alagoas nunca poderia fazer isso, seria estrangulado na mesma hora. Minas Gerais é outra coisa. São Paulo poderia fazer se quisesse. O Estado do Rio ainda vá lá. Daí para baixo é muito complicado.

Então o que acontece? Todos os Estados estão asfixiados e os novos governadores finalmente compreenderam a situação. Durante o princípio do ano eles já sabiam mas ainda eram novos no governo, estavam querendo ver se o Governo Federal afrouxava um pouquinho. Agora, com o passar do tempo, chegou ao fim do ano e o Governo Federal não afrouxou nada e os governadores estão asfixiados. Na última reunião de governadores, em Maceió, reuniram-se governistas e oposicionistas e por unanimidade disseram: não, isso não dá. Nós vamos ter de repactuar essas dívidas porque isso não dá mais. O Governo Federal está duro e diz: não, não repactuo. Então aí está esse confronto colado na parede. Vamos ver o que dá isso.

Mas a situação do Governo Federal se complicou. Além do recrudescimento da inflação apesar de tudo o que fizeram, além da pressão do capital financeiro especulativo que está aí a exigir isso e aquilo, agora eles vão enfrentar os governadores unidos. E o Governo Federal para abrir mão disso vai ser complicado, porque ele assumiu o compromisso com o FMI de não ceder no conflito com os governadores.

Está aí o quadro. Vamos ver então a crise do neoliberalismo, que tem

um aspecto internacional de que falei, que tem esse aspecto nacional e complicou-se agora bastante com a questão da ameaça de rompimento do pacto federativo, que é uma ameaça muito concreta e muito complicada para o Governo Federal, pelas implicações políticas que tem. As bancadas dos partidos que apóiam o Governo Federal no Congresso também são sensíveis aos apelos e à situação dos seus respectivos governadores.

Então, completo o quadro de crise do neoliberalismo, vamos ouvir o Deputado Bernardo de Souza, vamos abrir os debates para os companheiros se expressarem. E prefiro até falar mais durante o debate que, com certeza, será aberto. (Palmas)

A SRA. COORDENADORA (Prefeita Kátia Born) - O Senador faz uma análise internacional, até para que façamos uma reflexão, porque essa história de que o socialismo está morto não é verdade, esse era o discurso que eles faziam no momento em que caiu o muro de Berlim. Agora estão repondo os muros em todos os locais onde o capitalismo os derrubou. E faz uma reflexão nossa, interna, da crise nacional.

Com a palavra o nosso debatedor, o Deputado Bernardo.

O SR. DEBATEDOR (Deputado Bernardo de Souza) – Minha cara dirigente deste painel, essa grande Prefeita Kátia Born, orgulho do nosso partido e uma das certezas de que nosso partido, além de um presente afirmativo, tem um grande futuro graças ao seu trabalho. Esta presidente qualifica este evento, este debate...

A SRA. COORDENADORA (Prefeita Kátia Born) – Ele diz isso porque aqui eu queria fazer um agradecimento especial. Foi ele quem implantou o orçamento cidadão na cidade de Maceió. Passou lá dez dias, depois voltou e hoje o dito orçamento participativo já é o segundo ano e está sendo o maior sucesso, graças ao nosso Deputado, que começou isso em 92, em Pelotas.

Então, nosso agradecimento. (Palmas.)

O SR. DEBATEDOR (Deputado Bernardo de Souza) – Mas tirando a referência generosa, a Prefeita Kátia Born é um orgulho do nosso partido, é uma das certezas afirmativas do nosso partido. (Palmas.)

Quero saudar a nossa prefeita, a nossa grande líder e quero dizer que me sinto extremamente honrado, pelo convite que me põe acima das minhas

possibilidades, por estar participando com essa figura maiúscula da vida política brasileira, esse paradigma ético, intelectual e político, que é o Senador Saturnino Braga que, a rigor, nos dá como sempre, com seu jeito simples, maravilhosas lições de vida, de política, de mundo e de economia. E que, a rigor, na sua análise, já fez a abrangência completa do tema, deixando ao debatedor a espinhosa missão de tentar achar alguma coisa para dizer. Mas no que me toca, quero dizer do orgulho de estar participando deste evento.

Antes de falar quero saudar os nobres e qualificados, aguerridos militantes do Partido Socialista Brasileiro, que vieram de todo o Brasil para fazer deste Congresso certamente o maior dos nossos congressos.

Meus caros amigos e companheiros, quando a Revolução Francesa entrava no seu processo de afirmação, os políticos, os convencionais — chamavam-se assim na época — que estavam sentados à esquerda, defendiam as posições mais progressistas, mais mudancistas, mais transformadoras, mais inovadoras. E dali se criou a expressão: a bancada da esquerda e a da direita. Com essa referência tópica, construímos um paradigma político: a esquerda é aquele grupo que propõe mudanças, que quer transformação, que quer mudar o mundo.

A partir desse registro da Revolução Francesa, a esquerda tem sido historicamente associada com a proposição de mudanças e a direita tem sido associada com aquele conjunto de forças políticas que quer que o mundo não mude. Porque tristemente na história nós temos tido civilizações de privilégios, de exclusões, de dominações aos que não querem mudar e aos que querem mudar. Os que não querem mudar são os da direita, dizemos nós. Os que querem mudar são os da esquerda, somos nós. E sempre haverá quem queira mudar enquanto o mundo não for de completa e absoluta felicidade, que nem sei se chegará um dia.

Mas quero dizer na minha introdução que isso é para chamar a atenção a um grave desafio que estamos enfrentando no mundo moderno. A direita no mundo, montada, cavalgando o chamado neoliberalismo, começou a produzir e a propor, a provocar e a praticar um conjunto gigantesco de mudanças, mudanças para não mudar, mudanças para preservar privilégios. E a esquerda ficou, pela primeira vez na história, atônita, porque a proposição tinha passado para o campo oposto.

Daí é preciso que vivamos este momento histórico que nos é dado

viver com a compreensão da sua complexidade e dos desafios que o tempo nos traz, que a história nos traz. Este é um tempo em que a direita propõe, em que a direita faz mudanças e nós, da esquerda, não podemos ficar — é o que eu quero dizer aqui — simplesmente dizendo: não, não mudem, não deixem, não alterem, não troquem! Porque esse não é o nosso discurso. Temos que ser capazes de propor as mudanças que nós queremos, que são as nossas marcas e que são as mudanças no rumo da igualdade e da justiça, que são no fim das contas o apanágio da esquerda.

Não devemos nem podemos deixar a bandeira das mudanças ficar nas mãos da direita, porque ela, com seu discurso faccioso, esperto, malicioso, diz que está mudando para melhorar e para fazer a felicidade. E se a esquerda ficar atrelada a modelos e a práticas antigas, históricas, se a esquerda por alguma equivocada compreensão do mundo, do tempo e da história ficar dizendo: não queremos mudar, estaremos tão-somente propondo que a sociedade continue com os defeitos que tinha antes das mudanças que a direita está propondo.

É duplo o nosso desafio: continuar propondo mudanças como sempre fizemos na história, mas propor mudanças que sejam alternativas às mudanças da direita, porque antes era fato do discurso. Nós queríamos mudar e a direita não queria mudar.

Daí é que é preciso compreender o tempo, a história, o que aliás é uma marca da esquerda: entender, estudar e tentar compreender, interpretar adequadamente a história e o momento em que se vive.

O Senador registrou, por exemplo, o episódio eleitoral da Inglaterra. Se Tony Blair não fez as mudanças para reverter ao passado anterior a Margaret Thatcher, o voto do eleitorado inglês foi pela mudança. E ele cavalgou uma espantosa vitória eleitoral, porque quem estava disputando com ele nas urnas era exatamente o Primeiro Ministro da continuidade, que era John Major, o sucessor da Thatcher.

Quando na Alemanha o Schroeder derrotou Helmut Kohl, o homem que na Alemanha podia fazer o discurso da unificação, que era um sonho alemão, quando Schroeder derrotou Kohl, ele o derrotou porque apesar de tudo o que Kohl pudesse ter feito para a Alemanha ele expressava o projeto neoliberal. E o eleitor do Schroeder acreditava que ele mudaria as coisas.

Como Clinton elegeu-se nos Estados Unidos, sendo uma oposição e uma alternativa à seqüência do Reagan e do Bush, que eram as propostas neoliberais, para marcar os três países pilotos do projeto no mundo. O povo daqueles países, nas opções eleitorais que enfrentou - Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos - optou pelo candidato que lhe parecia fazer a contraposição ao modelo neoliberal.

Esse modelo neoliberal na verdade é um grande desafio para nós da esquerda. Não podemos ter vindo, nós, militantes do Partido Socialista Brasileiro, de todos os cantos do Brasil a não ser para aqui debatermos, discutirmos, avaliarmos e tirarmos propostas novas em relação a um velho desafio. Nenhum de nós saiu do Rio Grande do Sul ou de Alagoas ou do Rio de Janeiro, do Amazonas ou de Pernambuco para vir aqui repetir simplesmente *slogans*. Não precisaríamos disso. Bastaria um telegrama, uma frase ou duas e os *slogans* que são conhecidos de todos estariam publicados, afirmados, repetidos e aprovados por unanimidade. Nós não viemos aqui para repetir *slogans*. Viemos aqui para construir uma discussão que pode não ser definitiva, mas que é pelo menos uma proposição que signifique a nossa compreensão dos desafios do tempo presente.

Ontem, na abertura do Congresso, ouvi um discurso do qual não gostei. O mundo inteiro debate os caminhos da esquerda. Nós estamos aqui para quê? Há uma pacífica unanimidade, um absoluto consenso, um indiscutível entendimento? Pois apesar de toda discussão teórica, prática, política e dialética que o mundo vive, ouvi alguém dizer, como se fosse o senhor da verdade, do tempo, do mundo, da história, da inteligência e do saber: socialismo sabemos que só tem um. Ele não nos disse qual é. Se pedirmos uma audiência e formos recebidos, talvez nos contem qual seja esse socialismo.

Como não me disseram isso, eu quero continuar refletindo sobre socialismo. Há vários jeitos. Por quê? Porque o homem, o ser humano, nós todos temos duas peculiaridades que nos fazem diferentes de todos os bichos, de todas as plantas e de todas as pedras. Não precisaria ninguém dizer isso, mas nós temos que repetir em certos momentos. Não somos iguais no gênero humano e nós um dia nos declaramos portadores de uma dignidade diferente de todos os outros seres da natureza, mas somos completamente diferentes nas individualidades. E é muito bom que sejamos assim. Quererem nos enquadrar em modelos pré-elaborados, predeterminados, em figurinos, em gabaritos, significa negar-nos o que nos faz fundamentalmente seres humanos. O

admirável mundo novo proposto um dia, em que as pessoas eram igualadas em categorias que desigualavam mas que não permitiam que ninguém mudasse de plano ou de nível, esse mundo não é admirável, não é o *brave new world* de que falava Huxley. Aliás, o título é uma ironia.

Nós não queremos um mundo assim. Nós queremos um mundo onde possamos exercer as nossas maravilhosas diferenças, as nossas grandiosas potencialidades. Aliás, se não fosse permitido afirmar a diferença e a individualidade haveria espaço para um Marx? Ou ele teria que se submeter ao figurino da época? Haveria espaço para um Sócrates, para um Lenin, para uma Kátia Born, para um Saturnino Braga? Não. Só a afirmação das suas potencialidades individuais é que permite que certas pessoas em certos momentos históricos possam afluir, subir, propor e fazer a mudança dos tempos, em que o povo é o grande agente.

Essa é a idéia essencial do socialismo. Por isso parece-me essencial neste momento afirmar — aliás eu gosto de repetir uma frase, para buscar o apoio de uma autoridade externa, de Habermas, para dizer que o socialismo não morreu. Diz ele, em palavras que não sei se vou repetir direito, que o socialismo existirá enquanto existir o objeto da sua crítica, que é a sociedade em que tudo é medido em valor de mercadorias. Ou diríamos nós, numa linguagem mais política: o socialismo existirá enquanto existir o objeto da sua crítica, a sociedade da exclusão, a sociedade da injustiça, a sociedade da desigualdade. Que nome vamos dar? Se alguém quiser mudar, podemos até fazer um congresso para decidir isso, mas a humanidade já decidiu como isso se chama. Isso se chama socialismo, que é a luta pela igualdade, é a luta pela justiça, é a luta por um mundo em que os valores humanos estejam superiormente afirmados em relação aos valores de mercadorias, valores de mercado.

O neoliberalismo, para pegar um nome corrente, é a proposta segundo a qual, se é que isso é uma proposta, os valores fundamentais das relações dos homens vão se medir pelos preços das mercadorias, pelo valor do mercado, pela lógica do mercado. E essa é a nossa diferença essencial. Nós não aceitamos o mercado como senhor absoluto e o definidor da vida, da morte, da razão e da felicidade. Nós queremos uma sociedade em que o mercado pode até existir. Eu pessoalmente acho que deve existir, mas que não seja o nosso senhor soberano. O senhor soberano há de ser, só pode ser, só deve ser, só tem que ser o ser humano, a sociedade, nós, aqueles seres de carne e osso que um dia dissemos que somos diferentes de bichos e plantas.

Estou encaminhando aos prezados companheiros três teses, não sei se esta é a hora para me referir a elas, que têm que ver com isso, porque me disseram que aqui neste momento é que traríamos ao debate as três teses. Eu chamo de tese porque o congresso chamou. Não tenho essa pretensão nem são tão profundas assim, são proposições. Elas estão publicadas resumidissimamente nos cadernos de teses, mas elas não são teses, são meras proposições, não têm a profundidade que uma tese deve ter.

A primeira delas está na pág. 8 e trata exatamente deste tema: socialismo, internacionalismo e globalização. A globalização, apesar das variações, das divergências em torno do nome, que hoje está pacificamente assentado, que é o nome que se dá a um fenômeno novo, moderno, que é a lógica do mercado que suplanta as fronteiras nacionais e impõe sua lógica à humanidade inteira por cima das fronteiras, por cima das leis, por cima dos governos e por cima das soberanias. Em outras palavras, que podem ser ditas de maneira mais correta do que as que estou dizendo, é isso.

É um tempo em que o capital não é só o capital físico, é o capital financeiro. Ele adquire a forma já anunciada em outros tempos e já conhecida do capital financeiro, que pode ser virtualizado e aplicado, como disse o nosso Senador, em trilhões de dólares a cada dia, mas de forma tal que se os titulares dos ativos comparecessem nas bolsas de valores de seus países para converter em dinheiro haveria a explosão dessa bolha, porque esse valor não existe no mundo. Não há ativos em valor correspondente a esses trilhões de dólares que são negociados diariamente nas bolsas de valores.

Tal qual o malabarista que apenas tendo duas mãos brinca de jogar quatro laranjas para o ar e pode agarrá-las e relançá-las ao ar porque nunca estão caindo ao mesmo tempo nas mãos, que são apenas duas; tal qual o malabarista nós dependemos de que o jogo continue sem parar. Se os braços cansarem, se os músculos falharem, se os braços se fixarem as laranjas cairão no chão. Assim é o jogo das bolsas internacionais.

O que deve a esquerda propor? É o que eu queria comentar aqui. A idéia da superação das fronteiras não é estranha à esquerda. Muito pelo contrário. A não ser que rasguemos todos os discursos, todos os livros, todos os manifestos, todas as bandeiras, todas as teses que a esquerda apresentou ao mundo nos últimos 200 anos, a esquerda disse e continua dizendo, e deve continuar dizendo que nós temos o sonho de uma humanidade integrada por

cima de fronteiras nacionais. Até porque os Estados nacionais são uma construção — foi Marx quem nos ensinou no manifesto — das burguesias dos seus Estados. Não vamos propor agora o fim do Estado nacional, neste momento em que ele parece ser um escudo de proteção dos povos.

Mas não podemos ficar segurando a roda da história simplesmente querendo retroceder a algumas décadas. Temos que propor alguma coisa maior do que essa globalização de exclusão, de empobrecimento, de desemprego, de destruição de economias e de arrasamento de povos e populações inteiras.

A proposta da esquerda deve ser a da criação de instituições internacionais democraticamente controladas pela sociedade. Não é por acaso que haja um movimento das esquerdas do mundo por um imposto a ser cobrado em todo o mundo pelas aplicações nas chamadas bolsas de valores de todo o mundo, o chamado imposto *Tobin*, ou na expressão inglesa *Tobin Tax*, que se traduz por taxa *tobin*, mas *tax* em inglês quer dizer imposto em português. A idéia é um imposto internacional. Aliás, a Deputada Luiza Erundina é a coordenadora no Congresso Nacional de um movimento no Brasil para que isso seja aplicado.

Qual é o erro do exército que está lá protegendo o direito de autodeterminação do povo de Timor Leste, que a causa é boa? O erro é que aquele exército foi lá, escolhido por 1 ou 2, 3, 5 ou 10 países sem nenhum consenso social democraticamente estabelecido. A causa eticamente é boa; politicamente implantada de forma equivocada. A contraposição a essa globalização que não aceitamos, repito, que é excludente, desempregadora, empobrecedora, marginalizadora, negadora da igualdade e, por conseqüência, da felicidade, a alternativa que deve ter é um internacionalismo de sempre, com instituições internacionais democraticamente controladas, como alguns já estão tentando que o imposto *Tobin*, ou taxa *Tobin* é um exemplo apenas. Isso é responder aos desafios dos tempos atuais com uma proposta afirmativa construtiva.

Em cima dessa tese — e já fui advertido que estou no limiar do meu tempo e vou cumpri-lo, pode ter certeza, nobre prefeita — isso tem suporte em duas outras questões que estão nas págs. 18 e 22, sobre as quais falarei um minuto apenas para cada uma delas.

A primeira idéia é de que o socialismo sendo um compromisso com a igualdade, quer que todos os seres humanos tenham igual direito de acesso aos bens fundamentais, capazes de fazer a felicidade de cada um. Não é a propos-

ta igualitária de quem, independentemente de méritos e esforços, tenha o mesmo resultado no fim do mês. Isso já está descartado nas propostas mais radicais. O que estamos propondo é também mais do que a mera igualdade de oportunidades, mas que supõe igualdade de oportunidade.

A igualdade de oportunidades significa permitir que todos comecem do mesmo patamar. Mas nós, da esquerda, temos que compreender que mesmo que a corrida comece agora, com todos nós no ponto inicial, não somos iguais nas potencialidades. Por conseqüência, o resultado nunca vai ser justo. Por exemplo, a força física, a inteligência, a aptidão, a história, o acesso à educação passado nos faz diferentes. O que nós temos que sustentar é a igualdade de oportunidades, sim, porque sem isso não existe nada que possa fazer justiça e igualdade, mas não nos conformarmos com isso. Assegurar, independentemente dos resultados, um mínimo abaixo do qual nenhum ser humano pode viver em dignidade. É a garantia de acesso aos bens materiais e culturais, que são os indispensáveis à felicidade humana. E isso supõe igualdade na participação do poder político. Por isso que o socialismo está irremediavelmente casado com a democracia. Esse é um vínculo indissolúvel. Não foi por outra razão que João Mangabeira, no discurso do seu testamento político, última verba, que ele nem pôde ler, porque já estava morrendo, quase, sendo paraninfo de uma turma de formandos em Direito, declarou o que é o mote do nosso partido: socialismo sem liberdade socialismo não pode ser.

Porque no fim das contas, e aí estou terminando mesmo, o socialismo é — e aqui me inspiro muito nas elocubrações inteligentes e afirmativas do Senador Saturnino Braga — um compromisso ético, histórico com a igualdade e com a justiça. Ou entendemos que todos os seres humanos são portadores de igual dignidade e de iguais oportunidades de direito de acesso aos bens materiais fundamentais, capazes de fazer sua felicidade, ou como mercado, como neoliberalismo, como essa globalização, temos que admitir que alguns triunfem e outros fracassem. E o fracasso que o neoliberalismo admite e tolera, sem nenhum constrangimento, e o mercado livre e soberano também tolera, é a desigualdade e a derrota de quem sucumbe, de quem não tem emprego, de quem não tem casa, de quem não tem acesso à saúde nem à educação, de quem não tem dignidade, de quem não tem nem casa nem roupa e até nem comida. Essa não serve.

Esse compromisso ético fundamental com a igualdade e com a justiça

é a chama que nos alimenta, e isso nos faz diferentes. No olho, na alma, no coração e na inteligência de um socialista tem que haver essa compreensão de que cada ser humano é portador de uma dignidade única, que lhe dá direito à felicidade, que se constrói no curso de uma vida ou não se constrói nunca mais. Pode ser que alguns acreditem em reencarnação, e eu respeito essa fé religiosa, mas a nossa luta política é para que cada geração tenha sua cota de felicidade que uma vida útil, que se esgota em poucas décadas, pode eventualmente assegurar. Isso é ser socialista.

Por isso, para arrematar, não podemos nos comprometer com algum modelo predeterminado. O tal socialismo que é um só, disseram-nos ontem, com o que não concordei e por isso não bati palmas, não há um único socialismo. Cada povo é dono da sua história, é dono do seu tempo e é dono do seu destino. Por conseqüência, dono do seu futuro. O socialismo que cada povo vai construir, inspirado nas lições de alguns — inspirado, não obediente, porque o povo é livre e soberano — há de ser construído por cada povo, segundo os moldes próprios do seu momento histórico e da sua vontade democraticamente medida.

Essas três proposições, onde tento me agregar ao debate de hoje, propõem, então, em síntese:

1 – Que o socialismo seja identificado com o compromisso ético, com a justiça e com a igualdade e não seja declarado vinculado a algum modelo predeterminado que algum iluminado, escolhido não sei por que Deus, um dia elaborou, construiu e decidiu por mim, e ao qual só me resta aderir ou me declarar de direita. Não, continuarei de esquerda, fazendo as minhas propostas.

2 – Por isso mesmo democracia é indissociável do socialismo. Democracia que significa a soberania popular, compromisso com o povo.

3 – Nesses novos tempos que o neoliberalismo e o mercado - que se pretende senhor da história - nos apresentam, a globalização excludente, empobrecedora e destruidora de povos, nações, de gente, de felicidade, de vida, tem que ser atacada não pelos métodos do retorno ao passado, mas pela afirmação de uma esquerda internacionalista tal qual está, por exemplo, no Manifesto de Marx, que terminou dizendo: trabalhadores do mundo, uni-vos. Só tendes a perder a vossa miséria. Essa é uma afirmação internacionalista.

Para sermos fiéis por exemplo a essa lição, temos que sustentar as causas internacionalistas da esquerda para não rasgarmos nossas bandeiras.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Prefeita Kátia Born) – Depois dessas duas brilhantes exposições, da crise neoliberal, passaremos aos debates. Quem quiser se inscrever pode levantar o braço e identificar-se.

O SR. LUIZ DÁRIO DA SILVA (PSB/PE) – Exma. Prefeita Kátia Born, Exmo. Senador Roberto Saturnino Braga, Exmo. Deputado Bernardo de Souza, ilustres companheiros congressistas. Senador, Federação, ensina-nos a teoria, é uma das formas de organização do Estado e é uma forma brilhante. Ocorre que no Brasil, a maneira como foi organizada a Federação, foi de cima para baixo. O País era um império unitário e ao que era colônia se deu alguma autonomia. Aí surge o Estado Federal, mas um Estado Federal muito dominado pela Federação. E Federação pressupõe Estados membros fortes, Estados membros que têm autonomia mas que têm auto-organização, autogoverno. Têm o direito de se dar a sua própria Constituição, respeitando a Constituição Federal. Mas essa Constituição Federal é estabelecida pelos próprios Estados membros. Auto-organização, dar-se a sua própria Constituição, que tem limites na Constituição Federal, mas essa Constituição Federal é estabelecida pelos Estados membros.

Quem faz a Constituição? São os deputados, os senadores, que saem de onde? Dos Estados membros. A Federação é uma ficção e esses representantes do povo de cada Estado são eles que fazem a Constituição Federal. E se estabeleceram limitações ao poder dos Estados membros, ocorre aí uma autolimitação dos Estados membros.

Então este é um primeiro aspecto: auto-organização dos Estados membros. Autogoverno. Cada Estado membro tem o poder supremo que são seus governadores, apresentando o Legislativo e o Judiciário também, mas tem um poder supremo cada Estado membro.

E por fim, a Federação implica participação dos Estados membros, da formação da vontade da Federação e também a participação dos Estados membros nos órgãos do Estado Federal. Participação da formação da vontade da Federação por quê? Porque a vontade da Federação, e isso eu estou abordando, uma Federação séria, é estabelecida pelos senadores e pelos depu-

tados federais eleitos pelo povo de cada Estado soberano. Se isso não está acontecendo no Brasil, se não têm auto-organização os Estados membros, se não têm autogoverno, se os Estados membros não estão participando decisivamente na formação da vontade da União, então estamos efetivamente envolvidos numa séria crise da União. E V.Exa. enfatizou essa questão, muito sabiamente.

A SRA. COORDENADORA (Prefeita Kátia Born) – Três minutos já, companheiro, para a pergunta.

O SR. LUIZ DÁRIO DA SILVA – Vou fechar. E temos uma Federação em crise, onde o Governo Federal está comprometido em dar a pancada definitiva nessa Federação, criando um Estado unitário canhestro, porque o Estado unitário, voltado para a manutenção dessa elite carcomida, que mantém massas imensas da população, sobretudo neste momento de grande desemprego, na situação de miséria.

Por outro lado, faz o jogo do capitalismo financeiro internacional, dominado por essa ideologia da globalização, ideologia que é globalizante para alguns países e globalizadora para países periféricos como o Brasil, porque ao passo que globaliza riqueza para esses poucos países, globaliza miséria para os países periféricos, como é o caso do Brasil.

Mas, Senador, até agora apontei problemas para V.Exa. discorrer com sua sapiência sobre eles. Mas quero apresentar, como é próprio de um congresso socialista, talvez algumas saídas. Mas no primeiro momento, e esse já é um momento posterior, essa situação era de extrema dificuldade porque só tinha um Estado da Federação com governo de oposição, que era Pernambuco. E hoje a oposição conseguiu fazer mais alguns governadores, e neste momento o compromisso que deve ser tirado deste Congresso é o de cobrar de cada um desses companheiros que se coloquem contra essa política de globalização, voltada exclusivamente para a manutenção do poder das elites e para a manutenção do poder financeiro internacional, em detrimento do povo brasileiro.

A SRA. COORDENADORA (Prefeita Kátia Born) – O tempo está encerrado, companheiro.

O SR. LUIZ DÁRIO DA SILVA – Deixe-me finalizar, Excelência, é porque...

A SRA. COORDENADORA (Prefeita Kátia Born) – Mas há outros companheiros que querem falar e aí é outra palestra. Aqui são três minutos para a pergunta e já vão cinco minutos.

O SR. LUIZ DÁRIO DA SILVA – Eu encerro com isso. Então tivemos a eleição de governadores e estamos neste momento com o fato que V.Exa. salientou de uma tentativa de emenda tributária que efetivamente distorce por vez os Estados membros e os municípios arrasando a Federação, e os governadores, mesmo desses Estados soberanos, dominados pelo Governo Federal, levantam-se porque eles estão sendo vítimas também desse processo.

Então, Excelência, esses são dois aspectos que talvez ajudem a solucionar essa problemática.

No tocante ao deputado, quero fazer uma defesa do companheiro Leonel Brizola, que quis dizer que socialismo implica justiça social plena. E o PTB, o PSB em muitos momentos seus militantes estiveram muito ...

A SRA. COORDENADORA (Prefeita Kátia Born) – - Olha, tempo encerrado porque já estamos entrando em outra discussão e quero passar a palavra para o segundo inscrito.

O SR. ROBERTO LEPALS (PSB/ES) – A partir de 89, observamos, com a queda do muro de Berlim, uma queda também, principalmente nos partidos de esquerda que defendiam o socialismo. E caiu também, com aquela grande vitória que iríamos conseguir com a vitória de Lula, em 89, e a queda do muro de Berlim praticamente também fez com que Collor se elegesse Presidente da República naquela época.

Temos observado que os partidos de esquerda têm falado sempre nesse socialismo arcaico, que deve ser mudado e apresentadas propostas novas para a solução do dilema que estamos encontrando com o neoliberalismo.

Então eu queria saber do Senador e do Deputado qual seria o modelo socialista para o futuro milênio.

A SRA. COORDENADORA (Prefeita Kátia Born) – O companheiro aí da segunda fila.

Estou sendo rigorosa no tempo a partir de agora. O primeiro falou um pouco mais, mas a partir de agora três minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS ELÓI MARTINS (PSB/SC) – Para, digamos, contemplar o que também o Deputado Bernardo de Souza havia comentado sobre essa questão do caminho único do socialismo, lembro que no primeiro Encontro Estadual do PSB no Rio Grande do Sul, do qual participei, justamente o ponto de atração e reflexão para mim foi a posição dos históricos do PSB (que então estavam remontando o PSB naquele Estado). de que o socialismo que deveríamos construir para o Brasil era diferente do socialismo de Cuba. Por quê? Porque a cultura era diferente, a economia era diferente, era outro patamar econômico, diferente de 59 de Cuba, a geografia do Brasil era totalmente diferente, assim por diante. Quer dizer, já havia aí um pressuposto de rompimento da via única para a construção do socialismo e é justamente essa a diferenciação histórica feita pelos fundadores do PSB na década de 40. Então esse foi um ponto de atração e de meu ingresso no Partido Socialista.

Escrevi um artigo, na pág. 29, que faz também uma reflexão. Tem bastante conteúdo mas o objetivo é entender essa crise do modelo neoliberal nas suas conseqüências sociais, sobretudo da forma como ela busca criar um corpo unitário na sociedade, convencendo a todos, principalmente na segunda coluna, o primeiro parágrafo, onde diz:

"Essa propaganda busca convencer a todos das vantagens que o capitalismo internacional oferece ao capitalismo brasileiro como justificativa para as decisões políticas administrativas, pelo qual então tem levado de roldão toda a sociedade brasileira. Mas como um camaleão se oculta na singularidade humana, já enaltecida pela competitividade de mercado, tornando a todos ilhados, rotulados, como incapazes de soluções mais brasileiras."

E nesse sentido, por exemplo, a queda do muro de Berlim pegou os setores de esquerda, digamos, quase que completou com o massacre ideológico do capitalismo, criando quase que uma via de mão única do capitalismo como alternativa para o desenvolvimento brasileiro, o que graças aos partidos de esquerda, que têm feito essa discussão até nas universidades, nas escolas, nos sindicatos, nos movimentos sociais e convencido a nós todos de que haverá sempre um caminho socialista, vários caminhos socialistas como alternativa a qualquer tipo de capitalismo.

A reflexão que também faço é com referência a essa questão que havia colocado sobre a Federação. Nós devemos buscar fortalecê-la, em oposição ao que o Governo Federal vem fazendo, que é retirar recursos das unidades

federadas. Ao mesmo tempo em que devemos recuperar um pouco desse sentido de nação para o desenvolvimento econômico e também, digamos, tentar conviver com a regionalização da globalização específica do Brasil. Bastante complicado, então.

A princípio seria essa contribuição, depois teria mais algumas.

A SRA. COORDENADORA (Prefeita Kátia Born) – Peço que o companheiro se identifique porque está sendo gravado.

O SR. BERNARDO (Diretório do PSB/RJ) – Primeiro eu gostaria de parabenizar as duas exposições, também parabenizar a prefeita pelo trabalho que tem sido feito lá na nossa prefeitura popular de Maceió e quero abordar duas questões que acho importantes.

Um dos expositores falou da necessidade, do paradigma e do paradoxo que colocamos de que hoje a direita tem colocado uma pauta de propostas e de reformas. Ontem até o nosso Presidente Miguel Arraes enfatizou que no passado éramos nós que colocávamos as reformas, hoje são eles que colocam as reformas.

Aí eu venho no sentido de abordar uma questão que considero importante. Nós, da esquerda, precisamos avançar no sentido de elaborar uma pauta nova, até mesmo porque isso me deu uma preocupação quando o outro companheiro perguntou qual o modelo de socialismo. O modelo eu não sei, acho que pouquíssimos aqui vão saber o modelo de socialismo, mas acho que existem algumas propostas objetivas, lógico, quando entendemos socialismo como uma ética temos rumos, questões básicas que precisamos atender. A questão da igualdade, da liberdade, da fraternidade, enfim, são rumos finais que vamos ter que atender. Está inerente numa ética socialista.

Agora, existem propostas, por exemplo, escutei uma que é a questão da taxação dos fluxos financeiros, a famosa taxa *Tobin*. Eu queria abordar algumas outras questões mais do ponto de vista propositivo. Uma delas para mim tem sido o grande marco da esquerda no Brasil nos últimos tempos, que é a questão da radicalização da democracia. O que significa isso? Instrumentos como o orçamento participativo, como conselhos comunitários, acho que esses instrumentos aproximam a população do exercício do poder. Lembro que na última reunião da Fundação João Mangabeira tivemos um debate sobre a necessidade ou não de existirem câmaras de vereadores, que é muito polêmico e rico, o qual precisamos travar.

Queria colocar outras questões, como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho. Acho que precisamos abordar isso - discuto muito sobre o assunto com o Senador, no Rio de Janeiro -, até porque já temos quase um consenso de que, hoje, o homem pode se libertar do trabalho, ficando mais tempo em casa, desenvolvendo mais as suas atividades culturais, filosóficas, sem afetar a produção, até porque a tecnologia lhe permite isso. Logicamente, há um pressuposto: a tecnologia tem que ser democratizada. Se apenas 20% a detiverem, não adianta.

Então queria tentar trazer o debate sobre essas questões. No futuro, tentarei intervir melhor. Obrigado.

A SRª COORDENADORA (Kátia Born) – Companheira de azul.

A SRª FABIANE – Estou aqui como ouvinte e queria comentar um pouco o que o Deputado Bernardo de Souza falou, sobre as teses, que achei muito interessante. Queria falar sobre quatro outras teses que encontrei. Desculpem-me por lê-las, mas é algo bem rápido.

A primeira seria que o neoliberalismo não garante condições objetivas, ou seja, econômicas, políticas e culturais para o exercício de todos; a segunda, que o neoliberalismo propõe um mundo imoral, porque é surdo ao sofrimento e à miséria dos milhões de excluídos do processo produtivo, justificando essa exclusão em nome da racionalização dos custos e da competitividade entre os agentes privados, defendendo a utilização egoísta da propriedade privada acima da função social que toda propriedade deve cumprir, desconsiderando como objetivo a realização da felicidade alheia; a terceira tese, que o neoliberalismo propaga uma ilusão, pois é impossível atingir os fins que propõe com os meios que preconiza, uma vez que estabelece um modelo formal de concorrência ideal impossível de ser realizado; a quarta é que o neoliberalismo é um modelo incapaz de enfrentar a crise do trabalho no sistema de produção de mercadorias da atual economia globalizada.

Então podemos concluir que ele não realiza o elemento mais fundamental que propõe, que é assegurar que todos os sujeitos de uma dada sociedade possam ser efetivamente livres. Era o que queria colocar. Obrigada.

Meu nome é Fabiane, sou estudante de Ciência Política da Universidade de Brasília.

O SR. GIVANILDO – Meu nome é Givanildo, sou Secretário Municipal da Juventude de Maceió, Alagoas.

É apenas uma questão de encaminhamento à Coordenadora, Prefeita Kátia Born, quanto ao tempo, porque temos várias pessoas que querem participar. São três minutos, então que colocasse em votação o pessoal na hora... que não ficasse insistindo, insistindo. Só era isso mesmo.

A SRª COORDENADORA (Kátia Born) – É claro que não estou dando três minutos, mas quatro, mas em três minutos estou fechando, porque há companheiros inscritos e uma plenária ainda. Então se ficarmos aqui, com um ou dois monopolizando o tempo, o que acontece? Nem todos falarão.

Companheiro de vermelho.

MARLOS DUARTE (PSB/PE) – Companheiros, queria saber dos debatedores qual a diferença fundamental entre o que se discute, hoje, no mundo da globalização e o que se discutia sobre a questão do imperialismo, se não seria apenas uma mudança de nome de uma luta que vem se arrastando há muitos anos.

Tive a honra de conviver com uma figura extraordinária, chamado Gregório Bezerra, que dizia, quando começávamos a questionar e discutir com ele: "Faça o milagre que o santo aparece". Então queria saber que milagre o PSB pode fazer para que possamos mudar os rumos e os caminhos deste País.

O companheiro colocou, por exemplo, a questão do orçamento participativo, a participação popular e um outro companheiro citou a questão de Cuba. Evidentemente conheço Cuba apenas por leitura e, pelo que me consta, ali não há uma ditadura, mas uma democracia que discute, aprofunda. O fato de ter Fidel Castro esse tempo todo no poder não quer dizer que represente uma ditadura; ele participa e discute, a não ser que a figura única do administrador não possa permanecer, porque representa, como o companheiro está colocando, uma monarquia.

Em relação à questão do Muro de Berlim, é muito interessante quando vemos o companheiro colocar que com a sua queda também caiu o socialismo. Penso, então, que o socialismo estava muito fraco, porque se segurava só no muro. Acho que a questão é muito mais profunda, muito mais política e deve ser analisada.

Gostaria que os companheiros aprofundassem a questão do imperialismo e do neoliberalismo e que o Partido Socialista Brasileiro discutisse o tema dos núcleos de base. Participamos dos congressos do Partido, o estatuto fala na organização dos núcleos de base, que, a meu ver, é o grande passo para tomarmos o rumo correto, mas não conheço nenhum Estado que tenha realmente força, apostando nessa organização dos núcleos de base, a não ser que o companheiro ache que o núcleo de base não seja democrático porque em Cuba existe esse processo.

O SR. JÉSUS – Meu nome é Jésus, estou no Partido desde 1985.

O primeiro comentário que queria fazer é que fico muito feliz de, só nesta sala, ver muito mais pessoas do que em 1985, porque, naquela época, o Saturnino estava no PDT e cabíamos todos...

A SRª COORDENADORA (Kátia Born) – Eu estava no PSB e continuo.

O SR. JÉSUS – Eu lembro, Prefeita. A senhora lembra que cabíamos todos aqui, nesta sala.

Queria ressaltar duas coisas sobre o neoliberalismo; queria, inclusive, que levássemos isso para o nosso discurso de rua. A primeira é que o neoliberalismo é autofágico e nos traz, por exemplo, um problema insolúvel, relativo ao "barão das drogas". Só é insolúvel na medida em que eles estão com dinheiro. Esse é o grande nó e uma das fendas do liberalismo, que me recuso a chamar de neoliberalismo. É liberalismo e todos conhecemos suas teses. Então a primeira fenda que se formou foi pelo fato de ele ser autofágico, por intermédio dos "barões das drogas", que são aceitos hoje no mundo inteiro.

A segunda fenda que se formou, esta, sim, imperialista, é que em todos os países está se constituindo a casta da globalização. Não chega a 10% o percentual de pessoas em cada país que têm interesse na globalização e investem todos os recursos de imprensa e todo o poder financeiro para que naquele país se aceite isso. Acho que dispersamos essa idéia de nossa mente; pouco falamos que existem pessoas lutando, aqui no Brasil, muitas delas de famílias quatrocentonas, contra o País. Omitimos isso no nosso discurso.

Creio que temos que ser um pouco mais agressivos mesmo nos nossos discursos de rua, falarmos mais aberta e claramente o que é o neoliberalismo,

tocar na questão dos "barões da droga", que só existem por causa dele, e dizer que o neoliberalismo só quer reforma em função da fenda que foi aberta, porque eles começaram a ser atingidos pelo próprio fato de serem autofágicos, primeiro pela questão das drogas; segundo, pelos malucos que aparecem, criados por eles mesmos.

A SRª UEDNA MIRANDA – Sou Uedna Miranda, de Alagoas. Queria aproveitar a oportunidade da presença de dois representantes do Congresso Nacional para levantar um questionamento com relação à prática do governo neoliberal de criação de agências: Anatel, Aneel, Agência Nacional de Saúde, ANP e saber de que forma esses representantes do Congresso Nacional...

O SR. DEBATEDOR (Deputado Bernardo de Souza) – Sou Deputado Estadual.

A SRª UEDNA MIRANDA – Desculpe, o nosso Senador responde, mas isso não exime o nosso Deputado Estadual de acompanhá-lo. Como vocês dois veriam essa questão e que atuação ou fiscalização deve haver para que a população tenha um acompanhamento sobre essas agências. Por exemplo: eu estava lendo hoje sobre a criação de uma Agência Nacional de Saúde, que deverá fazer um acompanhamento, em substituição à Susepe, na área de legislação, principalmente de planos de saúde. Temos preocupação, na ponta, com relação a como essas agências estão procedendo e que fiscalização nossos Deputados Estaduais, Federais e Senadores estariam realizando objetivamente quanto ao trabalho e à execução dessas agências.

A SRª COORDENADORA (Kátia Born) – Chamo os três últimos companheiros inscritos, depois passarei a palavra aos nossos debatedores, após o que faremos nova rodada.

O SR. MAURO DANTAS – Meu nome é Mauro Dantas, sou do Diretório Regional de Brasília.

Senador Saturnino, Prefeita Kátia Born, Deputado Bernardo de Souza, acho que um dos papéis que temos que desempenhar com mais ênfase, enquanto Partido socialista, já que o tema que está sendo discutido é neoliberalismo e globalização, é levarmos isso para a população. Foi dito hoje de manhã, na abertura do Congresso, por um Deputado Federal, que as pessoas não sabem o que quer dizer globalização, pensam que é a Rede Globo, e é verdade. No

ano que vem, teremos eleições municipais extremamente importantes para o nosso País e para o nosso Partido, então, enquanto militantes políticos, temos que mostrar para o povo o que realmente significa globalização e neoliberalismo e de que forma, como Partido Político, podemos nos contrapôr ao que aí está, a essa devassidão, esse arraso que vem de cima para baixo, empobrecendo cada vez mais o nosso povo.

Rapidamente, gostaria de comentar uma outra observação que o companheiro de Pernambuco fez a respeito do núcleo de base. Sei que não tem muito a ver com neoliberalismo e globalização, mas acho que é de tremenda importância - ele, de fato, está correto - desempenharmos, como Partido Político, um papel mais importante nisso, porque é aí que vamos formar de fato os nossos militantes. Se não tivermos militantes na rua, quem vai defender as nossas bandeiras? Um militante começa aqui, é formado aqui. Eu fui formado assim no Partido dos Trabalhadores, que foi o meu primeiro Partido Político, e acho que ainda estamos pecando nesse aspecto.

No ano que vem, acontecerá uma eleição extremamente importante, porque é ela que vai definir o rumo de 2002, e temos que ter essa visão, uma vez que precisamos ter um candidato próprio. Mesmo que não tenhamos, deveremos influir decisivamente nessa discussão. Tenho falado sobre isso com o Senador, porque trabalho com ele e sou sindicalista, sou Presidente do Sindicato do Legislativo. Aqui dentro mesmo, as pessoas não entendem, não acompanham. Elas trabalham numa Casa política, mas não sabem o que está se passando, é algo absurdo. Hoje a situação é um pouco melhor, porque há a TV e a Rádio Senado, a TV e a Rádio Câmara, mas mesmo assim não é suficiente. As pessoas estão desacreditando tanto nos políticos que nem ligam, preferem ver novela, Ratinho, Sílvio Santos do que assistir um debate político. Então este é o nosso papel: maior conscientização e esclarecimento do eleitor, porque não adianta ir para a rua, no ano que vem, no momento eleitoral - fui candidato e sei como isso funciona -, se o povo não souber fazer a distinção, como o Deputado Bernardo colocou, entre o que é um homem de Direita e um homem de Esquerda. Na hora do voto, é tudo a mesma coisa para eles, assim como na hora de rotular: "Ninguém presta, são todos iguais, todos farinha do mesmo saco". Creio que esse é um papel importantíssimo para o nosso Partido e temos que aproveitar para aprofundar essa discussão neste Congresso, porque me surpreendeu. Disse ao Senador: "Não imaginei que o nosso Partido estivesse essa maravilha".

Estive em Maceió - talvez a Prefeita não lembre, e nem tem como lembrar, porque é tanta gente -, no ano passado, em junho, e fiquei feliz em ver a reinauguração daquela pracinha. Este é o nosso trabalho: temos que estar com o povo; não temos que ter medo dele, mas conversar com ele e esclarecê-lo. Creio que está faltando um pouco disso na nossa legenda e temos obrigação de fazer esse trabalho. Obrigado.

O SR. PAULO PEDROSO (Paraná) – Sou Paulo Pedroso, Vereador de Apucarana, Paraná, pelo PSB.

Gostaria de perguntar ao Senador Saturnino Braga e também ao nosso Deputado, Bernardo de Souza, por que eles não contemplaram na sua fala uma questão alternativa para o neoliberalismo, o desemprego e a exclusão social. Qual é a perspectiva do socialismo no Brasil sem começar pela reforma agrária. Esta é a minha primeira questão. Sabemos que somos o País mais desigual do mundo, sobretudo na questão de distribuição de terras. Como pensar no socialismo no Brasil, onde apenas um fazendeiro, por exemplo, detém 15 mil ou 40 mil alqueires de terra, enquanto famílias se aglomeram nas favelas, nas periferias das nossas grandes cidades. Viajei 1.600 quilômetros até Brasília de carro, vimos a imensidão de terras que tem o Brasil - e temos essa noção quando começamos a viajar - tão mal distribuídas. O movimento dos Sem Terra é o único, no Brasil, de Esquerda, realmente revolucionário. Nem nos Partidos Socialistas existe um movimento de Esquerda como o MST.

O SR. MÁRCIO (Rio de Janeiro) – Sou Márcio, do PSB do Rio de Janeiro.

Gostaria de saber do Senador Saturnino Braga e do Deputado Bernardo de Souza sobre a questão internacional, porque, hoje, no mundo, há uma grande discussão a respeito da Terceira Via, que se coloca entre o conflito do capitalismo com o socialismo, cujo maior defensor é Tony Blair, Ministro do Partido Trabalhista inglês. Ontem mesmo, o nosso Governador Miguel Arraes, no seu discurso, dizia que isso vem causando até mesmo dissidência no próprio Partido Trabalhista inglês, em virtude das posições que Blair vem tomando com apoio de Bill Clinton, Presidente dos Estados Unidos. Até um dos grandes líderes do Partido dos Trabalhadores, o Lula, afirma que a Terceira Via seria uma maquiagem do neoliberalismo.

Muitos talvez não saibam o que vem a ser a Terceira Via, então gostaria que a definissem e que nos dissessem se essa seria a solução

A SRª COORDENADORA (Kátia Born) – Vamos conceder a palavra também à Paula, que, em três minutos, vai falar um pouco sobre as duas teses que apresenta e que concluirá, depois, na plenária.

A SRª PAULA – Obrigada. Saúdo os companheiros da Mesa e os demais companheiros.

São duas teses publicadas nas páginas 24 e 30 do caderno de teses, na verdade, proposições bem práticas que gostaria de ver incluídas nas propostas dos candidatos socialistas para as próximas eleições e têm, na minha opinião, relação com a questão da globalização.

A primeira trata da defesa da implantação do plurilingüismo nas escolas públicas, porque creio que é preciso instrumentalizar as pessoas para enfrentar a globalização. Isso permitiria que alunos de todas as classes sociais possam ter acesso às culturas, algo que acontece através da língua. Caso contrário, essa cultura fica muito elitizada e as pessoas ficam despreparadas para enfrentar essa questão cultural que veio junto com a globalização.

A outra tese é a preservação do patrimônio cultural. Tem-se falado muito que a globalização, à medida que termina ou dilui as fronteiras nacionais, ao mesmo tempo reforça as regiões. Então creio que este momento que estamos vivendo seria propício à defesa do patrimônio histórico e cultural das regiões como forma de se resgatar as origens culturais de cada região, o que também seria uma maneira de se instrumentalizar as populações para reagirem, viverem e pensarem a globalização que está se apresentando.

A SRª COORDENADORA (Kátia Born) – Concedo a palavra ao Deputado Bernardo de Souza, depois ao Senador Saturnino Braga.

O SR. DEBATEDOR (Deputado Bernardo de Souza) – Ficou evidenciado que o público tem muito mais temas do que a nossa vã filosofia poderia sonhar, o que reafirma que não há um tema único.

Vejam bem, a jovem, lá do fundo, apresentou maravilhosas teses sobre o neoliberalismo; o Bernardo falou sobre o alargamento da nova agenda; o Márcio falou sobre a Terceira Via; a Paula falou sobre o plurilingüismo e vem alguém nos dizer que existe uma coisa única, que fora disso não há salvação? Eu não aceito. Há um elemento que nos unifica: o compromisso com a igualdade, com a dignidade, com a felicidade e com a justiça, mas, a partir daí, é

preciso construirmos caminho, nós, o povo, não as lideranças, os deputados e senadores, políticos que acham que sabem mais do que o povo.

Vou falar, *en passant*, sobre cada assunto, porque merecem uma intervenção. Gostaria de falar, no mínimo, 60 minutos sobre cada um, mas a Kátia não deixa.

A SRª COORDENADORA (Kátia Born) – Você tem dez minutos; para cada tema, dois minutos.

O SR. DEBATEDOR (Deputado Bernardo de Souza) – Então, pelo amor de Deus, não entendam como desatenção a minha passagem rápida sobre temas que, a rigor, merecem análises muito profundas, porque são complexos.

Federação é realmente um tema crucial na organização política. Quando o marxismo privilegiou a conquista do poder e não o seu exercício - essa é uma das suas fragilidades conceituais -, deixou de lado esse tema. Não há uma ciência política completa e acabada do marxismo; os marxólogos têm que desdobrar suposições, como, aliás, temos que supor que o Brizola queria dizer que tudo nos unificava na justiça social, mas não é assim. Acho que a federação é um tema crucial e concordo com a análise do nosso companheiro de Pernambuco: o Brasil não tem uma federação na origem; é uma construção do poder central.

Só quero mostrar como há uma ambigüidade, uma cultura não-federalista no Brasil: os governadores dos Estados querem ou não liberdade para se endividar sem autorização do Senado? Querem. Eles querem ou não pagar as dívidas? Não querem. Eles querem que a União pague as dívidas? Querem. Eles querem as condições da União? Não querem. A guerra fiscal é uma afirmação da federação ou temos que destruir a federação para acabar com a guerra fiscal? Há um discurso contraditório aí. Ou queremos a federação, e os governos serão responsáveis pelo pagamento das dívidas, ou a União será a mãe que salva os meninos que se sentem perdidos na hora "h". Esse nosso discurso tem que ser acertado, calibrado. Não podemos ter o discurso da liberdade do governador para fazer dívida e o compromisso da União em pagar a dívida do Estado. Aliás essa negociação da dívida trágica para os Estados, como foi muito bem apontado, porque 13% inviabiliza por 30 anos os Estados.

No Rio Grande do Sul, a dívida era negociada a cada seis meses com juros de mercado. Se não houvesse a federalização da dívida em condições horrorosas, o Rio Grande do Sul quebraria, porque no dia em que os credores desistissem de renegociar o Estado não teria condições de pagar, tanto que nenhum governador, nem os mais radicais, quer desmanchar o contrato. Há uma pauta política à qual estou aderindo, como todos nós, para reduzir o percentual, mas ninguém quer desmanchar o negócio pelo qual a União comprou a dívida dos Estados, de seis meses, converteu em 30 anos, parou de pagar juros de mercado, pela qual cobra juros de 6% ao ano. Há uma diferença.

Então o discurso federalista nos impõe uma cultura que não temos infelizmente: a federação supõe desconcentração do poder, mas vai significar que quando tivermos um presidente de Esquerda vamos ter que aceitar um governador de Direita se opondo a ele com liberdade de ação. O jogo vale para os dois lados.

Em segundo lugar, montar um modelo socialista; quem o constrói é o povo. Creio que esta é a lição que temos que tirar. Se algum de nós acha que tem um modelo acabado, tem que, imediatamente, procurar um Partido de Direita, porque quem tem soluções prontas para o povo não é a Esquerda. Isso tem feito a infelicidade da humanidade. Sabemos nós como se chamava o Partido do Hitler, na Alemanha? Chamava-se, para vergonha nossa, Partido Nacional Socialista.

Há uma frase no Evangelho que gosto muito: "Não é aquele que diz Senhor, Senhor, batendo no peito que entra nos Céus; é quem, mais do que palavras, tem as obras adequadas". Acho que isso vale para o militante da Esquerda também.

O José Carlos mencionou os vários caminhos para o socialismo que o povo vai construir. Acho que essa é a questão da radicalização da democracia de que se falou agora há pouco. Isso é importante. O homem de Esquerda acredita no povo; o homem de Direita dispara do povo e quer apontar soluções para ele. Essa é a diferença. O homem de Esqueda submete-se ao julgamento popular, por isso admite perder. É duro, mas temos que admitir que podemos perder. O de Direita não aceita esse julgamento, por isso dá golpes quando o povo começa a acertar nas votações sucessivas.

O Bernardo fala na pauta nova. Claro que a pauta nova é o grande tema; pena que não dá, Bernardo, mas é uma maravilha o assunto que você levantou: a questão do jovem, da mulher, do negro, do velho, do deficiente físico, do índio, do consumidor, do meio ambiente, do patrimônio cultural, tudo isso tem que se incorporar na agenda do discurso político; não podemos ficar pensando apenas em eleição, em ganhar ou perder coligação com esse ou aquele. Isso é meio, mas para um fim. A agenda política tem que ser alargada extraordinariamente, porque, hoje, no mundo, os movimentos sociais estão, de certa maneira, suplantando os Partidos Políticos. As vitórias das mulheres ao longo do século não se deveram propriamente a ações da Esquerda, nem as questões de meio ambiente, mas à ação democrática do povo mobilizado independentemente de Partido.

A Fabiane apresentou maravilhosas teses sobre o neoliberalismo. Quero dizer que concordo plenamente com elas e vamos aprová-las.

Quanto à questão do Pedro Vermelho, sobre imperialismo ou não, sim. Inclusive estou lendo um livro de um marxista brasileiro, Jacó Gorender, "Marx sem Utopia", e ele chama atenção exatamente para isto: é um nome novo para o imperialismo. Como a palavra ficou um pouco demodê - sim, porque palavras também estão sujeitas à moda -, usou-se globalização, mas é o mesmo processo pelo qual há uma internacionalização dos processos econômicos, internacionalização, aliás, que Marx já registrava no manifesto. Ele dizia que a burguesia tinha feito a internacionalização da economia, processo que, segundo ele, começava nos tempos modernos a partir da descoberta da América.

Você tem razão, porém, talvez pela pretensão ideológica que está por trás da palavra, no sentido de não haver um agente determinado ou um beneficiário específico, parece um processo anônimo, enquanto o imperialismo identificava as potências, era muito associado ao colonialismo. Entretanto há uma obra atualíssima que referenda a sua proposta.

Quanto a Cuba, quero dizer que núcleos de base não garantem a democracia. É uma forma, mas não garante. Para haver democracia, é preciso que haja liberdade verdadeira de opção em alternativas diferentes. Democracia supõe eleições livres, liberdade de organização partidária, liberdade de dissidência, sem risco de cadeia. Aliás, a Esquerda, no mundo, é contra a pena de morte, mas em Cuba há pena de morte; mesmo para os traficantes de drogas

defendemos o direito a um processo, o devido processo legal; em Cuba, em duas semanas, fuzilaram um general que o merecia, mas o processo não é aquele que defendemos; em Cuba há reeleição, e a negamos tanto, uma vez que dissemos que era uma negação da democracia. Não sou contra a reeleição, mas temos que calibrar o discurso para não dizermos "sim" lá e "não" aqui, talvez acolá. Devemos ter um discurso igual em todo lugar. Entrentanto, paixão por Cuba nós temos e pelo Fidel, que enfrentou o "gigante", mas isso é outra coisa.

O Jésus levantou a questão sobre se o neoliberalismo merece o prefixo "neo". Não. Trata-se de uma formulação, porque o liberalismo tem associação com a filosofia política de liberdade. O neoliberalismo é mais um discurso economicizado.

A própria questão dos "barões da droga", como ele menciona, além do fato de o neoliberalismo ser uma filosofia que favorece as minorias dos países, mostra exatamente que temos que pensar em um modelo alternativo, mas o discurso de rua tem que enfrentar essas questões. Não podemos discutir esses temas apenas em congressos partidários, supondo que somos capazes de compreender e o povo, não.

Quanto às agências reguladoras, Ueda, desculpe-me, mas esse é um tema gigantesco. Sou a favor das agências reguladoras como um instrumento de garantia de políticas públicas. Não há pessoa física de direito público; nós, pessoas físicas, de carne e osso, somos de direito privado. Então as empresas e o Governo agem por meio de pessoas físicas. O que garante a primazia do interesse público é a instituição e a regra. As agências reguladoras, especialmente em tempo de privatização, como está acontecendo, podem ser - talvez não sejam - o instrumento de garantia do interesse público, senão entrega-se a telefonia, o petróleo, as comunicações a empresas privadas e não há quem controle. Agência pode ser a última esperança da regulação pública, porque o que garante um serviço público, para mim, não é quem o executa, mas uma lei que diz qual é a sua finalidade, regras administrativas que o fiscalizam, especialmente as metas de interesse público e, no fim das contas, o controle social. Agência é um instrumento estatal quando o serviço é privado. É uma idéia que nós, da Esquerda, não estamos sabendo compreender bem. Não que essas sejam boas, mas não podemos dizer que não queremos agências reguladores. Se não houver agência reguladora, a empresa privada vai ficar solta, sem alguém que a controle e fiscalize.

O Mauro falou sobre como os Partidos podem enfrentar a globalização. Os Partidos têm o seu discurso, fazem denúncias, mas é o povo quem tem que enfrentar. Na minha tese, proponho mecanismos institucionais internacionais controlados democraticamente.

Não ter medo do povo. Gostei disso, Mauro. A Direita tem que ter medo do povo, nós, não. Se tivermos medo do povo, medo de eleição, de discussão, de debate, alguma coisa está errada, o povo é a nossa referência.

Qual é a alternativa, pergunta o Paulo, quando se fala em reforma agrária? A reforma agrária tem sido adiada pelas elites, mas não podemos dar-lhe, hoje, o sentido de salvação nacional, porque acho que ela não tem mais. Ela é indispensável, mas não é ela quem vai salvar. A moderna biotecnologia faz com que a produtividade aumente sem necessidade de ocupação de mão-de-obra. Na Inglaterra de 1688, 60% da população estava na agricultura; 300 anos depois, 2% estão no campo, produzindo o dobro. Hoje, ou o setor primário da economia é atrasado, sem biotecnologia para empregar e sem produto competitivo, ou se moderniza com a biotecnologia, tem um produto competitivo, mas, em compensação, ocupa pouca mão-de-obra, daí o tema de redução da jornada, que deve ser uma bandeira da Esquerda, item 8 da página 8 daquela proposta.

A redução da jornada é o tema mais crucial da Esquerda no mundo moderno, porque a tragédia do neoliberalismo, do mercado livre e da globalização é o desemprego no campo, na indústria, no comércio, nos serviços e não há alternativa. Por que a jornada tem que ser de 44 horas, como diz a Constituição brasileira? O Senhor não entregou isso nas tábuas do Monte Sinai para Moisés. Isso é uma construção histórica, um consenso da Constituição de 1988, cada país tem o seu. Temos, imediatamente, que trabalhar com a idéia de metade da jornada a médio e longo prazo.

O Senador Saturnino, respondendo a uma pergunta minha, alertou-me para uma questão importante: nenhum país pode fazer isso unilateralmente, senão perde competitividade internacional, o que mostra que devemos ter articulações internacionalizadas da Esquerda, mas temos que reduzir jornada para livrar o homem do trabalho da máquina e do "bicho". Homem não foi criado para fazer o que bicho faz ou o que máquina faz; homem foi feito para quê? Para amar, para se divertir, para cultivar as coisas belas do espírito. Para isso o homem foi feito. Como diz Caetano: "Gente foi feita para brilhar". Trabalha-

mos porque precisamos, mas essa maldição bíblica não pode ser o eterno peso nas costas da humanidade, daí por que a redução da jornada libera o homem para as coisas boas da vida e da humanidade. A redução parece que é um tema que a Esquerda está esquecendo, mas temos que retomá-lo.

A economia, nos últimos 200 anos, depois da Revolução Industrial, reduziu a jornada à metade. Eram 16 horas ou mais, em 1780, na Inglaterra industrializada; passamos para 7 a 8 horas, o salário é maior, a vida é melhor. Podemos apontar no horizonte um trabalho de dois dias por semana, duas horas por dia. Vai fazer o quê o homem durante esse tempo? Vai namorar, vai amar, vai se divertir, ver filmes, ler livros, vai fazer as boas coisas da vida, porque o homem foi feito para brilhar. Fazendo isso, ele vai ativar a roda da economia, vai comprar discos, ver filmes e televisão, freqüentar um hotel, fazer turismo com a família e empregar. É um círculo virtuoso o que a redução da jornada vai proporcionar. Esse é um tema crucial, Bernard, não tenha a menor dúvida.

Terceira Via. É impossível falar agora sobre esse tema, porque ele é gigantesco. Só quero dizer que o considero um tema europeu. E a Terceira Via conceituada por eles, ao menos por um de seus principais teóricos, é um caminho novo; não um meio-termo. Seria uma alternativa à velha Esquerda da Social Democracia e à nova Direita da Globalização. Se estão acertando ou não, é outro assunto.

Creio que é algo muito localizado no universo da Europa Ocidental; tem sentido para os europeus, tem lições talvez aproveitáveis por nós, mas não é aquela discussão da década de 60, sobre a terceira via entre capitalismo e socialismo, nem eles estão tentando dizer isso. A velha Esquerda é aquela da social democracia, que significa mais impostos, déficit público e intervenção do Estado na economia que eles propõem mudar. É uma discussão que temos que acompanhar, porque é da Europa que têm vindo as grandes lições. De lá veio o socialismo, o liberalismo, assim como da Ásia Ocidental veio o cristianismo. A Terceira Via vai ter reflexos aqui, mas não é um tema propriamente brasileiro.

Quanto às duas proposições da Paula, elas estão perfeitamente enquadradas nisso. Quando fui Secretário da Educação no Rio Grande do Sul, introduzi essa idéia, porque o inglês ficou com o monopólio da língua estrangeira. De fato, é a grande potência e todos querem aprender inglês. Onde se

aprende, para nós, gaúchos, que temos uma colônia italiana fortíssima? A criança tem que abandonar a língua paterna para estudar inglês. Na colonização alemã, idem. E o francês, que é a nossa matriz cultural, que fim leva? E o espanhol, das nossas fronteiras com o Uruguai e a Argentina, Bolívia, Paraguai, toda a América Latina? Onde se aprende isso?

A idéia é que possamos, nas escolas públicas, assegurar o que os filhos das elites das escolas privadas já têm: acesso a outras línguas, segundo diz a Constituição gaúcha, de acordo com as opções ou com uma demanda significativa.

A questão da preservação do patrimônio cultural, a afirmação das identidades locais e regionais. Posso ter encantos com o edifício da Chrysler, em Nova Iorque, é uma maravilhosa construção arquitetônica, mas nada como uma igreja de Olinda para nós, ou aquelas coisas maravilhosas que ainda remanesceram, por exemplo, em Maceió, ou a cidade velha do Rio de Janeiro. Aquilo é a nossa história e tem que ser preservado. Qual é o município que não tem uma igreja, uma casa, um casarão, um símbolo desse? Preservar a cultura é preservar a identidade local e regional também. Trabalhamos pela felicidade do homem e isso faz parte dela.

Vejam só quantos assuntos para alguém vir me dizer que socialismo é uma coisa só, todos já sabem, não pensem mais no assunto. Aliás, estaria revogada esta reunião se fôssemos aceitar o conselho de ontem à noite. Vejam só como é bom termos gente falando. (Palmas)

A SRª COORDENADORA (Kátia Born) – Queremos registrar a presença do Deputado Federal de Alagoas Givaldo Canibão, do Deputado Estadual Petrúcio Bandeira e do Vereador Pedro Alves.

Passamos a palavra ao Senador Saturnino Braga.

O SR. EXPOSITOR (Senador Saturnino Braga) – Companheiros, o conjunto de perguntas a ser apresentado de uma vez só é muito importante para racionalizar o tempo, mas, por outro lado, prejudica um pouco a resposta. Quando é feita pergunta por pergunta, é mais objetivo e aplicado. Então peço desculpas, porque vou passar por cima de muita coisa, não vou abordar alguns temas, porque o Bernardo já falou. Vou considerar apenas alguns pontos das indagações que foram feitas e privilegiá-los nas minhas respostas. Um deles é a questão da federação, tema da primeira pergunta do

nosso companheiro de Pernambuco, ligando-a à pergunta do Bernardo, sobre a pauta, e a uma outra sobre as diretrizes do nosso modelo socialista.

Como disse o Bernardo, o socialismo é algo em construção, que não tem a mesma feição em todos os países, respeita as peculiaridades e tem diferenciações aqui e ali, mas ele deve seguir alguns princípios. Na medida em que há uma ética da igualdade, da fraternidade, da liberdade, ele traz em si alguns princípios que condizem com a idéia da radicalização da democracia.

O que o socialismo de hoje tem de diferente daquele de 50 anos atrás? É que as propostas de socialismo de 50 anos atrás, predominantes no mundo... não a nossa do PSB, que foi criado há 50 anos, com uma proposta não só de compatibilização, mas até de exigência de liberdade e democracia junto com o socialismo. Isso nos diferenciou, desde a origem, dos Partidos comunistas, mas a verdade é que o PSB, naquele momento, era um Partido pequeno, formado por intelectuais, por pessoas que tinham uma visão extremamente larga e profunda das realidades nacionais e mundiais. A massa aderiu muito mais às propostas ortodoxas dos Partidos comunistas do mundo inteiro, que pregavam o socialismo a ser atingido através da prática política de um Partido que representava os interesses da classe trabalhadora. Esse Partido era a consciência avançada da classe trabalhadora, tinha uma compreensão muito melhor dos seus interesses do que ela mesma e, através da ação política e da ação armada, tomava o poder e implantava o regime socialista, que, ao longo do tempo viria beneficiar a massa trabalhadora. Esta era a sua filosofia: o socialismo chegaria por uma ação armada, comandada por um Partido de vanguarda, que era o Partido Comunista. Essa era a tese predominante no mundo inteiro.

A primeira experiência resultante dessa prática deu em fracasso, por que? Porque na medida em que se implanta o socialismo por uma revolução armada, por um Partido absolutamente minoritário, representativo da vanguarda, é indispensável a implantação de uma ditadura. Ele só se sustenta pela força das armas até educar o novo ser humano socialista que possa levar à democratização do sistema. Toda ditadura, por definição, tende a se perpetuar, porque vai-se cristalizando.

A experiência soviética foi fantástica em muitos pontos de vista, resolveu realmente os problemas fundamentais da população. Era um país de analfabetos, então resolveram-se os problemas de educação, de saúde, de alimentação, de moradia. Os problemas fundamentais da vida do ser humano a

União Soviética resolveu e realizou feitos fantásticos na vanguarda da ciência e da tecnologia: dominou o ciclo nuclear e foi o primeiro país a enviar o "sputinik", o satélite. Quer dizer, foi um país que realizou feitos inacreditáveis, no entanto, depois, o próprio sistema ditatorial, que corta a criatividade, foi-se acomodando, solidificando-se, não foi capaz de se renovar e acabou perdendo a corrida econômica. A União Soviética, que, no início, produziu um fantástico crescimento econômico, que resolveu os problemas fundamentais do povo, entrou em estagnação e não era possível mais sair dali, porque o engessamento de todo o aparelho produtivo e da própria sociedade, que não criava coisas novas, acabou produzindo aquele fracasso rotundo e, de repente, o povo gritou por liberdade. A própria abertura da Perestroika levou o povo a se pronunciar e acabar com o próprio regime, o que deixou a Esquerda perplexa.

Hoje temos a perspectiva para identificar as causas do fracasso e não repeti-las. Daí a nossa proposta de hoje, que é chegar ao socialismo sim, mas não a curto prazo, através de uma revolução armada, com a implantação de um regime de força capitaneado por um Partido de vanguarda. Queremos chegar ao socialismo com a adesão das massas pelo convencimento, pela cultura política, pela democracia e pela radicalização da democracia. Se isso, em vez de levar cinco anos, demorar 50, não importa; o importante é que o socialismo seja implantado sobre uma base sólida, com sustentação para fazê-lo perdurar com todo o potencial de realizações que ele pode ter.

O regime capitalista é mais capaz de produzir resultados estritamente econômicos, porque se baseia na competição entre os seres humanos e suas organizações em que os investimentos se fazem com mais força e a criatividade explode. Marx foi o primeiro a afirmar o esplendor que o capitalismo era capaz de produzir; ele gera resultados econômicos inacreditáveis, como estamos, hoje, vendo aqui, mas o princípio do socialismo, que não é a competição, mas a colaboração, a cooperação, o planejamento também é capaz de produzir, como a experiência soviética mostrou e a chinesa está mostrando também. Talvez o socialismo não seja capaz de produzir com a mesma velocidade do capitalismo, mas ele gera progresso e criatividade compatibilizado com a ética socialista, com o sentido de justiça, fraternidade, com a realização do ser humano como um todo a partir da questão da redução da jornada de trabalho.

Só o socialismo pode reduzir a jornada de trabalho. O sistema capitalista, por causa da competição, vai querer, cada vez mais, fazer com que o ser humano trabalhe mais, querendo o seu máximo; os excluídos que se virem,

vivendo de esmolas ou de seguro-desemprego. O capitalismo jamais será portador dessa bandeira, dessa proposta de redução da jornada de trabalho.

A nova pauta da Esquerda e do socialismo deve ter determinados princípios de longo prazo e algumas ações e propostas pragmáticas de curto prazo. Os princípios fundamentais são internacionais, são da bandeira do socialismo, da nossa causa, da nossa proposta maior de longo prazo; as propostas pragmáticas de curto prazo evidentemente vão depender das condições e das peculiaridades de cada país. Entre esses princípios fundamentais do socialismo está a radicalidade democrática, que pede a descentralização do poder.

Num Estado das dimensões do Brasil, a descentralização tem que passar pela federação. É impossível querer compatibilizar a descentralização de poder num Estado unitário, como o Estado imperial brasileiro. Aí vem a questão: o Brasil não tem uma tradição federalista, não está nas raízes da nossa formação política. Como colônia e como império, o Brasil foi um Estado unitário; ele não nasceu como os Estados Unidos, que têm a federação na sua origem, onde cada Estado era um país e como tinham uma origem, uma língua e uma cultura comuns, acordaram entre si para constituir uma grande nação federada, respeitando a organização e as constituições de cada Estado. Ali nasceu a idéia da federação, que é essencial num país das dimensões dos Estados Unidos. O Brasil não teve isso: nasceu como um Estado imperial unitário, quando se transformou em república, copiou a federação americana sem nenhuma tradição ou preparação para tanto e o que aconteceu? Essa federação se transformou num conjunto de oligarquias regionais que tinham um poder quase absoluto. A União navegava em torno daquelas oligarquias, satisfazendo os interesses dos chefetes locais, principalmente baseados em São Paulo e Minas Gerais, que eram os maiores, mas cada Estado tinha o seu chefe político, seu grupo local e seu Partido republicano. Então não temos essa tradição, mas precisamos construí-la, porque ela é indispensável. Num país das dimensões do Brasil, com o princípio da descentralização, que faz parte da radicalidade democrática, que faz parte do modelo socialista, temos que caminhar para uma federação mais efetiva e construí-la.

Ao longo das nossas últimas constituições, isso oscilou como um pêndulo. O Estado Novo foi uma volta à centralização depois da República Velha, que era descentralizada, mas oligárquica. O Estado Novo concentrou-se no poder central. Depois veio a Constituição de 1946, novamente descentralizando, dando poderes aos Estados, quando cada um pode fazer a sua

Constituição, embora amarrados pelo poder central, mas houve um movimento de extensão para os Estados e Municípios. Veio a emenda de 1966, que foi uma nova constituição com o nome de emenda, já no regime militar, que voltou a concentrar o poder nas mãos dos militares, no pressuposto de que governadores e prefeitos esbanjavam os recursos. A Constituição de 1988 novamente distendeu e descentralizou, dando aos Estados e Municípios condições econômicas de realizarem políticas de desenvolvimento locais e um grau de autonomia, porque falar em autonomia sem recursos, para nós, é uma ficção. A partir da Constituição de 1988, as reformas constitucionais e o sistema tributário que têm sido implantados no País voltaram a concentrar, porque todas essas contribuições que foram criadas são dinheiro do poder central: a contribuição sobre o lucro extraordinário, a CPMF, nada disso entra no Fundo de Participação que é dividido entre os Estados, tudo concentra. Então voltou o movimento concentrador em mãos da União, e precisamos trabalhar por uma reversão desse pêndulo no sentido de descentralizar mais. Enfim, é um jogo que vai lá e vem cá ao longo da história do Brasil; não temos uma tradição de federação que precisamos construir. Vamos construí-la com a idéia da radicalidade democrática, que é princípio do nosso modelo socialista.

A questão de Cuba vem sempre à baila, porque parece um paradoxo para nós, que sustentamos a democracia como indispensável à realização do socialismo. Não só toleramos, como até aplaudimos o que se passa em Cuba. Pode-se dizer que Cuba seja uma democracia, mas de Partido único. O nosso modelo de democracia prevê o pluripartidarismo mesmo, com várias opções de escolha entre as propostas políticas, então Cuba não é um modelo para nós. Assim como temos que entender o que se passou na União Soviética, a primeira experiência socialista do mundo, que contou com a oposição do mundo todo e que teve que implantar uma ditadura férrea, temos que compreender que Cuba é um país pequeno a 200 quilômetros de um gigante, com alto-falantes. Sobre Cuba, há estações de rádio e de televisão, em Miami, na Flórida, irradiando para o povo cubano: "Vocês têm que ter liberdade, isso é uma ditadura" e Cuba tem que se defender, porque se se abrir acaba a revolução. O que a burguesia de Miami vai jogar de dinheiro numa eleição cubana se se abrirem os Partidos é uma barbaridade. Não é honesto dizer: "Vamos realizar aqui uma democracia pluripartidária", com as pessoas de lá cheias de dinheiro, e o Partido Comunista enfrentar uma oposição dessa natureza. É claro que eles vão tomar o poder, acabar com a revolução e restabelecer todas as propriedades confiscadas. Há até cartório em Miami registrando as propriedades

antigas para a sua revalidação no caso da derrocada. Temos que compreender a situação e aplaudir Cuba, sim, porque é um milagre a subsistência daquele regime socialista (Palmas) diante dos Estados Unidos, mas nem por isso vamos querer implantar o modelo de Cuba aqui. Cada país, diante de suas peculiaridades, tem que fazer opção de modelo, e a peculiaridade de Cuba é esta: estar a 200 quilômetros de um gigante econômico, político e militar. É uma barbaridade, uma diferença brutal.

Voltando à pergunta do Bernardo, sobre a pauta, teríamos que fazer um congresso só para discuti-la, para considerar a pauta da Esquerda para os próximos tempos. Repito que temos alguns princípios fundamentais de longo prazo. Sabemos qual é a nossa meta, onde queremos chegar: uma sociedade sem privilégios, que realiza a igualdade estrutural entre os seres humanos, não a igualdade completa, porque os homens são diferentes, graças a Deus, como disse o Bernardo. Deve ser uma igualdade estrutural, ou seja, sem privilégios de classe, segundo os quais a pessoa já nasce condenada a ser pobre ou rica. Essa igualdade estrutural, a idéia da liberdade e da democracia realizada até o fundo do conceito, a fraternidade entre os seres humanos, que também precisa ser recuperada como um velho sonho da Esquerda e dos socialistas de todos os tempos, tudo isso é um farol no horizonte, muito longe, mas sabemos que tudo que fizermos ao caminhar em direção àquele farol será uma colaboração para implantarmos o socialismo, ainda que não seja mais o socialismo de curto prazo que os partidos comunistas queriam, pela revolução armada. É um socialismo que vai se formando pelo convencimento, pela adesão das massas, pela cultura política, pela pregação dos nossos princípios em direção àquele encaminhamento.

Algumas medidas de curto prazo têm que estar na nossa pauta evidentemente. A questão da reforma agrária é o primeiro passo fundamental, essencial, ainda que, como disse o Bernardo, ela tenha tido, há 30 anos, um significado muito mais forte do que tem hoje em dia pelo número de pessoas que devem se ocupar da agricultura, o que diminuiu muito com o progresso tecnológico da agricultura. O Bernardo se referiu à biotecnologia e creio que ela está acontecendo agora. Todo esse progresso já realizado, que diminui muito a população do campo, acontece na técnica agrícola, no uso dos fertilizantes, na mecanização. Agora vai entrar a biotecnologia, que vai ainda multiplicar esse avanço tecnológico em níveis que não podemos sequer imaginar.

Tudo que for radicalização democrática, melhoria na distribuição de

renda - estamos caminhando em direção àquele farol -, todas as medidas redistributivas, garantidoras de um nível mínimo de satisfação das necessidades da população mais necessitada, e a reforma agrária é uma delas, todo o conjunto de medidas podemos capitular como sendo de natureza ou de cunho socialista. Porém há um outro conjunto de medidas que sabemos que são de prazo mais longo, que estão dentro dos nossos princípios também. A meu juízo, a principal delas é a questão da redução da jornada de trabalho. Não tem nenhum sentido filosófico, lógico, científico, porque a humanidade produziu o avanço da ciência. Pode-se dizer que foram os cientistas. Tudo bem, mas para chegarem lá eles foram sustentados pela humanidade. A conquista da ciência e da tecnologia é uma conquista da humanidade. Como essas conquistas, que fazem com que se possa produzir a mesma coisa com a metade ou com a terça parte das pessoas trabalhando, vai contribuir para a exclusão dos que não estão no processo produtivo? É impossível, isso é inaceitável. Isso vai formar castas cada vez mais minoritárias de pessoas que participam do processo produtivo e vão se beneficiar disso enormemente e um oceano de gente excluída, vivendo de migalhas, sem esse sentimento de dignidade que o trabalho confere à pessoa. É o sentimento de participação do processo produtivo e isso é essencial para o sentimento de dignidade da vida humana. A pessoa excluída, que vive de seguro-desemprego, não se sente um ser humano digno, enquanto os outros, que estão produzindo, são os dignos e, por isso, receberão muito mais. Isso é impossível.

A lógica, a filosofia, a moral, a evolução da humanidade, tudo isso exige que a jornada de trabalho seja reduzida. Então vamos colocar em cada fábrica, em cada loja comercial, divisão de turmas: segunda, quarta e sexta trabalha uma turma; terça, quinta e sábado trabalha outra. Podem trabalhar aos sábados porque o equipamento vai ser o mesmo e as pessoas terão dias de folga para se auto-realizarem, buscarem aperfeiçoamento cultural, filosófico, lazer, felicidade, amor, enfim, a sua realização pessoal. Isso é física, tecnológica e cientificamente possível. Não se faz porque politicamente o capitalismo não deixa. Só o socialismo pode fazê-lo. Entretanto, nenhum país pode partir na frente. A França de Lionel Jospan está tentando reduzir algumas horas, exatamente para provocar, mas evidentemente ela não vai reduzir o que pode unilateralmente, porque a sua indústria, a sua produção perderá a competitividade e os outros arrasam sua economia. Então tem que haver um consenso mundial, internacional e só o socialismo internacional pode fazer isso. Foi a Esquerda que conseguiu a redução da jornada de trabalho, que era de 16 horas, mas

passou para 12, para 10 e finalmente chegou a 8. Ela foi arrancada em lutas políticas comandadas pela Esquerda ao longo da história, de maneira internacional. Esse processo tem que ser retomado pelos Partidos socialistas do mundo inteiro para conseguir o que for possível.

O imperialismo realmente tomou o nome de globalização, mas existe um aspecto novo: a globalização no sentido de unificação sob o ponto de vista comercial, a mundialização das trocas comerciais comerciais, isso começou há muito tempo, com as viagens dos navegadores portugueses, mas era uma globalização realizada por etapas, aos poucos. Os próprios meios de transporte conduziram a isso, mas era uma mundialização do tipo comercial, sujeita a regulamentações e a defesas dos respectivos países para não se deixarem arrasar na sua atividade produtiva pelos países de produtividade mais elevada, de economia mais avançada. A novidade do processo atual é um comando unificado e uma concentração brutal de meia-dúzia. O processo de concentração de empresas, umas se fundindo com as outras, que incorporam terceiras, foi conduzindo a uma unificação dessas correntes de comércio comandadas por poucas pessoas, poucos centros de decisão, com uma brutal internacionalização dos fluxos financeiros e uma subordinação dos próprios processos produtivos a esse comando financeiro. Isso é novo, não existia no passado e adquiriu gravidade. É uma forma de imperialismo sim. A globalização não diria que é sinônimo de imperialismo, mas o novo instrumento do imperialismo para se exercer com uma eficácia ainda maior, com maior poder de dominação, porque os centros financeiros comandam a economia mundial de uma forma que não se podia pensar no passado.

O neoliberalismo produz mesmo as castas a que o Jésus se referiu; a criação de agências de regulamentação são necessárias, sim, mas precisamos distinguir a regulamentação da intervenção. O princípio das agências reguladoras é essencialmente liberal. O Estado não interfere em nada. As empresas se organizam para produzir o serviço público de um modo geral e o Estado apenas regula, mas quanto à liberdade de ação delas, inclusive de fixação de tarifas, em última instância, a agência não se mete. Ela é reguladora para evitar abusos. Outra coisa é a intervenção, a qual, nós, socialistas, não rejeitamos, ao contrário, consideramos que a intervenção, em muitos casos, principalmente quando se trata de serviços públicos, é necessária para evitar que o monopólio privado tome conta dos interesses da população. Essa coisa de dizer que o Estado deve se retirar e não intervir no mercado, apenas regulamentar as em-

presas, não funciona. Achamos que o mercado entregue a si mesmo, o mercado livre favorece os mais ricos e poderosos. O que é o mercado? O mercado é o ponto de encontro dos que demandam, dos que procuram e dos que vendem. Acontece que os que procuram são aqueles que têm dinheiro, porque quem não tem poder aquisitivo não vai ao mercado, se vai é com um poder de fogo muito pequeno. Quem manda no mercado é quem tem poder aquisitivo, quem é rico e poderoso. Se deixarmos o mercado livre, ele favorecerá a mão invisível do Adam Smith, o mais rico e poderoso, o que tem mais poder de influência. Os socialistas querem um mercado, porque sabem que a planificação total, como aconteceu na União Soviética, acaba gerando uma confusão e uma ineficiência brutais. O mercado é um mecanismo muito importante para sinalizar a demanda e orientar a produção, mas ele tem que estar sujeito à intervenção da sociedade através do Estado, para corrigir essa tendência fundamental, da essência do mercado, de concentrar os benefícios nas mãos dos mais ricos. Então queremos agências reguladoras também, mas com poder de intervenção quando for necessário para corrigir as distorções do mercado, uma vez que este, em qualquer hipótese, tende a favorecer os mais ricos. Ele deve por issso estar sujeito a intervenções da sociedade, precisamente para corrigir esta tendência, intrínseca a sua própria natureza.

Quanto à colocação do nosso Vereador de Apucarana, a reforma agrária é essencial e temos que dar uma atenção maior ao MST do que aquela que estamos dando. É realmente um grupamento de ação política muito importante e se não mantivermos com ele um diálogo político... Acho que eles estão correndo o risco de se transformarem numa...

A SRª COORDENADORA (Kátia Born) – Senador, os grupos estão indo para a plenária. Temos que encerrar para encaminhar resoluções.

O SR. EXPOSITOR (Senador Saturnino Braga) – Já estou terminando. Então vejo que há um certo risco de eles, se não tiverem um diálogo conosco, caírem num irrealismo revolucionário que poderá levá-los a uma posição que já superamos, que é aquela da revolução armada, de achar que o socialismo vai ser implantado dessa forma. Não quero dizer que eles já adotaram essa posição, mas tenho receio disso caso não tenhamos condição de dialogar com eles mais efetivamente, trazendo-os para a arena política, porque eles estão fora do jogo político. Creio que é importante trazê-los para o jogo político.

A Terceira Via, que o Márcio colocou, o Bernardo já respondeu: é um problema europeu, porque foi a social democracia. Ao tempo em que existia o bloco soviético de um lado, ou seja, o comunismo de um lado e o capitalismo de outro, alguns países europeus, que eram chamados reformistas pelos marxistas, produziram a social democracia, que foi uma melhoria de condições de vida. Entregaram os anéis para não perderem os dedos, com medo da revolução soviética. Quase todos os países europeus produziram um grande movimento de redistribuição de renda através do sistema tributário, que tributava pesadamente os ricos e transformava aquilo em ação social para o povo. Acontece que, com a derrocada do sistema soviético e a volta do liberalismo, agora mais radical, nem a social democracia é possível. Então eles inventaram um caminho entre a social democracia e o neoliberalismo. A social democracia já era uma terceira via entre o liberalismo e o comunismo, agora eles querem uma mais à direita, que estão chamando de terceira via. Não temos muito a ver com isso, embora soframos a influência deles.

Finalmente, a pergunta da Paula também gera um congresso. Essa coisa vassalagem cultural é brutal. Isso está destruindo a cultura das nações e a sua identidade, essa idéia de que não existem mais nações, apenas mercados, porque atrás disso vem uma invasão cultural que nos assedia e destrói gradativa e progressivamente a nossa identidade. É preciso um esforço muito grande para se contrapor a isso e as propostas da Paula são fundamentais.

Temos, aqui no Senado, uma comissão especial que está tratando do audiovisual de um modo geral e constatamos o brutal poder de intervenção que eles têm. Precisamos tratar disso e preservar o nosso patrimônio cultural.

Passei por cima de muita coisa e acho até que alonguei demais, mas peço desculpas a vocês.

A SRª COORDENADORA (Kátia Born) – Agradeço ao Deputado Bernardo de Souza e ao Senador Saturnino Braga. Esse tema é riquíssimo e passaríamos muito tempo discutindo-o. Como militante deste Partido, hoje executiva dele, ao assumir uma prefeitura, cada debate desses é uma força que recebemos para seguirmos o nosso caminho. Cada vez que escuto falar, penso se estou bem na educação. Tentamos fazer educação para todos, com melhor qualidade, tanto que Maceió já ganhou vários prêmios como um dos melhores ensinos públicos de primeiro grau do País. Na Saúde para Todos, tentamos fazer com que o dinheiro do SUS não seja retirado dentro das instâncias maiores.

Através de lei do Senador Valadares, vamos aumentar R$1 bilhão, este ano, no orçamento da saúde, quer dizer, às vezes a Direita apóia as propostas da Esquerda. Já fizemos, em Maceió, mais de dois mil assentamentos e até o próximo ano vamos chegar a cinco mil, coisa com a qual não tenho nada a ver, porque são os trabalhadores rurais que invadem a área urbana. Como não há terras e as usinas estão fechando, eles não sabem o que fazer. Vão para Maceió e não posso jogá-los fora, tenho que ter uma alternativa. Agora estamos discutindo a questão da reforma agrária com o Governador do Estado, mesmo que o Governo Federal não faça, para vermos de que forma vamos invadir aquelas terras do Estado, ocupar mesmo, e forçar o Governo Federal a uma posição de desapropriação, porque lá, como falou o nosso querido Mauro, quando o MST chega em Maceió, no dia das mobilizações, vou recebê-los na entrada da cidade, coloco banheiro nas praças, dou alimentação, então eles passam ali 20 a 30 dias com tudo do bom e do melhor que Maceió e o Governo do Estado dão. Foi isso o que aprendemos sendo socialistas. A miséria tem que ser mostrada. Se estão lá os Sem Terra, a burguesia me critica, então vou para a rádio e digo que eles têm que ver a miséria, que não deve ser escondida. Como Prefeita do Partido Socialista Brasileiro, tenho que mostrá-la à sociedade, até para sensibilizá-la e acelerarmos o processo da reforma agrária.

(Não identificado) – A senhora me permite um pequeno aparte? É sobre essa questão que a senhora está colocando. Enquanto a senhora está fazendo isso, mostrando o caminho socialista, aqui em Brasília, o Governo do Distrito Federal está pegando as pessoas e colocando durante 20 dias num albergue, em concentração, dá-lhes uma passagem de volta e tchau.

A SRª COORDENADORA (Kátia Born) – Pois é, mas este governo aqui é da Direita.

Quanto à recuperação do patrimônio, dentro do Partido Socialista Brasileiro, nunca discutimos nem aprofundamos essa questão, mas os nossos prefeitos já temos, até como filosofia, esse tipo de discussão. Com recursos do BID, em Maceió, estamos recuperando todo o patrimônio histórico, porque quem não tem cultura não vive. A cultura e a história é que fazem com que não erremos e aprofundemos inclusive as divergências antigas.

Transporte de qualidade. Hoje Maceió é o terceiro melhor transporte coletivo do País. Lá eu não deixo entrar kombi, tenho horror a isso, porque não é o transporte que queremos. Quero é metrô de superfície. Quem pega o

transporte é a massa. Por que vou colocar um monte de gente numa kombi, num congestionamento daqueles? Quero é metrô, porque a pessoa, em cinco minutos, sai do seu bairro e chega no seu trabalho, para não passar uma hora e meia ou duas horas numa fila de ônibus ou de kombi. Então quanto mais melhoramos a qualidade do transporte, mais o nosso trabalhador terá uma melhor qualidade de vida.

Então temos tentado fazer o melhor em Maceió. É claro que a crise do Governo do Estado era muito grande, assim como esse débito com o Governo Federal. Queremos pagá-lo, Bernardo, mas estamos tentando negociar um percentual que Alagoas consiga pagar, até porque não fomos nós que nos endividamos, muito pelo contrário. Estamos recuperando, fazendo usineiros que nunca pagaram pagarem, empresários que nunca colocaram a mão no bolso para pagar IPTU, estão todos na Justiça. Na semana passada, quase mil pessoas da alta sociedade, promotores, juízes, advogados, engenheiros, pessoas com empresas de capital lá em cima, todas tiveram seus nomes publicados no Diário Oficial como devedoras do município. Eles vão perder muito voto, mas com o dinheiro deles vou fazer muitas obras sociais e ganhar muitos votos.

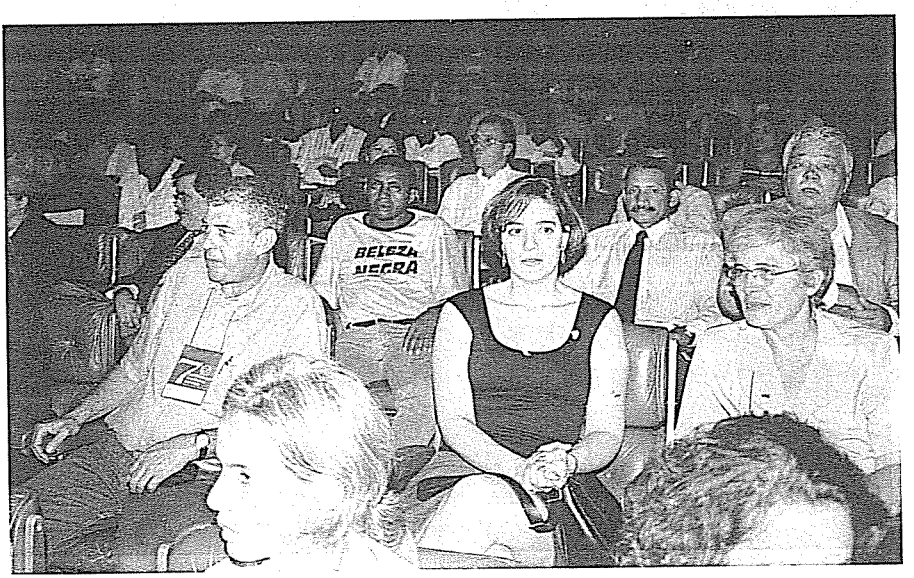
Na realidade, viemos para ser diferentes. Estou trabalhando para ganhar a reeleição, mas não é fácil. Por mais que estejamos bem, aparecem pessoas com discursos. O discurso existe, mas deve-se mostrar o que se fez na prática, porque no dia de enfrentar o Exército, dia 17 de julho, lá em Alagoas, não foi a Direita ou a outra Esquerda não; fui eu quem foi para a praça, derrubou as grades e levou tiro, mas fiquei viva, graças a Deus. Tenho que contar isso, porque essa é a fórmula que aprendemos no movimento sindical, essa foi a fórmula que aprendemos no PSB e se eu saísse hoje deste Partido não saberia para onde ir.

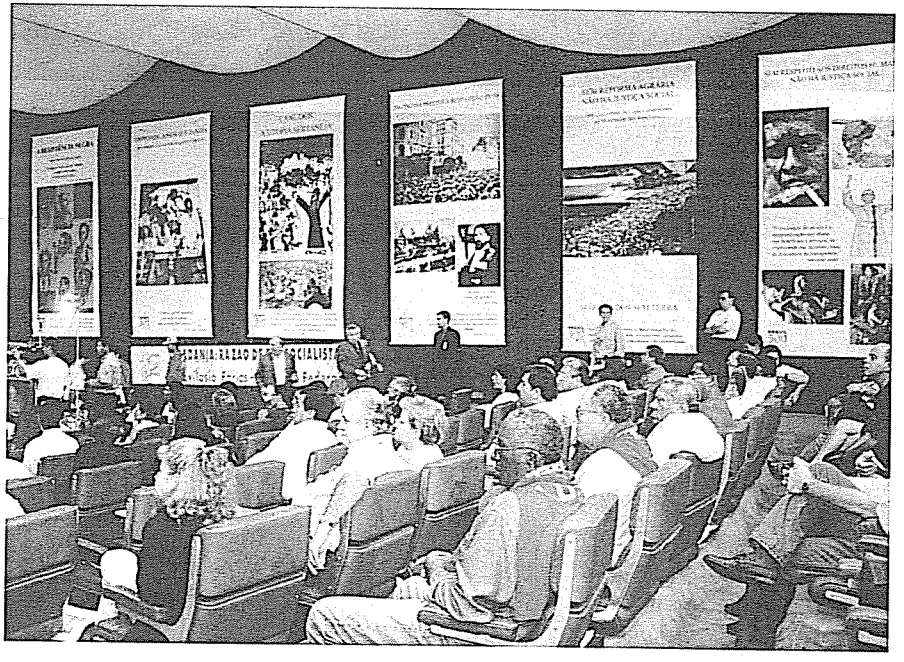
Portanto, agradeço a todos aqueles que participaram. Vamos, agora, à plenária. Muito obrigada.

Plenária Final

28 de novembro de 1999

Plenária para discussão das propostas de grupos e aprovação das Resoluções Políticas e eleição do Diretório Nacional





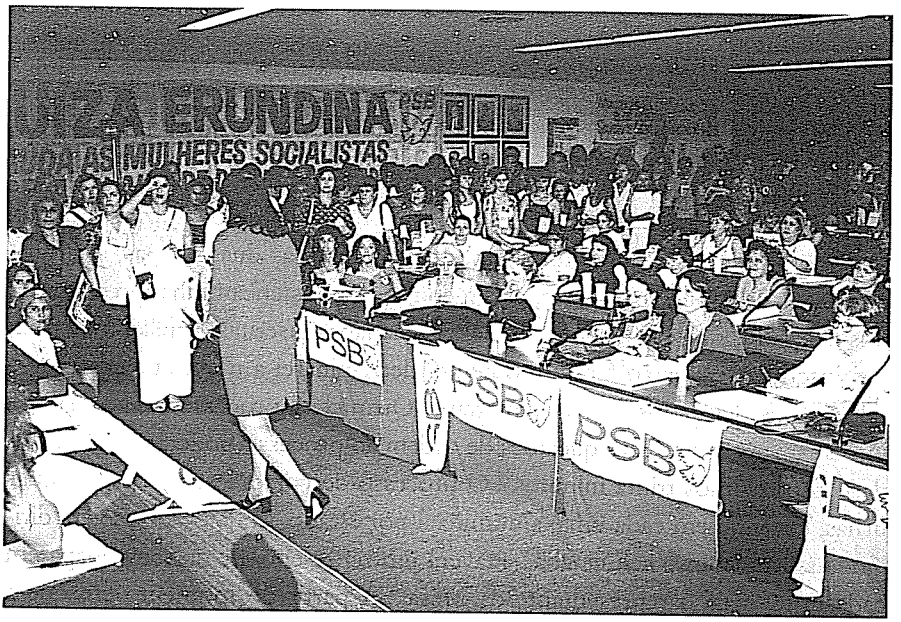
O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros, declaramos aberta a Sessão do Congresso e vamos apresentar as propostas de relatório. Após a leitura, abriremos os encaminhamentos contrários e a favor, com duas pessoas encaminhando cada uma das duas posições. O processo será contínuo e as inscrições para falar serão feitas na mesa.

Quero submeter ao plenário proposta da mesa no sentido de que os encaminhamentos sejam feitos seguidamente à leitura dos relatórios. Isso deve ficar claro para que o debate político possa ser feito democraticamente pelo plenário. Estamos encaminhando, neste momento, às duas chapas, a relação dos delegados aptos a votarem, assim como estamos encaminhando a relação dos delegados que entendemos que as duas chapas inscritas, considero as chapas inscritas, receberão, neste momento, determinarei à mesa que entregue a relação dos delegados aptos a votarem. Quanto ao processo de votação eu informarei a seguir. E as questões de ordem ao processo poderão ser levantadas nos próximos trinta minutos. O processo de votação será feito em duas urnas, havendo em cada uma, a nominata por estado. O delegado deverá dirigir-se à urna com o seu crachá. Haverá um representante de cada chapa em cada urna, mais o representante da Mesa. A partir do momento em que a pessoa votar, terá seu crachá cortado, encaminhado na urna e vai assinar o nome dele no local da votação.

As questões de ordem de ambas as chapas, sobre o critério de votação podem ser levantadas nos próximos trinta minutos. A votação, como está explicitado no regimento, é aberta. Porque é entendimento da assessoria jurídica da Mesa que a delegação é um processo de votação aberta. Qualquer chapa que queira esclarecimento sobre o processo de votação, tem trinta minutos para pedi-lo. Darei, agora, prosseguimento à leitura dos relatórios pelo secretário. Está aberto o prazo de trinta minutos. Está iniciada a leitura do primeiro relatório.

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira) – Daremos início pelo Grupo do Congresso Nacional de Mulheres do PSB. A tese das mulheres será defendida pela companheira inscrita Mari Machado, eleita para a executiva nacional.

Congresso Nacional de Mulheres do PSB



"O movimento de mulheres do Brasil vive um momento de crescimento, juntamente com as lutas gerais, contra o ajuste fiscal, assegurado ao FMI. Leva o país a romper com sua federação, agravando as desigualdades sociais, fomentando o desemprego, exacerbando a violência, provocando a recessão, comprometendo o patrimônio nacional, reduzindo as garantias dos trabalhadores, reforçando em sumo o atual modelo econômico.

Todavia, começamos a constatar a rejeição de fiéis representantes desse modelo em alguns países da América Latina. Em que pese sua grandeza continental, as riquezas dos seus recursos naturais e a comprovada e persistente capacidade do seu povo para criar, produzir e transformar, é uma das nações mais subjugadas do planeta. Às vésperas do aniversário dos quinhentos anos da chegada dos Portugueses, os brasileiros se vêem diante do grande desafio de refazer a partir de suas próprias feridas, a exemplo da Argentina, da Colômbia, do Chile e do Equador. A realidade do país exige, então, de todos nós, uma participação ainda mais efetiva nos movimentos populares e a presença organizada das mulheres constitui uma necessidade premente.

Desse modo, a criação da secretaria nacional de mulheres deve se revestir de grande importância para o Partido Socialista Brasileiro pois não só vem refletir a preocupação e a vontade das companheiras de diversos estados, como também atende ao requisito fundamental da legitimidade das suas instâncias partidárias. Se, por um lado, temos nós nosso quadro de prefeitos, deputados, vereadores, lideranças sindicais e dirigentes do partido, ainda não traduz parcela do universo de suas potencialidades, sendo o PSB um partido que tem importante tarefa a desempenhar no nosso compromisso no sentido de defender a efetiva ampliação da presença das mulheres no espaço político.

Hoje, no primeiro Congresso Nacional de Mulheres do PSB, temos a oportunidade de ouvir o relato de mulheres de todos os estados do país. Formando um significativo painel de suas preocupações, lutas e vivência. Ao lado da definição da criação da secretaria nacional de mulheres, devemos debater e definir a nossa forma de organização.

Por esta razão, o primeiro Congresso Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro aprova a seguinte proposta organizativa:

Resoluções do Congresso Nacional de Mulheres do PSB

I. Criação da Secretaria Nacional de Mulheres.

Atribuições da Secretaria Nacional de Mulheres do Partido Socialista: Incentivar e apoiar a participação das mulheres no partido e na sociedade. Promover atividades que propiciem o debate sobre as questões específicas do gênero, interna e externamente. Representar o pensamento das mulheres do PSB em nível nacional, levando em conta as especificidades regionais que diferenciam os diferentes estados da Federação. Representar as mulheres nos órgãos partidários, garantindo a estrutura necessária para o funcionamento da secretaria nacional de mulheres. Representar o PSB nos diferentes movimentos sociais. Estimular a organização das mulheres socialistas nos estados. Acompanhar atividades planejadas, organizadas e implementadas pelas secretarias estaduais de mulheres. Promover o socialismo democrático do movimento de mulheres.

II. Eleição da Secretaria Nacional de Mulheres do PSB.

Atribuições da Secretaria Nacional de Mulheres: Seu mandato terá duração de dois anos, coincidindo com o mandato da Executiva Nacional. Fará da Executiva Nacional porta-voz das reivindicações das lutas das mulheres do partido, tendo, nesse espaço, direito a voz e voto. Representará as mulheres nos órgãos de direção e nos movimentos sociais. Coordenará eventos nacionais da Secretaria de Mulheres e apoiará politicamente a Executiva Nacional quanto às atividades promovidas pelas mulheres nos estados.

III. Criação do Conselho Político da Secretaria.

Atribuições do Conselho Político da Secretaria Nacional de Mulheres: O Conselho político será formado pelas secretarias estaduais as quais, em caso de impedimento, serão representadas por um membro definido pelas comissões executivas estaduais. Nos estados em que a secretaria estadual não esteja organizada, os mesmos se farão representar por mulheres do diretório do partido ou por militantes de movimentos filiados ao PSB com o referendum da direção partidária. Será órgão de proposição e deliberação de políticas para a secretaria nacional. Suas reuniões serão bimensais podendo realizar-se em Brasília, na sede nacional do partido ou em diferentes estados. O Conselho Político deverá apresentar proposta de regimento interno para a Secretaria Nacional de Mulheres. O Conselho Político terá o papel de subsidiar a Secretaria Nacional com informações e dados sobre os estados. Acompanhará as atividades nacionais e estaduais da Secretaria Nacional de Mulheres. Seus membros serão responsáveis por incentivar a organização e a presença das mulheres no partido e nos movimentos sociais. Terá a atribuição de incentivar a presença de mulheres como candidatas nos diferentes pleitos eleitorais. Deverá trabalhar pela promoção da cidadania das mulheres.

IV. Criação de órgão de apoio à Secretaria Nacional de Mulheres.

Serão criados os seguintes órgãos de apoio: Secretaria Geral, Primeira Secretaria, Primeira Secretaria de Finanças, Segunda Secretaria de Finanças, Mobilização e eventos, Comunicação, Movimentos sociais, Formação política.

Está inscrita para defender essa tese a companheira Mari Machado, eleita Secretária de Mulheres para a Executiva Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Estão abertos os prazos para esse relatório.

Relatório do Grupo 3

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira) – O PSB e as Políticas Socialistas para os Movimentos Sociais, Populares e Sindical. O relatório foi apresentado pelo Eminente Deputado José Antônio, que foi o coordenador deste grupo.

"Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 1999, no plenário 6, das comissões, do Senado Federal, realizou-se o painel sobre o tema: "O PSB e as Políticas Socialistas para os Movimentos Sociais, Populares e Sindical, tendo como coordenador o Deputado Federal José Antônio Almeida, do Maranhão, como expositor o companheiro Jaime Cardoso e, como debatedor, o Deputado César Callegari, do PSB/SP, sendo relatora a Sra. Maria de Lisieux Amado.

O expositor enfatizou a circunstância de que os movimentos sociais, populares e sindical têm, essencialmente, limites relacionados com os interesses imediatos que defendem, inerentes às categorias que representam, enquanto que os partidos políticos também, essencialmente, devem estar além desses interesses imediatos por serem instrumentos de um projeto maior, e por meios para o processo de transformação da sociedade. Ainda assim, pode e deve haver uma articulação entre os partidos políticos e os movimentos sociais sem perder de vista essas circunstâncias, mas, funcionando os movimentos como correias ou roldanas da participação dos segmentos sociais.

O debatedor, por seu turno, mencionou a circunstância de haver um enfraquecimento do movimento popular em decorrência da ofensiva neoliberal. E enfatizou a necessidade de maior inserção do PSB nesses movimentos, ao lado de outros partidos do campo democrático, sempre buscando preservar a identidade de seu programa.

Abertos os debates, evidenciou-se o conjunto das propostas apresentadas, uma contestação da necessidade de dinamização na estrutura do PSB,

inclusive na executiva nacional, de uma dinamização da Secretaria de Mobilização Popular, seja estabelecendo coordenações como a Coordenação do Movimento Negro ou como a Coordenação do Movimento Quilombista, já criada no Rio Grande do Sul, seja pela realização de encontros regionais ou com secretários de mobilização dos diretórios estaduais, para uma atuação mais significativa no partido. Seja ainda estimulando a criação de entidades e ou programas como o Movimento pela Inclusão Social, criado no Piauí, ou o Movimento pela Alfabetização de Adultos, com atuação em Diadema e em outras cidades do grande ABC, na região metropolitana do Estado de São Paulo, com a participação do PSB de outros partidos do campo democrático.

Foram aprovadas, ainda, moções no sentido da inserção do PSB nos movimentos sociais, populares e sindical; de uma política efetiva de combate às drogas, chaga terrível e destruidora dos valores fundamentais de nossa juventude, como sugerido no primeiro relatório nacional antidrogas, recentemente realizado em Brasília; de uma política efetiva no sentido de estimular a discussão da questão do gênero e da habitação; de repúdio às propostas de redução da maioridade penal para 16 anos; de implantação urgente de uma verdadeira reforma agrária; pela preservação da unicidade sindical sem o que será enfraquecido o movimento sindical; pela reintegração dos trabalhadores da FNS, especializados no combate às endemias; pela efetivação de conselhos de saúde em todos os municípios com a atribuição de definir os recursos a serem aplicados na saúde e fiscalizar sua aplicação, pela revogação da lei que instituiu o órgão gestor de mão-de-obra nos portos brasileiros, quebrando uma tradição de mais de cem anos de organização sindical; pela realização de um encontro nacional dos movimentos sociais, populares, ligados ao PSB ou nos quais o partido está representado."

Nada mais havendo a tratar, o coordenador declarou encerrada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Vamos, agora, para a leitura do Grupo 2.

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira) – Grupo 2

Proposta socialista de desenvolvimento nacional, a alternativa de desenvolvimento sustentável para o Brasil.

O plenário aprovou a tese apresentada pelo PSB/AP, proposta socialista para o desenvolvimento sustentável, acrescida das seguintes propostas oferecidas pelos participantes:

Dênis Goldemberg, Rio de Janeiro:

"Exigir a contabilização e a cobrança da dívida ecológica da qual o Brasil é credor, esclarecendo e mobilizando a opinião pública sobre a gravidade do tema, que deve ser uma das prioridades da política externa brasileira e o PSB, como autor, já defender essas proposições nas próximas eleições, parte da tese apresentada ao congresso.

Luiz Henrique Lima:

O desenvolvimento sustentável sob uma perspectiva socialista.

Manuel Paulino:

Constituir uma comissão de alto nível dentro da secretaria de meio ambiente do partido, responsável pela formação de militantes, candidatos, prefeitos e vereadores do PSB aptos a defenderem e implementarem o desenvolvimento sustentável em todo o país. Implementar medidas que resguardem e valorizem o conhecimento ecológico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Pedindo licença ao relator, companheiros, estamos lendo um relatório. É da maior importância que o plenário faça silêncio.

Acabo de receber, na mesa, um pedido para que se cumpra uma lei que é a proibição de fumar neste plenário. Gostaria que se fizesse silêncio e que eu não precisasse solicitar o cumprimento da lei. É proibido fumar neste plenário. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira) – Leda Alves, Pernambuco:

Dentro do eixo do desenvolvimento sustentável, implementar ações que apoiem nossos movimentos artísticos e populares.

José Reinaldo Sá, Alagoas:

Divulgar amplamente as experiência vitoriosas implementadas pelos governos do PSB.

João Milhomen, Amapá:

Adotar o desenvolvimento sustentável como uma bandeira do PSB. Apoiar a contabilidade verde, apresentando iniciativas contra o aumento na quota de participação dos estados para que antes implementem as ações efetivas de preservação ambiental.

De Césare, Rio Grande do Sul:

Elaborar um projeto nacional de desenvolvimento sustentável a partir da vontade coletiva, organizada e participativa da comunidade.

João Davi, São Paulo:

Adotar o desenvolvimento sustentável como melhor proposta a ser apresentada pelos candidatos do PSB, numa linguajem moderna e de fácil compreensão que protege os recursos naturais, promove o desenvolvimento econômico e garante a qualidade de vida.

Fernando Madueño, Goiás:

Desenvolver o ecoturismo valorizando as comunidade locais e a preservação ambiental. Implementar a agenda 21 nos municípios. Defender a criação do ICMS ecológico. Os estados repassarão parte do seu ICMS aos municípios com grandes áreas a serem protegidas, reservadas, espelhos d'água etc. e, por isso, não podem desenvolver atividades econômicas.

Carlos Siqueira:

Resguardar a soberania nacional, adotando como estratégia para o desenvolvimento do Brasil, a defesa também de nossas fronteiras culturais. Investir em ciência e tecnologia, incentivando a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de forma a promover uma inversão na nossa balança comercial, fazendo com que, cada vez mais, exportemos produtos industrializados e não em estado bruto, matéria-prima. Na ótica do desenvolvimento auto-sustentado, garantir políticas que valorizem o investimento no fator humano, reduzindo as vergonhosas e abusivas diferenças salariais.

Paulo Sérgio, Distrito Federal:

Defender uma tributação mais pesada sobre as atividades poluidoras e as que utilizam os recursos naturais de forma não sustentável.

Márcia Almeida, Amapá:

Implementar projetos de desenvolvimento sustentável a partir da realidade de cada lugar, caso a caso, mas, sempre sob a ótica socialista, promovendo justiça e igualdade social.

Tarcísio Perúsio, Rio Grande do Sul:

Propor a educação ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio. Entender o desenvolvimento sustentável como garantia de qualidade de vida que, necessariamente, exige moralização dos gastos públicos. Aprovar leis limitando o número de cargos de confiança nos municípios, no máximo, 2% dos cargos de carreira existentes. Criar comitê interestadual para acompanhamento, apoio e intercâmbio dos governos socialistas.

Aloá Pinheiro Guerra, Espírito Santos:

Subsidiar e orientar as ações dos parlamentares e governantes do PSB, garantindo iniciativas que implementem a preservação ambiental mas, sobretudo, condições dignas de sobrevivência para a comunidade.

Aurélio Molina, Pernambuco:

Definir as estratégias do PSB para o desenvolvimento sustentável a partir da compreensão da complexidade do Brasil e do mundo em que estamos inseridos.

Em seguida, vem a tese, também aprovada pelo grupo: Políticas Públicas para um Programa de Governo Socialista e Sustentável.

Mudar o rumo do desenvolvimento é, antes de tudo, uma decisão política. As políticas de governo para a sustentabilidade têm que ser capazes de redirecionar o curso dos eventos econômicos de tal maneira que as atividades que destroem capital natural ou dissipam recursos renováveis sejam freadas. Uma política comprometida com a sustentabilidade tem que impulsionar aquilo que é desejado. Emprego, bem-estar, um ambiente tranqüilo, segurança pessoal, serviço público de qualidade, uso balanceado dos recursos naturais etc. Não basta ter desenvolvimento econômico com preservação ambiental se não houver uma participação com equidade social que se revela no atendimento das necessidades da população na atualidade e no futuro. Isto significa imediatamente valorizar os aspectos hoje relegados a segundo plano pela administração das políticas públicas brasileiras. Deve-se, também, retirar a economia

do centro para onde tudo converge e adotar uma economia politizada no sentido de garantir maior distribuição de riquezas e preservação de melhor qualidade de vida para as gerações atuais e vindouras. Pressupostos para um projeto de governo socialista sustentável. Uma economia sustentável e desconcentrada. A sustentabilidade é entendida como resultado do equilíbrio entre aspectos econômicos, sociais e ambientais das atividades produtivas e do uso dos recursos naturais de forma perene e com equidade social. As estratégias de desenvolvimento devem considerar as potencialidades locais, devendo haver um acurado planejamento regional que envolva, de fato, a sociedade civil de maneira participativa e busque equilibrar as disparidades que findam por permitir a existência de regiões muito ricas convivendo com outras miseráveis. O desenvolvimento econômico deve ser orientado para dar ênfase a programas que estimulem a inserção dos excluídos no processo produtivo em contraposição à simples acumulação capitalista que visa o lucro.

Equidade social. A equidade social significa atender prioritariamente e de maneira qualitativa as necessidades das gerações atuais e futuras e depende totalmente da ampliação da cidadania para toda a população e, por parte do estado, o cumprimento do seu dever constitucional de promover e manter a dignidade social como objetivo a ser perseguido incansavelmente. Isto se traduz em buscar, dar conta de todas as dimensões do ser humano. Oferecer educação pública de qualidade voltada para a realidade local com valorização dos aspectos culturais e merenda escolar regionalizada na rede de saúde pública universal, segurança, saneamento básico etc. Significa colocar o combate e erradicação da pobreza num foco de equilíbrio com as perspectivas de desenvolvimento econômico e o uso sustentável de recursos naturais. É preciso mudar a ótica segundo a qual a economia é o centro para onde tudo converge. Mais do que uma política econômica, o pais necessita de uma economia política.

Municipalização. Parcerias entre os poderes executivos federal, estaduais, com as prefeituras, visando a geração de empregos e recursos financeiros nos municípios. É uma diretriz voltada para fixar a população. As áreas prioritárias para municipalização são a saúde, a educação, a aquisição de merenda escolar e a manutenção de obras públicas. Mas existem critérios para que o município seja beneficiado com recursos adicionais. Deve utilizar mão-de-obra, matéria-prima e bens de consumo locais. Não alocar mais de sessenta por cento dos recursos orçamentários na contratação de funcionários. Adotar critérios ambientais na promoção de atividades, econômicas e criar conselhos comunitários para participar e fiscalizar as ações da prefeitura.

Vantagens comparativas do Brasil. O Brasil apresenta diversas vantagens comparativas frente a outros países. Incrível diversidade de ecossistemas em níveis diversificados de conservação. Alta potencialidade de recursos naturais e pesqueiros. As maiores reservas de biodiversidade do mundo. Imenso potencial turístico. Imensas áreas agricultáveis. São fatores que colocam o Brasil em posição estratégica diante da nova configuração geopolítica mundial.

Parcerias com a sociedade civil e iniciativa privada. A tarefa de implementar o desenvolvimento sustentável somente poderá ser alcançada através de um esforço conjunto. Descentralizar as atividades tidas como tipicamente governamentais, repassando recursos e responsabilidades para instituições da sociedade civil organizada e iniciativa privada. É um importante instrumento de distribuição de renda e de controle sobre as ações do poder público, resultando no fortalecimento das comunidades locais. Porém, essa descentralização de atividades públicas deve ser fiscalizada de perto pelo poder público de modo a se garantir a devida aplicação dos recursos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Companheiros, gostaria de lembrar, mais uma vez, que há algumas pessoas reclamando da questão do silêncio. Para as pessoas que querem conversar tem um grande espaço lá fora. É fundamental que se mantenha aqui o silêncio.

Pediria, por gentileza, ao som que aumente o volume do microfone do relator.

Por favor, Dr. Carlos Siqueira.

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira)
Relatório do grupo V.

O grupo que discutiu a crise do modelo neoliberal, a crise institucional e a derrocada da Federação resolve levar ao plenário, com indicação de voto favorável, as teses discutidas a seguir.

Teses de Bernardo de Sousa: Socialismo, internacionalismo e globalização.

I. O internacionalismo é um compromisso histórico que a esquerda deve contrapor ao modelo atual de globalização, propondo regras e instituições supranacionais, controladas democraticamente pela humanidade.

II. Socialismo e democracia. A igualdade supõe e exige democracia com participação no exercício do poder. Socialismo sem liberdade, socialismo não pode ser.

III. Socialismo, igualdade e ética. O Socialismo é um compromisso histórico e ético com a igualdade e não está identificado com nenhum modelo predeterminado.

Teses de Paula Mascarenhas: Implantação do pluralismo nas escolas públicas. II. Preservação do patrimônio cultural.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Solicito ao Eminente Relator que providencie a leitura do relatório IV.

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira) – O relatório lido foi o do Grupo 3 e não do Grupo 4. Passemos à leitura do Relatório do Grupo 4:

Relatório do Grupo 4

O tema do grupo IV foi "A nova ordem internacional."

Teve como expositor o Dr. Roberto Amaral e Debatedor o Secretário Almino Affonso.

Na exposição do Dr. Roberto Amaral, o Relatório inicia-se:

"Optou-se por apresentar as principais características da nova ordem internacional para que houvesse um melhor entendimento sobre o tema. Segundo o debatedor deve-se analisar o conceito nova ordem internacional sob o aspecto ideológico. A configuração de geopolítica internacional deve ser levada em conta neste debate. Para isso, faz-se necessário saber o que levou à desarticulação do leste europeu e a queda do muro de Berlim. Além disso, a dissolução da União Soviética não pode ser esquecida. O aspecto histórico do debate é importante. Mereceu destaque o período em que se verificou a denominada polaridade. Isso se refere à divisão política e econômica do mundo. O capitalismo versus comunismo prevaleceu durante boa parte da história moderna. Ainda assim, vários fatores foram determinantes para que não houvesse uma guerra bélica. Por outro lado, surgiu a guerra fria. Após essa fase, surge o mundo unipolar, ou seja, exatamente a nova ordem internacional o que, na verdade, dissolve o leste europeu e fortalece o domínio anglo-americano. O

mundo passa a observar a grande potência americana. A importância da América latina passa a ser estratégica para os Estados Unidos da América. O mercado latino torna-se fundamental para o mercado americano para que este passe a reinar quase que absoluto. Afinal, uma das principais características da nova ordem internacional é manter o país central suportado pelos diversos países subdesenvolvidos e em fase de desenvolvimento. A Amazônia passa a representar uma posição estratégica no contexto internacional, pois os recursos ali existentes são fundamentais para os planos dos americanos. A derrota ideológica é considerada como uma das mais graves conseqüências da nova ordem internacional. A possibilidade dos países periféricos poderem construir projetos próprios e nacionais, mantendo sua soberania econômica e ideológica é sufocada pelo país central. Com isso, a história dos povos submissos fica comprometida. Na verdade, segundo o expositor, o que interessa nesse momento é o mercado e não mais o cidadão em si. Se houver mercado, aí sim estará o interesse internacional. Caso contrário, os interesses se transferem imediatamente para outra região. A modernidade passa a valer como autoexplicador de quase tudo. Pois, afinal, vale tudo pela modernidade. Isso justifica, segundo os conceitos atuais, o massacre econômico e social aos povos submissos. Atualmente, o interesse dos Estados Unidos da América é da existência de um mercado único para que a dominação seja completa. Mercados como o MERCOSUL não interessam aos americanos. Não é sensato para os interesses internacionais o fortalecimento de um mercado latino-americano. Tudo que for possível fazer para sufocar esse esforço latino será feito pelos dominadores.

Segundo o expositor Roberto Amaral, o PSB não tem política internacional porque o próprio país não a tem. O governo federal, aliado com os interesses do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial ignora a existência de uma política genuinamente brasileira para o quadro internacional. Além disso, não há políticas desse aspecto para países de língua portuguesa, tampouco para os países da América Latina. A integração tão sonhada entre os nossos povos está cada vez mais distante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Um minuto, relator. Infelizmente, tenho que fazer, nesse plenário, novamente o apelo. Nós que estamos aqui na frente estamos sentindo que as pessoas esqueceram do apelo que a mesa fez por silêncio. Queremos informar que as inscrições para todos os relatórios estão abertas, na mesa. Quem quer se inscrever,

são duas a favor e duas contra. Quem tiver que propor alguma emenda, também tem que encaminhar à mesa. É fundamental a questão do silêncio. Infelizmente parece que algumas pessoas insistem em conversar no plenário, quando o local de conversar é lá fora. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira) – Faz-se necessário estudar o papel da classe dominante brasileira para que possamos retomar o conceito do Brasil como nação. Sem combater de forma decisiva este mal, o país estará longe de tornar-se uma potência como nação soberana. Na verdade, a burguesia não se preocupa com os problemas sociais, sim com o aspecto do sistema financeiro internacional. Provocado pelos presentes, o expositor também teceu comentários sobre a forma com que a rede mundial de computadores, internet, exerce seu papel dominador sobre os mais pobres e sobre aqueles que não têm acesso a esse instrumento de informação.

Como estamos fazendo em ralação aos outros grupos, tentamos passar o que foi a exposição feita pelo respectivo expositor e os companheiros que, depois, quiserem se inscrever para debater, podem fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Companheiros, novamente informo que os encaminhamentos do relatório, dois a favor e dois contra, terão o prazo de três minutos. As emendas estão tendo parecer na mesa, segundo o regimento. Gostaria que as inscrições para a defesa do relatório já fossem feitas.

Passemos à leitura do penúltimo relatório, pelo secretário da mesa.

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira) – Ainda no Grupo 4, houve a deliberação sobre a realização do seminário sobre política internacional a ser promovido pelo PSB, no próximo ano. Deliberação unânime. E foram aprovadas mais duas moções.

Forças Armadas na guarda das nossas fronteiras.

Moção: Nunca entendemos porque é tão frágil a guarnição das nossas fronteiras, quando possuímos grandes contigentes de homens armados componentes das três armas que possuímos, Exército, Marinha e Aeronáutica. Os últimos acontecimentos nas áreas do narcotráfico, drogas, contrabando de armas e tantas outras violações graves que ocorrem nas fronteiras do nosso país estão a atestar o quanto é importante e urgente a tomada de providências enérgicas e garantidoras da nossa segurança e integridade. Para tanto, estamos

propondo uma moção de aplauso e de apoio ao nobre Deputado Evilásio Farias, representante ativo da bancada por São Paulo, pela emenda constitucional que acaba de apresentar aos arts. 142 e 144, da Constituição Federal, cujo teor define o papel das Forças Armadas quanto a nossa segurança e integridade territoriais. Por avaliarmos justas e oportunas as providências sugeridas pelo companheiro Deputado Evilásio Farias, estamos conclamando a todos os congressistas deste congresso do PSB para que se aprove a presente moção, na certeza de que estamos com boa causa, no melhor caminho. Apoiaremos a presente moção, aprovada por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Companheiros, infelizmente, peço às pessoas, é uma falta de consideração a quem está sentado, querendo prestar atenção, o nível de conversa paralela à leitura do relatório. A pessoas que querem conversar, discutir, vão lá para fora. Isso é, na verdade, uma falta de consideração com quem está sentado e querendo escutar. Peço, mais uma vez, que as pessoas que queiram conversar, conversem lá fora.

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira) – Segunda moção, ainda do Grupo 4.

Moção de apoio ao povo do Timor Leste.

"O Partido Socialista Brasileiro, reunido em seu congresso nacional, vem de público demonstrar sua solidariedade ao valoroso povo do Timor Leste por sua heróica luta por sua independência e liberdade para preservar suas identidades culturais e religiosas, resistindo a todas as formas de violência. Sua resistência é exemplo para toda a humanidade, para demonstrar que quando um povo tem determinação e coragem não se curva diante da opressão, por mais covarde que seja. Como foi o caso do Timor Leste. Aprender sobre o ocorrido lá nos inspira para nossa própria luta aqui, neste processo de colonização cultural e econômica que todo o planeta está enfrentando nos dias de hoje. Queremos dizer ao povo do Timor Leste que seu sacrifício não foi em vão e que nós do Partido Socialista Brasileiro exigimos que o Governo brasileiro faça o Brasil cumprir seu papel de líder natural da comunidade de língua portuguesa e postulante a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, levando assistência humanitária, econômica e cultural para o povo leste timorense. Não apenas neste primeiro momento de reconstrução, mas que se desenvolvam e se estreitem os laços entre nossos povos, numa

estratégia de longo prazo, unidos pela língua portuguesa e pela fé cristã que nos torna irmãos de fato. Brasília, 27 de novembro de 1999. Paulo Barbosa, do PSB de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – O relator fará a leitura do último relatório.

Relatório do Grupo 1

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira) – O Grupo 1 tratou sobre o tema: Os desafios políticos e eleitorais do PSB. Subtemas: Planejamento das eleições municipais; políticas de alianças; construção de uma plataforma partidária comum para as eleições do ano 2000.

Coordenador, Deputado Eduardo Campos. Expositor, o Governador Ronaldo Lessa. Debatedores, Dr. Pedro Dallari, Gustavo Balduíno. Relatora, Regina Lílian.

Ronaldo Lessa:

Desafios políticos: Colocou as transformações dos partidos como uma questão atual. Começou sobre as mudanças das normas internas e de direção do PT, do PPS, que teria tomado uma nova direção bem diferente daquelas originadas pelo Roberto Freire.

Política de alianças: Ressaltou que é a favor de alianças com os partidos de esquerda. Afirmou serem muito complicadas as alianças com partidos comprometidos com a política da direita.

Construção de uma plataforma comum para o ano 2000: Relatou sobre o encontro do presidente do PSB com o presidente de honra do PT.

Pedro Dallari:

Primeira questão: Abolição da palavra fusão que, segundo o expositor, seria uma expressão desmotivadora. A afirmação do PSB como um partido político que tem uma história e que é um partido viável não passa pelo pensamento sobre a fusão.

Proibição de coligações nas eleições estaduais. Citou exemplo do que considerou desastroso, que foi o PSB e o PDT, em São Paulo.

Política de alianças: Considera desautorizativa a restrição das direções municipais decidirem sobre as alianças. É contra a obrigatoriedade do respaldo pela direção nacional. Considera uma restrição à autonomia das direções municipais.

Gustavo Balduíno:

Desafios políticos: Tornar o PSB um partido socialista. Tornar o PSB um partido brasileiro, nem pernambucano, nem paulista etc. Tornar o PSB um partido democrático.

Desafio eleitoral: Disputar as eleições de 2002. Garantir a ampliação da bancada. Eleger prefeitos e vereadores. Planejamento enquanto partido. Afirmar a identidade partidária. Prefeituras em todos os lugares possíveis, contra a idéia de fusão.

Política de alianças: somente com partidos que compartilhem das mesmas idéias.

Propostas e questionamentos dos delegados:

Orçamento participativo. Política econômica. Critério de crescimento. Identificação e compromisso com as propostas socialistas. Projetos socialistas. Perfil do candidato. Definição do bloco de alianças. Críticas à condução nacional. Questionamentos sobre a candidatura própria para a presidência da república. Ausência na propaganda eleitoral. Coligação PMDB e PSDB. Políticas de alianças definidas dificultam a atuação dos estados. Solicitação de recursos de formação política. Seminários periódicos com a capacitação das lideranças e dos vereadores. Declaração sobre uma política de alianças positivas em Cuiabá, onde saíram dois vereadores, na capital. Inclusão do PSB na internacional socialista. Repúdio ao boicote econômico cubano.

Questões levantadas várias vezes:

Criação de recursos de capacitação política. Comunicação entre as instâncias do partido. Comunicação eleitoral. Não terem sido solicitado a tempo o programa eleitoral. Orçamento participativo. Inclusão no programa. Reclamações contra a direção no que tange a comunicação entre as instâncias e, principalmente, os vereadores. Investimentos na comunicação. Rádios comunitárias.

Propostas:

Coligações com os partidos de esquerda. Comunicação do partido deve ser mais ágil. Trabalhar com os vereadores. Moção de repúdio ao boicote a Cuba. Trabalhar força política. Soma-se a isso a possibilidade de coligação. Trabalhar alianças para ganhar quadros melhores. Numa política de aliança o partido deve procurar o eixo de esquerda para que, neste processo, não se descaracterize. Cuidar de 2000, compreendendo que esta eleição fará as outras. O processo de crescimento não é de cima para baixo e sim de baixo para cima. Tratando-se dos municípios vai-se chegar à ponta. Apesar de considerar que o fundamental é a eleição de 2002, não se descuidar de forma alguma da eleição do ano 2000. Inclusão do PSB na internacional socialista. Candidaturas próprias ás prefeituras municipais e câmaras de vereadores.

O Deputado Beto Albuquerque vai ler uma moção do Grupo 3.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Passo a ler moção já com parecer favorável do relator do Grupo 3, que pretende incorporar-se como moção ao relatório anteriormente apresentado e diz o seguinte:

"Os militantes do PSB que a presente subscrevem propõem ao congresso nacional a aprovação da presente moção: Que seja estabelecido, através de legislação municipal, leis orgânicas dos municípios, um teto para o número de cargos em comissão ou funções gratificadas no nível municipal, visando coibir abusos e distorções presentes em grande número de municípios do Brasil. A medida possui caráter moralizador e afina com o sentimento comum do povo brasileiro. O teto proposto é de uma proporcionalidade igual a 2% dos cargos de carreira existentes no respectivo município.

Esta moção, por parecer favorável do Relator, Deputado José Antônio, passa, também, a fazer parte do relatório do Grupo 3, anteriormente lido. Esse é o conteúdo.

Agora, ouviremos o informe do grupo do movimento sindical que reuniu-se, ao longo desses dias, aqui no congresso. O companheiro Carlos Siqueira passa a informar sobre o movimento sindical do PSB.

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira) – Informe do segundo encontro nacional do movimento sindical do PSB.

II Encontro Nacional de Sindicalistas do PSB

O segundo encontro nacional de sindicalistas do Partido Socialista Brasileiro, realizado em Brasília-DF, nos dias 26 e 27 de novembro de 1999, aprovou regimento da CMS – Coordenação do Movimento Sindical, que deverá ser homologado posteriormente pelo diretório nacional do PSB e elegeu à nova coordenação, composta pelos seguintes nomes:

I. Nomes indicados para o diretório nacional:

Francisco Paulo Nogueira Filho, sindicalista do Distrito Federal, para o cargo de Secretário Sindical, na executiva nacional.

Ailton Claudino de Andrade Filho, sindicalista de Pernambuco para o cargo de Membro Efetivo do Diretório Nacional.

Joilson Antônio Cardoso do Nascimento, sindicalista do Rio de Janeiro, para o cargo de Membro Suplente do Diretório Nacional.

II. Nomes eleitos para os cargos de coordenadores regionais:

Antônio José da Silva Pereira, sindicalista do Amazonas, para coordenador da região Norte, como titular. O suplente deverá ser de outro estado da região Norte e será indicado pela CMS.

Manoel Antônio Veiga da Costa, sindicalista do Maranhão, Coordenador da região Nordeste, como titular e João Ferreira Leite, sindicalista da Bahia, como suplente.

Francisco Carlos Moura, sindicalista do Rio de Janeiro, para a Coordenação da região Sudeste, como titular. O Suplente deverá ser indicado pelos delegados de São Paulo que estiverem presentes no segundo congresso.

João Luiz Batista, sindicalista do Distrito Federal, para Coordenador da região Centro-Oeste, como titular, e Ramon Sanches Viana, sindicalista do Mato Grosso do Sul, como suplente.

Adagoberto Cabral Flores, sindicalista do Rio Grande do Sul, para Coordenador da região Sul, como titular e Carlos José Zimmer, sindicalista do Paraná, como suplente.

Informamos que, de acordo com o regimento interno da CMS aprovado, os três membros indicados para o Diretório Nacional mais os cinco coordenadores titulares formam a Coordenação Executiva Nacional da CMS e que os secretários sindicais estaduais eleitos no respectivo congresso sindical integrarão a CMS nacional.

Informamos, por último, que as demais resoluções do congresso sindical, bem como, o RI, serão enviados o mais breve possível à secretaria do PSB para fazerem parte dos anais do Sétimo Congresso Nacional do PSB.

Brasília, 27 de novembro de 1999.

Francisco Nogueira Filho, Presidente da mesa do Segundo Congresso.

Joílson Cardoso, Secretário.

Migueti Batista Júnior, Relator da mesa.

Portanto, fica o plenário informado da eleição de mais um integrante da nova Executiva Nacional: trata-se do companheiro Francisco Paulo Nogueira, eleito no congresso do movimento sindical.

I - Resoluções aprovadas no II Congresso Nacional de Sindicalistas do PSB Brasília 26 e 27 de novembro de 1999

1 - Aprova o Regimento Interno da Coordenação do Movimento Sindical do PSB, a seguir transcrito:

CAPÍTULO I

Da Definição e das Finalidades

Artigo 1º – A CMS – Coordenação do Movimento Sindical é órgão de apoio do Partido Socialista Brasileiro – PSB, seguindo seu programa e estatuto.

Artigo 2º – A CMS tem por finalidade:

I – organizar o movimento sindical socialista em todos os níveis;

II – promover a ação partidária no relacionamento com o movimento sindical;

III – defender as causas e lutas dos trabalhadores, inclusive, aposentados e desempregados;

IV – defender os direitos coletivos e individuais dos trabalhadores;

V – defender a liberdade, unidade, independência e autonomia sindical;

VI – participar e atuar nas lutas organizadas pelos movimentos sindical, popular e social;

VII – promover a formação dos militantes sindicais socialistas, preferencialmente através da Fundação João Mangabeira;

VIII – promover o intercâmbio com as centrais sindicais do campo da esquerda socialistas;

IX – defender o socialismo como forma de construção de uma sociedade justa, igualitária e como solução para os problemas do povo brasileiro e da humanidade.

CAPÍTULO II

Da Participação

Artigo 3º – Poderá participar na CMS, com direito a voz, todo filiado ao PSB, em dias com suas obrigações estatutárias.

Artigo 4º – Poderá participar, com direito a votar e ser votado, todo filiado ao PSB, em dias com suas obrigações estatutárias, organizado na CMS e com atuação comprovada no movimento sindical brasileiro, que atenda as normas dos Capítulos IV e V deste Regimento, respeitado o campo de atuação definido em congresso nacional da CMS.

CAPÍTULO III

Das Formas de Organização e da Composição

Artigo 5º – A CMS do PSB se organiza da seguinte forma:

I – Coordenação do Movimento Sindical – CMS Nacional;

II – Coordenação do Movimento Sindical – CMS Estadual ou Distrital;

III – Coordenação do Movimento Sindical – CMS Municipal.

Artigo 6º – A CMS Nacional terá a seguinte composição:

I – 3 (três) membros sindicalistas que integrarão o Diretório Nacional, conforme parágrafos 3º e 4º do Art. 13 do Estatuto do PSB;

II – 5 (cinco) membros sindicalistas titulares e 5 (cinco) suplentes, representantes das cinco regiões geográficas do País, com funções de coordenadores regionais;

III – todo secretário sindical estadual/distrital, desde que eleito no respectivo Congresso Sindical Estadual, devidamente comprovado.

§ 1º – Os três sindicalistas que integrarão o Diretório Nacional mais os cinco Coordenadores Regionais formam a Coordenação Executivo da CMS Nacional.

§ 2º – Todos os membros que compõem os incisos I e II deste Artigo serão eleitos no Congresso Nacional de Sindicalistas, com mandatos de 2 (dois) anos.

Artigo 7º – A CMS Estadual/Distrital terá sua composição definida pelo respectivo congresso sindical, devendo ter no mínimo 3 (três) membros.

Parágrafo único – O Secretário Sindical Estadual fará parte da Coordenação e os demais membros deverão contemplar de forma variada, na medida do possível, os sindicatos nos quais os militantes do PSB atuam.

Artigo 8º – A CMS Municipal terá sua composição definida pelo respectivo congresso sindical, devendo ter no mínimo 3 (três) membros.

CAPÍTULO IV

Dos Congressos Sindicais

Artigo 9º – Os congressos sindicais ordinários, em todos os níveis (nacional, estadual/distrital e municipal), serão realizados a cada 2 (dois) anos, em consonância com os congressos do PSB.

§ 1º – Os congressos sindicais serão convocados pela respectiva CMS, por edital, com antecedência mínima de 60 dias.

§ 2º – O Congresso Sindical Nacional será composto de delegados sindicalistas eleitos nos congressos sindicais estaduais/distritais e delegados natos.

§ 3º – São delegados natos ao Congresso Sindical Nacional os membros da CMS Nacional e das Coordenações estaduais/distrital.

§ 4º – Os congressos, em todos os seus níveis, somente serão instalados com a presença de, pelo menos, 20% (vinte por cento) dos delegados sindicalistas, devidamente cadastrados junto à Secretaria Sindical respectiva e deliberarão por maioria absoluta dos presentes, respeitado sempre o quórum mínimo.

Artigo 10 – O Congresso Sindical Nacional dará a direção político-

ideológica a CMS, em conformidade com o Artigo 2º deste Regimento, respeitando e garantindo a ampla divergência de opinião e a unidade na ação política.

Artigo 11 – A CMS Nacional elaborará proposta de Regimento Interno para os Congressos Sindicais Estaduais/Distrital, contendo no mínimo, período para realização, temário geral, e critérios de participação, respeitadas as resoluções do Congresso Sindical Nacional, bem como o Estatuto e o Regimento partidários.

Parágrafo único – Nos critérios de participação, deverá constar a proporção de delegados eleitos nos Congressos Sindicais Estaduais para o Congresso Sindical Nacional, que é de: para cada 3 (três) sindicalistas credenciados presentes, eleger-se-á 1 (um) delegado, considerando-se a fração.

Artigo 12 – A CMS Estadual/Distrital elaborará proposta de Regimento Interno para os Congressos Municipais.

CAPÍTULO V

Das Eleições dos Membros da CMS

Artigo 13 – A escolha dos 3 (três) sindicalistas que integrarão o Diretório Nacional, sendo no mínimo 2 (dois) efetivos, bem como dos 5 (cinco) coordenadores regionais, os quais comporão a Coordenação Executiva da CMS Nacional, dar-se-á em votação por chapa.

§ 1º – Havendo mais de uma chapa, os delegados votarão em apenas uma chapa.

§ 2º – Na composição da Coordenação Executiva da CMS Nacional, respeitada a representação da chapa vencedora, a qual indicará o sindicalista para a vaga de Secretário do Movimento Sindical na Executiva Nacional do PSB, será assegurada a representação proporcional às chapas que obtiverem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos votos válidos, excluídos os brancos e nulos.

§ 3º – O membro sindicalista eleito pelo Congresso do Movimento

Sindical, para o cargo de Secretário Sindical na Comissão Executiva Nacional do PSB, poderá ser reeleito por apenas mais uma vez consecutiva.

CAPÍTULO VI

Do Funcionamento da CMS

Artigo 14 – A CMS deve elaborar planos com o objetivo de arrecadar recursos materiais e financeiros para custear suas ações regimentais.

Artigo 15 – A CMS funciona, no âmbito da sua jurisdição, nas estruturas das instâncias partidárias e com o apoio material das direções nacional, estaduais/distrital e municipais.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais e Transitórias

Artigo 16 – Para fins de aplicação deste regimento, serão considerados filiados sindicalistas os detentores de mandato sindical, os delegados sindicais, os militantes com atuação comprovada nos sindicatos da sua categoria, bem como os militantes, também com atuação comprovada, nas oposições sindicais reconhecidas pela CMS no seu âmbito (nacional, estadual/distrital ou municipal).

Artigo 17 – Ocorrendo vacância de 50% (cinquenta por cento) ou mais da composição total da CMS, até seis meses anteriores ao congresso, será convocado um congresso extraordinário para preenchimento das vagas.

Artigo 18 – Este Regimento Interno, após ser aprovado pelo II Congresso Nacional dos Militantes Sindicais, deverá ser homologado pelo Diretório Nacional do PSB.

Brasília-DF, 26 de novembro de 1999

2 – **Aprova** que o Movimento Sindical do PSB se organiza politicamente, através da corrente SSB – Sindicalismo Socialista Brasileiro e define como campo de atuação o CUTISTA ou independente.

3 – **Defende** a Reforma Agrária como conquista efetiva da terra rural e necessária para a sociedade brasileira, com base em novos critérios. Reprova a proposta de FHC. Apoio ao movimento dos trabalhadores sem terra. A efetividade do direito aos remanescentes das comunidades dos quilombos à propriedade das terras historicamente ocupadas.

4 – **Defende** critérios para implementação das novas tecnologias em benefício do homem e do planeta, condenando as que buscam o simples favorecimento do capital, em detrimento do emprego, da proteção do meio-ambiente e da vida.

5 – **Defende** a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, como forma de garantir e ampliar o emprego. Esta é a Bandeira de Luta dos Sindicalistas Socialista e do PSB.

6 – Sobre a tese apresentada pela Delegação de Sindicalistas do Rio Grande do Sul, intitulada "Tese Pró-S.S.R.T. (Secretaria Sindical e de Relações de Trabalho)", que propõem a alteração estatutária, como também, a tese apresentada pela Delegação do DF intitulada "O Movimento Sindical e o PSB-DF" que versa sobre concepção do movimento sindical e plano de atuação para o movimento e, ainda, o documento referente a PEC nº 623/98 que altera os Arts. 8º e 114º da Constituição Federal, o II Congresso Nacional de Sindicalistas do PSB **resolve o seguinte encaminhamento:**

a) divulgar as teses e o documento apresentado pelo DF, junto às coordenações estaduais da CMS e nas instâncias do PSB;

b) construir um seminário a ser realizado no primeiro trimestre de 2000, para estudos e debates das teses supracitadas e outras temáticas propostas pela CMS nacional;

c) convocar um congresso extraordinário para deliberação das conclusões do citado seminário;

d) apresentar em Congresso de mudança estatutária do PSB, as propostas de mudanças aprovadas pela CMS em congresso.

7 – **Ratifica** as resoluções aprovadas no I Congresso Nacional do Movimento Sindical Socialista, constantes dos anais do 6° Congresso Nacional do PSB (páginas 308 a 311), que não foram alteradas por este II Congresso.

Moção de Apoio

O Movimento Sindical do PSB, através do II Congresso Nacional de Sindicalistas, vem em solidariedade, enviar ao Supremo Tribunal Federal a presente Moção de Apoio de reintegração imediata dos 5.792 trabalhadores que foram contratados pela Fundação Nacional de Saúde para o atendimento ao combate às endemias e consequentemente a garantia da saúde preventiva da população do Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, 27 de Novembro de 1999.

Francisco Nogueira	Joilson Cardoso	Carlos Zimmer
Presidente	*Secretário*	*Relator*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – A Mesa cumprimenta os companheiros sindicalistas e suas decisões, que são homologadas por este congresso nacional.

Passamos a ouvir o informe da nossa combativa Juventude Socialista Brasileira.

Resolução do Congresso da JSB

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira) – Ata do V Congresso Nacional da Juventude Socialista Brasileira:

Aos 26 e 27 dias do mês de Novembro de 1999, ocorreu na sala nº 19 do Senado Federal, o V Congresso Nacional da JSB. O mesmo teve início às 16 horas do dia 26, com a formação da mesa pelos seguintes senhores:

Heleno Alves, Presidente Nacional da JSB; Felipe Carrera, Secretário de Juventude; Silvânio Bedelho, Secretário Geral e Ismênio Bezerra, nomeado para Secretário do Congresso. Após a composição da mesa, o Presidente Nacional da JSB deu as boas vindas a todos os jovens, saudando-os, na causa socialista. Ao final, foi dado início ao debate de conjuntura explanado pelo companheiro Gilvan Rocha. Ao final das palavras de Gilvan Rocha, houve várias explanações e questionamentos por parte da plenária. Às 20 horas, finalizaram-se os trabalhos daquele dia. No dia 27, os trabalhos iniciaram-se às 10 horas da manhã, tendo sido expostas as teses preparadas pelas bancadas dos estados. Ao final das apresentações, a juventude fez várias falações. Passamos então para o processo de eleição. Elegeu-se, por maioria absoluta, que será

criada uma assessoria para a juventude por nome de assessoria de formação política. O nome eleito para ocupar essa assessoria é o de Gilvan Rocha. Dando continuidade passamos para a eleição da direção da JSB, tendo sido eleitos os seguintes senhores, para os seguintes cargos: Silvânio Medeiros dos Santos, Rio Grande do Norte, para Secretário de Juventude Nacional; Wilson Sombra, Rio de Janeiro, para Presidente da JSB; Carlos Roberto Soares, Rio Grande do Sul, para a Secretaria Geral; Roni Cavalcante, de Goiás, para a Primeira Secretaria; Luciano de Oliveira Melo, do Acre, para Vice da região Norte; Heleno Alves, de Alagoas, para vice da Região Nordeste. Sandro Rafael Martins dos Santos para vice da Região Sul; Josiane Varejão Silva, para vice da região Sudeste; Luiz Contarte Neto, de Goiás, vice da Região Centro-Oeste; Natalie B. de Lacadena, do Rio de Janeiro, para a Secretaria de Movimento Estudantil Universitário; Daniel Alcarria, para a Secretaria de Movimento Estudantil Secundarista; Júlio Cesar Frazão, do Distrito Federal, para a Secretaria de Comunicação; Helena Uchoa do Ceará, para a Secretaria de Formação Política; para a secretaria de Finanças, o nome não foi escrito, da Bahia; para a Secretaria de Movimentos Populares, Fabiano Lucena, da Paraíba; para a Secretaria de Meio ambiente.

A JSB indicou, ainda, três membros para o Diretório Nacional do PSB que foram Adilson Gomes da Silva Filho, Danilo Barbosa de Melo e Ediberto Stainer de Quadros, do Rio Grande.

Não tendo mais nada a discutir e tendo sido eleita a Coordenação Nacional da Juventude, o congresso finalizou às 14 horas e 20 minutos.

Eu, Ismênio, lavrei a presente ata. Após lida e aprovada esta é assinada pelo Secretário.

Portanto, temos que anunciar, aqui, mais um membro da Executiva Nacional que é indicado pelo respectivo setor, o companheiro Silvânio Medeiros dos Santos, novo Secretário Nacional de Juventude junto à Executiva Nacional.

Parabéns para a Juventude. (Palmas.)

(Não identificado) – A Mesa deseja saudar a Juventude Socialista Brasileira e as decisões por ela tomadas legitimamente em seu congresso nacional. A todos os companheiros, os cumprimentos da Mesa do Congresso Nacional.

Como fora anunciado no início dos trabalhos, foram abertos os pra-

zos, durante a leitura dos relatórios, para emendas que possam incorporar-se aos relatórios oriundos dos debates das comissões temáticas.

É bom reafirmar que o debate de plenário não é o debate extensivo como se propunha fosse feito nas comissões. É para isso que o congresso, ao longo de toda a tarde de ontem, reuniu-se em comissões temáticas, para que lá houvesse o debate aprofundado, para que lá se processassem as emendas e para que de lá pudesse vir a orientação do plenário poder, de forma circunscrita, objetiva, para deliberar a favor ou contrariamente aos relatórios que aqui foram lidos. A orientação da Mesa era receber emendas onde houvesse necessidade por parte de algum delegado e abrir para duas inscrições favoráveis e duas inscrições, contrárias ao relatório lido de cada um dos grupos. Esse, portanto, é o procedimento que a Mesa adotará, Sr. Presidente. Registrando aqui, uma emenda ao relatório do Grupo 3, já incorporada por decisão favorável de seu relator e temos, ainda, uma emenda à tese do Grupo 1, "Desafios políticos e eleitorais do PSB", do companheiro Vereador Sileno Guedes, de Pernambuco.

Portanto, passamos à manifestação, apreciação e votação dos grupos e das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Está inscrita para falar, no grupo das mulheres, a companheira Mari Machado.

Existe mais alguma inscrição para o grupo das mulheres?

Com a palavra a companheira Mari Machado.

A SRA. MARI MACHADO – Companheiros e companheiras que participam do Sétimo Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, o dia 26 de novembro de 1999 com certeza vai ficar marcado na história de nosso partido. No dia 26 de novembro de 1999 foi realizado o I Congresso Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro. Um congresso que reuniu mais de 420 mulheres que, durante um dia inteiro, debateram, discutiram e definiram as políticas que querem para sua luta. Esta data, sem dúvida nenhuma, marca o nosso partido. Com certeza, a partir de hoje, o PSB não será mais o mesmo porque suas mulheres, a partir de sua organização, terão um outro papel muito mais forte, muito mais incisivo, na definição das políticas do nosso partido. Quero dizer a vocês que este congresso tem a legitimidade das bases do partido socialista. As mulheres, que há muito tempo militam, há muito

tempo levantam a bandeira do partido; realizam a campanha dos companheiros, agora, organizadamente, decidiram que vão ocupar o seu espaço, que é legítimo e que deve ser respeitado por todos. Este congresso nasceu da base do PSB. Foram as mulheres, essas que estão nos diretórios municipais, nos diretórios estaduais, militando no cotidiano do partido, que definiram que querem sua organização interna no partido. Portanto, queremos deixar claro que isto é o que em absoluto legitima a organização das mulheres do PSB. Nós dizemos que não queremos superar os homens. Penso que isso tem que ser uma questão muito clara entre nós. Queremos, sim, a igualdade. Queremos ter os mesmo direitos, nos salários, no trabalho, na executiva municipal, na executiva estadual, no diretório do partido e na hora de ser candidata. Este compromisso tem que ser assumido por todos os companheiros. O ano que vem é um ano importante para o partido socialista. Hoje, estamos vivendo aqui um congresso que, efetivamente, esclarece qual é a posição que o PSB tem em nível nacional. O nosso partido se consolida cada vez mais forte embasado na luta dos movimentos sociais. Temos aqui o Congresso da Juventude, temos aqui o Congresso do Movimento Sindical e temos aqui o Congresso da Mulheres. Nosso partido é um partido que se consolida num movimento social. Nós, então, queremos dizer o seguinte: Companheiros, no ano que vem, nesse processo eleitoral, temos que lotar as câmaras de vereadores de vereadoras do PSB. Não vamos pensar em compor chapa apenas porque precisamos preencher a quota dos 30%, mas porque queremos mulheres que sejam presença, que tenham militância e que defendam a luta política da mulher e a luta política dos homens e mulheres de nossa sociedade. Temos certeza de que, no ano que vem, o PSB vai crescer ainda mais do que hoje. Sabemos a realidade que o Brasil vive hoje. Sabemos a situação de exclusão social que vivemos. Sabemos que as mulheres são vítimas da violência. Sabemos que somos mais de 50% da população do mundo. Mas, que na hora de discutirmos salário, o dos homens é superior ao das mulheres.

Portanto, companheiros, queremos afirmar aqui, nós fazemos a política com razão, mas também a fazemos com sensibilidade. Nossa proposta, na criação da secretaria, é lutar contra todas as injustiças cometidas contra as mulheres, mas também lutar contra todas as injustiças cometidas contra os homens. Temos um objetivo principal que é concretizar o crescimento do nosso partido. Queremos organizar as mulheres para que elas estejam lutando pelos seus direitos e queremos organizar as mulheres para que levem a bandeira do

PSB porque, enfim, queremos e lutamos por um projeto novo de sociedade. Esse projeto é o socialismo. Não é a social democracia. Não queremos reforma. Queremos transformação.

Companheiros e companheiras, para nós, é um grande desafio. Discutir e trabalhar com mulheres do país inteiro não é uma tarefa fácil. No entanto, nossa proposta, que foi aprovada no Congresso Nacional de Mulheres, é uma proposta absolutamente democrática. Queremos trabalhar junto com a representação de mulheres de todos os estados. Pretendemos que sejam contempladas, nas discussões de mulheres, as diferenças regionais. Entendemos que nosso país precisa ter uma leitura, um olhar feminino sobre cada realidade feminina deste país. Entendemos que este processo de construção desta secretaria é um processo coletivo. Entendemos que, a partir da decisão de um congresso nacional que reuniu 420 mulheres, o partido saiu unido. E todas vão trabalhar juntas. Este é o nosso entendimento. Não existe como construir sem a democracia.

Companheiros, sabemos que todos aqui estão emocionados com esta conquista. Temos certeza de que isto não está apenas tocando o nosso coração. Mas está tocando o coração de cada um de vocês. Portanto, solicito a todos que nos apoiem nesta luta que estamos iniciando agora. Quero dizer que essa luta é nossa, de homens e mulheres, deste partido que escolhemos como nosso instrumento para transformar esta sociedade para que todos tenhamos direitos iguais, homens, mulheres, crianças e jovens. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – A Mesa cumprimenta as companheiras mulheres socialistas, por seu congresso, pela capacidade de mobilização, de organização, de luta, de coerência que as mulheres estão dando ao congresso nacional desse partido. A todas as companheiras, a saudação da Mesa Diretora do Congresso.

Companheiros, no Grupo das Mulheres existe mais alguma inscrição? Não?

Encerrado o debate do grupo das mulheres, colocarei em votação o relatório. Os senhores que aprovam o relatório, por gentileza, levantem o crachá.

Aprovado o relatório do Grupo das Mulheres. Muito obrigado.

Em discussão, o Grupo 3.

Temos uma emenda sendo apresentada ao Grupo 3. A Mesa tem que dar o parecer.

Vou encaminhar a votação do Grupo 2.

Vai defender o companheiro Deputado Domingos Leonelli que terá três minutos para apresentar a defesa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS LEONELLI – Minha saudação ao congresso nacional do Partido Socialista Brasileiro. Estamos vivendo uma festa extraordinária. Fui solicitado pelos companheiros do grupo que discutiu o desenvolvimento sustentável para, talvez por estar acompanhando muito de perto e muito apaixonadamente a experiência do único estado brasileiro que cumpre a agenda 21 em nosso país e na América latina, que é o Amapá, para defender aquilo que tem sido objeto da apreciação de nosso partido em diversas instâncias. Em vários estados e municípios o Partido Socialista Brasileiro tem se colocado numa posição muito clara compreendendo que a natureza é um patrimônio da humanidade e do povo de cada região. Principalmente, um patrimônio do povo. Nesse sentido, aquilo em que o mundo capitalista do século vinte se apresentou mais degradante e mais contraditório com a vida é a relação do lucro com a natureza. Esta relação tem comprometido profundamente, ameaçado não só a existência das pessoas como a existência do planeta. É nesse sentido que o desenvolvimento sustentável representa a posição, a meu ver, mais avançada, na luta contra o grande capital. O grande capital multinacional tem sido predador, destrutivo, incapaz de preservar a vida. Se alguém perguntar porque o capitalismo é inviável no mundo, basta olhar para as florestas, rios e mares, para compreendermos que esse sistema está sendo incapaz de preservar a vida no planeta. O desenvolvimento sustentável, tem uma certa unanimidade retórica, todos concordam em defender a ecologia e a natureza, mas, muito poucos, levam à prática esta defesa porque ela implica em contrariar os interesses do capital. Quando o nosso companheiro Governador Capiberibe decidiu, no Amapá, que as madeireiras malasianas que destruíram as florestas do Pará não entrariam no Amapá, estava tomando uma decisão política, uma decisão socialista, uma decisão em defesa da vida. Desenvolvimento sustentável hoje é a defesa da vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Solicito ao plenário que manifestações contrárias... Solicito silêncio ao plenário, pois há orador na tribuna.

Solicito ao plenário silêncio para que o Eminente Deputado Domingos Leonelli possa concluir sua defesa.

Deputado Domingos Leonelli fará suas conclusões.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS LEONELLI – Companheiro Presidente, companheiros socialistas de todas as correntes, se eu estivesse aqui defendendo posições referentes a uma chapa, que é legítimo, qualquer um tem o direito de fazê-lo, até admito, embora não considere que seja uma manifestação democrática, a vaia, o bumbar de tambores contra companheiros. Mas, fico muito preocupado, companheiro presidente, de nós estarmos discutindo, citei aqui um fato concreto, da nossa luta socialista, patrimônio de todos os socialistas. Quando defendemos, em discursos nessa casa, quando era deputado o nosso querido companheiro, Governador Miguel Arraes sem pestanejar, quando defendemos o companheiro Ronaldo Lessa, a companheira Kátia Born, estamos defendendo o patrimônio de todos os socialistas. A prefeitura de Cetio de Castro, o governo de Capiberibe, são patrimônios socialistas, são nosso patrimônio comum. Eu estava aqui, Sr. Presidente, defendendo a tese essencial do desenvolvimento sustentável, que é a tese mais radical da luta socialista hoje, que é a luta em defesa da vida e contra o capital predador que está destruindo a natureza em todo o país. Se citei um nome e uma ação de governo, quero crer, tenho a certeza que o Governador Miguel Arraes e todos os que estão nessa mesa, porque aqui está desenvolvimento sustentável, sabem que esta é uma bandeira, hoje, dos socialistas brasileiros de todas as correntes e matizes. Nossa defesa é que nosso partido compreenda o desenvolvimento sustentável como parte da revolução democrática que vamos realizar neste país, nós do partido socialista e todos aqueles que com a esquerda se unam para realizar as mudanças da revolução democrática com o desenvolvimento sustentável.

Muito obrigado a todos os companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Companheiros, quero parabenizar o discurso do Deputado Domingos Leonelli. Não interrompi sua falação porque achei a exposição... Agora, a Mesa terá que ser rigorosa com o tempo. Este congresso une todas as pessoas do Brasil e temos que Ter rigorosidade com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – A Mesa terá que ser rigorosa com o tempo, porque este congresso une todas as pessoas

do Brasil e temos que Ter rigor com o tempo. Deixamos claro que o Deputado Domingos Leonelli tinha um grupo que entrava no plenário na hora que ele fazia sua exposição, mas a Mesa será rigorosa com o horário de três minutos na defesa que o expositor estará, evidentemente, fazendo.

O próximo inscrito é o Deputado João Milhomen. Grupo 2.

O SR. JOÃO MILHOMEN – Companheiros e companheiras bom dia. Antes vi a participação do companheiro que me antecedeu. Ficamos preocupados quando, aqui neste congresso, está-se discutindo o destino do Socialismo no Brasil. Nós que viemos do Amapá, que vivemos todo o dia o embate político com as forças que estão levando à destruição do povo brasileiro, à destruição da nossa riqueza ficamos preocupados. Ficamos preocupados porque, nós do Partido Socialista no Amapá, estamos vivenciando uma prática que pode ser uma bandeira de luta para todo Brasil. Enquanto o Partido dos Trabalhadores tem a proposta do orçamento participativo o PSB não tem no seu programa uma proposta, uma bandeira de luta que possa alavancar todos os movimentos sociais, possa alavancar os municípios e os estados para uma mudança radical neste país, que precisa acontecer.

Toda essa mudança companheiros passa pela democracia, por uma democracia radical em que os povos, os movimentos sociais e todos aqueles que foram oprimidos têm direito de participar e dizer como deve ser distribuída a nossa riqueza, como deve ser o Estado brasileiro para os brasileiros.

No Estado do Amapá, companheiros, a maioria das forças que estiveram contra o projeto socialista de desenvolvimento sustentável sempre foram aquelas forças que estiveram do lado do FMI, do Banco Mundial, por toda desestruturação dos nossos estados aqui no Brasil, inclusive com Fernando Henrique, que está no poder demolindo, derrubando todas as forças protetoras que existem no Brasil.

A proposta de desenvolvimento sustentável é uma proposta socialista porque também visa a questão da eqüidade social. Esta também passa pela eqüidade de gênero. Precisamos acabar com todo tipo de opressão, opressão ao pobre, opressão às mulheres, negros e, nesse ponto, a proposta do Governo do Estado do Amapá conseguiu trazer para a prática do projeto socialista o resgate da questão dos negros, dos índios e de todos aqueles que foram oprimidos durante a ditadura militar e essas ditaduras que passaram. Na questão da socialização dos recursos naturais, socialização dos recursos sociais e socia-

lização da cultura houve um resgate de todos os companheiros que sempre foram marginalizados pelos militares que foram colocados no Amapá. Aí temos a prova: Acione uma grande multinacional que foi a primeira a entrar na Amazônia, que levou mais de quarenta mil toneladas de manganês com o Projeto Jari, com o Projeto Carajás, que estão levando a nossa riqueza, mas que é devido ao modelo expropriador de levar riqueza para os outros países centrais. Estamos contra todo esse projeto que leva a riqueza para os países centrais, deixando as populações numa situação de miséria. No Amapá conseguimos reverter esse processo, porque toda a riqueza que o Amapá está produzindo está socializando para todos os companheiros.

Quero dizer, companheiros, finalizando, que a proposta do desenvolvimento sustentável garante a qualidade de vida, garante a distribuição da riqueza, que fortalecia o mercado interno, garante a soberania nacional, garante os interesses nacionais e garante os interesses da Amazônia. Baseado, principalmente, nos interesses dos Incas, Astecas e Maias, de um desenvolvimento fabricado e construído aqui no Brasil, aqui no Amapá e aqui na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros, não havendo mais oradores inscritos coloco em votação o relatório do Grupo 2. Os senhores que aprovam o relatório levantem o crachá.

Aprovado o relatório do Grupo 2. (Palmas.)

Grupo 5.

Inscrito para a defesa do relatório o companheiro Deputado Bernardo de Souza/RS.

O SR. DEPUTADO BERNARDO DE SOUZA (Rio Grande do Sul) – Companheiras, companheiros e dirigentes da Mesa. Este Grupo 5 tem um parecer favorável, não há emendas. Parece, portanto, que não haveria necessidade de falar sobre ele. Mas, nesta oportunidade que é dada para a análise e sustentação do parecer, quero pedir licença para fazer algumas rápidas reflexões. Para começar dizendo, com todas as letras do mais fundo de nossa alma, que o Socialismo não morreu. Como Heber Mass gosto de dizer: "O Socialismo existirá enquanto existir o objeto de sua crítica", ou seja, a sociedade de injustiça, de exclusão e a sociedade de marginalização. Isso é preciso ser dito e propalado aos quatro ventos para que não pairem dúvidas, até porque Socialismo é a palavra que nos une no nome do partido inclusive.

Por segundo, é bom relembrar, é bom reafirmar, é necessário repetir que por trás do sonho generoso do Socialismo está a idéia da igualdade, não só jurídica, fática, concreta, social, verdadeira. O Socialismo não tolera que brancos olhem negros ou índios como se fossem superiores, que machos olhem fêmeas como se fossem superiores, que adultos olhem crianças como se fossem superiores, que sadios olhem deficientes como se fossem superiores. A superioridade intrínseca não existe para quem sustenta a igualdade. Isso é bom repetir e reafirmar, porque o Socialismo nega as estruturas que desigualam e o Socialismo condena os preconceitos que inferiorizam. Só sob o manto generoso do sonho eterno da igualdade é que podemos afirmar nossa vocação política.

Mas é preciso dizer também, com todas as letras, que essa igualdade que queremos, que sustentamos e esta igualdade por que pugnamos também sustenta a igualdade na participação no poder e nas decisões. Vale dizer, Democracia. Socialismo sem democracia, Socialismo não pode ser, já nos ensinava João Mangabeira.

Por isso, aqueles que usam, que usaram, que quiserem usar a bandeira do Socialismo e da igualdade com métodos não democráticos estão, no fim das contas, sem saber, talvez, destruindo um dos pressupostos da igualdade. Aos stalinistas que não desincorporaram, aos direitistas que não sabem que fazem o serviço da causa da desigualdade, temos que repetir uma bandeira eterna do Socialismo: somos todos iguais, inclusive no direito à participação da construção das hegemonias políticas.

Por isso, nessas teses aqui aprovadas, incorporadas no relatório do grupo 5, está a essência dessas afirmações: Socialismo, igualdade, liberdade, respeito ao outro, respeito à dignidade essencial de cada ser humano.

Se assim não for, caros companheiros, de nada valeria termos vindo de todos os recantos deste País para aqui nos encontrarmos sob essa bandeira generosa, sob esse manto generoso, sob essa inspiração generosa, com esse sonho generoso, com essa afirmação generosa de que somos todos iguais e só as estruturas e os preconceitos é que nos infelicitam e nos desigualam.

No sonho da igualdade, na felicidade está o cerne, a essência, o núcleo, a afirmação final e completa do nosso projeto.

Cada passo, cada projeto, cada proposta, cada iniciativa, cada ação que

caminhar para a igualdade, para a felicidade, para o respeito, para a democracia está afinado com o nosso sonho. O que não for levar para esse rumo, não cabe nessa bandeira.

Quero encerrar dizendo que não podemos estar desatentos ao que acontece aqui, entre nós. A vaia e o aplauso são legítimos em qualquer democracia. Pobre do regime, pobre do partido que não tolera vaias, nem aplausos, mas interromper a voz, o argumento, a fala, a ponderação não é democrático.

Ser socialista é respeitar cada um. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Não havendo mais oradores inscritos, submeto ao Plenário a votação do relatório do grupo 5.

Os senhores que aprovam o relatório, por gentileza, levantem o crachá. (Pausa.)

Aprovado o relatório do grupo 5.

Passamos à discussão do relatório do grupo 4.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Não há inscritos, nem emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Não havendo inscritos e nem emendas, submeto à votação o relatório do grupo 4.

Os senhores que aprovam o relatório levantem o crachá. (Pausa.)

Aprovado.

Em discussão o relatório do grupo 3. O Vice-Presidente, Deputado Beto Albuquerque, vai convocar os inscritos.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Acerca do Grupo Temático nº 3, as políticas do PSB para os movimentos sociais, populares e sindical, cujo Relator é o Deputado José Antônio Almeida, houve a apresentação de uma emenda já acolhida pelo Relator, deixando claro a criação de uma comissão permanente do movimento quilombista do PSB, que terá a tarefa de atender as demandas políticas com ênfase no anti-racismo, nas ações antidiscriminatórias.

Então, essa emenda tem parecer favorável do Deputado José Antônio, Relator do grupo 3, assegurando a criação de um movimento que amplia o combate ao racismo e a qualquer tipo de discriminação. (Palmas.)

Estão inscritos para falar o companheiro Jorge Santos de Jesus, da Bahia, o companheiro Edvande Pinto de França, do Mato Grosso, e também o companheiro Pernambuco, do Rio Grande do Sul.

Pela ordem, três minutos para cada intervenção sobre o relatório do grupo.

O SR. JORGE SANTOS DE JESUS (Bahia) – Quero saudar, inicialmente, a mesa por esse trabalho que vem conduzindo com a maior transparência, com a maior ética, haja vista as últimas falas que foram colocadas e que nos antecederam.

Companheiros, gostaríamos, em primeiro lugar, de dar uma informação, reforçar essa proposição do Deputado que coordenou a mesma discussão e dizer que, além disso, propusemos no grupo que fosse criada a Secretaria para Assuntos Étnicos em função de toda a discussão que tivemos no grupo em relação ao que acabou de ser colocado. Uma outra questão é, esquecendo e sem respeitar que outros dois partidos do nosso campo se intitulam como donos dos movimentos populares e sindicais, nós, do PSB, fazemos parte da executiva nacional do Movimento Brasil Outros 500, que é um movimento de resistência negra, indígena e popular. Estamos lá na executiva desse movimento representando o PSB. Esse movimento tem secretaria operativa na Bahia e está se articulando a nível de Brasil e, também, em nível internacional para discutirmos isso. O objetivo maior desse movimento é contrapor-se às idéias desse governo nefasto em 22 de abril do ano 2000, levando cem mil ou mais do que isso ao Município de Porto Seguro para lá realizarmos o nosso real protesto. Gostaria de encerrar por aqui, porque o companheiro Edvande também tem algumas coisas a dizer.

Por último informar que existem duas teses nesse sentido e ambas foram aprovadas. A denominação, realmente, poderemos dar após e para isso estamos convocando todos os militantes do Movimento Negro aqui presentes e de movimentos indígenas e indigenistas também para discutirmos isso antes do almoço.

O SR. EDVANDE PINTO DE FRANÇA (Mato Grosso) – Sou membro da Executiva Municipal do PSB, e Presidente do Grupo União de Ciência Negra.

Mesa, Carlos Siqueira, bom dia. Bom dia a todos os delegados aqui presentes.

Vocês puderam observar, na tese, na proposta 32, onde estive aqui no Curso de Formação Política da Fundação João Mangabeira e percebi que as mulheres estavam mobilizadas, o movimento sindical estava mobilizado e faltava um segmento importantíssimo que é o movimento negro, que é o negro na sociedade brasileira.

O Partido Socialista Brasileiro não poderia deixar de estar criando uma secretaria para tratar desse assunto específico que é a questão do negro na sociedade brasileira. Isto porque historicamente o negro brasileiro, devido ao processo de escravidão, foi colocado na inferioridade, no estereótipo e isso fez com que sofrêssemos todo tipo de discriminação e preconceito. Apesar de sermos os grandes contribuidores da riqueza desse país, somos nós que estamos na ponta da produção, somos nós que estamos na indústria de base, estamos na associação de moradores e estamos em todos os segmentos organizados e no partido político. Mas ainda somos pouco representados nas instâncias partidárias em todos os níveis de poder. Isso levou-me a propor para a secretaria nacional criar a secretaria do movimento negro e minorias para que, junto à Executiva Nacional, possamos, assim, apresentar propostas de políticas afirmativas, onde se possa contemplar o movimento negro do Partido Socialista, em nível nacional, e, conseqüentemente, da sociedade brasileira.

Apelo a vocês, companheiros delegados, que votem na nossa proposta de criação da secretaria do movimento negro e minorias. Muito obrigado.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Imediatamente o próximo inscrito, companheiro Pernambuco do Rio Grande do Sul.

O SR. PERNAMBUCO (Rio Grande do Sul) – Nosso respeito à mesa, nosso efusivo axé de paz e de força para todos os quilombistas que estão aqui presentes. Quando digo isso, digo resgatando a história desse nosso país, que teve no Quilombo dos Palmares e nos milhares de quilombos a resistência socialista real, um espaço que nunca se dobrou, em nenhum momento, em

nenhuma circunstância às violências perpetradas pelos regimes capitalistas da época, que colocavam a chibata e o rebenque em cima do homem, do povo, daquele oprimido.

Quando falamos em quilombos, falamos em resistência socialista brasileira. É isso que estamos propondo ao nosso partido: que crie um núcleo daqueles que estão expurgados, daqueles que estão fora do processo educacional, da saúde, marginalizados em função dessa sociedade extremamente racista, excludente, que nos humilha pela cor da nossa pele, nos humilha simplesmente porque herdamos dos nossos antepassados uma pele mais escura e não nos respeita em função da nossa competência. Os quilombos meus irmãos, espaço de luta e de glória, precisam ter agora, no início do século 21, o respaldo e respeito desse partido, abrindo dentro de si um espaço onde tenha brancos, negros, cafuzos, mamelucos, onde esteja o povo cinza desse nosso país dizendo não às injustiças sociais, dizendo não a Fernando Henrique, às violências que são cometidas contra todos nós.

Em nome dos meus irmãos quilombistas do Sul, dos meus irmãos quilombistas de todo o país, pedimos e encarecemos que seja criado, dentro do nosso partido, um movimento quilombista, como resgate histórico, em homenagem aos milhares e milhares de irmãos nossos que foram sacrificados, violentados e mortos unicamente por se dizerem homens e não aceitarem a chibata e o chicote. Tenho dito. É isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Obrigado, companheiro Pernambuco.

Não havendo mais oradores inscritos, houve uma emenda ao relatório, apresentada ao Plenário e acolhida pelo Relator.

Submeto o relatório ao Plenário.

Os senhores que aprovam, por favor, o relatório e a emenda levantem o crachá. (Pausa.)

Aprovado.

Companheiros, existe um caso omisso no Regimento e cabe à Mesa decidir. Por causa da importância política, como mostrarei no requerimento, farei uma proposta que será submetida ao Plenário. Lerei o requerimento: "Companheiro Alexandre Cardoso, Presidente do 7º Congresso Nacional do

Partido Socialista Brasileiro, a Bancada dos Socialistas mineiros, reunida neste Congresso tomou a decisão de não participar de nenhuma das duas chapas em disputa pelo diretório nacional.

Os socialistas mineiros não aceitam participar desse confronto que, certamente, excluirá da participação importantes companheiros, fundamentais para a construção de um PSB forte e capaz de combater o projeto neoliberal. O momento histórico que estamos vivendo cobra de todos nós o esforço contínuo pela unidade das forças populares e todos sabemos que a unidade começa em casa.

Posto isso, venho solicitar, em nome da Bancada, a retirada do nome de todos os socialistas mineiros, inscritos nas chapas que oram se apresentam.

Cordialmente, Marcos Alexandre Vieira, Presidente da Executiva Estadual do PSB de Minas Gerais."

Companheiros, esse caso não está contemplado no Regimento. Vou submeter ao Plenário uma proposta da Mesa: que as duas chapas tenham, a partir deste momento, o prazo de trinta minutos para se reorganizar e apresentar-se à Mesa. Essa é a proposta que submeto ao Plenário.

Os senhores que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Muito obrigado.

As chapas têm trinta minutos, a partir deste momento, para apresentar a reorganização das chapas, isto é, estamos falando das treze horas. O companheiro, Vice-Presidente, Deputado Beto Albuquerque lerá uma moção encaminhada à Mesa.

Muito obrigado.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Peço a atenção dos companheiros. Recebemos uma manifestação do companheiro Pedro César Batista, de Peruíbe, São Paulo, e a Mesa entende transmitila ao Plenário, para que o este também a possa referendar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiro Beto Albuquerque, creio que essa moção marca, de forma profunda,

o nosso Partido. Vou solicitar ao Plenário que mantenha o silêncio absoluto na leitura dessa moção.

Muito obrigado.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Passo a ler a moção que será, tenho certeza, de todo o Congresso Nacional:

"Em seis de dezembro de 1988, João Carlos Batista, Advogado e Deputado Estadual do Partido Socialista Brasileiro do Pará, foi covardemente assassinado devido a sua luta na defesa da Reforma Agrária. Passados onze anos, os assassinos e os mandantes permanecem impunes.

Muitos outros também tombaram pelas balas assassinas do latifúndio nesse período. Apesar de tudo, a luta avançou.

Através do MST, os camponeses brasileiros têm ocupado, resistido, produzido e mostrado ao povo brasileiro o exemplo da luta e do combate, conquistando importantes vitórias.

João Carlos Batista dedicou sua vida à luta. Ainda jovem, interromperam-lhe a caminhada. O tempo fez com que sua memória fosse apagada. Mesmo assassinado em pleno exercício de seu mandato parlamentar de Deputado Estadual do PSB, após a abertura política, e sendo o único Deputado assassinado por sua ação na defesa de justiça social, foi colocado no esquecimento.

Ao fazer no próximo dia seis de dezembro onze anos de seu covarde e brutal assassinato, manifestamos nossa indignação pelo ostracismo imposto à sua memória, pela omissão do conjunto, também, do nosso Partido na busca permanente pela punição dos responsáveis por este crime. A luta e o fim que João Batista teve servem de exemplo.

Não precisamos de mártires nem de heróis; precisamos de um povo cidadão, capaz de se rebelar e defender com dignidade a justiça social, a liberdade e o socialismo e para isso não podemos apagar a história daqueles que tombaram nesta luta. João Carlos Batista, a luta pela Reforma Agrária e pelo Socialismo continua!

Viva o exemplo de luta de todos aqueles que tombaram em combate!

Viva a luta do povo!"

Essa é a moção com que pretendemos, por aclamação, exaltar a lembrança deste companheiro, que tombou na luta pela Reforma Agrária. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Moção aprovada por aclamação.

Companheiros, vamos colocar em votação o grupo 1 com as respectivas emendas e solicitar aos inscritos que se posicionem.

Passarei a palavra ao Vice-Presidente, Deputado Beto Albuquerque, para solicitar aos inscritos que se dirijam para suas defesas.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Estão inscritos neste grupo, pela ordem, os companheiros Luís Carlos Sinelson, de Goiás, Moisés Aguiar Suris e o Vereador Sileno Guedes, de Pernambuco. Posteriormente, este Deputado também se manifestará a respeito do assunto.

O primeiro inscrito é o companheiro Luís Carlos Sinelson, acerca do relatório do grupo nº 1. Companheiro, tem a palavra por três minutos.

O SR. LUÍS CARLOS SINELSON (Goiás) – Saudações socialistas.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Pedimos atenção ao Plenário e melhorar o som do microfone da tribuna, por favor.

O SR. LUÍS CARLOS SINELSON (Goiás) – Saudações socialistas aos presentes. Quero dizer que, tendo participado do Seminário de Políticas Públicas, pela Fundação João Mangabeira, aqui em Brasília, em outubro, uma frase nos tocou bastante e essa frase é o que vai nortear a nossa falação. A frase é a seguinte: pensar globalmente, agir localmente.

Se é verdade essa frase – e é uma defesa de uma fundação ligada, que dá suporte intelectual ao Partido, por assim dizer -, parece-me contraproducente que se limite a ação nas bases, a ação dos diretórios municipais na constituição dessas políticas de aliança.

Nós, particularmente, e em nome do município onde militamos, somos contrários a qualquer limitação na política de alianças. Por quê? Vivemos nos municípios, conhecemos as lideranças e as histórias políticas e as forças que ali agem, então, compete a nós estarmos juntos, trabalharmos e construirmos

essas alianças, porque, se assim não for, se tentar colocar essa política de cima para baixo, tenho certeza de que os municípios estarão enfraquecidos nessas próximas eleições.

No nosso caso específico de Goiás, uma situação totalmente diversa ao que está sendo falado e proposto aqui, que fatalmente existirão momentos em que teremos que caminhar juntos, com partidos que não são da nossa identificação, e exemplifico aqui o caso: temos um município onde a situação pertence a um partido de direita. Foi proposta uma coligação e essa coligação deverá trazer um vício em nós. Até as eleições de 2002, na eleição de 2002 esse prefeito sairá para Deputado Estadual e aí vamos continuar nossa luta sozinhos e ele vai seguir o caminho dele.

Acredito que seja uma forma legítima de se procurar o poder, uma forma legítima de ocupar esse espaço que o PSB, naquela localidade, não tem.

Enfim, gostaria de pedir então que essa posição que saia daqui seja uma posição que fortaleça os diretórios municipais, porque se assim não for vai ficar muito difícil, aliás muito mais difícil do que já está, caminhar sozinhos, porque não dá para ficarmos fazendo política no município, baseados numa perspectiva nacional enquanto que a realidade nacional é uma, a do estado é outra e a do município ainda outra. E nós vivemos no município.

É o que tenho a dizer. Obrigado. (Palmas.)

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Companheiro Moisés.

O SR. MOISÉS AGUIR SURIS – Cumprimentamos a todos. Gostaríamos de dizer que ontem fizemos uma proposta neste Plenário, na discussão do grupo 1, que não foi mencionada no relatório, que é uma campanha nacional do PSB para o cadastramento eleitoral dos jovens para votarem a partir dos dezesseis anos de idade.

Entendemos que o Partido Socialista Brasileiro deve ser caracterizado, no Brasil, como um partido da juventude e que o PSB tem espaço para a juventude.

É muita irresponsabilidade nossa pensarmos que vamos implantar o Socialismo neste País, se não conscientizarmos os jovens de hoje contra o Capitalismo que está assolando o mundo e destruindo muitas vidas, destruindo o nosso ecossistema, destruindo o nosso planeta.

Assim, gostaria que essa proposta fosse encaminhada para o Plenário, para que a direção nacional organizasse uma campanha de cadastramento eleitoral dos jovens, para que participem, votando nas eleições de 2000 a partir dos dezesseis anos de idade e que essa bandeira da juventude seja uma bandeira do PSB, porque sem a juventude participando ativamente da política brasileira não conseguiremos fazer transformações socialistas neste País.

Muito obrigado.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Próximo inscrito é o companheiro Sileno Guedes, Vereador de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Um minuto. Queria registrar a presença do Deputado Severino Cavalcante, Corregedor desta Câmara, e agradecer a sua presença, a quem peço uma salva de palmas. (Palmas.)

O SR. SILENO GUEDES (Pernambuco) – Srs. Membros da Mesa, meus companheiros, na realidade, no que diz respeito à política de alianças para as próximas eleições, apresentamos uma emenda, em que a intenção foi tentar preservar a imagem do Partido, a marca do PSB, como uma força de oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso. Por isso fizemos uma emenda para que, pelo menos nas cidades que tenham de duzentos mil eleitores em diante, ou seja, nas cidades onde há possibilidade de ocorrer o segundo turno, as alianças que forem feitas, as alianças que forem propostas para este segundo turno sejam encaminhadas e deliberadas em conjunto com a direção nacional do Partido, para evitar que cada localidade atue isoladamente. Embora se reconheça a história de cada município, embora se reconheça as dificuldades locais e regionais, é preciso que haja um caminho único para que o PSB seja unidade em todo o Brasil.

É essa a nossa proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiro, Deputado Federal Beto Albuquerque, para fazer o seu encaminhamento a respeito da matéria.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Companheiras e companheiros socialistas, a essência de um perfume, quando alterado, perde a credibilidade. A essência de uma fórmula de uma bebida, se

alterada, perde a credibilidade, e a essência de um partido político é a sua coerência, o seu compromisso histórico, a sua convicção ideológica e a sua companhia nos processos eleitorais. Se perdermos a razão desta coerência, perderemos a essência capaz de nos fazer um partido de massas, que haverá de mudar os rumos deste País.

As eleições municipais do ano que vem não são um momento de aventuras eleitorais, são um momento de afirmação política, de convicção ideológica, socialista, de mudanças e transformações do Partido Socialista Brasileiro.

É por isso que apresentei emenda a este relatório, para deixar claro que, neste País, o PSB é um partido atrás não de administrar melhor o modelo que aí está, com Fernando Henrique e seus apoiadores. O PSB é um partido que quer mudar esse modelo, romper com esse modelo, transformar esse modelo. Portanto, os partidos que o nosso PSB deve considerar alianças municipais e com eles poder efetivamente estabelecer alianças, sem consultas a nenhuma instância estão muito claramente identificados no PC do B, no PCB, no PDT e no PT, porque esses são os partidos que, aqui na Câmara Federal, que aqui no Senado, junto conosco têm lutado contra o neoliberalismo desastroso, excludente e injusto do Governo Fernando Henrique Cardoso. Qualquer aliança diferente da prevista nesta emenda, dependerá sim da prévia discussão e autorização dos diretórios estaduais e no caso das capitais brasileiras dependerá de aprovação da Executiva Nacional para que a histórica coerência não seja arranhada por aventureiros da direção nacional.

Companheiros temos a regra do jogo e só pode ter medo, só pode não querer quem já está predisposto a fazer aliança espúria para conquistar o poder a qualquer preço. Quem está coerente com o PSB não teme regra, não teme entendimento. Proponho a Executiva Nacional que edite uma Resolução disciplando a matéria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Vamos proceder a votação das emendas e do relatório. Companheiros vou pedir a votação do relatório juntamente com as emendas. Os senhores que aprovam o relatório com as emendas do Dep. Beto Albuquerque e do companheiro Sileno Guedes por favor se manifestem com o crachá.

Aprovado o relatório com as emendas já mencionadas.

Companheiros, questão de ordem do Deputado Bernardo de Souza.

As emendas que têm parecer favorável da comissão, caso o plenário discuta e discorde, tem que levantar e pedir destaque para a emenda, porque a emenda incorporada o regimento fala que a votação é do relatório com as emendas. Se o relator, no curso do processo, indeferir a emenda, ela será votada em separado. Se alguém quiser destaque para uma emenda tem que se pronunciar pelo destaque.

Questão de ordem Deputado Bernardo.

O SR. DEPUTADO BERNARDO DE SOUZA (Rio Grande do Sul) – Sr. Presidente, a votação é o momento culminante de um congresso. As regras para a votação têm que ser claras e confesso que não entendi. Quero votar o relatório e quero votar contra uma emenda e fiquei atrapalhado. Não houve esclarecimento, para o meu acanhado juízo pelo menos, suficiente para entender o que estamos votando. Gostaria de ponderar, quem sabe, se podemos adotar um sistema usado em todos os parlamentos, deste país pelo menos, de que se votam as emendas separadamente da proposição principal, ficando mais claro. Gostaria que a votação fosse clara e o resultado claro, senão não consigo votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Deputado Bernardo de Souza existe, logicamente, um regimento que está regendo esse congresso. Evidentemente, quando a Mesa aprova as emendas, que foram lidas, elas são incorporadas ao relatório. Lidas e defendidas em plenário, são postas a votação, incorporadas ao relatório. Não dá para você incorporar as emendas e falar separadamente de emendas e relatório, porque senão poderemos cair num vício de votação que é aprovar as emendas e rejeitar o relatório. Gostaria de deixar claro, ao Eminente Deputado, que quando se incorpora as emendas ao relatório as pessoas colocam em votação o relatório com as emendas incorporadas. Vou pedir ao Eminente Deputado que, em caso de dúvida, faça um ofício à Mesa posto que temos intenção de deixar claro, de forma tranqüila, qualquer procedimento de votação.

O Deputado me pediu que, esclarecesse a votação pois não ficara clara. O que estamos votando é o relatório com o parecer favorável das emendas. Essa é a condução da votação desta Mesa. Porque, se o relator incorpora as emendas, você não tem como votar de forma separada. Ou senão você tem que esperar as emendas serem votadas para analisar. Então companheiro acho que deixei claro e talvez tenha dado esta explicação depois da votação, e

é uma decisão minha, porque talvez não tenha sido explícito no encaminhamento e vou repetir a votação, pois essa explicitação ficou clara após a votação.

O SR. DEPUTADO BERNARDO DE SOUZA (Rio Grande do Sul) – Questão de ordem. Se eu quiser votar com o relatório e contra as emendas como faço?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – O senhor tem que fazer o destaque das emendas.

O SR. DEPUTADO BERNARDO DE SOUZA (Rio Grande do Sul) – Então quero fazer o destaque das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – O relatório foi lido, apresentado e como é que vou votar um destaque se ele não existe. A Mesa vai colocar em votação, depois dessa explicitação o relatório com as emendas incorporadas.

Os senhores que aprovam o relatório com as emendas incorporadas levantem o crachá. (Pausa.)

Aprovado. Prejudicado destaque de emenda, porque está aprovado o relatório com as emendas incorporadas. Muito obrigado.

A Mesa solicita ao eminente Relator e Secretário da Mesa que leia uma moção encaminhada à Mesa.

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira) – A moção é da companheira Cleusa Ferreira do Nascimento.

"Congratulações à Fundação dos Palmares pela escolha da Professora Rural, Líder Negra, de Conceição dos Crioulos, em Salgueiro, Pernambuco, para representar o Brasil em evento de confraternização universal, Axé, realizado em Chicago, na passagem do milênio. A indicação é feita em razão do reconhecimento de sua luta em favor dos irmãos negros.

A professora se chama Giuvânia Maria da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Um minuto só. Eminente Relator, gostaria que o Plenário, que tem o direito de se manifestar, se manifestasse nos momentos adequados. Há uma moção de uma companheira do movimento negro sendo apresentada. Gostaria do respeito à

moção da companheira. Creio que estamos deixando claro a posição da Mesa, porque, provavelmente, alguns dos senhores não conheçam a questão da prejudicialidade.

Gostaria de respeito à leitura da moção da companheira. Por favor, Relator.

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira) – A Professora chama-se Giuvânia Maria da Silva, a quem se solicita seja dada ciência do presente aplauso de congratulações.

Há também um pedido dos Movimentos Étnicos. "Favor anunciar aos membros reunião dos movimentos negros, quilombos, indigenista e demais interessados que iremos nos encontrar na sala 6, na mesma em que nos reunimos para a discussão do tema 3, para discutirmos a inclusão do nome da Secretaria Nacional para Assuntos Étnicos a estabelecimento de uma comissão para dar início aos trabalhos nesse sentido.

O congresso será ao final desta plenária.

Assina: Jorge Santos."

Trata-se de um encontro dos movimentos étnicos que acontecerá ao final desta plenária na sala 6 do corredor das comissões.

Há um companheiro, também, que perdeu um envelope com duas fotografias e pede para quem encontrou entregar o envelope na loja socialista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros, está sendo apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares um requerimento da maior importância para o Plenário se pronunciar. Vou solicitar ao Deputado Beto Albuquerque a leitura do requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Passo a ler o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares.

"Requeiro à Mesa, após ouvido o Plenário, seja aprovado o pedido de filiação do PSB à Internacional Socialista.

Justificativa: o Partido Socialista Brasileiro, fundado há mais de meio século, enfrentando ao longo de sua caminhada o autoritarismo de regimes fortes e antidemocráticos, participando com sua bandeira e sua luta na restau-

ração da liberdade e, ainda, considerando seu notável crescimento e sua efetiva participação política na vida nacional, conquistou, o direito legítimo de interferir no cenário internacional para as mudanças, visando combater a dominação dos países ricos que desejam transformar o terceiro mundo em simples colônia dos interesses de grupos financeiros."

Esse é o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares que pede a filiação do PSB a Internacional Socialista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – A solicitação do Senador Antonio Carlos Valadares é de autorização da filiação do PSB Internacional Socialista.

Os senhores que aprovam a proposta do Senador Antonio Carlos Valadares se manifestam com crachá.

Majoritariamente aprovada a proposta do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Silêncio, companheiros. Há um Deputado inscrito para fazer uma questão de ordem, e me parece que é preciso que todos os companheiros aqui presentes tenham a compreensão de que, neste ou noutros momentos, há que se respeitar oradores neste congresso. Não vale uma regra agora e outra depois.

O companheiro está inscrito para falar. O companheiro Bernardo com a palavra e aguardando a educação dos companheiros delegados deste congresso.

O SR. DEPUTADO BERNARDO DE SOUZA (Rio Grande do Sul) – Sr. Presidente, por feliz coincidência, quando falei, disse que vaias e aplausos enterram a democracia. Interrupção de orador não é democracia. Estou repetindo palavras ditas aqui.

A minha questão de ordem é a seguinte, Presidente: perguntei a V. Exª. se isso está gravado, registrado, como fazer para votar? V. Exª. disse que era preciso pedir destaque das emendas. Pedi destaque das emendas. V. Exª. respondeu então que não era possível fazer destaque das emendas. Então, a resposta da Mesa não foi informativa. Sem agregar que fomos alertados no início dos debates – isso é uma questão de ordem ainda – de que o debate profundo, demorado e sério, feito ontem, não poderia ser retomado na discussão de mérito, sobrando apenas espaço para emendas. Isso leva à conclu-

são de que é impossível, se formos dizer que a emenda está incorporada ao relatório.

Não adianta, a verdade fala por si. O que estou querendo, Presidente, as pessoas não estão nem entendendo, estão pensando que estamos no debate eleitoral. Não estamos. Se disser em que chapa estou, vocês vão ficar completamente atônitos.

Posso perder, mas quero ter o direito de votar. Já perdi no Rio Grande do Sul, mas quero sustentar aqui uma tese que perdi lá, que ganhou ontem no relatório, que as alianças, que ninguém quer espúrias, quem é que decide se é espúria, é isso que está em jogo. O sofisma de que aliança espúria não é aliança séria não vai entrar na minha acanhada inteligência. O que estamos discutindo é qual é a instância que aprova a aliança: se é a instância municipal ou estadual.

Eu quero votar. Por isso, Presidente, não tive oportunidade. E para arrematar essa questão de ordem que, para o meu gosto, já vai longe demais, V. Exª. pediu a votação para um lado e não pediu para o outro. Se a votação for clara, lisa, justa e democrática, os perdedores, que posso ser, teremos que rodar pela cabeça. É isso que quero. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – É importante. O Deputado Almino Affonso se inscreveu para contraditar a questão de ordem. Por favor, Deputado Almino Affonso.

O SR. DEPUTADO ALMINO AFFONSO – Sr. Presidente, antes de mais nada, peço a V. Exª. que faça sentir ao cidadão que usa uma camisa do Partido Socialista e agride um velho militante da causa popular de pelego que se cale ou que seja expulso por incapaz de freqüentar esta Casa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Silêncio, companheiros, por favor. Há um companheiro na tribuna que fará a questão de ordem. Peço atenção aos companheiros para ouvirmos o companheiro Almino Affonso, que está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ALMINO AFFONSO – Sr. Presidente, companheiros, esta não é a tradição do Partido Socialista.

Sr. Presidente, querem democratizar e é em nome disso que estou aqui, que me respeitem pelo menos a palavra se querem a democratização real nesta Casa. A resposta, Sr. Presidente, em contradição à palavra do nobre Deputado

Bernardo tem o seguinte fundamento que é importante para aqueles que ignoram, que não têm talvez experiência democrática das assembléias, que o mecanismo através do qual se votam as matérias nos parlamentos, que esta Casa incorpora como tradição sua, é precisamente o que o Presidente Alexandre anotou, quando respondeu à primeira questão de ordem levantada pelo Deputado Bernardo, ou seja – ouçam-me, por favor, se querem ser respeitados! O procedimento é singelo. Vota-se o relatório com a emenda incorporada. Se qualquer cidadão, em tempo hábil, pretende discutir a emenda o faz, pleiteando, antecipadamente, através do destaque, que não foi apresentado antes.

O Deputado Bernardo, portanto, que é um parlamentar brilhante sabe que isso que estou sustentando é tranqüilo. Ademais, quando levantou a segunda questão de ordem, incorria em outro ponto, porque num instante em que uma questão de ordem é decidida pela Mesa, ela só teria uma outra forma de ser superada, era por recurso ao plenário do congresso. Também não foi feito. Logo do ponto de vista da democracia interna, a forma como o Presidente Alexandre decidiu é absolutamente impecável. (Palmas.)

(Não identificado) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiro, só posso dar a questão de ordem, decidida a questão de ordem apresentada previamente. Então, por gentileza.

(Não identificado) – É só meio minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiro, está bom. Pode apresentar a questão de ordem.

(Não identificado) – Sr. Presidente, o senhor colocou em votação. A minha questão de ordem é que aceite a sua votação desde que o senhor faça em sentido contrário. O senhor falou a favor, 20% levantou. Quero saber contra quantos por cento vão levantar. É só isso, Sr. Presidente. Há dúvida quanto à democracia falada pelo nosso Vice-Presidente. Pela liberdade, pelo Socialismo, pela democracia, que se faça uma votação justa e séria, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Vou entender como recurso ao Plenário do companheiro, para que o Plenário decida. Ele fez um recurso ao Plenário que não ficou claro que a matéria foi devidamente aprovada.

Assim, vou submeter a questão de ordem do companheiro ao Plenário.

Companheiro, vou submeter ao Plenário a questão de ordem.

Os companheiros que entenderam que a votação de aprovação da propositura incorporada às emendas foi aprovada levantem os seus crachás.

Gostaria que você olhasse que foi aprovada a matéria.

No entanto, quem é contrário levante os crachás.

Companheiro foram maciçamente aprovadas as emendas com as proposituras. A Mesa considera encerrada a questão e aprovada a matéria.

Estou, nesse exato momento, encaminhando as duas chapas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAES – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Questão de ordem do Deputado Sérgio Novaes.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAES – Pediria aqui o silêncio ao Plenário para um encaminhamento que vou fazer aqui rapidamente, como Deputado à Bancada do nosso Partido e representando uma das chapas que estão fazendo neste momento aqui.

Desde as 18h de ontem, a chapa encabeçada pelo Governador Capiberibe encaminhou um ofício assinado pelo Deputado Milhomem, solicitando a relação de todos os delegados credenciados e aptos a votar neste congresso. Isso foi encaminhado às 18h de ontem. Ontem, que passamos em reunião com essa comissão até as 23h, diversos episódios ocorreram, que não vou relatar aqui neste momento, mas ficou acertado que, hoje, pela manhã, às 10h, as duas chapas se reuniriam com a presidência e com o restante da comissão que coordena este congresso, para fazer os acertos, os encaminhamentos desta plenária final, juntamente com as relações, para que nós e todas as duas chapas tivéssemos conhecimento dos delegados aptos a votar.

Às 10h, essa reunião não aconteceu. Conversando com o Deputado Alexandre Cardoso, aqui, na plenária, de manhã, no sentido de que nos apresentasse. Depois de três horas, já são 13h15min, venho à tribuna reafirmar o pedido para que tenhamos direito à relação dos aptos a votar neste congresso. Que é um direito que nos cabe! (Palmas.)

Para concluir, quando cheguei agora à Mesa, pois fui chamado pelo Deputado Alexandre Cardoso, para receber esse material, o que é que tentaram me entregar? Uma relação de todos os delegados que todo o Brasil mandou das relações dos delegados que estariam eleitos pelos congressos estaduais, mas que não são os delegados que estão aptos a votar aqui. Então, essa relação não me interessa. (Palmas.)

E aqui é uma questão meramente de democracia. Não é questão de formalidade. O direito de quem vai concorrer como vereadores que estão aqui, os prefeitos que estão aqui, os deputados estaduais, governadores, os presidentes de associação e sindicato, que têm direito de conhecer qual é o universo de votação, sob pena de esse congresso estar viciado.

Portanto, para concluir, o acerto que o Presidente, Deputado Alexandre Cardoso fez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Atenção, companheiros.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAES – O acerto que o Deputado Alexandre Cardoso fez, juntamente com o Deputado Milhomem, Deputado Beto Albuquerque é um acerto importante, de que, após a entrega das duas chapas dos delegados inscritos, teríamos duas horas para análise. E estou, aqui neste momento, para encaminhar, solicitando a ratificação desse acerto no Plenário, para que V. Exª. Deputado Alexandre Cardoso, nos conceda, o mais rapidamente possível, porque muitas delegações vão ter que viajar e este congresso não pode varar a madrugada. Tem que ter imediatamente a relação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiro, só um minuto. Estou entregando, neste momento, ao Governador João Capiberibe a relação ... Estou entregando a relação de todos os delegados ao congresso nacional, que é muito mais do que os delegados que foram credenciados. Estamos encaminhando de todos. Logicamente, as urnas vão ter os delegados credenciados. Está à disposição e o prazo está contando.

(Não identificado) – De maneira alguma, Deputado. Presidente, olha o que estão querendo entregar. Estão querendo entregar uma relação que não é a relação dos delegados do congresso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Vou abrir o processo eleitoral. Está à disposição na Mesa ...

(Interferência da platéia.)

Companheiros, estão à disposição das mesas os delegados aptos ao congresso. Neste momento, vou solicitar...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAES – Sr. Presidente, Deputado Alexandre Cardoso, V. Exª. tem autoridade para comandar este congresso na medida em que cumpra os acordos que estão firmados. O acordo que está firmado diz respeito aos delegados eleitos, os delegados credenciados. Não quero saber do universo de delegados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiro, vamos entender que nós aqui fazemos parte de um mesmo Partido e que é fundamental, neste plenário, que o entendimento seja mantido. Não podemos nos comportar aqui como adversários. O nosso adversário é este Governo e temos que trabalhar aqui por essa unidade. (Palmas.)

Temos, companheiros, Deputados, que estar na mesma Bancada, na mesma trincheira, enfrentando o Governo Fernando Henrique Cardoso!

Não vou permitir que neste plenário se possam criar rachaduras intransponíveis ao nosso Partido. Vou solicitar a todos os presentes o entendimento para que possamos dizer que o PSB é uma viga mestra para enfrentar uma questão nacional, que é o Governo FHC. É esse o apelo que faço ao plenário. Creio que temos lideranças importantes aqui, como o Governador Capiberibe, como o Governador Ronaldo Lessa, como o Senador Jamil Haddad, como o Deputado Milhomem, como o Deputado Sérgio Novaes, o Deputado Beto Albuquerque. Penso que temos que encontrar, aqui, uma solução e respeito, porque o adversário não está aqui dentro, o adversário está lá fora! Muito obrigado.

Vou solicitar a relação para que possa fazer a leitura das chapas.

A Mesa não continuará os trabalhos enquanto houver movimento em frente à Mesa.

Vou pedir aos Governadores Ronaldo Lessa e Capiberibe para fazer o encaminhamento político, porque acho que tem de ser o encaminhamento deste congresso. Os nossos adversários não estão aqui dentro. Os nossos adver-

sários estão lá fora! Vou pedir ao nosso Governador Capiberibe para fazer o encaminhamento.

Com a palavra o Governador Capiberibe.

O SR. GOVERNADOR JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE – Companheiros, um minuto de silêncio. Pediria a todos os companheiros que estão cercando a mesa para tomar assento. Vamos sentar. Precisamos da cooperação. Estou aqui com o companheiro Ronaldo Lessa, numa demonstração clara de que estamos conduzindo um congresso democrático, que, pela primeira vez, dentro do Partido, temos duas chapas em disputa, e temos que dar uma lição de competência democrática para os que estão lá fora. (Palmas.)

Eu e o companheiro Ronaldo vamos resolver as diferenças que, por acaso, possam surgir aqui na condução dos trabalhos. Estamos sendo credenciados pela Mesa para resolver essas diferenças de forma tranqüila, de forma democrática. É isso que vamos fazer e vamos conduzir este congresso até o final com muita tranqüilidade e certamente o resultado que surgir deste congresso só vai servir para fortalecer o PSB; para fazer do PSB um grande Partido deste País. (Palmas.)

O SR. GOVERNADOR RONALDO LESSA – Companheiros, falamos tanto em democracia e é muito difícil exercer não é só aqui, sobretudo quando estamos governando, porque é a hora de se colocar em prática, é a hora que se cobra da gente, e tentar colocar em prática oposição às nossas visões, inclusive quando somos os eleitos pelo povo é difícil. E quantas vezes o Capi ou eu estamos diariamente enfrentando esse confronto.

Agora, veja só, o Partido é o instrumento que temos para fazer, na verdade, as mudanças e as alterações. (Palmas.)

Isso é que é. Se não conseguimos utilizar o instrumento de forma adequada, não podemos assegurar o futuro. Como é que vamos garantir que vamos ter a prática correta, que os nossos companheiros assumem - e tem aqui vereadores, lideranças, movimentos sociais, deputados, todos, representando a sociedade com a responsabilidade de transformá-la, se nós, no instrumento, não formos capazes de garantir essa democracia.

A Mesa, neste instante, está nos dando essa prerrogativa. Estou em outra chapa. O Capi está numa chapa diferente. Poderíamos estar na mesma. Durante algum tempo, discutimos o encaminhamento disso. Infelizmente, no

final, não foi possível, mas temos a clareza de que isso é secundário em relação ao principal. (Palmas.)

Nós temos a clareza que o PSB é muito maior, qualquer que seja o resultado. O que temos que garantir aqui é a lisura, a respeitabilidade de cada companheiro, a fraternidade, porque senão não é Partido Socialista.

Portanto, vamos nesse espírito, companheiro, conduzir o processo e, como Capi disse – faço minhas as palavras dele -, vamos dar uma lição lá fora da grandeza do PSB, deste momento. Aquelas palavras que disse no dia de abertura: um congresso que era Jamil Presidente, Antonio Hoaiss, Amaral, que fazíamos no menor desses auditórios, hoje estamos com essa Bancada toda, com dois Governadores, com as lideranças, com a Erundina, com esses Deputados, com os Prefeitos. O Partido cresceu, e somos incapazes de administrar o crescimento? Não. Não vamos dar esse atestado de incapacidade. Vamos mostrar, lá fora, a grandeza do PSB

Um grande abraço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros, vou solicitar aos Governadores Ronaldo Lessa e Capiberibe uma reunião com a Presidência da Mesa para que nós, neste momento, possamos iniciar o que chamamos de processo eleitoral.

Vou suspender a sessão por cinco minutos e solicitar aos dois Governadores que façam uma reunião com a Presidência da Mesa. (Palmas.)

Chamei o Governador Ronaldo Lessa e o Governador Capiberibe para uma reunião, para discutirmos o processo de votação.

Abro, neste momento, o processo de votação, com a leitura nominal das chapas. Vou passar, após a leitura, a direção dos trabalhos ao Deputado Beto Albuquerque para termos uma reunião, eu, o Governador Ronaldo Lessa e o Governador Capiberibe.

Farei a leitura das chapas.

O SR. VALTON – Questão de ordem, não é questão de briga. Não quero brigar com ninguém. Quero, companheiros, antes de colocar exatamente a minha questão de ordem, dizer o seguinte: sou um militante da refundação deste Partido. Sou cego, mas não perdi a visão. Sou um psicanalista e um psiquiatra e deploro ver coisas como ataques contra velhos companheiros. É deplorável. (Palmas.)

Não se pode fazer congresso atacando, pessoalmente, companheiros e amigos. Dentro deste Partido, tenho o maior respeito pela figura legendária de Miguel Arraes, mas estou defendendo a chapa Democracia Socialista.

Companheiros, o mito como Arraes não se constrói à-toa. Poucos homens chegam à condição de mito. Pouquíssimos homens no mundo chegam à condição de verdadeiros mitos, e Arraes é um mito que deve ser resguardado, respeitado pela dignidade e pela seriedade que manteve historicamente. (Palmas.)

Depois desse preâmbulo, quero dizer, também, que este Partido dá uma demonstração saudável, é salutar a disputa democrática. A disputa democrática não é ruim, é boa. Apenas deve ser conduzida de modo adequado, sereno e cordial e não num clima de briga e de intriga.

Então, companheiros, o que queremos, no sentido de colocar a nossa questão de ordem, é que: primeiro, a questão da relação dos votantes seja entregue como de direito às duas chapas, como é regimental, e o segundo ponto é a questão da forma de votação.

O Regimento, no seu art. 16, fala de manifestação individual. Creio que a interpretação de manifestação individual tem mais de um sentido. Ela pode ser interpretada no sentido geral, no sentido universal, no sentido temático como manifestação aberta, mas, no sentido do voto, podemos interpretar manifestação individual como votação secreta.

É sobre isso que quero que a Mesa se manifeste. E pedindo mais uma vez aos companheiros: não estamos numa briga. O nosso inimigo não está aqui. Somos simplesmente adversários momentâneos, extremamente momentâneos, deste processo salutar, saudável que é a disputa interna.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiro Valton, para contraditar a questão de ordem, o Deputado José Antônio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTÔNIO – Sr. Presidente, companheiros do PSB, vou me limitar a tratar da questão da forma de votação. O Regimento diz: "Havendo mais de uma chapa concorrendo ao diretório nacional, haverá manifestação individual de cada delegado e, em caso de chapa única, esta poderá ser eleita por aclamação."

Essa é a regra que está no art. 16 do Regimento que foi aprovado para este congresso. Essa parte final não se aplica ao caso. Existem duas chapas, portanto, vai haver a votação através da manifestação individual de cada delegado. O companheiro Valton questionou o que significa manifestação individual de cada delegado, se a votação é aberta ou se a votação é secreta.

Essa é uma decisão que a Mesa vai tomar. Apenas vou colocar uma informação a respeito deste tema.

A questão da manifestação individual de cada delegado leva à conclusão de ser uma votação como chamamos na Câmara dos Deputados nominal, ou seja, cada um manifesta o seu voto. Não há votação simbólica. Há votação nominal. Isso não significa dizer que essa votação tem que ser secreta. Seja na Constituição, quando fala, no art. 14, do voto, fala que o voto é secreto. Esse é o voto que se dá na eleição normal. Seja quando se fala na Câmara dos Deputados, na Constituição ou no Regimento da Câmara em votação secreta, todas as vezes, tanto o Regimento Interno da Câmara como a Constituição, quando fala em voto secreto, fala, expressamente: voto secreto. Não há nenhuma vez que esse voto seja secreto que não haja a expressão voto secreto ou sigilo do voto, inclusive é considerada cláusula pétrea.

Isso é uma situação que sempre está expressa. O Regimento não expressou o voto secreto. Disse a manifestação individual de cada delegado, o que conduz à semelhança com a votação nominal, que não é secreta. A votação nominal, na Câmara, é manifestação de cada Deputado que vota e depois seus votos são declarados. Abre-se o painel e vê em quem cada Deputado votou.

Então, essa é uma decisão da Mesa. Apenas pedi para colocar na questão de ordem essas informações que acho que são importantes para examinarmos o real sentido do dispositivo.

Não previsão expressa de voto secreto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Um minuto, companheira. Vou pedir ao companheiro Beto Albuquerque para fazer a leitura das chapas para considerar o processo de votação aberto. Eu, o Governador Ronaldo Lessa e o Governador Capiberibe vamos sair para ter uma reunião e vetamos para encaminhar a questão da votação.

Deputado Beto Albuquerque fará a leitura da chapa. Obrigado.

(Não identificada) – Sr. Presidente, insisto na questão de ordem, é justamente para pacificar os ânimos. A questão de ordem é de ordem constitucional, é de ordem eleitoral. É uma questão de ordem que visa a desanimar um pouco os ânimos que estão armados, porque queremos aqui que o companheiro Arraes esteja com a companheira Erundina, sim. Queremos todos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Com a palavra a companheira. Será protocolado na mãos de V. Exª.

Companheira, um minuto. Tem uma companheira na tribuna. Vamos criar um mecanismo de respeito e toda vez que tivermos uma companheira na tribuna, vamos fazer silêncio e ouvi-la.

(Não identificada) – Adianto aos companheiros do plenário que esse documento é jurídico, está assinado pelas lideranças nordestinas, que estão aqui presentes, por deputados da casa, por prefeitos e por vereadores. Não viemos para o congresso para brincar e sim para fazer socialismo companheiros. Todos que levantam questões de ordem têm o direito de se manifestar. Portanto, dirigimo-nos com esse documento assinado pelas expressões desses líderes do país que começam a fazer existir o Socialismo no país nos seguintes termos: "Face ao art. 16 do regimento interno, que rege o Sétimo Congresso Nacional do PSB, os congressistas requerem, junto ao presidente da mesa diretora dos trabalhos do congresso, que a manifestação individual de cada delegado seja realizada nos termos constitucionais, democráticos e socialistas, isto é, por voto secreto, assegurando a todos os congressistas esse direito constitucional. Brasília, 28 de novembro de 1999."

Não se começa a existência de um partido fora dos termos constitucionais.

Assinando, dentre alguns dos assinantes desta petição são João Alberto Capiberibe/AP, companheiros da Bahia, Lídice da Mata e Renato Costa/Ba, Luiza Erundina de Souza, Deputado Estadual Alberto Calvo. Márcio França. Evilásio Farias e a grande guerrilheira nordestina Janete Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros, esta questão de ordem já tinha sido formulada e contraditada, sobre esta matéria a mesa tem um entendimento, mas vou submeter ao plenário depois da reunião que tiver com o Governador Capi e o Governador Ronaldo

Lessa. Em virtude da importância da matéria vou submeter ao plenário a questão de ordem. Antes terei uma reunião com o Governador Capiberibe e com o Governador Ronaldo Lessa.

Passo a palavra ao Deputado Beto Albuquerque para a leitura da chapas.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Companheiros solicito atenção do plenário para a leitura das nominatas que compõem as duas chapas, que foram registradas na disputa do diretório nacional. Solicito por gentileza que os companheiros tomem assento e façam o silêncio necessário para que possamos apresentar os nomes que compõem cada uma das chapas inscritas. Por favor.

A Chapa ao Diretório Nacional do PSB intitulada Antônio Houaiss tem os seguintes membros: Miguel Arraes de Alencar; Jamil Haddad; Ronaldo Lessa; Roberto Amaral; Beto Albuquerque; José Renato Casagrande; Almino Affonso; Alexandre Cardoso; Roberto Saturnino Braga; Antônio Carlos Valadares; Gustavo Balduíno; Carlos Siqueira; Eduardo Campos; Severino Nunes de Araújo; César Calegari; Gonzaga Patriota; Lairson Rodrigues Bueno; Adalberto Lelis Filho; Vilma Maria Faria; Kátia Born; José Antônio Almeida; Jorge Gomes; Carlos Lapa; Joaquim José Saraiva da Penha; Jeferson Arruda; Adilson Gomes; João Arraes, Bernardo de Souza; Valésia Perozini Inácio; Gilvan Freire; Jamie Cardos; Pedro Valadares; Maria Augusta Feldman; Hélio Gorbelini; Gilson Menezes; Rodrigo Rollemberg; Eduardo Coutinho; Petrúcio Bandeira; Nadja Paletó; Odima Péricles do Nascimento; Celso Luiz Soares Rocha; Murilo Sérgio; Dilton da Conte Oliveira; José Dourado de Souza; Givaldo Carimbão; Sílvio Simões; Carlos Leopoldo Paulino; Ives Ribeiro; Aristeu Tupinambá; Ricardo Murad; Marlos Duarte; Jaci Proença; Rinaldo Almeida; Djalma Paes; Edilberto Quadros; Sileno de Souza Guedes; Valter Rodrigo de Carvalho; Bosco Mendonça; Ezequiel Nascimento; José Bacca Filho. Esses são os membros titulares, passamos à leitura dos suplentes da Chapa Antônio Houaiss. Primeiro Suplente: Vanderlan Vasconcelos; Edson Ferreira Filho; Joilson Lopes; Edival Coutinho de Lima; José Alves; Cleusa Pereira ; Marcelo Dourado; Valter Matubara; Carlos Alberto Garcia; Edmar Brás Bolci; Rômulo Augusto Moreira Lima; Pedro Humberto Carneiro; Vagner Gaspar; Cristiana Carvalho; Cláudio Freire de Souza; Cornélio Alvarino; Ulisses Alexandre de Nunes; Luiz Carlos de Césaro; Marco Antônio Magalhães e Ana Lúcia Nogueira. Esses são os suplentes da Chapa Antônio Houaiss.

Passamos à leitura dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Ética da Chapa Antônio Houaiss. Membros efetivos do Conselho de Ética: Roberto Franca Filho; Luiz Henrique de Lima e Ricardo Maranhão.

Suplentes ao Conselho de Ética: Ivan Rodrigues da Silva; Hélio Francisco de Castro e Amparo Araújo.

Passo a ler os membros do Conselho Fiscal Efetivos e Suplentes. Efetivos ao Conselho Fiscal: Luiz Alberto da Silva Bairros; Edio Miranda Lisboa Filho e Isael da Nóbrega. Suplentes ao Conselho Fiscal: Antônio Porfírio; Pedro da Silva Leste Filho e também Domingos Albuquerque Paz.

Representarão a Chapa Antônio Houaiss no Tribunal Superior Eleitoral os companheiros Evandro Lins e Silva, Carlos Siqueira de Barros e Roberto Átila Amaral Vieira. Esses são os integrantes da Chapa Antônio Houaiss.

Passo a ler, peço atenção dos companheiros, a composição de titulares e suplentes da Chapa Democracia Socialista. Passo a ler a Chapa Democracia Socialista. Primeiro inscrito companheiro João Alberto Capiberibe; Ademir Andrade; Luiza Erundina; João Ananias; Domingos Leonelli; Rui Macedo; José Itaberici de Souza; James Lewis; Adriano Botelho; Evandro Milhomen; Eudoro Santana; Alberto Calvo; Elias Fonseca Cassebe; Lídice da Matta; Benedito Rildo Jales Furtado; Evilásio Farias; Márcio França; Valton Miranda; Renato Costa; Francisco Irineu Alves; Pedro Dallari; Edmundo Carvalho; Mário Luiz Guide; Marilda Canelas; Camilo Capiberibe; Orlando Bordalo Júnior; Eliel Santana; Yuri Farias; Mário Maia; Gilvan Rocha; Rubens Calvo; Arlindo Fagundes Filho; José Bernardino da Silva; Antônio de Pádua Arcanjo; José Davi; Edésio Lima; Michael Gerald Gorman; Esdras de Oliveira; Jorge Souza; Francisca Helena Uchôa; Pedro Coelho; Robério Marcelo; Mirtânia Leão; Ivone Barreiros Moreira; João Araújo Silva; Euclélia Américo; Cláudio Pinto Santana; Almir Barros; Antônio Carlos Damasceno; Francisco Sales Souza; José Itabaraci de Souza e Silva; Monna Zen; Fabiano Carvalho de Lucena; Luiz Garcia da Silva; Altaí de Marco; Nicolino Bocella; Carlos Alberto Santiago; Alcides Zanirato; João Leite; Jorge Tabba. Estes são os membros titulares da Chapa Democracia Socialista.

Passo a ler os vinte membros suplentes da Chapa Democracia Socialista: Companheiros Jansen Souza Maciel; Roberto Carlos Costa; José Sérgio Sobrinho; Mirtânia Leão; Valmiro Neri; Paulo Aquino; José Mário Evangelista; Cláudio Sidnei de Camargos; Franqui Oliveira; Romualdo Souza Moura; Alda

Brandão; Leonardo Trindade; Maurício Júnior; Alexandre Gualberto Farah; Natanael de Carvalho; Jardel Nunes; Kátia Farias; Antônio Lisboa Barbosa; Rodrigo Luiz de Souza; Priscila de Souza. Esses são os membros suplentes da Chapa Democracia Socialista.

Passo a ler os membros que compõem a Comissão de Ética da Chapa Democracia Socialista. Atenção companheiros mantenhamos a relação respeitosa até então expressada neste congresso. Membros efetivos da Comissão de Ética: Companheiros Elisabeth Espolidoro, Paulo Mascaranhas e Leonila Lúcia dos Santos. Suplentes da Comissão de Ética: Eliana de Castro; Raimundo Salles e Carlos Pires de Lima.

Passo a ler os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal: Companheiros membros efetivos: Sérgio Novaes; Vilson Pedro e Luciano Batista. Suplentes: Mariozan Corado Oliveira, José Roberto Terassi e Benavan Santos.

São representantes junto ao Tribunal Superior Eleitoral da Chapa Democracia Socialista os companheiros: José Aloísio de Belizia, Rogério de Alencar Arariripe e Horácio Guilherme dos Santos.

Esses são todos os integrantes da Chapa Democracia Socialista.

(intervenção da platéia) "Agora é com a gente, Capi é Presidente!"

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Atenção companheiros. Suspende a batucada aí. Companheiros vamos fazer silêncio. Primeiro, vamos fazer uma solicitação: quero essa área aqui da frente totalmente esvaziada de ambos os lados. Companheiros.

(intervenção da platéia)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros quero silêncio. Companheiro não pode, vamos sair. Companheiro vou pedir, porque é para liberar a mesa, tem que sair daí. Vou pedir aos companheiros para chegar para trás. Vou pedir aos companheiros que estão aqui em cima para, por gentileza... Olha aqui, presta atenção, acabamos de criar um acordo para o procedimento eleitoral. Esse acordo está respaldado pelas lideranças dos governadores do nosso partido. Vamos apresentar o encaminhamento da votação. Companheiros prestem atenção.

Companheiros, o critério que irá nortear a votação será o seguinte: teremos duas urnas aqui na frente, separadas, a entrada vai ser por um dos

lados do plenário e a saída pelo outro. A votação será com a lista dos delegados eleitos para o congresso, com qualquer identidade mais o crachá. Esse acordo acabou de ser respaldado para dar total transparência ao processo de votação. A única lista, que vai ficar à disposição, é a lista dos delegados credenciados ao congresso. O crachá e a identidade serão os objetos que os fiscais das duas chapas irão apanhar e, evidentemente, evidenciando os nomes, será depois depositado nas urnas e o crachá será rasgado. Esse é o acordo que foi fechado. Segundo, vou submeter ao plenário a questão de ordem da votação secreta ou da votação aberta. Espera aí gente.

Os que defendem a votação aberta levantem os seus crachás.

A mesa decide que a votação será aberta.

Votação aberta. Espera aí, fiquem quietos. Pessoal vou colocar. Olha aí gente. Vou repetir a votação, porque houve um pedido para identificar quem vai defender a aberta e a secreta.

Quem defende a votação aberta levante o crachá.

Quem defende a votação secreta levante o crachá.

Companheiros, estou tomando as deliberações com lideranças políticas aqui na mesa e estamos usando de total transparência. A votação será aberta.

Gostaria que os companheiros ajudassem a mesa. Não é fácil dirigir. Vou pedir para as chapas indicarem os seus representantes às urnas e vou pedir que os senhores deputados, que as nossas lideranças ajudem a abrir um espaço, livre totalmente, e a coordenação coloque uma mesa com as duas urnas. Companheiros vou pedir a vocês que cheguem para trás, porque isso tem que ficar livre. Chega para trás gente.

Companheiros, vou pedir à coordenação que coloque aqui as duas mesas com as duas urnas. Não vai poder sentar ninguém na primeira fileira.

Vou pedir à Mesa... companheiros gostaria de um representante da Chapa Democracia Socialista e da Chapa Antônio Houaiss para que eu possa passar a relação dos delegados eleitos no congresso.

Gustavo Balduíno, Miller. Quer substituir agora logo?

(Não identificado) – Não, é só informar que existem três nomes da Chapa Antônio Houaiss a serem retirados e dois nomes da Chapa Democracia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros os nomes Edson Faria, Pedro Humberto estão sendo retirados, se já não foram. Os nomes Rodrigo Luiz Souza, Alexandre Gualberto Farah estão sendo retirados da lista conforme decisão do Diretório do Partido Socialista Brasileiro de Minas Gerais.

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira) – Companheiro Gustavo Balduíno por favor compareça à mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros, estão sendo retirados da suplência os dois nomes com solicitação do Partido Socialista Brasileiro do diretório de Minas Gerais.

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira) – A proposta de mesários. São três para uma e três para outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Pessoal gostaria que a proposta de mesário, três para uma urna e três para outra... .Vou indicar o companheiro Dilton e o companheiro Ubaldino. Gostaria de saber o nome dos dois delegados da Chapa Democracia Socialista. Sérgio Novaes e Evilásio Farias gostaria que se encaminhassem para frente. Da Chapa Antônio Houaiss quem são? Renato Casagrande e José Antônio dirijam-se para a mesa onde vai se proceder à eleição, juntamente com o Dilton e o Gustavo Balduíno.

Companheiros vou sortear a ordem das defesas de chapa. Serão três representantes por cada chapa com o prazo de cinco minutos. Três representantes com três minutos.

Companheiros as pessoas votam e voltam. Vai encaminhar, qual é a ordem da relação de vocês? Vai encaminhar pela Chapa Democracia Socialista o Governador João Capiberibe. Companheiros vou pedir à Mesa para que todos desçam.

O SR. GOVERNADOR JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE – Companheiros, saudações socialistas a todos que participam da maior festa socialista de todos os tempos, que é o Sétimo Congresso do Partido Brasileiro. Festa bonita é esta festa que estamos realizando. Certamente vai ganhar as ruas e vai ganhar as ruas rápido, porque temos o encontro marcado em todo o país, temos um encontro marcado com o povo do Amapá, de Pernambuco, que está aqui, do Rio Grande do Sul, do Acre, do Maranhão, do Pará, meus vizinhos, de São Paulo, Rio de Janeiro e de todo o Brasil. Um encontro marcado

para crescermos o nosso partido através do voto do cidadão, elegendo prefeitos e vereadores, esta é a agenda do nosso partido. Eu gostaria, meus companheiros, de dizer a todos os meus companheiros de Pernambuco que sou discípulo de Miguel Arraes, foi ele que me ensinou, que me colocou na política e é por isso que hoje estamos aqui para radicalizar a democracia dentro do PSB, para começar a construir o consenso que alguns chamam de unidade, mas só se consegue a unidade e o consenso quando se estabelece a diferença e quando se passa a respeitar essa diferença. É por isso que a Chapa Democracia Socialista apresenta-se, nesse momento, e pede o voto de todos os companheiros.

Apresentamo-nos sim, porque é a primeira vez, dentro do nosso partido, e nos acusam de que não temos tradição democrática, que os nossos partidos de esquerda são baseados, alicerçados no centralismo democrático e não permite a pluralidade. Não é verdade. Aqui estamos provando que não é verdade. Aqui estamos numa disputa democrática que mobiliza, que dá energia a nossa militância. É isso aqui o que estão exercendo nesse Sétimo Congresso. Esse partido plural, esse partido que sabe conviver com suas diferenças internas, é esse partido que vai para rua.

Meus companheiros, a nossa felicidade é muito grande. Estamos felizes de participar desse encontro realmente socialista e estabelecer este marco da vida partidária. Queremos reforçar a autonomia dos nossos diretórios estaduais e municipais. Vamos promover a mobilização das nossas estruturas partidárias em todo país, mobilizando a militância e, certamente, reorientando essa militância com uma proposta decisiva para o Brasil.

O Partido Socialista, certamente, vai marchar com o candidato à Presidência da República sim. Não aceitamos mais ser partido de aluguel. Personalidades que queiram ingressar no nosso partido, serão bem-vindas, mas terão, junto conosco, que construir esse partido na sua base, que construir um partido forte, que construir um partido que seja alternativa para o nosso país.

A agenda política não encerra em 2002, temos tempo e espaço para construir esse partido. A nossa agenda pode ser para mais tarde, mas a construção é agora. A construção de uma candidatura do PSB para 2002 começa agora, mas não vamos perder de vista a composição que podemos fazer com a força que temos no país todo.

Meus companheiros, o calor, a energia deste congresso não pode fazer com que percamos tempo, temos que ganhar tempo aqui, temos que votar

rápido, onde vamos canalizar a nossa energia, essa energia conquistada no calor dessa luta, é na rua, fazendo crescer o PSB em todo o Brasil. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros, pela Chapa Antônio Houaiss, com o mesmo carinho, Deputado Jamil Haddad.

Só vou pedir aos companheiros para mantermos uma posição. Pela história desse partido Deputado Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD – Hoje é um dia de imensa alegria para mim. Sou do velho Partido Socialista Brasileiro. Conversei muitas vezes com o fundador deste partido, um dos maiores políticos da história brasileira, João Mangabeira. Um partido que no passado jocosamente diziam que cabia numa kombi e a satisfação de ver hoje esse partido com a posição nacional que ocupa. Partido hoje que é, na realidade, um referencial da esquerda brasileira pela sua coerência, pela sua honestidade de propósitos.

Vejo aqui neste plenário, nesta Casa, no Senado, onde conseguimos reorganizar o Partido Socialista Brasileiro em 1985. Foi às expensas da liderança do Partido Socialista nesta Casa que tivemos condições de poder fazer com que Roberto Amaral, um dos grandes artífices da renovação e do reencontro desse partido com a democracia, com companheiros como Ronaldo Lessa, que abandonaram seus partidos para, conosco, reorganizarem esse partido. Com companheiros como Valton a quem tenho o maior respeito e admiração que nesse momento se encontra em outra Chapa. Com companheiros que estão na outra chapa, mas que sempre participaram das lutas políticas desse país. Mas quero dizer, em alto e bom tom, que não admito que alguém, neste plenário, tenha assacado com uma das grandes lideranças políticas desse país Almino Afonso. Não tenho medo de vaias. Fui campeão, fui esportista, campeão brasileiro de basquete por vários anos, campeão pelo escrete brasileiro, acostumado a vaias e aplausos. Não serão vaias aqui que atingirão a minha honestidade política.

Fui deputado estadual, estou cumprindo o segundo mandato. Cassado no segundo mandato. Fui senador da República, fui prefeito da cidade do Rio de Janeiro e fui Ministro da Saúde sem que mácula alguma atingisse nossa dignidade.

Não queríamos um partido pequeno. Procuramos Miguel Arraes que é, na realidade, uma das maiores lideranças políticas que esse país já teve em todos os tempos. Eu, Amaral e a direção do Partido Socialista fomos a Pernambuco, eu não queria mais continuar na direção do partido, já a ocupava há sete anos. Achava que era hora da renovação e fomos procurar Miguel Arraes e se hoje vemos esse plenário lotado deve-se às direções partidárias do passado, que trouxeram o partido até a posição atual. É preciso, disse aqui o companheiro Capiberibe, que, na realidade, queremos um processo democrático. Queremos sim que o direito à oposição seja respeitado, mas com dignidade porque não admito, reitero, repito quantas vezes forem necessárias, que um homem com a dignidade de Almino Afonso, que entrou no Partido Socialista em 1953, possa ser atingido por um militante que não sabe a história desse partido.

Quero dizer, esse é o momento de grandeza do Partido Socialista Brasileiro. As vaias não me atingem. Montaigne, o grande pensador francês, dizia o seguinte: "O político pensa nas próximas eleições. O estadista pensa nas próximas gerações." Nós queremos pensar nas próximas gerações. Em razão disso procuramos sim Itamar Franco para que ele entrasse no partido e conosco lutasse contra esse governo neoliberal para que pudéssemos, na realidade, mudar a face desse país. Não queremos troca de gerente do processo neoliberal, queremos a mudança do modelo político e só faremos isso se tivermos uma candidatura de centro-esquerda. A esquerda precisa aprender, o passado nos ensinou. Só a esquerda não chega ao poder e só chegando ao poder poderemos mudar, na realidade, a face desse país.

Parabéns a todos os militantes aqui presentes e vamos a uma eleição democrática e que vença aquele que tem, na realidade, a maioria do Partido Socialista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Parabéns. Queremos chamar, para falar em nome da Democracia Socialista, a companheira e liderança nacional, líder da bancada, Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA – Companheiras, companheiros e delegados do Sétimo Congresso Nacional do nosso querido PSB. Ainda não tinha tido oportunidade e o faço agora em meu próprio nome em nome da bancada federal, que tenho a honra de liderar, saudar as mulheres e os homens socialistas desse congresso.

Tenho uma enorme honra de pertencer ao PSB do Miguel Arraes. Ele é símbolo vivo, é emblema da luta democrática, da luta pelas liberdades e da luta pela cidadania. Sou grata ao PSB por ter me acolhido há dois anos e hoje sinto-me plenamente realizada porque estou num partido que é socialista de verdade, porque milito num partido que não se envergonha de se assumir como socialista e ser socialista é mais do que afirmar que o é, ser socialista é viver os valores socialistas e viver os valores socialistas, entre outros, é viver plenamente a democracia. A chapa encabeçada pelo Capi a que tenho a honra e o privilégio de pertencer é fruto de um amplo movimento democrático que se espalhou por esse país afora, é expressão de sentimento de mudança, o qual já começou a acontecer neste congresso.

Qualquer que seja o resultado, qualquer que seja a chapa vencedora esse congresso e todos nós estamos vencedores, porque se viveu aqui, nesses três dias, na prática, na ação concreta, no respeito mútuo, aquele valor maior que nos inspira, aquele valor maior que é iluminação para nossa trajetória socialista até o fim da nossa vida.

Por isso, companheiras e companheiros vocês, certamente, leram na imprensa nesses dias, devem ter visto a televisão, devem ter ouvido o rádio, se tiveram tempo, nenhum veículo de comunicação se referiu ou noticiou esse congresso. O maior congresso, não só do PSB, das esquerdas, porque venho do PT e nunca se realizou um congresso tão representativo, um congresso tão bonito e tão afirmativo do nosso sonho e dos nossos ideais socialistas.

Meus companheiros e minhas companheiras socialistas, iremos sair desse congresso, qualquer que seja o resultado, promovendo as mudanças que só podem vir das bases. Precisamos afirmar nossa identidade partidária, pois a mídia não nos noticia. Por que a mídia cobre suas páginas e seus espaços televisivos com o congresso do PT e não nos noticia? Porque, até agora, o PSB foi força auxiliar, foi coadjuvante do PT. O PSB, depois desse congresso, não será mais o mesmo. O PSB, depois desse congresso, não se prestará se força auxiliar de ninguém. O PSB, depois desse congresso, terá cara e nome, terá candidaturas próprias nas prefeituras, nos estados e, sobretudo, na Presidência da República.

Portanto companheiras e companheiros, esse partido têm quadros como Miguel Arraes, como Jamil Haddad, como Capi, como Célio de Castro, como Ademir Andrade e tantos outros e têm vocês que são o partido. O partido não

são os dirigentes, não são as lideranças mais reconhecidas, mas o partido é a base que carrega o piano para que a gente chegue aqui e tenha o congresso mais representativo e mais democrático de todos os tempos.

Pois bem, minhas companheiras e meus companheiros, obrigada por me terem acolhido, há dois anos, nesse partido, onde tenho conseguido alimentar e onde tenho conseguido fortalecer o meu sonho maior que é uma nação justa, soberana, fraterna, uma nação onde mulheres e negros tenham garantidos a sua cidadania. Uma nação livre e soberana onde o diferente seja respeitado e, mais do que isso, seja considerado aquele que mais contribui com as diferenças para enriquecer o todo, que é o Partido Socialista Brasileiro.

Viva o Partido Socialista Brasileiro! Viva a Chapa Democracia Socialista! Viva o Socialismo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros para falar em defesa da Chapa Antônio Houaiss o companheiro, da liderança do Rio Grande do Sul, Deputado Federal Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Meus companheiros, minhas companheiras socialistas, não tenho dúvida nenhuma que o nosso partido depois deste debate qualificado, intenso e, às vezes, ostensivo, será outro de ora em diante. Todos aqui cumprimos um papel importante à luz do que acreditamos, à luz do que pensamos e com a visão de que futuro queremos ao PSB. Vejo na Chapa Democracia Socialista companheiros históricos de luta desse PSB. Companheiros que comigo, há 14 anos, estavam no PSB iniciando uma jornada que hoje, ao final do século, consagra esse partido como um grande partido de massas desse país. Vejo lideranças como o Governador Capiberibe, companheira Luiza Erundina, Senador Ademir Andrade, deputados federais, nossos colegas, militantes sindicais, mulheres e jovens, vejo com respeito esse desejo instalado e representado neste congresso.

Quero reconhecer, meus companheiros e companheiras, que a democracia é o crescimento sim na adversidade, é o crescimento da disputa que tem que ser política, conceitual, ideológica e, num partido socialista, jamais haverá de ser uma disputa de cunho pessoal, particular, restrita e medíocre como fazem os partidos tradicionais.

Nós, do Rio Grande do Sul, já tivemos profundos embates em vários, desde o primeiro, congressos nacionais desse partido. Afirmando nossas con-

vicções, perdendo, ganhando rompendo, mas afirmando nossas convicções. Nesse congresso nacional o Partido Socialista do Rio Grande, que já alcança sim sua maioridade, é um partido que decidiu por unanimidade, do seu congresso, a estratégia, na sua visão, com respeito reservado dos que diferem do que pensamos, na recondução desta maior liderança, não do PSB, mas da história desse país chamada Miguel Arraes.

Achamos, companheiros, que vivemos um momento político importante. Nenhuma tese aqui dita há de ser desmerecida, nenhum pronunciamento aqui há de ser diminuído, porque quem está no PSB tem envergadura, tem coluna vertebral, tem honra, militância e merece o aplauso de todos.

A Chapa Antônio Houaiss, permitam-me dizer companheiros não posso, depois de quatorze anos nesse partido, sem sair e voltar alguma vez, admitir que aqui façamos um falso debate que não nos une e nem ajuda o crescimento do PSB. O falso debate é se somos ou não uma legenda de aluguel e não podemos ser se temos dois governadores, três prefeitos de capitais, uma bancada federal, três senadores, temos centenas de prefeitos, milhares de vereadores, dezenas e centenas de deputados e uma militância de mulheres, de jovens e de trabalhadores. Não somos, companheiros, partido de aluguel, nunca nos prestamos a isso e é por isso que estamos aqui no maior congresso da história do PSB e da história, como disse a companheira Erundina, da esquerda brasileira, com quem concordo.

Achamos, companheiros, que nesta encruzilhada política que vive o país pelos desmandos do neoliberalismo, do pensamento único do esmagamento das oposições no Congresso, por esse governo vendilhão e impopular de Fernando Henrique, que é preciso acertamos o caminho do nosso partido. Muito temos que mudar, que aprender, há muito que fazer e, talvez, nem seremos tão-somente nós a indicar os caminhos que esse partido haverá de percorrer, muitos outros companheiros, que não estão aqui, são tão importantes quanto nós, ao delegarem o seu poder para aqui decidirmos em nome deles como delegações dos nossos estados. Numa encruzilhada como essa é consenso entre nós que o melhor projeto para esse país é o projeto da esquerda. E o PSB pode apresentar, e deve, um projeto nacional. O que não pode é alguns socialistas como Fernando Henrique que mandou esquecer o que se escreveu. Achar que o projeto é o nosso, mas a âncora e a sustentação do nosso projeto haverá de ser do centro não. O projeto é da esquerda e a sustentação é do povo, da

sociedade e não do centro. Não nos enganemos companheiros com os bonitos como Ciro Gomes e outros que estão aí para serem gerentes do capitalismo e não para mudar o futuro da nossa pátria.

Portanto, companheiros e companheiras, irmanados na disputa, respeitosos com os que pensam diferentes, organizados, não disputemos no congresso se somos melhores ou piores, quem tem a melhor tese ou a pior. Mostremos todos, em cada um de nossos estados, quem somos do PSB, quem somos socialistas com o maior resultado eleitoral o ano que vem. Esse é o caminho para medir a construção e o compromisso do nosso partido.

Viva as mulheres do PSB! Viva os jovens do PSB! Os trabalhadores, os negros, os militantes, os índios, os sem-terra, enfim, todos os militantes. Viva o Socialismo! Viva Miguel Arraes!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros quero convidar, para defender a Chapa Democracia Socialista a nossa liderança do Pará, o Senador Ademir Andrade.

O SR. SENADOR ADEMIR ANDRADE – Companheiros e companheiras socialista, quero saudar a todos do partido. Quero ressaltar que Beto Albuquerque, Jamil Haddad e Ronaldo Lessa, que estão defendendo a Chapa Antônio Houaiss, são fraternos companheiros. Quero dizer, entretanto, que a disputa que se trava hoje aqui não é, na realidade, uma disputa ideológica, é uma disputa de método, é uma disputa de forma de se construir partido, porque, ideologicamente, não há diferença entre nós. Os discursos que foram feitos aqui são discursos de alto nível, são discursos de considerações e discursos que são feitos por companheiros fraternos para companheiros fraternos. Mas a campanha que se fez por baixo, a campanha de intriga que se fez dentro desse partido, a colocação que se fez de que determinada chapa estaria encaminhando o partido para a direita e que outra estaria levando o partido para a esquerda é uma discussão falsa.

Aqui está o programa da Chapa Antônio Houaiss. A Chapa Socialismo Democrático assina embaixo. O Programa apresentado ontem na comissão e aprovado hoje nesse plenário, que fala de desenvolvimento sustentado e que deve ser a base e a bandeira do Partido Socialista Brasileiro no Brasil. Foi apresentada pelos companheiros do Amapá, liderados pelo seu Governador Alberto Capiberibe. Como é que se pode falar em diferença ideológica. O nosso manifesto defendia a busca de uma força de esquerda com possibilida-

des de união com o centro. Pois bem, diz o Beto aqui que tem que ser pela esquerda e não consigo entender mais nada, porque a Chapa Antônio Houaiss é que foi atrás do Itamar Franco para convidá-lo a ser Presidente da República pelo Partido Socialista Brasileiro. Quem é aqui que anda debatendo a possibilidade de fusão com o Partido Democrático Trabalhista. Existe algo mais centro do que isso? Quero saber se existe alguma coisa mais centro do que isso?

Portanto companheiros, o que a nossa chapa está defendendo é que o nosso partido tenha uma política nacional, que o nosso partido não seja feudos dirigidos pelos estados brasileiros, cada um faz no seu estado a política que ele acha que deve fazer, unindo-se com o PFL, com PPB, com o "capeta a quatro", porque falta uma forma do partido ser – isso é o entusiasmo de um socialista -. Falta o nosso partido ter uma política nacional mais clara, é por isso que não tem a cobertura da imprensa que deveria ter, falta o nosso partido se pronunciar de maneira consistente e com unidade nacional. A impressão que tenho é que o nosso partido é formado de vinte e sete estados, onde cada um, isoladamente, pode fazer a sua própria política. Não é isso que quero para o PSB.

Portanto concluo minhas palavras, dizendo que a nossa questão não é a grande figura, a figura maravilhosa, espetacular e que tem o nosso reconhecimento que é o Governador Miguel Arraes. A nossa questão é a metodológica de organização partidária, é a verdadeira democracia interna, é a discussão das suas bases, é o fortalecimento do movimento sindical, é o fortalecimento da nossa juventude para que ela tenha recursos próprios para poder exercer seu trabalho, a fim de que não fique na mão da direção nacional presa como vemos muitas vezes acontecer. É isso que queremos e é por isso que estamos nessa chapa. Vamos disputar assim, vamos disputar com convicção, vamos disputar com consciência do que queremos para esse nosso partido. Independente do nosso resultado, o PSB é vitorioso. Tenho doze anos de militância no Partido Socialista Brasileiro. Sou o primeiro Senador da República eleito na história pela legenda desse partido.

Portanto, não há nenhum receio nosso nessa disputa. De qualquer forma as forças e as idéias aqui têm que ser efetivamente representadas nesse diretório nacional e, independente do resultado, o PSB será vitorioso nessa luta. É a primeira vez que vejo o Congresso Nacional disputar chapa e tenho certeza

que os companheiros que vieram lá do Amazonas, do Rio Grande do Sul vão sair daqui mais entusiasmado, mais corajosos, porque as decisões não foram tomadas pela cúpula, as decisões foram tomadas pela base, por cada um dos senhores.

Portanto, vamos a eleição, ao resultado, viva o PSB! Viva o socialismo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros, estamos prestes a instalar o processo eleitoral. Gostaria que o movimento parasse e vou solicitar ao Governador Ronaldo Lessa para representar a Chapa Antônio Houaiss.

O SR. GOVERNADOR RONALDO LESSA – Companheiros, aqui os companheiros dizem "que decepção Ronaldo." Como é que ele vem aqui defender e esta na outra chapa? Vejam como as coisas se dão companheiros. Eu que fui ao Amapá, mais de uma vez, não só para aprender com Capi, mas, sobretudo, para fazer a campanha para que ele voltasse a ser o Governador do Amapá. Não é só isso. Eu que no Congresso de Pernambuco fiz a crítica e me retirei e não participei do congresso. Mas sabem porque isso? Porque a questão não é pessoal. As posições nossas são, sobretudo, políticas. Não podemos levar a questão da forma emocional com que a estamos encaminhando. Tentamos até ontem à tarde, nós digo um grupo que já tinha compromisso de ficar numa chapa com o Dr. Arraes. Fico à vontade porque fiz o enfrentamento, mas depois da minha eleição fui o primeiro a ir a Pernambuco para dizer que o Dr. Arraes, livre do compromisso de governador, tinha que pegar a liderança desse partido e assumir o comando nacional. Quem apostou em que eu ia ter uma posição pessoal, em função dos desentendimentos que aconteceram, enganou-se. Até porque a nossa questão é muito maior. É claro que lutei para que isso não ocorresse. Quantas vezes eu e o Capi conversamos sobre as questões de critério e de mérito do PSB. Nós conversamos. Lutei até o final para ter o Dr. Arraes no comando e uma grande aliança. Essa foi minha conversa com Capi e com vários companheiros. E o Capi, no começo, não era contra. Capi antes da viagem não era contra. Se fizermos uma nova coordenação, se alterarmos a forma de trabalhar o partido, poderemos crescer. Até ontem trabalhamos para isso. Confesso a vocês que até ontem estava frustrado. Achava-me derrotado, porque queria, nós que estávamos conversando, preservar, repare bem, esse país, não é o PSB, preservar e, sobretudo, aproveitar a capacidade de Arraes, mas esse país está abrindo sua cabeça e

precisa receber, cada vez com maior influência, as novas lideranças como João Capiberibe, essa que é a realidade. E, aí, achava ontem que isso poderia ser ruim. Hoje, companheiros, depois de tudo que houve aqui, do acirramento que pensamos que poderia ter outro desdobramento, mudei de opinião.

Achei que foi bom não termos feito esse consenso. Foi absolutamente salutar para o PSB, porque marca, companheiros, as duas coisas. Marca a preservação de uma posição e a emergência de uma outra. É essa luta dos contrários que devemos aprender a conviver com ela democraticamente e respeitosamente.

Não existem vencidos aqui. Faço parte de uma nova geração e se tivesse na Chapa do Capi e se fosse eleito, com certeza, esse partido se movimentaria de forma diferente para ocupar o espaço que a sociedade abriu e a esquerda não teve competência para ocupar até agora.

Da mesma forma, companheiros, se a outra chapa, da qual participo com muita honra, liderada pelo Governador Arraes ganhar, ela não vai governar mais o mesmo partido. Hoje o PSB mostrou que é outro. É absolutamente outro partido companheiros. Não, não podemos imaginar dessa forma. Não é à toa. No Brasil o PSB era fraco porque não existia em São Paulo e existe hoje. Temos que entender isso.

A companheira Erundina é uma liderança importante nesse país e está marcada na outra chapa. Há divergências? E não estamos aqui para mascarar essas divergências não. A grande questão da democracia é conviver com elas. É trabalhar com as divergências e crescer com a divergência.

Portanto, a tristeza que ontem me abateu hoje, na hora que o Capi me procurou para dizer: " vamos segurar esse congresso", fiquei feliz. Estou feliz da mesma maneira que ele está. Ele sabe que mudou. Saúdo os companheiros da Chapa Democracia e Socialismo. Acho que esse movimento renova, fortalece, oxigena o partido. Essa que é a grande realidade.

Esse movimento que ocorreu hoje era absolutamente necessário, até para mostrar como nos comportávamos num embate desses. Será que haverá retaliações como nos outros? Será que a pessoa irá para a agressão pessoal ou como no processo passado? Processo Stalinista, que acabava com a pessoa individualmente, saía da discussão política para agredir o companheiro. Não, não é esse o partido fraterno-socialista que defendemos, que aqui os compa-

nheiros defenderam, em hipótese alguma. Nesse congresso não haverá vencedores e nem vencidos. O PSB é que cresceu, que é o grande partido da esquerda e nós juntos, os que perderem e os que ganharem, temos que dar a esses companheiros que aqui vieram, mas mais do que falar para gente, que é fácil falar para a militância e levantar aplauso, é a responsabilidade que temos com esse povo excluído, com essa sociedade que espera, na verdade, companheiros, novas lideranças, caminhos novos, rumos e alternativas concretas para o país. E o espaço, falamos no começo, é a hora dos partidos, sobretudo de centro-esquerda, não os que mascaravam, assumirem o comando desse processo e temos condições de fazer isso.

Parabéns a todos os companheiros pela grande vitória que é o Sétimo Congresso do PSB e vamos em frente companheiros, vamos levantar a grande liderança, que surge no Brasil, de João Capiberibe e a grande liderança que é o Governador Miguel Arraes, que é o grande líder do nosso partido.

Um grande abraço e vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros, gostaria de convocar também os companheiros Ananias e Edésio Lima, representantes da Chapa Democracia Socialista, e os companheiros Jair Pereira e Marlos Duarte, representantes da Chapa Antônio Houaiss, para ocuparem o local de votação. Solicito a todos que desocupem os primeiros lugares e a coordenação do congresso que solicite o afastamento, porque vamos iniciar o processo de votação.

Gostaria de convidar o Governador Capiberibe e o Governador Ronaldo Lessa. Nesse momento, as mesas estão operacionalizando o processo de votação para que possamos, evidentemente, iniciar o processo. Vou pedir ao Deputado Beto Albuquerque e ao companheiro Carlos Siqueira para ocuparem a presidência da Mesa, porque vamos descer para o processo de votação.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Vamos iniciar à votação dessa eleição do diretório com a participação dos companheiros Governadores Ronaldo Lessa e João Alberto Capiberibe. Reafirmando aqui a vontade democrática do congresso nessa eleição.

Companheiro Edivande favor comparecer à Mesa.

Companheiros, apenas para esclarecer o procedimento. Companheiro Alexandre Cardoso.

Companheiros a Mesa instruirá o procedimento de votação para que não tenhamos nenhum tipo de dificuldade. Há duas mesas, aqui na frente, com duas urnas, uma de cada chapa que disputa o diretório. Os companheiros que entrarem à direita da mesa votam e retiram-se pelo mesmo lado. Os companheiros aqui à esquerda da Mesa entram, votam e se retiram, novamente, pelo mesmo lado. São duas urnas, uma de cada chapa, todas com fiscais de cada uma das chapas. A entrada e saída da votação é pelo mesmo lugar para que não tenhamos trânsito aqui na frente. Penso que esteja clara a orientação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros, só para um esclarecimento. O voto é rasgar o crachá e colocar dentro da urna. As urnas estão identificadas com as chapas. É rasgar o crachá e colocar dentro da urna. Quem tiver alguma dúvida pergunte à Mesa. Rasgar e colocar o pedaço que tem o nome. Qualquer documento vale.

A Mesa, neste momento, autoriza, assim que estiver resolvida a parte operacional, o início da votação. Os trabalhos da Mesa estão suspensos até o momento em que surgir uma dúvida, quando a Presidência voltará a se manifestar. Muito obrigado.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Pedimos aos companheiros que organizem a fila de votação. Se tivermos, em cada lado, quatro ou cinco filas, não anda. Isso é como trânsito, então vamos organizar, deixar um espaço para que os companheiros possam votar e retirar-se pelo mesmo lado. Se estiver organizado, correrá mais rapidamente a votação. Então, por favor.

Há uma chave de automóvel sobre a mesa. Se alguém a perdeu, por favor se identifique.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros, a Mesa solicita à comissão organizadora. Essa é uma urna captadora de manifestações. Evidentemente, há duas chapas disputando. Há uma chapa, encabeçada pelo Dr. Miguel Arraes, e a outra chapa encabeçada pelo Governador Capiberibe, que vão ficar em urnas distintas. Qualquer dúvida, a pessoa fala: "Eu quero votar na chapa Arraes" e vão lhe indicar a urna. São duas urnas que vão colher a manifestação das pessoas. Qualquer dúvida, perguntem qual é a urna encabeçada pelo Dr. Arraes e qual é a urna encabeçada pelo Dr. Capiberibe.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Companheiros, insistimos que sejam organizadas as filas. Votará um por vez, portanto, se organizarmos, andaremos mais rapidamente. É preciso ter paciência neste momento, até que o processo seja assimilado por todos.

Companheiro, antes de votar, identifique a urna da sua chapa.

O SR. RELATOR (Carlos Siqueira) – Os fiscais da chapa Antônio Houaiss, por favor, companheiros Marlos Duarte e Jair Pereira.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Beto Albuquerque) – Por favor, companheiros, é preciso manter distância da Mesa. Vamos dar um passo atrás. Vou contar de um a três; ao final, cada um dá um passo para trás para aliviar a Mesa.

Companheiros, não há como continuar assim. Deputado Sérgio Novaes e Deputado Eduardo, queria que os senhores nos ajudassem a comandar o afastamento do pessoal. A platéia aguarda que os dois Deputados comandem esse afastamento para retomar a votação normal. Companheiros, por favor, ajudem, puxem um pouco. Reparem o outro lado como está. Vamos dar uma demonstração: todos afastem um pouco.

Governador João Capiberibe e o Presidente do Congresso, Deputado Alexandre Cardoso, por gentileza.

Companheiros, primeiro quero dar alguns avisos: cada lado tem duas urnas, portanto podem votar aqui ou lá. Não é lado "a" ou lado "b"; cada mesa tem duas urnas, então não justifica dizer que aqui há mais gente do que ali. Pedimos aos companheiros que passem para cá, resolvendo o problema. Pedimos aos companheiros que se afastem só um pouco para ficarem a um metro de distância da urna, o que tornará mais rápido o processo. Com a urna liberada, a votação é mais rápida e vamos embora logo. Tem gente com horário para cumprir, com avião marcado; os ônibus querem sair cedo, tudo isso ajuda.

Governador João Capiberibe e Presidente, Deputado Alexandre Cardoso.

(Não identificada) – Pessoal, por gentileza, quem encontrou um envelope com duas fotografias deixe no "stand" do Partido.

Peço ao pessoal de Pernambuco que colabore, afaste um pouco, por-

que vamos demorar um bocado na estrada. Se demorarmos aqui, não vamos sair antes de uma hora da manhã. Todos vão ficar com fome. Colaborem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – A Chapa Democracia Socialista teve 255 votos; a Chapa Antônio Houaiss teve 701 votos.

A Comissão fará, juntamente com um representante da Chapa Antônio Honaiss e um representante da Chapa Democracia Socialista, os percentuais neste momento. Peço ao Senador Ademir Andrade e ao Deputado Beto Albuquerque que promovam...

A Chapa Democracia Socialista terá 26,67% do Diretório Nacional. Neste momento, está encerrado o processo de apuração e a Mesa se reúne para produzir a ata correspondente ao pleito. Muito obrigado.

Os membros do Diretório têm reunião no Plenário II do Senado.

Companheiros, a Comissão que dirigiu este Congresso se mantém em reunião e encerra, neste momento, o processo eleitoral. Muito obrigado.

Quero agradecer a todos os militantes, mas, num determinado momento deste Congresso, o Partido Socialista Brasileiro mostrou a sua unidade, quando os militantes, no momento mais caloroso, quando o Regimento começava a não fazer mais efeito na emoção, o Governador Capiberibe e o Governador Ronaldo Lessa mostraram a liderança que têm neste Partido e, em um gesto que considero histórico neste Congresso, usaram aquele microfone e mostraram por que são as lideranças nacionais, por que fazem parte desse grupo de líderes nacionais comprometidos com o socialismo e com a coisa pública.

Quero também agradecer a todos os membros da Comissão e dizer a vocês que a emoção que tocou todos nós num determinado momento deste Congresso se materializa no crescimento definitivo do Partido Socialista Brasileiro, um Partido que, há alguns anos, as pessoas pensavam que estava perto do fim. O que fica claro, neste Congresso, é que o Partido Socialista Brasileiro está começando a fazer um projeto de poder para 2002, quando teremos candidatura própria a Presidente da República, com a liderança de figuras nacionais como o Senador Ademir Andrade, o Senador Saturnino Braga, Senador Valadares, Luiza Erundina, Líder da Bancada do Partido Socialista Brasileiro, os nossos Deputados Federais, os nossos Governadores, Ronaldo Lessa e

Capiberibe, os nossos Prefeitos de Capital, Célio de Castro, Kátia Born e Vilma Faria, e a nossa liderança histórica, que mostrou e mostra sempre a condução das políticas do Partido Socialista Brasileiro, o Governador Miguel Arraes.

Eu falava com o ex-Deputado Almino Affonso que a sua história é a história do Partido Socialista Brasileiro. Queria fazer um convite ao Capiberibe a fim de que ele, com a grandeza de espírito que teve neste Congresso... Se o Capi não estiver, vou pedir à Janete. Janete, eu gostaria que você usasse este microfone, porque este Congresso foi histórico e é da maior importância que essas figuras...

Agora tenho uma notícia que realmente eu não conhecia: contamos com a presença do Governador Miguel Arraes e do Governador Capiberibe, que vão entrar neste plenário. Então, companheiros, quero uma salva de palmas para Ronaldo Lessa, Capiberibe, Arraes e Saturnino.

Companheiros, falei da importância do Governador Ronaldo Lessa e do Governador Capiberibe, mas queria, neste momento, dizer que a Mesa... Falei, no momento em que os ânimos estavam exaltados, da importância do Governador Capiberibe e do Governador Ronaldo Lessa. Quero também registrar a presença do nosso ex-Presidente Jamil Haddad, do companheiro responsável pela reconstrução deste Partido Roberto Amaral e do Senador Saturnino Braga.

Gostaria que, neste momento, quando o Governador Ronaldo Lessa, o Governador Capiberibe e o Governador Arraes dirigem-se a este plenário, que o Governador Ronaldo Lessa iniciasse esses agradecimentos.

O SR. GOVERNADOR RONALDO LESSA – Meus companheiros, minhas companheiras, tudo que eu tinha que dizer tinha que ser antes. Acho que dei a minha colaboração. Esta é a hora de ouvirmos os dois, Capi e Dr. Arraes, porque quem ganhou foi o PSB, com essa bela festa que estamos fazendo. Essa é que é a beleza da democracia. Não tenho nada a dizer. Saio daqui feliz, porque meu Partido é muito maior do que antes deste Congresso.

Passo a palavra, se me permitem, ao Governador João Capiberibe.

O SR. GOVERNADOR JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE – Meu Presidente Miguel Arraes, o senhor não imagina a satisfação que tivemos nessa jornada de hoje, porque política se faz com alegria, faz-se com a manifestação, porque a construção, no cotidiano, é penosa. Mas quando juntamos brasileiros do Rio Grande do Sul, lá do Chuí, que os gaúchos têm que tomar

cuidado para não deixar secar, até o Oiapoque, nesta festa bonita do VII Congresso do Partido Socialista Brasileiro, que estamos construindo juntos, vemos que essa construção avançou no dia de hoje e repito aqui o que disse antes: estamos iniciando a construção de um processo de consenso partidário, o que muitos chamam de unidade. A unidade se dá na medida em que as diferenças são delimitadas e respeitadas. Hoje o PSB é um Partido plural, mas sólido, unido. A energia deste Congresso vai para a rua.

Saiba, Sr. Presidente Miguel Arraes, estamos dispostos a fazer crescer este Partido. Dê-nos a direção e vamos caminhar juntos, porque o que queremos é construir neste Brasil multiétnico aqui representado, neste Brasil multicultural; queremos a direção para as políticas econômicas e sociais e vamos construir isso nas nossas bases; vamos mobilizar o nosso Partido nos Estados e Municípios, enfrentaremos a eleição e dobraremos a nossa representação nos Municípios, no ano que vem, preparando a eleição para 2002. Este é o Partido que queremos: o Partido que cresce sob a sua condução e que se fortalece com a diferença que marcamos hoje.

Meus companheiros, essa luta renhida, essa energia bonita e a alegria de brasileiros de lugares tão diferentes fazem com que eu volte para a minha casa absolutamente feliz e satisfeito. Muito obrigado. Um abraço, companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros, com a palavra o nosso Governador, o Líder maior do nosso Partido, o Líder nacional, Governador Miguel Arraes.

O SR. MIGUEL ARRAES (Presidente Nacional do PSB) - Companheiro Lessa, Capiberibe, meus companheiros, tive oportunidade de dizer, quando aqui falei, da minha confiança no Partido em razão do trabalho realizado pelas bases em muitos lugares, muitas vezes sem condições, como este Congresso foi realizado sem que sequer tivéssemos condições para isso, mas tinha que ser feito e as dificuldades deveriam ser ultrapassadas.

Entendo que o nosso Partido pode crescer, mas dentro desse espírito de luta é fundamental que ele cresça como o centro do grande movimento nacional que vai se forjando no seio da sociedade, que vai levando aos brasileiros a palavra de fé na sua força.

Que o povo saiba que só ele organizado é quem vai resolver os problemas deste País. Não é nenhum iluminado, pois os iluminados já passaram

por aí e vocês viram no que deu; nem é nenhum povo eleito de Deus que guiará as multidões, pois aqueles que se consideram eleitos e dirigentes, sem a humildade de se curvarem diante da vontade da nossa gente, esses fazem política de outra forma, diferente daquela que tentamos fazer ao buscar no seio do povo não só as suas necessidades, não só o rol de problemas que atingem o nosso País de norte a sul, mas também a sua sabedoria, a sabedoria dos que conseguem viver sem nada, a sabedoria daqueles que podem viver com alegria, sem riqueza, porque estão ligados uns aos outros pela solidariedade e pela sua capacidade de dar aquilo que lhes sobra e até do seu, para que a sociedade se consolide e para que haja uma real solidariedade entre os nossos irmãos, sobretudo aqueles desvalidos, que não tiveram sequer condições de aprender a ler.

É necessário que comecemos cobrando dos doutores e dos que aprenderam a ler, que estudaram nesta terra brasileira, que em vez de servirem à elite voltem-se para o povo, porque têm que dar a sua competência e a sua cabeça para que possamos estruturar um processo de crescimento e de desenvolvimento deste País capaz de acabar com os excluídos.

Nunca me considerei nem me considerarei, pois talvez nem muito tempo eu tenha para isso, dono da verdade. Tenho o costume de trabalhar em equipe, de juntar gente, de ouvir desde o povo na rua até os bons auxiliares mais diretos e mais capazes, aqueles que se formaram e querem colaborar para o progresso da nossa Nação. Essa união das camadas conscientes da nossa gente é que pode fazer com que este País veja revertido o perigoso quadro em que foi colocado nos últimos tempos.

Falei aqui das alianças. Não tenho discriminação contra ninguém que seja capaz pelo menos de nos escutar, ninguém que queira dar um mínimo de colaboração para o projeto que o povo traçar, para o projeto que o povo apoiar, para o projeto que seja destinado a ligar todos os pontos desta Nação, integrá-la, que seja capaz de se voltar para dentro do Brasil, ao contrário das elites deste País, que, desde a Colônia até agora, falam para fora, dirigem-se para aqueles com quem se aliam lá fora, cujos interesses são coincidentes com os seus. Dentro de cada nação latino-americana, somos pela globalização do povo, pela internacionalização das populações, pela junção do mundo por baixo e não lá por cima, na mão do capital financeiro internacional. A nossa globalização tem o sentido dos socialistas do mundo inteiro, da fraternidade e da amizade com todos os povos, mas não podemos admitir que o mundo se constitua insano dos mais ricos da terra.

Essa é uma luta que nós vamos levar adiante, mas só irá prosperar quando cada um de vocês, em todos os lugares de onde vieram, fizerem a pregação e a organização daqueles que vão ganhando consciência. Vamos disputar eleições este ano que vem e em 2002. As eleições são importantes e precisamos ganhá-las em todos os lugares onde for possível, mas também não vamos achar que as eleições por si só vão resolver os problemas das nossas populações. Elas são o instrumento que permite, que facilita o trabalho junto ao povo, são o instrumento que pode contribuir muito para essa grande luta nacional que é de todos os brasileiros, do Oiapoque ao Chuí.

Devo dizer que gosto das coisas claras. O meu amigo, Governador Capiberibe, sempre foi um homem claro. Conheço-o desde antes da nossa entrada neste Partido; sei da sua capacidade de luta e da sua disposição para o trabalho; sei que é um homem capaz de entendimentos e defendo o consenso dentro do Partido, defendo o consenso com aqueles que divergem, mas defendo o consenso através da discussão política que queremos travar; não nos choques pessoais e na discussão de questões menores, que são importantes, mas que podem ser resolvidas sem os arroubos de muitos ou de alguns que se excedem e deixam marcas não na minha pessoa, acostumado que estou, nesta vida, a embates de todo tipo, mas nos nossos companheiros que não compreendem que haja, dentro da nossa organização, dentro do Brasil, lutas e tertilhas que tomam o lugar das grandes lutas nacionais pelas quais nós todos temos que nos esforçar.

Sou pelo respeito às minorias, pois não podemos também entender que não erramos, que tudo é perfeito, mas só entendo a compreensão com a minoria quando a colaboração que de lá vem, em qualquer lugar, é construtiva e respeitosa. O respeito aos companheiros é fundamental para que possamos avançar, o respeito a todos, mesmo aos desencaminhados, mesmo àqueles mais exaltados. É necessário discutirmos, conversarmos e trazermos pelo convencimento, mas é preciso que quem discorda saiba ouvir, porque não se pode, ao mesmo tempo, transformar a maioria e entregá-la à minoria. Ouvimos a minoria, acatamos, discutimos, aceitamos aquilo que for possível aceitar, mas não podemos, representando a maioria, deixar de seguir os rumos que ela decidiu livremente.

Como disse Capi, este dia de hoje é importante para nós, é o dia em que começamos a aprender a fazer disputas que ainda não foram perfeitas,

mas que irão se tornando cada vez mais aperfeiçoadas à medida que também nos aperfeiçoamos e saibamos estabelecer termos de convivência novos e diferentes.

Fiquei muito satisfeito com este Congresso, mas também pesa sobre mim uma responsabilidade muito grande: a responsabilidade de conduzir o Partido numa hora difícil para o Brasil, numa hora em que grandes decisões terão que ser tomadas. Só espero que vocês me ajudem, que ajudem a direção do Partido com as sugestões, as críticas e as proposições que tiverem.

Espero que façam uma boa viagem de volta, que levem a palavra do consenso, a palavra do crescimento do nosso Partido. Muito obrigado aos companheiros e muito boa noite. Até outro dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Cardoso) – Companheiros, reunião do Diretório no Plenário II do Senado.

Ao encerrar este Congresso, queria que todos fizessem uma salva de palmas à história de Antônio Houaiss.

Está encerrado o Congresso.

Relação do Número de Delegados por Estado credenciados ao 7º Congresso Nacional do PSB

Acre	10
Alagoas	58
Amapá	80
Amazonas	01
Bahia	32
Ceará	22
Distrito Federal	17
Espírito Santo	30
Goiás	07
Maranhão	08
Mato Grosso do Sul	27
Minas Gerais	29
Pará	60
Paraíba	20
Paraná	81
Pernambuco	306
Rio de Janeiro	59
Rio Grande do Sul	80
Rondônia	02
São Paulo	150
Sergipe	11
Total	1.137

Comissão Executiva Nacional
1999/2001

PRESIDENTE:
Dr. **MIGUEL ARRAES DE ALENCAR**

PRESIDENTE DE HONRA:
Deputado JAMIL HADDAD

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE:
Governador RONALDO LESSA

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE:
ROBERTO AMARAL

TERCEIRO VICE-PRESIDENTE:
Deputado LUIZ ROBERTO DE ALBUQUERQUE

SECRETÁRIO GERAL:
ALMINO AFFONSO

PRIMEIRO SECRETÁRIO:
CARLOS SIQUEIRA

SEGUNDO SECRETÁRIO:
GUSTAVO HENRIQUE DE SOUSA BALDUÍNO

PRIMEIRO SECRETÁRIO DE FINANÇAS:
Deputado ALEXANDRE CARDOSO

SEGUNDO SECRETÁRIO DE FINANÇAS:
RENATO CASAGRANDE

SECRETARIA DE MULHERES:
MARI MACHADO

SECRETÁRIO SINDICAL:
FRANCISCO PAULO NOGUEIRA FILHO

SECRETÁRIO NACIONAL DA JUVENTUDE:
SILVANIO MEDEIROS DOS SANTOS

SECRETÁRIOS ESPECIAIS:
Prefeito GILSON LUIZ CORREA DE MENEZES
Deputado ANTONIO CÉSAR RUSSI CALLEGARI

Dep. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA
Prefeito **ADALBERTO LÉLIS FILHO**
Deputado EDUARDO ACCIOLY CAMPOS
SEVERINO NUNES DE ARAÚJO
Deputado PEDRO ALMEIDA VALADARES NETO
JEFFERSON ARRUDA

LÍDER NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:
Deputada LUIZA ERUNDINA DE SOUSA

LÍDER NO SENADO:
Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

Diretório Nacional do PSB
1999/20001

MIGUEL ARRAES DE ALENCAR	PE
JAMIL HADDAD	RJ
RONALDO LESSA	AL
ROBERTO AMARAL	RJ
LUIZ ROBERTO DE ALBUQUERQUE	RS
JOSÉ RENATO CASAGRANDE	ES
ALMINO AFFONSO	SP
ALEXANDRE CARDOSO	RJ
ROBERTO SATURNINO BRAGA	RJ
ANTONIO CARLOS VALADARES	SE
GUSTAVO BALDUÍNO	DF
CARLOS SIQUEIRA	PE
EDUARDO CAMPOS	PE
SEVERINO NUNES DE ARAÚJO	PR
CÉSAR CALLEGARI	SP
GONZAGA PATRIOTA	PE
LAIRSON RODRIGUES BUENO	MS
ADALBERTO LÉLIS FILHO	BA
WILMA MARIA FARIA	RN
KÁTIA BORN	AL
JOSÉ ANTONIO ALMEIDA	MA
JORGE GOMES	PE
CARLOS LAPA	PE
JOAQUIM JOSÉ SARAIVA DA PENHA	PI
JEFFERSON ARRUDA	MT
ADILSON GOMES	PE
JOÃO ARRAES	PE
BERNARDO DE SOUZA	RS
VALÉSIA PEROZINE INÁCIO	ES
GILVAN FREIRE	PB
JAIME CARDOSO	RJ
PEDRO VALADARES	SE
MARIA AUGUSTA FELDMAN	RS
HÉLIO CORBELLINI	RS
GILSON MENEZES	SP
RODRIGO ROLLEMBERG	DF
EDUARDO COUTINHO	PE
PETRÚCIO BANDEIRA	AL
NADJA PALITOT	PB
ODIMAR PÉRICLES DO NASCIMENTO	ES
CELSO LUÍS SOARES ROCHA	PR
MURILO SÉRGIO DA SILVA NETO	TO
DILTON DA CONTI OLIVEIRA	PE
JOSÉ DOURADO DE SOUZA	BA
JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE	AP
ADEMIR ANDRADE	PA
LUIZA ERUNDINA DE SOUSA	SP
JOÃO ANANIAS	CE
DOMINGOS LEONELLI	BA
RUI MACEDO	PB
JOSE ITABIRICI DE SOUZA	PA
JAMES LEWIS	DF
ADRIANO BOTÊLHO	PA
EVANDRO MILHOMEM	AP
EUDORO SANTANA	CE
ALBERTO CALVO	SP
ELIAS FONSECA CASSEB	PA
LÍDICE DA MATA	BA
BENEDITO RILDO JALES FURTADO	PA
EVILÁSIO FARIAS	SP

INDICAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL:

FRANCISCO PAULO NOGUEIRA	DF
AILTON CLAUDINO DE ANDRADE FILHO	PE

INDICAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES:

MARI MACHADO	RS

INDICAÇÃO DA JSB:

SILVANIO MEDEIROS DOS SANTOS	RN

SUPLENTES

1. GIVALDO CARIMBÃO	AL
2. SILVIO SIMÕES	BA
3. CARLOS LEOPOLDO T. PAULINO	SP
4. YVES RIBEIRO	PE
5. ARISTEU TUPINAMBÁ	PI
6. RICARDO MURAD	MA
7. MARLOS DUARTE	PE
8. JACY PROENÇA	MT
9. RINALDO ALMEIDA	MT
10. JOILSON ANTONIO C. DO NASCIMENTO	RJ
11. EDILBERTO QUADROS	RS
12. SILENO DE SOUZA GUEDES	PE
13. WALTER RODRIGUES DE PAULO	ES
14. BOSCO MENDONÇA	SE
15. EZEQUIEL NASCIMENTO	DF
16. MÁRCIO FRANÇA	SP
17. VALTON MIRANDA	CE
18. RENATO COSTA	BA
19. FRANCISCO IRINÊU ALVES	PA
20. GAUDÊNCIO JOSÉ PEIXOTO	MG

CONSELHO DE ÉTICA

EFETIVOS

1. ROBERTO FRANCA FILHO	PE
2. LUIZ HENRIQUE DE LIMA	RJ
3. RICARDO MARANHÃO	RJ

SUPLENTES

1. IVAN RODRIGUES DA SILVA	PE
2. HÉLIO FRANCISCO DE CASTRO	ES
3. AMPARO ARAÚJO	PE

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

1. LUIZ ALBERTO DA SILVA BAIRROS	RS
2. EDIO MIRANDA LISBOA FILHO	ES
3. IZAEL NÓBREGA	PE

SUPLENTES

1. ANTONIO PORFÍRIO	RJ
2. PEDRO DA SILVA COSTA FILHO	SE
3. DOMINGOS ALBUQUERQUE PAZ	MA

REPRESENTANTES NO TSE

EFETIVOS

1. CARLOS SIQUEIRA	PE
2. ROBERTO AMARAL	RJ
3. EVANDRO LINS E SILVA	RJ

BRASIL 500 anos de resistência Partido Socialista Brasileiro

SEM REFORMA AGRÁRIA
NÃO HÁ JUSTIÇA SOCIAL

Dos Quilombos, às Ligas Camponesas,
ao Movimento dos Sem Terra.

MARCHA DOS SEM TERRA

Em 500 anos de História, o Brasil nunca dividiu democraticamente a terra. Nenhum país continental possui uma terra tão concentrada e tão desperdiçada...

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL